

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração,  
memória, visualidade e políticas públicas

Eduardo Roberto Jordão Knack

Porto Alegre

2016

Eduardo Roberto Jordão Knack

Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração,  
memória, visualidade e políticas públicas

Tese de doutoramento apresentada  
como requisito parcial e último à  
obtenção do grau de Doutor no  
Programa de Pós-Graduação em  
História, área de Concentração:  
História das Sociedades Ibéricas e  
Americanas.

Orientador: Dr. Charles Monteiro

Porto Alegre

2016

## Ficha Catalográfica

K67 p Knack, Eduardo Roberto Jordão

Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto : comemoração, memória, visualidade e políticas públicas / Eduardo Roberto Jordão Knack . – 2016.

468 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. Imaginário. 2. Comemoração. 3. Memória. 4. História. 5. Cidade. I. Monteiro, Charles. II. Título.

Eduardo Roberto Jordão Knack

Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração,  
memória, visualidade e políticas públicas

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Charles Monteiro

---

Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

---

Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

---

Dra. Zita Rosane Possamai

---

Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha



## Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, o professor Charles Monteiro, pela orientação, apoio e dedicação durante a presente pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grando do Sul, por terem me recebido como doutorando e aos professores que contribuíram para o progresso da tese.

À CAPES, pelo financiamento, sem o qual a presente pesquisa não poderia ser realizada, e pelo financiamento do estágio sanduiche PDSE.

À professora Paula Godinho, pelo aceite e pela bela acolhida na Universidade Nova de Lisboa.

Ao Museu Histórico Regional, Arquivo Histórico Regional e ao jornal Diário da Manhã pelo acesso aos seus acervos.

Aos colegas e amigos que me acompanharam durante essa caminhada, em especial à Luísa Kuhl Brasil, Luciana de Oliveira, Carmem Ribeiro e Caio Proença.

A Lidiane Friderichs, pelo apoio e compreensão durante essa pesquisa.

A minha família, que sempre me apoiou durante minha trajetória pessoal e profissional.

## Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo problematizar as relações entre história, memória e políticas públicas nas comemorações do centenário de Passo Fundo e a elaboração do imaginário de capital do planalto em 1957. Um conjunto de autores, como François Hartog, Joël Candau, Fernando Catroga, Michel de Certeau, Bronislaw Baczko entre outros, constituem o referencial adotado para alcançar os objetivos propostos. Durante a celebração do aniversário dos cem anos do município, os organizadores dos festejos defenderam um projeto político e econômico para a cidade: afirmá-la como um centro regional do planalto médio rio-grandense com base no desenvolvimento da agroindústria e no crescimento urbano. Para legitimar esse objetivo, lançaram mão de diferentes instrumentos, como publicações comemorativas (de história, literatura, guias turísticos e uma edição especial de um dos jornais locais), cartões-postais, festividades, exposições, desfiles, intervenção urbana, entre outros. Nesse sentido, é importante elucidar quem eram os sujeitos envolvidos na organização das comemorações e como estavam articulados naquele contexto. Foram identificados grupos compostos por intelectuais locais (que iniciaram uma campanha em prol das comemorações do centenário, fundando um centro de estudos que posteriormente se tornaria o Instituto Histórico de Passo Fundo; muitos de seus membros também integravam o Grêmio de Letras passo-fundense) e por lideranças políticas/econômicas (o prefeito na época, que também circulava entre as instituições culturais, liderava a comissão organizadora, juntamente com vereadores, deputados, comerciantes e industrialistas). Dessa forma, a principal questão que essa pesquisa objetiva esclarecer são as relações entre as comemorações, as produções literárias e históricas (que afetaram as fronteiras entre história e memória), a formação de uma visualidade urbana e o imaginário de Passo Fundo como capital do planalto, que influenciou o planejamento urbano do município, deixando consequências que podem ser identificadas na cidade em pleno século XXI.

Palavras-chave: imaginário; comemoração; memória; história; cidade.

## **Abstract**

This work aims to study Passo Fundo's centenary celebration and the construction of plateau capital imaginary in 1957. A group of authors such as François Hartog, Joël Candau, Fernando Catroga, Michel de Certeau, Bronislaw Baczko among others, constitute the framework adopted to achieve the proposed goals. When the celebration of the 100<sup>th</sup> anniversary took place, the people responsible for its organization supported a political and economic project for the city: to claim the city as a regional center of the middle plateau region of Rio Grande do Sul based on agribusiness development and urban growth. To achieve this goal those responsible for the celebration used different devices, such as commemorative publications (of history, literature, tourist guides and a special edition of a local newspaper), post cards, celebrations, expositions, parades, urban interventions, among others. Thus it is important to explain who the individuals engaged in the organization of celebrations were and how they were engaged in that context. It were identified groups of local intellectuals (who supported the centenary celebrations through a foundation of a study centre which would become later the Historical Institute of Passo Fundo; many of its members joined also the Letters Association of Passo Fundo) and groups of political and economic leadership (the mayor, who was also involved in the cultural institutions with the councilors, deputies, traders and industrialists). Therefore, the main goal of this researche is to clarify the relations among the celebrations, the literary and historical productions (that affected the frontiers between history and memory), the formation of urban visibility and the imaginary of Passo Fundo as a plateau capital, which influenced the urban planning of the city and left consequences that are visible in the city in the 21<sup>st</sup> century.

Keywords: imaginary; celebration; memory; history; city.

## **Lista de Abreviaturas**

AHR: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo

MHR: Museu Histórico Regional de Passo Fundo

PDDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PRR: Partido Republicano Rio-grandense

PSD: Partido Social Democrático

UDN: União Democrática Nacional

## Lista de Figuras

Figura 1: “Antiga Matriz de Passo Fundo – Seu estado em 1908 mais ou menos” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.29)	194
Figura 2: Duas fotografias da “Parada do trem”, na obra <i>Passo Fundo na Viação Nacional</i> (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.43)	210
Figura 3: Fotografia de uma balsa, na obra <i>Passo Fundo na Viação Nacional</i> (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.63)	211
Figura 4: Fotografia primeiro voo, na obra <i>Passo Fundo na Viação Nacional</i> (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.68)	212
Figura 5: “Fotografia” da “parte nova” (em 1866) da cidade de Passo Fundo, na publicação <i>Nuvens e Rosas</i> . Dimensões: 23cm (vertical) por 16cm (horizontal). A imagem tem 9cm (vertical) por 13,5cm (horizontal). (REIS, 1957a, p.12)	221
Figura 6: “Fotografia” da Capela São Teodoro na publicação <i>Nuvens e Rosas</i> : 23cm (vertical) por 16cm (horizontal). Dimensões: 10cm (vertical) por 15cm (horizontal). (REIS, 1957a, p.12)	223
Figura 7: Edição comemorativa de <i>O Nacional</i> (07/08/1957, p.2). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR)	235
Figura 8: Imagem recortada da figura 1 do Anexo V	246
Figura 9: Imagem recortada da figura 3 do Anexo V	247
Figura 10: Imagem recortada da figura 5 do Anexo V	249
Figura 11: Imagem recortada da figura 13 do Anexo V	250
Figura 12: Capa da publicação comemorativa <i>Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial</i> (OLIVEIRA, 1957). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR)	255
Figura 13: Imagem recortada da figura 1 do Anexo VI	262
Figura 14: Imagem recortada da figura 1 do Anexo VI	263
Figura 15: Página 112 da publicação comemorativa <i>Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial</i> (OLIVEIRA, 1957). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR)	265
Figura 16: Imagem recortada da figura 6 do Anexo VI	266
Figura 17: Imagem recortada da figura 1 do Anexo V	272
Figura 18: Cartão-Postal com a Catedral e rua General Neto (vertical 9cm horizontal 14cm). (Disponível no MHR)	279

Figura 19: Cartão-Postal com a rua General Neto (vertical 20cm horizontal 30cm - esta imagem é uma reprodução da fotografia). (Disponível no MHR)	280
Figura 20: Mapa do povoado de Passo Fundo em 1853 do PDDU de 1953, desenhado por Antonio Trola (PAIVA, et. al., 1953, p. 7)	324
Figura 21: Mapa nº2 do PDDU de 1953, apresentando as etapas da evolução histórica da cidade (PAIVA, et. al., 1953, p. 13)	330
Figura 22: Mapa nº 2a do PDDU de 1953, mostrando as determinantes iniciais da expansão urbana (PAIVA, et. al., 1953, p. 14)	331
Figura 23: Mapa nº 2d do PDDU de 1953, apresentando as novas determinantes da expansão urbana. (PAIVA, et. al., 1953, p. 24)	335
Figura 24: Mapa nº 3 do PDDU de 1953, apresentando os fatores determinantes do crescimento e as zonas insalubres. (PAIVA, et. al., 1953, p. 28)	337
Figura 25: Mapa nº 5 do PDDU de 1953, destacando o centro, as indústrias e as casas comerciais. (PAIVA, et. al., 1953, p. 31)	339
Figura 26: Mapa nº 6 do PDDU de 1953, com a densidade da população. (PAIVA, et. al., 1953, p. 32)	340
Figura 27: Mapa nº 7 do PDDU de 1953, com zonas insalubres. (PAIVA, et. al., 1953, p. 35)	343
Figura 28: Perspectiva do Centro Cívico (PAIVA, et. al., 1953, p. 68)	351
Figura 29: Perspectiva da Praça do Mercado (PAIVA, et. al., 1953, p.76)	352
Figura 30: Capa do PDDU de 1953 (PAIVA, et. al., 1953)	359
Figura 31: Praça Tamandaré (acima) e detalhe do lago da Praça Marechal Floriano. (PAIVA, et. al., 1953, p. 9)	360
Figura 32: Praça Tamandaré (imagem ampliada). (PAIVA, et. al., 1953, p. 9)	360
Figura 33: Detalhe do lago da Praça Marechal Floriano (imagem ampliada). (PAIVA, et. al., 1953, p. 9)	361
Figura 34: Praça Marechal Floriano (PAIVA, et. al., 1953, p. 10)	362
Figura 35: Quadro de fotografias da página 19 (PAIVA, et. al., 1953, p. 19)	364
Figura 36: Fotografia ampliada do quadro da página 19 (imagem da direita e acima) (PAIVA, et. al., 1953, p. 19)	364
Figura 37: Construções antigas de Passo Fundo (PAIVA, et. al., 1953, p. 20)	368
Figura 38: Quadro de imagens da página 43 (PAIVA, et. al., 1953, p. 43)	368
Figura 39: Quadro de imagens da página 44 (PAIVA, et. al., 1953, p. 44)	370
Figura 40: Quadro de imagens da página 59 (PAIVA, et. al., 1953, p. 59)	370

Figura 41: Quadro de imagens da página 60 (PAIVA, et. al., 1953, p. 60)

371

## Sumário

<b>Introdução</b>	13
<b>1 Passo Fundo e a construção da capital do planalto</b>	50
1.1 A história da capital do planalto até a década de 1950	50
1.2 A organização das comemorações do centenário - o Instituto Histórico de Passo Fundo	73
1.3 As comemorações do centenário nas páginas da imprensa local	84
<b>2 A construção da história e da memória da capital do planalto</b>	130
2.1 História, memória e temporalidade	130
2.2 Do <i>Puchirão do Gé Picaço</i> à <i>Terra dos Pinheiraes</i>	150
2.3 Francisco Antonino Xavier e Oliveira e a história municipal no centenário de Passo Fundo	186
2.4 Gomercindo dos Reis – ressignificações na história e na memória	215
<b>3 Passo Fundo e a construção visual da capital do planalto</b>	234
3.1 A edição comemorativa de <i>O Nacional</i>	234
3.2 <i>Passo Fundo Centenário</i>	256
3.3 Imagem e publicidade nas edições comemorativas	268
3.4 O limiar de uma iconosfera da capital do planalto	275
<b>4 A construção urbana da capital do planalto</b>	287
4.1 Passo Fundo e a urbanização nas páginas da imprensa na década de 1950	287
4.2 O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	319
4.3 As fotografias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	355
4.4 Desdobramentos da capital do planalto	372
<b>Conclusão</b>	390
<b>Lista de Fontes</b>	399
<b>Referências Bibliográficas</b>	403



## Introdução

Para Durand (1984, p.11), um dos males da cultura ocidental é ter minimizado, ou mesmo acreditado na ausência do poder imagem e do mito na sociedade para afirmar "uma civilização positiva, racionalistas e asseptizada." Essa crítica é destinada ao afastamento da imagem e do imaginário como objeto de estudos das ciências até praticamente a metade do século XX, mas, além disso, também é uma referência à descrença total na possibilidade da imagem e da imaginação como forças capazes de produzir conhecimento sobre a realidade, o mundo que nos cerca. O progresso técnico, que emergiu dessa visão puramente racionalista do conhecimento, trouxe à tona o poder da imagem em pleno século XX. A técnica produziu, acrescentou imagens ao imaginário ancestral das sociedades humanas. A força da imagem e da imaginação na sociedade ocidental não pode ser negada ou ignorada:

Mas o que dizer desse século XIX, e deste século XX em que, num primeiro tempo, graças à expansão literalmente "fantástica" do jornalismo escrito, depois graças ao progresso tecnológico da reprodução iconográfica, graças à fotografia e aos seus derivados animados ou inanimados - heliogravura, televisão, cinema -, a imagem se reinstala em "carne e osso" no uso cotidiano do pensamento? (DURAND, 1984, p.12).

Embora o poder da imagem na sociedade durante o último século seja inegável, seu papel foi constantemente diminuído no ocidente, "isto é, a civilização que nos sustenta a partir do raciocínio socrático e seu subsequente batismo cristão." (DURAND, 2001, p.7). A busca pela verdade, melhor dizendo, de uma única verdade, denegriu o estudo e o potencial das imagens. Esse é um paradoxo que marca a história ocidental. Ao mesmo tempo em que as condições técnicas e econômicas propiciaram incríveis meios de reprodução das imagens, a filosofia "demonstrou uma desconfiança iconoclasta (que 'destrói' as imagens ou, pelo menos, suspeita delas) endêmica." (DURAND, 2001, p.7). Desde os gregos antigos (Sócrates, Platão e Aristóteles) a imagem era ignorada por não poder ser reduzida à dicotomia entre falso e verdadeiro.

A escolástica medieval, herdeira do pensamento aristotélico, seguiu o mesmo caminho. Com Galileu e Descartes, é possível identificar uma terceira fase desse iconoclasmo contra as imagens no ocidente. "A partir do século 17, o imaginário passa a ser excluído dos processos intelectuais." (DURAND, 2001, p.12). A poesia e a imaginação são afastadas desse "universo mecânico" conhecido apenas pela lógica e

pela razão. O século XVIII, com o cientificismo e o historicismo, desvalorizam ainda mais o imaginário. Assim, "as divagações dos poetas (que passarão a ser considerados os 'malditos'), as alucinações e os delírios dos doentes mentais, as visões dos místicos e as obras de arte serão expulsas da terra firme da ciência." (DURAND, 2001, p.15). Como Pesavento (1995, p.11) ressalta:

Para Descartes, a imaginação era fruto do erro e da falsidade, cabendo-lhe, no máximo, o designativo de um estágio inferior do conhecimento. Ora, quando se afirmava que o atributo por excelência do *homo sapiens* era o pensamento racional (*cogito, ergo sum*), tudo aquilo que escapasse aos critérios e rigores da lógica formal e que se baseasse em razões relativas era praticamente desprezado.

Mas nem toda a história do imaginário no ocidente é marcada pela derrota frente a modelos de filosofia e ciência que estavam centrados apenas em estabelecer verdades concretas tendo a razão como única possibilidade de conhecimento do mundo. "Platão admite uma via de acesso para as verdades indemonstráveis: a existência da alma, o além, a morte, os mistérios do amor..." (DURAND, 2001, p.16). É inegável o peso do mito na Antiguidade Grega, e Platão reconhecia seu poder. A proliferação de imagens santas durante a Idade Média, o sucesso dos cultos de santos e a adoração de suas relíquias. Mesmo com a iconoclastia da Reforma, que promoveu uma revolta contra imagens variadas, Lutero soube valorizar a arte e a imaginação com o uso da música nos cultos. A Reforma Católica e o Barroco ressaltam a importância do papel da arte visual, da imagem, nos cultos e nos templos. "Diante desse imaginário protestante voltado para o texto literário ou musical, a Contra-Reforma também irá exagerar o papel espiritual conferido às imagens e ao culto dos santos." (DURAND, 2001, p.25).

Posteriormente, o romantismo também apresenta resistência ao racionalismo que colocou as imagens e o imaginário fora de seu âmbito de estudos. Esse movimento percorre "uma via que privilegia mais a intuição pela imagem do que a demonstração pela sintaxe." (DURAND, 2001, p.27). Essa breve exposição tem como objetivo perceber que o imaginário não foi objeto de consideração específica de pesquisadores no âmbito das ciências humanas até praticamente meados do século XX, salvo algumas exceções. Em síntese, é possível afirmar que a "tradição filosófica ocidental" tratou o "imaginário como algo inexistente, falso, mentiroso ou irracional." (LEGROS, et. al., 2014, p.10). Porém, o século XX demonstrou a necessidade e a importância de estudos

específicos e aprofundados sobre o papel da imaginário nas sociedades. Como assinala Durand (1984, p.12):

Não somente as vagas de assalto das imagens publicitárias, humorísticas, fotográficas, cinematográficas e televisionadas obsidiam o cidadão, mas ainda e sobretudo mais profundamente as "informações" radiofônicas ou jornalísticas modelam à sua vontade, por meio de imagens "literárias" bem escolhidas por inteligentes colocações em página, as paixões, as tendências, os sonhos e as meditações dos nossos contemporâneos.

Nesse sentido, no presente trabalho, serão analisados diferentes documentos que, ao mesmo tempo em que resultam de um determinado imaginário urbano, também são importantes para entender o processo de construção de narrativas históricas, visuais e de planejamento urbano da cidade durante as comemorações de seu centenário. Um conjunto de imagens, literárias e visuais, dão corpo ao imaginário "capital do planalto", juntamente com outros tipos de fontes, como obras históricas, documentos técnicos (plano diretor de desenvolvimento urbano). Mais importante do que simplesmente indicar a existência de um imaginário, é explicitar como ele foi afirmado, legitimado e com que finalidade. Novamente citando Durand (1984, p.12), "a imaginação é o poder: aquele que pode distribuir, difundir, impor imagens, este é o governante dos homens, por conseguinte, das coisas."

O estudo do imaginário, de sua constituição, função e usos para os indivíduos e para a sociedade apresenta diferentes tendências. O simples fato de falarmos em "funções e usos" remete a uma perspectiva adotada pela "sociologia do imaginário". É possível definir quatro "funções sociais" dessa sociologia: uma relativa aos "devaneios", "antropofisiológica"; uma de "regulação humana" frente a eventos incompreensíveis, como a morte, por exemplo; a função própria da imaginação, de "criatividade social e individual"; "função de comunhão social", onde merecem destaque os sistemas de representação, a memória coletiva e outros elementos que possibilitam coesão de grupos sociais. (LEGROS, et. al., 2014, p.12). É plausível definir cada uma dessas funções como tendências de estudos do imaginário. Mas elas não excluem umas as outras. Assim, diferentes perspectivas sobre imaginário podem ser complementares, dependendo do objeto sobre o qual se debruça o pesquisador.

De forma geral, "a sociologia do imaginário identifica as imagens que movem subterraneamente o social e determinam os comportamentos coletivos." (LEGROS, et. al., 2014, p.189). As comemorações do centenário foram movidas por comportamentos

coletivos. Os grupos que estavam envolvidos na sua organização partilhavam ideias, imagens e projetos comuns, nos quais acreditavam, imaginavam ser um ideal de cidade. Dessa forma, o imaginário "é uma força, um catalisador, uma energia e, ao mesmo tempo, um patrimônio de grupo." (SILVA, 2012, P.10). O patrimônio imaginário pode ser identificado em uma constelação de elementos que giram em torno de um astro visando a transformar Passo Fundo em um centro regional, a "capital do planalto". Essa constelação de elementos agrega um conjunto de objetos, imagens, discursos, práticas, sentimentos, mas não é simplesmente um repositório, é também um "motor", estimula a ação:

O imaginário é um reservatório/motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras de vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo. (SILVA, 2012, p.11-12).

A noção de "motor" pode ser entendida como aceleração, como impulso, uma corrente que estimula os indivíduos ou grupos a agir. (SILVA, 2012, p.12). É importante ressaltar que esse imaginário não nasceu em 1957, é anterior a esse período. Na década de 1930, já havia menções sobre a cidade ser o centro da região norte do estado em publicações de cunho político partidário. "O imaginário é sempre um rio cujas águas passam muitas vezes no mesmo lugar, sempre iguais e sempre diferentes." (SILVA, 2012, p.8). A partir da documentação analisada, a emergência desse imaginário de capital do planalto, de centro regional aparece inicialmente nos anos 1930, encontra seu ápice nas comemorações do centenário e permanece na cidade nas décadas posteriores, mas se transformando, com significações diferentes. O que se propõe é definir quais elementos afloraram durante 1957 e como foram usados para legitimar essa visão da cidade. A hipótese defendida é que esse imaginário contribuiu significativamente para a configuração econômica e urbana do município.

Baczko (1991, p.15) mostra como o advento do estado-nação necessitou de emblemas, de signos simbólicos como bandeiras, condecorações, hinos, uniformes, etc.: "los movimientos políticos y sociales que acompañan a este nuevo espacio político necesitan de igual manera sus emblemas para representarse, visualizar su propia identidad, proyectarse tanto hacia el pasado como hacia el futuro." Além da materialização de um imaginário em objetos e produções artísticas e culturais (hinos nacionais, a construção dos heróis, os feriados, pinturas históricas, entre outros

elementos), é a imaginação que permite e dá sentido ao encadeamento do passado, presente e futuro. É na dimensão imaginária que os grupos constroem e reconstróem seu passado ao sabor de suas afeições políticas e ambições econômicas para melhor justificar suas ações e projetos para o futuro. Os objetos, as representações, constroem o corpo do imaginário, mas também são construídos por ele em uma relação dialética.

Nessa ação de construção daquilo que se representa, podemos incluir e excluir atributos conforme o interesse em pauta, a finalidade, o envolvimento emocional com o representado. Para interpretar uma representação, portanto, é preciso avançar no espaço simbólico, do imaginário, pois as representações se manifestam através das práticas sociais e culturais dos grupos, pelo seu modo de agir e de pensar, e também através daquilo que dizem de si mesmos. (ROSSINI, 2015, p.196).

"O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também sobre os sonhos, desejos e medos de cada época [...]." (PESAVENTO, 2006, p.50). Representações materiais, tais como objetos - as "lembranças" objetificadas nas comemorações (uma série de objetos, como xícaras, pratos, flâmulas, medalhas, entre outros) contribuem para compor um imaginário, bem como as representações imateriais, práticas sociais (festas, discursos, comícios, inaugurações) que orbitam os festejos de uma comemoração. Especialmente durante aniversários municipais que marcam períodos fechados, como os de 50 ou 100 anos. Esses momentos envolvem uma intensa produção desses itens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que contribuem para compor um imaginário.

Em Passo Fundo, durante as comemorações do seu centenário, vários elementos desse tipo foram utilizados. A imprensa, publicações comemorativas, seleção de heróis, hinos, poemas, objetos transformados em lembranças, festas, feiras expositivas, entre outros. O imaginário capital do planalto em sua essência é progressista, legítima um projeto político e econômico com base no desenvolvimento da agroindústria e na modernização do espaço urbano como vetores para o progresso municipal. Esse imaginário permeia o Brasil na década de 1950, mas em Passo Fundo não bastava apenas o crescimento para o futuro, era necessário afirmar a cidade como líder da região. Os sujeitos envolvidos nas comissões organizadoras dos festejos não criaram esse imaginário. Como passo-fundenses, são herdeiros dessas ideias e imagens de progresso, bem como da vontade, da missão de transformar a cidade em uma liderança regional - eles estavam mergulhados nesse rio que é o imaginário. Coube a eles, durante o centenário, buscar instrumentos para concretizar esse objetivo.

Ao mencionar palavras como "usos", "funções", "instrumentos", parece que a construção desse imaginário ocorre de forma mecânica, como se os grupos envolvidos simplesmente criassem dispositivos, ferramentas para materializar seus projetos. A pesquisa de um imaginário não é tão simples assim, especialmente quando abarca o universo comemorativo de um centenário. Alguns elementos vão ao encontro das metas políticas e econômicas dos organizadores dos festejos, outros não. Por exemplo, os encontros e desencontros do regime de historicidade (HARTOG, 2013) na década de 1950.

Os discursos, produções e manifestações políticas (em publicações oficiais e comemorativas, na imprensa) assumem uma percepção da passagem do tempo que vai ao encontro de um conjunto de ideias progressistas que circulavam no Brasil naqueles anos, em termos de uma experiência temporal (observavam o futuro como pleno de realizações, grandioso em relação ao passado e ao presente) marcada por uma aceleração da história. Mas as publicações das obras do historiador passo-fundense homenageado como exemplo de munícipe, com quatro livros publicados e patrocinados pelo poder executivo local, apresentam uma compreensão da experiência temporal que se desencontra desse regime presentista-futurista (HARTOG, 2013), mas que não desacredita o imaginário de Passo Fundo como capital do planalto. Essa contradição é apenas aparente, pois os poderes instituídos não jogariam com elementos que desacreditassem seus projetos e metas futuras.

Todo poder busca monopolizar ciertos emblemas y controlar, cuando no dirigir, la costumbre de otros. De este modo, el ejercicio del poder, en especial del poder político, pasa por el imaginario colectivo. Ejercer un poder simbólico no significa agregar lo ilusorio a un poderío "real", sino multiplicar e reforzar una dominación efectiva por la apropiación de símbolos, por la conjugación de las relaciones de sentido y de poderío. (BACZKO, 1991, p.16).

Ocorre uma apropriação da obra e do historiador Xavier e Oliveira<sup>1</sup> como símbolos para Passo Fundo. Sua atuação como intelectual e político lhe rende

---

<sup>1</sup> Francisco Antonino Xavier e Oliveira, historiador passo-fundense homenageado durante as comemorações do centenário, nasceu em 1876 em Passo Fundo, trabalhou no comércio e exerceu diversas atividades na vida política local, como escrevente do Conselho Municipal em 1896, promotor interino da Comarca em 1899, escrivão do recenseamento federal em 1900, secretário municipal em 1901, juiz distrital em 1909, vice-intendente municipal, entre 1911-1912 na gestão de Gervásio Lucas Annes (liderança do PRR na cidade), fundou o Hospital da Caridade, entre 1923 e 1924 foi secretário da intendência novamente na gestão de Nicolau Araújo Vergueiro, em 1925 retorna ao cargo de juiz municipal, em 1945 foi nomeado prefeito pelo governador do estado, permanecendo no cargo até 1946, realizou atividades como advogado até 1950, quando se aposentou. Sua atuação se estendeu a outros

homenagem do "povo" passo-fundense. Sua trajetória se torna um exemplo da batalha e da luta para o progresso municipal. Ele passa a incorporar o rol de personagens históricos da capital do planalto. Um exemplo de cidadão progressista. O mesmo ocorre com a própria apropriação da expressão que sintetiza esse imaginário progressista: "capital do planalto". Essa expressão é incorporada aos discursos políticos (na imprensa e em discursos proferidos nas festividades, divulgados nas publicações comemorativas) continuamente ao longo da primeira metade do século XX. Seu uso evoca essa luta pelo progresso, pelo futuro grandioso da cidade, por sua afirmação como liderança regional. "En efecto, las modalidades de imaginar, de reproducir y renovar el imaginario, como las de sentir, pensar, creer, varían de una sociedad a la otra, de una época a la otra y por consiguiente, tienen una historia." (BACZKO, 1991, p.27).

Embora a presente investigação esteja centrada em perceber o caráter do imaginário capital do planalto na década de 1950, em particular o ano do centenário da cidade em 1957, é plausível afirmar que ele tenha adquirido diferentes significados, usos e funções desde o início do século até o presente. As comemorações de um centenário, que encerra um ciclo de 100 anos de história, é um momento propício para pensar, repensar, avaliar projetos e utopias, medos e desejos dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, o ano de 1957 representa uma espécie de ápice desse imaginário, pois ensejou apresentar ao estado e ao país uma cidade com um projeto de desenvolvimento econômico. Exigiu afirmar, com confiança e solidez, uma cidade propícia ao crescimento e apta a receber investimentos, autoridades políticas (como a visita do vice-presidente, do governador e de deputados), enfim, capaz de ser um centro do norte do estado.

É através do imaginário que uma comunidade cria uma representação de si mesma, a partir da criação/apropriação de elementos, difundidos por meio de canais e veículos (imprensa, televisão, cinema, publicações), com o objetivo de consolidar essa imagem frente (e para) toda a sociedade. Toda forma de legitimação de um poder em determinada sociedade é inventada, imaginada, comunicada e difundida por aqueles que estão em posição de liderança para os outros integrantes. "De esta manera, el imaginario

---

municípios como membro de uma sindicância no município de Cruzeiro e organizando a contabilidade do município de Chapecó em 1932. Entre as atividades culturais, elaborou o primeiro mapa geográfico do município, foi professor municipal, redator e colaborador de diversos jornais, como *O Gaúcho*, *A Voz da Serra*, *O Nacional*, *O Excelior*, foi diretor do primeiro órgão espírita de Passo Fundo fundado em 1948. Foi membro do Clube Político Pinheiro Machado (de orientação republicana), do Grêmio de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo. Se dedicou a pesquisa e escrita da história municipal, publicando várias obras ao longo dos anos, seu primeiro livro é de 1908, *Annaes do Município de Passo Fundo*. Faleceu 1959 com 83 anos de idade. Informações retiradas de: NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995.

social es una de las fuerzas reguladoras de la vida colectiva." (BACZKO, 1991, p.28). O compartilhamento do imaginário proporciona esquemas comuns de interpretação de experiências individuais e coletivas. Possui a força de integrar diferentes grupos em torno de esperanças, utopias e medos que passam a ser comuns. Está associado a uma memória coletiva, às lembranças e recordações de um passado vivido ou imaginado. Seu sucesso depende, em certa medida, do esforço e do trabalho dedicado para sua manutenção.

Assim, o imaginário social produz um impacto sobre as condutas, comportamentos e atividades individuais e coletivas. "Tal vez, los imaginarios sociales operan todavía más vigorosamente en la producción de visiones del futuro, en especial en la proyección sobre éste de obsesiones y fantasmas, de esperanzas y de sueños colectivos." (BACZKO, 1991, p.30). Indubitavelmente, os imaginários constituem as utopias (ou distopias), as visões de futuro de uma comunidade. Mesmo os projetos e planos (como um plano diretor de desenvolvimento urbano) de natureza técnica que realizam previsões, projeções, são frutos da imaginação de seus elaboradores, não importa se estão assentados em bases numéricas, cálculos quantitativos de natureza "científica". O futuro, tal como o passado, só pode ser imaginado.

Taylor (2010) também concebe o imaginário a partir dos modos como as pessoas imaginam sua existência social. Seu foco de pesquisa recai sobre como os ambientes sociais são imaginados, na sua partilha "por largos grupos de pessoas, se não por toda a sociedade", e como isso possibilita compreensões e práticas comuns que conferem um sentido de legitimidade compartilhado. (TAYLOR, 2010, p.31). Seguindo essa perspectiva do imaginário social definido por Baczko e Taylor, Carvalho (1990) realiza uma pesquisa sobre o imaginário da República no Brasil. Seu ponto de partida são as batalhas travadas em torno da imagem do novo regime brasileiro, "cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos." (CARVALHO, 1990, p.10). O novo regime precisava ser legitimado, para isso foram utilizados diferentes elementos, como a construção da bandeira, dos hinos, a eleição dos heróis, entre outros instrumentos. Para Carvalho (2010, p.10):

A elaboração de um imaginário é parte integrante de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.



Carvalho pesquisa as manipulações do imaginário republicano por diferentes grupos com tendências políticas diversas. Quando o imaginário "atinge" o coração dos indivíduos, sua função de força reguladora, de coesão social é alcançado. Compartilhar valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas, com a finalidade de iniciar um processo de identificação, ou mesmo afeição, de uma comunidade com um imaginário, implica um forte investimento econômico e emocional. Isso pode formar uma espécie de "solidariedade" entre uma comunidade, aliás, pode formar a própria definição de comunidade, pois, como Anderson (1993, p.24) afirma: "de hecho, todas las comunidades mayores que las aldeas primordiales de contacto directo (y quizá incluso éstas) son imaginadas".

Esta concepção de imaginário, delineada pelas contribuições de Baczko, Taylor e Carvalho no presente trabalho, também são próximas daquela desenvolvida por Castoriadis (1982). Partindo de uma crítica à visão que denominou como funcionalista para a análise do papel das instituições na sociedade, este autor entende o imaginário como alguma coisa "inventada", como uma história completamente imaginada, ou mesmo de deslocamentos de sentidos, "onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações normais ou canônicas." (CASTORIADIS, 1982, p.154). Ao perceber que a composição de uma sociedade não ocorre apenas por suas funções políticas e econômicas, Castoriadis abriu espaço para pensar as formas de legitimação e de regulamentação, as invenções que os grupos e indivíduos criam para si mesmos, definindo seus objetivos, necessidades e problemas:

Uma sociedade só pode existir se uma série de funções são constantemente preenchidas (produção, gestação e educação, gestão da coletividade, resolução dos litígios, etc.), mas ela não se reduz só a isso, nem suas maneiras de encarar seus problemas são ditadas uma vez por todas por sua "natureza"; ela inventa e define para si mesma tanto novas maneiras de responder às suas necessidades, como novas necessidades. (CASTORIADIS, 1982, p.141).

Ao afirmar que as sociedades não possuem atributos "naturais", que suas necessidades, problemas e soluções são inventados, construídos, "imaginados", seu trabalho abre as portas para o estudo do imaginário. Para Castoriadis, "mesmo as categorias racionais são mantidas, nas mais diversas sociedades, por significações que são imaginárias." (ESPIG, 2003, p.53). De acordo com Baczko e Castoriadis, não podemos compreender a realidade social sem a dimensão imaginária, pois o próprio real é instituído pelo imaginário, construído pela imaginação. O que interessa para esses

autores é justamente "a maneira de ser sob a qual se constitui a instituição - a saber, o *simbólico*." (CASTORIADIS, 1982, p.141). É muito difícil definir as fronteiras do que esses autores consideram ser o "simbólico".<sup>2</sup>

De acordo com Espig (2003, p.54): "embora refira-se ao real, o imaginário social não será mero reflexo deste, mas sim representações elaboradas sobre este real a partir de materiais tomados de aspectos simbólicos existentes em determinada sociedade ou grupo." Bourdieu (1989, p.10) entende os símbolos como instrumentos de integração social, com funções de comunicação, conhecimento, imposição e legitimação. O poder simbólico de "fazer ver e fazer crer" tem uma capacidade efetiva de ação sobre a sociedade, por isso é constantemente alvo de disputas, de conflito, pois é "um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força", mas apenas a partir de um "efeito específico de mobilização", ou seja, se for reconhecido pela comunidade em questão. (BOURDIEU, 1989, p.14).

Concordando com Pesavento (1995, p.18), "para Bourdieu, a instância das representações é, em si, um campo de manifestação de lutas sociais e de um jogo de poder." Para Le Goff (1994, p.12), "só se pode falar de simbólico quando o objecto considerado é remetido para um sistema de valores subjacente - histórico ou ideal." Essas considerações demonstram como o imaginário pode ser palco de uma relação de dominação entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade - o que está em jogo é a legitimação eficaz de um sistema de valores que pode influir decisivamente nas práticas, condutas e comportamentos sociais.

O conceito "representação", nesse caso, pode referir-se à "tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração." (PESAVENTO, 1995, p.15). Todavia, as representações "não são expressões literais da realidade", elas referem-se a algo ausente, além de um sentido claro e definido. "O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente." (PESAVENTO, 1995, p.15). Para Chartier (2010, p.7), as noções de representação, práticas e apropriação chamavam atenção "para os gestos e comportamentos, e não apenas para as ideias e os discursos", e não deveriam ser consideradas como "simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do

---

<sup>2</sup> Para Castoriadis (1982, p.144), "um símbolo nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real." O imaginário estaria em um movimento circular entre o real e o imaginado. Ao mesmo tempo que tem o poder de afetar o mundo social, com poder de transformações efetivas para uma sociedade, é afetado pelo seu desenvolvimento. "Enfim, nada permite determinar as fronteiras do simbólico." (CASTORIADIS, 1982, p.144).

mundo social." A partir dessa noção de representação, foi aberta uma tendência de estudos do imaginário que considera não existir "prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo." (CHARTIER, 2002, p.66).

Le Goff (1994) afirma que o imaginário é, muitas vezes, confundido com outros conceitos, como por exemplo, o de representação: "o imaginário pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética." (LE GOFF, 1994, p.11-12). Para esse autor, o imaginário ocupa apenas uma fração do território da representação, mas vai além dele. "A fantasia - no sentido forte da palavra - arrasta o imaginário para lá da representação, que é apenas intelectual." (LE GOFF, 1994, p.12). Essas fantasias podem ser completamente imaginadas, como monstros fantásticos, seres oriundos de contos de ficção, como também podem estar vinculadas a abstrações sobre o "concreto" - como uma utopia de cidade.

Assim, por exemplo, o imaginário de capital do planalto tem um sentido não explícito, que é o projeto político e econômico por trás das tentativas de afirmação e legitimação dos grupos envolvidos na organização das comemorações do centenário. Mas esse imaginário não é mero reflexo de disputas econômicas, embora não possa ser considerado à parte desses conflitos (a relação circular mencionada por Castoriadis). Esse imaginário transformou e foi transformado pelas mudanças das conjunturas históricas. "Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica." (PESAVENTO, 1995, p.16). Essa dimensão simbólica do imaginário tem uma historicidade, pois "todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais." (CASTORIADIS, 1982, p.147).

Ao representar a "capital do planalto" (essa expressão é um conjunto de palavras, mas também é uma imagem de cidade), seu significado exigiu um trabalho de legitimação, de significação que deveria ser partilhado coletivamente. Para isso, foram mobilizados vários instrumentos (representações) que formaram uma constelação em torno dessa "ideia-imagem": "é por seu turno um sistema de idéias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação." (PESAVENTO, 1995, p.16). O imaginário, nessa

tendência de estudos, derivada da difusão do conceito de representação, envolve a construção de sentidos que estão além das aparências imediatas.

Do conceito representação deriva o de imaginário, entendido como esse sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história, para dar significado às coisas. O imaginário é sempre um outro real, e não o seu contrário. (PESAVENTO, 2008a, p.13).

O imaginário existe para "confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade." (PESAVENTO, 2008a, p.14). Para Pesavento (2008a), a representação é uma presentificação da ausência. Nesse sentido, o imaginário capital do planalto, por exemplo, não era algo presente, palpável ou mesmo um objetivo realizado. Ele representa um projeto ainda não concretizado, que deveria ser plenamente realizado no futuro. A partir da linguagem, dos discursos, das imagens, símbolos e performances, esse imaginário era representado. Um conjunto desses elementos, dessas representações, que eram "herança de um passado", presentes nas memórias individuais e coletivas, emergiu em 1957. Essa cidade imaginada, que transcendia a realidade momentânea, nunca deixou de estar presente, especialmente na esfera e nos grupos políticos. Em um momento como o centenário, elas aparecem com força, representando esse imaginário, associado aos ideias progressistas em voga em todo país naquele contexto. Cabe debater algumas críticas direcionadas ao conceito de "representação".

Armani (2011, p.163-164) afirma que "conceber o mundo como representação ou pensar a representação totalizante apenas através dos agentes sociais, das classes e dos grupos" mantém o "modo de produção classista do conhecimento", reservando um "suposto lastro de materialidade que serviria de suporte para dar realidade às ideias." Esse argumento é guiado por uma noção de que as representações acabam denotando uma certa imobilidade à dinâmica da movimentação de ideias em uma sociedade. O que essa crítica quer dizer é que o pensamento de um indivíduo, que compartilha ideias, imagens, práticas, símbolos comuns com outras pessoas, pode romper com a representação total que se faz (pelo próprio coletivo ao qual pertence) de sua comunidade ou grupo. O presente trabalho não observa uma "representação total" com "objetivos únicos", ou mesmo concebe um lastro materializante para o imaginário, no sentido de simular uma luta de classes no plano simbólico.

O imaginário capital do planalto não é a "representação total" de todos os passo-fundense que viveram a década de 1950 e participaram das comemorações do

centenário da cidade. Nem mesmo é de todo o grupo político que estava liderando as organizações das festividades e que estava vinculado ao projeto político-econômico de defesa da agroindústria como pedra angular para o progresso regional. Isso porque o imaginário não pode ser reduzido a apenas uma manipulação instrumental e consciente. Esse imaginário nem mesmo foi uma criação desse grupo, ele possui uma historicidade própria, foi (re)apropriado durante o centenário. Esse imaginário esteve impregnado de diferentes significados atribuídos por diferentes sujeitos ao longo da história. Em 1957, ele está associado à defesa de um projeto político e econômico que reivindica um modelo de urbanização, mas esses objetivos não eram únicos e nem plenamente difundidos entre os grupos organizadores, o que não exclui, de modo algum, o poder legitimador e de alinhamento na sociedade para com o seu grupo. Isso não significa que os sujeitos são "determinados" por um imaginário ou qualquer outro elemento.

Essas ressalvas não excluem o mérito de se pesquisar um imaginário ou mesmo um conjunto de representações. Pelo contrário, torna o estudo mais interessante e complexo. Por exemplo, Xavier e Oliveira, o historiador homenageado durante o centenário, assumia uma concepção de história nostálgica, sentindo o passado como época áurea da história passo-fundense, o que não ia ao encontro da temporalidade progressista assumida nos discursos políticos do momento. Mesmo assim, o poder executivo, envolvido diretamente na organização das comemorações do centenário, com interesse maior em afirmar Passo Fundo como capital do planalto, patrocina, juntamente com o Instituto Histórico de Passo Fundo, suas publicações e rende homenagens ao historiador.

Outro exemplo de desencontro, e que foge da noção de "representação totalizante" do imaginário, é o fato de Gomercindo dos Reis<sup>3</sup>, que lança duas obras em homenagem ao centenário de Passo Fundo em 1957, ter uma tendência política historicamente distante da de Xavier e Oliveira e mesmo assim render homenagem a ele. Em suas obras, exprime profunda admiração pelo "pai da história" do município.

---

<sup>3</sup> Gomercindo dos Reis, escritor que publicou duas obras em homenagem ao centenário de Passo Fundo nasceu em 1898 no mesmo município. Trabalhou no comércio nos municípios Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Santa Maria e Porto Alegre. Na capital do estado estudou dois anos em um curso comercial que funcionava no Clube Caixeral. Em Porto Alegre começou a estudar e dedicar-se a poesia, publicando versos em diferentes jornais. Em 1922 participou ativamente da campanha de Francisco de Assis Brasil em comícios e reuniões e poéticas. Terminada a revolução de 1923, não permaneceu em Porto Alegre e retornou à Passo Fundo, fundando o Birô Reis em 1931, escritório de corretagem que dirigiu por mais de trinta anos. Foi membro do Grêmio de Letras, do Instituto Histórico de Passo Fundo e assíduo colaborador do C.T.G Lalau Miranda. Faleceu em 1965 com 67 anos. Informações retiradas de: NASCIMENTO; DAL PAZ, 2014.

Reis também compartilha da aspiração de afirmar a cidade como capital do planalto, mas sem necessariamente defender o projeto político e econômico que esse imaginário representa para o grupo político que estava no poder (ele era de um partido de oposição naquele momento).

Da mesma forma, a análise do plano diretor de desenvolvimento urbano (elaborado pela equipe do arquiteto Edvaldo Pereira Paiva), elaborado em 1953 e aprovado em 1957 pelo poder executivo, apresenta diferentes percepções sobre esse imaginário. Esse plano apresenta elementos que vão ao encontro do imaginário de capital do planalto defendido pelo grupo que estava no poder político naquela década, mas apresenta outras características que estão associadas a um imaginário que também tem raiz progressista, mas difundido em outros meios, com outros significados. Ocorre um encontro desses elementos naquele plano, pois as concepções urbanísticas de seus elaborados (que possuem uma utopia, uma "imagem" do que é o urbanismo moderno) mostram afinidades com os interesses e objetivos do grupo política e economicamente dominante.

As significações atribuídas ao imaginário, ou mesmo a representações que passam a ser associadas a esse imaginário, variam de acordo com os sujeitos. Isso também não significa que não exista a tentativa de homogeneizar esse imaginário, de compartilhar seu significado com a comunidade para legitimar interesses particulares. Essas tentativas podem ser bem ou mal sucedidas, mas, mesmo no sucesso, não significa que toda sociedade pensará ou compreenderá de forma igual ou similar os símbolos, as representações desse imaginário. Coesão não significa padronização ou totalização, mesmo em indivíduos que participam de um mesmo grupo, de um mesmo "quadro social de memória" (HALBWACHS, 2006).

Assim, é possível definir o imaginário capital do planalto como de Passo Fundo - isso não significa entender que a percepção dos organizadores, em grande medida (re)produtores de suas representações, era a mesma que de todos habitantes da cidade. Significa que era uma visão do urbano, representada por um conjunto de elementos que visavam a estabelecer um projeto futuro para o município. "A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade." (PESAVENTO, 1999, p.16). O fato de esse projeto (que era representado por uma imagem futura da cidade) almejar a totalidade do urbano (seja em suas dimensões real ou imaginária), não significa que teve sucesso nisso. O presente trabalho é destinado a esclarecer as estratégias de legitimação

desse projeto - como esse imaginário foi difundido em uma comemoração e sua repercussão e efeitos sobre a configuração urbana do município. Para isso, reconhece a importância e o papel dos imaginários sociais e urbanos:

Entre otras cosas, toda ciudad es una proyección de los imaginarios sociales sobre el espacio. Su organización espacial le otorga un lugar privilegiado al poder al explotar la carga simbólica de las formas (el centro opuesto a la periferia, lo "alto" opuesto a lo "bajo", etcétera). Del mismo modo, la arquitectura traduce eficazmente en su lenguaje propio el prestigio con el que se rodea un poder, utilizando la escala monumental, los materiales "nobles", etcétera. (BACZKO, 1991, p.31).

Concordando com Baczko, o imaginário legitima visões urbanas. Estabelece e ordena divisões que acabam sendo naturalizadas, como "centro" e "periferia". A arquitetura também exerce importante papel na manutenção dos imaginários urbanos - ela representa prestígio dos grupos mais abastados, o poder que emana dos grupos políticos, entre outras funções. A literatura também pode ser compreendida como uma representação de imaginários urbanos, revelando percepções de cidades que partem de uma realidade, mas também podem construir cidades e espaços urbanos fantásticos, sonhados como utopias ou distopias. Ambas representações estão ligadas a visões sobre cidades em determinada conjuntura histórica, estão associadas a questões, problemas ou projetos que marcam a vida dos habitantes de uma urbe. Não é apenas na literatura que os imaginários são revelados: "[...] mesmo no caso do discurso urbanista, é preciso relativizar a praticidade: esse 'produtor do espaço' por excelência também opera no nível do imaginário, inscrevendo seu sonho na projeção de uma cidade desejada." (PESAVENTO, 1999, p.54). Como, por exemplo, o plano diretor, que tinha como meta ser um instrumento capaz de promover mudanças efetivas na cidade para a transformar em um centro regional:

Neste sentido, o projeto arquitetônico-urbanístico é, sobretudo, um processo que se exprime em idéias e imagens de uma cidade de desejo, que poderá - ou não - resultar em medidas práticas, mas que expressou, num determinado momento, uma possibilidade, uma intenção, um vir-a-ser constituído dentro de um momento histórico específico. (PESAVENTO, 1999, p.55).

O plano diretor de desenvolvimento urbano de 1953 (aprovado em 1957) representava a possibilidade de concretizar um imaginário. Sua função era regular, ordenar o espaço com a finalidade de promover o desenvolvimento urbano, assumindo que o papel de Passo Fundo era ser um centro regional. Para Souza (2000, p.135), "o

projeto arquitetônico e urbanístico, acima de tudo, procura traduzir os desejos e aspirações de clientes, proprietários, empresas ou poder público", mas quando ele é legitimado, se torna público, "assume um caráter de representação coletiva" e social, "representa aquilo que determinados grupos acham melhor para alguns, ou mesmo para todos, em determinada época."

No caso de Passo Fundo, sua função era garantir que a cidade estaria apta para afirmar sua posição como capital do planalto médio rio-grandense. O plano não cumpriu apenas funções técnicas de intervenção urbana, também representou uma imagem futura de Passo Fundo. É necessário admitir que "uma cidade é não só topografia mas também utopia e delírio." (SILVA, 2001, p.78). É importante mencionar as considerações de Silva (2001, p.55) que estuda "àquela presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva" de "caráter mais imaginário do que de comprovação empírica", presenças que define como "fantasmagorias" ou simplesmente "fantasma urbano". O fenômeno urbano não pode ser reduzido a suas dimensões "concretas":

A idéia brusca e determinista de que na cidade o que importa é o "real", o "econômico", o "social" deixou fora outras considerações mais abstratas, mas não menos reais: podemos dizer que o real de uma cidade não são só a sua economia, a sua planificação física ou os seus conflitos sociais mas também as imagens imaginadas construídas a partir de tais fenômenos, e também imaginações construídas por fora deles, como exercício fabulatório, em qualidade de representação de seus espaços e de suas escrituras. (SILVA, 2001, p.79).

Silva (2001) percebe o imaginário como real (mesmo que seja um outro real), pois para ele os indivíduos também vivem suas fantasias, seus sonhos e pesadelos - suas fantasmagorias. Esses fantasmas podem ser compreendidos como "fatos, idéias ou projetos que dão maior margem para a produção imaginária que outros." (SILVA, 2001, p.55). A "capital do planalto" pode ser compreendida como uma ideia, uma imagem de cidade. Na medida em que era vivenciada, como sonho ou utopia, por aqueles que partilhavam essa representação, pode até mesmo ser compreendida como um projeto, e não apenas uma representação do projeto político e econômico dos grupos que estavam no poder. De qualquer forma, era uma outra realidade pretendida, buscada pelas elites locais, seja uma representação ou uma fantasmagoria (ou ambos).

Será fantasmagórica qualquer cena que represente uma produção social do fantasma. O cenário de fundo corresponderá à cidade e sua realização, como



ente fantasioso que afeta uma conduta cidadã; corresponde ao *efeito imaginário sobre o acontecer cotidiano da cidade*. (SILVA, 2001, p.55).

As comemorações do centenário de Passo Fundo<sup>4</sup>, que priorizaram a representação da cidade como capital do planalto, mobilizaram o cotidiano da cidade. Nesse sentido, as diferentes representações utilizadas para afirmar esse imaginário que foram compartilhadas com os diferentes grupos e sujeitos da cidade tiveram efeito sobre "o acontecer" no mundo urbano, influenciaram as condutas de cidadãos que trabalharam em prol dos festejos desde o início da década de 1950. "A construção imaginária passa assim por múltiplos estandartes de narrativas cidadãs." (SILVA, 2001, p.52). Esses "estandartes" (representações) revelam os fantasmas. E "saber dos 'fantasmas' é encontrar os *sentidos ocultos*" do comportamento humano. Esse sentido oculto transita entre o consciente e o inconsciente. As representações, os estandartes e as fantasmagorias remetem a uma outra realidade, possível ou não. Necessariamente, a ampla difusão da imagem "capital do planalto" não implica consciência de que essa expressão remetia a um projeto político econômico, nem mesmo pelos grupos que estavam engajados em compartilhar esse imaginário. Mas algumas representações que conduzem a esse imaginário o utilizam para diferentes finalidades conscientes, claras e objetivas. Importa ao presente trabalho investigar ambos os casos.

Também é necessário mencionar a tendência de estudos do imaginário inaugurada por Bachelard, que dá "à imaginação uma função criadora", com "capacidade inventiva para criar a realidade." (PESAVENTO, 1995, p.20). Para Bachelard, a imaginação "não é entendida como uma faculdade que tão-somente reproduz imagens da realidade, mas que cria imagens que superam a realidade." (VOIGT, 2009a, p.2). Voigt (2009a, p.4) indica uma distinção entre a "imaginação formal" (capacidade de reprodução, distante da força criadora) e a "imaginação material" (centrada na articulação entre o olho e mão). Assim, Bachelard não reduz a imaginação à "categoria de subsidiária da percepção, formando imagens sempre secundárias, irreais ou falsas." A imaginação constrói imagens, é uma potência criadora que envolve um fazer, um trabalho manual, daí sua distinção, e relação, entre o "olho" e a "mão":

---

<sup>4</sup> Embora o centenário tenha sido tópico constante em discussões na imprensa local, as comemorações propriamente ditas foram realizadas em duas fases, a entre o dia 1 e 11 de agosto de 1957, com as solenidades oficiais da semana do município (com seu aniversário em 7 de agosto); a segunda fase foi a VII Festa Nacional do Trigo e Exposição Agropecuária e Industrial realizadas entre 20 de outubro e 19 de novembro de 1957.

Os trabalhos do artista plástico, do desenhista e do poeta encontram, enfim, seu cruzamento entre a atividade ocular e manual. Não há uma hierarquia precisa entre o olho e a mão no processo de criação, de produção de sentido. O próprio ofício do historiador, após ler documentos, abrir arquivos, copiar dados, colher depoimentos, é o trabalho de composição de um *texto*; é uma *poíesis*, um fazer que articula o olho e mão na produção de um sentido acerca dos eventos humanos. (VOIGT, 2009a, p.4).

Partindo dessa concepção, interessam os processos construtivos do imaginário, o trabalho despendido no fazer, explicitando o "como" os grupos trabalharam para isso, a atividade produtora de imagens, fantasias, fantasmas, de representações. "Assim, a ficção (*fictio*) - entendida não como mentira, mas como produção de sentido - é resultado da combinação entre real e irreal, entre ciência e poesia, entre o olho e a mão." (VOIGT, 2009a, p.6). O fazer do imaginário não é apenas fruto do devaneio, do fantasioso, resulta de uma articulação entre a imagens "reais" e "irreais", entre "ciência" e "poesia". Bachelard (2006, p.5) busca estudar as imagens conscientes, dos sonhos acordados, "pois é pela intencionalidade da imaginação poética que a alma do poeta encontra a abertura consciencial de toda verdadeira poesia." Esse devaneio que é objeto das reflexões do filósofo, também figura nos discursos e produções historiográficas. No presente trabalho, no capítulo 2, entre outros objetivos, serão delineadas as relações que certas "imagens poéticas" assumidas nos discursos que almejam legitimidade (enquanto obras de história) na cidade possuem com o imaginário capital do planalto e com o regime de historicidade que confere significado e sentido à narrativa histórica.

O devaneio que queremos estudar é o devaneio *poético*, um devaneio que a poesia coloca na boa inclinação, aquela que uma consciência em crescimento pode seguir. Esse devaneio é um devaneio que se escreve, ou que, pelo menos, se promete escrever. Ele já está diante desse grande universo que é a página em branco. Então as imagens se compõem e se ordenam. (BACHELARD, 2006, p.6).

São as imagens que nascem dos sonhos acordados e devaneios "conscientes", que são diferentes daquelas do subconsciente, que emergem enquanto dormimos. "Notemos, aliás, que um devaneio, diferentemente do sonho, não se conta. Para comunicá-lo, é preciso *escrevê-lo*, escrevê-lo com emoção, com gosto, revivendo-o melhor ao transcrevê-lo." (BACHELARD, 2006, p.7). O devaneio é um estado onírico consciente - é quase uma dilatação, até uma suspensão espaço-temporal que ocorre no instante da inspiração. É o "amor escrito" que interessa perceber nas imagens poéticas.

Essa tendência de investigação aproxima-se de uma "fenomenologia do imaginário", onde a imaginação assume um princípio de "excitação" que "tenta um futuro", formulando "hipóteses de vida", que alargam a existência e dão "confiança no universo." (BACHELARD, 2006, p.8). Não se deve confundir a imaginação e as imagens poéticas com "estabilidade", pois elas têm uma capacidade, uma potência criadora, transfiguradora do real. Especialmente quando se trata da formulação (poética ou científica) utópica de um imaginário urbano, como a transformação de Passo Fundo em uma capital do planalto. "O devaneio poético nos dá o mundo dos mundos. O devaneio poético é um devaneio cósmico. É uma abertura para um mundo belo, para mundos belos." (BACHELARD, 2006, p.13).

A imaginação, que possibilita o devaneio, tem essa capacidade de abertura para outros mundos, pois liberta a consciência do "real". Esse devaneio cósmico não refere-se tanto a projetos, mas a estados de consciência. Nas obras de Xavier e Oliveira, as imagens poéticas traduzem estados de "nostalgia" em relação ao passado. Mas os projetos, quando lançados ao futuro imaginado, fornecem utopias, que não deixam de ser estados poéticos de existência. O que a investigação proposta por Bachelard almeja é: "provar que o devaneio nos dá o mundo de uma alma, que uma imagem poética testemunha uma alma que descobre seu mundo, o mundo onde ela gostaria de viver, onde ela é digna de viver." (BACHELARD, 2006, p.15). A imaginação promove a criação/recriação do mundo, tornando-o imaginário. Esse ato inicial da imaginação criadora é construído pela consciência sonhadora, mas sua ressonância conduz aos imaginários sociais, compartilhados por uma comunidade.

As consciências oníricas (sonho e devaneio) estão próximas das nossas construções mentais (representações, estereótipos, utopias), mesmo daquelas que nós consideramos infalíveis (razão ou entendimento), até utilizá-las no singular. Imaginário e realidade são dois mundos que se visitam constantemente. (LEGROS, et. al., 2014, p.235).

Para levar adiante sua investigação sobre as imagens criadas por uma "consciência sonhadora", Bachelard (2008) defende a fenomenologia como método para sua investigação. Essa fenomenologia proposta reside em buscar o "início da imagem" em uma "consciência individual" para revelar sua força e sua capacidade "transubjetiva". (BACHELARD, 2008, p.3). Ou seja, depois de analisar a imagem poética "em sua origem a partir da imaginação pura, deixamos de lado o problema da composição do poema como agrupamento de imagens múltiplas." (BACHELARD,

2008, p.9). A proposta reside em analisar as repercussões de uma única imagem poética dentro de um texto, no caso poesia, mas é possível estender para textos de outra natureza, como a história, que depende da imaginação e possui, sem dúvida, uma dimensão poética em sua narrativa. Essas repercussões da imagem não "param" dentro do texto, elas são "transubjetivas", compartilham com o leitor sua dimensão subjetiva, seu "estado" de espírito.

"Por sua novidade, uma imagem poética põe em ação toda a atividade lingüística. A imagem poética transporta-nos à origem do ser falante", e com isso "sentimos um poder poético erguer-se ingenuamente dentro de nós." (BACHELARD, 2008, p.7). Assim, nos apropriamos das imagens, elas tornam-se nossas. "Enraíza-se em nós mesmos. Nós a recebemos, mas sentimos a impressão que teríamos podido criá-la, de que deveríamos tê-la criado." (BACHELARD, 2008, p.7). Essa imagem que "cria" não pode ser tomada como um "objeto", pois isso reduziria a "repercussão" de seu estado criativo. A imagem poética cria também um espaço dentro do texto em que aparece. Por isso, Bachelard defende uma análise de imagens isoladas, em seu "início". Esse início refere-se ao primeiro momento em que a imagem aparece dentro do texto escrito - momento do devaneio da consciência individual de quem escreve. A partir dessa primeira aparição, passa a ser possível pensar em seus efeitos de criação que conferem sentido, emoções, enfim, que criam um estado emocional. Depois desse início, dessa origem, são desencadeadas outras imagens, que orbitem essa imagem poética. Forma-se uma constelação imaginária, um imaginário em transformação, pois "incessantemente a imaginação imagina e se enriquece com novas imagens." (BACHELARD, 2008, p.19).

Importa ao presente trabalho discutir como certas imagens poéticas emergiram durante as comemorações do centenário em algumas obras publicadas em homenagem à cidade. Especialmente nos trabalhos de Xavier e Oliveira e Reis, essas imagens, conduzem o leitor a estados emocionais, poéticos, subjetivos. Esses estados, criados pela imaginação, evocam outras imagens e conferem sentido ao mundo urbano, sem necessariamente estarem vinculados ao imaginário capital do planalto. Mas são imagens que circularam durante as comemorações, que revelam sentimentos que foram compartilhados com os leitores nos espaços de circulação dessas obras. E mesmo que não estejam plenamente associadas ao projeto imaginário de tornar a cidade um centro regional, foram usadas para esse propósito (especialmente as imagens nas obras de Xavier e Oliveira) pelos organizadores dos festejos.

Imagens como a da árvore e de suas raízes que aparecem nos escritos do "pai da história" de Passo Fundo não são necessárias para o discurso historiográfico, mas exercem papel crucial na narrativa histórica desse autor (questões sobre a legitimidade de Xavier e Oliveira como historiador serão discutidas no capítulo 2). É nelas que sua percepção, seus "devaneios" sobre a passagem do tempo aparecem no texto, arrastando "a imaginação como se esta criasse uma fibra nervosa." (BACHELARD, 2008, p.12). Nesse momento (da leitura, do espaço criado na página escrita), o regime de historicidade aflora, aparece e pode ser sentido, imaginado. Afinal, são imagens que exprimem, representam um encadeamento das categorias temporais (passado, presente, futuro) que não é apenas racional, mas também um sentimento. Um estudo dedicado a pensar as comemorações de um centenário que envolveram a afirmação de um imaginário para uma cidade não pode ignorar essa dimensão da narrativa histórica, que apresenta encontros e desencontros entre temporalidades e sentidos construídos por sujeitos e grupos sociais naquele contexto. Cabe destacar a crítica de Didi-Huberman (2015) em relação à definição de imagem poética de Bachelard (e que pode ser estendida ao próprio conceito de imaginário social):

Temos, muitas vezes, ideias bem pobres acerca do que é uma imagem poética. Uma certa crítica literária, oriunda de Jung ou Bachelard, havia-a reduzido ao *imaginário*, postulando sob este termo um reino ideal de motivos standards susceptíveis de serem classificados em repertórios iconográficos, puxando toda a imagem para o arquétipo. Depois, o estruturalismo quis - legitimamente - desembaraçar-se desta concepção, mas puxando toda a imagem para a metáfora e reduzindo-a, de facto, ao que chamava simbólico. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.157).

Essa crítica está baseada em uma aparente imobilidade em relação às imagens poéticas. As imagens poéticas analisadas por Bachelard remetem aos "elementos primordiais", à matéria original da imaginação criadora - o fogo, o ar, a água e a terra. Ao observar as imagens poéticas, a construção de sentido acabaria remetendo a um desses elementos primordiais. Didi-Huberman (2015, p.158) não percebe, nessa perspectiva, a possibilidade "de ser olhado por aquilo que se vê. De ser visado, transformado, implicado, ferido, revelado, resumindo: aberto até o âmago." Ocorre uma inversão na operação da consciência sonhadora, pois o devaneio, uma espécie de sonho acordado, em que o poeta consegue escrever sua visão, seu estado onírico desperto, no sentido atribuído por Bachelard, passa a ocorrer de outra forma. Para Didi-Huberman (2015, p.158), "saber escrever através de um gesto que se chama poesia" significa não

procurar as palavras para dizer o que vemos, "mas sim encontrar as palavras para que seja dito e inscrito que somos olhados, abertos, transformados por aquilo que vemos."

As "palavras videntes" dos poetas têm esse poder: "[...] só as palavras videntes do poeta, essas figuras, esses desvios, essas falsas imprecisões, essas aproximações que recusam desde logo a apreensão, têm a força de nos fazer olhar." (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.162). As imagens nos perturbam, "nos abrem para além de qualquer vida - e, portanto, da nossa própria vida - presente", elas são "sintomas" que sobrevivem, ou seja, "o surgimento, na ordem do presente, de uma soberana temporalidade das profundezas." (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.166). Em sua obra *O que vemos, o que nos olha*, Didi-Huberman (2010) procura superar duas atitudes em relação ao ver. Inicialmente, a crença de que ao ver uma imagem, ela nos leva além do que observamos. Como exemplo ele menciona a arte cristã<sup>5</sup>, que produziu imagens de túmulos esvaziados de seus corpos "para se encher de algo que não é somente uma promessa - a da ressurreição - mas também dialética muito ambígua de astúcias e punições, de esperanças e ameaças brandidas." (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.43). Essa atitude em relação ao ver nega a possibilidade de sermos olhados, transformados, pelo que vemos, pois a imagem conduz a crenças além da própria figura.

A outra atitude seria o olhar definido pela arte minimalista<sup>6</sup>, que reivindica eliminar as ilusões das representações "para impor objetos ditos específicos, objetos que não pedissem outra coisa senão serem vistos por aquilo que são." (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.50). Nessa perspectiva, o olhar se encerraria sobre o próprio objeto, pois ele seria reduzido a uma forma geométrica pura e simples que só proporcionaria experiências sensoriais. A essas duas definições de imagem, Didi-Huberman (2010, p.172) contrapõe a "imagem dialética", que "critica nossas maneiras de vê-la, na medida em que, ao nos olhar, ela nos obriga a olhá-la verdadeiramente." Essa imagem, quando a olhamos, nos devolve seu olhar, evocando uma memória entendida como "escavação arqueológica", em que o lugar dos objetos encontrados (relembrados) nos fala tanto quanto os objetos em si mesmos. Mas essa relação dialética coloca uma questão crítica em jogo:

---

<sup>5</sup> Entre os exemplos mencionados, estão duas obras de Fra Angélico, um detalhe da *Ressurreição* (mulheres junto ao túmulo vazio), de 1438-50 (Afresco. Convento de San Marco, Florença), e *Juízo Final*, de 1433 (Têmpera sobre madeira. Museu de San Marco, Florença). (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.44-45).

<sup>6</sup> Como exemplo, Didi-Huberman (2010, p.50-51) menciona obras e textos teóricos de Donald Judd e Robert Morris.

Por um lado, o objeto memorizado se aproximou de nós: pensamos tê-lo "reencontrado", e podemos manipulá-lo, fazê-lo entrar numa classificação, de certo modo temo-lo na mão. Por outro lado, é claro que fomos obrigados, para "ter" o objeto, a virar pelo avesso o solo originário desse objeto, seu lugar agora aberto, visível, mas desfigurado pelo fato mesmo de pôr-se a descoberto: temos de fato o objeto, o documento - mas seu contexto, seu lugar de existência e de possibilidade, não o temos como tal. (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.176).

Nesse sentido, a imagem dialética implica um jogo de perdas e ganhos na medida em que observamos e somos observados. Contemplando a imagem, a possuímos, ao possuir, somos fendidos, uma fissura se abre em nosso ser e uma cadeia de outras imagens (lembranças) irrompem. Mas essas rememorações são "anacrônicas", pois estão fora de seu lugar, de seu contexto. "A imagem dialética seria a imagem de memória positivamente produzida a partir dessa situação anacrônica, seria como que sua figura de presente reminescente." (DIDI-HUBERMAN, 2010, p.176). Essa imagem é o conflito encarnado, pois ela evoca a memória como "representação acessível" de uma temporalidade, mas perde a "sedimentação histórica". Assim, essa imagem sobrevivente reconvoça elementos do passado, mas não para serem reconstituídos no presente, pois isso é impossível, visto que é anacrônica (seu lugar de existência pertence a outra temporalidade), mas para os deformar, ultrapassar. São imagens em que "o presente e o passado se reconfiguram", pois "têm tanto de memória, quanto evidência de presente e mesmo de futuro." (KERN, 2010, p.17). As palavras de Pomar (2014, p.60) definem a "encruzilhada dos sentidos" que as imagens apresentam:

A densidade imaginária da imagem alicerça-se no fantasma. A sua densidade óptica continua evidentemente a ser função das leis da física. Mas o acto de ver situa-se numa encruzilhada de mundos. O ver desperta migrantes vindos de toda parte, até às profundezas das sedimentações da experiência, em que se produzem as cadeias de associações, trama de todo o discurso.

As imagens nos "agarram", nos levam ao "mergulho no lago dos fantasmas" das memórias no instante em que as observamos. A experiência do ver, e ser visto, implica sobrevivências do passado, das lembranças evocadas que se encontram com temporalidades conflitantes no presente, produzindo uma experiência totalmente nova. Em sua obra *Diante da imagem*, Didi-Huberman (2013) dedica atenção especial a uma pintura de Fra Angélico<sup>7</sup> chegando à conclusão de que ela "não apresenta concordância com a época de sua criação." (KERN, 2010, p.18). Ela evoca distintas memórias, o que

<sup>7</sup> A obra em questão é *Anunciação*, de 1440-41 (Afresco. Florença, Convento de San Marco, cela 3). (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.18).

o leva a considerar as "sobrevivências, os anacronismos e os reencontros de temporalidades contraditórias e descontínuas que compõem a imagem." (KERN, 2010, p.18). Ao pontuar que a imagem não deve ser percebida apenas como algo que leva nosso "olhar" além dela mesma, para crenças em outros mundos ou dimensões (como no caso da arte cristã - a imagem levando à crença na vida após a morte), e, o seu inverso, que ela não se encerra em si mesma (como nas aspirações da arte minimalista) emerge uma percepção diferente sobre a imagem (a imagem dialética). A imagem dialética de Didi-Huberman não pode ser isolada e classificada no tempo a partir de unidades estéticas ou escolas artísticas/históricas com definições generalizantes:

Ao defender as distintas temporalidades da imagem, ele demonstra que o seu tempo por ser heterogêneo é impuro e que esta nada mais é do que uma montagem de tempos diferentes, formando anacronismos. É necessário se identificar os encontros de temporalidades contraditórias na imagem, visto que podem elucidar a intrincada rede de conexões com as quais ela é elaborada. (KERN, 2010, p.21).

Assim, as imagens construídas por devaneios de uma consciência sonhadora não traduzem apenas sentimentos puros e originários. Elas carregam a marca da contradição, são também dialéticas. Ao visualizar a imagem a partir da leitura, reminiscências do passado aparecem no presente, o refiguram, o ultrapassam enquanto são construídas a partir da leitura. A imagem poética da terra para Xavier e Oliveira, por exemplo, carrega consigo esse movimento, essa pulsação de elementos que portam diferentes temporalidades. Ao mesmo tempo em que evocam aparições (lembranças) no presente, trazem consigo a perda de seu lugar de existência. Bachelard entendia a imaginação dinâmica, criadora, como movimento e abertura, como capacidade de deformar as imagens fornecidas pela percepção:

Se não há mudança de imagens, união inesperada das imagens, não há imaginação, não há ação imaginante. Se uma imagem presente não faz pensar numa imagem ausente, se uma imagem ocasional não determina uma prodigalidade de imagens aberrantes, uma explosão de imagens, não há imaginação. Há percepção, lembrança de uma percepção, memória familiar, hábito das cores e das formas. O vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é imagem, mas imaginário. (BACHELARD, 2001, p.1).

Bachelard reconhece o poder criador e dinâmico da imaginação. Estabelece uma relação entre imagens presentes e ausentes, não as percebe como acabadas, prontas e estáticas. Mas sua atenção não recai sobre suas rupturas, os desencontros de



temporalidades que existem em uma imagem - seus fantasmas sobreviventes de épocas passadas que aparecem no presente o refigurando, nos transformando na medida em que somos observados pela imagem que observamos. Embora Bachelard não tenha como objetivo observar os tempos contraditórios, os anacronismos na construção das imagens poéticas, sua compreensão do tempo também não é linear, para ele, apenas a imaginação possibilita que "os instantes descontínuos possam ser lidos em nossa memória e até mesmo na memória deixada pelos vestígios." (VOIGT, 2009, p.153). É a imaginação que organiza a temporalidade, formada por instantes descontínuos e desencontrados. Para Didi-Huberman (2015, p.15), "não há imagem sem imaginação, forma sem formação, *Bild sem Bildung*". O momento em que olhamos e somos olhados, o momento da refiguração, é também um momento de construção da imagem. Para Bachelard, a imaginação é criadora, dinâmica - as imagens poéticas não são estáveis, quando elas estabilizam, deixam de ser poéticas.

A noção de imagem poética de Bachelard é importante para estudar imaginários em datas comemorativas. As comemorações envolvem sentimentos, sensibilidades. As imagens poéticas, formadas no instante de sua observação (ou leitura), mobilizam e produzem emoções em quem as observa (no leitor, no caso), também fendem o leitor, pois provocam uma "união inesperada de imagens", que é organizada (ou desorganizada) pela imaginação. As representações, sejam imagens literárias ou visuais, não podem ser reduzidas a mero instrumento para legitimação de projetos políticos. Elas podem ser usadas com essa finalidade, mas não se reduzem apenas a esse aspecto. As narrativas históricas que circularam durante a década de 1950 compreendem imagens poéticas carregadas, energizadas por diferentes sentimentos, muitas delas conflitantes em uma mesma representação, em um mesmo espaço literário. Nesse sentido, as contribuições de Didi-Huberman complementam essa percepção, ao ressaltar que as imagens são complexas e anacrônicas, abarcam diferentes temporalidades e estabelecem, no momento em que as olhamos, um jogo de perdas (seu lugar de existência foi perdido - seu contexto jamais pode ser recuperado plenamente) e ganhos (ganhamos com a refiguração entre passado, presente e futuro, ganhamos com a união inesperada de imagens que se "enraízam" em nós).

Depois dessa explanação, é possível delinear três concepções sobre imagem e imaginário. Uma sócio-histórica, tendo Castoriadis e Baczko como referências, outra fenomenológica, com Bachelard, e uma oriunda da história da arte, com Didi-Huberman. O objetivo desse texto introdutório não é classificar todos os autores que

pensaram ou trabalharam com imaginário, tarefa que exigiria um trabalho específico e dedicado apenas ao debate teórico e historiográfico. Portanto, a ambição dessa breve discussão tem objetivos modestos - apenas dialogar com os referenciais que orientam a presente pesquisa. Nas tendências apresentadas, existem pontos de encontro, desencontro e, em alguns casos, até visões conflitantes. Mas isso não deve excluir as contribuições dessas vertentes.

A noção de representação articulada ao conceito de imaginário, por exemplo, é uma ferramenta útil para essa pesquisa. Tendência sócio-histórica das pesquisas de imaginário, atrelada às disputas que se operam no campo simbólico da sociedade, permite pensar e perceber as construções, manipulações e usos das representações para afirmar objetivos políticos e econômicos em um futuro próximo. Nesse sentido, os símbolos, as fantasmagorias, as representações da capital do planalto continuam um significado em suas entrelinhas que conduzia a uma outra realidade. A busca por esse imaginário mobilizou a sociedade (de forma ativa, os grupos envolvidos em sua organização), orientou condutas, práticas e sociabilidades. As contribuições teóricas e metodológicas dessa tendência são importantes ao indicar os usos políticos dessas representações e assinalar relações de poder que não podem ser excluídas dessa análise.

Didi-Huberman mostra que as "imagens-ideias" que compreendem as representações da tendência sócio-histórico são mais que meros brinquedos em uma relação de conflito simbólico. Ao afirmar que as imagens são mais que apenas vetores para crenças ocultas além de sua própria constituição, que são dialéticas, imersas em uma relação de troca de olhares, confere uma existência social para as representações. Existem sobrevivências, vestígios de outros tempos, de outras memórias e intenções que escapam ao controle daqueles sujeitos que as empregam, as usam para a afirmação de um imaginário. Esses fantasmas sobreviventes em uma imagem produzem outros sentidos que escapam ao próprio artesão que a construiu. Isso amplia a visão sobre a relação entre as imagens (representações visuais ou literárias) e o imaginário capital do planalto. Aponta para a existência de temporalidades contraditórias, de atribuição de sentidos à cidade que são divergentes entre os próprios envolvidos na construção do imaginário. Esses desencontros também fazem parte das comemorações do centenário.

Outro conceito importante, intrinsecamente articulado com o imaginário, é a memória. Conforme ficou claro, as diferentes tendências de estudos abordadas nessa introdução realizam observações pontuais sobre as relações entre memória e imaginário. Cabe explicitar algumas contribuições de duas tendências distintas sobre a memória

(fenomenológica, de Henri Bergson, e sociológica, de Maurice Halbwachs) e como elas podem ser articuladas a pesquisas relativas ao imaginário em um contexto de comemorações, especialmente no presente trabalho. Schmidt (2006) aponta que a publicação de *Matéria e Memória*, de Bergson, em 1896, buscou superar um dualismo (idealismo X materialismo) que impregnava o cenário intelectual do fim de século. Dosse (2012, p.282) indica que Bergson visava a superar posições reducionistas, como aquelas que pretendiam demonstrar a localização exata das recordações no cérebro humano - "foi o confronto com essa ideia que levou Bergson a diferenciar dois tipos de memória", a memória hábito e a memória pura.

Bergson (1990) entendia que o passado sobrevivia sob duas formas distintas - mecanismos motores (onde a memória hábito atua) e em lembranças independentes. Os hábitos seriam aquelas ações que internalizamos, que repetimos de forma mecânica de acordo com as circunstâncias sem nem nos darmos conta. Já a lembrança "independente" em relação aos hábitos que memorizamos implica "um trabalho de espírito, que irá buscar no passado, para dirigi-las ao presente, as representações mais capazes de se inserirem na situação atual." (BERGSON, 1990, p.60). Disso decorre a formulação das duas memórias, "das quais uma imagina e a outra repete." (BERGSON, 1990, p.63). A memória pura, que imagina, teria a capacidade de registrar, "sob a forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam" (BERGSON, 1990, p.62), em ordem cronológica e sem omitir nenhum detalhe. De acordo com Bosi (1994, p.46-47), a perspectiva de Bergson atribui à memória função importante no processo psicológico:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Não é por acaso que uma das referências de Bachelard é Bergson. Esse deslocamento das percepções imediatas, que ocupa todo espaço da consciência, só é possível mediante uma abstração completa: "para evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar." (BERGSON, 1990, p.63-64). Esse estado introspectivo é muito próximo da noção de devaneio, com a diferença que as imagens poéticas que

nascem dos devaneios, dos sonhos conscientes, são frutos de uma imaginação criadora. Porém, como Bachelard adverte, se uma imagem perde sua capacidade dinâmica de mobilizar outras imagens (que estão na memória, de seu criador, de seus observadores/leitores), ela perde seu encanto, sua força criativa. De qualquer forma, esses estados de devaneio constituem lapsos temporais, onde a consciência se liberta das amarras do tempo e do espaço. As imagens poéticas dentro da narrativa encarnam fantasias sobre o passado que invadem o presente e se lançam ao futuro, condensam, refiguram o tempo. Ocorre que a memória pura, que é também a memória que imagina, é constantemente inibida pela memória hábito, relacionada com a consciência prática que atua no presente:

Constantemente inibida pela consciência prática e útil do momento presente, isto é, pelo equilíbrio sensorio-motor de um sistema estendido entre a percepção e a ação, essa memória aguarda simplesmente que uma fissura se manifeste entre a impressão atual e o movimento concomitante para fazer passar aí suas imagens. (BERGSON, 1990, p.75).

De acordo com Bergson, a memória pura, onde todas as nossas lembranças seriam conservadas em forma de imagens, invade o presente conforme situações que ocorrem a partir das experiências que os sujeitos vivenciam no presente. Sem entrar no mérito da possibilidade (ou não) de que todo o passado de um indivíduo possa ser conservado, cronologicamente em todos seus detalhes em seu espírito, interessa aqui a noção de "fissura" na consciência prática, que regula nossas ações no cotidiano. Proust (2010, p.238-239) soube reconhecer em sua narrativa o poder, a importância das "fendas" pelas quais lembranças esquecidas, inusitadas, escorrem:

Todas essas lembranças reunidas umas às outras não formavam mais que uma massa, mas nem por isso eu deixava de perceber entre elas - entre as mais velhas e as mais novas, surgidas de um perfume, e depois as que eram somente lembranças de outra pessoa, que as passara a mim - senão fissuras, verdadeiras fendas, pelo menos essas nervuras, essas misturas de cores que, em certas rochas e certos mármore, revelam diferenças de origem, de idade e de "formação".

Um sabor, um cheiro, podem induzir a um estado de devaneio consciente, uma fissura no tempo, na memória, por onde as lembranças irrompem. "Todos os esforços de nossa inteligência serão inúteis" (PROUST, 2010, p.63) para evocar lembranças remotas, fantasmas de nosso passado. Por isso, é admirável o efeito que uma simples xícara de chá e uma *madeleine* podem provocar - uma abstração, um devaneio, uma

fenda no próprio tempo. É nesse sentido que Proust menciona que o passado pode estar em um "objeto material", no mundo exterior. A evocação da lembrança por influência de objetos, imagens, representações, está vinculada às sensibilidades, à subjetividade humana, articula memória e imaginação: "o que palpita desse modo bem dentro de mim, deve ser a imagem, a lembrança visual, que, ligada a esse sabor, tenta segui-lo até mim." (PROUST, 2010, p.66). As imagens abrem, despertam para outros sentidos, e a imaginação permite os sentir no momento do devaneio.

Essa noção da fissura e de que os objetos exteriores podem assumir o papel de uma espécie de "gatilho", que proporciona essa rachadura na consciência prática e atenta ao cotidiano, ao presente, traz importante contribuição para pensar a memória, as imagens e o imaginário em uma comemoração. Como já indicado, existe, de fato, uma construção do imaginário. Diferentes representações foram mobilizadas para afirmar um projeto político e econômico para o município em nome de sua afirmação como cidade centro regional. Porém, mesmo em meio a todos esses elementos que formavam uma constelação em torno de um centro (a capital do planalto), existiam algumas brechas (fissuras) nessa malha imaginária. Por essas fendas, aparecem temporalidades, lembranças e imagens que, embora circulando em torno do imaginário, não estão necessariamente alinhadas com o projeto de cidade. O caso das imagens poéticas na narrativa de Xavier e Oliveira é um exemplo. Concordando com Piedade (1996, p.42):

As perspectivas social e individual da memória, complementam-se, mas enquanto a primeira se constitui através de uma linguagem dependente da imagem de referência, que permite a generalização de ideias colectivas, a segunda constitui-se a partir de representações localizadas no tempo e no espaço.

Essa perspectiva individual da memória pode ser atribuída a Bergson, que se preocupou em refletir sobre o fenômeno da lembrança em sua dimensão psicológica, sem se preocupar com sua relação com o mundo social. Para Schmidt (2006, p.91), a perspectiva de estudos da memória inaugurada por Bergson "constrói uma rica 'fenomenologia da lembrança', tendo como foco o indivíduo e enfatizando os elementos não-conscientes e afetivos da memória." A matriz que denominei de sócio-histórica e que tem Maurice Halbwachs como seu fundador volta sua atenção às relações entre sujeitos e grupos sociais e como isso afeta a lembrança. Importa, dessa tendência de estudos, perceber as relações e diferenças entre a memória coletiva e social. "A memória coletiva é o resultado de uma dialética entre o passado e o presente, ajustando-

se às sucessivas e distintas configurações que resultam das alterações sociais, políticas, económicas." (GODINHO, 2014, p.194). Como Tedesco (2004, p.151) afirma, a principal tese de Halbwachs "é que a memória individual é uma construção social." Dessa tese inicial, chega-se à noção de quadros sociais, do dinamismo e da relação constante com as (re)atualizações e questões do presente que afetam a memória de um grupo:

[...] rememorar, reconstruir, alterar, localizar, racionalizar e dar lógica à lembrança dependerá do domínio individual das noções familiares do grupo de pertencimento, dos pontos de reparo, do nível de interação com os fatos no vivido individual/grupal, da morfologia do grupo, da sucessão de quadros diferentes, das modificações e descontinuidades dos grupos (entrada/saída de indivíduos), da utilidade/interesse da lembrança para o grupo (níveis de lembrança e de esquecimento conscientes e inconscientes). (TEDESCO, 2004, p.151).

Nesse sentido, o imaginário que, como Baczko indicou, pode prover esquemas de interpretação coletiva, participa ativamente das dinâmicas da memória no presente, das reconstruções do passado. "Memória é trabalho, é ação de um sujeito em seu lugar social, no agora, no presente." (FERREIRA, 2008, p.22). A memória social "pressupõe um exercício de poder", pois alguns grupos estão "melhor posicionados para imporem a sua versão e construírem uma memória social, que passa à história, ensinada e aprendida, divulgada pelos media, tornada corrente e naturalizada." (GODINHO, 2014, p.194). A construção do imaginário urbano capital do planalto implicou a seleção de memórias, lembranças que passaram a constituir a memória da cidade, legitimada durante as comemorações do centenário. Essa seleção, esse exercício de poder por parte de um grupo ocorreu em função de acontecimentos que se desenrolavam no presente em função de um projeto político e econômico.

A noção de memória entendida como lembranças compartilhadas por indivíduos pertencentes a um grupo social em um determinado momento (o presente) ocupa, assim, um lugar importante na cena pública. Ao lado dos que originalmente eram autorizados a produzir o saber sobre o passado (historiadores), outros atores emergem na disputa da "boa versão", pois o que está em questão é uma definição do passado para a qual concorrem instituições e processos sociais supostamente aptos a produzi-la (os empreendedores da memória), sendo importante aqui refletir sobre os efeitos desse processo tal como os usos de políticas de memória como instrumentos de poder, por exemplo. (FERREIRA, 2012, p.13).

Isso significa reconhecer uma relação de forças em que o grupo no poder tinha os meios e os instrumentos para difundir, divulgar e mesmo impor no espaço urbano

elementos que compunham o quadro social no qual interagiam. Isso ocorre independente do fato de essa ser sua intenção ou não. Trata-se da construção de uma "memória pública", que é "visibilizada nos media, nos discursos públicos, nos livros escolares, na toponímia e noutros formatos memoriais." (GODINHO, 2015, p.145). Para Ferreira (2012, p.14), "a construção de um passado legítimo passa por mecanismos de institucionalização que formalizam a interação entre as políticas de memórias e os grupos sociais [...]". Representações do imaginário capital do planalto se confundem com esses mecanismos e com a elaboração de políticas públicas em Passo Fundo na década de 1950.

A memória dos "vencidos", dos grupos que não encontraram visibilidade no imaginário urbano não foi levada em consideração, não foi representada durante as comemorações do centenário. "O passado transforma-se em memória colectiva depois de ter sido seleccionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e conveniências políticas." (TRAVERSO, 2012, p.10). Nessa transformação do passado em memória de uma comunidade, passando pelo processo de seleção dos sujeitos, dos acontecimentos e lugares adequados ao sabor do presente, sua relação com o imaginário é latente. O passado atualizado em 1957 é um imaginário de como deveria ter sido (GODINHO, 2012, p.14) a história da capital do planalto, que influencia na organização temporal, na historicidade narrada e vivenciada pelos indivíduos e grupos naquele ano de 1957 afeta o regime de historicidade da sociedade (HARTOG, 2013). Como Candau (2012, p. 63) demonstra, "a memória organiza os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas futuras." Está, portanto, articulada com o imaginário da cidade como centro regional, com os projetos para o futuro de Passo Fundo estabelecidos pelos grupos no poder.

As produções memorialísticas impulsionadas por uma obsessão pelo passado e pela memória no âmbito das comemorações do centenário são "representações colectivas do passado tal como se forjam no presente." (TRAVERSO, 2012, p.14). Essa percepção vai ao encontro da "metamemória" descrita por Candau (2005, p.99), que é não apenas a "representação que cada indivíduo cria da sua própria memória", mas também o que ele diz sobre ela e o conhecimento que tem dela, "é uma memória reivindicada, ostensiva." Ao ser partilhada, torna-se coletiva, uma reivindicação de como se supõe que tenha sido o objeto lembrado. São essas exteriorizações da memória, discutidas e debatidas entre os organizadores das comemorações, que se "conjugam sempre no presente" (TRAVERSO, 2012, p.18), e que foram amplamente difundidas

pela imprensa, que se articulam ao imaginário da capital do planalto, se atualizam, se transformam na história e no imaginário da comunidade. A metamemória

[...] alimenta o imaginário dos membros do grupo ajudando-os a pensarem em si próprios como uma comunidade, e contribui para modelar um mundo em que a partilha memorial se torna ontológica. Ele faz entrar nas memórias individuais a crença em raízes e num destino comuns [...]. (CANDAUI, 2005, p.100).

Os membros de uma comunidade passam a partilhar representações de um passado que julgam ser comum de toda a cidade. Mas essa é uma memória forte, oficial, e "sua visibilidade e o reconhecimento" dependem "da força de quem a possui." (TRAVERSO, 2012, p.71). Os organizadores das comemorações do centenário tinham os meios e o poder para difundir suas construções memoriais, seus projetos e sua visão da cidade. Este trabalho aborda, portanto, a memória de um grupo dominante, busca elucidar como afirmaram, legitimaram um imaginário, e como isso interferiu nas políticas públicas, especialmente no desenvolvimento urbano do município. Embora dedicado ao estudo de uma memória forte, ele não serve a esse memória, não é destinado a legitimar ou reproduzir concepções já difundidas e estabelecidas. Pelo contrário, busca elucidar um processo de hegemonia de uma concepção de mundo, que envolve memórias da cidade concebidas como oficiais e o estabelecimento de uma "atmosfera" (MAFFESOLI, 2001, p.75) imaginária que envolveu Passo Fundo, especialmente em 1957, e colocou nas sombras do esquecimento certos sujeitos de sua história.

Assim, o problema fundamental abordado no presente trabalho é esclarecer as relações entre história, memória e visualidade urbana na construção/afirmação do imaginário de Passo Fundo como capital do planalto e como isso influenciou a elaboração de políticas públicas, interferindo no desenvolvimento urbano. Entre os objetivos centrais estão elucidar os sujeitos envolvidos nesse processo, como atuaram e trabalharam nas comemorações do centenário e os instrumentos utilizados para defender seus projetos políticos/econômicos para a cidade. A metodologia adotada está corporificada nos próprios capítulos, pois para abordar o problema proposto foi necessário contextualizar a história da cidade, historiar os grupos envolvidos na organização das comemorações, caracterizar as atividades celebrativas de 1957, para então focar nas operações de seleção (e relações) da memória, da historiografia e da visualidade urbana. Memória, história e visualidade, foram formadas e formaram esse



imaginário, presente no PDDU, instrumento de intervenção e planejamento urbano. O corpus documental pode ser explicitado em uma breve explanação sobre cada capítulo.

Com esse objetivo em vista, o primeiro capítulo, *Passo Fundo e a construção da capital do planalto*, apresenta um breve histórico da cidade desde sua fundação até a década de 1950, a partir de uma revisão sobre a historiografia local, regional e nacional (o objetivo é pensar a cidade dentro da conjuntura histórica da década de 1950). A partir dessa revisão, são destacados grupos que não tiveram representação política suficiente para manifestar suas memórias e suas imagens da cidade durante as comemorações do centenário. A partir desse breve histórico, também é importante buscar a historicidade da expressão “capital do planalto”, em quais fontes e momentos aparece essa referência. A busca da historicidade dessa expressão é fundamental para demonstrar que, de fato, ela caracteriza um imaginário local. Entre as fontes onde foram localizados resquícios desse imaginário estão a imprensa (os dois jornais locais, *O Nacional* e o *Diário da Manhã*) e mensagens dos intendentes e prefeitos à Câmara de Vereadores. Esse breve contexto histórico possibilita situar as transformações pelas quais a cidade passava em consonância com o que ocorria no estado e no país.

Outro objetivo do capítulo inicial é caracterizar as atividades e grupos envolvidos na organização, produção e comemoração do centenário em 1957. É importante historiar as atividades realizadas em prol do centenário, apresentando tanto os eventos, como bailes, reuniões, homenagens, inaugurações realizadas e a produção simbólica (hinos, poemas, livros de história, entre outros). Essa análise inicial permite identificar a presença dos elementos que caracterizam o imaginário capital do planalto e discutir quem são os agentes envolvidos na construção/legitimação desse imaginário que caracterizou a cidade na comemoração dos seus cem anos, bem como o papel desses grupos no contexto sociopolítico da década de 1950, esclarecendo suas relações políticas, econômicas e culturais na cidade e no estado. A imprensa local, polarizada entre dois periódicos, *O Nacional* e o *Diário da Manhã*, com posições políticas e interesses distintos, foram importantes na divulgação dessas atividades. Em especial *O Nacional*, por estar alinhando politicamente com o grupo no poder (vinculado ao PTB) naquela década, funciona quase como um agente na organização das comemorações do centenário.

O segundo capítulo, *A construção da história e da memória da capital do planalto*, objetiva esclarecer as relações entre a escrita da história e a memória da cidade a partir do trabalho do Xavier e Oliveira, a principal referência sobre história de Passo

Fundo na década de 1950. Historiador homenageado no centenário, teve as seguintes obras publicadas em 1957: *Rememorações do nosso passado*, *O município de Passo Fundo através do tempo*, *O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo* e *Passo Fundo na Viação Nacional*. A partir das homenagens prestadas a Xavier e Oliveira e seus livros publicados no aniversário municipal, torna-se importante investigar seu trabalho, sua visão sobre o passado (a partir do contexto da década de 1950), quais foram as fontes de pesquisa utilizadas, qual o tratamento dado a essas fontes, as questões envolvendo sua narrativa e sua escrita histórica e as seleções realizadas pelo historiador.

Isso implica realizar uma breve história da história de Xavier e Oliveira, iniciando a partir da obra *Terra dos Pinheiraes*, de 1927, publicada em homenagem ao centenário da fundação do povoado passo-fundense. Essa obra marca seu “fazer histórico”, sua escrita em virtude de comemorações, bem como uma seleção de alguns elementos como corpo dessa história que serão retomados por ele e por outros escritores em 1957. Para evidenciar que essa seleção não constitui a única via de filiação e interpretação do passado e que existiam outras possibilidades, é apresentada uma análise da obra *O Puchirão do Ge Picaço*, que embora seja um poema, propõe uma caracterização de sujeitos, lugares, acontecimentos e práticas da região do planalto médio rio-grandense que não constituem o foco do pai da história de Passo Fundo.

Por ser considerado pioneiro da história do município, já é possível identificar em 1950 historiadores/intelectuais locais que partem de suas ideias sobre a cidade em seus respectivos trabalhos (Gomercindo dos Reis, membro do Instituto Histórico Passo-Fundense, colaborador de *O Nacional*, advogado e escritor), além de citações diretas ou indiretas que aparecem nas publicações relativas ao centenário e na imprensa na década de 1950. As homenagens prestadas a Xavier e Oliveira não dizem respeito apenas ao seu papel como historiador local, mas também fazem referência a sua intensa atuação política (chegou a ser Intendente Municipal pelo Partido Republicano Rio-Grandense).

As obras de Gomercindo dos Reis, *Nuvens e Rosas* e *Jardim de Urtigas*, publicadas em homenagem ao centenário de Passo Fundo, também são analisadas nesse capítulo, apresentando encontros e desencontros com os trabalhos de Xavier e Oliveira. A partir desses dois autores, é possível perceber diferentes temporalidades que se entrelaçam nas comemorações, uma alinhada com uma noção de progresso e desenvolvimento que marcam as esferas política e econômica do Brasil (que aparecem no centenário justamente nos discursos de industriais e políticos) e outra particular,

própria desses autores (que eram integrantes do circuito cultural local e regional) passo-fundenses.

O terceiro capítulo, *A construção visual da capital do planalto em 1957*, objetiva apresentar uma análise da construção visual do imaginário capital do planalto. O elemento visual é fundamental para as comemorações de um centenário. A partir da investigação de um padrão de visualidade urbana, é possível identificar a iconosfera que marcou a década de 1950 (o conjunto de imagens que circulava na década do centenário), a seleção realizada entre um conjunto de possibilidades pelos agentes envolvidos na comemoração, o que implica pensar em quem tem o poder sobre o visível e o invisível e de produzir/difundir as modalidades de olhar a cidade. A partir das fotografias selecionadas, é possível pensar no nível tecnológico disponível aos fotógrafos da cidade, sua relação com a composição das fotografias e como isso afetou a forma de fotografar o mundo urbano.

Dentre os documentos que foram analisados no capítulo estão a publicação que homenageia a cidade no centenário, que traz um capítulo intitulado *O município ilustrado*; a edição comemorativa de *O Nacional*, publicada em 7 de agosto de 1957, que circulou na semana do aniversário, contendo fotos dos principais prédios e espaços da cidade; uma série de cartões postais de Passo Fundo, realizada pela Foto Tupi, um dos estúdios fotográficos locais; e um documentário sobre a cidade produzido em homenagem ao centenário. Outra dimensão, que também adentra a esfera visual, analisada nesse capítulo, são os anúncios publicitários contidos nessas publicações comemorativas, que adentram o imaginário ao cultivar desejos e necessidades de consumo em meio ao centenário.

A construção visual da cidade implicou uma seleção de fotografias que priorizou, portanto, o ordenamento urbano em virtude do inchaço populacional provocado pelas transformações no campo que propiciava a formação dos primeiros bairros operários, habitações insalubres e pobres. Foi necessário legitimar a imagem de uma Passo Fundo moderna e ordeira. Os espaços periféricos foram ignorados, bem como as habitações de operários que existiam no centro da cidade. As partes antigas da cidade também não conquistam apelo visual, ao contrário do centro que se constituiu em torno da praça Marechal Floriano – centro das atividades financeiras e comerciais, configurado no início do século XX a partir da instalação da estrada de ferro que marca essa visualidade da cidade centenária.

A construção visual de Passo Fundo no centenário excluiu diferentes grupos da visualidade urbana. Operários e pobres, com suas respectivas habitações insalubres e esteticamente incompatíveis com uma cidade que almejava a modernização, não aparecem nos vestígios das comemorações dos seus cem anos. Também não aparecem nas referências históricas que têm como base a obra de Xavier e Oliveira, que confere grande destaque aos paulistas (tropeiros) e imigrantes estrangeiros (particularmente os alemães), que aparecem como os agentes das transformações históricas. O quarto e último capítulo deste trabalho, intitulado *A construção urbana da capital do planalto em 1957*, dedicado ao estudo da configuração urbana do município, aponta indícios da presença dos grupos ignorados pela história e que permaneceram na invisibilidade nas comemorações. Paradoxalmente, aparecem no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado em 1957 justamente para serem excluídos da área central que se afirmava na década de 1950.

O PDDU, elaborado em 1953 e aprovado em 1957, juntamente com artigos, reportagens e editoriais de *O Nacional* e o *Diário da Manhã* constituem as fontes a serem analisadas no capítulo de conclusão da tese. A partir das discussões realizadas pelo poder público (que aparecem na coluna do jornal e na publicação do centenário) e na elaboração de um instrumento de intervenção urbana, é possível não apenas identificar os grupos excluídos do centenário (por não condizerem com um padrão de visualidade baseado no ordenamento e na modernização, bem como por não serem compreendidos como agentes do processo de desenvolvimento), mas também mostrar como a construção de um imaginário influenciou (com relativo sucesso) políticas públicas na área de desenvolvimento urbano e na economia do município, que realizou investimentos materiais e simbólicos em um projeto urbano e econômico para Passo Fundo.

É possível identificar a presença dos grupos que não iam ao encontro dos prognósticos futuros para a formação do centro urbano do município na proposta de criação de zonas do PDDU (que buscavam ordenar o crescimento da cidade), estabelecendo uma zona comercial e financeira (o centro), uma zona residencial, uma zona industrial e uma zona para habitações operárias (próxima à zona industrial), bem como nos croquis da cidade de Passo Fundo, que apresentam, a partir de mapas, a evolução urbana do território, a constituição do centro, as novas determinantes urbanas (os fatores de crescimento de 1950 e futuros, de acordo com as justificativas do plano),

as áreas mais densas e, particularmente, as zonas insalubres (aquelas localizadas no centro, que deveriam ser removidas).

Adentrando as considerações finais, é importante refletir sobre o desenvolvimento municipal posterior e os impactos causados na conformação urbana até o presente, mostrando os resultados dos projetos e políticas públicas adotadas na década de 1950, vinculadas a um imaginário que tem origem ainda no início do século XX e que foi associado ao alinhamento político e econômico com o estado e o Brasil buscado pelas elites locais durante o centenário. Uma vez que o trabalho inicia investigando a historicidade do imaginário capital do planalto em Passo Fundo, é importante finalizar apresentando suas consequências. Essas reflexões finais são embasadas não apenas em uma simples comparação entre problemas contemporâneos e as propostas do passado, mas em uma relação de permanências e rupturas entre as políticas públicas, o imaginário que as alimentou (Passo Fundo terá mais dois Planos Diretores, um em 1980 e outro em 2000) e as propostas dos *Seminários Regionais de Desenvolvimento Passo Fundo Ano 2000* (realizado o primeiro encontro em 1989, o segundo em 1994 e o terceiro em 2010). Esses documentos fornecem indícios de problemas e propostas para suas soluções que permanecem como questões importantes desde 1950, associados a um imaginário de cidade centro regional do norte do estado.

## **1 Passo Fundo e a construção da capital do planalto**

### **1.1 A história da capital do planalto até a década de 1950**

É fundamental para o presente trabalho apresentar um breve histórico da região em que Passo Fundo está inserida, pois um dos objetivos centrais é esclarecer o processo de seleção da história e da memória (bem como suas relações) e como essa operação seletiva realizada por determinados grupos durante as comemorações de seu centenário contribuiu para a afirmação do imaginário da cidade como capital do planalto. Essa seleção dos lugares, dos sujeitos e acontecimentos, realizada entre 1900 e 1950 revela parte dos elementos que vão ser celebrados como a história oficial do município em 1957. A partir de uma revisão bibliográfica de uma historiografia recente e crítica, é possível perceber o que não figura como característica do imaginário atribuído à cidade naquele momento.

Nesse sentido, a história local pode ser percebida como ponto de partida para compreender as transformações que ocorriam no Rio Grande do Sul e no Brasil, pois uma cidade não se encontra isolada de um contexto histórico nacional e mesmo internacional. Por isso falar em "ocupação" do planalto, uma vez que Passo Fundo, enquanto vila, e depois município, apenas começa quando grupos de luso-brasileiros começam a chegar no norte do estado e fundar fazendas e postos avançados para dar assistência a novas rotas para passagem de tropas de animais nas primeiras décadas do século XIX. Chamado por muitos de "terra de ninguém" (SILVA; BARCELOS, 2009, p.63), o planalto rio-grandense foi considerado um espaço vazio entre o século XIX e o XX, o que justificava sua ocupação por europeus e seus descendentes.

No entanto, não se pode deixar de considerar que as populações indígenas, ou seja, os primeiros habitantes da região, construíram espacialidades e paisagens particulares, sobre as quais novos elementos e diferentes significados foram atribuídos a partir da introdução de elementos europeus, como, por exemplo, o gado, as missões jesuíticas e a ação dos bandeirantes e dos tropeiros. (SILVA, BARCELOS, 2009, p.63).

Desde o período colonial, diferentes interesses movimentaram a ação de variados grupos, como os jesuítas espanhóis que buscavam a evangelização das populações indígenas, dos portugueses com interesses econômicos e políticos na

ocupação daquelas terras. "Nesse contexto, a região dos Campos de Cima da Serra formou um bolsão, o qual foi tardiamente foco das intenções coloniais." (SILVA; BARCELOS, 2009, p.64). No território onde se encontra Passo Fundo, no planalto médio, também conhecido como Campos de Cima da Serra, os interesses que levaram a sua conquista eram variados: a abundante mão-de-obra indígena (caingangues e guaranis), os recursos naturais, como erva-mate e madeira, a posição estratégica, que era mais uma possibilidade de contato e comunicação entre o centro do país e o sul do continente e assegurar as fronteiras brasileiras no extremo sul do país. (KUJAWA, 1998, p.56).

Conforme Golin (2007, p.66) explica, a região onde se estabeleceu o povoado que viria a se tornar Passo Fundo combinou uma expansão, ou seja, "o deslocamento de população para o território indígena, repondo o modo de produzir e viver (no caso, as estâncias etc.)" e uma frente pioneira, "que igualmente transferiu à espacialidade indígena populações de alguma forma reconhecidas pelo Estado colonial ou brasileiro, porém tensionando uma nova sociabilidade [...]". Ainda acrescenta o autor: "são características da frente pioneira as grandes campanhas de usurpação caingangue/guarani promovidas pelos governos imperial e provincial." (GOLIN, 2007, p.66). Os caingangues, grupo que habitava a região do planalto médio rio-grandense quando chegaram os primeiros colonizadores luso-brasileiros, foram varridos junto com as matas que ocupavam e de onde tiravam seus sustento. (GOLIN, 2007, p.67).

Os caingangues que habitavam essa região resistiram a esse processo de expropriação de suas terras. Mas a política provincial, e posteriormente imperial, foi brutal e implacável. Termos como "amansamento" ou "faxinação", usados em documentos oficiais, ou expressões como "ordinários" e "indolentes", usadas por lideranças políticas e militares para classificar os caingangues (GOLIN, 2007, p.67-71), mascaravam a intenção de um verdadeiro genocídio. Xavier e Oliveira (1990b, p.77)<sup>8</sup> descreve os "índios coroados" (caingangues) como uma "calamidade", "malfeitores sinistros" e "horda de celerados" que acabaram "trucidados sem piedade" por grupos armados em represália à sua resistência frente à ocupação de seu território. Depois disso, o governo provincial começou a empreender a "catequese destes selvícolas, aldeando-os em diferentes pontos da região." (XAVIER E OLIVEIRA, 1990b, p.78).

---

<sup>8</sup> Obra publicada originalmente em 1908 pela Livraria do Globo, em Porto Alegre, com o título *Annaes do Municipio do Passo Fundo apontamentos até 15 de novembro de 1889*.

Passo Fundo assume "o ponto estratégico irradiador desse extermínio *civilizante* [...], que, de um pequeno reduto, desenvolveu-se como sede colonizadora e local de aldeamento." (GOLIN, 2007, p.72). Esse extermínio das populações nativas acompanhou o assentamento dos primeiros povoados na região do planalto médio sulino. Ramos (2006, p.443) aponta que ao longo do século XIX é que a "marcha das cidades foi se deslocando mais para o norte, subindo o planalto e ocupando espaços ainda disponíveis", que não haviam sido ocupados por europeus e seus descendentes. Para Souza (2000a, p.32), a partir do século XIX é que essa região começou a ser ocupada e o eixo de urbanização foi deslocado para a direção do norte, quando foram surgindo "Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeiras das Missões", que continham campos também propícios à criação de animais. Rückert (1997, p. 28) indica a presença de milicianos paulistas com seus escravos, nativos e caboclos no início do século XIX, embora refira-se à presença desses últimos já nos séculos XVII e XVIII:

Os caboclos encontram-se presentes nas matas e nos ervais desde o final dos séculos XVII e XVIII. Com atividades extrativistas nômades junto aos ervais, raramente se fixam, deslocando-se sistematicamente em busca de novos ervais. Como os milicianos ocupam grandes extensões de campo, os caboclos permanecem excluídos do acesso à terra. (RÜCKERT, 1997, p.28).

A palavra caboclo "denominou, ao longo do tempo, aquele trabalhador livre que viveu da natureza, da terra pública, e nela circulava, até 1850, em posse legal, a partir de quando foi enxotado legalmente por pretendentes mais poderosos." (MARTINI, 2006, p.155). Eram andarilhos nas terras devolutas, caçavam, pescavam, retiravam do solo seu sustento, eventualmente trabalhando em roças, na derrubada do mato e cuidando de rebanhos. "Caboclos, assim como a nomeação de grupos indígenas diversos (índios, bugres, mestiços), são generalizações dissolventes de identidades e diferenças entre sujeitos que partilhavam um mesmo espaço e condição." (MARTINI, 2006, p.155). Como destaca Avila (1996, p.72):

Se, em relação ao indígena, o principal pretexto para expropriação era o da necessidade de expulsar e mesmo eliminar os índios por serem "rebeldes" e negarem-se em submeter-se ao "branco civilizador", em relação ao caboclo o argumento básico era o de ser este um "intruso", sem título que o habilitasse à posse e usufruto das terras e matas.

Essa expropriação é tanto material, com indígenas e caboclos expulsos das terras que forneciam sua subsistência, como simbólica. "Na verdade os paulistas, na maioria



curitibanos, além das terras e dos cargos públicos, monopolizaram as páginas da História dos primeiros tempos da cidade e do município de Passo Fundo." (AVILA, 1996, p.75).<sup>9</sup> Esse grupo é praticamente inexistente, com pouquíssimas menções, nas obras de cunho histórico-literário publicadas em homenagem ao centenário passo-fundense. Porém, foram sujeitos históricos que marcaram presença na região do planalto médio rio-grandense. A obra poética, *O Puchirão do Gé Picaço*, de Julio Simão (1925), tece uma narrativa sobre o modo de vida do caboclo do planalto, de uma forma idílica, em contraposição ao habitante da cidade, como se sua simplicidade e honestidade estivesse em contraste com a vida urbana, ou mesmo à margem dela. Martini (2006, p.157) indica que o espaço desse grupo entre fins do século XVIII e XIX foram as "florestas e ervais de Cruz Alta, Palmeira das Missões, Soledade, Passo Fundo e Campo Novo."

Os milicianos paulistas começaram a fixar as primeiras estâncias quando o tropeirismo (transporte de animais - mulas, gado, entre outros) tomou vulto. Desde o século XVII, eram transportados animais do sul do país para regiões mineradoras no centro, passando por Sorocaba em São Paulo. Essa atividade foi crescendo e, durante fins do XVIII e em início do XIX, novos caminhos foram abertos pelo planalto médio (antes disso, a maior parte das bestas eram levadas por caminhos litorâneos). Nesse contexto, Passo Fundo e outras vilas são estabelecidas. Havia, portanto, diferentes sujeitos envolvidos na ocupação dessa localidade do planalto. Os nativos, indígenas caingangues, reagiram à invasão do espaço e, por isso, vão sendo paulatinamente aldeados "a fim de não perturbarem a vida e o trabalho dos novos demandantes do território." (RÜCKERT, 1997, p.28).

Caboclos que dedicavam-se "à faina da coirama, abate do gado chucro para retirada de couro" que era negociado com mercadores itinerantes (além do couro tiravam carne para consumo próprio) e a extração da erva-mate também sofreram golpe com a ocupação do planalto (AVILA, 1996, p.35). Para Miranda e Machado (2005, p.19), os caingangues e os caboclos "reagiram à chegada no início do XIX, de tropeiros, militares, fazendeiros e imigrantes." Trabalhos de reconstituição histórica, que, em muitos casos, têm Xavier e Oliveira como uma referência, acabam "vinculados à

---

<sup>9</sup> Foi ignorado, por exemplo, que a economia colonial camponesa se adaptou às condições naturais da região, incorporando técnicas dos caboclos que já habitavam o planalto. Maestri (2010, p.131) menciona a prática da "coivara", que consistia na "abertura de clareiras na floresta através da utilização do fogo e da rotação de terras, até seu esgotamento." Técnica rudimentar, mas necessária devido à condição econômica disponível e ao relativo abandono de caboclos e dos primeiros colonos que se estabeleceram nas florestas do planalto.

valorização de determinados grupos étnicos-raciais", como os missionários jesuítas, luso-brasileiros e, posteriormente, os imigrantes alemães e italianos (DIEHL, et. al., 2001, p.84).

Com o tempo, muitos caboclos acabam abandonando seu estilo de vida nômade e passam a ser empregados nas fazendas ou mesmo nas pequenas vilas. Os escravos constituem a força de trabalho pesado nas vilas e fazendas que foram surgindo atreladas ao transporte de animais para a mineração. Zarth (2006, p.194) define as atividades dos escravos no interior das estâncias em três categorias: "roceiros, campeiros e domésticos." Os roceiros lavravam a terra, encarregados de trabalhos agrícolas, o campeiro realizava o trabalho pastoril, e o doméstico (em maioria mulheres) cuidavam da casa. Entre 1827-1828, estabeleceu-se no território que viria a ser Passo Fundo o miliciano Cabo Manoel José das Neves, "que solicitou e recebeu uma área de terras de quatro léguas quadradas, correspondente a 17.724 hectares" (MIRANDA; MACHADO, 2005, p.22), fundando uma fazenda pastoril. O lugar em que o Cabo Neves se estabeleceu daria origem a um pequeno povoado, usado por tropeiros e viajantes (BATISTELLA; KNACK, 2007, p.47) como paragem para descanso e abastecimento de mantimentos necessários para continuar a viagem rumo a São Paulo ou a outros centros comerciais.

Maestri (2010a, p.215-218) demonstra que o cativo africano foi introduzido no território sulino antes mesmo da fundação oficial da capitania, foi presença constante nas fazendas e estâncias pastoris e ignorado pelo que classifica como "historiografia tradicional", que construiu uma história onde o escravo ocupa função complementar no pastoreio. Em Passo Fundo, o Cabo Neves, quando estabeleceu sua fazenda, trouxe um contingente de escravos consigo (AVILA, 1996, p.51). Embora em determinados escritos de Xavier e Oliveira (1990b, p.83) os escravos sejam mencionados, seu papel na história da produção econômica do município é ignorado. Essas menções não atribuem grande importância ao cativo e nem exploram as formas de trabalho degradantes e violentas a que eram submetidos: "no Rio Grande do Sul, o passado escravista foi simplesmente negado." (MAESTRI, 2002, p.186).

De uma forma geral, o que é possível notar nessa construção historiográfica é o que Maestri (2002, p.192) chama de "mito da democracia pastoril", onde escravos, trabalhadores livres e até mesmo familiares de fazendeiros conviviam lado a lado. Dados estatísticos indicam um número considerável de escravos em Passo Fundo, como demonstram os dados do recenseamento populacional de 1859 mencionados por

Rückert (1997, p.88). De acordo com esse dados, o município possuía uma população total de 8 221, com 6 389 livres, 133 libertos e 1699 escravos. Boa parte desses escravos trabalham em fazendas que não seguem "os moldes tradicionais da província; trata-se de uma pecuária praticada em *campo sujo*, mesclada com o comércio de mulas dirigido para as feiras de Sorocaba, Itapetinga, etc." (RÜCKERT, 1997, p.89). Os cativos realizam as atividades descritas por Zarth, trabalhando como roceiros, campeiros e domésticos.

De acordo com Zarth (2006, p.190), a ocupação das terras do planalto e do norte do estado estava inserida em um projeto de distribuição de terras devolutas, associado com a imigração de colonos europeus a partir do início do século XIX. Moure (1980, p.94) e Maestri (2010, p.128) indicam que esses colonos, inicialmente, rentabilizaram terras imprestáveis ao latifúndio destinado à criação de gado, garantindo renda à economia da província através de impostos cobrados das pequenas propriedades. Essa ocupação da serra e do planalto, realizada nessa primeira leva por imigrantes alemães, também tinha como objetivo povoar essa parte do estado, levando os colonos ao confronto com índios e caboclos nativos, indesejáveis na ocupação do território. Ao promover o povoamento daquela região, também era construída uma linha de defesa contra possíveis invasões estrangeiras. Como resultado, proliferaram-se pequenas propriedades nessa região das florestas do planalto rio-grandense, permanecendo os campos do sul com uma ocupação baseada no grande latifúndio.

Ocorre que a "ocupação das terras florestais pelos colonos europeus retirou o espaço dos lavradores nacionais, que tinham nas matas uma alternativa de sobrevivência" no extrativismo e na agricultura de subsistência. (ZARTH, 2006, p.207). A promulgação da Lei de Terras de 1850 intensificou esse processo de expropriação das terras ocupadas por caboclos e nativos, levando a conflitos entre os colonos e esses grupos durante a década de 1860. Esse processo de ocupação acentuou a tendência na formação de latifúndios na região do planalto em torno do futuro município de Passo Fundo. (BATISTELLA; KNACK, 2007, p.51). Embora conflituoso, foi relativamente fácil expropriar as terras desses grupos de caboclos que viviam dispersos por todo o norte do estado:

Aos fazendeiros era fácil aumentar seus latifúndios fosse pelo apossamento, fosse por supostas compras de direitos de posse. Com o dinheiro e a influência de que dispunham, conseguiam "legalizar" a propriedade, inclusive quando ela estava ocupada por roceiros e ervateiros. Os juízes comissários de terras encarregados de medir e legitimar as posses e aquisições trabalha em

favor da oligarquia latifundiária. Alguns medem terras para si próprios e seus familiares. (AVILA, 1996, p.74).

Ortiz (2007, p.83) destaca que nesse processo de aquisição da posse da terra não havia necessidade de comprovar que os campos não eram habitados. Dessa forma, se consolidou a ocupação da terra na região de Passo Fundo e a formação de seu núcleo urbano. Entre fins de 1820 até a década de 1850, o povoado permanecia uma pequena vila, com grande parte de seu núcleo localizado entre o bairro Boqueirão, ao longo da Estrada das Tropas e a Rua do Comércio (futura Avenida Brasil). A economia passo-fundense era baseada no "comércio de exportação", especialmente de mulas, erva-mate e pedras preciosas. (AVILA, 1996, p.104). O trigo começava a ser cultivado nesse momento, porém, "tal como nas demais áreas do estado, a lavoura, aqui, ainda era inconsistente pela precariedade da técnica de cultivo, do crédito e da comercialização." (KALIL, et. al., 1998, p.47). Com base nessas atividades econômicas, o núcleo urbano se assentou e começou a se desenvolver. Após a emancipação, várias novas ruas são criadas, demonstrando o crescimento urbano da localidade.

Em 28 de janeiro de 1857, Passo Fundo emancipa-se de Cruz Alta e a 'Freguesia' passa à condição de "Vila de Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo". Em 7 de agosto, data em que se comemora a emancipação, tomam posse os primeiros vereadores, sendo eleito o primeiro presidente da Câmara Manoel José de Araújo. (MIRANDA; MACHADO, 2005, p.32).

Conforme Miranda e Machado (2005, p.34-35) indicam, ruas como a Moron, Uruguai, importantes vias da cidade, nasceram a partir da emancipação política. Outras foram prolongadas, com novos trechos abertos. A extensão do município abrangia uma vasta área, que forma hoje "os municípios de Soledade, Guaporé, Erechim, Carazinho, Getúlio Vargas e parte do município de encantado." (VERZELETTI, 1999, p.19). A Guerra do Paraguai, entre 1865-1870, prejudicou o desenvolvimento de Passo Fundo. "Em uma população de cerca de nove mil indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades foram recrutados 2.154 homens capazes de marchar para o campo de batalha." (AVILA, 1996, p.103). Passada a guerra, que afetou a força de trabalho e o crescimento da cidade naquele momento, a economia local começa a mostrar sinais de recuperação a partir de um novo fator de crescimento populacional (inicialmente imigração alemã e depois italiana) e da diversificação da economia. A madeira, anteriormente apenas explorada por luso-brasileiros para consumo próprio, na construção de suas casas, passa a ser comercializada, bem como se inicia a "engorda de suínos para banha, com base na

produção de milho e no aproveitamento de frutos silvestres abundantes, como o pinhão e o butiá." (AVILA, 1996, p.106).

Também ocorre uma retomada dos fluxos imigratórios, interrompidos, tanto em função da Guerra Farrroupilha (1835-1845) como da Guerra do Paraguai. Moure (1980, p.96) e Kühn (2004) definem o período de 1840-1870 como segunda etapa da imigração alemã, caracterizada por uma expansão do comércio, pois a produção de excedentes agrícolas estimulou as trocas comerciais, "surgindo a figura do comerciante de origem de alemã, que passou a acumular as riquezas da produção colonial." (KÜHN, 2004, p.91). Logo esses comerciantes alemães passaram a acumular capital suficiente para investimentos em atividades industriais, como cervejarias, fábricas de calçados, olarias, curtumes, entre outras. (KÜHN, 2004, p.92). O principal meio de riqueza desses comerciantes era o controle dos meios de transporte, que permitia comprar produtos agrícolas por um preço baixo de pequenos produtores e revender o produto nos centros urbanos por um preço mais alto. A terceira fase da imigração alemã aprofunda esse processo, pois ocorre uma especialização da agricultura voltada ao comércio e à ampliação do mercado consumidor para o centro do país. (MOURE, 1980, p.96).

A partir de 1875 tem início o fluxo de imigração italiana no Rio Grande do Sul, intensificando-se mesmo a partir de 1876 e 1877, "com a vinda de três a quatro mil pessoas por ano à província." (CORREA; BUBLITZ, 2006, p.70). De acordo com Frozi e Mioranza (2009, p.69), a imigração italiana na região de abrangência de Passo Fundo ocorre entre 1892-1900, mas com migrações internas de italianos que já haviam chegado ao estado entre o período de 1880-1920. Avila (2001, p.21) indica que o maior afluxo de italianos para o município ocorreu com a instalação da estrada de ferro em 1898, uma linha que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Esses imigrantes se dedicaram a diferentes atividades, como olaria, construção civil e moinhos de trigo, milho e erva-mate. (FONSECA, 2007, p.124).

Porém, esse novo impulso de crescimento populacional e econômico é tolhido por uma nova guerra, a revolução de 1893<sup>10</sup>, da qual só se recuperaria a partir da instalação da estrada de ferro em 1898, que impulsionou atividades agrícolas, industriais e atraiu novos moradores para o município e região. "A partir de Santa Maria a ferrovia

---

<sup>10</sup> A revolução de 1893 envolveu o confronto entre dois partidos políticos, o Partido Federalista, hegemônico até a proclamação da República, e o Partido Republicano Rio-grandense, que alcançou o poder com o novo regime. Em Passo Fundo, haviam duas lideranças importantes de cada lado, Prestes Guimarães, federalista, e Gervasio Lucas Annes, republicano. No município ocorreram importantes batalhas, em particular a batalha do pulador, que foi decisiva, pois a partir desse combate o conflito foi se encaminhando para o final, com a ascensão do PRR ao poder. (MIRANDA; MACHADO, 2005, p.44).

estendeu-se em direção ao norte, chegando a Cruz Alta em 1894 e a Passo Fundo em 1898. Em 1910 foi estabelecida a ligação com São Paulo." (JACOMELLI, 2011, p.23). Essa conexão, entre o centro do estado, Porto Alegre e São Paulo, impulsionou a economia, o crescimento populacional e urbano:

A década de 1910 pode ser considerada a Belle Époque tardia passo-fundense. É lembrada como a época em que a cidade encontrou a sua modernidade: as ruas se iluminaram com a substituição do lampião a querosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurta distâncias; a instalação do primeiro banco agiliza o comércio; o primeiro cinema encanta os habitantes, e, entre outros movimentos, a área urbana adquire uma nova paisagem com a construção de hotéis e a inauguração de uma prefeitura "nova", além da implantação dos trilhos, que a partir de então ligariam o Rio Grande do Sul, via Passo Fundo, com São Paulo e o resto do país. A Avenida Progresso, nomeada em 1913, incorporava o espírito daquela época. (MIRANDA; MACHADO, 2005, p.49).

As primeiras décadas do século XX são marcadas por essa modernização do espaço urbano que modifica o cotidiano dos munícipes, introduzindo novas formas de sociabilidade, acelerando a vida dos passo-fundenses. Essas transformações eram traduzidas em novas necessidades em virtude do crescimento urbano do município. Por exemplo, entre 1915 e 1919 é estabelecido o "Regulamento do Asseio Publico", pelos "Actos ns. 238 de 8 de janeiro de 1915 e 326 de 29 de maio de 1919" legalizados pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira, do PRR. A intendência municipal considerava, em 1915, que "o actual desenvolvimento da cidade reclama um serviço de remoção de lixo, não só em beneficio da hygiene e da saúde publica, como do asseio e embelezamento da cidade." (OLIVEIRA, 1919, p.1). O desenvolvimento urbano e crescimento da população exigiam serviços públicos que até então não eram necessários, o "Acto 326" de 1919 regulamenta as fossas e estabelece a "remoção de materiais fecaes e de lixo" (OLIVEIRA, 1919, p.3).

Mas não são só esses aspectos que traduzem transformações significativas na cidade e no estado de uma forma geral. Esse momento coincide com a primeira década em que o PRR assume a liderança efetiva na cidade. Embora existissem vários clubes republicanos pelo estado, o que demonstra que esse movimento alcança boa parte dos municípios, foi do "Clube Republicano de Porto Alegre que partiu a iniciativa da convenção, que, em 1882, fundou o Partido Republicano Rio-Grandense." (PICCOLO, 1992, p.72). Ao assumir o poder com a proclamação da República em 1889, o que passou a preocupar o PRR e suas lideranças, especialmente Julio de Castilhos, foi "a

montagem de uma sólida máquina de controle político dentro do próprio Rio Grande do Sul." (FRANCO, 1993, p.20).

Logo, a partir de 1890, as câmaras municipais passaram a ser substituídas por juntas governativas indicadas pelo novo governo, bem como houve substituições de funcionários e reorganização da Guarda Nacional, mudanças sob direta inspiração e influência castilhistas (FRANCO, 1993, p.21)<sup>11</sup>. De acordo com Ghem (1978, p.29) e Damian (2010, p.28-29), em 1889, Passo Fundo já era governada por uma junta composta por Gabriel Bastos, José Pinto de Moraes e Jerônimo Lucas Annes (republicanos). De uma forma geral, os republicanos organizaram-se em torno de algumas lideranças locais, como o coronel Chicuta (veterano da Guerra do Paraguai) e Gervásio Lucas Annes (FERREIRA, 1998, p.9) que assume papel importante como líder do PRR no município, além de atuar como advogado e redator de *O Gaúcho* (folha semanal do partido republicano). Inicialmente, durante o início do ano de 1893, esteve na intendência Gabriel Bastos, mas no auge da revolução foi Gervásio Lucas Annes quem esteve à frente do executivo municipal.

Analisando as mensagens dos intendenteados apresentadas aos conselhos municipais nas duas primeiras décadas de 1900, é possível identificar uma apologia a uma noção de progresso, entendida como crescimento econômico, especialmente da agricultura e de atividades industriais. No relatório do intendente Gervásio Lucas Annes, o progresso é associado ao futuro, "em prol da realização dos destinos grandiosos do nosso amado município." (ANNES, 1909, p.4). Já no relatório de 1911, apresentado pelo mesmo intendente, em sua mensagem de abertura, fica claro que o progresso só será alcançado dentro da ordem e, particularmente, sob o auspício e o comando do PRR e do chefe do estado, Borges de Medeiros: "é intuitivo que acima dos esforços da administração local se acha o mérito desse rio-grandense ilustre, a cuja orientação ella tem obedecido sempre e continuará obedecendo." (ANNES, 1911, p.3). No relatório do intendente Pedro Lopes de Oliveira, em 1916, essa relação entre o progresso e o futuro, quando Passo Fundo ocuparia lugar de destaque no Rio Grande do Sul, aparece claramente:

---

<sup>11</sup> Ghem (1978, p.39) informa, por exemplo, que o primeiro intendente de Passo Fundo foi empossado em 1892 por Vitorino Monteiro (governador do estado indicado por Castilhos em um período de instabilidade política). O primeiro intendente, Frederico Guilherme Kurtz, nomeou seu vice, Gezerino Lucas Annes, e também indicou nome para assumir a Guarda Municipal. Instalava-se o PRR no poder municipal. Miranda e Machado (2005, p.47) demonstram que as novas ruas, praças e outros logradouros receberam nome de republicanos, ou temas relacionados ao seu ideário, como Tiradentes, visando à legitimação e afirmação de sua ordem política na cidade.

Da justeza de nossos actos, do acerto das nossas medidas, e da observancia das normas republicanas no desempenho de nossas funções, dependerá o engrandecimento de Passo Fundo, que, pela sua topographia, sua extensão territorial, seu clima, uberdade do seu solo e vastidão da riqueza natural que possui, está talhado a assumir papel de destaque no scenario rio-grandense. (OLIVEIRA, 1916, p.2).

Fonseca (2004, p.227) indica que o positivismo é uma entre outras correntes de ideias que antecede e contribui para a formação do desenvolvimentismo. Não é intenção do presente trabalho adentrar na seara das correntes e tendências que confluíram para a formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro, mas apenas indicar que o positivismo "através da liderança de Júlio de Castilhos, tornou-se ideologia oficial ao ser adotado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e pela Constituição Republicana estadual." (FONSECA, 2004, p.244). A contribuição desse partido e de sua tendência política e filosófica está na gênese do imaginário de Passo Fundo como centro regional, pois seus membros entendiam "ser dever do Estado ajudar a sociedade a rumar para o progresso." (FONSECA, 2004, p.245).

Cabe ressaltar, concordando com Boeira (1980, p.34), que existiram não um, mas vários "positivismos" no Rio Grande do Sul, "com conteúdos e funções diversas, periodizações e longevidades variáveis, públicos e áreas de atuações diferentes." Permeado por flutuações decorrentes de transformações históricas, o positivismo assumido pelo PRR foi se adequando a necessidades conjunturais, mas a noção de "progresso", ou a busca desse ideal, pode ser considerada uma constante para seus adeptos<sup>12</sup>. Para Pesavento (1992, p.17), os republicanos positivistas entendiam que "a ciência e a indústria assegurariam o progresso, enquanto que a moral e a educação manteriam a ordem."

Inicialmente, os republicanos "faziam apologia da atividade industrial, símbolo do progresso, e pregavam a harmonia entre o capital e o trabalho como fundamentos da ordem social." (PESAVENTO, 1992, p.21). Boeira (1980, p.37) explica como a figura do operário assumiu conotações diferentes ao longo do tempo para os republicanos

---

<sup>12</sup> Boeira (1980) identifica três tendências do positivismo no Rio Grande do Sul: o político, que se torna um índice de participação ou exclusão do poder político, difundido mais intensamente com Borges de Medeiros que cria uma espécie de tradição doutrinária assentada no legado de Castilhos; o positivismo difuso, que diz respeito a difusão do positivismo em áreas além da política e religião, no cenário intelectual do estado, como direito, jornalismo, economia, medicina, geografia, história; o positivismo religioso, com as primeiras associação positivistas criadas no estado a partir de 1891. Não é objetivo do presente trabalho debater exaustivamente as bases doutrinárias do positivismo e suas ramificações, apenas destacar que a noção de "ordem e progresso" difundida a partir da hegemonia política do PRR em Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX constitui um germe do imaginário capital do planalto.



positivistas rio-grandenses. No final do século XIX, o operário era concebido como uma espécie de pequeno produtor, sujeito operoso que deveria ser protegido e defendido pelo estado. A partir de 1910, quando os operários adquirem força numérica e se organizam em movimentos, com reivindicações sociais, certos comportamentos do operariado passam a ser vistos como ameaças à ordem, e a concepção de "massa" operária (uma visão negativa) começa a figurar nos discursos.

Batistella (2008, p.30-31) esclarece que as condições de trabalho dos operários eram críticas no período da República Velha, embora alguns direitos trabalhistas existissem desde 1917, seu impacto prático era quase nulo, jornadas de trabalho de até 15 horas diárias, sem descanso semanal remunerado ou férias. Os jornais operários que circulava no estado denunciavam essas péssimas condições, como relata Pesavento (1992, p.27-28): más condições higiênicas das oficinas, poeira nociva, entre outras. O crescimento industrial esteve associado com a especulação imobiliária, que valorizou determinados espaços urbanos nas cidades, reservando lotes distantes e até então inabitados para trabalhadores, operários e pobres.

Pesavento (1992, p.37) destaca a formação de cortiços em casarões explorados por especuladores imobiliários no centro de Porto Alegre, o que "implicou uma questão moral que devia ser solucionada." Pobres convivendo em espaços reservados à camadas médias e altas das cidades era um fator de perturbação da ordem pública. Os republicanos, defensores da ordem e do progresso, procuravam extinguir e combater esse tipo de exploração, contribuindo para afastar os pobres das áreas nobres, em um processo de harmonização das vizinhanças que se estendeu, de uma forma geral, na maioria das cidades de grande e médio porte brasileiras, entre todo o século XX.

Conforme Batistella (2008, p.64-66) indica, existiam associações operárias em Passo Fundo desde 1897, com a fundação da Sociedade Socorros Mútuos União Operária; em 1909 foi fundada a Sociedade Operária Beneficente; o autor menciona também a fundação de um Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo em 1913 e a existência da Associação dos Ferroviários nas primeiras décadas do século XX (associação que promoveu três greves, em 1917, 1919 e 1920). Ainda de acordo com Batistella (2008, p.67), as principais reivindicações dos movimentos operários passo-fundenses nesse período diziam respeito à questão da jornada de trabalho, especialmente dos trabalhadores do comércio, que adentravam boa parte da noite labutando nos estabelecimentos comerciais.

As primeiras décadas do século XX em Passo Fundo não foram marcadas apenas pela modernização urbana. O desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas também assinalaram transformações na paisagem urbana e no cotidiano do município. Como as associações e sociedades operárias atestam, existiu um incremento nas atividades industriais a partir da instalação da estrada de ferro. A região de abrangência do município se beneficiou das ligações ferroviárias com o estado e o país. Conforme Jacomelli (2011, p.22) indica, "a oferta técnica de transporte, entre outras, contribuiu para o processo de industrialização que ali se desenvolveu." Tedesco e Sander (2005, p.23-25) também defendem a importância fundamental da ferrovia para a economia da região, pois possibilitou uma forma de escoar a produção e "também encorajou práticas produtivas", além de estimular a imigração e a ocupação do solo.

O comércio se beneficiou dessa conexão, os anos que seguiram a instalação da estrada de ferro impulsionaram uma ligação que já se estabelecia no norte do estado "entre ramos do comércio com a indústria, o banco, o urbanismo e a colonização." (TEDESCO; SANDER, 2005, p.69). A indústria da madeira foi uma das atividades que se beneficiou com a ferrovia. Para Wentz (2004, p.71), no começo do século XX, a "ocupação das terras entre Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos fez-se com colonos dedicados às lavouras e com empresários que exploravam a extração da madeira." A ferrovia acelerou esse processo, embora as relações entre as companhias ferroviárias (construídas e administradas, inicialmente, por capital estrangeiro) e as madeireiras tenha sido conturbada em relação à questão de cobranças de tarifas, taxas de transporte e falta de vagões (WENTZ, 2004, p.38-39).

De acordo com dados fornecidos por Wentz (2004, p.72), em 1907, Passo Fundo contava com 34 madeireiras, em 1916, com 200, atingindo seu ápice em 1929, com 362 estabelecimentos voltados à extração e produção da madeira. A extração da madeira contribuiu para a exploração dos campos, antes ainda cobertos por mata nativa. Tedesco e Sander (2005, p.97) demonstram que a afirmação da agricultura como um dos fundamentos da economia da região está vinculada à interligação entre a ferrovia e a "indústria da madeira (pela destruição das matas)", abrindo espaço para o plantio e as redes de comércio e inserção do capital internacional.<sup>13</sup> O vínculo entre essas atividades

---

<sup>13</sup> O relatório do intendente municipal Pedro Lopes de Oliveira sobre o ano de 1918 apresenta um gráfico destacando as exportações do município onde a madeira ocupa o primeiro lugar, com uma média muito superior aos outros; milho, banha e trigo com valores mais ou menos aproximados entre si ocupam segundo lugar, seguidos por erva-mate, feijão e gado, com números bem menores. (OLIVEIRA, 1919a).

possibilitou "a consolidação de uma agricultura moderna/seletiva e com profundas correlações com a urbanização da região." (TEDESCO; SANDER, 2005, p.97).

É possível afirmar que "a exploração da madeira - pinho, cedro, louro, cabriúva, angico -, a partir de 1902, teve grande repercussão sobre o crescimento do núcleo urbano." (DAL MORO, et. al., 1998, p.94). A cultura do trigo, conforme Tedesco e Sander (2005, p.100) informam, também direcionou a expansão urbana, pois nas primeiras décadas do século XX grandes moinhos já se instalavam nas proximidades da ferrovia. O núcleo original, assentado no Boqueirão, paulatinamente foi seguindo a estrada de ferro, concentrando-se na região da estação e da praça Marechal Floriano, onde havia sido construída a capela Nossa Senhora da Conceição Aparecida, local onde começou a ser construída, em 1939, a Catedral do município. (MIRANDA; MACHADO, 2005, p.98).

Portanto, o desenvolvimento da indústria e da agricultura, apoiados pela ferrovia, acompanhou, ou mesmo impulsionou, a urbanização em Passo Fundo. A estação ferroviária "deslocou o centro tradicional da cidade para o local hoje ocupado pelo centro comercial e financeiro, ao redor da praça Marechal Floriano", o comércio atacadista e depósitos de madeira "passaram a se localizar nas proximidades da estação" (DAL MORO, et.al., 1998, p.94). Outras indústrias, como cervejarias, metalúrgicas, carrocerias, acabaram indo para as proximidades da estrada de ferro. O centro começava se estabelecer no espaço urbano, com áreas de seu entorno adquirindo alto valor imobiliário.

A praça Marechal Floriano é mencionada com destaque no início do relatório do intendente Armando Araújo Annes, entregue ao conselho municipal em 1926. Seu embelezamento e excelente aspecto é destacado logo no início do documento, bem como seu entorno: "As ruas que circundam a praça Marechal Floriano foram calçadas de pedra irregular, em toda largura, o que muito concorre para melhorar o transito naquelle trajecto. Os passeios desta praça serão feitos de mosaicos da fabrica que a municipalidade está installando." (ANNES, 1927, p.3). Em 1927, já se encontrava "toda calçada a mosaicos" e em vias de se instalar "serviços hidráulicos" na praça. (ANNES, 1928, p.24-25). A construção de edificações na cidade também era noticiada com ânimo no relatório de 1927 do intendente municipal:

Continuam, sem interrupção, as edificações na cidade, tendo sido feitos, este anno, predios bons e de valor, entre os quaes citarei o grande edificio de dois andares, de propriedade do sr. José Knoll, para um hotel moderno; o moiho

dos srs. Busato Irmãos & Cia.; os palacetes dos srs. Max Avila, Herculano Trindade, Angelo Pretto, Eduardo Kurtz e Philomeno Gomes, além de muitos outros, todos de estylo modernos, que muito teem cooperado para o embellezamento da cidade. O alteroso edificio do Club Commercial, graças á tenacidade do sr. Pedro J. Garcia, será, tambem, inaugurado brevemente. (ANNES, 1928, p.39).

A "modernidade" dessas edificações é vista como um fator de embelezamento urbano. A praça Marechal Floriano e a verticalização dos espaços em seu entorno são elementos que ganham destaque na construção de uma visualidade urbana de Passo Fundo, durante as comemorações do seu centenário em 1957. O destaque conferido à praça e a construções entendidas como "modernas", no sentido de serem novas em relação a antigos casarões, ou mesmo a casas de moradores mais pobres ainda localizadas em áreas centrais, são importantes não apenas para a visualidade da cidade, mas para o próprio imaginário de capital do planalto. Os relatórios da intendência demonstram que esses espaços adquirem importância, urbana e política (suas obras são mencionadas com destaque em um relatório com caráter de prestação de contas à municipalidade), em fins da década de 1920.

Não foram apenas essas transformações que marcaram o cenário urbano, "observam-se também assentamentos habitacionais em vilas e bairros não centrais." (DAL MORO, et. al., 1998, p.94). A especulação imobiliária atuava no município desde as primeiras décadas do século XX. Com a nova localização das atividades industriais, especialmente das madeireiras, surge a vila Rodrigues<sup>14</sup>, "como núcleo residencial operário, localizado ao sul da ferrovia", e a "zona da encosta norte, próxima à cervejaria", foi ocupada por operários, instalados em "terrenos de má qualidade." (DAL MORO, et. al., 1998, p.95). A partir de 1928, surgiu a vila Petrópolis, "loteamento a leste da ponte sobre o rio Passo Fundo", mas que não foi ocupado rapidamente devido à distância do centro. Posteriormente foram surgindo novos loteamentos, ocupando as baixadas e áreas distantes do centro (vila Luiza, vila Vergueiro, vila Fátima, vila Vera Cruz...).

As obras públicas relativas à modernização urbana e à construção civil também contribuíam economicamente para a administração pública municipal. O município possuía uma pedreira, que fornecia pedras para os melhoramentos das vias e praças

---

<sup>14</sup> O relatório do intendente Armando Araujo Annes sobre o ano de 1928 indicava o prolongamento da rua General Canabarro até a vila Rodrigues, destacando ainda: "A Villa Rodrigues está se desenvolvendo diariamente e, agora, acabam de dividir e exporem á venda mais de 1.000 terrenos." (ANNES, 1929, p.76).

públicas (como a praça Marechal Floriano, Tamandaré, a avenida Brasil e General Canabarro, ponto do rio Passo Fundo). A aceleração das transformações urbanas, legitimada por um imaginário progressista, também se constituía como um negócio: "fizemos venda de uns 50 m<sup>3</sup>. de brita para construções na cidade, sendo o producto dessas vendas, recolhido ao Tesouro; actualmente, estamos fornecendo pedra britada para a construção do Collegio Elementar que precisará de uns 100 m<sup>3</sup>. O preço por que são vendidas, regula de 20\$ a 24\$ o metro, conforme o typo da brita preferido." (ANNES, 1928, p.35). Também foi criada uma "Fábrica de Mosaicos" que trabalhou e forneceu as pedras para as praças e passeios públicos.

O relatório do intendente municipal destacava a importância da pedreira e da fábrica de mosaicos: "Eis ahi, uma das causas, entre muitas, por que a nossa cidade vae se transformando rapidamente sem maiores sacrificios aos proprietarios: é que a intendencia tudo lhes facilita, não visando lucros em se tratando do interesse publico." (ANNES, 1929, p.87). Todo esse investimento estimulava o mercado imobiliário, conforme descrito no relatório da intendência sobre o ano de 1928:

Continua com grande impulso as edificações na cidade, muito embora os terrenos tenham quintuplicado de valor, depois que foi feito o calçamento das ruas; bastas dizer que ha 3 anos os terrenos da avenida Brasil, só para falar nesses, eram vendidos a 500 a 600\$ o metro e hoje difficilmente, por 2500 são elles adquiridos. Depois que puzemos em execução o nosso Regulamento Geral de Construções, a cidade modernizou-se, apresentando, agora, um novo aspecto com tendencia sempre para melhor. Temos mais de 40 sobrados, inumeros palacetes assobradados, além de outras edificações de menores proporções, mas com gosto e arte, que vieram tornar Passo Fundo não mais uma cidade de campanha... (ANNES, 1929, p.88).

Apesar do elevado preço dos terrenos, o mercado imobiliário seguia aquecido, o que exigia da municipalidade adotar instrumentos para regular as construções. Outro elemento que conflui para a formação do imaginário capital do planalto poder ser percebido nesses anos finais da década de 1930 - o embelezamento urbano, a construção de edificações verticais. Embora os prédios não ultrapassem mais que dois andares naquele momento, em sua maioria palacetes, como indica o relatório, seu aspecto plástico novo em relação aos edifícios pertencentes ao século XIX era celebrado pelo intendente. Não era apenas a indústria o sinônimo e o símbolo do progresso, a construção civil assumia papel importante em uma Passo Fundo que não era mais apenas uma cidade típica da campanha (do interior, com aspecto de pequena vila), mas preparava-se para ser algo a mais.

O *Album do Municipio de Passo Fundo*, organizado por Tulio Fontoura (jornalista e membro do PRR) em 1931<sup>15</sup>, apresenta uma fotografia de Passo Fundo, tendo em primeiro a cervejaria, que funcionava nas proximidades do centro, logo acima a parte de trás do Clube Comercial, com a seguinte legenda: "Lindo aspecto panoramico de Passo Fundo, a Capital da Região Serrana, a linda cidade do futuro, o centro da industria e da riqueza." (FONTOURA, 1931, p.16). Essa fotografia está inserida em meio a um texto biográfico do coronel Pedro Lopes de Oliveira, demarcando a relação entre o progresso, o futuro e as administrações republicanas na cidade. Esse álbum tece homenagem a diversas personalidades vinculadas ao PRR ou autoridades municipais simpáticas aos seus interesses, é uma publicação, como outras analisadas no presente trabalho, que legitimam tendências políticas que se firmaram no poder local e regional.

Gertz (2005, p.42) afirma que o "sucesso econômico - real ou alegado - constitui uma das tentativas de legitimação mais recorrentes em regimes de exceção." É possível acrescentar que boa parte desse tipo de publicação comemorativa, não apenas em regimes de exceção, patrocinada por lideranças, pelo próprio poder político, assumem um caráter de propaganda, usam os meios de comunicação como técnicas de persuasão para divulgar seus objetivos e se "afirmam no espaço social como suportes visíveis das representações de identidade." (CASTRO, 2004, p.71). Buscam afirmar e legitimar imaginários sociais. Sua linguagem é ufanista, laudatória e com frequência aumentam e exageram dados e estatísticas. O apelo ao progresso (crescimento da economia e urbanização) é carregado com essa aura. Sua mensagem visa a produzir, deixar uma ressonância em seu espaço de circulação. Em Passo Fundo, o imaginário progressista de uma cidade centro regional obteve sucesso, sendo reproduzido desde administrações da primeira década do século XX.

Ao traçar a biografia de João De César<sup>16</sup>, o *Album do Municipio de Passo Fundo* mantém esse forte apelo ao crescimento urbano como fator de progresso da

---

<sup>15</sup> O início da década de 1930 marca momento conturbado e um realinhamento das forças políticas na cidade e no país. Getúlio Vargas, então governador do estado entre 1928 "até a eclosão do movimento revolucionário de 1930", se afasta para liderar a revolução que acaba vitoriosa, com seu afastamento do governo estadual, foi nomeado o interventor "José Antônio Flores da Cunha, antigo deputado federal de destaque, senador desde 1928, um dos próceres da revolução, discípulo de Borges de Medeiros." (GERTZ, 2005, p.11). Floras da Cunha permaneceu como interventor no Rio Grande do Sul entre 1930-1935, mas de forma conturbada. Sua relação com Getúlio Vargas foi permeada por diferenças e atritos. Nesse momento, Passo Fundo contava com Nicolau de Araujo Vergueiro, liderança republicana local desde a década de 1920, mas que acabou exilado na Argentina entre 1933-1934 por ter apoiado a revolução paulista de 1932. (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995, p.72).

<sup>16</sup> João de César<sup>o</sup> era um imigrante italiano que veio para o Brasil em 1890, dedicou-se ao trabalho de pedreiro e carpinteiro, "construtor predial". Projetou e construiu uma série de edifícios, como o Clube

cidade. As construções de De César, como os prédios do Colégio Notre Dame e a intendência de Erechim, são mencionadas como grandes e modernas. Eram esses exemplos de "operosidade" que transformavam o município em um centro regional: "Vê-se pois, sem nuances que somos nós os de Passo Fundo, os vanguardeiros do progresso." (FONTOURA, 1931, p.20). Em outro trecho do álbum, são transcritas menções sobre sua publicação em outros periódicos da imprensa local e regional, que aplaudem a iniciativa pela necessidade de realizar a propaganda da "formidável força econômica, comercial e industrial que Passo Fundo representa no concerto das comunas rio-grandenses." (FONTOURA, 1931, p.76).

O próprio fato de homenagear De César, um construtor, empresário da construção civil, legitima o valor atribuído tanto ao seu trabalho em específico, como ao desenvolvimento urbano enquanto sinônimo de progresso. A partir da década de 1930, o processo de industrialização do Rio Grande do Sul começa a acelerar, "conferindo primazia ao meio urbano-industrial na ocupação e geração do produto." (HERRLEIN JR.; CORAZZA, 2007, p.137). Era necessário enquadrar Passo Fundo nesse contexto, material e simbolicamente (o próprio álbum de 1931 servia como propaganda municipal), mostrar para o restante do estado que a cidade assumia destaque na região, ou assim fazer crer.

Nesse momento (entre 1930 e 1950), a expansão da indústria rio-grandense ocorreu a partir da manutenção de exportações agropecuárias e agroindustriais para outros estados brasileiros e da ampliação de seu mercado consumidor interno (regional), que está relacionado com a urbanização e o crescimento da população urbana. (HERRLEIN JR.; CORAZZA, 2007, p.143). Pesavento (1985, p.72) entende que a revolução de 1930 ensejou a transição de um padrão de acumulação de capital baseado eminentemente na agroindústria, para uma acumulação baseada na indústria, mesmo sem uma política industrializante adotada pelo governo nacional, ao menos até o Estado Novo. No entanto, o Rio Grande do Sul mantinha uma posição de "celeiro do país", acrescentando às suas exportações agropecuárias produtos agroindustriais já beneficiados. (PESAVENTO, 1985, p.78-79).

Tedesco e Sander (2005, p.103) demonstram que o trigo, por exemplo, desde 1928, por influência de Getúlio Vargas, havia passado a ser cultivado racionalmente

---

Comercial, Clube Caixeiral, Colégio Notre Dame, Hospital São Vicente de Paulo, Hospital da Cidade, Banco da Província, palácio da Intendência de Erechim, entre outros. Também foi proprietário do Cine Coliseu. Participou da vida política municipal quando Nicolau Vergueiro foi intendente, partilhando dos interesses do partido republicano. (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995, p.56-57).

com a instalação de "estações fitotecnia destinadas a melhorar as variedades, adaptando as sementes aos processos bioclimáticos." A agroindústria se estabelecia no Rio Grande do Sul como um setor que se modernizava e se industrializava. O trigo começa a se desenvolver no planalto e se torna uma aposta da economia passo-fundense, animada pela ênfase conferida pelo governo estadual e, posteriormente, nacional. Após a Segunda Guerra, com uma política de substituição de importações, foram concedidos incentivos fiscais, estimulando a produção dessa cultura.

Mas durante toda a década de 1940, concordando com Tedesco e Sander (2005, p.107), a agricultura na região "ainda se caracterizava pela presença maciça da mão-de-obra familiar." É a partir da década de 1950, com a cultura do trigo se intensificando que "a figura do empregador rural, do meeiro/parceiro e do arrendatário" surge (TEDESCO; SANDER, 2005, p.107). Assim, o plantio do trigo passa das mãos de uma agricultura familiar para a moderna com foco na exportação para o mercado regional e nacional. Já na década de 1940, uma indústria de implementos e insumos agrícolas começa a se estabelecer no Brasil, no Rio Grande do Sul e na região do planalto sulino.

O estado contava com 31 estabelecimentos de produção de máquinas e implementos agrícolas na década de 1940, em 1959, esse número havia crescido para 72. (TEDESCO; SANDER, 2005, p.112). Boa parte do maquinário ainda era adquirido em outras regiões, mas o comércio e a indústria em Passo Fundo giravam em torno da agricultura e, entre as décadas de 1940-50, em torno da cultura do trigo. A produção tritícola se modernizava, acarretando mudanças no comércio, indústria e sociedade passo-fundense:

Os granjeiros, as cooperativas, as agroindústrias, os comerciantes urbanos, a população urbana (mercado consumidor), as modernidades do lar e nos hábitos de convivência e de sociabilidade etc. são alguns dos elementos/sujeitos desta chamada "modernidade". O que não se alterou nesse processo foi a estrutura fundiária, que já vinha se consolidando pelo viés da concentração da terra e da saída do campo de um imenso contingente de pequenos proprietários, meeiros, caboclos e índios. (TEDESCO; SANDER, 2005, p.123).

As décadas de 1940 e 1950 assinalaram importantes transformações no cenário econômico e político brasileiro. Além da experiência democrática, a indústria despontava como uma peça-chave na economia do país, com um desempenho superior ao da agricultura. "Por essas razões, este período é considerado o momento de consolidação do *processo de industrialização* do país" (MARTINS, 2010, p.85), quando



o Brasil deixou de ter uma economia completamente voltada para a exportação de produtos agrícolas e passou a ter a indústria como força econômica real. Essa presença da industrialização como setor fundamental da economia levou à consolidação de uma burguesia industrial, intensificou a urbanização nas grandes e médias cidades, incrementou uma classe média e grupos operários nesse novo cenário urbano. (VIZENTINI, 2008, p.203). Boa parte do crescimento populacional desse período esteve atrelado a esse processo de migração do campo para as cidades, como a situação de Passo Fundo naquele contexto exemplifica. O crescimento da população urbana incrementou o mercado consumidor que estimulou ainda mais a industrialização no país.

Cabe considerar que "o processo de industrialização no Brasil foi essencialmente de substituição de importações", com o mercado interno substituindo a importância do mercado externo. (MARTINS, 2010, p.86). Essas mudanças também alteraram o cenário político nacional. As cidades passaram a ocupar um espaço maior nas decisões políticas, visto "que o voto urbano teve um ganho relativo ao voto rural." (MARTINS, 2010, p.88). Para Martins (2010, p.88), isso conduziu ao enfraquecimento de formas de poder ligadas ao clientelismo rural, debilitando partidos que dependiam do voto rural, como UDN e PSD. Noll e Trindade (2004) entendem que o cenário político rio-grandense esteve dividido, entre 1945-1964, entre o PTB e grupos anti-PTB, mas "a curva ascensional do PTB será um fato decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais." (NOLL; TRINDADE, 2004, p.82).<sup>17</sup>

O que não ocorreu sem encontrar obstáculos e conflitos. Ainda existiam grupos da sociedade ligados ao setor agrícola da economia apegados à ideia do país como exportador de produtos primários por excelência e vocação natural. Outro empecilho foi o acelerado crescimento populacional de cidades de grande e médio porte, gerando problemas habitacionais, falta de estrutura e emprego, entre outros problemas. Por essas razões, "não é difícil aceitar que a emergência e, acima de tudo, a continuidade do processo industrializante exigiram um amplo trabalho de legitimação." (MARTINS, 2010, p.90). Embora o debate sobre como o processo de industrialização deveria ser implementado tenha sido orientado por diferentes teorias desenvolvimentistas, que

---

<sup>17</sup> Na *Revista Eletrônica História em Reflexão* (KNACK, 2014), foi discutido como ocorreu o processo de formação da elite política passo-fundense entre o período 1945-1964. Nesse artigo, foi debatido a reconfiguração dos grupos políticos com o fim do Estado Novo e a formação de novos partidos políticos como o PTB, PSD e UDN, bem como o perfil dos indivíduos que se destacaram como lideranças regionais de Passo Fundo, transcendendo a esfera local, alcançando cargos de deputados estaduais, federais e secretarias estaduais.

envolviam uma série de conceitos e tendências distintas<sup>18</sup>, existia um discurso corrente sobre o momento vivenciado pelo país:

Os anos 50 foram o período, portanto, em que, no Brasil, o discurso em torno do desenvolvimento nacional foi posto na agenda, sobretudo, na segunda metade da década. Havia um consenso entre elites políticas e econômicas, intelectuais e opinião pública de que o país vivenciava profundas transformações e, mesmo passando por crises econômicas conjunturais, ele estava "em desenvolvimento", fase intermediária que conduziria a uma estrutura capitalista plenamente desenvolvida. (MEYRER, 2008, p.14).

Esse imaginário de desenvolvimento, de progresso, era generalizado, mas se manifestava de forma distinta nas diferentes regiões do Brasil. Algumas transformações alteravam o país, como a "introdução de novas técnicas agrícolas", visando ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo, o que "provocou a expulsão de um vasto contingente de trabalhadores para os centros urbanos" o que tornava a cidade, para esse grande contingente populacional, "uma nova terra de promessa." (MONTEIRO, 2007, p.161). Esses grupos deslocados do campo procuravam novas condições de trabalho, empregos e o conforto que imaginavam existir no mundo urbano. As cidades atraíam, não eram apenas um último refúgio para camponeses desalojados, elas se afirmavam como um universo de possibilidades, o ápice do progresso que finalmente começava a atingir o Brasil. Tal era o cenário urbano que se afirmava:

O espaço urbano passava por um processo de verticalização e periferização. As capitais cresciam verticalmente nas suas áreas centrais com a construção de grandes prédios de estilo arquitetônico modernista, movimento que mobilizou arquitetos e urbanistas na reinvenção da arquitetura brasileira, movidos pela utopia de remodelar as velhas cidades transformando-as em cidades modernas, planejadas, funcionais e belas para o desfrute das elites e das camadas médias urbanas. (MONTEIRO, 2007, p.162).

Esse processo de verticalização e periferização era impulsionado pela intensidade do êxodo rural que marcava o país naquele contexto, estimulando transformações urbanas e aquecendo o mercado imobiliário. Soares (2007, p.301) mostra que nas décadas de 1940-50 "as taxas de crescimento da população do estado foram de 2,3% e 2,6% ao ano, em média, respectivamente", com a população urbana apresentando índices superiores, "com crescimento de 3,3% ao ano (1940-50) e de 5,5%

---

<sup>18</sup> Em relação à orientação teórica que permeou os debates em relação ao desenvolvimentismo e à industrialização no Brasil, poderiam ser mencionadas as correntes de pensamento keynesianas, liberais, neoliberais e da Cepal, conforme indica MARTINS, 2010. O debate sobre a efetivação (ou não) da industrialização no país foi balizado por essas tendências.

ao ano (1950-60)", o que confirma os intensos movimentos migratórios de êxodo rural no período.

Na segunda metade do século XX, Passo Fundo "contava com 288 estabelecimentos do setor industrial", divididos, de forma geral, entre produtos alimentares (maioria), madeira e "transformação de materiais não-metálicos." (MORETTO, 2007, p.264). Embora fosse o setor de atividade que mais empregava na cidade, eram estabelecimentos, em sua maioria, de pequena escala. Essa população deslocada do campo para a cidade, em parte era absorvida por esse setor industrial aquecido, ou acabava sobrevivendo em sub-empregos, constituindo um segmento de pobres que começavam a se instalar no município.

Passo Fundo acompanhava o fenômeno de crescimento urbano do Rio Grande do Sul como Gosch (2005, p.81) indica: "entre 1940 e 1950, a população do município passou de 80 138 para 101 887 habitantes." No meio urbano, a população ultrapassou 30 mil habitantes. Entre 1950-60, embora a população do município tenha sido reduzida em mais de 8 mil habitantes<sup>19</sup>, "no meio urbano a população passou de 31 229 para 50 559, o que corresponde, em termos percentuais, a uma variação de 30,65% para 54,26%." (GOSCH, 2005, p.81). Nessa década, a população urbana ultrapassa a rural.

O relatório do prefeito Daniel Dipp, compreendendo os anos 1952-54, apresenta alguns indícios desse crescimento urbano, como a ampliação da rede elétrica municipal, alcançando bairros e ruas de algumas vilas da cidade: como vila Cruzeiro, Luiza, Santa Maria, Schell, Vera Cruz. (DIPP, 1954, p.5). Outro dado que, se a estatística de seu relatório estiver correta, demonstra o crescimento populacional foi o aumento no número de escolas, que em 1951 somavam 168, em 1954 alcançavam 220 estabelecimentos, com correspondente aumento no quadro de funcionários do magistério municipal, que em 1951 contava 238 professores, e em 1954 aumentava para 318. (DIPP, 1954, p.6). Mas o grande destaque conferido pelo prefeito foi à elaboração do plano diretor de desenvolvimento urbano: "fundamental para o desenvolvimento urbanístico da Cidade, situa-se o plano Diretor entre as maiores e mais importantes realizações do atual período administrativo, iniciado em 1º de janeiro de 1.952." (DIPP, 1954, p.13).

---

<sup>19</sup> Damian (2010, p.46) indica que na primeira metade da década de 1950 Passo Fundo havia perdido território com a emancipação dos distritos de Marau e Tapejara. Essas emancipações explicam a redução no número da população total no município.

Para Carvalho (2007, p.415), a "iniciativa de se confeccionar o primeiro plano diretor de desenvolvimento urbano" atesta a existência de uma ideia de progresso "que parece alimentou o crescimento de desenvolvimento do município neste período." Gosch (2005, p.83) indica que o plano de 1952 (aprovado em 1953, mas regularizado definitivamente em 1957) "representou uma obra de grande vulto para o desenvolvimento da cidade, e tinha como objetivo principal orientar o crescimento urbano e localizar grandes equipamentos de uso coletivo." A encomenda de um PDDU ao escritório de um urbanista já reconhecido, Edvaldo Pereira Paiva e sua equipe, ia ao encontro do imaginário da cidade como centro regional - a capital do planalto não poderia continuar crescendo desordenadamente.

O estabelecimento de diretrizes para orientar o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional significa que o poder público de fato esperava, projetava e planejava esse crescimento. Koselleck (2006, p.268) entende que "os acontecimentos históricos não possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquirimos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem", ou seja, a concepção desse plano contava, projetava um acontecimento embebido em uma linguagem política que envolvia a atmosfera imaginária passo-fundense desde as primeiras décadas do século XX: o progresso. O espaço de experiência em que o plano é elaborado previa (imaginava) seu intenso crescimento em função do progresso que caracterizava a economia da cidade.

Esse espaço de experiência, que caracteriza a própria comemoração do centenário, procurava afirmar a cidade como centro regional, romper com um passado eminentemente agrário, ressaltando e comemorando elementos que contribuíam para o crescimento e modernização urbana. (KNACK, 2007). O trigo, a indústria, o comércio e a modernização configuravam a "marcha progressiva de Passo Fundo." (DIPP, 1954, p.22). A contracapa do relatório do prefeito Daniel Dipp abria o relato de seus trabalhos com o seguinte convite: "Monte suas Fábricas em Passo Fundo. É uma cidade linda, a 700 metros de altitude, clima excelente, e considerada a CAPITAL DO PLANALTO DO RIO GRANDE." (DIPP, 1954).

Entre os possíveis atrativos para a captação de indústrias estavam "energia elétrica abundante", o número de habitantes, apontado como "35.000", com vasta mão-de-obra, o fato de ser ponto estratégico de meios de transporte. As escolas, hotéis e hospitais também eram mencionados, assim como as belas praças e os serviços de água e esgoto. Merecia destaque, na página final do relatório, o fato de as indústrias gozarem

de isenção de impostos e taxas municipais. Também constava, na página final, a seguinte mensagem: "Em agosto de 1957, PASSO FUNDO festejará seu primeiro Centenário, com Exposições várias. Torne sua firma conhecida no SUL, concorrendo a êsse importante certame!". (DIPP, 1954). É com essa atmosfera que determinados grupos da sociedade passo-fundense vão se empenhar em organizar as festividades do centenário da cidade.

## **1.2 A organização das comemorações do centenário - o Instituto Histórico de Passo Fundo**

De acordo com o Livro de Atas do Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, a primeira reunião desse centro ocorre em abril de 1954. Participavam desse grupo intelectuais como Jorge Cafruni, membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, do Grêmio de Letras e jornalista vinculado ao jornal *O Nacional*; Gomercindo dos Reis, advogado e político passo-fundense, também membro do Instituto Histórico e do Grêmio de Letras, que além de participar da organização dos festejos publica algumas obras em homenagem à cidade, analisadas no segundo capítulo, dentre outros integrantes.<sup>20</sup> Mas foi Cafruni juntamente com um parceiro no empreendimento das atividades culturais na cidade na década de 1950, Emilio da Silva Quadros, que organizaram esse centro de estudos.

Também participavam integrantes do poder público, como Daniel Dipp, prefeito pelo PTB naquela ocasião, e Wolmar Salton, que viria a ser prefeito no momento das

---

<sup>20</sup> De acordo com os Documentos do Instituto Histórico de Passo Fundo, estes eram seus sócios fundadores: Jorge Edethe Cafruni (jornalista); Pedro Silveira Avancini (advogado); Romulo Cardoso Teixeira (advogado); Pedro Pacheco (advogado); Aquelino Translatti (advogado); Gomercindo dos Reis (corretor); Deoclides Czamanski (fotógrafo); Raul Lima Langaro (comerciante); Reissoly José dos Santos (juiz de direito); Cesar Santos (médico); Daniel Dipp (advogado); Oswaldo Optiz (juiz de direito); João Bigois (juiz municipal); Ney Menna Barreto (advogado); Verdi de Cesaro (advogado); Celso da Cunha Fiori (advogado); Wolmar Salton (industrialista); Sady Machado da Silva (pastor metodista); Sabino Santos (professor); José Gomes (vigário); Jacob Stein (vigário-coadjutor); Pindaro Annes (proprietário); João Cony (ruralista); Aurelio Amaral (professor); Nilo Porto Silveira (comerciante); Italo Goron (promotor público); Ney Vaz da Silva (industrialista); Mauro Machado (advogado); Mucio de Castro (jornalista); Derly Lopes (radialista); Emilio da Silva Quadros (jornalista). (DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO, 1954). É importante reparar na formação profissional dos sócios, a maioria são advogados, contendo também médicos, jornalistas, professores, comerciantes, etc. Todas são profissões eminentemente urbanas. De uma forma geral, ou eram profissionais liberais, autônomos, ou proprietários de seus próprios negócios. Alguns ocupavam cargos públicos, como juizes e o promotor, outros ocupavam cargos políticos importantes, como vereadores e prefeito. Enfim, configuram um grupo urbano que constituía uma elite intelectual e política com influencia nos rumos do planejamento econômico municipal.

comemorações em 1957. Outro nome que aparece com frequência em diferentes publicações é o de Arthur Süssembach, também colunista de *O Nacional*, autor do Hino do Centenário de Passo Fundo. O centro recebeu apoio de várias outras personalidades com peso político e econômico na cidade e região, como Nicolau de Araújo Vergueiro, Mucio de Castro, Ney Menna Barreto, Decolides Czamanski, fotógrafo local, Reissoly Santos, entre outros<sup>21</sup>. É possível destacar Jorge Cafruni como um dos articuladores desse empreendimento, que assume papel fundamental nas comemorações do centenário e no estabelecimento de uma memória histórica para Passo Fundo, atuando na seleção dos sujeitos, dos lugares e dos acontecimentos que passaram a constituir a história municipal.

A primeira ata do Centro de Estudos Pró-centenário, intitulada Preliminares, inicia com uma justificativa sobre a necessidade de se estabelecer o centro. São destacadas diferentes qualidades do município, como ser um entroncamento rodoviário, sua posição geográfica, ter uma economia sólida com a indústria em desenvolvimento, quatro ginásios esportivos, conservatório de música, uma faculdade de Direito entendida como o germe de uma futura universidade e um centro de tradições gaúchas. Esses fatores demonstram o nível de crescimento e progresso municipal e, com o centenário se aproximando, emergia a necessidade de se dedicar aos estudos históricos da cidade:

Passo Fundo, no limiar de seu primeiro centenário, não possui ainda um centro de estudos históricos, com a finalidade de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes ao seu passado, que tanto proveito traria ao conhecimento das nossas coisas, para utilização não apenas dos contemporâneos, como igualmente das gerações futuras. (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p.1).

Essa percepção sobre a história está alicerçada em um regime de historicidade (HARTOG, 2003; 2013) associado a uma noção de história saudosista que marca a escrita de Xavier e Oliveira, conforme será mencionado em seguida. A ata indica que houve o trabalho de coletar informações, classificar e "dissecar" os dados do passado, "[...] esse trabalho árduo de pesquisas, anos após anos; esse trabalho de ordenação,

---

<sup>21</sup> Em alguns casos recebeu auxílio financeiro, que ajudaram a manter a instituição, como os recursos recebidos pelo Frigorífico Z. De Costi de Passo Fundo, que enviou "1 mil cruzeiros", com uma carta lisonjeira endereçada ao presidente do Instituto no momento, Jorge Cafruni. Sua carta e a notícia da doação foram publicadas em *O Nacional*, mencionando a relevância do Instituto e do trabalho do historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira para a história do município e das comemorações do 1º Centenário. (O NACIONAL, 05/07/1957, p.5).

selecção e laboração e divulgação esteve, até aqui, a cargo de um único homem" (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p.2), Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Esse "venerado" cidadão, de acordo com o Livro de Atas, se encarregou sozinho da pesquisa sobre o passado e de publicações de obras de história sobre o município entendidas como basilares por reunirem abundantes informações sobre a região, desde o início da ocupação do território até aquele momento. Essa seria a razão "pela qual podemos, com justiça, considerá-lo Pai da História Passofundense." (LIVRO DE ATAS, ATA, nº1, 1954, p.1). A seleção dos personagens fundamentais da história de uma sociedade implica também a seleção de um passado modelar em que estes indivíduos atuaram, essa era uma das funções do Instituto:

[...] se a educação do presente devia ser sobredeterminada pela ideia de futuro, as novas necessidades de legitimação do poder, em sociedades que, por um lado, tendiam a isolar indivíduos, mas por outro, procuravam instituí-los como cidadãos, exigiam o seu enraizamento num passado modelar [...]. (CATROGA, 1998, p.222).

Xavier e Oliveira não é apenas a referência fundamental para a pesquisa histórica do Centro de Estudos Pró-centenário, ou mesmo do Instituto Histórico. A partir do centenário de Passo Fundo, ele passa a figurar como um dos personagens da história local. Seu nome, sua trajetória como pesquisador e político, é selecionado como exemplo para os cidadãos passo-fundenses. Esse passado do qual Xavier e Oliveira, o pai da história, foi personagem, deveria ser o modelo para gerações futuras. O Centro de Estudos Pró-centenário legitima as suas obras, consideradas como exemplos de pesquisa, elaboradas a partir do "processamento de uma perfeita crítica histórica dos documentos e das tradições, o que lhes confere um cunho nitidamente científico e a correspondente autoridade." (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p.1). Seus livros são compreendidos como um patrimônio a ser preservado pela comunidade.

Inicialmente, o Centro de Estudos Pró-centenário dedicou-se a recolher documentos e artefatos, como livros e fotografias, com o intuito de acumular informações sobre Passo Fundo. Também foi sugerida a elaboração de um álbum com fotografias da cidade em colaboração com Deoclides Czamanski. Após o início da atuação do centro, suas ações foram se solidificando, e para uma ação maior foi escolhida uma diretoria, tendo Xavier e Oliveira, Nicolau Vergueiro e Armando Araújo Annes como presidentes de honra, Reissoly dos Santos, professor da faculdade de direito e juiz municipal, como presidente, e Cafruni como secretário. Vários outros

nomes, alguns já citados anteriormente, foram mencionados como membros assistentes e colaboradores. Embora sejam citados vários nomes, Cafruni pode ser compreendido como um dos principais articuladores desse centro, pois a ideia de sua formação partiu dele, e é um dos poucos nomes que aparece em todas as atas do grupo.

Depois de formada a diretoria, foram formadas algumas comissões destinadas a cumprir atividades específicas, desde tesouraria até pesquisas, divididas por temas e áreas, como arqueologia, indígenas, manuscritos, documentos. Entre os objetivos do centro estavam coletar, organizar e publicar informações sobre a história local. Depois, transformar o centro em um Instituto Histórico municipal, para consolidar um grupo dedicado à investigação da história de Passo Fundo: "[...] expressamos agora a nossa opinião pessoal no sentido de que a transformação deste centro num Instituto Histórico se efetive imediatamente, antes do advento do centenário municipal." (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p.5). É a partir de um movimento em prol de estudos e divulgação da história para o centenário que se organiza um Instituto Histórico no município<sup>22</sup>. Segue um passagem do Livro de Atas sobre a criação do Instituto Histórico:

O presidente deu a palavra ao secretário, havendo este feito uma exposição de como surgiu a ideia da criação de um centro de estudos históricos e a campanha efetuada, consoante as preliminares deste livro de atas, propondo varias medidas, entre as quais a transformação, de imediato, deste centro num Instituto Histórico. O sr. Presidente submeteu essa proposição à discussão e votação, saindo ela vitoriosa por unanimidade, pelo que esta entidade passou a denominar-se, daqui por diante, Instituto Histórico de Passo Fundo, adquirindo carácter permanente, sem prejuizo do programa elaborado para a publicação de obras históricas por ocasião do 1º Centenário desta comuna, que ocorrerá a 7 de agosto de 1957. (LIVRO DE ATAS, ATA nº1, 1954, p.7).

A afirmação do centro como Instituto Histórico solidificou um grupo dedicado aos estudos históricos no município. Também proporcionou um contato ampliado com outras instituições da cidade, como o Grêmio Passo-fundense de Letras tanto que as outras reuniões do grupo foram realizadas na biblioteca, que ficava, na época, nas dependências do Grêmio (a primeira havia ocorrido nas dependências da Faculdade de Direito). Na Ata número quatro, consta um fonograma de Dante de Laytano dirigido ao

<sup>22</sup> *O Nacional* noticiava a criação do Instituto: "Conforme noticiamos, acaba de ser fundado nesta cidade o Instituto Histórico de Passo Fundo, que tem como Presidente o Dr. Reissoly José do Santos, ilustre Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca. A criação do Instituto Histórico de P. Fundo realizou-se a 15 do corrente, quando foram escolhidas as varias comissões que formam o organismo da entidade, tendo sido nomeados os srs. Dr. Mauro Machado e J.E. Cafruni para a elaboração dos Estatutos." (O NACIONAL, 20/04/1954, p.4).



Instituto Histórico de Passo Fundo, felicitando a fundação da agremiação na cidade. Também é destacada a busca por apoio federal junto ao Ministério da Educação para consolidar e dar visibilidade ao instituto. Os membros do instituto também buscaram apoio estadual para a construção de um obelisco comemorativo do primeiro centenário de Passo Fundo. (LIVRO DE ATAS, ATA nº4, 1954, p.12). *O Nacional* confere destaque para a fundação do Instituto em suas páginas:

As finalidades do Instituto Histórico de Passo Fundo são claras e elevadas: coletar, metodizar, publicar ou arquivar os documentos históricos, geográficos e etnográficos do município e da região; incentivar os estudos históricos, estudar as relações da história com as ciências: psicológica, sociológica, moral, política, etc., e cultuar os grandes vultos nacionais. E, ainda, publicar obras históricas sobre o município de Passo Fundo, para serem lançadas por ocasião das comemorações do 1º centenario desta comuna. A fundação do Instituto Historico de Passo Fundo teve inicio com a campanha levada a efeito por este vespertino que, assim, se orgulha de haver contribuido, grandemente, para o maior progresso intelectual do nosso povo. (O NACIONAL, 22/04/1954, p.3).

De fato, *O Nacional*, tendo Jorge Cafruni como um de seus articuladores, tem participação efetiva na fundação e divulgação do Instituto. Em 1954, o Instituto Histórico já se preocupava com a organização de festividades no município em vista da proximidade do aniversário da emancipação municipal em 7 de agosto do mesmo ano. Essa foi uma sugestão de Cafruni, aceita pelos membros presentes na reunião conforme indica a Ata nº5. (LIVRO DE ATAS, ATA nº5, 1954, p.13). Foi nomeada uma comissão para organizar esses festejos, a serem realizados na biblioteca municipal, nas dependências do Grêmio de Letras. Gomercindo dos Reis foi um dos encarregados de sua organização, também encarregado da comissão de pesquisas históricas. A ata nº6 inicia com felicitações recebidas de diferentes instâncias, da vice-presidência da República e da Assembleia Legislativa do estado. Também informou que Arthur Ferreira Filho, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, enviava felicitações e "importantes documentos" sobre a história de Passo Fundo. (LIVRO DE ATAS, ATA nº6, 1954, p.14).<sup>23</sup>

Muitas reuniões do Instituto Histórico terminavam com palestras de seus membros. Jorge Cafruni proferiu algumas sobre a história e costumes indígenas da região. Arthur Süssenbach também palestrou sobre jornais locais do início do século

---

<sup>23</sup> *O Nacional* noticiava as congratulações de Arthur Ferreira Filho, "que é membro do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul", e os documentos que seriam enviados para a agremiação local, ficando a remessa sob os encargos do Dr. Celso da Cunha Fiori. (O NACIONAL, 21/06/1954, p.1).

XX. Eram encontros em que os membros aproveitavam para trocar ideias sobre seus trabalhos relativos à história municipal. Além disso, também foram convocadas reuniões especiais, como demonstra a Ata nº7, relativa ao falecimento de Getúlio Vargas, homenageando o presidente. (LIVRO DE ATAS, ATA nº7, 1954, p.15). O Instituto Histórico foi consultado, juntamente com o Grêmio Passo-fundense de Letras, sobre a troca do nome da principal avenida (Av. Brasil) para Avenida Getúlio Vargas.<sup>24</sup> Essa proposta foi aprovada pelos membros do Grêmio e do Instituto. A matéria foi colocada em votação e deu empate. Os membros presentes que votaram contra a mudança, foram contrários à ideia de mudar o nome de qualquer via tradicional da cidade. Aqueles favoráveis apoiavam a mudança justificando que seria uma exaltação à pátria. (LIVRO DE ATAS, ATA nº8, 1954, p.16). Ocorre que não foi essa via que recebeu o nome do falecido presidente, e sim a Avenida Mauá que sofreu a alteração.

A Ata nº9 versa sobre a comissão de estudos do instituto dedicada à organização dos festejos do primeiro centenário e à elaboração de selos com personalidades da cidade, sugeridos por Gomercindo dos Reis, que havia indicado as efígies de Fagundes dos Reis e de Xavier e Oliveira com o dístico "História" para homenagear a cidade. (LIVRO DE ATAS, ATA nº9, 1954, p.17). Além dos selos, também foi mencionada pelo Instituto Histórico a necessidade da construção de um brasão para o município, conforme demonstra esta passagem relativa a um discurso de Jorge Cafruni:

[...] tomou a palavra J.E. Cafruni que, referindo-se a necessidade da adoção de um emblema heraldico municipal, justificou a medida, dizendo que Passo Fundo, a despeito de contar já cerca de um seculo, como municipio autonomo, ainda não possui o seu emblema heraldico, sua insignia, que é um distintivo, uma égide sob a qual vive, luta e avança uma comunidade, sintetizando, num símbolo, não apenas suas contes de energia, senão também sua diretriz e suas aspirações. (LIVRO DE ATAS, ATA nº10, 1955, p.18).

Existe uma clareza por parte do instituto da necessidade de construir símbolos, selecionar personagens e acontecimentos para afirmar um imaginário para a cidade. Foi determinada uma comissão encarregada da elaboração do brasão, composta por Jorge Cafruni, Gomercindo dos Reis e Cesar Santos. "Informamos ainda que colaborou nesse trabalho o ilustre e venerado historiador conterraneo, sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, que apresentou valiosas sugestões" para a configuração do brasão. (LIVRO

---

<sup>24</sup> De acordo com Miranda (2003, p.35), o vereador Wolmar Santon do PTB teve a primeira iniciativa para homenagear o falecido presidente, propondo projeto na Câmara de Vereadores para trocar o nome da Av. Capitão Jovino (prolongamento da Av. Brasil na época, que se estendia da praça Tochetto até a ponte do rio Passo Fundo) para Presidente Vargas.

DE ATAS, ATA nº10, 1955, p.19). Dentre as sugestões, estava a inserção do ano de 1857, em referência ao ano da emancipação política. Já a inserção das palavras trabalho, fraternidade e progresso, se dá na insígnia em uma faixa abaixo do escudo central. O conteúdo iconográfico também é elaborado - o pinheiro, o trigo e uma usina hidrelétrica. Finalizando, a Ata nº10 informa que entre os anos 1955 e 1956 não aconteceriam mais reuniões do instituto para que as comissões formadas se dedicassem plenamente aos seus trabalhos. As reuniões são retomadas em fevereiro de 1957, em uma sessão especial com a seguinte finalidade:

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, às 17.30 horas, realizou-se sessão especial do Instituto Histórico de Passo Fundo, á avenida General Neto, nº391, convocada pela mesa administrativa, com a finalidade de discutir o parecer da Comissão Especial de Pareceres, relatado pelo consocio Jorge Ed. Cafruni, e subscrito pelos consocios Arthur Süssenbach Raul Lima Langaro, e referente á autenticidade da fotografia do patriarca da cidade, Joaquim Fagundes dos Reis, apresentada a este Instituto pelo consocio sr. Gomercindo dos Reis. (LIVRO DE ATAS, ATA nº11, 1957, p.21).

A foto acaba sendo aprovada pelos membros do Instituto, pois o aspecto da fotografia coincidia com a época em que viveu Joaquim Fagundes dos Reis. Outra justificava é dada por um sócio que afirmou ter acompanhado o esforço de Gomercindo dos Reis na busca dessa foto, conseguida com uma parenta sua e sobrinha de Fagundes dos Reis, o que implica um parentesco entre os dois. Além do debate sobre a autenticidade dessa foto, o debate no Instituto demarca a seleção de outro personagem central para a história de Passo Fundo com uma relação familiar com um de seus sócios. Responsável pela emancipação política do município, data que completava o ciclo do centenário passo-fundense, Joaquim Fagundes dos Reis foi considerado um marco nessa história e nas gerações que a constituíram. Nessa caso, a evidência geracional funciona como um conector com o passado (RICOEUR, 1997), construindo um nexu temporal e linear entre passado, presente e futuro. Ao construir um busto do patriarca na cidade (LIVRO DE ATAS, ATA nº14, p.24), essa conexão entre as categorias temporais é solidificada.

Em 1958, Jorge Cafruni escreve um relatório com as atividades realizadas pelo Instituto durante o ano de 1957. No relatório, consta um recurso recebido pelo deputado Múcio de Castro, que foi aplicado em despesas para pesquisa histórica e em prêmios em virtude do mérito de certos associados, embora seja mencionado nas Atas do Instituto apenas um conferido a Xavier e Oliveira, o pai da história passo-fundense. Também são

mencionadas as publicações de suas obras, em homenagem ao centenário da cidade: *Passo Fundo na Viação Nacional, O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo, Rememorações do Nosso Passado e Passo Fundo Através dos Tempos*. Também foi concedido auxílio a Gomercindo dos Reis e suas pesquisas em vários pontos do estado e Curitiba e para a aquisição da fotografia e a contratação do escultor Rossini, de Erechim, para elaboração do busto de Joaquim Fagundes dos Reis. (DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO, 1958). Ainda sobre Fagundes dos Reis, Cafruni destaca:

As comissões pesquisadoras deste Instituto tiveram de realizar, devidamente credenciadas pela Prefeitura e pelo Centro de Saude, varias escavações no antigo cemiterio denominado "do Capitão Fagundes dis Reais", na busca dos seus restos mortais. O mais que se conseguiu, infelizmente, foi a descoberta do local, onde se achaca uma lápide - pedra grês - já bastante gasta do tempo e enterrada, com inscrição quase ilegível, identificando a sepultura. Graças, ainda, às solicitações deste Instituto, conseguimos que a Prefeitura, tendo a frente o dinâmico edil Sr. Wolmar Salton, fizesse a reconstrução do túmulo e do mesmo cemitério. (DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO, 1958).

Catroga (1998, p.222) demonstra como as comemorações buscam ressuscitar o passado "silenciando o facto de sua evocação assentar numa seleção através da qual o presente paga aos defuntos ilustres a sua dívida de reconhecimento." Essa seleção dos personagens ilustres foi elaborada pelo Instituto Histórico, e era esse passado que se buscava mostrar ao presente como exemplo. Era a história desses personagens que deveria ser celebrada em 1957. Eram esses ilustres homens que passaram a compor parte do imaginário capital do planalto. São os responsáveis pelo progresso alcançado, deveriam servir de exemplo para os homens no presente. Joaquim Fagundes dos Reis foi considerado o responsável pela emancipação política do município, por isso seu nome deveria ser evocado pelos demais. O local do repouso de seu cadáver foi buscado, remexido, assim como o próprio passado. Construir um busto e reconstruir seu cemitério não tinha como objetivo apenas celebrar suas ações no presente, também significava lançar seu nome para as gerações futuras.

O Instituto também pesquisou e adquiriu documentos antigos sobre o município, como as audiências do "Juizado de Paz do 4º Quarteirão de Cruz Alta" desde 1834, ano em que Fagundes dos Reis assumiu o juizado, as atas da antiga Câmara de Vereadores, desde que foi instalada em 7 de agosto de 1857. O relatório destaca as pesquisas sobre línguas indígenas, mas destaca as dificuldades e o excesso de trabalho nessa pesquisa, o

que proporcionou poucos resultados. Também constavam como atividades do Instituto uma série de palestras realizadas por diferentes sócios. Além dessas atividades, e que não constam no relatório, podem ser classificadas como atividades desse grupo alguns artigos publicados nas páginas do jornal *O Nacional*. Esses textos apresentavam algumas informações sobre fragmentos da história municipal. A imprensa ocupa papel fundamental para legitimar o programa de comemorações do centenário e o imaginário progressista que fundamentavam ideias e projetos para Passo Fundo. Entre os trabalhos publicados por *O Nacional*, consta uma palestra proferida por Arthur Süssenbach sobre suas pesquisas no jornal *O Gaúcho*:

O sr. Arthur Süssenbach procede á leitura de interessante trabalho, transcrevendo trechos expressivos de uma edição do jornal "O Gaucho", que se editou nesta cidade ha 44 anos, contendo curiosidades sobre varios assuntos que interessam ao conhecimento da vida de então e da historia, de um modo geral. (O NACIONAL, 25/06/1954, p.3).

Assim noticiava *O Nacional* sobre uma sessão do Instituto Histórico ocorrida em 22/06/1954. Logo em seguida, um artigo de autoria de Arthur Süssenbach, sob o título *Reminiscências*, é publicado no mesmo jornal. "A título de curiosidade - e quem sabe se de utilidade para o nosso Instituto Histórico, que poderá usar como ilustração para algum trabalho relativo à época" foram transcritas pelo autor "algumas notícias inseridas no jornal local do Partido Republicano 'O Gaúcho', que se editava nesta cidade, edição de 26 de junho de 1910, precisamente há quarenta e quatro anos passados." (O NACIONAL, 26/06/1954, p.2).

Interessante perceber a necessidade de demarcar conjuntos, ou ciclos, da passagem do tempo - o autor frisa que se passaram exatos quarenta e quatro anos. Grupos dedicados a guardar a memória de comunidades estabelecem períodos de história, com início e fim, no intuito de estabelecer comparações e/ou distinções, refletir sobre projetos políticos/econômicos e suas modificações para sociedade. Assim as utopias, os medos, os personagens e acontecimentos de determinada região são (re)definidos. Essa é uma forma de estabelecer conexões entre as categorias temporais que usamos para organizar, controlar e racionalizar a passagem do tempo.

Entre as notícias transcritas por Arthur Süssenbach, estão a quantia da arrecadação municipal no ano de 1910, o total de votos obtidos pelos candidatos à presidência da República em diferentes estados, a situação da saúde de um colega e amigo dos editores de *O Gaúcho*, a abertura de uma casa de negócios em Erechim, entre

outras notícias. Merece destaque a transcrição de um trecho sobre um hotel, especialmente porque, como pode ser observado no próximo item do presente trabalho, a construção de prédios e hotéis será percebida como uma espécie de ação patriótica de abnegados cidadãos agindo em prol do progresso de Passo Fundo para melhorar a paisagem urbana no ano do centenário. Segue o anúncio do hotel de 1910, transcrito em 1954:

Da última página destaquei os seguintes anúncios: "Hotel dos Viajantes de Eduardo Bareiro Gomes - Este bem montado e acreditado hotel, situado no centro da cidade e a curta distância da estação da Estrada de Ferro, dispõe de excellentes acomodações para viajantes, famílias, etc. Serviço culinário magnifico e tudo pelo mais exculpulo asseio. A cosinha é sempre dirigida pela habil cozinheira e proprietaria do mesmo hotel. (O NACIONAL, 26/06/1954, p.2).

Nesse retorno a exatos quarenta e quatro anos, a maior passagem sobre acontecimentos locais é essa passagem sobre o Hotel dos Viajantes. Essa transcrição pode ser percebida tanto como um exemplo de progresso do passado - a estrada de ferro que trouxe amplo desenvolvimento econômico para a região, materializado, entre outros aspectos, na construção de vários hotéis no município - como um lembrete da necessidade de superar essa história. Era necessário fundar hotéis modernos, com atendimento profissional, transcendendo a esfera familiar (local), dignos de uma capital do planalto.

Por outro lado, Jorge Cafruni proferia palestras sobre a ocupação indígena na região onde se localizava Passo Fundo e sua influência nos costumes "gauchescos" (O NACIONAL, 25/06/1954, p.3). Assim, *O Nacional*, sob influência de Cafruni, publicava artigos em seus editoriais sobre esse assunto, "como uma contribuição aos estudos que se processam a respeito no Instituto Histórico de Passo Fundo, com vistas á publicação especial que fará a entidade, por ocasião do 1º Centenario do Municipio." (O NACIONAL, 22/06/1954, p.3). Como exemplo, o artigo publicado sobre os índios "Ubirajaras", grupo que, segundo o jornal, seria antepassado dos Caingangues e portanto teria presença na região norte e estaria articulados a história passo-fundense desde o século XVIII, "quando as missões pertenciam ainda aos espanhóis." (O NACIONAL, 22/06/1954, p.3).

A questão dos jesuítas e dos primeiros habitantes "civilizados" da região também impulsionava os trabalhos de membros do Instituto Histórico. "Sabe-se, sem duvida, que residiram nestas plagas indios de varias nações, entre as quais os Tapes e os atuais

Caingangues. Mas não se fala de habitante selvícola, mas sim de civilizado." (O NACIONAL, 05/07/1954, p.3). Essa distinção entre índios e civilizados (brancos) acentuava a noção de progresso trazida pelos europeus. Os índios, embora tenham influenciado costumes "gauchescos", ainda eram entendidos como elementos da paisagem a serem dominados, conquistados pela civilização. Era dentro dessa perspectiva que a fundação de reduções jesuíticas na região norte do estado era compreendida como o primeiro passo da civilização em Passo Fundo, e os padres jesuítas seus primeiros habitantes. O artigo "Um tragico Natal passofundense" versava sobre esse momento da história e a destruição da primeira chama da civilização no território que abrigaria Passo Fundo no futuro:

Triste, muito triste, deveria ter sido aquele Natal passofundense de 1636. Havia sido instalada, neste território, pelos jesuítas espanhóis, a redução de Santa Tereza de los Pinhales y Yerbasales (dos Pinhais e dos Ervais), a pedido dos selvícolas deste município, pertencentes á nação Tape, que dominava desde a nascente do Jacuí até a Lagoa dos Patos, seguindo o curso sinuoso do grande rio. (O NACIONAL, 06/07/1954, p.3).

Quem supervisionava a redução era, de acordo com *O Nacional*, o padre Francisco Ximenes (considerado o primeiro habitante civilizado no artigo citado anteriormente), que assistiu ao trágico assalto de bandeirantes e mamelucos em busca de escravos indígenas, reprovando aquela prática dos paulistas. (O NACIONAL, 06/07/1954, p.3). Além desses artigos, publicados esporadicamente, *O Nacional*, em 1955, cedeu espaço para o Instituto Histórico publicar textos, intitulados *Documentos para Centenário*. O primeiro documento apresentado era sobre a Lei Provincial nº99, de 26 de novembro de 1847, que elevava Passo Fundo à categoria de paróquia. Segue o início da transcrição da lei publicada: "Art. 1º - Fica elevada á categoria de Paroquia a capela de Nossa Senhora da Conceição d'Aparecida, do Passo Fundo, termo da Vila do Espirito Santo da Cruz Alta, e com os mesmos limites que ora tem." (O NACIONAL, 10/02/1955, p.2).

O segundo documento tratava da Lei Provincial nº340, de 28 de janeiro de 1857, e versava sobre a emancipação municipal de Passo Fundo: "Art. 1º - São elevadas á categoria de vilas as freguezias do Passo Fundo e de Cangussu." (O NACIONAL, 11/02/1955, p.2). O documento nº3 era uma transcrição da ata da instalação do município de Passo Fundo e o nº4 versava sobre a primeira divisão distrital. Esses documentos foram publicados por solicitação de *O Nacional*. Demonstram a estreita

relação existente entre esse jornal e o Instituto naquele momento, bem como as relações com as comissões organizadoras das comemorações do centenário. Jorge Cafruni, redator de *O Nacional*, sócio fundador do Instituto Histórico, secretário da comissão organizadora das comemorações, transitava entre esses espaços, juntamente com outros membros do Instituto, pesquisava, coletava e redigia esses documentos publicados no jornal. Sua atuação exemplifica a intrínseca relação entre esses lugares de produção/organização da história e das festividades do centenário municipal. Exemplifica a importância de sua atuação o convite feito pelo executivo municipal para ele exercer a atividade de secretário geral da Comissão Central das Comemorações do Centenário. Segue trecho do ofício enviado pelo prefeito em 1955, publicado em *O Nacional*:

Em reconhecimento aos assinalados serviços prestados por V.S. a Passo Fundo, quer como membro do Instituto Histórico, quer como jornalista, na última reunião da Comissão Central encarregada dos festejos comemorativos do 1º Centenário de Passo Fundo, foi aprovada por unanimidade a proposta para solicitar-lhe mais estreita colaboração, convidando-o para Secretário Geral da aludida Comissão. (O NACIONAL, 16/02/1955, p.3).

Jorge Cafruni acaba recusando o convite por estar sobrecarregado de atividades, em seu trabalho como redator de *O Nacional*, em sua função de secretária da Câmara Municipal e Secretário do Instituto Histórico. Sua recusa é encaminhada em um ofício publicado no mesmo jornal, onde agradece o convite, mas atribui o reconhecimento de seu trabalho "como reconhecimento à campanha desenvolvida pelo O NACIONAL, em prol das comemorações do Centenário, campanha esta que não se deteve e continuará mais vigorosa." (O NACIONAL, 16/02/1955, p.3). A seguir, será abordado o papel da imprensa nas comemorações do centenário de Passo Fundo, focando em particular *O Nacional*, que, praticamente, tornou sua redação um lugar de organização, produção e divulgação dos festejos de 1957, mas também observando o que noticiava o outro periódico citadino, o *Diário da Manhã*.

### **1.3 As comemorações do centenário nas páginas da imprensa local**

Durante a década de 1950, a imprensa em Passo Fundo esteve polarizada entre dois jornais com posições políticas distintas - *O Nacional* e o *Diário da Manhã*. *O*



*Nacional* foi fundado em 1925 e, na década de 1940, tornou-se propriedade de Múcio de Castro. Inicialmente assumia uma postura política republicana, expressou "posições nitidamente pró-trabalhismo durante toda a década de 1950." (BENVEGNÚ, 2006, p.19). Inclinado ao trabalhismo, era simpático aos ideais do grupo que estava no poder durante as comemorações do centenário, o PTB. Em virtude desse posicionamento, *O Nacional*, divulga com maior entusiasmo e frequência notícias sobre as festividades do centenário e o trabalho das comissões envolvidas com sua organização, que continham membros do poder público dominado pelos trabalhistas. Como já assinalado, cabe ressaltar a afinidade entre a redação de *O Nacional*, o Instituto Histórico e as comissões organizadoras do centenário. Nesse sentido, no presente capítulo, são analisados alguns anos anteriores ao de 1957, pois esse jornal pode ser compreendido como um dos lugares de produção, divulgação e legitimação de discursos históricos que caracterizam as comemorações centenárias.

O *Diário da Manhã* que pertencia ao jornalista Túlio Fontoura teve, inicialmente, posição alinhada com o PRR e especialmente com Nicolau de Araujo Vergueiro, liderança desse partido na região. Quando Nicolau Vergueiro ingressa no PSD, o jornal assume "clara oposição ao trabalhismo e a Getúlio Vargas." (BENVEGNÚ, 2006, p.19). Portanto, havia dois jornais que apresentavam, muitas vezes, diferentes percepções sobre acontecimentos, problemas e projetos políticos e econômicos para o município. Isso não significa que o *Diário da Manhã* não divulgava ou não apoiava os trabalhos dos organizadores das comemorações do centenário, mas explica porque esse jornal não conferiu a atenção despendida por *O Nacional*, que apoiava a tendência política e o partido no poder durante a década de 1950. Também não é possível afirmar que *O Nacional* não elaborava críticas ao poder público, como atesta a coluna *O que o povo reclama*, com algumas de suas passagens mencionadas no capítulo 4 do presente trabalho, há críticas até mesmo em relação à organização das comemorações do centenário.

É possível perceber a ênfase em relação a certas ações de políticos filiados aos partidos que esses jornais apoiavam. Por exemplo, *O Nacional* (24/07/1957, p.1) noticiava que o deputado do PTB, Daniel Dipp, conseguira uma verba para as comemorações do centenário, somando 1 milhão de cruzeiros, destinados especialmente para organização e execução da Festa do Trigo. O *Diário da Manhã* (15/06/1957, p.2) noticiava que o deputado Odalgiro Corrêa, do PSD, "encareceu a aprovação do projeto de seu autoria que concede 5 milhões de cruzeiros para as festas do 1º Centenário de

Passo Fundo." Embora ambos os periódicos tenham noticiado as comemorações do centenário (*O Nacional* publica uma edição especial comemorativa, com mais de 60 páginas, indo além de o *Diário da Manhã*), em relação à atuação dos partidos políticos com os quais se alinhavam, ficava clara sua tendência e parcialidade.

Cabe entender a situação da imprensa brasileira na década de 1950 para perceber o estado da produção técnica desses dois jornais naquele contexto. O Brasil conhecia inovações na imprensa desde a década de 1940, tendo *O Cruzeiro* como uma referência, que instituiu "em suas redações novas concepções estéticas de fotografia e novos modelos de editoração" (ROMANELLO, 2009, p.73). Essas inovações tornaram a revista uma referência no mercado editorial brasileiro, que praticava e aprimorava modelos de fotojornalismo "canonizados pelas maiores revistas da Europa e dos Estados Unidos." (ROMANELLO, 2009, p.76). Para Abreu (2008, p.467), na década de 1950, "a imprensa do país foi substituindo a tradição literária pelo jornalismo informativo e especializado. A imprensa foi abandonando o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião." De acordo com Meyrer (2008, p.14), esse momento marca "avanços dos meios de comunicação de massa - imprensa - rádio - televisão e cinema, características do processo de urbanização acelerada." Essa transformação se acentua a partir da segunda metade de 1950:

No que tange especificamente ao desenvolvimento da imprensa brasileira, podemos dizer que é nos anos 50 que se consolidou o processo de transformações que já vinha sendo realizado desde a década anterior. O jornalismo teve que se adaptar às novas aspirações da população e do mercado. O crescente dinamismo da sociedade levava à necessidade de informações rápidas e facilmente digeríveis, e o aumento da concorrência estimulava inovações no setor. (MEYRER, 2008, p.14).

Cohen (2011, p.104) identifica a "economia urbano-industrial" que começou seu processo de consolidação na primeira metade do século XX como um dos elementos norteadores do crescimento e da diversificação do mercado editorial. Juntamente com a modernização técnica, essas mudanças promoveram uma ampliação no mercado leitor. Nesse contexto, foi necessário buscar outras formas de garantir as vendas e alcançar um lucro mais expressivo: "a questão do financiamento revelava-se decisivo. A publicidade e o sistema de venda de assinaturas procuravam garantir o empreendimento." (COHEN, 2011, p.105). Sem abandonar sua raiz política, oriunda de um jornalismo literário e opinativo, os periódicos foram paulatinamente assumindo um caráter cada vez mais empresarial.

Os jornais deixavam de ser mero instrumento partidário para se tornarem empresas, verdadeiros empreendimentos comerciais. Para melhor alcançar seus objetivos econômicos - o lucro - eram introduzidas inovações técnicas que melhoravam o aspecto gráfico, ampliando potencialidades comerciais para anunciantes e atraíam mais os leitores. "É nesse período que se dá a passagem, no Brasil, de um jornalismo literário, de opinião, para um jornalismo empresarial." (MEYRER, 2008, p.14). Em Passo Fundo, ainda era possível notar o cunho partidário dos dois diários que circulavam, mas essa passagem de um determinado tipo de jornalismo opinativo para um empresarial também é perceptível na década de 1950. As divergências políticas em diferentes questões marcavam os editoriais, reportagens e colunas, ao mesmo tempo em que se reservava espaço para anunciantes e se buscavam assinaturas de um espectro amplo da população. Conforme Abreu (2008, p.470) indica:

Deve-se ressaltar também que até os anos 1960, quando a indústria de massa era incipiente, a imprensa podia ser considerada partidária. Embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade.

Em relação às comemorações do centenário, é possível notar o engajamento dos periódicos, especialmente de *O Nacional*. Essa questão ainda era tratada como questão pessoal, os jornais não se limitavam apenas a noticiar os eventos relativos ao planejamento das festividades, se posicionavam e buscavam, através de seu apelo ao público leitor, influenciar autoridades públicas envolvidas com a questão. Portanto, o "modelo norte-americano" de jornalismo objetivo e "impessoal da informação" (ABREU, 2008, p.467) ainda não havia substituído plenamente o jornalismo de opinião. Existia um interesse comercial, político e cultural da imprensa nas comemorações. Abreu (2008, p.468) afirma que "[...] a imprensa contava para sobreviver basicamente com: a venda avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e apoio de grupos privados." Na década de 1950, as grandes agências de publicidade começam a se firmar no mercado editorial brasileiro, e os jornais passam a reservar um espaço considerável para a propaganda em suas páginas.

Comemorar um centenário, com grande pompa e atenção, poderia ser uma fonte de lucro, atraindo anunciantes de diferentes gêneros comerciais. Mas o empenho da imprensa na divulgação do planejamento e execução das comemorações não era apenas comercial. Soma-se a esse interesse outras questões, como os vínculos políticos

partidários e a afirmação do Instituto Histórico de Passo Fundo e seus trabalhos sobre a história de Passo Fundo e região. Especialmente no caso de *O Nacional*, que exercia um papel de lugar de produção de discursos históricos (CERTEAU, 2011). Seus integrantes não apenas participavam de atividades do Instituto Histórico, do Grêmio de Letras, como também produziam contos, livros e artigos sobre história e cultura regional. Cohen (2011, p.111) observa que nas relações entre jornalismo e literatura, imprensa e política, se formaram “círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias.” Jornalistas, cronistas, escritores e políticos formaram um círculo em Passo Fundo com a disposição de interferir nas comemorações do centenário.

Nesse sentido, também é possível notar um entrecruzamento entre narrativa ficcional, literária com a histórica e jornalística e o imaginário capital do planalto nos discursos da imprensa. Pesavento (2008b, p.368) chama atenção desses cruzamentos narrativos nos jornais:

E, sobretudo, falamos desta imprensa que se cria e se desenvolve nas cidades, com sua forma narrativa onde se aproximam e se misturam, talvez mais do que nos outros discursos entrecruzados, as referências do acontecido e do que se gostaria ver acontecer. Há, pois, que se levar em conta a características ação dos jornais, estes agentes de difusão da notícia que recriam o mundo, no entrecruzamento entre o horizonte de expectativas de uma época e a poderosa capacidade dos periódicos de serem indutores e formadores de opinião.

Diferentes narrativas estão presentes nos jornais, confluindo para afirmar o imaginário de Passo Fundo como um centro regional. Nos discursos presentes nos jornais, nos artigos sobre a história local (escritos por jornalistas, historiadores, escritores) se entrecruzam ficcionalizações da história e historicizações da ficção (RICOEUR, 1997). A imaginação é um recurso elementar da narrativa histórica, e um momento de comemorações de um centenário é central para vislumbrar o passado, preenchendo inclusive lacunas documentais. Muitas poesias publicadas nos periódicos, com objetivo de homenagear o aniversário da cidade, constroem suas narrativas com recursos da história, situando personagens, datas e acontecimentos em um tempo cronológico, histórico na medida em que possibilita aos leitores situarem suas experiências, seu tempo em uma linha temporal coletiva. Ao noticiar o andamento da organização dos festejos, o que acontecia na cidade sobre esse assunto, os jornais “recriam o mundo” dentro de um horizonte de expectativas próprio de um contexto

marcado por ideais progressistas e de rápido desenvolvimento. Esse horizonte futuro só pode ser visualizado como um imaginário social.

Levando em consideração esse quadro da imprensa nacional e local, é possível concordar com Lofego (2004, p.27) quando este afirma que a imprensa pode ser uma fonte valiosa para a construção de uma memória sobre a cidade. Em grande parte, o sucesso de um evento como a comemoração de um centenário depende do empenho de seus organizadores e, entre outros fatores, de sua ampla divulgação. Nesse sentido, não pode ser ignorado o trabalho de Jorge Cafruni na edição de *O Nacional*, o que contribuiu para a ênfase dada por esse jornal às comemorações do centenário. Além de ser um espaço onde o Instituto Histórico podia divulgar suas pesquisas, nele eram publicados anúncios da reunião dos sócios e editoriais alertando a sociedade e o poder público sobre a proximidade do centenário. No editorial de 17 de janeiro de 1953, constava a seguinte mensagem: "Estamos nos aproximando do primeiro centenário da emancipação do município de Passo Fundo, que se completará a 7 de agosto de 1957, faltando tres anos e sete meses para a comemoração significativa do evento." (O NACIONAL, 1953, 17/01/1953, p.3). E por isso a cidade deveria se preocupar em melhorar a aparência de suas casas e prédios, que apresentavam, segundo o editorial, aspecto envelhecido especialmente no centro:

Muitas casas de estilo antigo e inadequadas existem ainda bem no centro, principalmente á praça Marechal Floriano, que podiam ser reformadas ou derrubadas, dando margem a novas construções, mais vistosas, de conformidade com as possibilidades de seus proprietarios. (O NACIONAL, 17/01/1953, p.3).

A praça Marechal Floriano compreendia o centro comercial e financeiro de Passo Fundo. Para Lofego (2004, p.22), "[...] a cidade é, antes de qualquer coisa, o povoamento de imagens e fontes de imaginários. Aspectos da história ora residem no reluzir de *out-doors*, ora escondem-se sob escombros." A imagem da praça era uma peça fundamental da construção visual da capital do planalto. As imagens da área central constituem referência para a visualidade urbana da cidade na década de 1950. Os aspectos arquitetônicos compreendidos como modernos eram entendidos como sinônimo de progresso econômico e crescimento urbano. A imagem desses espaços era ressaltada pela imprensa (e pelo poder público) em suas publicações, já os espaços que não condiziam com esse imaginário eram deixados de lado, como escombros do

passado sem serventia para o presente. E para que não houvesse esses vestígios de uma cidade que não deveria aparecer nas comemorações, *O Nacional* alertava a população:

A Municipalidade e os srs. proprietarios devem ir preparando as modificações necessarias, melhorando o aspecto geral da cidade. A Prefeitura acelerará o calçamento das ruas, o asfaltamento e as diversas melhorias julgadas imprescindiveis, não só pela utilidade, senão também pelo embelezamento. Os proprietarios, terão a seu cargo a melhoria de seus prédios velhos, de feia aparência, que não coaduna com o desenvolvimento da nossa urbs. (O NACIONAL, 17/01/1953, p.3).

Não era apenas a prefeitura que deveria cuidar da cidade, o jornal também chamava para o papel dos proprietários das edificações e sua responsabilidade em cuidar de seus prédios. Outra preocupação de *O Nacional* era com a construção dos pavilhões para a exposição do centenário: "a construção desses pavilhões, por serem obra de vulto, demandará longo tempo. É preciso que fiquem os trabalhos prontos o mais breve possível, pois temos 3 anos para essas atividades." (O NACIONAL, 06/01/1954, p.4). Esse artigo critica a morosidade e falta de verbas por parte do poder público para construção do espaço destinado às feiras expositivas que aconteceriam em 1957. Mas *O Nacional* também não poupava elogios às obras que contribuía para o embelezamento urbano, como o calçamento do bairro Boqueirão, "que é o berço da hoje magnífica Metropole da Serra." (O NACIONAL, 15/01/1954, p.4). As comemorações também eram usadas como justificativa para determinadas melhorias: "devemos pensar na construção de um prédio para a Camara Municipal, com vistas ao Primeiro Centenario do Municipio." (O NACIONAL, 18/01/1954, p.3).

Uma "metrópole" não podia apresentar prédios do poder público funcionando em edificações do século XIX ou início do XX. *O Nacional* requisitava um embelezamento para a apresentação da cidade durante as comemorações do centenário. "É deprimente para o Municipio que o seu Legislativo ande de Herodes a Pilatos, procurando um cantinho para funcionar." (O NACIONAL, 18/01/1954, p.3). O poder público deveria ser um dos símbolos da cidade, o executivo e o legislativo deveriam estar instalados em prédios funcionais e plasticamente adequados à imagem de capital do planalto. *O Nacional* ainda reclamava sobre a falta de uma comissão organizadora para as festividades:

Ainda não ha nenhuma comissão oficial para os festejos do 1º Centenario do nosso Municipio. Muita coisa precisa ser preparada. Muitos edificios construidos. Muitos programas devem ser elaborados. A comissão de

Historia não está instalada. Faltam tres anos... Será isso muito tempo? (O NACIONAL, 25/01/1954, p.3).

Em março de 1954, *O Nacional* começa a criticar a demora na escolha de uma comissão organizadora das festividades: "nada foi feito até aqui. Nem foi escolhida a Comissão do Centenario, a quem competirá fazer a programação das festas, indicando o que é necessario fazer, o que precisamos preparar desde já, o que devemos fazer, enfim..." (O NACIONAL, 11/03/1954, p.3). A demora em agilizar essas questões parecia causar apreensão na edição do jornal, que transmitia para seus leitores essa preocupação. A redação perguntava qual seria o papel do poder público e das associações de associação da sociedade, como o Grêmio de Letras, o Rotary Club, Centros de Tradições, entre outros. Também chamava atenção para a necessidade de articular as iniciativas dos diferentes setores, e para isso seria necessária uma comissão organizadora.

Também não esquecia de ressaltar com frequência o papel dos proprietários de imóveis, especialmente no centro da cidade, no embelezamento da "urbs". Em matéria intitulada "Impõem-se a iniciativa particular para as festas do centenario", *O Nacional* alertava para a aparência das edificações da cidade: "No proprio centro da cidade temos casas de estilo barrôco, lembrando os tempos coloniais - Belos e alterosos edificios podem ser construidos, embelezando a nossa urbs." (O NACIONAL, 11/03/1954, p.4). O "barroco" referido pela reportagem significa um "estilo colonial" - "antigo". A batalha do jornal era contra as edificações antigas. Como Hartog (2013) bem demonstra, os regimes de historicidade, a experiência com o tempo de um determinado grupo, pode ser observada na arquitetura, ou na forma como as sociedades percebem e atribuem valor às construções.

A valorização de edificações modernas frente aos velhos casarões demonstra uma percepção sobre a passagem do tempo e uma forma de atribuir sentido e encadear as categorias temporais (passado, presente, futuro). Edifícios que lembravam os tempos do Império não condiziam com a afirmação de uma cidade progressista, em pleno crescimento econômico, considerada uma capital do planalto, centro de toda uma região. Embora as obras para as festas do centenário não estivessem andando, o jornal elogiava a administração pública no que dizia respeito ao embelezamento: "muitos traçados novos iniciados, muitas obras importantes, que bem caracterizam a dinamica gestão do prefeito Daniel Dipp." (O NACIONAL, 11/03/1954, p.4). O que deixava

ainda mais destaque para o fato de os proprietários não estarem acompanhando os melhoramentos, no aspecto plástico da cidade, empreendidos pela prefeitura:

Mas enquanto os poderes publicos trabalham no embelezamento das ruas, isto é, na parte da pavimentação, os particulares empreendem, escassamente, obras de construção. Alguns poucos edificios estão sendo construidos, graças a compreensão de alguns proprietarios progressistas e amantes da cidade. No mais, o que vemos, são edificios acaçapados, de estilo barrôco, lembrando os tempos coloniais. (O NACIONAL, 11/03/1954, p.4).

Essa situação retratada pelas páginas da imprensa vai ao encontro da análise da equipe de urbanistas contratados pelo poder público para elaborar o PDDU, que será analisado no capítulo 4. A capital do planalto não poderia apresentar uma paisagem colonial. Edifícios modernos e verticais deveriam compor seu cenário. "Com tal vista, apresentaremos, nas festas do centenario do municipio, um aspecto deploravel, de uma cidade estagnada e sem energia. Uma cidade cujos habitantes não foram bafejados com os sôpros do progresso." (O NACIONAL, 11/03/1954, p.4). O centenário era compreendido como um momento de afirmação de Passo Fundo frente a outros municípios da região e também como uma ocasião para atrair investimentos. O imaginário capital do planalto implicava uma renovação urbana.

Em 17 de março de 1954, voltava *O Nacional* a afirmar a necessidade e urgência dos preparativos para as comemorações: "porque a verdade é essa: o Centenario do Municipio está á porta e nada foi feito até agora." (O NACIONAL, 17/03/1954, p.3). Citavam a manifestação do Centro de Tradições Gauchas Lalau Miranda em colaborar com as autoridades na organização dos festejos, mas ainda não havia grande mobilização dos poderes públicos para o evento. O prefeito Daniel Dipp era mencionado como esforçado, mas ainda não havia despendido a atenção que a questão merecia:

Sabemos que o Prefeito Daniel Dipp enviou a legislação do Plano Diretor á Camara de Vereadores, que somente vai reunir-se em abril, quando então tratará do assunto, votando as leis julgadas necessarias, prevendo as comemorações do centenario do Municipio. É de se salientar que constam do plano Diretor da Cidade o Estadio Municipal e o Parque Municipal, pedras angulares das mesmas comemorações. Esperamos que, tão logo sejam as leis do plano diretor aprovadas, venha a iniciar-se as construções prescritas... E oxalá cheguemos ainda em tempo... (O NACIONAL, 17/03/1954, p.3).

A aprovação do PDDU era considerada fundamental para o bom andamento das comemorações do centenário de Passo Fundo. A elaboração do plano foi tanto



simbólica, no sentido de atender a necessidades impostas pelo imaginário progressista que fundamentava a capital do planalto, quanto material, para atender a problemas do presente. Uma cidade que aspirava ser um centro regional deveria ter normas claras quanto a seu crescimento populacional e urbano. Esse plano, concluído em 1953 e aprovado em 1957, era um documento que almejava mais o futuro que o presente. Sua elaboração está relacionada com as comemorações do centenário, como demonstra essa passagem de *O Nacional*, que associa a execução das festividades à aprovação do plano. Cabe destacar que muitas das propostas do plano acabam não saindo do papel. O jornal seguia com sua campanha para a organização das comemorações:

Efetivamente, temos pleiteado o início da construção dos pavilhões da Exposição, o estádio municipal, do monumento ou obelisco comemorativos, a designação, construção ou reconstrução dos logradouros especiais que servirão como locais para as varias cerimoniais. Para a planificação de tudo isso para uma iniciativa que pretende lograr acertos, é necessario que as autoridades e elementos interessados, expoentes interessados, expoentes da sociedade local, procurem desde já, no ambiente das reuniões, sugerir discutir e decidir as medidas necessarias, fazendo com que todas as obras que forem previstas possam encontrar sua concretização antes de 7 de agosto de 1957. (O NACIONAL, 25/03/1954, p.3).

Além desse pedido, *O Nacional* conferiu destaque para a criação, a partir de sua iniciativa, do centro de estudos para o centenário: "Também sugeriu e realizou a fundação de um centro de estudos históricos pró-centenário do municipio de Passo Fundo, centro esse que vem trabalhando somente com elementos da redação de O NACIONAL." (O NACIONAL, 25/03/1954, p.3). Esse centro seria o início da fundação do Instituto Histórico de Passo Fundo. O jornal agia como um articulador das comemorações. Seus reclames eram mais que notícias da falta de organização e morosidade no planejamento do centenário, eram sugestões de como preparar as comemorações que paulatinamente iam surtindo efeito na sociedade, como a iniciativa de estabelecer um centro de estudos. Outra necessidade que destacava o jornal era montar comissões para a execução das diferentes atividades que iriam ocorrer durante os festejos (semelhante à forma como as comissões do Instituto Histórico eram organizadas):

Urge que nomeamos as comissões encarregadas de promoverem as varias iniciativas, consideradas indispensaveis para o ato, como, por exemplo, a comissão de exposição, comissão artística, comissões de fundos, comissão agro-pecuaria, comissão do obelisco comemorativo, comissão cultural e

historica, comissão de propaganda, etc. etc. etc. (O NACIONAL, 27/03/1954, p.3).

Segue o jornal clamando mobilização da sociedade: "Mãos á obra... o tempo passa e cruzar as mãos, sem nada fazer, não é só indiferença, mas ainda trabalhar contra Passo Fundo!" (O NACIONAL, 25/03/1954, p.3). A responsabilidade deveria ser de toda a sociedade, não apenas do poder público, que, de acordo com a redação de *O Nacional*, embora não andasse muito ativo, tinha um prefeito esforçado na realização do centenário. Dessa forma, eram noticiados com grande destaque os empreendimentos de grupos e associações da sociedade civil em prol das comemorações, como o apoio da Sociedade Amigos do Boqueirão para a construção do obelisco comemorativo:

Na reunião de ontem, a Sociedade Amigos do Boqueirão resolveu apoiar a campanha que O NACIONAL vem desenvolvendo, no sentido de trabalharmos o quanto antes, visando as comemorações do centenario do municipio. Efetivamente, entre outras coisas, O NACIONAL vem dizendo da necessidade de criarmos comissões para os diversos setores da comemoração, inclusive relativamente ao obelisco comemorativo. (O NACIONAL, 30/03/1954, p.4).

Destacava que a Sociedade Amigos do Boqueirão entendia que a execução do obelisco deveria ser realizada sem auxílio financeiro da prefeitura ou do estado, que o povo passo-fundense deveria se encarregar de sua construção. Para isso, a referida sociedade buscava fundos na sociedade, agindo como uma comissão do obelisco. *O Nacional* seguia sua campanha, afirmando que existiam problemas a serem superados, como energia elétrica em abundância, asfaltamento das principais vias e calçamento de algumas ruas dos bairros, construção de um mercado público e dos pavilhões. Voltava a chamar atenção para a necessidade da formação de comissões organizadoras dos festejos, em vista de que faltavam praticamente apenas dois anos para o centenário, para que pudessem "os passofundeses dizer ao Rio Grande que já ultrapassaram a sua fase mais crítica, entrando francamente na senda do seu progresso, assegurando as grandes conquistas do futuro." (O NACIONAL, 02/04/1954, p.3). 1954 era entendido como o momento de decisão sobre os rumos das comemorações do centenário:

E é bom lembrar que este ano de 1954 é o decisivo porque é nele que devemos iniciar todos os grandes empreendimentos que terão reflexos na data centenaria. É em 1954 que todas as energias dos passofundenses são reclamadas para lançar os fundamentos da grande jornada que culminará no esplendoroso dia 7 de agosto de 1957. (O NACIONAL, 03/04/1954, p.3).

As preparações das festividades tinham como um dos principais objetivos, entre outros, apresentar Passo Fundo como um centro regional, uma cidade digna de receber investimentos. Para isso, era necessário o empenho da sociedade, e não apenas do poder político, na boa execução das comemorações em 1957. Esse seria o momento decisivo para afirmar o imaginário progressista da capital do planalto interna e externamente. Por isso reclamava *O Nacional* com grande destaque em uma manchete: "Faltam 949 dias para o início das festas centenárias! Nem Exposição, nem hotéis adequados, nem estádio municipal e nem mercado público ainda foram iniciados ou sequer programados." (*O NACIONAL*, 08/04/1954, p.4). Seguiu informando que não havia ainda sequer uma comissão organizadora das comemorações. Ao menos, uma vez por semana, era apresentada alguma reclamação ou informação sobre o andamento (ou a falta de andamento) dos preparativos para o centenário.

De acordo com a redação de *O Nacional*, o Grêmio Passo-fundense de letras reconhecia o mérito da campanha em prol do centenário realizada pelo jornal, conforme haviam discutido em reunião daquela associação: "O Dr. Celso Fiori referiu-se à vigorosa campanha que vem sendo levada a efeito pelo *O NACIONAL*, no que respeita à necessidade de nos prepararmos para as comemorações do 1º Centenário." (*O NACIONAL*, 09/04/1954, p.1). Da redação do jornal, emergia uma articulação entre diferentes associações e grupos da sociedade para a organização do centenário. Cabe lembrar que é em 1954 que o Centro de Estudos Históricos Pró-Centenário é criado, e muitos dos membros desse centro (que viria a se tornar o Instituto Histórico) transitavam entre outras organizações, como o Grêmio de Letras e a Sociedade dos Amigos do Boqueirão, bem como na redação de *O Nacional*. Embora, como já destacado, existisse uma diferença de posição entre *O Nacional* e o *Diário da Manhã*, o Centro de Estudos conseguiu reunir membros a favor e contra o governo trabalhista, como o caso de Gomercindo dos Reis, que não estava alinhando com os ideais do PTB. Assim, era divulgada a escolha da diretoria do recém-criado centro:

*O NACIONAL* publicou há dias a escolha do Dr. Reissoly José dos Santos, ilustre e ativo Juiz de Direito desta Comarca, para Presidente do recém fundado CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS PRÓ-CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO, cuja existência é devida à campanha desenvolvida por este vespertino, que tem debatido a necessidade de divulgarmos obras históricas, inclusive as do Sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, por ocasião das comemorações do 1º Centenário do Município. (*O NACIONAL*, 10/04/1954, p.1).

Novamente, de acordo com *O Nacional*, era seu o mérito da criação do Centro. E de fato, como já informado, a participação de Jorge Cafruni é fundamental para a criação desse grupo. Destacava ainda o jornal a necessidade de trabalhar em função da publicação de obras históricas da cidade, pois apenas os trabalhos de Xavier e Oliveira (e muitos deles inéditos) eram amplamente conhecidos. Nessa publicação, já era previsto transformar esse centro em uma associação de pesquisa histórica além do centenário. Em outra notícia sobre uma reunião do Centro de Estudos, *O Nacional* transmitia o apelo do presidente do centro, Dr. Reissoly José dos Santos para que todos os passo-fundenses colaborassem, "fornecendo dados e materiais para a consecução das altas finalidades do Centro, bem como apoio de qualquer natureza para levar a bom termo um tal empreendimento." (O NACIONAL, 14/04/1954, p.1). Ainda é traçado um elogio ao "pai da história" de Passo Fundo:

A todos, apresenta como exemplo a figura venerada do grande passofundense sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, pelos seus trabalhos exaustivos e dignificantes, voltados para a sua terra natal, cujo passado traçou em obras imortais que constituirão a base e fundamento dos demais trabalhos que serão levados a efeito. Na verdade, ninguém pode esquivar-se ao dever de prestar sua colaboração e seus prestimos, quando se procurar esclarecer o nosso glorioso passado, enriquecendo sobremaneira a historia do Rio Grande do Sul. (O NACIONAL, 14/04/1954, p.1).

Xavier e Oliveira era um exemplo de valor da terra. Sua trajetória era mesclada com o próprio passado que foi escrito nas suas páginas. Sua doação para a história era sua doação para o município. As comemorações de um centenário implicavam a eleição de seu panteão de homens ilustres e de seus feitos. Nesse sentido, Xavier e Oliveira foi duas referências. Suas obras serviram de base para os membros do Centro, e sua vida constitui exemplo de entrega e de civismo, servindo para divulgação das comemorações e apelo à entrega de outros cidadãos e dos poderes públicos na organização dos festejos. Seu nome, sua obra e seu exemplo deveriam configurar um legado para as gerações futuras. "Na obra do 'grande homem', é a história que se revela, pelo que a aferição da sua magnitude pertencerá á posteridade, quer dizer, ao momento do futuro de que ele mesmo terá sido o primeiro dos precursores." (CATROGA, 1998, p.221).

Como precursor da história municipal, Xavier e Oliveira recebia homenagens do Centro, que dedicou tempo, trabalho e recursos à publicação de suas obras. Publicar seu trabalho era uma maneira não apenas de divulgar informações sobre a história local, mas de imortalizar um personagem passo-fundense. Por um lado, o passado presente

nos livros e nos nomes dos personagens era alvo de preservação, homenagem e divulgação em prol das comemorações do centenário, por outro, o passado expresso nas edificações urbanas era considerado um atraso. Essa seleção era operada em função da afirmação e da crença em um imaginário progressista que circulava em Passo Fundo desde o início do século XX. O passado escrito nas linhas de Xavier e Oliveira era o das ações dos homens que trouxeram o progresso para o município, embora sua escrita adquira um tom saudosista que destoa do discurso progressista da imprensa e do poder público. Mas esse progresso deveria superar, em termos de organização urbana, edifícios que lembrassem o passado da cidade. Passo Fundo deveria ser um município do futuro:

Enquanto vemos cidades que, ainda ontem, não passavam de vilas, cresceram a olhos vistos, como Erechim e outras da região, Passo Fundo continua a apresentar um aspecto apenas "melhorado", a despeito de estar á beira de seu primeiro centenário. (O NACIONAL, 14/04/1954, p.3).

Claramente existe a necessidade de afirmar o município como líder da região frente a outras cidades. A paisagem urbana não poderia demonstrar "atraso" - as marcas do século XIX deveriam ser apagadas. Por isso, *O Nacional* apoiava a iniciativa de um vereador de apresentar um projeto de lei que determinava o seguinte: "[...] só permitir nas esquinas centrais da cidade edificações de cinco andares, pois o progresso da cidade isso reclama." (O NACIONAL, 14/04/1954, p.3). Reformas de prédios velhos e a permanência de terrenos vagos no centro da cidade eram sinônimos de atraso. Não condiziam com o imaginário progressista alimentado pelas páginas da imprensa e pelo poder público municipal. Dessa forma, o jornal reclamava ações para resolver tal situação e elogiava iniciativas nesse sentido. Era vislumbrada uma mudança nesse cenário caracterizado por um passado colonial, e a campanha de *O Nacional*, segundo sua redação, era a responsável por essa transformação: "Graças á campanha que temos desenvolvido, um espirito novo vem surgindo na cidade. Programam-se alterosos prédios, grandes hotéis, estabelecimentos vastos" em função da passagem do primeiro centenário. (O NACIONAL, 14/04/1954, p.3). A campanha de *O Nacional* em prol do centenário não se resumia ao aspecto paisagístico do município. Logo foi noticiada a fundação do Instituto Histórico pela "vitoriosa campanha iniciada pelo O NACIONAL":

O sr. Presidente deu a palavra ao sr. Secretário, havendo êste feito uma exposição de como surgiu a idéia da criação de um centro de estudos

históricos e a campanha efetuada propondo várias medidas, entre as quais a transformação de imediato do referido centro num Instituto Histórico. O sr. Presidente submeteu essa proposição á discussão e votação, saindo ela vitoriosa por unanimidade, pelo que a entidade passou a denominar-se, daqui por diante, INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO, adquirindo caráter permanente, sem prejuizo do programa elaborado para as publicações de obras históricas por ocasião do 1º Centenario dessa Comuna, que ocorrerá a 7 de agosto de 1957. (O NACIONAL, 17/04/1954, p.1).

Pelas páginas de *O Nacional*, é possível perceber claramente uma articulação entre grupos envolvidos na organização das comemorações e de pesquisas históricas com o poder público e com o imaginário da cidade como líder da região norte do estado. As necessidades defendidas por esse jornal, como a remodelação do centro por construções verticais e modernas no lugar dos antigos e obsoletos casarões, eram somadas pela preocupação em colocar esse passado nas páginas dos livros de história. De fato, *O Nacional* pode ser considerado, juntamente com o Instituto Histórico e o Grêmio Passo-Fundense de Letras, como lugare de escrita e de produção da história local. Esse "lugares" de produção também assumiam o papel de "instituições", no sentido de legitimar as obras consideradas "históricas" sobre Passo Fundo. (CERTEAU, 2011). Mas não era esse o único propósito dessas associações e de seus membros. Gomercindo dos Reis, por exemplo, recebia destaque de *O Nacional* pelos seus empreendimentos imobiliários:

Passo Fundo precisa retemperar suas energias para enfrentar os grandes problemas que se lhe antolham, principalmente por se encontrar ás portas o seu 1º Centenario. [...] Dai o interesse que tem tomado em todas as camadas conscientes, que despertam para a realidade, a iniciativa ousada do sr. Gomercindo dos Reis, que se lançou na louvavel empreitada de construir um prédio de 15 andares, no centro de Passo Fundo. (O NACIONAL, 17/04/1954, p.3).

O editorial seguia, citando comentários de Gomercindo dos Reis, que apresentava uma série de vantagens oferecidas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado ofertadas para a construção do imóvel, por isso a aquisição de um apartamento era estimulada, tanto pelo seu proprietário como pelo jornal. Concluía o editorial, nas palavras de Gomercindo:

Com essas vantagens, a aquisição de um apartamento será um otimo negocio. O edificio é para ficar pronto no prazo de trinta meses... Seja patriota! Adquira um apartamento hoje mesmo! Coopere para as festas do Centenario, para a grandeza da nossa terra! Passo Fundo flutua e não sossobra! Para a frente! Para a frente! (O NACIONAL, 17/04/1954, p.3).

A construção de um prédio de 15 andares era celebrada, especialmente por ser um empreendimento de um confrade de associações e de pesquisas históricas. Gomercindo dos Reis aproveitava o momento, o embalo desse imaginário progressista de Passo Fundo como capital do planalto e apresentava seu empreendimento pessoal como um gesto cívico, em prol da grandeza do município<sup>25</sup>. Dessa forma, era dever "patriótico" adquirir um apartamento em um arranha-céu, que estava mudando o aspecto envelhecido da cidade para um cenário renovado, considerado moderno pelos sujeitos envolvidos nas organizações das comemorações do centenário. O primeiro centenário revelava-se, portanto, como um momento propício para a especulação imobiliária, como será analisado no capítulo 4. Essa construção, além de um negócio, também foi explorada como forma de reconhecimento e prestígio pessoal de seu empreendedor, como destacou o editorial de *O Nacional*:

Benditos loucos! Eles são a voz que nos fala da grandeza do futuro, a voz do otimismo, do bem-estar, da justiça, da fraternidade e de tudo o que é belo e apreciável no mundo. Tudo o que a civilização conquistou até agora, em todos os ramos de atividade, é devido unicamente a esses pioneiros bravos, que se lançam destemidamente nos empreendimentos considerados difíceis ou impossíveis... (O NACIONAL, 17/04/1954, p.3).

Gomercindo dos Reis era considerado exemplo de empreendedorismo, de um cidadão que trabalha em prol do progresso e do futuro da terra. Ele se torna um exemplo, tal como Xavier e Oliveira. De uma forma geral, essas iniciativas eram destacadas em função da visita de "forasteiros" durante o centenário. Assim, também era considerada louvável "a iniciativa dos Drs. Celso da Cunha Fiori, Verdi De Cesaro e Salim Buaes, que iniciaram a organização de um grande e moderno hotel na cidade, em condições de bem representar Passo Fundo, no seu progresso e desenvolvimento." (O NACIONAL, 19/04/1954, p.3). De acordo com *O Nacional*, era graças a essas iniciativas que a "classe abastada" estava apoiando esses empreendimentos, com a "finalidade de embelezar Passo Fundo, dando-lhe uma aparência que se coadune com os

---

<sup>25</sup> Gomercindo dos Reis, proprietário do "Birô Reis", declarava nas páginas da imprensa que "em homenagem ao 1º Centenário do município, resolveu baixar a comissão da corretagem de 5% para 3%" para estimular os negócios e que "para facilitar aos pobres a compra e venda de seus imóveis no ano do Centenário, os proprietários residentes nas vilas e subúrbios, cujas transações não excedam 50 mil cruzeiros, o Birô não cobrará comissão do vendedor e nem do comprador, fazendo o negócio gratuitamente", ainda ressaltava que "colaborando com os festejos do Centenário do município, o Birô Reis passou por uma completa reforma e está ao dispor dos habitantes de Passo Fundo." (DIÁRIO DA MANHÃ, 03/08/1957, p.3).

avanços do seu progresso." (O NACIONAL, 19/04/1954, p.3). Mas em maio de 1954, *O Nacional* publicava um editorial com o título *O Marasmo Continua*:

O que existe até agora é apenas isso: iniciativa particular, do sr. Gomercindo dos Reis, para a construção de um edifício de 15 andares, enfrentando uma luta tremenda para vencer a inércia; outra iniciativa particular, dos Drs. Celso Fiori e Salim Buaes para a construção de um grande e moderno hotel; e, finalmente, um projeto de lei do sr. Lamaison Porto, no sentido de incentivar a construção de prédios alterosos em torno da praça Marechal Floriano. (O NACIONAL, 06/05/1954, p.3).

Iniciativas privadas eram entendidas como civismo pelo jornal, e não apenas como empreendimentos que visavam ao lucro. Também era importante destacar a necessidade de embelezar, verticalizar, o centro da cidade, em particular ao redor da praça Marechal Floriano. Fora essas iniciativas, os principais problemas apontados por *O Nacional* ainda não haviam sido resolvidos, "como os que dizem respeito ao Mercado Público, o Estádio Municipal e os Pavilhões para a Exposição do Centenario, que tanto estão preocupando a administração" (O NACIONAL, 11/05/1954, p.3); permaneciam sem solução. Enquanto no campo das obras urbanas e de embelezamento da cidade o marasmo pairava sobre a cidade, o mesmo não podia ser dito do Instituto Histórico, de acordo com o jornal. Poucos dias depois de sua fundação, já se encontrava em pleno trabalho, com mesa diretora selecionada, eleição de membros honorários e reuniões quinzenais. (O NACIONAL, 12/05/1954, p.3). De certa forma, os editoriais de *O Nacional* fazem crer que apenas as iniciativas em que o jornal se envolveu acabam por proliferar e dar resultados.

Embora a fundação do Instituto Histórico seja celebrada como uma iniciativa em prol do centenário, *O Nacional* continuava denunciando o descaso com a organização dos festejos do centenário, como demonstra o editorial de 15 de maio de 1954: "O Prefeito espera pela Camara, e esta pelo Prefeito. Enquanto perdura esse jogo de empurra, nem projetos de lei, nem lei, nem Comissão Central Pró Centenario, nem coisa alguma." (O NACIONAL, 15/05/1954, p.3). Enquanto isso, o Instituto Histórico parecia estar, de fato, funcionando a pleno vapor, cumprindo um papel de organizador de atividades a serem realizadas durante o centenário, como as publicações de obras históricas, conforme noticiado por *O Nacional* (18/05/1954, p.3). Para o bom funcionamento do Instituto, eram publicado anúncios convidando a sociedade a se filiar na associação, através de doações financeiras ou de materiais de pesquisa. (O NACIONAL, 18/05/1954, p.4).



A captação de recursos para a construção do obelisco comemorativo, por parte do Dr. Celso Fiori, associada à iniciativa do Instituto Histórico, também era celebrada como uma ação em prol das comemorações do centenário. (O NACIONAL, 21/05/1954, p.1). Além do obelisco comemorativo, o Instituto Histórico também estava envolvido com a própria sacralização da data do centenário, sugerindo ao poder público tornar o dia 7 de agosto feriado municipal. "Efetivamente, estamos nos acercando do 1º Centenario do Municipio, e, até agora, não temos podido comemorar condignamente a data magna municipal, por não ter sido decretada a sua oficialização." (O NACIONAL, 22/05/1954, p.3). Decretar feriado no dia 7, de acordo com *O Nacional* e os membros do Instituto Histórico, poderia preparar o espírito dos passo-fundenses para o centenário municipal. No final de maio, a Câmara de Vereadores se mobiliza em prol das comemorações, e *O Nacional* atribui essa ação a sua campanha iniciada desde o começo de 1954:

Os poderes municipais já estão interessados pelo assunto, sendo de notar-se a indicação do vereador Mario Goelzer, na ultima sessão da Camara Municipal, alvitando varias medidas para os festejos, ás quais damos inteiro apoio, e no sentido de que fosse nomeada uma comissão de vereadores para um entendimento pessoal com o sr. Prefeito, para, em colaboração, dar-se início ao movimento oficial em prol do Centenario. Foram designados os vereadores Dr. Aquelino Translati, Dr. Mario Hoppe e Mario Goelzer, que é um dos mais entusiastas das comemorações centenarias. (O NACIONAL, 28/05/1954, p.2).

De acordo com *O Nacional* (29/05/1954, p.4), Mario Goelzer citou diretamente a campanha do jornal, o que levou o poder público a se organizar em virtude do centenário. O Instituto Histórico anunciava que iria comemorar o 7 de agosto festivamente em 1954: "Falou o sr. J.E. Cafruni, sugerindo uma comemoração especial por ocasião da efemeridade de 7 de agosto, em que comemorarmos a instalação do município", especialmente porque a Câmara de Vereadores havia aprovado a sugestão do Instituto de decretar essa data como feriado. (O NACIONAL, 02/06/1954, p.4). O centenário da emancipação foi estabelecido pelos próprios sócios do Instituto Histórico. Foi a partir de sua ação que essa data se tornou feriado e se encerrou um ciclo na história municipal.

Ao que parece, depois de muitos anos, vamos comemorar o dia 7 de agosto, data da emancipação municipal, ou melhor, da instalação do município de Passo Fundo, em homenagem aos pioneiros de 1857. Conforme noticiamos, o Instituto Historico de Passo Fundo enviou sugestão á Camara Municipal, no sentido de declarar feriado neste municipio a data de 7 de agosto, o que foi

prontamente aprovado pelos srs. vereadores, em sua historica sessão de 28 de maio ultimo (O NACIONAL, 03/06/1954, p.3).

Estabelecer e encerrar um ciclo de 100 anos é um momento propício para (re)pensar a sociedade, estabelecer projetos, determinar e selecionar o que deve ser rememorado e passar a compor uma memória histórica. Ao estabelecer projetos, também se pensa no futuro, se projeta uma visão ideal do município, especialmente quando há um imaginário progressista, baseado nas possibilidades de transformar a cidade em um centro regional. Esses eram os objetivos lançados para a cidade - a comemoração de sua emancipação política ensejava um projeto de centro regional. As comemorações do 7 de agosto também iriam ser organizadas pelo Grêmio de Letras, considerada uma associação irmã do Instituto (O NACIONAL, 03/06/1954, p.3). Arthur Süssenbach lembra de outra instituição que, juntamente com o Instituto e o Grêmio, era um lugar de produção cultural na cidade naquela década, o Centro de Tradições Gaúchas Lalau Miranda. Comentando sobre a história desse CTG, Süssenbach deixa transparecer sua percepção sobre a história:

A história da civilização acha-se repleta de heróis, inventores, descobridores, mártires - homens e mulheres - que se consagram lutando por um ideal, pela concretização de algo nobre, visando amenizar os sofrimentos da humanidade ou elevar o grau de conhecimentos do incognocível dos seus semelhantes. E sempre, em qualquer época, existiram espíritos retrógados, invejosos e mesquinhos que, por todos os meios aos seus alcances, procuravam barrar-lhes os intentos, ridicularizando-os perante a opinião, taxando-os de sonhadores, loucos ou de idiotas. (O NACIONAL, 19/06/1954, p.13).

Süssenbach destaca a participação de *O Nacional*, "cujo diretor-proprietario foi um dos que recebeu com profunda simpatia e entusiasmo a sugestão" da criação do CTG em 1952. O autor do artigo destaca a importância de cultivar as tradições e estudar a história da terra, pois "aquela honra e aquela dignidade que bem caracterizavam os nossos antepassados vão sendo relegados, vão sendo esquecidos, acabando por sossobrarem as gerações presentes e futuras, vítimas das influências de costumes alienígenas", tais como o "mau cinema, das más leituras, dos maus exemplos." (O NACIONAL, 19/06/1954, p.13). Deveria ser função do CTG, bem como de outras instituições culturais, reverenciar os "feitos gloriosos e marcantes de nossos ancestrais", buscando-os no passado para servir de exemplo às gerações futuras.

Essa também era uma função atribuída ao Instituto Histórico, concebido como uma entidade guardiã da memória local. Entre suas atribuições estava "comemorar as

datas de significação históricas, municipais, estaduais e nacionais." (O NACIONAL, 19/06/1954, p.23). Por isso, o Instituto estava interessado em organizar "uma obra histórica e um álbum histórico de Passo Fundo, para serem publicados por ocasião das comemorações do 1º Centenário" do município. (O NACIONAL, 19/06/1954, p.23). O centenário, celebração que deu origem à entidade, continuava como um dos principais objetivos da agremiação.

Nesse sentido seus integrantes entendiam que toda a sociedade deveria se mobilizar para esse acontecimento. Como já assinalado, existia um trânsito entre os membros do Instituto e a redação de *O Nacional*. Embora coexistissem personalidades com posições políticas distintas e até antagônicas, suas aspirações convergiam no que dizia respeito à organização das comemorações e ao imaginário progressista que caracterizava sua visão de cidade. Nesse sentido, é publicado um artigo com entusiasmo e elogios para administração municipal e suas ações em prol do centenário, como retrata a seguinte manchete:

Administração que lançou as bases da grandeza de P. Fundo! As realizações do Governo Municipal, a cargo do zeloso e dinâmico prefeito Daniel Dipp. Uma administração que se caracteriza pela produtividade, concretizando obras de grande projeção, tendo em mira benefícios presentes e futuros. (O NACIONAL, 19/06/1954, p.26)

Esta matéria traz, com grande destaque ao poder executivo, as fotos de Daniel Dipp, prefeito, e Mário Menegaz, vice, em 1954. Ao prefeito são tecidos elogios pela visão administrativa, o vice recebe destaque por sua posição como industrialista. Além desse perfil dos dois administradores, também são descritas as atividades das secretarias municipais. São mencionadas a montagem da usina de Sertão, a remodelação da iluminação pública da Avenida Brasil, a expansão de trechos da cidade com energia elétrica, as linhas de som da rádio municipal e diversas obras nos distritos, como Sertão e Coxilha. O jornal exaltava as ações em prol da organização das comemorações, assumindo um importante papel na divulgação e mobilização de setores da comunidade para as festividades. Cada avanço era prontamente noticiado:

Aproxima-se a data magna 1º Centenário de Passo Fundo. Muitos preparativos já se fazem, quer de parte do Executivo, quer do Legislativo, quer de parte do povo. As iniciativas são anunciadas com grande destaque: Mercado Público, Estádio Municipal, Pavilhões para a Exposição, Prédio de 15 andares do sr. Gomercindo dos Reis, Cine-Hotel Consorcio, etc. etc. (O NACIONAL, 21/06/1954, p.3).

Além das obras empreendidas pelo poder público e pela iniciativa privada, o jornal também divulgava e apoiava um concurso e prêmio para elaboração do Hino do Centenário de Passo Fundo. Procurava-se estimular a composição "de marchas marciais, comemorativas do evento" entre artistas e intelectuais locais e nacionais, caso houvesse interesse. (O NACIONAL, 21/06/1954, p.3). Avançavam também os "preparativos para o Centenario de Passo Fundo", de acordo com *O Nacional*, mencionando reunião ocorrida na prefeitura que havia outorgado "poderes ao prefeito para nomear a Comissão Central" da organização dos festejos. (O NACIONAL, 30/06/1954, p.4):

Essa reunião contou com a presença de grande numero de pessoas, lotando completamente o recinto do salão nobre da municipalidade, razão pela qual, devido á falta de espaço, não as nomearemos todas, indicando apenas que estiveram presentes o Prefeito Daniel Dipp, que presidiu os trabalhos; Mario Menegaz, Vice-Prefeito; Armando Araujo Annes, ex-Prefeito; Ten-Cel. Gerson Borges, comandante do 3º R.C.B.M.; Major Alfredo Rosa Prestes, sub-Comendante da mesma unidade; Capitão Erasmo D'Avila Duarte, Comandante do I/20º R.C.; Dr. Reissoly José dos Santos, Juiz de Direito; elementos de todas as atividades sociais, da industria, comercio, cultura, ensino, entidades de classe, e também Monsenhor Paulo Chiamonte, Secretario do Bispado, fazendo presença cerca de 100 pessoas, pelas anotações que fizemos. (O NACIONAL, 30/06/1954, p.4).

Nesta reunião foram discutidos locais para a construção do Mercado Público, do Estádio Municipal e dos pavilhões da Exposição do Centenário. Também foram iniciados os debates sobre os membros da Comissão Central do Centenário, momento que foi conturbado. Foi citada uma relação de entidades que deveriam participar da comissão, mas não houve consenso sobre a escolha, permanecendo o assunto a ser tratado em outra ocasião. O fato de não se ter chegado a um comum acordo, bem como à diversidade e quantidade dos presentes, demonstra o interesse existente nas comemorações do centenário por diferentes grupos da sociedade. *O Nacional* continuava sua campanha para acelerar o andamento da organização da comemoração, criticando a falta de resultados da reunião:

Nessa reunião, em vista dos desacertos, delegou-se poderes ao sr. Prefeito para nomear a dita Comissão. Encarregaram-no, sem duvida, de uma missão difícil e espinhosa, que ele preferia resolver de comum acordo, de conformidade com o parecer de todos. O Dr. Daniel Dipp, com o "abacaxi" na mão, não sabe como livrar-se dele. Se nomear uma comissão composta por cidadãos capazes e dedicados, por certo que não escolherá "todos os capazes e dedicados" trazendo com isso, sempre e de qualquer forma, motivo para rumores e descontentamentos de uma parte ou de outra. Queremos, entretanto, fazer votos no sentido de que tal não aconteça. (O NACIONAL, 07/07/1954, p.3).

Além disso, lembrava o jornal que não havia nada resolvido efetivamente. Mesmo considerando o prefeito capaz de escolher uma boa comissão, esse assunto ainda se arrastava. "Enquanto isso, enquanto ele, titular da Prefeitura, passa noites sem sono, estamos aguardando a famosa Comissão Central..." (O NACIONAL, 07/07/1954, p.3). Lamentava-se *O Nacional*, por sua campanha de um ano não ter dado resultados efetivos, apenas uma reunião que não havia prosperado na formação da comissão organizadora. "Faltam apenas 905 dias para entrarmos no ano do Centenario, quando tudo, pelo menos hipoteticamente, deveria estar pronto." (O NACIONAL, 09/07/1954, p.4). Ainda não estavam prontos os pavilhões expositivos, o estádio municipal, parques, obeliscos comemorativos, cartazes de propaganda para divulgação pelo estado.

"Nota-se um grande desinteresse pelas coisas do Centenario de Passo Fundo. Ninguém se mexe. Tudo anda parado. Não sabemos o que ocorre por estas bandas. A letargia parece dominar tudo, nesse respeito." (O NACIONAL, 16/07/1954, p.3). Reclamava a edição do jornal sobre a falta de empenho e pedia para os leitores se manifestarem sobre o tópico: "Queremos registrar aqui a primeira resposta, dada por um líder classista, o sr. Jorge Almeida, Presidente da Associação dos Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares." (O NACIONAL, 22/07/1954, p.3). Segue a carta publicada em *O Nacional*:

Passo Fundo não é uma vila qualquer para que seu Centenario passe despercebido. É uma cidade das mais importantes do Rio Grande do Sul, e merece que o seu Centenario seja destacado, com cerimoniaes especiais, de bastante brilhantismo. É um dever nosso trabalhar para a maior significação do Centenario de nosso município. Infelizmente, ninguém se mexe, como disse O NACIONAL. Parece que vamos mal nesse andar... (O NACIONAL, 22/07/1954, p.3).

A carta de Jorge Almeida ainda afirmava a necessidade de se apressar no estabelecimento de uma comissão organizadora para tentar buscar fundos com o governo federal. Argumentavam os editores, aproveitando a carta publicada: "Que é que podemos fazer em 891 dias, quando não temos nem uma Comissão Central Organizada? Quando tudo nem foi traçado? Quando não há programa de realizações?" (O NACIONAL, 22/07/1954, p.3). Em meio às críticas direcionadas à falta de iniciativa para organização das comemorações do centenário, em 7 de agosto de 1954, pela primeira vez o município celebrou com um feriado a data de sua emancipação política.

*O Nacional* noticiou as comemorações daquele ano, que ficaram ao encargo do Instituto Histórico, que proferiu palestras radiofônicas nas emissoras locais:

O Instituto Histórico de Passo Fundo realizou palestras radiofônicas, através das ondas das duas emissoras locais. Na Radio Municipal, às 16,05 horas, falaram os srs. Derly Lopes e J.E. Cafruni, o primeiro fazendo comentário sobre o território do município e os sucessivos desmembramentos que sofreu; e o segundo falando sobre a redução passofundense de Santa Tereza, instalada em território passofundense. Na Radio Passo Fundo, proferiu belíssima palestra o Dr. Pedro Silverin Avancini, focalizando a personalidade de Fagundes dos Reis, o patriarca da cidade e do Município, trazendo à luz fatos ainda desconhecidos da história, com base em documentos antigos, descobertos pelo conferencista. (O NACIONAL, 09/08;1954, p.4).

Trabalhava o Instituto Histórico em prol da divulgação de seus trabalhos, com apoio da imprensa local, especialmente de *O Nacional*, que havia divulgado com antecedência essas palestras e com frequência divulgava suas reuniões e o trabalho de seus associados. Em 1955, *O Nacional* divulga a formação da Comissão Organizadora do Centenário. "Ontem, sob a presidência do prefeito Mario Menegaz, instalou-se a Comissão Central do Centenario." (O NACIONAL, 29/01/1954, p.1). A partir desse momento, alguns integrantes dessa comissão vão ser trocados, outros incluídos, alguns cidadãos apenas participariam das reuniões como conselheiros. O fato é que os trabalhos dessa comissão começam, efetivamente, em 1955:

Compareceram os seguintes membros: Mario Menegaz, presidente, que depois, passou a direção dos trabalhos ao Dr. Celso Fiori; Dr. Verdi De Cezaro, representando também o Dr. Nicolau Vergueiro que, por motivo de saúde não pôde estar presente; Dr. Longuinho Costa, indicado pelo Rotary Club, por delegação do sr. Mario Menegaz, para preencher a vaga do sr. Armando Araujo Annes, que se demitiu da mesma comissão por motivo de saúde; sr. Almiro Ilha, sr. Dionísio Langaro, Prof. Dr. Cesar Santos e o venerado passofundense sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira. (O NACIONAL, 29/01/1955, p.1).

Além de Mario Menegaz, que ocupava o cargo de prefeito em 1955 (Daniel Dipp foi eleito deputado federal em 1954, deixando o cargo de prefeito para seu vice, eleito pela mesma chapa em 1951), estavam presentes membros do Instituto Histórico, como o próprio "pai da história" passo-fundense, Celso Fiori, Verdi De Cezaro, entre outros. Como é possível notar, membros do Instituto Histórico participavam de diversas atividades relativas ao centenário, bem como de outros empreendimentos associados a essa comemoração. A construção do prédio de 15 andares, por parte de Gomercinado dos Reis, havia sido associada a uma iniciativa em prol do centenário. A construção do

Cine-Hotel Consórcio, sob a direção de Celso Fiori e Pedro Silveira Avancini, também era considerada um empreendimento que iria abrilhantar as comemorações. Destacava *O Nacional*: "Apoiemos as iniciativas em prol do Centenario! Comissão Central e os seus trabalhos - O erguimento do Cine-Hotel Consorcio - O caracter popular que vem tomando essas iniciativas." (O NACIONAL, 03/02/1955, p.4).

Por esses motivos era importante a população apoiar e contribuir da melhor forma possível com essas iniciativas. Embora o Cine-Hotel Consorcio não fosse uma atividade oficial do Centenário, era associado a esse acontecimento. Por ser um prédio com aspecto moderno, seria construído em frente à praça Marechal Floriano. O início de uma mudança na paisagem urbana almejada pelos organizadores das comemorações, pelo poder público e pela especulação imobiliária, que só teria a lucrar com a crescente valorização da área central da cidade. "Nada mais justo do que o apoio que vem sendo dado pelo povo á realização do Cine-Hotel Consorcio de Passo Fundo." (O NACIONAL, 04/02/1955, p.3). De acordo com o jornal, inclusive as "classes médias e operárias" estavam apoiando essa iniciativa, embora não seja mencionado o teor desse apoio.

Além dessas iniciativas, ainda era noticiado o atraso em relação a obras relativas ao centenário. "Como estamos á beira do Centenario, julgamos impossivel fazermos o tão falado Mercado Municipal, que é obra de folego e que demandará muito tempo e dinheiro." (O NACIONAL, 05/02/1955, p.3). Ainda eram esperados, ao menos, os pavilhões da exposição, um parque e o estádio municipal. Muitos membros da comissão central faltavam com frequência as reuniões, conforme noticiava *O Nacional* (08/02/1955, p.3), o que dificultava ainda mais o andamento da organização dos festejos e da execução das obras necessárias. As eleições para prefeitura e para câmara de vereadores também preocupava, pois poderia ameaçar o bom andamento da comissão com a intromissão de objetivos político partidários em seus trabalhos. Por isso, alertava *O Nacional*: "Trabalhem por Passo Fundo! Eis a nossa principal política nesses dois anos que nos separam do Centenario..." (O NACIONAL, 19/02/1955, p.3). Requisitava-se um ambiente e uma campanha política sem distúrbios e sem exaltações:

Mas também é verdade que podemos faze-lo sem incendiar a cidade e o municipio, sem espalhar ódios e rancores, sem disseminar a semente da discordia e da anarquia politica. Todos podemos fazer propaganda dos nossos candidatos e votar, sem precisarmos de adquirir inimizades. Passo Fundo, nesta hora em que divisa o seu primeiro centenario, precisa do esforço de

todos os seus filhos, para, de mãos dadas, brilhar no ano de 1957. (O NACIONAL, 23/02/1955, p.3).

O temor era que o período de campanha política, além de interferir na comissão, atrapalhasse o foco da organização do centenário. O que o jornal pedia era o auxílio da sociedade, "acima de partidos" à Comissão Central. "Trata-se de uma cruzada pró-Passo Fundo..." (O NACIONAL, 23/02/1955, p.3). A proximidade do centenário implicava uma mobilização da comunidade, e *O Nacional* tem um papel central nesse sentido, chamando e divulgando (construindo) a necessidade das comemorações: "Colaboremos todos, irmandados pelo grande ideal, que é o maior progresso do nosso município." (O NACIONAL, 26/02/1955, p.3). Sua afinidade com os ideais trabalhistas do partido que se encontrava no poder naquele contexto, sem dúvida contribuiu para ressaltar o interesse no evento. Mas o interesse pessoal de alguns organizadores pela história, como Jorge Cafruni por exemplo, devem ser levados em consideração. Afirmar Passo Fundo como uma liderança na região implicava promover festejos grandiosos durante o ano de seu centenário.

No início de 1957, já estavam definidas algumas das atividades que iriam marcar as comemorações do centenário. O primeiro passo era definir o hino do centenário para ser executado nas atividades oficiais que marcariam os festejos. O hino foi definido em uma reunião no Clube Caixerai, onde participaram integrantes do Instituto Histórico e da Comissão Central dos festejos, como o Dr. Reissoly dos Santos; representantes da câmara de vereadores, na figura de seu presidente, Aquelino Translati; representantes das rádios e da imprensa local. O hino escolhido, entre quatro selecionados, foi de Arthur Süssenbach (sócio-fundador do Instituto Histórico), com a música da professora Irene Wagner Teixeira. (O NACIONAL, 03/01/1957, p.4). O *Diário da Manhã* também noticiava a escolha do hino:

Dos 11 hinos apresentados, 7 foram eliminados por não satisfazerem às exigências estipuladas anteriormente. Quatro, contudo, foram classificados como finalistas, sendo que destes foi escolhido o vencedor, que, embora não se saiba de fonte oficial, pois os autores se assinaram com pseudônimo, parece ser de autoria do sr. Arthur Süssenbach, a letra, e da professora Irene Wagner Teixeira, a música. (DIÁRIO DA MANHÃ, 03/01/1957, p.1).

De acordo com o *Diário da Manhã*, embora os últimos quatro finalistas fossem composições dignas do centenário e da cidade, o hino escolhido "preenche integralmente os requisitos essenciais, constituindo-se verdadeira obra de arte, digna



dos festejos do Centenário de Passo Fundo." (DIÁRIO DA MANHÃ, 03/01/1957, p.1). *O Nacional* também chega a uma conclusão semelhante: "O hino aprovado preenche todos os requisitos, demonstrando grande cultura, elevando o bom nome de Passo Fundo." (O NACIONAL, 03/01/1957, p.4). Noticiava o *Diário da Manhã* a abertura oficial dos festejos do centenário, que ocorreu na sede do Clube Comercial, reunião presidida por Aquelino Translatti, presidente da câmara de vereadores de Passo Fundo. Mereceu destaque a aprovação oficial do hino:

Na ocasião foi aprovado oficialmente, mediante parecer favorável da Câmara de Vereadores, e sancionado no ato pelo sr. Wolmar Salton, o projeto que oficializa o "Hino do Centenário de Passo Fundo", bem como, por outro projeto-lei, a criação de uma comissão encarregada dos festejos do Centenário, composta de 9 membros. (DIÁRIO DA MANHÃ, 29/01/1957, p.1).

Essa comissão composta em 1957 é diferente daquela dos anos anteriores. Com a proximidade do centenário, foi formada uma comissão para atuar de forma mais direta na elaboração de atividades e divulgação, encabeçada pelo prefeito naquele ano, Wolmar Salton, do PTB, e pelo presidente da câmara de vereadores, Aquelino Translatti, do mesmo partido. São os nomes que aparecem na publicação comemorativa do centenário, o *Passo Fundo Centenário*:

Ao Comissariado dos Festejos do Centenário cabem as honras de organizar e dirigir as festas em homenagem aos cem anos municipais. É presidente do Comissariado o Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Os componentes da referida entidade são os seguintes cidadãos: Wolmar Salton - representante do Poder Executivo; Dionísio Lângaro - rep. da Associação Comercial; Cap. Geraldo Majela M. Bernardes - 1/20° RC; Cel. Aristides Monteiro - 3° RCBM; Victório Dinardo - Associação Rural; Ir. Gelásio Maria - Ensino Superior; Dr. Reissoly José dos Santos - Justiça; Carlos de Danilo Quadros - Jornalistas; Dr. Aquelino Translatti - Câmara de Vereadores; Gen. Henrique Geisel - Cooperativa de Triticultores; Armando Lima - Sindicato dos Trabalhadores. (OLIVEIRA, 1957, p.17).

O *Diário da Manhã* deu continuidade à reportagem sobre a solenidade de abertura das comemorações e da divulgação do hino, destacando a entrega de prêmios aos vencedores, "respectivamente sr. Arthur Süssenbach e professora Irene Wagner Teixeira, na importância de Cr\$ 10.000,00 para cada um." (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/01/1957, p.1). Também foi publicado, na mesma edição, o discurso do Irmão Gelásio Maria, "diretor do Colégio N.S. da Conceição e vice-diretor da Faculdade de Filosofia,

falando em nome do Grêmio Passofundense de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo." (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/01/1957, p.1).

Em seu discurso, ressalta a importância de nomes como Fagundes dos Reis e Gervásio Lucas Annes, que não deveriam ser esquecidos nessa passagem de cem anos. Também lembra a fundação da redução jesuítica no planalto norte como princípio da civilização. Essa senda de progresso surtiu efeitos no presente, de acordo com seu discurso: "Muito se fez no setor econômico e industrial. Capinguí e Ernestina proclamam as enormes possibilidades de nossa energia elétrica." (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/01/1957, p.3). A educação, segundo o Irmão, também demonstrava o espírito progressista do povo, com suas escolas, faculdades e institutos. "O progresso evolutivo no domínio cultural-religioso, eco longínquo da catequese jesuítica, chegou a seu ápice com a criação da Diocese de Passo Fundo, a que se diga, inevitavelmente o surto prodigioso da Fé de nossos ancestrais." (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/01/1957, p.3). Essa conexão com o passado é estabelecida com intuito de demonstrar que o progresso superou o antigo município, abrindo as portas do futuro:

Por tudo isto, e não apenas por sua posição geográfica, a cidade centenária consagrou-se merecidamente "Capital do Planalto Gaúcho." Muito se tem feito. Muito há por fazer. Podemos considerar o dia de hoje, senhores, o ponto de chegada de um passado secular e, com ufania e júbilo motivado, exaltar os feitos de nossos antepassados. Pode, também, esta efemeridade constituir o ponto de partida, marco inicial da nova centúria, com que havemos de aquilatar as responsabilidades nossas perante as gerações vindouras. (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/01/1957, p.3).

O patrimônio histórico, as tradições deveriam ser preservadas, de acordo com o discurso do Irmão Gelásio Maria, mas esse passado não poderia ofuscar a glória do futuro. Pelo contrário. As ações do presente deveriam superar o passado, para continuar, avançar o legado deixado por personagens da história. "Antevemos uma Passo Fundo altaneira com seus arranha-céus e chaminés industriais mergulhando na amplidão do espaço." (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/01/1957, p.3). A capital do planalto, cidade de progresso econômico e industrial deveria ter como símbolo, em um futuro próximo, o arranha-céu (como o Cine-Hotel Consórcio, o prédio de 15 andares de Gomercindo dos Reis), entendido como sinônimo da modernidade urbana.

Esse progresso também deveria atingir o campo, conforme artigo publicado em *O Nacional* intitulado *Casa de Caboclo*, no mesmo mês. Embora não esteja diretamente vinculado às comemorações do centenário, demonstra a percepção sobre o significado

da palavra "modernizar" e "modernização" naquele contexto: "Á casa do caboclo, que nós conhecemos bem, não falta uma grande dose de poesia e de bucólica beleza." (O NACIONAL, 17/01/1957, p.3). O caboclo é ainda enxergado como um indivíduo que parou no tempo, com sua casa de paredes de barro e moenda manual de cana, cenário que "convida ao soneto e à aquarela." (O NACIONAL, 17/01/1957, p.3). Essa paisagem idílica e primitiva é vista como um atraso para o desenvolvimento agrícola:

Não adianta nada acreditar cegamente no tabu da instrução pura e simples. Um caboclo alfabetizado, apenas sabendo ler os cabeçalhos dos jornais, que a sua cultura não assimila, não é mais prestante nem mais útil do que um outro caboclo analfabeto. O que é preciso é viciar o caboclo! Torná-lo mais acostumado, criando nele hábitos que até agora foram mantidos tão fora do seu alcance e das suas aspirações que se lhe anteparam como inatingíveis. (O NACIONAL, 17/01/1957, p.3).

Era responsabilidade dos fazendeiros "viciarem" os caboclos nos costumes e trabalhos "modernos", introduzindo "moradias higiênicas, com água encanada e banho diário!". Também era de sua responsabilidade fazer com que os "caipiras" apreciassem o "rendimento superior das máquinas agrícolas" para transformá-los "de meros elementos contemplativos e inertes, em homens ciosos das doçuras de um conforto mínimo mas efetivo." Só assim esse grupo deixaria de ser "amorfo e apático" e se tornaria apto ao trabalho moderno, do mundo das máquinas e tecnologias, a serviço de seus patrões. (O NACIONAL, 17/01/1957, p.3). A própria mecanização dos campos entre 1940-50 moveu grandes contingentes populacionais em todo Brasil do campo para as cidades, em busca de trabalho e de um sonho de uma vida melhor. Aos que restavam, deveriam se integrar nessa nova lógica.

Enfim, a modernização, entendida como transformações sociais e econômicas no campo e na cidade, era aplaudida pela imprensa e pelos organizadores das comemorações. Edifícios enormes nas cidades e máquinas nos campos. Isso era percebido como progresso, como modernização de Passo Fundo e dava corpo ao imaginário capital do planalto. *O Nacional* também noticiava a produção de obras históricas de Xavier e Oliveira e Gomercindo dos Reis, outro elemento fundamental para compreender o imaginário legitimado/construído naquela década e que tem seu ápice durante o centenário em 1957.

Para que os meus contemporâneos e as futuras gerações saibam como foi feita a emancipação política, social e econômica do município de Passo Fundo; para que todos tenham um necessário e perfeito conhecimento da sua

evolução, do seu progresso, das maravilhas e dos encantos desta terra, eu sugiro a todos - homens e mulheres, velhos e jovens - que leiam as valiosas obras do ilustre historiador passofundense, sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira. (O NACIONAL, 27/01/1957, p.3).

Ainda era recomendada a adoção e leitura dessas obras por estabelecimentos de ensino para o conhecimento da história de Passo Fundo. As obras de Gomercindo dos Reis também eram elogiadas em função do 1º Centenário do município. Juntamente é publicado um poema de autoria de Gomercindo dos Reis sobre o Boqueirão: "Foi criança, cresceu, ficou lendária.../ Suportou ventos nortes, e minuanos!/ E hoje, apesar da idade centenária, Vejo-a sorrindo, no vigor dos anos." (O NACIONAL, 27/01/1957, p.3). O Boqueirão é visto como o bairro que deu origem à cidade, por isso são tecidas homenagens:

Disse Antonino Xavier e Oliveira,  
 Nas obras que escreveu e em contos leves,  
 Que outrora uma vilinha alviçareira  
 Surgiu nos campos de Manoel das Neves.  
 Surgiu o Boqueirão nas priscas eras  
 Do império, das rainhas e monarcas!  
 Com trabalho, com honra e leis severas,  
 Tem glória, tem heróis e patriarcas!  
 (O NACIONAL, 27/01/1957, p.3).

Manoel José das Neves, o Cabo Neves, foi considerado o primeiro morador "civilizado" depois dos jesuítas. Ao lado de Joaquim Fagundes dos Reis, o patriarca, são personagens que aparecem durante o centenário como fundadores da cidade. Xavier e Oliveira, como já mencionado, figura como referência histórica e um exemplo de cidadão passo-fundense. Gomercindo dos Reis associa todos no mesmo poema, como se tivessem originado do Boqueirão. A terra e seu sangue, passando por gerações até o presente. O *Diário da Manhã* publicou alguns dos hinos que não foram escolhidos no âmbito das comemorações do centenário, mais uma exaltação ao imaginário progressista, também conciliando o patriarca Fagundes dos Reis com a capital do planalto. Segue alguns trechos:

Passo Fundo centenário,  
 és grandioso no cenário  
 desta Terra varonil...  
 E nas páginas da história  
 a Fagundes darás glória,  
 pobre Filho do Brasil;

Capital do Planalto erigida,

és princesa a rainha fadada,  
 Passo Fundo, Cidade encantada  
 com o crisma dum século unvida.  
 E os cem anos, diadema precioso,  
 te fizeram mais moça, mais bela,  
 és de vívida luz uma estrêla,  
 hás de ter um porvir venturoso!  
 (DIÁRIO DA MANHÃ, 03/02/1957, p.2).

Muitos poemas selecionados pela imprensa no ano do centenário estão relacionados com os elementos que caracterizam o imaginário da capital do planalto: o progresso, entendido como desenvolvimento econômico e crescimento urbano. Geralmente jogam com as categorias temporais, como fazem referência a comemorações de cem anos, o passado não poderia desaparecer das referências poéticas e literárias publicadas nos periódicos, mas as experiências do presente abriam um horizonte de expectativas sobre a afirmação da cidade como centro da região, por isso essa categoria temporal assume papel crucial nesses poemas e músicas dedicadas a Passo Fundo, como demonstra esta homenagem, de Leo Py, publicada em um jornal de Erechim, reproduzida por *O Nacional* (26/07/1957, p.3) e pelo *Diário da Manhã* (27/07/1957, p.2):

Velha. Centenária...  
 Porém remoçada e atraente,  
 vaidosa de seu passado,  
 orgulhosa de seu presente  
 com ares de mocidade  
 e de encantadora renovação,  
 ei-la bonita e esplendente!

Entre as comunas gaúchas  
 de exuberante modernismo,  
 desde a lisura do asfalto  
 aos belos prédios altaneiros,  
 a antiga pousada de tropeiros  
 é hoje a Capital do Planalto!

Além de poemas e de noticiar eventos relativos ao centenário, o *Diário da Manhã* também reproduz um artigo de Dante de Laytano<sup>26</sup>, publicado originalmente em o *Correio de Povo*, sobre a origem de Passo Fundo. Laytano inicia suas considerações

---

<sup>26</sup> “Natural de Porto Alegre, Dante de Laytano atuou em áreas diversas, do conhecimento científico e empírico: foi cronista, historiador, ensaísta e folclorista. Membro do Instituto Histórico Geográfico, foi diretor do Museu Júlio de Castilhos, presidente da Academia Rio-grandense de Letras, Academia Brasileira de História e da Comissão Nacional do Folclore, tendo presidido, também a Comissão das Organizações das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco-ibec) que foi instituída no Rio Grande do Sul em 1958. Formado em direito, foi também professor de história, literatura e filosofia, titulado Professor Emérito da UFRGS e na PUC.” (SCHILLING, 2006, p.13).

afirmando que a história do povoado tem início com a ocupação missioneira, "quando Passo Fundo pertencia ao Governo de São João Batista, um dos sete povos existentes na terra gaúcha." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.1). Embora o autor e os historiadores locais situem o início da história da cidade nesse passado, Laytano indica que a questão é controversa, pois "o assunto ainda se discute por hipótese", uma vez que não era possível ter informações precisas sobre datas e acontecimentos.

O índio "coroadado" teria vindo após essa fase de ocupação missioneira, quando outros grupos indígenas já teriam sido exterminados. Descendo do Paraná, os "coroados" ocuparam a região do planalto até o século XIX, segundo Laytano: "o estoque tribal dos primitivos habitantes do solo americano que povoavam as diversas regiões de nosso território foi substituído pelo índio coroadado, que passou a denominar-se caingang." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.1). O sucesso do colonizador europeu, ainda de acordo com o artigo, só foi efetivo com o extermínio dos indígenas, que se vingaram com longas represálias. "O povoamento de Passo Fundo foi atingido pelas tropelias da indiada feroz que perturbou de diversas maneiras a fixação do colonizador." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.1). O passado mítico e longínquo da cidade é traçado pelas missões jesuíticas, e as dificuldades superadas também emergem. Os indígenas são vistos como obstáculo a ser superado para efetivar a civilização no planalto médio rio-grandense.

Entre dois fogos, em pleno século passado, o território ia sendo conquistado palmo a palmo. Ainda hoje toldos e postos do serviço de Proteção aos Índios, no município ou em terras que já pertenceram a ele, atestam a existência de índios domados e vencidos. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2).

Vencidos os índios, o estabelecimento do povoado pode ser efetivado com os tropeiros paulistas por volta de 1819 (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). A partir do início do século XIX foi que a região conheceu o progresso, que prosperaram a criação de gado e a colheita da erva mate. "Os primitivos moradores procediam da Camara de Curitiba em grande e em grande maioria eram paulistas." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2).

Rodrigo Felix Martins foi o primeiro povoador de Passo Fundo. Era Alferes, chegou em 1827, quando as contendas de índios não estavam tão violentas e ficou na região da atual estação Pinheiro Machado, junto ao rio Jacuizinho. Em seguida vieram Alexandre da Mota, que se localizou em Estancia Nova, Bernardo Paz, no Pecegueiro, e Manoel José das Neves, com outros,

colocaram-se no lugar da futura cidade. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2).

O estabelecimento de tropeiros marca o início efetivo do povoamento para Laytano. É com esses homens que Passo Fundo começa a ser construída. Manoel José das Neves é celebrado como o primeiro a construir morada onde a cidade se assentaria futuramente: "em 1833, o quarto quarteirão de São Borja, que era Passo Fundo, já tinha cento e quatro fogos, o que constituía, em apenas seis anos de vida, verdadeiro fenômeno sociológico." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). Joaquim Fagundes dos Reis também é exaltado como responsável por solicitar a construção da primeira capela na vila, "que ficou sendo de N. S. da Conceição." Levou um ano para ser construída no lugar em que a atual matriz se encontra hoje. Em relação ao "período farroupilha", Laytano destaca a importância geográfica de Passo Fundo para passagem das tropas, mas indica que o conflito impediu o crescimento do povoado: "o núcleo urbano não alcançara o crescimento anterior." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). Situação superada nas décadas seguintes:

Cessadas as causas que impediam o crescimento da riqueza local, ou, por outra, não sobrevivendo os efeitos da revolução republicana e meio que os assaltos dos índios já não eram tão frequentes, em 1847 Passo Fundo é elevada à categoria de Freguesia, o que é o reconhecimento da Igreja ao adiantamento visível e rápido que começava a ter a nova localidade, que justamente dez anos depois transforma-se, em ato do poder público, num dos municípios do Rio Grande, aliás dos mais progressistas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2).

O caos e a desordem que os índios e a "revolução" causaram foram superados, proporcionando o progresso para o povoado que se tornou cidade em 1857, incluindo outros municípios como "Soledade, Palmeira, Guaporé, etc., como simples distritos." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). Por seu tamanho e progresso, Passo Fundo foi apresentada nesse discurso como uma liderança regional, em parte pela sua posição geográfica, mas também pela bravura de seus cidadãos, que além de participarem da Guerra Farroupilha, também teriam tido ação na Guerra do Paraguai: "impossível descrever os atos de bravura da oficialidade e soldados de Passo Fundo, no Paraguai, onde participaram como homens tão valentes que a Pátria os condecorou para lembrar-lhes seus feitos." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). Entre os passo-fundenses que participaram desse conflito internacional, são destacados três. Francisco Marques Xavier (avô de Xavier e Oliveira), o Coronel Chicuta e Nicolau Falkemback.

Concluindo seu artigo, Laytano menciona alguns cidadãos progressistas que marcaram a história de Passo Fundo, como Arthur Ferreira Filho devido a sua administração, Celso Fiori que plantou as sementes das faculdades que existiam em 1957 e Xavier e Oliveira, "muito ilustre historiador do Rio Grande do Sul e que fez de Passo Fundo seu tema predileto." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). Finaliza com a seguinte passagem: "A velha Passo Fundo já não existe mais, porque se transformou, hoje, na Capital da Serra, orgulho do Rio Grande. Foi um século bem vivido." (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/02/1957, p.2). Esse artigo, reproduzido pelo periódico local, demonstra que o imaginário capital do planalto alcançava um círculo de produção historiográfica amplo e não estava limitado aos grupos locais. Ao superar o antigo, Passo Fundo se transformava em uma cidade progressista, referência na região do planalto gaúcho. O "pai da história" de Passo Fundo também é reverenciado por Laytano, legitimando suas obras como referência para consultas sobre a história da região.

Em discurso proferido em função da inauguração das comemorações do centenário, evento realizado pelo legislativo municipal na sede do Clube Comercial, o prefeito Wolmar Salton também exalta Xavier e Oliveira. "A minha palavra, parece, deverá remontar-se à nossa história" (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/06/1957, p.2), afirmava o prefeito. Para isso, o chefe do executivo local recorreu ao "benemérito e notável historiador passofundense, venerado cidadão Francisco Antonino Xavier e Oliveira", em particular, às obras que estavam sendo impressas para o centenário, obtidas na secretária do Instituto Histórico. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/06/1957, p.2). As referências históricas em seu discurso retomam argumentos que o Instituto Histórico vinha consolidando como a história de Passo Fundo. O passado missioneiro como início da civilização, Joaquim Fagundes dos Reis como patriarca da cidade, tropeirismo como início das atividades econômicas.

Wolmar Salton destaca que o município nasceu com um grande território, mas com pobreza econômica. Durante o século XIX, de acordo com o prefeito, a produção agrícola era muito fraca em função de uma dedicação quase exclusiva à colheita da erva-mate. Só a partir de 1910 é que esse quadro começa a se alterar. A construção da viação férrea é citada como momento fundamental, que alavanca os transportes, a economia e a comunicação, constituindo um momento decisivo para o desenvolvimento municipal: "O progresso do município tomou impulso a partir da inauguração da Viação Férrea, fato que se verificou a 8 de fevereiro de 1893." (DIÁRIO DA MANHÃ,



07/06/1957, p.3). A partir das primeiras décadas do século XX, com os efeitos da estrada de ferro sobre a região, a economia do município alavancou:

Ganhou vulto, desde então, a serragem de madeira de pinho e sua conseqüente exportação. As inúmeras serrarias que foram instaladas na então chamada "Terra dos Pinheiraes" propiciaram mão de obra e como isto foram atraídos muitos trabalhadores para o Município, advindo o povoamento e compelindo a constituição de estradas para a canalização da produção madeireira aos pontos de embarque. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/02/1957, p.3).

De terra dos pinheiraes à capital do planalto, Passo Fundo superava seu passado. Apesar de ter seu território reduzido em função das emancipações que desmembraram o território original do município, o desenvolvimento da produção industrial e agrícola era destacado pelo prefeito - eram mencionados mais de 500 estabelecimentos industriais, mais de 1.000 casas comerciais com "aproximadamente 900 empregados." (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/02/1957, p.3). Pelo esforço e "trabalho perseverante de seus filhos" e de outros que se estabeleceram na cidade, "Passo Fundo tornou-se um dos mais importantes Municípios do Rio Grande e do Brasil." (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/02/1957, p.3). Pelas palavras do prefeito, Passo Fundo já era um centro regional, mas as comemorações do seu centenário deveriam preparar o caminho para o crescimento futuro. No espaço de experiência dos grupos políticos, a economia agroindustrial ganhava destaque, por isso aparecia no horizonte de expectativa para a cidade.

A luta entretanto não parou. A emancipação não chegou à sua plenitude. Continua para o sempre maior desenvolvimento econômico e social, para o fomento de novas industriais, novas riquezas, para trazermos à nossa coletividade novas forças vivas que produzam bens de consumo que povos mais adiantados do mundo já conquistaram. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/02/1957, p.3).

A industrialização era entendida como o ápice do desenvolvimento econômico e social. As sociedades industrializadas configuravam-se como os "povos mais adiantados do mundo." Era função da administração trabalhista alcançar esse estágio de desenvolvimento adiantado. O centenário era visto como oportunidade de atrair investimentos, novos estabelecimentos industriais para o município, garantindo a afirmação da agroindústria como principal atividade produtiva. Esse imaginário era uma força reguladora da sociedade, atraía grupos com diferentes posições políticas. Situação e oposição destacavam a importância das comemorações e do progresso agroindustrial,

como atesta a transcrição na íntegra do discurso do prefeito Wolmar Salton no periódico *Diário da Manhã*, jornal com afinidades políticas com os partidos de oposição ao PTB.

O *Diário da Manhã* também deu atenção especial à cobertura das atividades da Comissão Central Pró-Comemorações do Primeiro Centenário e VII Festa do Trigo. Em 22 de março de 1957, foi realizada uma reunião dessa comissão para tratar de preparativos dos festejos, comparecendo o prefeito municipal, Wolmar Saltom, o presidente da câmara de vereadores, Aquelino Translati, o general Henrique Geisel, coronel Aristides Monteiro, Dr. Reissoly José dos Santos, Dionísio Lângaro, Armando Perez Lima, Carlos de Danilo Quadros. Foram discutidas as despesas e recursos disponíveis para realização da Exposição Industrial: "ficou deliberado que a Exposição se realizará em fins de outubro próximo, juntamente com a Festa do Trigo." (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/03/1957, p.2). Também foram discutidos como seriam construídos os pavilhões que abrigariam a exposição:

Ficou deliberado o início imediato, a partir de segunda-feira, da campanha pró colocação das 1.500 apólices da Dívida Pública do Estado, do valor de Cr\$ 1.000,00 cada uma, vencendo juros de Cr\$ 40,00 por semestre ou Cr\$ 80,00 por ano. Estas apólices, através do respectivo número, concorrerão a um sorteio de prêmios, sendo um de Cr\$ 20.000,00 - 1 de 10.000,00 e 6 de Cr\$ 5.000,00 num total de Cr\$ 60.000,00. O Sorteio será realizado a 7 de agosto próximo. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/03/1957, p.2).

Os recursos obtidos com essas apólices seriam aplicados exclusivamente na construção dos pavilhões das exposições do centenário. Também eram noticiadas as atividades de outras associações em função das comemorações do centenário, como apresentações artísticas e musicais realizadas no Clube Caixerai (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/04/1957, p.5); a homenagem do Estado Maior da Brigada "por ocasião das festividades do Centenário da Capital do Planalto" (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/04/1957, p.2); o "Grande concerto popular pela orquestra de Erechim" em homenagem ao centenário de Passo Fundo foi outra atividades destacada. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/05/1957, p.3). Dentro do âmbito de concertos e apresentações artísticas, também estiveram em Passo Fundo os "Meninos Cantores de Viena", outra atividade organizada pelo "Comissariado do 1º Centenário" (DIÁRIO DA MANHÃ, 28/06/1957, p.1). A vinda de Arthur Ferreiro Filho, organizada pelo Grêmio de Letras, também foi assunto comentado pelo jornal:

O Cel. Arthur Ferreira Filho é um dos mais cultos historiadores dos pampas, sendo membro da Academia Riograndense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, devendo sua conferência versar sobre os elementos que contribuem para uma obra histórica. (DIÁRIO DA MANHÃ, 22/05/1957, p.2)

Sua conferência foi amplamente divulgada pelo *Diário da Manhã*, assim como o "galeto" oferecido ao visitante e convidados, às pessoas que iriam comparecer na conferência e suas visitas à Faculdade de Direito e ao quartel da brigada. Sua palestra foi uma explanação sobre o primeiro capítulo do seu livro, *História Geral do Rio Grande do Sul*, proferida nas dependências da Biblioteca Municipal junto ao Grêmio de Letras. Outra notícia envolvendo o Grêmio de Letras, a inauguração do busto de Joaquim Fagundes dos Reis, em sessão da agremiação presidida por Celso Fiori, coroa esse personagem como "patriarca" da cidade. O busto ficou na Biblioteca Municipal, onde poderia ser visitado pelos passo-fundenses. (DIÁRIO DA MANHÃ, 04/06/1957, p.1). Não era apenas a inauguração do busto de Fagundes dos Reis que circulava nas páginas dos jornais. A localização de sua sepultura também era uma questão que aparecia na órbita das comemorações do centenário e aparece na reprodução de um artigo de 1940, data da descoberta de sua sepultura. (DIÁRIO DA MANHÃ, 27/06/1957, p.2).<sup>27</sup> Mas era necessário ir além de apenas estabelecer sua localização, como destaca *O Nacional* (31/07/1957, p.1):

Entre outras solicitações do Instituto Histórico, prontamente atendidas pelo Prefeito Wolmar Salton, no seu desejo de melhor comemorar a data do Centenário Municipal, consta o pedido de declaração em lei, tornando patrimônio histórico o cemitério onde repousam os restos mortais de Fagundes dos Reis, o fundador da cidade.

Também mereceu destaque os "Trabalhos Históricos Sobre Passo Fundo", de autoria do "venerado cidadão passofundense, escritor Francisco Antonino Xavier e Oliveira" (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/05/1957, p.1), que presenteou a redação do periódico com os quatro volumes publicados em homenagem ao centenário. "Como se sabe, a Prefeitura Municipal, na gestão do atual prefeito Sr. Wolmar Salton, mandou imprimir na Imprensa Oficial os trabalhos do Sr. Antonino Xavier, em comemoração do

<sup>27</sup> Em um editorial, o *Diário da Manhã* (02/07/1957, p.2) sugere tecer homenagem aos idosos, especificamente o mais idoso de Passo Fundo no ano de seu Centenário, "pois tudo o que possuímos de grandeza, de progresso, e de riqueza, devemos às gerações passadas e temos conosco que o mais velho passo-fundense é quem de direito e de fato, deve receber essas homenagens." O culto aos antepassados, materializado no patriarca da cidade, Fagundes dos Reis, é forma de conexão com o passado. Homenagear o habitante mais velhos, como representante das "gerações passadas" é uma forma de estabelecer um continuidade com o tempo primordial da história da cidade.

ano do Centenário do Município." (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/05/1957, p.1). Além de agradecer o presente do historiador, também era reservado um espaço para publicidade dos seus trabalhos:

LIVROS SOBRE A HISTÓRIA DE PASSO FUNDO de autoria de Francisco Antonino Xavier e Oliveira: O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO, estudando o território, a população e a organização política da terra passofundense. Cr\$ 15,00 o volume. O ELEMENTO ESTRANGEIRO NO POVOAMENTO DE PASSO FUNDO, apontando e descrevendo, um a um, os estrangeiros que, até a chegada da Estrada de Ferro, vieram trazer o seu concurso à edificação do progresso do Município. Cr\$ 15,00 o volume. PASSO FUNDO NA VIAÇÃO NACIONAL, em que é descrito o desdobramento das vias de comunicação do Município, encarado nos seguintes capítulos: Estradas Históricas uma velha aspiração de Passo Fundo, Ainda a Estrada de Porto Alegre, A exploração do Sertão do Uruguai, Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Passo Fundo no Plano rodoviário do Estado, Do Goioen, Aviação, correio, Telefone e A Carreta. Cr\$ 30,00 o volume. REMEMORAÇÕES DO NOSSO PASSADO, em que aparecem o papel de Passo Fundo e se descreve a campanha abolicionista, o desdobramento da política republicana, o estado em que se achava Passo Fundo em 1888, o serviço judiciário, a colonização do Município e finalmente a história do trigo em Passo Fundo. Cr\$ 20,00 o volume. (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/05/1957, p.2).

As obras de Gomercindo dos Reis também eram noticiadas nos periódicos locais. Arthur Süssenbach tece elogios às obras de seu companheiro do Instituto Histórico, *Nuvens e Rosas e Jardim de Urtigas*, publicadas em homenagem ao centenário de Passo Fundo, em 17 de outubro de 1957, com o seguinte objetivo: "lançar dois livros que estivessem à altura do progresso e da cultura do nobre povo passofundense a quem são os mesmos dedicados." (O NACIONAL, 18/10/1957, p.3)<sup>28</sup>. Além da publicações dessas obras históricas e literárias, também era motivo de celebração a produção de um "Filme Colorido das Festividades do 1 Centenário", iniciativa dos "srs. Pedro Couto, jornalista e Caio Machado, agrimensor." De acordo com a notícia, seria um filme de duas horas, feito na película "Kodak Crome" e seria uma "colaboração inestimável para a divulgação do desenvolvimento econômico e do progresso" da cidade. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06/07/1957, p.2). De acordo com *O Nacional*

<sup>28</sup> Gomercindo dos Reis também foi homenageado pelo Grêmio de Letras pela publicação das obras *Nuvens de Rosas e Jardim de Urtigas* em encontro presidido por Celso da Cunha Fiori, presidente da agremiação naquela ocasião. (O NACIONAL, 26/10/1957, p.4). Também recebeu homenagem do Instituto Histórico, sob a presidência de Jorge Cafruni, que o presentou, em nome da instituição, com a espada que havia pertencido ao intendente municipal Pedro Lopes de Oliveira, o Coronel Lólico. (O NACIONAL, 07/11/1957, p.4).

(17/07/1957, p.3), o filme seria sobre os principais momentos das comemorações e das festividades.<sup>29</sup>

Conforme já tivemos oportunidade de noticiar, os srs. Caio M. Machado e Pedro P. Couto vão realizar um magnífico e oportuno filme colorido, focalizando as comemorações do 1º Centenário de Passo Fundo, 7ª Festa Nacional do Trigo, Exposição Agro-Industrial, etc. Grande tem sido o interesse do comércio, da indústria, dos tricultores, dos responsáveis por entidades sociais e esportivas, etc., pois o filme será assistido por milhares de pessoas não só desta cidade como de muitas outras cidades do Rio Grande do Sul, sempre com entrada inteiramente gratis. (O NACIONAL, 02/08/1957, p.4).

Importante atrativo que iria conferir destaque ao município era a "Exposição Agro-Industrial e a VII Festa Nacional do Trigo", acontecimento que contaria com a presença "do presidente Juscelino" (embora o presidente não tenha comparecido, o vice, João Goulart, esteve presente representando o poder executivo nacional)<sup>30</sup> e do "Governador Meneghetti" em outubro. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/06/1957, p.1). Em função do ano do centenário e da presença de ilustres autoridades, era necessário abrilhantar ainda mais a Festa do Trigo com "desfiles de carros alegóricos": "esses carros participarão do grande desfile de máquinas agrícolas, festa do Trigo e comemoração do Centenário, ocorrências essas que se efetivarão em outubro." (O NACIONAL, 26/08/1957, p.4). Também eram noticiadas nas colunas sociais as atividades dos clubes locais: "Homenageando o 1º Centenário de Passo Fundo o Clube Comercial levará a efeito dia 6 de agosto um grandioso baile de gala das debutantes de 1957." (DIÁRIO DA MANHÃ, 04/07/1957, p.2). Muitas festividades, como baile de debutantes, por exemplo, acontecimento social que certamente ocorria todos os anos nessas associações, envolvia o centenário, indicando ser um baile mais especial do que aqueles de outros anos.

Outra atividade que marcou o mês do centenário foi a presença da banda da brigada. O "Comandante Geral da Brigada Militar, autorizou a vinda da referida banda que deverá estar em nossa cidade", a reportagem também informou que uma bateria da artilharia do Exército Nacional viria de Cruz Alta no dia 7 de agosto. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17/07/1957, p.2). O *Diário da Manhã* divulgava em 31 de julho a

<sup>29</sup> O documentário foi exibido no Cine Real, ainda em 1957, contando com a presença de integrantes do comissariado dos festejos do centenário. (O NACIONAL, 20/11/1957, p.1).

<sup>30</sup> Conforme noticiava *O Nacional* (16/10/1957, p.1): "O Sr. João Goulart representará o Presidente da República. O Prefeito Wolmar Salton acaba de receber telegrama do Catete, em que se comunica que o sr. João Goulart, Vice-Presidente da República, representará, nas cerimônias da Festa Nacional do Trigo e do Centenário de Passo Fundo, o sr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República."

programação das comemorações do centenário. Além da banda da brigada, que abria a programação (e voltava a se apresentar em outras ocasiões), os dias entre 1 e 11 de agosto contaram com o "Parque de Diversões Paulista" instalado na praça Prof. Ernesto Tochetto; apresentações teatrais na Escola Protásio Alves; festas e concertos musicais no Clube Caixeral e no Clube Comercial; apresentação de paraquedistas no Aero Clube; Concurso Hípico do I/20º Regimento de Cavalaria com participação de oficiais das guarnições de Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, São Borja, entre outras; Festa Folclórica promovida pelo Centro de Tradições Gaúchas Lalau Miranda realizada no Cine Imperial; partida de futebol entre o Esporte Clube Cruzeiro de Porto Alegre e clubes locais, como o Independente Grêmio Atlético de Amadores e o Grêmio Esportivo 14 de Julho no Estádio Dr. Celso Fiori.

Para o dia 7, selecionado como data oficial da emancipação política municipal, foram reservadas as solenidades mais importantes. "Inicia-se amanhã a Semana do Centenario Municipal, quando se registrarão os atos preliminares das grandes comemorações em homenagem ao Município." (O NACIONAL, 31/07/1957, p.4). Além de começar com a Missa solene na Catedral, foi agendada para esse dia a inauguração do busto de Joaquim Fagundes dos Reis e visita oficial ao seu túmulo; uma sessão Cívica promovida pelo Comissariado, com Verdi de Cesaro como orador no Clube Caixeral; no final da tarde um concerto da banda da Brigada Militar na praça Marechal Floriano; também foi reservada para esse dia uma homenagem do Instituto Histórico e entrega de prêmio a Francisco Antonino Xavier e Oliveira, "pela publicação de suas quatro últimas obras a história de Passo Fundo"; na Câmara de Vereadores foi promovida uma Sessão Cívica em comemoração à data de instalação da primeira Câmara Municipal. (DIÁRIO DA MANHÃ, 31/07/1957, p.2). Certamente, um dia agitado, envolvendo autoridades políticas e representantes dos grupos culturais nessas diversas atividades. Por mais de uma semana, foi mobilizada a sociedade, ou assim noticiava a imprensa:

A cidade gira nestas horas em torno das festividades comemorativas do 1º Centenário de Passo Fundo, dentro da programação elaborada pelo Comissariado Central e que se vêm desenvolvendo com maior êxito e sucesso. Ontem pela tarde, realizou-se com maior brilhantismo, o salto de paraqueda executado pelo passofundense Vitor Menna Barreto de Carli, debordo de um avião Piper, do Aero Clube local, que, assim, emprestou também a sua decidida colaboração para essa prova. (DIÁRIO DA MANHÃ, 04/08/1957, p.2).

Além dessas atividades, também foi sinalizado, no centro da cidade, o início das comemorações do centenário: "A Prefeitura Municipal está tratando de colocar um letreiro luminoso, na Caixa d'Água, existente na Praça Marechal Floriano, letreiro este com dizeres alusivos ao 1º Centenário do Município." (O NACIONAL, 02/08/1957, p.4). O objetivo do letreiro era também tirar o mau aspecto da antiga caixa d'água, que contrastava com a noção de modernidade e progresso que caracterizava o imaginário de capital do planalto. Destacava o periódico a iniciativa do prefeito Wolmar Salton, e o fato de tratar-se de "um letreiro luminoso, com lampadas incandescentes de 15 mil wats", tornando o aspecto da principal referência visual urbana de Passo Fundo mais moderno. Mas não era apenas o letreiro luminoso que sinalizava as comemorações do centenário. O comissariado organizador das festividades produziu algumas placas comemorativas como lembranças do centenário para serem colocadas em prédios e estabelecimentos comerciais, que poderiam ser adquiridas "na sede do Comissariado, ao preço modico de apenas cem cruzeiros." (O NACIONAL, 03/08/1957, p.1).

Em editorial com o título "100 anos!", publicado em 7 de agosto, com marcado ufanismo, exaltando a bravura do espírito do passo-fundense como responsável pelo progresso e crescimento da cidade em todos os seus setores, o *Diário da Manhã* (07/08/1957, p.2) afirmava: "Cidade com 100 anos mas cujo ritmo ascencional ultrapassa a própria marcha do tempo, nestes dias que correm." O futuro encontrava a capital do planalto, mas a estabilidade do passado encarnado nos antepassados é mantida em um agradecimento "às gerações passadas, sob cuja égide foram lançados os alicerces que consolidam o patrimônio material, espiritual, intelectual e moral que hoje desfrutamos e que nos esforçamos para legá-los cada vez mais engrandecido aos que nos sucederem." (DIÁRIO DA MANHÃ, 07/08/1957, p.2).

Emerge uma noção de dívida com as gerações passadas, pois é dever dos homens que vivem no presente construir um legado tão heroico, grandioso e progressista, sobretudo, para as gerações futuras. Assim, os personagens fundamentais da história são mencionados, como o patriarca Joaquim Fagundes dos Reis e Francisco Antonino Xavier e Oliveira, que personifica a história do município em sua figura e em suas obras. Mas o centenário foi palco do encontro de diferentes temporalidades que confluíram para celebrar Passo Fundo. Os discursos progressistas também marcaram as páginas da imprensa local. Same Chedid, comerciante, membro Instituto Histórico e colunista de *O Nacional*, exaltava o crescimento da cidade em crônica publicada no periódico:

Passo Fundo se projeta dentro de sua relatividade como a comuna que mais progride no Brasil, e ainda é considerado o sexto município em população do Estado do Rio Grande do Sul, que constitui um legítimo orgulho dos passo-fundenses e rio-grandenses, por ser o nosso Estado o único da federação brasileira que possui seis municípios com população superior a 100 mil habitantes, segundo os dados do anuário do IBGE. (O NACIONAL, 09/08/1957, p.3).

Além do crescimento populacional, a agricultura era mencionada com louvor, demonstrando crescimento potencial em futuro próximo de acordo com seu autor. "Passo Fundo está predestinado a galgar as posições mais recomendáveis do futuro, elevando o seu conceito" dentro do Rio Grande do Sul. (O NACIONAL 09/08/1957, p.3). Embora já assumisse seu papel como centro regional, o futuro reservaria lugar de destaque para a capital do planalto na economia estadual e brasileira. Não por acaso, realizar uma festa em louvor do trigo, uma das apostas da economia local, figurou como uma das principais atividades das comemorações do centenário. A imprensa noticiava a presença das autoridades que marcaram presença em Passo Fundo durante a realização da VII Festa Nacional do Trigo:

Amanhã, às 14 horas, viajando em avião especial, chegarão a esta cidade os srs. João Goulart, Vice-Presidente da República, que virá representando o presidente Juscelino Kubitschek; o Dr. Mario Meneghetti, Ministro do Agricultura; o Dr. Parsifal Barroso, Ministro do Trabalho, além de grande comitiva, assessores, jornalistas, etc. Também amanhã, estará em Passo Fundo o edil porto-alegrense, sr. Leonel Brizola. (O NACIONAL, 18/10/1957, p.1).

Dentre as atividades de que João Goulart participou estavam o lançamento da pedra fundamental da futura Universidade de Passo Fundo e uma recepção na prefeitura municipal, com a presença das autoridades locais, onde ressaltou a importância do município na produção de trigo nacional. Foi recepcionado na sede do PTB na cidade, com a presença de vereadores trabalhistas, do prefeito, de Leonel Brizola e de Mario Meneghetti, marcando presença na exposição industrial e na VII Festa Nacional do Trigo. (O NACIONAL, 21/10/1957, p.6). Também era celebrada pela imprensa a presença de uma comissão de deputados representando a Assembleia Legislativa do estado nos festejos do centenário. (O NACIONAL, 18/10/1957, p.4). Estiveram presentes os seguintes deputados: Múcio de Castro, Victor Graeff, Lamaison Pôrto, João Caruso, Paulo Brossard, Romeu Scheibe, Abelardo Nacul, Lima Beck, Pompilio Gomes, Josino Assis e Elpídio Fialho. (O NACIONAL, 19/10/1957, p.6).



Outra atividade que mobilizou os clubes sociais e a imprensa passo-fundense foi a escolha da Rainha do Centenário. Esse concurso demonstra uma associação da capital do planalto, com o ideal feminino da beleza. A cidade com seus encantos e suas belezas é sedutora, por isso escolher uma rainha que encarne esse ideal foi uma peça fundamental do imaginário afirmado naquele contexto de comemorações. Além dessa associação com o caráter feminino da cidade, em termos práticos, a divulgação do concurso também ajudava a promover o centenário, interna e externamente, por isso a comissão de organização dos festejos se envolve diretamente no processo de seleção. *O Nacional* (04/07/1957, p.4) entrevista o prefeito, encarregado da comissão pró-festejos, para colher maiores informações sobre as candidatas ao título: "Quais são as candidatas registradas? Eis o que colhemos hoje, junto com o Prefeito Wolmar Salton, presidente do Comissariado Pró-Festejos do Centenário."

As candidatas representavam entidades e clubes da sociedade passo-fundense. Eram elas: Marcia Kozma, candidata do Clube Comercial, Josete Buaes, candidata do Clube Caixeral, Marlene Paim, candidata do Clube Recreativo Juvenil, Lourdes Della Méa Morsch, candidata do Parque Recreativo dos Viajantes, Eunice Pereira, candidata do Clube Visconde do Rio Branco, Zulmira Otilia Modesti, candidata do Clube Passofundense. (*O NACIONAL*, 04/07/1957, p.4). Em outra matéria, afirmava *O Nacional* (06/07/1957, p.4): "Reina o maior entusiasmo em todos os clubes sociais, a propósito do concurso para Rainha do Centenário." A comissão organizadora dos festejos, com apoio da imprensa, criava um clima de mobilização do concurso para escolha da rainha. Qualquer evento relacionado a essa atividade, bem como a apuração dos votos, era amplamente divulgada.

Nessa primeira apuração, verificou-se que a srta. Zulmira Otilia Modesti, representante dos Clubes Recreativos Cruzeiro, Passofundense e Vera Cruz, conquistou 2.500 votos, e que a srta. Lourdes Della Méa Morsch obteve 1.200 votos, o que bem demonstra a atividade desenvolvida pelos seus entusiasticos cabos eleitorais. (*O NACIONAL*, 09/07/1957, p.4).

Reclamava *O Nacional* que o nome das candidatas havia sido divulgado com certa demora, o que dificultou a propaganda nos jornais e rádios municipais, prejudicando o trabalho das candidatas e de seus respectivos clubes. Indicava que até aquele momento, representantes de associação dos bairros da cidade estavam na frente da competição. "O encerramento da apuração final será a 20 de setembro vindouro, havendo até lá apurações parciais todas as segundas-feiras." (*O NACIONAL*,

15/07/1957, p.2). Isso estimulava o clima de competição e mobilização das candidatas e suas associações. Alguns bairros também apresentavam candidatas próprias, como é o caso de Dulce Borges Fortes, que concorreu pelo Boqueirão. (O NACIONAL, 19/07/1957, p.2). Algumas candidatas assumiam os discursos históricos promovidos pela imprensa e por associações como o Grêmio de Letras e o Instituto Histórico, como demonstra a nota de Márcia Kozma (que acabaria eleita Rainha do Centenário), enviada a *O Nacional* no dia do centenário municipal:

Quem haveria de dizer que, do que Passo Fundo foi no passado, viesse a ser o que é no presente - orgulha e júbilo de seus filhos. O trabalho, o esforço, a vontade férrea dos primeiros habitantes fizeram dela a realidade de hoje. Iniciada por Fagundes dos Reis, seu fundador, e desenvolvida por tantos outros que nada mais são do que os antepassados gloriosos daqueles que formam hoje as tradicionais famílias passofundenses. Não poderia nestas breves linhas deixar de mencionar os Schell, Morsch, Vergueiro, Annes, Issler e, de modo especial, ao homem que pesquisa e vem historiando o Passo Fundo desde seu nascimento, que é Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Outros tantos continuam empregando seus esforços para o progresso da cidade e do município, preparando-lhe um futuro promissor, assim como os seus antecedentes prepararam este presente brilhante. (O NACIONAL, 09/08/1957, p.3).

Além de mencionar as famílias tradicionais do município, Márcia Kozma tece elogios a dois dos principais personagens que passaram a figurar nas páginas da história municipal definitivamente a partir de seu centenário. Os sujeitos (bem como as famílias) que foram legitimados como protagonistas da história, foram difundidos incansavelmente pelas associações culturais e pela imprensa. A candidata também não deixava de observar o progresso do município, elemento central do imaginário difundido naquele momento. Mencionava, como representação do espírito progressista dos passo-fundenses, as indústrias, escolas, faculdades, praças e avenidas, "tudo isso contribuiu para ostentares com soberba o cetro de Capital do Planalto." (O NACIONAL 09/08/1957, p.3). Alguns dias depois, *O Nacional* (13/08/1957, p.4) noticiava "o avanço considerável alcançado pela srta. Marcia Kozma que, na apuração anterior, acusava 10.100 votos, passando agora para 19.200 - avanço este que podemos considerar extraordinário."

Márcia Kozma foi coroada Rainha do Centenário em um baile Realizado no salão de festas da Exposição Industrial. É mencionada a presença de diversos jornalistas locais, estaduais e nacionais. (O NACIONAL, 22/10/1957, p.1). O prefeito municipal, Wolmar Salton, em nome do comissariado dos festejos do centenário, proferiu o

discurso de abertura do baile e entregou os prêmios à rainha. Também esteve presente a Rainha da VII Festa Nacional do Trigo, Gladis Maria Marson<sup>31</sup>. A presença das duas rainhas foi marcante no desfile de carros alegóricos, divulgado pelos periódicos locais:

Inesquecível foi o desfile do 1º Centenário. Os carros alegóricos estavam magníficos. Os estudantes desfilavam com garbo e orgulho. As bandas marciais dos colégios IE e Conceição caprichavam nas evoluções, e desfilaram as escolas de ensino técnico, os clubes esportivos, cavalarianos dos CTG's da região, todos proporcionando um espetáculo como nunca mais foi visto na região. Gládis, a Rainha do Trigo e Márcia Kozma, Rainha do 1º Centenário, abriram o desfile, e, em seguida, seus carros foram posicionados de frente para o antigo Altar da Pátria (ao lado do Clube Comercial), para assistirem a seqüência do mesmo. (SILVA, 2001a, p.98).

Os carros alegóricos, escolas e CTG's que desfilaram, tendo as rainhas à sua frente, também foram saudar o busto de Fagundes dos Reis, patriarca do município. (O NACIONAL, 28/10/1957, p.4). Além dos desfiles oficiais das comemorações do centenário, as rainhas participaram de diversas atividades em Passo Fundo e outras cidades do estado, especialmente bailes oferecidos pelos clubes sociais e pelos centros de tradições. O desfile, juntamente com a Festa Nacional do Trigo e as exposições realizadas constituíram o ápice das atividades sociais nas comemorações do aniversário municipal em 1957. Foram eventos que reuniram autoridades políticas regionais e nacionais. Essas atividades assinalam o momento em que a capital do planalto poderia ser exibida, interna e externamente. Ocasão em que a imagem da cidade (a visualidade urbana, tendo o centro como palco dos desfiles) e dos grupos que a impulsionaram, movimentaram e trabalharam para afirmar esse imaginário foram apresentados (lideranças políticas, econômicas e famílias consideradas tradicionais por historiadores e pela imprensa) ao estado e ao país.

Todas essas atividades que orbitaram as comemorações do centenário contribuíram para tornar o ano de 1957 memorável, com um alto índice de "memorabilidade". (CANDAUI, 2012, p.98). Os grupos envolvidos em sua organização trabalharam para que esse ano se tornasse um marco na trajetória coletiva dos municípios. Ao fazerem isso, proporcionaram lembranças de experiências, reais ou imaginárias, das festividades e da própria história de Passo Fundo. A imprensa teve papel importante, atuando quase com um elemento organizador, propondo sugestões e

---

<sup>31</sup> Gladis era filha de tricultores e, por isso, "foi convidada a participar do concurso para escolha da Rainha da VII Festa Nacional do Trigo, que seria realizada durante os festejos do 1º Centenário de Passo Fundo." (SILVA, 2001a, p.97).

coabrando agilidade do poder municipal. Mas seu papel não se resume a isso. Ao divulgar constantemente as atividades das comissões organizadoras, o programa dos festejos, os periódicos aumentaram a "força das memórias", contribuindo para "estruturação mais ou menos homogênea do conjunto de lembranças a partir de um momento de origem e de uma sucessão de fatos." (CANDAU, 2012, p.100). A memória "transforma-se em obsessão comemorativa" (TRAVERSO, 2012, p.10) para os jornais locais, particularmente para *O Nacional*.

Os periódicos atuaram no sentido de homogeneizar os trabalhos da memória. Reforçaram uma narrativa em torno da organização das comemorações do centenário que têm os grupos que transitavam entre o poder político, econômico e as instituições culturais como personagens centrais desse acontecimento. Também legitimaram uma noção de história oriunda do imaginário social partilhado por esses mesmos grupos. Nesse sentido, exteriorizaram suas memórias. Como Candau (2012, p.107) explica, a "exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial." A imprensa produziu traços dessas atividades comemorativas, serviu como um guia, uma orientação para as memórias individuais em relação ao que se estava celebrando e legitimando em 1957. "Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória." (CANDAU, 2012, p.109). A imprensa trabalhou para exteriorizar (e homogeneizar) representações de uma memória dos acontecimentos que levaram ao centenário em 1957.

A escrita auxiliou, nesse caso, o estabelecimento de uma memória forte (TRAVERSO, 2012) sobre a história de Passo Fundo, com seus sujeitos, acontecimentos e lugares sacralizados. Esse passado selecionado pelos organizadores das comemorações, passou a acompanhar o presente e se instalou no imaginário celebrado e legitimador de um projeto político e econômico (TRAVERSO, 2012, p.10). Nesse sentido, "comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal." (SILVA, 2002, p.432). A escrita produz uma metamemória, evocação e representação das lembranças e imaginários dos grupos que organizaram as comemorações do centenário. Partindo desse pressuposto, o próximo capítulo aborda os livros produzidos em homenagem a Passo Fundo, publicados em 1957.

Essas obras produzem narrativas que evocam e expressam uma temporalidade que apresenta encontros e desencontros com a historicidade progressista que marca os

discursos políticos e da imprensa local. Enquanto os periódicos destacam que apesar de centenária, Passo Fundo é uma capital do planalto, um centro regional, com um futuro promissor, certas narrativas, como alguns discursos de Xavier e Oliveira, com suas imagens poéticas e literárias, deixam transparecer um saudosismo nostálgico de uma outra cidade, diferente daquela celebrada e imaginada pelos grupos envolvidos na organização dos festejos. Nesse sentido, é importante debater e discutir questões relativas à constituição narrativa e à temporalidade do discurso histórico para compreender sua relação com as comemorações e com o imaginário progressista dos anos finais da década de 1950, sem esquecer que essas obras são também representações de uma memória forte que passou pelo crivo dos organizadores das comemorações do centenário.

## **2 A construção da história e da memória da capital do planalto**

### **2.1 História, memória e temporalidade**

Partindo das considerações de Certeau (2011, p.47), que define a operação historiográfica como “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”, o presente capítulo é dedicado, sobretudo, a uma análise do fazer (uma prática) e da escrita da história, mas, como Hartog (2003b, p.22) adverte, busca-se realizar uma história da história que não seja “enfadonha”, mas reflexiva, observando aspectos internos e externos da historiografia, uma “abordagem atenta dos conceitos e contextos, das noções e dos meios, e sempre mais ciosa de suas articulações [...]”. Especialmente as relações entre tempo, história e memória, pois como Monteiro (2006, p.140) ressalta, para o historiador, “o tempo é uma categoria básica de trabalho”. É claro que essas etapas que compõem a operação historiográfica são separadas apenas por uma necessidade metodológica, pois encontram-se imbricadas nas obras de história, principalmente quando produzidas em virtude de uma comemoração. O trabalho de interpretação/reelaboração da memória coletiva realizado por um intelectual nesse momento é marcado pela atmosfera em que está mergulhado.

Nesse sentido, todos os momentos da produção sofrem forte influência das comemorações, que também afeta a seleção dos elementos que devem constituir a história da sociedade. Essa atmosfera do imaginário está intimamente relacionada com os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2006). No transcorrer de nossas vidas, nos integramos a diferentes quadros sociais (familiar, escolar, profissional, etc.) que interagem na dinâmica de nossas lembranças, transformando, moldando o conjunto de imagens que rememoramos em função dos acontecimentos no presente. Em relação a uma comemoração, o quadro social de um determinado grupo da cidade, que esteve a frente da organização das festividades, contribuiu para legitimar certa perspectiva de história e de memória como se fosse de toda coletividade. Isso contribuiu para a conformação de lugares de memória (NORA, 1993), tanto literários, nas páginas da imprensa e das obras históricas divulgadas e promovidas durante o centenário, como no corpo urbano. É necessário, porém, uma ressalva. Nora estabelece uma cisão rígida entre memória e história, e durante a presente pesquisa, foram identificados encontros entre essas duas formas de filiação ao passado, o que não significa afirmar que

constituem uma mesma atividade, apenas que as fronteiras entre essas duas dimensões se tornaram mais flexíveis em certo momento.

Dessa forma, depois de delimitar o grupo de intelectuais que constituía o centro de produção histórico-literária do centenário de Passo Fundo (capítulo 1), é importante realizar uma análise dos seus trabalhos publicados em função das comemorações para esclarecer as operações de seleção e organização da memória e da história da cidade. Candau (2012, p.84-85) delinea as relações entre a memória e ordenação do mundo como centrais para a constituição da identidade dos sujeitos. O autor mostra como a capacidade de classificação da realidade está associada à categoria de tempo, pois “as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal”. Ao distinguir o presente do passado, pensamos sobre o tempo e sua passagem, o que “supõe classificá-lo, ordená-lo, denominá-lo e datá-lo”. É necessário ressaltar, concordando com Catroga (2009, p.12), que na “experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias”, o que nos leva a entender que essas classificações estão em permanente processo de construção em virtude da “incessante mudança do presente em passado”, que gera novas experiências, novas lembranças, novas temporalidades.

A forma como pensamos o tempo é fator preponderante para produções historiográficas ou literárias que abordam a história de uma sociedade. É interessante considerar o problema mencionado por Ricoeur (2007, p.43) sobre a “distância temporal”, pois influencia a forma como a memória participa das operações classificatórias de nosso mundo e na própria percepção do tempo. Revendo as considerações de Bergson (1990) sobre hábito e memória, que aponta essas duas dimensões como opostas, Ricoeur as situa como relacionadas, como “dois pólos de uma série contínua de fenômenos mnemônicos”, pois os dois casos implicam uma “experiência anteriormente adquirida”. O hábito, relativo a uma experiência presente, à aquisição de saberes que ocorre em uma determinada situação “não declarada como passado”, a memória, relativa a um passado antigo, anterior ao presente. São dois modos de lembranças distinguidos apenas pela distância temporal, o que possibilita falar “em classificar as experiências relativas à profundidade temporal, desde aquelas em que, de algum modo, o passado adere ao presente, até aquelas em que o passado é reconhecido em sua preteridade passada”. (RICOEUR, 2007, p.43)

Essa reflexão de Ricoeur é fundamental para pensar em momentos como comemorações, pois um centenário permite aos sujeitos envolvidos nos trabalhos de

construção/afirmação da memória e da história da cidade falar de seu passado mais remoto com tamanha intimidade que faz parecer que esses sujeitos vivenciaram tais acontecimentos. Ankersmit (2012, p.37), em outra perspectiva, também aponta a emergência de uma distância “entre o indivíduo e a realidade sócio-histórica” que “fez o homem ocidental consciente de seu passado com uma intensidade até então desconhecida”, pois este, a partir do romantismo do século XIX, rompe com a ideia de ordem e leis naturais que regulavam a sociedade e os indivíduos – a subjetividade dos sujeitos entra em cena, pois com o homem não mais acorrentado a um mundo regido por leis, ele se distancia da possibilidade de uma compreensão plena da realidade, “o passado tornou-se um enigma, e a historiografia moderna foi criada para ir de encontro ao desafio.” Essa distância, citada por Ankersmit, embora diga respeito a uma característica cognitiva de compreensão histórica, vai ao encontro da noção de distância temporal de Ricoeur, pois mesmo com essa ruptura com o ideal iluminista de encontrar as “leis” e a “verdade” que regulam a sociedade e os homens em favor de uma percepção que leva em conta a subjetividade humana, concebendo o indivíduo não mais como apenas uma peça de um grande relógio, distanciando a história, conseqüentemente, de “verdades científicas”, a necessidade e o interesse sobre o passado continuaram a exercer forte influência e despertar o interesse da sociedade.

Sendo herdeiro do romantismo, o historiador individual tem sido ejetado de uma realidade sócio-histórica partilhada por todos nós: cada historiador individual habita uma “casa” sócio-histórica diferente daquela de seus colegas historiadores. Haverá uma disparidade sistemática entre o que um historiador diz ou pensa sobre esta realidade e as opiniões de outros historiadores a ela concernentes. Cada tentativa de definir (parte da) realidade histórica pode satisfazer alguns historiadores, mas nunca todos eles. (ANKERSMIT, 2012, p.43).

O passado tornou-se um mistério, isso porque essa distância marcada pela subjetividade está intimamente relacionada à distância temporal (Ricoeur, citando Bergson, esclarece que possuímos uma noção e uma classificação temporal sobre o “passado” a partir do hábito e da memória). Os historiadores conquistaram um espaço justamente por esse encanto que o passado (um passado além da memória individual) exerce, pelos debates possibilitados por suas diferentes interpretações e pela necessidade de justificarem sua existência social, seus projetos e ações (um necessidade de legitimidade política dos grupos que compõem a sociedade). Mas em determinados



momentos, como a comemoração de um centenário<sup>32</sup>, entram em jogo disputas por uma visão hegemônica de uma realidade sócio histórica, pois as categorias temporais presentes nos discursos, nas narrativas históricas, mostram suas fronteiras dilatadas.

Para Namer (1999, p.175), as comemorações envolvem uma emoção particular que resulta da fusão entre passado e presente (o que abre as portas para ações futuras). Catroga (2009, p.12) indica que a recordação, entendida como um presente que incessantemente se torna passado, é vivenciada interiormente, onde nossas identidades individuais (ipseidade) articulam os diversos tempos sociais em que vivemos. Nesse sentido, não é que os indivíduos recordem experiências que não vivenciaram, mas o imaginário que envolve a comunidade permite o afloramento de um sentimento de pertencimento e intimidade com a cidade, possibilitado pela capacidade de inserir sua existência em diferentes tempos (pessoal, cósmico, histórico). Como o autor indica:

[...] como a consciência do *eu* se matura em correlação com camadas memoriais não só directamente vividas, mas também adquiridas, tem de se ter presente que estas, para além das de origem pessoal, só se formam a partir de narrações contadas por outros, ou lidas e vistas em outros: o que prova que a memória é um processo relacional e intersubjectivo. (CATROGA, 2009, p.13-14).

Cabe destacar, a partir das considerações de Catroga, a importância da narração para esse processo relacional que constitui a memória dos sujeitos, especialmente as obras/lembranças que são escritas em função de comemorações que almejam um âmbito coletivo da sociedade, como o centenário de Passo Fundo em 1957. Essa importância ocorre em dois sentidos fundamentais: primeiro, a inserção dos autores em determinados quadros sociais de memória e um lugar de produção, que exercem uma influência na formação de suas identidades e visão de mundo que estão presentes em seus escritos; segundo, a divulgação dessas obras como histórias oficiais do centenário, implicando sua distribuição e leitura por uma parcela significativa da comunidade, o que contribui para a construção de uma percepção sobre a história da cidade que guarda

---

<sup>32</sup> Leduc (1991, p.92; 98-99) mostra como as definições de “períodos” da história, como Antiguidade, Idade Média e/ou Pré-História mudaram, acompanhando as transformações na percepção dos historiadores sobre a História desde o século XVII. A referência a um período de cem anos como algo marcante, para Leduc, data da época de Napoleão na França, que passa a caracterizar a noção temporal “século” como um conjunto de acontecimentos importantes, ou mesmo de um sujeito histórico marcante, que define o período em questão. Quanto à ideia de celebrar centenários de grandes acontecimentos, data, na França, de 1878, onde ocorreram as comemorações republicanas do aniversário de cem anos de Voltaire e Rousseau. Essa ideia de comemoração de centenários se afirma com a celebração da Revolução Francesa em 1889 e, em 1900, a passagem de um século ao outro passa a envolver, de forma mais clara, as noções de “retrospectiva” e “prospectiva” no ambiente do “fin de siècle”.

relações com a memória desses autores. Ambas as direções estão relacionadas com a percepção temporal que esses sujeitos possuem da história. Tempo e espaço remotos são relacionados à comunidade no seu presente, tornando a seleção dos elementos que configuram a história municipal mais próximas das experiências vivenciadas pelos grupos na data em que se desenrolam as comemorações.

As distâncias temporais tornam-se fluídas, bem como as fronteiras entre história, memória e imaginação (RICOEUR, 1999). Monteiro entende o papel do historiador como o de um gestor da memória, comparado ao barqueiro da mitologia grega “que serve de ponte entre o mundo dos vivos, situado no presente, e o mundo dos mortos, situado no passado”. Essa viagem no tempo, esse vai e vem entre presente e passado (bem como seu olhar para frente, para o futuro) “convida a sociedade a refletir sobre sua trajetória e problematizar tanto o presente quanto a herança recebida das gerações passadas”. (MONTEIRO, 2010, p.37). Isso influencia a seleção de acontecimentos, personagens e lugares que dão corpo ao passado, mas tal seleção é possibilitada por uma organização das categorias temporais (passado, presente, futuro) que usamos para compreender a historicidade da sociedade. As obras de Xavier e Oliveira tornaram-se referência sobre a história da região em 1957 e são marcantes para as operações de seleção e classificação do passado. Faz parte dessa seleção o exercício que o historiador realiza de leitura de obras já produzidas sobre determinados temas que marcam o presente vivido (KOSELLECK, 2006, p.176), o que implica pensar nos trabalhos anteriores do “pai da história” de Passo Fundo, especialmente em seu livro *Terra dos Pinheiraes*, publicado em 1927, em homenagem ao centenário da fundação do povoado, por tratar-se de uma obra que marca uma experiência temporal do historiador, através da seleção de alguns elementos que passam a compor a memória coletiva da comunidade, da afirmação de “formas, estruturas e liames” (FERREIRA, 2002, p.23) que marcam sua escrita e do estabelecimento de uma referência para pesquisas futuras sobre a história do município e região.

O presente capítulo busca, dentre outros objetivos, esclarecer como os intelectuais envolvidos com a produção histórico-literária no centenário organizaram as categorias temporais em seus trabalhos a partir da noção “regime de historicidade” (HARTOG, 1996, 2013) que possibilita perceber a seleção sobre o que deveria entrar para as páginas da história e os elementos que ficaram à margem da construção da capital do planalto. Isso significa “historicizar os pressupostos teóricos e as práticas de escrita da história” (CEZAR, 2010, p.28) correntes naquele momento e que marcaram a

produção das obras em questão, daí a importância de uma análise extensa da obra *Terra dos Pinheiraes*, que torna-se uma referência para os historiadores passo-fundenses (inclusive para o próprio Xavier e Oliveira). O trabalho de Pollak (1992), *Memória e identidade social*, também traz uma importante contribuição ao buscar os elementos constitutivos da memória. Embora ressaltando o caráter flutuante, sujeito às constantes reformulações e transformações, o autor identifica “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” onde o “trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”. (POLLAK, 1992, p.201).

Essa visão aproxima-se das considerações de Ricoeur (2007, p.71) que afirma que, ao nos lembrarmos, estamos realizando uma busca, portanto, é possível falar em um fazer memorial, uma “memória exercitada” (um trabalho da memória, na expressão de Pollak) que, no caso do centenário de Passo Fundo e nas publicações históricas, procura estabelecer alguns elementos como características marcantes da história e da memória do município. Esses “elementos irreduzíveis” seriam os acontecimentos, personagens e lugares. Dependendo de como o passado, o presente e o futuro estão encadeados, a seleção desses elementos é alterada, resultando em diferentes histórias sobre determinada sociedade. Monteiro também identifica esses elementos como articuladores essenciais da memória:

A memória articula-se através de espaços e tempos privilegiados, sobre os quais a “luz” incide com maior intensidade sobre certos sujeitos (nomes), tempos (datas) e lugares (espaços), enquanto outros permanecem na penumbra, numa gaveta mantida cuidadosamente fechada para que de lá não aflorem contradições, incertezas e instabilidade. (MONTEIRO, 2006, p.28).

A seleção desses elementos não é característica particular da memória. A história também pode ser caracterizada a partir desses critérios. Para autores como Catroga (2001, p.40), algumas características típicas da memória, como “seleção, finalismo, presentismo, verosimilhança, representação também se encontram no trabalho historiográfico”. Koselleck (2006, p.161) também aponta elementos comuns entre história e memória como peças fundamentais de uma obra historiográfica: “a velha tríade *lugar, tempo e pessoa* também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruchar-se sobre o mesmo objeto”<sup>33</sup>. As considerações de Koselleck colocam a palavra

---

<sup>33</sup> Partir da pressuposição de que existem semelhanças entre a história e memória não significa reduzir uma a outra, ou mesmo afirmar que as formas de filiação e narração são as mesmas nessas duas

tempo ao invés de acontecimento, o que implica considerar o encadeamento entre as categorias temporais implícitas em uma obra de história<sup>34</sup>. A organização temporal está visível a partir da forma como os acontecimentos são tratados pelo historiador. Pesavento (2005, p. 17-18) também reconhece esses elementos como centrais para a escrita da história, especialmente tempo e espaço, “dois vetores pelos quais os homens têm construído, através da história, a sua apreensão e organização do mundo”. De acordo com a autora:

O historiador cria um tempo – o tempo histórico – só acessível pela imaginação. Mas, para isto, seu trabalho precisa apoiar-se no empírico, que lhe dá suporte, através das marcas de historicidade, situadas e datadas, como registros espaço-temporais que compõem o referencial de contingência a partir do qual ele construirá sua narrativa. (PESAVENTO, 2005, p.18).

Embora a autora não cite personagens, conferindo um destaque maior às dimensões do tempo e do espaço, é possível associar os “sujeitos” como elementos indispensáveis de uma narrativa histórica e das próprias “marcas de historicidade.” Ricoeur (1994, p.88-89), buscando esclarecer as relações entre a composição de uma narrativa e as nossas experiências temporais a partir da “capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais”<sup>35</sup>, também se aproxima dos critérios adotados no presente trabalho para identificar as relações entre tempo, história e memória. Estabelecer a ação como elemento central para a composição de uma narrativa implica pensar nos fins ou motivos que ela desencadeia (gerando acontecimentos que a partir de operações de seleção passam a povoar o universo da historiografia e/ou da memória coletiva), nos agentes que “fazem e podem fazer coisas que são tidas como sua obra”,

---

dimensões. (CATROGA, 2009, p.35). Mas importa ao presente trabalho destacar as semelhanças entre ambas, pois, especialmente em momentos como comemorações coletivas, suas características comuns afloram.

<sup>34</sup> As contribuições de Hartog (2006, p.16) a partir de sua leitura de Lévi-Strauss também apontam o tempo, entendido não como uma categoria universal, igual para todos, mas subjetivo, como importante para compreensão das sociedades. Criticando a ideia de progresso que imperou na história durante boa parte do século XX, o autor aponta que as “formas de civilização que éramos levados a imaginar como escalonadas no tempo devem antes ser vistas como estendidas no espaço”. Em diferentes lugares a compreensão que os grupos tem de si como entidades temporais varia. Essa constatação abre um leque de possibilidades de pesquisa para os historiadores, no caso em questão, como a história e a memória se relacionam e são organizadas de acordo com as experiências que os grupos tinham com uma temporalidade em evidência em virtude do centenário da cidade.

<sup>35</sup> A ação colocada como elemento central para estabelecer a temporalidade das narrativas remonta à obra de Benveniste (2006, p.70) que indica que “somente o verbo permite exprimir o tempo”, ou seja, a ação que encontra-se implícita nas conjugações verbais é imersa em temporalidade. Apesar do tempo ser “compatível com todos os tipos de estruturas lingüísticas”, a forma como “elas [as línguas] elaboram um sistema temporal complexo” apresentam muitas divergências. A elaboração de um sistema temporal constituído e expresso pela língua possibilita a manifestação de diferentes regimes de historicidade.

ou seja, os sujeitos, as pessoas é que desencadeiam tais ações. O agir ocorre dentro de circunstâncias específicas (um determinado contexto histórico) que não foram construídas pelos agentes, um “campo prático” que “oferece condições favoráveis ou desfavoráveis a sua ação”. Essa circunstância só ocorre em um “lugar”, um espaço construído pela sociedade, onde acontecem as interações sociais e que também podem adentrar a dimensão do memorável. O lugar assume uma importante função para a memória, pois “as coisas lembradas são intrinsecamente associadas a lugares” (RICOEUR, 2007, p.57).

Ricoeur (1994, p.94), porém, vai além de apenas identificar uma espécie de núcleo das narrativas, ele também percebe a relação entre aquilo que chamou de “normas imanentes de uma cultura” e a questão da valorização das ações componentes de uma narrativa, que recebem um “*valor* relativo, que faz dizer que tal ação *vale mais* que tal outra”. Esse valor das ações recai sobre os agentes que as promovem e, de acordo com o contexto (e a cultura) que estão inseridos são classificados como “bons, maus, melhores ou piores”. Essa valorização também decorre da própria narrativa que “está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação”, que narrador e leitor (ou ouvinte) compartilham. Essa reflexão permite pensar em uma memória coletiva a partir das obras analisadas no presente trabalho. Ricoeur (2007) demonstra como a linguagem possibilita uma relação entre a lembrança individual (apenas os indivíduos lembram) e sua dimensão social, coletiva, (própria da fase “declarativa da memória”), o que permite pensar a constituição da memória a partir de relações intersubjetivas entre os sujeitos.

Mais do que apenas a expressão de uma ideia, a linguagem deve ser compreendida como elemento que possibilita a compreensão/construção do mundo e, no que se refere às práticas de rememoração, marca a intersecção de nossas lembranças pessoais com a “pré-compreensão de mundo” e a atribuição de valores para nossas memórias e para a própria história. O “discurso que o sujeito trava consigo mesmo” é a elaboração erudita de suas memórias, é quando ele as estrutura na forma de uma narrativa. Esse momento de elaboração é realizado individualmente, mas só é possível ser elaborado “a partir de dados ou noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros” (HALBWACHS, 2006, p.38). Monteiro (2004, p.93) mostra como cronistas de Porto Alegre na década de 1970 valeram-se de uma memória compartilhada entre seu grupo (seu quadro social da memória) para narrar, a partir de suas lembranças, uma outra cidade que estava desaparecendo frente às reformas urbanas do período. As crônicas da cidade constituem elaborações de lembranças que passam

para a dimensão pública, coletiva de uma sociedade. Concordando com Catroga (2001b, p.46):

[...] a verdade é que, em certo sentido, não se pode negar que a tradução subjectiva da *anamnesi* se dá dentro de ‘quadros sociais’, interiorizados a partir do *topos* histórico do próprio evocador. Daí o diálogo que os indivíduos mantêm, dentro de um processo socializador, com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situam, e o modo como, à luz de seu passado, organizam o seu percurso como *projecto*.

Ricoeur não se limita a caracterizar se os agentes e as ações que eles desencadeiam são boas ou más. Seu foco recai sobre a temporalidade na narração, onde o “tempo narrativo” se manifesta (RICOEUR, 1994, p.95). Passado, presente e futuro (categorias que estão imbricadas na ação) sempre mantêm uma correlação nas narrativas, mas além de reconhecer as possibilidades e as formas como essas categorias se encadeiam, a composição de uma narrativa apresenta duas dimensões temporais: a episódica e a configurante. A dimensão episódica da narrativa é a representação temporal linear de acontecimentos em sucessão e coincide com a noção de tempo crônico de Benveniste (2006, p.71), “que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos”. Esse tempo também marca a forma como organizamos a nossa própria vida à medida que estabelecemos pontos de referências “em séries de bloco distintos que são os acontecimentos” que nos esforçamos (individualmente e coletivamente) para “objetivar”, especialmente a partir de calendários, que marcam um ponto e intersecção entre nossa experiência individual do e no tempo e a temporalidade coletiva.

São estes pontos de referência que dão a posição objetiva dos acontecimentos, e que definem também *nossa* situação em relação a estes acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio *onde* estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram. (BENVENISTE, 2006, p.73)

Da mesma forma que alguns dias são importantes para nós em virtude de certos acontecimentos que marcam a nossa vida, algumas datas são importantes para a sociedade (datas festivas, feriados, etc.). É a partir do estabelecimento de referências coletivas que tornam significantes certas datas que construímos nossa própria percepção do tempo coletivo, tendo instrumentos como calendários como mediadores. É importante considerar o argumento de Candau (2012, p.60) que afirma que possuímos

uma relação “tridirecional” com o tempo nos trabalhos de memória – uma memória do passado “dos lamentos, das fundações e das recordações”, uma “memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente” e uma memória da espera, dos projetos e esperanças, dos “engajamentos em direção ao futuro”. Em momentos de comemorações, o presente mostra-se flexível, o contato entre passado e futuro (as retrospectivas e as prospecções) é mais intenso que em outras ocasiões, especialmente nas produções e representações do passado ausente. Para o autor, o “tempo da lembrança” é “inevitavelmente diferente do tempo vivido”, pois aos nos lembrarmos de algo, acrescentamos a essa lembrança seu futuro (CANDAUI, 2012, p.66). Lembramos que em virtude do presente, que é indissociável do futuro, o próprio acontecimento, sujeito ou lugar lembrado, em nossa memória, possuía um horizonte futuro no passado. Por isso o tempo da lembrança é diferente do vivido, pois é a partir de nossas experiências vividas que passamos a articular as categorias temporais para classificar tais experiências. Essas classificações são visíveis desde sua inserção em uma cronologia (datas, noções temporais como ontem, mês passado, etc.), como até em seus adjetivos, nas atribuições de qualidades, de valores ao que se está lembrando (que podem mudar frente às vicissitudes do presente).

Ao “extrair uma configuração de uma sucessão” (RICOEUR, 1994, p.104), estamos selecionando experiências que se tornaram significativas, que devem ser lembradas em função do presente, pensando no futuro. A capacidade de compreender e expressar essa seleção por intermédio de uma narrativa (composta por um encadeamento de diferentes momentos) possibilita uma organização, uma construção identitária que pode ser identificada na dimensão configurante. Esse ato de extrair uma configuração da sucessão de acontecimentos “revela-se ao ouvinte ou ao leitor na aptidão de uma história a ser seguida”, um ato que conduz aquele que lê ou escuta a narrativa até uma conclusão, uma espécie de síntese da história, uma compreensão geral da leitura, pois é na configuração que é identificável o tempo histórico, “esse terceiro-tempo definido por Ricoeur como ponte entre tempo vivido e tempo cósmico”. (DOSSE, 1997, p.191). Também é possível associar essa dimensão ao conceito de regime de historicidade “concebido como terceiro-tempo, terceiro discurso, tensionado entre a concepção puramente cosmológica do movimento temporal e uma abordagem íntima, interna do tempo” (DOSSE, 1997, p.189), uma vez que a leitura está vinculada à forma como leitor e narrador compreendem o encadeamento sucessivo de ações que

compõem a narrativa histórica, ou seja, essa impressão geral da leitura torna-se inteligível a partir da experiência temporal dos sujeitos.

Seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na *conclusão*. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá à história um “ponto final”, o qual, por sua vez, fornece o ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história, é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos. (RICOEUR, 1994, p.105).

A compreensão do encadeamento dos episódios sucessivos está associada ao regime de historicidade, que é definido por Hartog (1996, p.129) como “uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo”. Comentando sobre configuração, refiguração e leitura, Ricoeur (1994, 117-118) mostra que escrita e leitura não são atividades dissociadas, que a forma como a narrativa é desenlaçada indica “linhas diretrizes para o encontro entre o texto e seu leitor. Em suma, são eles que regulam a capacidade da história de se deixar seguir. De um lado, é o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. Seguir uma história é atualizá-la na leitura”. Esse encontro entre narração e leitor que dá o ritmo da história a ser acompanhada não está desligado da historicidade dos sujeitos envolvidos. Para Hartog (2013, p.12), historicidade “expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo”. O ato de ler possibilita a digestão das “elaborações eruditas” do tempo contidas em obras como as de Xavier e Oliveira. As narrativas contidas nas obras literárias e históricas de Passo Fundo obedecem a uma determinada forma de escrita do tempo que envolve uma pré-compreensão do mundo (incluindo uma determinada “ordem” do tempo) que configura uma ideia, uma compreensão geral tanto sobre o conteúdo do passado como sobre sua função em relação ao presente e às perspectivas e projetos futuros. Porém, como o próprio Hartog adverte, um regime de historicidade não deve ser entendido como uma entidade metafísica que vem de cima para regular como as sociedades tratam seu passado, essa noção aproxima-se do “tipo-ideal weberiano”, ou seja, categorias que auxiliam na compreensão de problemas e questões da sociedade, mas que dificilmente são encontrados em “estado puro” no mundo. O que se busca perceber são as “maneiras de ser no tempo” dos sujeitos e grupos sociais:



Regime de historicidade, escrevíamos então, podia ser compreendido de dois modos. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana. (HARTOG, 2013, p.28).

Essas considerações de Hartog aproximam-se das dimensões episódicas e configurantes da narrativa descritas por Ricoeur. De uma forma restrita, busca-se esclarecer como, nas obras analisadas, a sociedade passo-fundense “trata seu passado”, quais acontecimentos, personagens e lugares são selecionados e como são encadeados na narrativa, mas, de forma ampla, objetiva-se também descobrir como os grupos sociais situaram-se nessa história, como perceberam e se posicionaram no tempo em função das comemorações do centenário. A “dimensão configurante” está relacionada com a “modalidade de consciência de si” no tempo dos grupos sociais. Porém, é o “tempo narrativo que faz a mediação entre o aspecto episódico e o aspecto configurante” (RICOEUR, 1994, p.106), o que aponta para uma relação intrínseca entre a seleção dos episódios e o posicionamento do narrador (e do leitor) frente à consciência de si no tempo. Ricoeur (1994, p.106) aponta para a importância do ato de “re-narrar” para a compreensão geral da narrativa de uma obra, especialmente no caso de crônicas vinculadas a acontecimentos fundadores de uma comunidade. Como se trata da análise do centenário de uma cidade e da consagração de um historiador, bem como da retomada de suas obras, essa consideração tem uma importância particular, o que justifica ainda mais a necessidade de uma leitura atenta do livro *Terra dos Pinheiraes* e de outros trabalhos de Xavier e Oliveira que contêm ideias que são “re-narradas” em 1957, mas a partir de uma percepção diferente sobre a temporalidade da história.

É importante esclarecer melhor a relação narrador-leitor (ou ouvinte) e a experiência temporal que ocorrer a partir dessa relação. Recorrendo mais uma vez a Benveniste (2006, p.77-78), parte-se do seguinte pressuposto: “a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor”, ao assumir a temporalidade de outro, o interlocutor assume também sua historicidade. Embora o linguista esteja se referindo a um discurso onde dois sujeitos participam ativamente, é plausível pensar na narrativa histórica como um interlocutor com sua própria temporalidade que a “configura”, sendo necessário entender essa temporalidade para compreender o sentido de sua interlocução. Ocorre uma

“intersubjetividade”<sup>36</sup>, onde assumimos o “hoje” e/ou o “ontem” de nosso interlocutor para compreender aquilo que nos informa, assim como o interlocutor assume nossa perspectiva temporal para nos compreender. Para Benveniste, as línguas possuem “categorias elementares” que não são condicionadas pela cultura “nas quais se vê a *experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem*”. (FLORES, 2013, p.107). Tempo e pessoa são exemplos dessas categorias. A percepção temporal e a ação dos sujeitos são centrais para a narrativa.

Como a leitura de uma narrativa trata-se de uma relação de uma via<sup>37</sup>, pois “escrito de uma vez por todas, o discurso está à procura de um interlocutor qualquer – não se sabe a quem ele se dirige” (RICOEUR, 2007, p.153), ou seja, um leitor lendo uma obra de cunho histórico apenas a compreende se perceber o sentido de sua temporalidade, de seu “tempo lingüístico” (que para Benveniste é sempre o presente – no caso, o momento em que a obra foi produzida), que constrói um significado inicial a partir do “tempo crônico” (a dimensão episódica na narrativa), onde os acontecimentos são datados e significados. Quando o historiador narra uma sequência de acontecimentos ou datas ele já lhes atribui significados (referências temporais – centenários, revoluções, guerras, etc.). A partir desse encadeamento de acontecimentos é possível perceber a dimensão da configuração narrativa, que mostra o sentido temporal que ela carrega. Por exemplo, se é uma obra que trata de uma revolução, ela a percebe como derrotada, pertencente ao passado, ou seus efeitos ainda estão presentes, ou mesmo lança perspectivas, prognósticos futuros a partir da sequência de acontecimentos narrados.

---

<sup>36</sup> Cabe destacar que o conceito “intersubjetividade” também diz respeito, de uma forma mais ampla, à questão da memória, pois relaciona a interioridade dos sujeitos com seu exterior. Catroga (2009, p.13), comentando sobre esse conceito presente na obra de Ricoeur, indica que o sujeito está submerso na “placenta de uma memória que o socializa”, mesmo antes de ser um “eu”, definindo seus sentimentos de pertencimento e adesão a coletividade. Porém, essa socialização está em permanente reconstrução e negociação, se redefinindo a partir das experiências individuais dos sujeitos. Na base da formulação desse conceito podemos colocar o pensamento de Benveniste (2006). Para o linguista, intersubjetividade é condição para a comunicação, e o “tempo do discurso”, sua compreensão, é fator preponderante para isso, pois a linguagem é “condição da existência do homem e, como tal, sempre referida ao outro, o que acaba por vincular linguagem e intersubjetividade”. (FLORES, 2013, p.115-116). O homem se constitui no outro possibilitado pela linguagem, que é externa, não interna. Ao se constituir no outro, percebemos, compreendemos e assumimos sua subjetividade, e vice-versa.

<sup>37</sup> Podemos elaborar muitas questões ao texto escrito, mas seu conteúdo não mudará, ele não pode argumentar, responder as nossas perguntas, é impossibilitado de travar um diálogo, como pode ocorrer em uma narração oral, por exemplo. Para Ricoeur (2007, p.153), o livro de história “rompeu as amarras com seu enunciador”, conquistando uma “autonomia semântica do texto” que assemelha-se a uma situação de “desamparo” – de abandono, até o momento em que ocorre a leitura (momento de contextualização e recontextualização), que pode lhe retirar dessa espécie de limbo.

É essa configuração temporal das narrativas históricas que se busca detectar no presente trabalho. Essa configuração é moldada e ao mesmo tempo molda o regime de historicidade em que tal obra foi concebida, pois é a partir da “refiguração”, momento intersubjetivo onde ocorre a leitura da narrativa que ela passa a exercer influência no ritmo temporal cotidiano dos indivíduos. A narrativa é responsável, para Ricoeur, por humanizar o tempo (NICOLAZZI, 2003, p.8), o que possibilita uma “formulação erudita” da história, que pode modelar “nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo.” (HARTOG, 1996, p.129). É a partir da narrativa que uma determinada “ordem do tempo” pode “organizar o passado em seqüência de estruturas” inteligíveis, tecendo um sentido a partir da configuração de diferentes elementos onde a ação ocupa lugar central (HARTOG, 2003, p.12). Essa noção de regime de historicidade como um elemento que atua na configuração da narrativa histórica vai ao encontro da noção de ritmo descrita por Benveniste (2005, p.361):

A noção de “ritmo” é das que interessam a uma ampla porção das atividades humanas. Serviria talvez até para caracterizar distintivamente os comportamentos humanos, individuais e coletivos, na medida que tomamos consciência das durações e das sucessões que os regulam e também quando, além da ordem humana, projetamos um ritmo nas coisas e nos acontecimentos.

A projeção de ritmo nas coisas pelo homem tem como condição a linguagem. Essa “impressão”, ou “inscrição” de um ritmo, de uma temporalidade marcada por intervalos e/ou repetições ocorre, inicialmente, a partir da percepção da própria natureza – as modificações das estações, ondas do mar, etc. Ao transpor essa visão para o passado, descobrimos uma historicidade inerente ao homem. A percepção dessa historicidade e sua classificação em momentos diferentes da existência de um indivíduo ou de uma coletividade é possibilitada pela capacidade de compreender uma história (uma sucessão de acontecimentos, um tempo crônico) por intermédio da narrativa. Além de captar o sentido geral de uma obra (seu tema, o assunto de que trata) a partir da dimensão de configuração, é possível buscar “o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte”. Perceber a consciência de si no mundo (e no tempo) é perceber como uma nova experiência sobre a realidade é possibilitada a partir da leitura de uma narrativa. “É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte”. (RICOEUR, 1994, p.119). Para Dosse (1997, p.207), “o regime de historicidade é totalmente atravessado pela tensão entre o espaço da experiência e o horizonte de

expectativa”. A percepção dessa potencialidade da narrativa, de possibilitar novas experiências que transcendem o presente e almejam o futuro, tem como uma referência as contribuições de Koselleck (2006) sobre “espaço de experiência e de horizonte de expectativa”, dois aspectos que são tratados como categorias históricas em sua obra.

Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. (KOSELLECK, 2006, p.306).

Como categorias históricas, “experiência” e “expectativa” podem ser comparadas às noções de espaço e tempo, ou seja, ambos estão intimamente relacionados, eles “não propõem uma alternativa, não se pode ter um sem o outro”. Em sua relação estão entrelaçados o passado e o futuro<sup>38</sup>. Koselleck (2006, p.309) indica que “a história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas”. As narrativas são construídas (e desenvolvidas) a partir de uma determinada experiência preta de expectativas em relação ao futuro. Ferreira (2002, p.28) mostra que os “escritos de história, ou os de literatura, num sentido mais amplo, nunca deixam de ser formas possíveis de se lidar com o tempo, com projeções do presente para o futuro ou para o passado”. Assim é possível pensar em uma comparação entre a obra *Terra dos Pinheiraes* (1927) e as obras de Xavier e Oliveira publicadas em homenagem ao centenário da emancipação (1957). O intervalo entre uma e outra publicação guarda transformações históricas significativas para o Brasil e para a região do planalto, como demonstrado no primeiro capítulo do presente trabalho. Objetiva-se, com tal comparação, determinar o peso dessas transformações na elaboração narrativa do autor, tanto em sua dimensão episódica, na seleção dos acontecimentos, personagens e lugares da história local, como em sua dimensão configurante, que confere o “ritmo” temporal a narrativa, seu sentido geral, o próprio regime de historicidade em que elas estão mergulhadas, sem ignorar o processo de seleção desempenhado por outros agentes, como o poder político, na seleção do que

---

<sup>38</sup> Pereira (1999, p.182-183), a partir de Koselleck, mostra que a memória, demasiada subjetiva e abstrata, não pode ser compreendida a partir de um modelo linear, como o tempo do progresso que marcou as ciências sociais desde o iluminismo. Essa constatação mostra que história e memória são inseparáveis da relação passado, presente e futuro, ou seja, não há história (e memória) desvinculadas de “experiências de passado e por expectativas de futuro do homem agente ou sofredor, pois passado e futuro mantêm-se em cada presente relacionais, apesar de diferentes”. É a narração que é a mediadora para a elaboração da escrita da memória e da história, pois, como Dosse afirma (2010, p.19): “a configuração do tempo passa pela narrativa do historiador”.

deveria figurar como a história local no centenário. Enfim, é possível verificar se a “coordenação entre experiência e expectativa” presente em ambas as narrativas deslocou-se, sofreu modificações nesse ínterim. Monteiro (2006, p.27) aponta que em “momentos de nacionalismo exacerbado” os “grupos políticos e as elites letradas a estes associada, produzem uma interpretação do passado que corresponde às necessidades do presente” e acaba por orientar o horizonte de expectativas de uma sociedade para um certo futuro. O centenário da cidade é um momento marcante para as elites, no qual estas devem lidar com o passado em virtude das ações que se desenrolam no presente, o que afeta os prognósticos e projetos futuros.

Outro viés de análise importante para o presente trabalho é perceber como obras literárias (ficcionais), como o *Puchirão do Gé Picaço* tomam elementos emprestados da narrativa histórica e como obras de cunho histórico, como os livros de Xavier e Oliveira, tomam elementos das narrativas ficcionais para a sua configuração e refiguração (tanto em sua elaboração como no momento em que o texto e o leitor se encontram a partir da leitura). De acordo com Ricoeur (1997, p.177), “desses intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o que chamamos de tempo humano, e que não é senão o tempo narrado”. A narrativa histórica (tempo narrado) tem a potencialidade de humanizar o tempo vivido. A questão é identificar esses elementos de “empréstimo”, os intercâmbios nas obras a serem analisadas, pois são nesses momentos de configuração/refiguração que a temporalidade flui, elaborando o “tempo humano”, momento em que o regime de historicidade passa a modelar as experiências temporais dos indivíduos de uma sociedade em seu cotidiano em um processo de negociação entre leitor e narrador.

Para Ricoeur (1997, p.319-320), a elaboração do tempo humano é formada a partir da mediação entre um tempo universal (o tempo físico de Beneveniste) e o tempo histórico (também no sentido crônico, de uma história da humanidade) a partir do tempo narrativo – nossa capacidade de compreender e elaborar narrativas permite inscrever nossas experiências em uma experiência temporal coletiva, que está relacionada ao tempo do mundo. Essa relação entre tempo narrativo e tempo do mundo ocorre a partir do uso de “conectores”<sup>39</sup>, como calendários, tornando possível a “reinscrição no tempo do calendário” de todos os acontecimentos marcantes para indivíduos ou coletividades,

---

<sup>39</sup> Esses conectores tornam possível a transposição do “abismo” existente entre tempo do mundo e tempo vivido, eles “tornam pensável e manejável o tempo histórico”, são responsáveis pela relação entre esses dois tempos. (RICOEUR, 1997, p.318).

bem com a ideia de “gerações”, que possibilita “a cada um situar a sua própria temporalidade na seqüência das gerações, com o auxílio mais ou menos obrigatório do tempo do calendário” e o fenômeno do “rastros”, os vestígios que produzem referências sobre a passagem do tempo, que aponta o “caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico”. Esses conectores são características marcantes de narrativas históricas, mas como estão relacionados com a dimensão do imaginário, também são “ficcionalizados”. Cabe também ao presente trabalho identificar os usos desses conectores nas narrativas históricas a serem analisadas.

Ainda na esteira da Ricoeur, também objetiva-se esclarecer as “ficcionalizações da história” e a as “historicizações da ficção”, pois ao trabalhar com a relação entre obras que são definidas pela sociedade em que foram produzidas como “de história”, mas que não evidenciam esclarecimentos teóricos e/ou metodológicos, acaba-se produzindo “valores eternos” ou construindo um valor “intemporal”, expressões de Certeau (2011, p.46). As obras de Xavier e Oliveira apelam à “imaginação” com frequência, especialmente em seus trabalhos publicados em homenagem aos dois centenários (em 1927, da fundação do povoado, e em 1957, da emancipação política). O fato de não haver um círculo historiográfico (um lugar de produção, como associações históricas, etc.) plenamente constituído evidencia uma falta de necessidade de esclarecer o fazer histórico, incluindo procedimentos de pesquisa, referências bibliográficas e uso de fontes, embora haja raras exceções. A narrativa histórica produz conclusões que demonstram valores sociais considerados atemporais, uma vez que alguns temas (e o próprio fazer historiográfico) repetem-se no intervalo de *Terra dos Pinheiraes* até as publicações de 1957. Também é importante identificar esses entrecruzamentos uma vez que entre as obras publicadas no centenário encontram-se livros de poesias (as obras de Gomercindo dos Reis) que se valem de acontecimentos considerados históricos para seu desenvolvimento narrativo, bem como a análise de o *Puchirão do Gé Picaço*, que também se aproxima de uma “historicização” de sua narrativa, pois remete a uma experiência temporal característica da história ao trabalhar com acontecimentos, personagens e relações sociais que caracterizam determinadas situações que são idealizadas e criticadas.

A questão que gira em torno da observação da ficcionalização da história é mostrar como “o imaginário se incorpora à consideração do ter-sido, sem com isso enfraquecer seu intento realista”. (RICOEUR, 1997, p.317). Busca-se esclarecer o papel da imaginação (que mantém íntima relação com a memória) na narrativa e no próprio

fazer historiográfico sem abandonar a legitimidade conferida a uma obra considerada histórica. Essa legitimidade a que Ricoeur (1997, p.320) refere-se como *representância*, ou seja, a capacidade da história de afirmar que eventos, personagens e lugares realmente aconteceram ou existiram no passado é possibilitada pelos conectores, os calendários, as gerações, mas especialmente pelos rastros. A permanência de certos vestígios possibilita a percepção da existência de um passado que marca nosso presente. O rastro aparece “como coisa presente que vale por uma coisa passada”. Aqui é possível estabelecer uma relação com as considerações de Certeau sobre o fazer história e a imaginação que envolve esse trabalho do historiador, pois as atividades que preservam, guardam, divulgam e/ou promovem os “rastros”, os transformam em documentos, em fontes de pesquisa, em “operadores do tempo histórico”.

O caráter imaginário das atividades que mediatizam e esquematizam o rastro é atestado no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só lhe atribuímos seu valor de rastro, ou seja, de efeito-signo, ao nos afigurar o contexto de vida, o ambiente social e cultural, em suma [...], o mundo que, hoje, falta, por assim dizer, ao redor da relíquia. (RICOEUR, 1997, p.320).

O valor efeito-signo atribuído ao rastro pelos sujeitos que os organizam, preservam e esquematizam (tornando-os documentos) está relacionado a sua ambiguidade passado/presente – algo que existe no agora mas que remete ao passado. Esse valor efeito signo resulta da seleção daquilo que é importante para uma sociedade: “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”. (CERTEAU, 2011, p.8). Essa seleção (dos rastros que se tornam documentos e ganham seu valor efeito-signo) está relacionada com a constituição do núcleo da memória descrita por Pollak, com o estabelecimento de personagens, lugares e acontecimentos, que por sua vez estão relacionados com as questões enfrentadas pela sociedade, resultando na ação dos grupos envolvidos na guarda, preservação e divulgação do passado, que passam a buscar rastros (e até produzir) que possibilitam uma compreensão dos problemas e situações enfrentados no presente. O primeiro rastro que indica um momento passado é a memória.

Assim, a busca desse imaginário que impregna o fazer história não diz respeito apenas às formulações de valores e ideais percebidos como “intemporais”, mas no próprio fazer história de determinado contexto – “não é mais, apenas, o lugar de onde fala que o historiador particulariza, mas o movimento que fez, ou o trabalho que se

operou nos seus métodos e nas suas questões”. (CERTEAU, 2011, p.30). É evidentemente necessário situar Xavier e Oliveira no centenário de 1957, sua posição como um indivíduo político atuante e intelectual que se dedicou à escrita da história local, porém, não é apenas esse “lugar de onde fala” o historiador que é importante, mas também, e fundamentalmente, os movimentos que direcionam seu olhar para o passado (pautados por um determinado regime de historicidade, por uma determinada experiência temporal) e para o futuro que se apresenta em seu horizonte de expectativa. Retomando as considerações de Certeau (2011, p.30), é possível apontar o imaginário como propulsor do “ato de evidenciar a relação que liga um modo do compreender com o incompreensível que ele faz surgir”, a explicação do passado só é possível de ser compreendida por meio da imaginação.

Voigt (2009) busca esclarecer o conceito de imaginação e suas relações com a história na obra de Bachelard. De acordo com suas conclusões, para Bachelard, a imaginação seria movimento de imagens, ressaltando seu caráter dinâmico que vai além da “ocularidade” (da visão e da percepção). A imaginação não apenas forma imagens, ela está em movimento, em constante criação. Ao ir além da ocularidade, Bachelard busca superar a ideia da primazia do trabalho intelectual, mental, sobre o manual e braçal nos estudos sobre imaginário. O imaginário não resulta apenas de um esforço mental, mas também de um trabalho manual, de um “fazer”. A imaginação histórica não está apenas no resultado de uma produção (publicação de livros, artigos, monumentos, exposições, etc), mas no próprio processo de produção, nas “mãos” dos sujeitos que participaram de seu processo criativo.

A imaginação nos leva, permanentemente, a recriar o mundo a nossa imagem, mas amplificando-a, deformando-a, tornando-a imaginária. Nossos sonhos, nossas histórias, nossas imagens são as manifestações desse ato primeiro e vital. (LEGROS, et. al., 2014, p.233).

Como a imaginação, para Bachelard, pressupõe movimento, também está intimamente relacionada com a temporalidade em que os sujeitos estão submergidos. Essa temporalidade também não é percebida pelo filósofo como uma experiência contínua, progressista ou linear, ele aponta “a descontinuidade do instante como elemento fundamental do tempo”. (VOIGT, 2009, p. 151). Bachelard busca, portanto, o instante (o tempo presente de Benveniste) como fundador de nossa percepção temporal e entende a duração como uma construção abstrata que procura articular vários instantes



(acontecimentos) em sequência – uma espécie de tempo crônico. A própria experiência temporal e sua articulação com o tempo histórico possibilitada pelos rastros dos sujeitos é submersa em imaginação.

É interessante realizar uma distinção entre a lembrança (no caso do centenário, da rememoração) e a imaginação. Ricoeur (2007, p.52-53) aponta o ato de lembrar como uma “lembrança secundária”, ou seja, uma lembrança distante do presente (e, portanto, da percepção sobre o presente) que realmente está no passado, o que caracteriza o lembrar como uma “evocação laboriosa”, uma lembrança que implica um grande trabalho, um esforço para aflorar. Essa caracterização pode muito bem ser aplicada a uma atmosfera de comemoração, onde os trabalhos de enquadramento da memória emergem em diferentes produções (livros de histórias, exposições, crônicas, discursos, objetos, etc.). Existe um esforço coletivo para que determinadas lembranças afluam. Esse esforço influencia a coloração conferida ao passado no ato de lembrar em todos aqueles que vivenciaram as experiências trazidas ao presente. Nesse caso, a imaginação influencia de maneira fraca a lembrança, pois aqueles que viveram o conteúdo que está sendo evocado podem mudar sua visão a partir do trabalho realizado pelos outros, mas podem também contestar a coloração conferida ao conteúdo, iniciando disputas sobre a memória e o passado ao reclamarem sua posse a partir de frases como “eu estava lá”, “eu vi”, “eu lembro assim” (a memória em sua fase declarativa, de acordo com Ricoeur), sentenças que evocam um ar de verdade nas suas lembranças<sup>40</sup>. Como Cezar (2000, p.1) aponta, o “referente da ficção é construído a partir de um elemento exterior ao relato: um texto cuja credibilidade repousa na certeza que aquilo que foi visto pelo narrador é confiável”. Essa característica não está limitada apenas a relatos, pode incluir rememorações, como no caso do centenário de Passo Fundo.

Mas para aqueles que não vivenciaram o conteúdo lembrado, a imaginação preenche o vácuo da memória, pois esse fenômeno possessivo da memória não está a sua disposição para contestar, resta a esses indivíduos imaginar tal passado pelos esforços de evocação, de rememoração dos outros. O que distingue a história da ficção nesse caso é sua capacidade de representância, de ser uma narrativa construída a partir dos rastros transmutados em fontes que dão força à reivindicação de “verdade” sobre o

---

<sup>40</sup> Ricoeur (2007) indica que a lembrança se dissocia da imaginação, pois pertence ao mundo da experiência, enquanto os elementos que povoam um imaginário podem ser associados ao mundo da fantasia. A imaginação não depende da distância como as lembranças, não necessita de uma localização temporal e da “confiabilidade” das nossas memórias.

passado. Para Dosse (2010, p.23), “a dimensão veritativa da história é um fio condutor importante para Ricoeur” na obra *A memória, a história, o esquecimento*, “chega a se constituir no ponto que diferencia a história das outras formas de escrita, de outros gêneros como a ficção”. Porém, Ricoeur (2007, p.290) deixa claro que no caso da “escrita literária da história, a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos de explicação/compreensão”, ou seja, os objetivos, a própria “intencionalidade”<sup>41</sup> que uma determinada obra visa atingir, como explicar determinados acontecimentos do passado a partir de provas documentais, é influenciada pelas formas da narrativa adotada. Não se está sugerindo uma redução do discurso histórico à retórica, mas admitindo que a estrutura narrativa influencia sua leitura e compreensão. Por isso, é necessário prestar atenção ao desenvolvimento da narrativa nas obras publicadas em homenagem ao centenário. Sua capacidade de representância não está veiculada apenas a sua pretensão de verdade, mas também a sua própria narrativa, que conduz a leitura a um determinado destino. Pensar a seleção de sua composição (nos personagens, nos lugares e nos acontecimentos) implica observar como eles estão encadeados (aproximando-se de sua dimensão episódica), que leva ao sentido da obra, sua intencionalidade, aquilo que a escrita busca explicar, expresso na dimensão configurante.

## ***2.2 Do Puchirão do Gé Picaço à Terra dos Pinheiraes***

Hartog defende a ideia de que os historiadores acabam naturalizando e instrumentalizando as categorias de tempo (passado, presente e futuro). Isso significa que nas produções dessa área, na maioria dos casos, não existe uma reflexão explícita sobre o passado e suas articulações com o presente e futuro. Não é possível dissociar essas três categorias de um trabalho de história. Elas encontram-se de tal modo imbricadas que nos permitem dizer que o movimento de olhar para o passado, retornar ao presente (que não pode ser despido das expectativas futuras) é, senão a única, uma

---

<sup>41</sup> Comentando sobre obra de Ricoeur, Dosse (1997, p.203-204) indica que a “intencionalidade se revela na linguagem da ação, ou seja, onde se fala da ação nos relatos, nas descrições, nas explicações, nas justificativas”. É a partir dessa característica que uma obra de história possui uma capacidade de “estruturação do campo prático pela linguagem da ação”. Dosse entende que, o momento de refiguração, momento da leitura, assinala a capacidade de uma obra histórica, a partir de sua intencionalidade configurada na narrativa, influir no campo prático. A “interioridade” do discurso histórico, sua explicação histórica, “se constitui por reapropriação, por internalização da expressão pública”.

das características mais específicas do trabalho do historiador (HARTOG, 2013, p.37). Nicolazzi (2010, p.235) indica uma tripla dimensão no olhar de Hartog sobre a história: “a diferença, a escrita, o tempo”, elementos que constituem o próprio saber histórico e também se encontraram praticamente naturalizados na prática historiográfica do início do século XX. A escrita da história é uma escrita do tempo. Ao operar seleções que compõem uma narrativa, o historiador também estabelece diferenças entre grupos, sujeitos, espaços e acontecimentos.

Portanto, um dos objetivos centrais desse capítulo é esclarecer como as categorias de tempo aparecem nas obras e nos trabalhos de Xavier e Oliveira e Reis e ordenam suas visões sobre a história da cidade e região. O que significa pensar as diferenças entre seus trabalhos, que residem nas suas formas de filiação e narração do passado (regidos por uma historicidade própria, por um olhar que percorre e experimenta diferentes tempos) que selecionam diferentes elementos dentro de uma conjuntura de possibilidades para formar a memória histórica municipal, mas também na permanência de temas entre os dois autores. Fundamentalmente, é necessário indagar onde, em suas obras lançadas em função das comemorações do centenário, é possível perceber e desnaturalizar esse movimento, esse ir e vir entre presente e passado, bem como o que é considerado passado, presente e futuro em seus trabalhos e como estão articulados na narrativa, na escrita. Também é importante pensar se existe uma continuidade, uma defesa de uma determinada ordem do tempo (um regime de historicidade), o que implica realizar uma leitura das produções anteriores a 1957 (especialmente nas obras de Xavier e Oliveira, considerado o “pai da história”). É importante esclarecer o que se busca com a noção regime de historicidade:

Com o regime de historicidade, tocamos, dessa forma, em uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não. (HARTOG, 2013, p.39).

Para Nicolazzi (2003, p.2), “esta noção permite conceber um espaço de possibilidades para se pensar historicamente, delineando certos limites para o pensamento e, conseqüentemente, definindo os possíveis locais de ruptura”. Especialmente quando pensamos nas comemorações de um centenário como um momento de (re)definição de projetos e utopias de uma sociedade, é importante esclarecer as relações que os grupos estabelecem como o tempo e as possibilidades de

produção da história que daí resultam. Entram em jogo as expectativas em relação ao futuro, que dependem em grande medida de como essa sociedade olha para o passado. O futuro e o passado estão mais presentes do que em outros momentos, como se pudessem ser tocados pelos sujeitos. A tensão existente relativa à “distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte de expectativa, de outro” é reduzida (HARTOG, 2013, p.39), marcando a afirmação/legitimação de um determinado pensamento histórico, ou sua ruptura, ou mesmo suas ressignificações, perceptíveis a partir da permanência de algumas características, abandono e/ou transmutação de outras.

Nesse sentido, visando a legitimar alguns projetos, no caso de Passo Fundo, a afirmação da cidade como capital do planalto, prevaleceu uma determinada visão do passado que permitiu, privilegiou a seleção de temas, personagens, acontecimentos e lugares relevantes para tal objetivo. A obra de Xavier e Oliveira foi oficializada como “a” história. Sua percepção sobre o passado, presente e futuro (categorias, como já apontado, indissociáveis do trabalho do historiador), com a permanência de alguns elementos que marcavam seu pensamento expresso na obra *Terra dos Pinheiraes* de 1927 possibilitou o entrecruzamento de dois regimes de historicidade: um condizente com a percepção de passado necessária às expectativas futuras (progressista, com sua ênfase no futuro) que pairavam em torno das comemorações e marcavam o imaginário social da época (presente, sobretudo, nos discursos políticos), e outro marcado pelo saudosismo, pelo respeito e admiração do passado (presente especialmente nas obras históricas). Isso não significa, necessariamente, uma tensão, um conflito de interesses e visões. Xavier e Oliveira não era contrário ao progresso, mas observava com nostalgia suas consequências, em particular as transformações urbanas que afetavam a cidade na década de 1950. De fato, a presença de duas temporalidades históricas marcantes no universo comemorativo do centenário não representou um problema, pois as classificações e seleções realizadas pelo “pai da história” de Passo Fundo não contradiziam o discurso político carregado do pensamento progressista e trabalhista do poder político local.

Para tornar clara essa seleção dos elementos necessários para essa história, orientada por um regime de historicidade particular, é importante retomar a década de 1920, momento em que *Terra dos Pinheiraes* de Xavier e Oliveira é produzida e publicada, e indicar que dentro do universo de possibilidades que permeava Passo Fundo nesse momento, existiam diferentes interpretações que não lograram êxito em

marcar a história municipal, portanto, o horizonte de expectativas em torno do futuro. A obra *O Puchirão do Gé Picaço*, de Julio Simão publicado em 1925 pela Livraria Nacional em Passo Fundo, preocupa-se em formular algumas considerações sobre o “tipo etnológico” que formou-se no planalto. Para o autor, o “homem brasileiro” próprio da região norte do estado era o caboclo, grupo social que praticamente desaparece das obras sobre a história da cidade nas comemorações do centenário e das publicações do “pai da história” do município.

A dissertação de Ribas (2007, p.47), dedicada a uma análise das representações gauchescas em Passo Fundo, evidencia o descaso com a obra *O puchirão do Gé Picaço* pelos movimentos tradicionalistas locais que se baseiam, em seus discursos, nos trabalhos de Xavier e Oliveira, não apenas suas publicações sobre a história municipal, mas também em seus poemas publicados, como exemplo o autor cita os livros *Pelo passado* e *Cartas gaúchas*, deixando “evidente a disparidade entre Almeida Junior e Xavier e Oliveira na escolha do tipo humano a ser tomado como referência gentílica.” Ayres (2008, p.27-28), que empreendeu uma pesquisa sobre Almeida Junior (que adota o pseudônimo de Julio Simão), mostra que, mesmo na época da publicação do poemeto serrano, embora tenha tido o lançamento noticiado pelo jornal *O Nacional* em 30 de dezembro de 1925, a imprensa “não escreveu uma linha sobre o autor e seu livro”.

O advogado e jornalista Francisco de Paula Lacerda de Almeida Júnior chegou em Passo Fundo como correspondente de guerra em 1923 para um jornal em São Paulo, permanecendo na cidade até 1932. Monteiro (2010b) define *O Puchirão do Gé Picaço* como “uma resposta ao Poemeto Gaúcho – Antônio Chimango”, mostrando que o “biriba”, o tipo serrano e o gaúcho “guardam diferenças fundamentais [...]. Enquanto resposta literária, o Poemeto Serrano consiste na demonstração das dessemelhanças históricas, raciais e lingüísticas entre os homens da Serra e da Campanha”<sup>42</sup>. Para Almeida Júnior, a observação da vida do caboclo é importante, inicialmente, pelo desconhecimento que se tem dos homens e da vida na serra, o que leva a definição do homem do Rio Grande do Sul a ser pautada exclusivamente pela região sul do estado, a campanha gaúcha.

---

<sup>42</sup> Para isso, o autor utiliza nos poemas a forma de falar própria do caboclo da serra e “emprega a velha quadra popular, num esquema bastante raro (ABBA), e sextilhas em ABBACC. A linguagem dos poemas também é radicalmente diferente: *O Puchirão do Gé Picaço* está muito próximo dos poemas sertanejos de Catulo da Paixão Cearense, à época extremamente populares”. (MONTEIRO, 2010b).

A campanha, a fronteira do nosso Estado têm sido vasculhadas, observadas, estudadas pelos nossos literatos, em seus usos, costumes e tradições. Quanto á Serra, se não ha descaso por ella, ha uma absoluta ignorancia da Terra e do Homem. Não explico o phenomeno, porque, francamente, a vida do *cabôco* da serra é bellíssima! O ambiente em que elle labora e vive tem encantos como as *stepes* verdes do extremo sul do Rio Grande não suggerem. As mattas umbrosas e perfumadas que o machado progressista, mas iconoclasta, do colono vae talando aos poucos, têm outra belleza, suggerem outra inspiração que se não soffre com a visada desse mar gaio que é o pampa sulino. O typo autochthone, tambem é outro, radicalmente diverso o serrano do fronteiriço. (SIMÃO, 1925, p.6).

Além da descrição do espaço habitado pelo “tipo social da serra”, quando o autor se refere ao “machado, progressista, mas iconoclasta do colono”, está atribuindo um determinado valor dúbio à ação desse personagem histórico. Ao mesmo tempo em que lhe atribui o adjetivo “progressista” (progresso entendido aqui como responsável pelo desenvolvimento econômico e urbano da região), também o classifica como iconoclasta, visto que destrói o habitat de um grupo que acabou à margem desse progresso, os caboclos. O *Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo* (1990b), para Xavier e Oliveira, é visto como promotor do progresso<sup>43</sup>, mas para Simão esse grupo elimina sua visão idílica do espaço habitado pelo caboclo. Esse dilema existente entre o mundo urbano e rural não é exclusivo de Passo Fundo ou mesmo do Rio Grande do Sul. Ferreira (2002, p.52) mostra como “as letras” em São Paulo se dedicaram a essa questão na passagem do século XIX para o XX, onde “temas como o que é ser paulista e como a recente modernidade da região poderia conviver com os tipos humanos e os valores representados pelos sertões, ainda em processo de conquista.” Murari (2009, p.266), analisando o conto *Banzo*, de Coelho Neto, também identifica essa relação de duas vias entre as transformações trazidas pela modernidade, o progresso, e a consequente transformação da paisagem e dos espaços dos tipos sociais que o habitavam, pois a “destruição da natureza parecia ser uma consequência inevitável deste processo de crescimento em que os elementos de estabilidade”, a própria natureza, “esfacelavam-se frente à expansão das áreas ocupadas pelo homem, às transformações impressas por novas formas de atividade e por novas relações econômicas.”

---

<sup>43</sup> No início da aludida obra, o autor já deixa clara sua intenção: “O trabalho que se vai ler, não reflete apenas um propósito histórico, mas, também, uma homenagem que desejo prestar ao fator estrangeiro que, nos velhos tempos de Passo Fundo, trouxe para estas plagas o seu lar e operosidade, concorrendo, em escala relevante, para o desenvolvimento e progresso que elas, pela topografia, salubridade e mais favores naturais, tinham de realizar e, no dia e hoje, tão auspiciosos se mostra já”. (XAVIER E OLIVEIRA, 1990b, p. 253). Esse livro é uma reunião de artigos publicados em 1931, mandados imprimir pela prefeitura em 1957.

Na região do planalto médio rio-grandense, o que as duas obras da década de 1920 buscam é não apenas pensar como conciliar modernidade e as virtudes locais, mas como ambos os mundos podem se relacionar. A descrição do espaço presente em *O puchirão* representa a opção por uma seleção, uma organização do mundo diferente da história municipal “oficial” legitimada no centenário. O lugar onde se desenrolam os diversos “causos” do poema não é o mundo urbano, embora localizado próximo a Passo Fundo: “Pois foi naquelle districto,/ Distante da povoação,/ Que, durante um puchirão,/ Cheio de pinga e de grito,/ (A pinga do dono da roça,/ Os grito da gente da troça)” (SIMÃO, 1925, p.9). O mundo em que os caboclos vivem é marcado pela solidariedade, como alguns versos do poema sugerem, especialmente quando a palavra “puchirão” é explicada.

Justificando o título do livro, Simão (1925, p.12) aponta o puchirão como um costume muito antigo dos caboclos “Que é tão véio como o mundo/ E, com elle, profundo”, que pode ser considerado um grande acontecimento, pois reúne muitos trabalhadores que, além da labuta no roçado, também se envolvem em atividades, em festas, bebedeiras, músicas e participam com os próprios causos contados, como os versos do personagem/narrador do livro, o caboclo. O puchirão seria uma espécie de mutirão para realizar algum trabalho (no caso, em uma plantação): “No dia do puchirão/ Chega todo o visindario,/ Ninguem não ganha salario/ É uma ajuda de irmão.../ Sómentes o dono da roça/ Dá uma festa p’ra troça,/ Quando acaba a prantação./ Se come churrasco e farinha,/ Corre a pinga e denoitinha/ Se dança e hai violão,/ E sempre hai desafio, Nem que chova e faça frio...” (SIMÃO, 1925, p.13-14). O puchirão é justificado a partir de comparações com o ambiente natural. Simão sugere, por exemplo, uma comparação com as estrelas, que sozinhas, não iluminariam quase nada, mas juntas dão luz à noite. Também utiliza exemplos com os predadores, quando menciona que os tigres e os guarás apanham apenas animais que se desgarram dos rebanhos, andando sozinhos pelas matas.

Depois de descrever o lugar e o acontecimento que envolve a “caboclada” da região, bem como o valor inerente à ação que caracteriza o puchirão, Simão passa a descrever o personagem principal do encontro, o “tipo etnológico”, o caboclo. O narrador descreve uma figura caricatural, de cabelos pretos “Que nem espinho de ouriço”, com os olhos negros, “Num sembrante côr de cuia”, com um corpo curvado, “C’as perna sempre cambota”, taxado de feio, “Mas pau torto é que dá mel...”. Esse caboclo, marcado no corpo pelo trabalho nas roças e nas matas, aprende o que sabe com

as experiências da vida, considerada um livro aberto, mas encoberto para aqueles que não conhecem a lida, o trabalho. (SIMÃO, 1925, p.15). Essa construção está muito próxima daquela descrita por Ferreira (2002, p.69) em São Paulo nos *Almanachs* do final do século XIX, tendo o “caipira”, associado ao “sertão” como uma designação “fabulosa dada as regiões mais longínquas do interior brasileiro, e no entanto cada vez mais próximas” em um momento de modernização onde diferentes grupos se encontravam (desenvolvimento das comunicações, ligações por estradas de ferro, etc.). Tanto o “caipira” como o “caboclo”, do ponto de vista social, identificam uma série de sujeitos – homens livres, pequenos agricultores, empregados nas fazendas, em caso mais específico do sul, indivíduos que viviam da colheita dos ervais e matas públicas (que estavam acabando nesse momento, o que reforça o sentimento de solidariedade), mas, da mesma forma como nos almanaques paulistas referidos por Ferreira, “não havia lugar para a cultura negra.”

Nessa construção narrativa são descritos, inicialmente, o lugar, a serra nos arredores de Passo Fundo, os personagens, no caso, a figura do caboclo, e o acontecimento inicial que decorre da ação dos sujeitos, o puchirão, que já apresenta o valor implícito desse trabalho, a solidariedade entre moradores do interior, que embora simplórios, sem estudos e outros recursos próprios das cidades, são solidários uns com os outros e aprendem aquilo que necessitam a partir de suas experiências. A partir desse momento, alguns “causos” são contados pelo narrador. Antes de entrar nesses causos, é importante apresentar algumas considerações sobre a relação dessas descrições no poema com a memória e a história da cidade. Cabe destacar que esse é um caso em que o livro em questão, embora não tenha o objetivo ou a aspiração de se tornar uma obra de história (é um poema resposta), joga com uma historicização de sua narrativa, na medida em que descreve um espaço geográfico localizado no interior de Passo Fundo, próximo ao município de Marau; um personagem (o caboclo), que mesmo descrito de forma genérica, através da atribuição de algumas características a todo um grupo social, pode ser identificado como sujeito histórico, existente não apenas na imaginação do poeta, mas como habitante da região serrana; e um acontecimento (o puchirão) peculiar e característico desse grupo.

O poema não remete apenas a uma construção fictícia, a região, o caboclo e o puchirão são elementos que existem e estão difundidos no cotidiano da região. Portanto, definir e diferenciar esse “caboclo” dos habitantes das cidades era muito difícil, para isso o autor apela “para os aspectos mais visíveis de uma suposta diferença cultural: os



modos de falar e de vestir, os costumes, os gestos, as músicas.” (FERREIRA, 2002, p.70) Sua caracterização, que ocorre a partir da linguagem poética que busca se assemelhar à forma como os caboclos falam (suas expressões, palavras singulares e o próprio ritmo da escrita) é que adentra no campo da ficção, da imaginação. Ocorre o que Ricoeur classificou como uma “historicização da ficção”, uma vez que os personagens podem não ter existido (nos causos contados, são feitas referências a sujeitos históricos, pessoas que existiam na sociedade do período, mas criam-se pseudônimos para esses indivíduos) e o puchirão descrito pode também não ter ocorrido. Não há como precisá-lo, datá-lo historicamente, mas eles existiam na década de 1920, embora idealizados, ficcionalizados. Novamente, a semelhança com a definição do caipira paulista na passagem do século XIX para o XX é marcante:

Embora bruto e ingênuo, o caipira era visto, paradoxalmente, como fonte de uma sabedoria popular, digna de ser resgatada numa sociedade imersa em valores pragmáticos, materialistas. O substrato romântico, como se nota, permanecia vigoroso entre os letrados, incitando-os à procura dos mananciais tidos como mais puros da cultura paulista. (FERREIRA, 2002, p.71).

O caboclo do planalto médio rio-grandense também aparece como um personagem literário que encarna os valores da solidariedade e da simplicidade de uma vida campesina e em contato com a natureza. Também é importante colocar a temporalidade da obra em foco, pois apesar de se referir a um tipo social que existia na década de 1920, realizar datações, construir uma cronologia, não faz parte do objetivo da obra, o que estabelece uma forte relação com a imaginação. O puchirão descrito, desde os trabalhos na roça até as festas, bebedeiras, as músicas e a contação de “causos”, pode muito bem relatar uma situação que esteja ocorrendo hoje no interior do planalto médio rio-grandense. Porém, esse tempo está intimamente associado com o espaço onde a história se desenrola, pois, como o autor adverte no início da obra, o “machado progressista” do colono põe em risco esse lugar idílico descrito na narrativa. Esse tempo é muito diferente da temporalização que imprime o ritmo da vida urbana, da sua aceleração, e principalmente de suas tentativas de domesticação a partir de relógios, calendários, cronologias históricas, etc. Trata-se de um tempo narrativo quase fora do tempo histórico.

Essas características, de acordo com Murari (2010, p.160), aproximam Almeida Junior (Julio Simão) da literatura regionalista que marcava o Rio Grande do Sul no início do século XX e que assumiu “relevância para a caracterização da heterogeneidade

do país, para a representação dos grupos sociais marginais em relação ao processo de modernização produtiva” que marcava o Brasil. Ao incorporar “à cultura escrita uma proposta de registro das tradições comunitárias rurais” que se encontravam ameaçadas “em face do avanço da modernidade”, da urbanização e da industrialização, esse gênero contribuiu para o conhecimento e preservação desse patrimônio simbólico de grupos que não possuíam outros meios para resguardar sua herança, seu modo de vida. Mas é necessário ressaltar que se trata de uma leitura, uma visão de intelectuais, de uma elite letrada, que pertencia ao mundo urbano e certamente isso influenciou suas descrições. De qualquer forma, grupos sociais que ainda não haviam aparecido na história oficial de Passo Fundo entram em cena a partir dessa literatura. É importante estabelecer alguns traços gerais que marcam sua escrita:

Em suas manifestações regionalistas, o mais das vezes este processo criativo mimetizava a invenção das identidades nacionais, através do estabelecimento e da reiteração de traços tidos como “típicos”: paisagem, vestimenta, hábitos alimentares, plantas e animais, cancioneiros, folclore, modos de ser, comportamentos e práticas – englobando também elementos oficiais, como o hino e a bandeira. O regionalismo cria, alimenta e difunde este acervo, assumindo, em sua vertente tradicionalista, a responsabilidade por resguardar sua “pureza original”. (MURARI, 2010, p.161).

É importante salientar que a descrição do lugar, a explicação sobre o puchirão e a caracterização do caboclo é realizada por Julio Simão, depois os causos são contados por outros personagens do livro, é como se Almeida Junior estivesse lembrando em seus versos do que os outros contaram. Nesse sentido, o primeiro caso contado é narrado pelo personagem Chico Faria, trovador que conta a história do *Cacimbinha*. Esse caso em particular é também um exemplo de historicização da ficção, onde “o leitor de ficção recorre ao plano temporal da história para compreender o romance” (NICOLAZZI, 2003, p.10), no caso, a poesia. Aqui, a narrativa, apesar de não trabalhar com datas, pode ser identificada com um determinado contexto, pois o personagem era chamado de *Cacimbinha* apelido (depreciativo) dado a um personagem político da década de 1920. Portanto, essa mudança de narrador, de Julio Simão descrevendo as belezas e as características da região a Chico Faria, que passa a contar um dos causos abordados no poema, implica uma alteração de percepção da temporalidade em virtude da aproximação com o contexto histórico. De um espaço idílico e atemporal, passa a ser construída uma crítica a um sujeito que atuava na política local, adentrando o tempo histórico, tornando o espaço temporalmente localizável, porém, toda a situação (o caso

sendo contado durante o puchirão) ainda é fictícia, mesmo fazendo referência a acontecimentos e personagens históricos.

Para Ayres, *Cacimbinha* seria uma referência ao Dr. Ney de Lima Costa, natural de Taquari (RS), que estudou em Porto Alegre, mas residiu em Passo Fundo durante anos, atuando como advogado, jornalista e comerciante, e se envolveu em diferentes atividades políticas e sociais. Lacerda de Almeida Junior teria um desafeto com Ney Lima Costa, cuja natureza não é conhecida plenamente, especula-se que se deve “a uma rixa do tempo da vida militar em Porto Alegre, quem sabe um preterimento de cargo, quiçá uma aversão pessoal, mas com certeza o ódio político partidário foi móvel do versejador gaúcho de sangue pernambucano”. (AYRES, 2008, p.19). A história de *Cacimbinha* é contada de modo caricatural, em que o personagem é taxado de patife, espertinho, maroto, entre outros adjetivos negativos. (SIMÃO, 1925, p.18-19). Chico Faria resume a trajetória de *Cacimbinha* desde a infância, mostrando sempre suas espertezas, sua passagem na escola militar em Porto Alegre, seu cargo de Intendente Municipal (Ayres informe que Ney de Lima Costa foi Intendente de Pinheiro Machado em 1915, município anteriormente denominado Cacimbinhas).

Terminado essa parte do caso (pois havia anoitecido), o poema retoma a narrativa no segundo dia no puchirão (os casos eram contados ao final do trabalho, momento em que todos os trabalhadores se reuniam, depois de comer, beber e festejar). Simão retoma a narração, descrevendo o espetáculo do amanhecer na região serrana, o café da manhã servido pelo velho Gé (café com melão e jacuba), o dia no roçado plantando milho e feijão, até o trabalho terminar, quando “Estava o sol se sumindo,/ Meu Deus, que dia tão lindo!” (SIMÃO, 1925, p.29). As características da região são retomadas na narração de Simão, retornando ao aspecto idílico e mesmo atemporal do cenário descrito, o que apela para a imaginação do leitor e do próprio narrador, que deixa explícita a dificuldade de descrever tamanha beleza, caracterizada como um carnaval de cores inexplicável:

Tantas cores defferente,  
Tantas bellesa sem par,  
Tantas figura no ar,  
Tantos desenho! Somentes,  
Deus, que é todo poderoso,  
Pinta quadro tão fermoso...  
(SIMÃO, 1925, p.29).

Depois dessa descrição feita por Simão, entra em cena a narração de Chico Faria, retomando o caso do *Cacimbinha*. Cabe destacar, para o presente trabalho, a caracterização da vida do caboclo, sua relação e admiração pela natureza que o cerca, os valores expressados em suas ações, como demonstra a solidariedade na realização do puchirão para ajudar na roça do velho Gé. A trova que conta a história do *Cacimbinha*, além de ser uma crítica a uma desavença de Almeida Junior, também é uma crítica à esperteza que reinava no mundo político, próprio da vida nas cidades, o que contrasta fortemente com essa vida no interior, marcada pela simplicidade, pelo trabalho honesto e solidário e pelo apego à terra e à natureza. A defesa desses elementos pelo autor de *Puchirão do Gé Picaço* também demonstra que os caboclos, com seus costumes rurais, constituíam uma possibilidade real de escolha e seleção para a escrita da história da cidade dentro do conjunto de alternativas da década de 1920. O quase desaparecimento desse grupo das páginas da história representa as seleções operadas pelas elites letradas passo-fundenses em virtude da conjuntura em que viviam e da experiência temporal que orientava sua visão sobre os encadeamentos possíveis entre as categorias temporais – passado, presente e futuro. Como Ricoeur (2007) esclarece, o trabalho da memória, ou melhor dizendo, da busca de uma lembrança (individual ou coletivamente), assemelha-se ao trabalho de luto, pois traz a marca de uma bipolaridade entre o que foi lembrado e o que foi esquecido:

Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. (RICOEUR, 2007, p.92).

Ocorre um esforço de repetição de determinados elementos que passam a marcar a história da cidade durante o século XX, que levam a um excesso de memórias no centenário e que se exprimem nas diferentes formas de lembrança, como discursos políticos, produções literárias, monumentos, objetos, concursos, entre outras, mas especialmente nas produções de cunho histórico sobre o município e região. Essa seleção implicou um trabalho de esquecimento de outros grupos, acompanhado de uma espécie de luto desses segmentos que desapareceram das páginas da história, mas esse silêncio não significa que esses grupos obliteraram sua consciência enquanto sujeitos históricos. Muitas dessas feridas afloraram nas portas do século XXI e ainda não foram

plenamente sanadas<sup>44</sup>. A análise de *O Puchirão do Gé Picaço* teve como principal objetivo no presente trabalho evidenciar que, embora trate-se de um “poemeto” (poesias, e não uma narrativa histórica propriamente dita), estabelece uma forma diferente de filiação com o passado daquela adotada por Xavier e Oliveira. Cabe, no momento, identificar as visões, as formas de filiação que orientaram essas operações seletivas sobre os elementos que passaram a figurar como história e memória da região, em detrimento de outros, bem como ir mais além ao questionar a percepção sobre o tempo dos indivíduos que estavam na vanguarda dessas produções.

Catroga (2009, p.11) afirma que as atividades de *anamnesi*, a busca ativa de recordações pelos indivíduos, “remetem para a maneira como cada um se filia no seu próprio passado e como, explicitamente, constrói a sua identidade e se distingue dos outros.” As duas obras (*O Puchirão do Gé Picaço* e *Terra dos Pinheiraes*) remetem a diferentes maneiras de filiação, de conexões estabelecidas com o passado pelos respectivos autores. Uma encontrou solo fértil e marcou a produção historiográfica até o centenário (e muito posteriormente), enquanto outra não prosperou. É certo que uma obra de poesia não possui (e nem almeja) uma capacidade de “representância” histórica, para utilizar a expressão de Ricoeur (2007, p.250), mas quando Almeida Junior fala que o “machado progressista” do colono está colocando em risco uma determinada forma de viver particular da região serrana, abre um espaço para uma observação histórica do modo de vida dos caboclos, buscando preservar sua relação com a natureza (seu meio de vida, expresso no poema), e, particularmente, sua forma de falar, sua linguagem.

A obra *Terra dos Pinheiraes* (1927)<sup>45</sup>, de Xavier e Oliveira, produzida em função do centenário da fundação do povoado que viria a ser Passo Fundo, tem o objetivo de estabelecer as origens, destacar seus primeiros habitantes e suas ações nos tempos primordiais da cidade, construindo uma filiação ao passado própria e adequada

---

<sup>44</sup> Em trabalhos anteriores, onde foi problematizada a constituição do patrimônio histórico-arquitetônico de Passo Fundo, ficou clara a profundidade dessas feridas que afloraram no século XXI. Na dissertação de Mestrado *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS* (KNACK, 2007) e no artigo *Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002* (KNACK, 2013), foram estudados os discursos que orientaram a seleção do tombamento dos bens patrimoniais municipais, quase todos tombados entre o início da década 1990 e 2000, onde foi identificada uma primazia de elementos relativos às experiências de elites políticas e econômicas em busca da modernização urbana e afirmação política do município como líder regional. Tal situação levou representantes do movimento negro de Passo Fundo a elaboração de um projeto entregue ao poder público que pedia a restauração e criação de um centro cultural de afro-descendentes em uma edificação que serviu como sociedade de auxílio mútuo a descendentes de escravos da região no início do século XX. Nesse projeto consta, como justificativa, a exclusão desse grupo da historiografia local e regional, transparecendo um ressentimento de décadas de silêncio sobre sua participação na história da comunidade.

<sup>45</sup> Como essa obra contém uma série de retratos e fotografias de personalidades e paisagens do município, é importante apresentar as dimensões da publicação: 26,5 cm (vertical) e 18 cm (horizontal).

às elites políticas e letradas da década de 1920. É importante destacar que a produção historiográfica do “pai da história” passo-fundense se insere em um momento de discussões sobre a construção da história brasileira que ocorreram durante a primeira República. O próprio perfil do historiador estava em debate e os campos intelectual e político<sup>46</sup> se apresentavam com uma grande intersecção, como no caso de Xavier e Oliveira, cuja trajetória política e intelectual (como historiador) caminham juntas (GOMES, 2009). Embora essa obra tenha sido publicada nos momentos finais da Primeira República, o perfil do historiador não se constituiu nesse contexto. Ele começa a se maturar nesse período de discussões sobre o papel do historiador e da própria história a ser narrada para o país, suas regiões e cidades, enfim, a emergência da República ensejou o repensar dessas questões:

[...] o novo regime demandou uma alteração nos cânones do “fazer história”, não apenas porque a República evidenciava uma politização da disputa por aquilo que devia ser narrado (o que levava a uma nova seleção de acontecimentos e personagens) como, e principalmente, pela forma como a narrativa dessa “nova” história do Brasil e do mundo seria feita (uma seleção de hierarquia, uma adoção de interpretações, etc.). (GOMES, 2009, p.27).

Xavier e Oliveira dedica-se, nas primeiras décadas do século XX, justamente a pensar a seleção dos acontecimentos e personagens, bem como a adoção de uma forma de interpretação, uma forma de narrativa para a história municipal. Para Gomes (2009, p.25), a Primeira República foi fundamental para a “conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador” tendo como pano de fundo uma discussão “sobre ciência e cientificidade.” Porém, como Gutfreind (1998, p.29) sustenta, essa ciência, considerada sagrada para o progresso da humanidade, acaba se tornando “profana” e “impregnada de desígnios políticos.” Esse elogio aos homens que contribuíram para o conhecimento, como veremos, abre a obra *Terra dos Pinheiraes* em uma série de retratos que colocam os “homens da ciência” ao lado das lideranças políticas municipais. Poder político e conhecimento científico lado a lado.

---

<sup>46</sup> As considerações de Coradini (2003, p.126-127) são importantes para aprofundar e definir as noções de “campo” político e intelectual e suas interfaces. Tendo como referência fundamental Bourdieu, a noção de campo “pressupõe a existência de uma esfera com lógica e princípios de concorrência e hierarquização próprios”, mas, em situações “periféricas” (no caso, regional e, tratando-se de um intelectual passo-fundense, sua posição é mais periférica ainda que a de outros historiadores que residiam na capital do estado no início do século XX), ocorre uma diminuição da autonomia desses campos, com uma “conseqüente associação generalizada do conjunto de esferas sociais e instituições com o poder político [...]”

Xavier e Oliveira, mesmo antes da década de 1920, se insere nesse contexto onde política e ciência mantêm uma relação íntima.

Gutfreind (1998) afirma que no contexto em que a obra em questão foi produzida, a historiografia sulina dividia-se, ou alinhava-se, entre duas vertentes de explicações históricas sobre a origem e o início da história no estado: a matriz platina e a matriz lusitana. Como os nomes já sugerem, a primeira orientação procura aproximar a história do estado à esfera de influência da região do Prata, e a outra nega essa relação, destacando a cultura lusitana para explicar a constituição do Rio Grande do Sul. Não cabe no presente trabalho detalhar os elementos que compõem cada “matriz”, mas, a partir da análise das obras de Xavier e Oliveira, ficará claro que sua tendência mescla elementos de ambas orientações, pois a presença, ou influência, da região do Prata pode ser encontrada na ação dos jesuítas espanhóis, destacada como início da “civilização”, mas a ocupação efetiva da região é atribuída aos portugueses ou luso-brasileiros.

É necessário afirmar que foi construído, neste final de século [XIX], um discurso historiográfico que descortinava um Rio Grande do Sul não mais voltado para o Brasil, mas para si mesmo, capaz de sobreviver, sem o concurso nacional, graças às suas potencialidades, a interesses econômicos-financeiros específicos e à diversidade das demais províncias. (GUTFREIND, 1998, p.19).

Esta característica também é perceptível nas obras de Xavier e Oliveira. Não existe uma preocupação em explicar a origem da cidade a partir de relações com outras regiões do estado, ou mesmo cidades próximas, a não ser quando se trata de relações políticas e geográficas, como definição de fronteiras, emancipações, limites físicos, etc. Essa é uma característica que está presente em trabalhos oriundos das diferentes matrizes a partir da década de 1920, que marca uma historiografia baseada “nos dados geográfico-físicos, mensuráveis e identificáveis, ela cria uma história para o Rio Grande do Sul que permanece no nível da aparência do processo histórico, pela observação.” (GUTFREIND, 1998, p.25).

Essas considerações “externas” à produção historiográfica de Xavier e Oliveira estão presentes na composição “interna” de *Terra dos Pinheiraes*, obra composta por um conjunto de fotografias dos membros das elites políticas locais do presente (1927), e por excertos sobre as personalidades históricas, ou como o autor os chama, os “vultos do passado”. A obra apresenta um texto inicial *Passo Fundo Antigo Conferencia historico litteraria*, com sete páginas, e outro texto, *Arvores historicas*, que abre a

escrita sobre alguns sujeitos que marcaram a ocupação da região em que o município se insere, contém ainda outro excerto sobre o *Povoamento de Passo Fundo*, e outros dois intitulos *A margem das “memórias” de José Garibaldi* e *Memórias de um Umbu*, finalizando com sete páginas de fotografias dos “vultos do passado”.

Na capa, logo abaixo do título, aparece escrito: “Série comemorativa do centenario do começo do povoamento do territorio passo-fundense pela gente brasileira civilizada” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927). Essa frase já anuncia o processo seletivo que a narrativa se propõe a realizar através do estabelecimento de elementos considerados próprios da “gente civilizada”, implicando o esquecimento daqueles que não condizem com esse ideal. Também já estabelece o valor inerente às ações dos sujeitos narrados no livro – são as contribuições dos brasileiros civilizados para a origem do povoado. Na primeira página<sup>47</sup> aparece, sob o título *Os que cooperaram para o conhecimento da terra e seu passado*, três retratos e uma fotografia, os três logo abaixo do título e a fotografia, maior, abaixo e centralizada. Os três retratos menores abaixo do título são, respectivamente, de Evaristo Affonso de Castro, (autor de obras como *Notícia Descritiva da Região Missioneira* e do *Gigante Missioneiro: poemeto histórico e geográfico*), de Augusto César (conforme consta na legenda, é um *explorador do sertão do Uruguay*) e de Maximiliano Beschoren (autor de *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*)<sup>48</sup>. A foto maior é de Marcelino Ramos, indicado pela legenda como engenheiro chefe da comissão de estudos da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e dirigente da comissão que elaborou o primeiro mapa de Passo Fundo, a pedido da Intendência Municipal (ver Anexo I). São indivíduos que não apenas escreveram sobre a história, costumes e a geografia, ou seja, contribuíram de alguma forma para o conhecimento da região, mas foram promotores do crescimento

<sup>47</sup> As fotografias não constam na paginação textual da obra. Logo após as fotografias, tem um página com o título *Oração filial a Passo Fundo*, na página três. O texto escrito, *Passo Fundo Antigo Conferencia historico litteraria*, inicia na página quatro.

<sup>48</sup> Entre estes retratos constam algumas das poucas referências de leituras realizadas por Xavier e Oliveira nessa obra. O livro *Noticia descriptiva da região missioneira* (1887) de Castro é composto por três partes. A primeira contém breve histórico sobre a fundação e destruição dos “povos jesuíticos da margem Oriental do Uruguay”; a segunda traz um pequeno histórico dos municípios que foram fundados na região desses povos. Sobre Passo Fundo, Castro inicia com algumas considerações gerais, destacando as riquezas naturais do município, sua propensão para a agricultura, embora ainda não seja uma região próspera, pois ainda “espera para atingir ao mais alto grau de prosperidade, que se explorem as riquezas que possuem em larga copia.” (CASTRO, 1887, p.138). Essas considerações marcam a percepção de Xavier e Oliveira, que também entende o município como abençoado em relação às riquezas naturais, o que considera como um elemento que atesta a vocação para o progresso da cidade. No que tange às missões em solo passo-fundense, Castro reúne algumas informações que aparecem na descrição de Xavier e Oliveira, como a qual missão pertencia o território ocupado pelos jesuítas (São João Baptista, de acordo com o autor), a “raça” dos indígenas que formaram esses povos, os “guaranys” e, depois, a posterior invasão dos “coroados”.



urbano e industrial (do progresso, no entendimento de Xavier e Oliveira). Esses homens são exemplos da “gente civilizada brasileira”, suas ações conduziram o pequeno povoado de 1827 ao que ele se tornou em 1927. Eles possibilitaram, entre outras ações, o movimento do “machado progressista” do colono. Marcelino Ramos, por sua atuação direta no estabelecimento da estrada de ferro, ganha destaque especial na página. Como Gomes (2009, p.22) indica, essa preocupação em ressaltar a “ciência” como caminho para a modernização do país era uma preocupação nacional e presente no IHGB: “o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade.”

Com essa homenagem, o autor constitui um monumento aos promotores do progresso, torna sua obra um lugar de memória para esses personagens e suas ações. Monteiro (2006, p.140) observa que a história e a crônica das cidades podem ser consideradas lugares de memória, seguindo as considerações de Nora (1993), “pois se constituem em espaços materiais, simbólicos e funcionais em que a memória é constantemente reelaborada e interpretada.” Mas não são apenas os textos de cunho histórico e/ou crônicas que assumem uma função “monumental”. A seleção das fotografias está intimamente relacionada com as operações de classificação/seleção e interpretação do mundo do qual Xavier e Oliveira faz parte. Ao entrarem para o conjunto da obra, assumem uma dupla função, elas são imagem/documento e imagem/monumento, pois almejam, a partir de sua inserção nas páginas do livro, vencer o traumatismo do tempo, tornar esses personagens uma “lembrança” do momento vivido em 1927 e que deve transcender essa data. Mas também são utilizadas em sua expressão documental, fazendo valer sua capacidade de “representância” do passado, rastros transmutados em documentos mediante a ação do historiador (seguindo a argumentação de Ricoeur). Mauad, dialogando com Le Goff (2003), explica esse caráter dúbio da fotografia:

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. (MAUAD, 1996, p.8)

No caso, as atribuições documentais e monumentais da fotografia encontram-se de tal maneira imbricadas que sua dissociação só deve ser pensada em termos metodológicos para a análise. Enquanto documento, seu uso busca registrar o papel e a presença das personalidades históricas, as legendas já atribuem a função e o valor desses sujeitos a suas ações. Enquanto monumento, sua função é immortalizar esses personagens e suas ações voltadas para o desenvolvimento da região. Para pensar, portanto, a própria obra como um lugar de memória, é necessário relacioná-la com a escrita da história, pois ao operar a partir da seleção de determinados elementos (personagens, lugares, acontecimentos) regidos por uma percepção temporal (um regime de historicidade), inerente à determinada conjuntura histórica, marca a essência da constituição de um monumento como a *Terra dos Pinheiraes*. A obra não trata apenas da história da região, ela configura uma “lembrança” do centenário da fundação do povoado. Mas em ambas as funções atribuídas a fotografia, é possível pensá-la a partir da noção de rastro de Ricoeur – quem a transforma em um documento e/ou monumento é o historiador que se serve dela.

A seleção de fotografias de personagens e seus feitos, funções, ações desempenhadas em prol do progresso (o acontecimento), relacionadas a um lugar específico (Passo Fundo e região), constitui peça integrante de uma narrativa relacional entre o visual e o escrito, confluindo para um sentido abrangente da obra, para sua dimensão configurante, diria Ricoeur – Passo Fundo como uma cidade progressista em virtude das ações desses sujeitos que abrem a leitura da narrativa. Depois da página que homenageia os homens que contribuíram para o conhecimento da terra, a segunda página (ver Anexo II) apresenta dois retratos e uma foto sob o título de *Intendentes Municipais*, aparecendo, no alto e à esquerda, Armando Araújo Annes, o intendente de 1927, e ao seu lado, no alto, à esquerda, Nicolau de Araújo Vergueiro, intendente da gestão anterior, entre 1920-1924. Esses retratos também abarcam as funções documento/monumento, pois informam os nomes dos últimos representantes do poder executivo municipal e, ao fazerem isso, os inserem na perspectiva da lembrança daquele momento, colocando-os entre os agentes do progresso local. A foto abaixo, com o título *Outro aspecto da beleza da terra*, mostra o salto do rio Taquari, local da instalação da usina hidrelétrica municipal, lugar que além de apresentar uma beleza natural, como o título sugere, é um fator preponderante para a urbanização e projetos de industrializações da região naquele período, a própria legenda da foto informa que o cenário visualizado faz parte da *Uzina Municipal*.

Na terceira e quarta página (ver Anexo III), seguem retratos de sujeitos que corporificam o poder público municipal. Na terceira página, sob o título *Intendentes do município*, aparecem três retratos, dois pequenos nos cantos superiores, de Gervásio Lucas Annes, com a legenda *Primeiro intendente eleito (1896 -1900, 1908 – 1912)* e de Frederico Guilherme Kurtz, com a legenda *Primeiro intendente nomeado (1892)*, e abaixo, com uma dimensão maior, o retrato de Pedro Lopes de Oliveira, com a legenda contendo apenas seu nome e patente militar. No lado esquerdo e direito, aparecem as datas dos seus mandatos como intendente: 1900 – 1908 e 1912 – 1920. É possível que o grande destaque conferido ao seu retrato seja em virtude do tempo que ocupou a cadeira de chefe do executivo municipal. A quarta página, com o título *Justiça da terra*, apresenta dois retratos, no mesmo estilo dos anteriores, mas ambos centralizados. O retrato acima, logo abaixo do título, é do Dr. James de Oliveira Franco e Souza, *Primeiro Juiz de Direito da comarca (1875 – 1878)*. O retrato abaixo é do juiz que ocupava o cargo em 1927, Dr. Homero Martins Baptista, mas com uma legenda abaixo informando o nome do suplente que estava ocupando o cargo no momento. Ao lado dos retratos, aparecem os nomes de outros juizes e de promotores públicos.

Essas imagens, em sua dupla função (documental/monumental), estabelecem uma relação entre o passado, ou melhor, os homens que contribuíram para seu conhecimento (mas também para seu progresso), e o poder político na figura dos retratos dos intendentes, juizes e promotores. No momento em que a obra foi produzida e publicada (na década de 1920), eram esses os sujeitos que deveriam entrar no passado do futuro. Ao colocar lado a lado os atuais intendentes, os atuais juizes, com os seus predecessores, o autor estabelece um senso de continuidade e um legado a ser passado adiante, abrindo um horizonte de expectativa em relação às atuais lideranças da cidade que devem dar continuidade ao progresso da região (evoca-se o conector “geração”, os vultos do passado constituem a geração dos antepassados, que nos deixaram sua herança). Também é importante contextualizar o papel desse tipo de fotografia no contexto da década de 1920 na cidade. Como Monteiro (2013, p.5-6) aponta, a “fotografia criou uma relação totalmente nova e moderna com a experiência do tempo.” Mirzoeff (1999, p.69) também identifica essa particular relação das fotografias com o tempo, para o autor “photography created a new relationship to experience of time that was thoroughly modern.”<sup>49</sup> A dimensão visual de uma obra produzida com a dupla

---

<sup>49</sup> Mirzoeff (1999, p.69) entende que o tempo, nas últimas décadas do século XIX, se tornou “moderno” em três aspectos centrais. Primeiro, o desenvolvimento das estradas de ferro e dos meios de comunicação

função documental/monumental assume um papel importante, pois ela aparece como um sinal de modernidade do presente (um exemplo de uma prática própria das transformações urbanas pelas quais a cidade e o estado passavam). A inserção dos retratos de personalidades políticas permite a visualização do poder público, aumentando sua importância para a obra e para a sociedade, o que não deixa de indicar uma necessidade de “autorepresentação” do grupo político dominante naquele momento, do qual Xavier e Oliveira fazia parte.

Mas esse é apenas um aspecto da importância e da dimensão temporal relacionada à inserção da fotografia na obra, pois ela tem a capacidade de captar “um momento que é simultaneamente passado, mas é também o momento mais próximo que existe para o conhecimento do presente.” (MONTEIRO, 2013, p.5). Esse aspecto temporal da fotografia permite pensá-la como um elo entre passado e presente. Ao selecionar determinadas fotografias de personalidades e lugares, o autor intenta registrar sujeitos do passado e do presente da história municipal, sua intencionalidade reside em tanto conhecer o passado (as utilizando como documento), como lembrar desses próceres políticos e seus feitos (monumento). Mas tal intencionalidade implica uma projeção ao futuro, pois a obra em si pode ser entendida como um objeto relacionado à dimensão de uma comemoração, ou seja, o autor quer que ela perdure, que sirva como um instrumento/monumento para o futuro, para as gerações vindouras atuarem em seu presente com o conhecimento de seu passado.<sup>50</sup>

O início da escrita da história da cidade corrobora esse direcionamento temporal, como está exposto na *Oração filial a Passo Fundo*: “Justa é, pois, minha veneração pelo teu passado – relicário sacratíssimo que encerra a origem do teu presente e a esperança

---

em massa, segundo, a destruição do “velho mundo” e sua substituição por um novo, tendo como exemplo as reformas de Haussmann em Paris e, terceiro, a relação da Europa com suas colônias, que entendiam que os povos que encontraram lá eram “fósseis vivos.” Esses três aspectos também estão relacionados com a obra *Terra dos Pinheiraes*. Xavier e Oliveira presenciou o intenso desenvolvimento urbano causado pela instalação da estrada de ferro na cidade em 1898 nas primeiras décadas do século XX, o que levou a novas construções, à formação de novos espaços e sociabilidades próprias que acompanham a urbanização e, em relação ao último aspecto, é visível na obra a herança de visões de mundo que entendem as sociedades como escalonadas no tempo, onde os imigrantes europeus são civilizados, frente aos indígenas primitivos. A fotografia, a própria prática de fotografar marcam presença em Passo Fundo nesse contexto, aparecem como símbolo da modernidade, de um tempo que se apressava em menos de duas décadas.

<sup>50</sup> A importância atribuída à fotografia é marcante e seu vínculo relacionado com uma prática moderna de publicação é ressaltado na nota final da obra. Xavier e Oliveira indica que alguns textos da obra já existiam, e outros foram escritos às pressas, bem como os “clichés muitos dos quais só à última hora nos chegaram as mãos.” O que deixou deficiente a galeria dos “vultos não só do passado como do presente” e ainda dificultava a “falta de oficina de photo-gravura na cidade.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927). A falta de condições técnicas adequadas pode ter prejudicado a publicação, mas sua falta também indica a importância do elemento visual para a obra, visto que a cidade não dispunha de tal tecnologia.

do teu futuro.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.3). Essa articulação das categorias temporais – conhecimento do passado para transformar o presente e projetar o futuro – está articulada à construção visual inicial da obra, que abre a sua narrativa homenageando os homens que contribuíram para o conhecimento da região, os eruditos do passado, promotores de ações progressistas, passando pelos sujeitos que marcam o presente e as expectativas implícitas quanto a sua atuação futura. Tal concepção exprime uma experiência temporal que, de acordo com Catroga, está relacionada à época dos historicismos<sup>51</sup> que influenciou a história no século XIX e boa parte do XX, marcando propostas “condicionadas por mudanças sociais provocadas pela industrialização e pela emergência da sociedade de massas.” Entre 1900 e 1920, Passo Fundo assistiu a um intenso processo de transformação urbana, com a conclusão da estrada de ferro, calçamento de ruas, embelezamento de praças, crescimento populacional, experiências que marcaram as expectativas, os projetos em torno do futuro não apenas do município, mas de toda a região do planalto<sup>52</sup>. “Neste contexto, a história foi cada vez mais apresentada como um *iter*, no qual, o conhecimento do passado era premissa fundamental para se entender o presente e transformar o futuro.” (CATROGA, 2009, p.14).

Essa experiência temporal delimita um regime de historicidade marcante na produção de Xavier e Oliveira que, nessa obra em particular, é extremamente otimista e progressista. Evidentemente esse otimismo exacerbado está vinculado ao caráter comemorativo do momento. Mas a obra é construída tendo a percepção de que o passado é peça fundamental para operar transformações no presente, a exemplo de Marcelino Ramos, que buscou conhecer o planalto médio rio-grandense para atuar sobre ele, para agir no presente, e o valor de suas ações é medido na sua participação no progresso da região. A obra *Terra dos Pinheiraes* é dedicada a conhecer o passado de

---

<sup>51</sup> Catroga refere-se especialmente a Durkheim e a formulação das ideias coletivas sobre a sociedade, percebida como um organismo. Essa tradição sociológica, calcada na ideia de fato social é herdeira, em grande medida, do positivismo comtiano. Xavier e Oliveira, como importante membro local do PRR, inspirado, pelo menos em discurso, nas ideias de seu partido, estava dentro do contexto de sua realidade histórica/intelectual. Não é possível precisar se ele leu ou teve contato com essa perspectiva teórica, mas certamente conheceu os discursos políticos embebidos nessa fonte no transcorrer do início do século XX. Como Fonseca (2004, p.244) indica, o positivismo, “através da liderança de Júlio de Castilhos, tornou-se ideologia oficial ao ser adotada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e pela Constituição Republicana estadual.”

<sup>52</sup> Em escritos anteriores, Xavier e Oliveira já demonstrava esta percepção temporal. Ribeiro e Winter (2011), analisando a disputa que ocorreu entre dois grupos (um, ligado à igreja católica, e outro, aos maçons, do qual Xavier e Oliveira fazia parte) com projetos hospitalares distintos para a cidade, pesquisaram um caderno de anotações pessoais (*Pagerias de Bronze*, de 1919) do autor, onde este busca exemplos do passado para justificar suas ações e defender a opção de um projeto hospitalar laico para Passo Fundo.

Passo Fundo, com a intenção de transformar o presente e projetar o futuro, para que, como o próprio autor destaca, “Possas a luz fulgurante de um progresso imenso e verdadeiro, lavado de corrupção e aureolado pelo phanal celeste do Amor universal, guiar-te ao destino esplendoroso que te espera!” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.3). De forma clara, o início da *Oração filial* expressa essa percepção do autor:

Terra de meu berço! Eu te amo na simplicidade dos teus dias primitivos, porque foi ahi que tua gente, campeando na vastidão das estâncias solitárias, ou mourejando nos cerrados herveas, em lucta com o selvicola traiçoeiro e feroz, adquiriu ou desenvolveu as nobres qualidades que deveriam exalçar-la depois, através dos feitos imperecíveis dos seus grandes expoentes, legando ao futuro esse patrimonio robusto que é tua historia. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.3).

A luta foi a afirmação da “gente” (brasileira e civilizada) que compõem os expoentes (a exemplo dos indivíduos que aparecem nos retratos) nos seus “dias primitivos”, com seus feitos memoráveis, que compõem a história local, patrimônio que foi legado ao futuro, no caso, para os contemporâneos de 1927, que devem se inspirar nessa origem, nesse conflituoso e difícil começo do povoamento da região, para batalhar no presente<sup>53</sup>. A distância encontra-se reduzida em virtude da narrativa que trata da gênese do povoado exalar um sentimento de pertencimento à comunidade que se está celebrando. Esse sentimento de pertencimento, definido por Catroga (2007) como “quente”, de uma forma mais ampla, está associado a uma dimensão paternal presente nesse olhar para o passado a partir de 1927: “será a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnicos culturais.” Essa narrativa geralmente é contada e escrita com uma “linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a exprime e metaforiza-a como um corpo moral, mítico e místico.” (CATROGA,

---

<sup>53</sup> As considerações de Martins (2011) são importantes para o presente trabalho. Pensando sobre o processamento das mudanças de regimes políticos, o autor constrói um conceito de patrimônio – patrimônio ditatorial, patrimônio político. Nas mudanças, o novo regime se serve desse patrimônio, de alguns aspectos de seu legado, rejeitando outros. Os sujeitos históricos de cada conjuntura têm ao seu dispor uma “província de significados” que pertenceu a anterior, tornando suas “fronteiras” dilatadas (ou não). Embora a comemoração de 1927 não esteja associada a uma mudança de regime político, como as próprias palavras escolhidas por Xavier e Oliveira sugerem, ele está transmitindo em sua obra um legado que advém do patrimônio que é a história do município. Alguns elementos do passado estão servindo à conjuntura (inclusive ao funcionamento dos dispositivos políticos daquele regime) da década de 1920, e outros não. Marca desse processo de seleção de elementos que compõem o patrimônio de certos regimes é o saudosismo expresso em trabalhos de Xavier e Oliveira em 1957 (característica que marca a percepção do autor, mas em 1957, assume um teor diferente, como veremos), onde ocorre um desacordo entre a temporalidade (a aceleração do tempo, característica dos ideais progressistas da década de 1950) presente nos discursos dos atores políticos, a temporalidade que rege os trabalhos e a compreensão de mundo do “pai da história” de Passo Fundo.

2007, p.13-14). É como se cada indivíduo que recebeu o legado do passado estivesse ligado a um projeto comum que o carregou até aquele momento e que deve perdurar para as gerações futuras, “o *diálogo* entre presente e o passado quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objecto” (CATROGA, 2009, p.22). Sujeito, no caso, pode ser o narrador, ou o leitor, e o objeto, a própria comemoração.

Nesta dimensão, a memória só pode ser narrada na linguagem pública e instituinte do rito, pois comemorar, na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas. (CATROGA, 2009, p.22).

Como já ressaltado, as fronteiras entre história e memória em um momento de comemoração tornam-se fluídas, e, em relação à *Terra dos Pinheiraes*, a narração procura instituir um passado comum à comunidade, destacando seus agentes, suas ações com os seus valores que devem ser legados e servir de exemplo ao presente e embasar os projetos da cidade para o futuro. Sua narrativa é uma linguagem “pública” e comum daquele período. Embora Xavier e Oliveira fosse integrante de uma elite política e letrada de Passo Fundo, sua linguagem e suas reflexões não alcançam grandes discussões sobre teoria, o autor não utiliza conceitos próprios de uma ou outra corrente teórica. Sua intenção reside justamente na pesquisa/construção da história da região e seu acesso a um grande público, especialmente em suas obras produzidas em virtude de comemorações. Esses livros em particular encontram-se imersos no universo comemorativo daquele momento, portanto é parte “instituinte do rito” que tem a capacidade de “parar o tempo”, no sentido de reviver os exemplos de seu transcurso até o momento celebrado (CATROGA, 2001, p.42).

Essa suspensão acontece no momento de refiguração, da leitura, o que pressupõe para a compreensão da narrativa por parte do leitor (interlocutor) assumir a percepção temporal presente na obra como sua. Ao assumir determinada concepção sobre as categorias temporais (passado, presente e futuro), a obra (e o leitor) se alinha a um determinado regime de historicidade que marcava o contexto (seu espaço de experiência) em que o autor a escreveu e que delimitava seu horizonte de expectativa. Nesse tipo de exaltação de Xavier e Oliveira, que estende seu sentimento de pertencimento, de habitante (no sentido de habitar a casa) da cidade, sua afeição por Passo Fundo mescla-se com o regime de historicidade que caracteriza suas obras, especialmente nas “descidas para o passado”:

Se, com um passo solitário, devaneando, numa casa que traz os grandes signos da profundidade, descemos pela estreita escada obscura que enrola seus altos degraus em torno do eixo de pedra, logo sentimos que *descemos a um passado*. Ora, para nós não há nenhum passado que nos dê gosto de nosso passado, sem que logo se torne, em nós, um passado mais longínquo, mais incerto, esse passado enorme que já não tem data, que já não sabe as datas de nossa história. (BACHELARD, 1990, p.96).

A busca incessante pelas origens, em um momento de comemoração que possibilita uma dilatação entre passado, presente e futuro, leva a um momento que não pode ser datado, pois é “longínquo”, profundo, e não pode ser encontrado nos conectores descritos por Ricoeur. Nenhum documento antigo vai atestar sua veracidade, o que legitima essa aurora das origens é o sentimento íntimo do autor. Esse regime de historicidade (calcado nos sentimentos pátrios saudosistas de Xavier e Oliveira), essa percepção do encadeamento das categorias temporais influenciou a seleção dos elementos que passaram a figurar como centrais para a história e memória da cidade em 1927. Por exemplo, o estabelecimento da origem do município envolvendo a luta entre o “silvícola traiçoeiro e feroz” e a gente brasileira civilizada. Essa diferenciação é típica do período, especialmente se levarmos em conta a tendência do positivismo adotada pelo PRR, do qual Xavier e Oliveira fazia parte, que considerava objetivo da sociedade alcançar o progresso pela urbanização e industrialização (dentro da ordem política e social). Existe aqui uma classificação baseada em uma diferenciação temporal vertical entre sociedades, como Hartog (2006) advertia ao se referir a Lévi-Strauss – existem, segundo o autor, diferenças no modo de ser e no modo como as sociedades tomam consciência e percebem o tempo, mas não no tempo, como se uma estivesse à frente da outra. Nesse sentido, em *Terra dos Pinheiraes*, o mundo urbano, ordenado, posteriormente industrializado, está no topo da escala social (e temporal), enquanto aqueles indígenas primitivos, que resistiram à ocupação dos “civilizados”, estão na base do desenvolvimento (a diferenciação ocorre no tempo, e não no espaço – uns estão na frente dos outros, no sentido de estarem mais “avançados”). Também será realizada uma distinção entre os próprios indígenas que se submetem às reduções jesuíticas e aqueles que resistiram ao seu domínio<sup>54</sup>. Xavier e Oliveira inicia o *Passo Fundo Antigo Conferencia historico-litteraria* com a seguinte passagem:

---

<sup>54</sup> Essa comparação, entre os próprios nativos, lembra aquela realizada por Martius, analisada por Cezar (2003, p.190), que “compara os índios brasileiros com eles mesmos em uma escala espaço-temporal variável”. Porém, com uma diferença fundamental, pois para Xavier e Oliveira, quanto mais perto da “civilização”, menos “degenerado” são os índios, enquanto Martius tinha como hipótese uma “civilização



Si quizermos revêr uma dessas lembranças materiaes que costumamos guardar como vestígios ou, antes, como cinzas de gratas emoções que no passado andaram por este orgam que vive a bater em nosso peito, e nelle se extinguiram deixando-o para sempre embebido no seu perfume suavissimo, que é a saudade – sentimento cuja natureza celéste a palavra humana até hoje foi mesquinha para definir sequer de modo aproximado, – mister se torna que busquemos o compartimento da nossa casa, em que a mesma lembrança esteja, e, ahí, a retiremos do escritorio em que foi posta para que mãos indiscretas lhe não tocassem ferindo a santidade do nosso culto. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.4).

Partindo da argumentação de Catroga (2007) sobre os sentimentos pátrios quentes que levam os sujeitos a tecer narrativas sobre o passado comum (o patrimônio espiritual) da comunidade, e de Bachelard (1990, 2008) sobre o imaginário da casa (associada à imagem de criar raízes na terra, como uma árvore), é possível observar que Xavier e Oliveira deixa transparecer seu empenho e afetividade relacionados ao seu ofício de historiador da cidade, ressaltando uma característica que aparece em seus escritos com frequência – o saudosismo, mesclando suas lembranças do passado com sua produção historiográfica. Mesmo que seja uma saudade (e uma lembrança) de um tempo que o próprio autor não viveu, como é o caso. É importante notar a relação entre memória, história e imaginação nessa passagem. A intenção desse texto inicial (*Conferencia historico-litteraria*) na obra é realizar um estudo sobre o início da ocupação de Passo Fundo, que, como ele mesmo destaca, implica “uma descida aos fundos tenebrosos dos seculos, para de lá voltarmos acompanhando a marcha de nossa terra para o futuro” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.4), mas começa tal escrita afirmando uma relação entre “lembranças materiaes que guardamos como vestígios.” O historiador faz uma analogia entre a cidade e sua casa (de onde ressalta esse sentimento quente de fundo patriótico), por isso entende essa descida ao passado remoto como uma busca por lembranças, vestígios, “rastros” dessa história narrada como se ele mesmo (e o leitor que leu em 1927) tivesse vivido esse tempo “intemporal” – o tempo da origem, quase mitológico e com um ar místico – diminuindo a distância temporal imposta pelo tempo cronológico inerente à escrita da história.

A casa fornece “imagens dispersas e um corpo de imagens”, tais imagens residem em nossa memória, e a “imaginação aumenta os valores da realidade” (BACHELARD, 2008, p.23). Ao estender seu sentimento de pertencimento, de “bem

---

indígena” perdida muito antes da chegada dos Europeus, que já encontraram os índios em um estado de barbárie ao chegarem no Brasil.

estar”, à cidade e região, Xavier e Oliveira se coloca como um filho da terra (alguém que tem uma raiz, uma ligação com o solo), tendo Passo Fundo como sua grande habitação, que acolhe todos seus conterrâneos em suas belezas naturais, protegendo-os a partir das ações de seus personagens históricos, seus heróis, como mostram seus feitos eternizados como acontecimentos marcantes do “patrimônio robusto que é sua história.” Para Bachelard (2008), nossos sentimentos de “bem estar” (onde poderíamos incluir os sentimentos de pertencimento a uma comunidade, de ter raízes comuns, de fazer parte de uma história) possuem um passado (uma historicidade própria), e todo passado evocado pela lembrança “vem viver, pelo sonho, numa casa nova”, essa evocação tem sucesso em virtude de sua associação com a imaginação. Ao evocar<sup>55</sup> lembranças da “casa” entendida como os espaços com os quais nos identificamos, nos sentimos bem ao habitá-los, adicionamos nossos valores, que estão associados aos sonhos dos indivíduos e/ou às utopias coletivas. “Nunca somos verdadeiros historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida.” (BACHELARD, 2008, p.26). Essa casa, que aparece na escrita a partir da imaginação do autor, se torna uma força de proteção para seus habitantes:

Não é um simples cenário onde a memória reencontra suas imagens. Ainda gostamos de viver na casa que já não existe, porque nela revivemos, muitas vezes sem nos dar conta, uma dinâmica de reconforto. Ela nos protegeu, logo, ela nos reconforta ainda. O *ato de habitar* reveste-se de valores inconscientes, valores inconscientes que o inconsciente não esquece. Podemos lançar novas raízes do inconsciente, não o desenraizamos. Para além das impressões claras e das satisfações grosseiras do *instinto do proprietário*, há sonhos mais profundos, sonhos que querem se enraizar. (BACHELARD, 1990, p.92).

Essa relação entre pátria, terra e saudosismo, como veremos, é marcante e recorrente nas obras de Xavier e Oliveira. Na análise da narrativa, podemos caracterizar esse processo como uma “ficcionalização da história”, pois são introduzidos elementos “ficcionalizados” para narrar a origem do povoado. Esta ficcionalização é operada pela imaginação do autor (e do leitor). Sua linguagem não é meramente a do historiador, preocupado em narrar fatos, estabelecer datas, personagens e lugares importantes da história. Hartog (2011, p.181) indica que a utilização da poética na observação histórica resulta de um estado intermediário entre uma concepção retórica de história e o

---

<sup>55</sup> Esta evocação de lembranças de Bachelard pode ser associada com o “trabalho de memória” de Pollak, ou com a memória exercitada de Ricoeur. Em ambos os casos, pode-se atribuir à evocação à noção de esforço, de busca da lembrança.

historicismo e que "o que justifica o desvio pela poética é, antes de mais nada, levar em consideração o leitor." Ou seja, trata-se de uma história que "não se desenvolve por si mesma", submersa em citações, notas, transcrições de documentos. A representância, caracterizada, sobretudo, pelos rastros transformados em documentos, que conferem o caráter histórico à obra, forma conectores temporais fracos, com pouca capacidade de conexão com o passado, o que liga esse passado remoto ao presente vivido é o sentimento "quente" de pertencimento a um lugar, de filiação a um passado comum e estável. Esses sentimentos só são alcançados e expressados a partir de um apelo à imaginação. Ao buscar estabelecer as origens de sua grande casa, Xavier e Oliveira experimenta uma espécie de saudades de um tempo, de um momento que não vivenciou, mas, a partir da constelação do imaginário que o envolve, como uma espécie de "atmosfera", um "estado de espírito" (MAFFESOLI, 2001, p.75), consegue expressar esse sentimento envolto no início da jornada de sua comunidade, trazendo-o a 1927.

Esse saudosismo, que relaciona lembranças e a história da comunidade, levando à exaltação da cidade, é uma espécie de "recurso" literário, ou, concordando com Ricoeur, uma ficcionalização que objetiva tornar inteligível sua intencionalidade – narrar a origem do povoado, a ação dos primeiros civilizadores, e toda a emoção e admiração que desperta no narrador se debruçar sobre esse passado. Hartog (2000, p.8) entende esses recursos literários, que, para o presente trabalho, estão associados à noção de ficcionalização da história, não apenas como um estilo, mas como "estruturas narrativas, cuja utilização e composição permitem fazer aparecer e fazer transmitir inteligibilidade, ou mais inteligibilidade. Recursos cognitivos, então, para ver e fazer ver o que aconteceu." Essa visão sobre o que aconteceu, para Xavier e Oliveira, não recai apenas naquilo que os rastros podem transmitir, mas também no seu próprio devaneio sobre o que está escrevendo. O saudosismo, mesmo envolvendo um tempo que não vivenciou, objetiva "fazer ver" sua admiração sobre o passado de Passo Fundo e região. Em 1957, seu saudosismo ganha uma nova dimensão, pois passa a se debruçar sobre as modificações urbanas no espaço da cidade (tratado como sua casa, como lugares de memória), ou seja, passa a ser relacionado com experiências vividas, para as quais sua atuação política, e de seu partido, contribuíram profundamente. Nesse momento é possível observar um problema interessante no que tange à questão da representância.

Ricoeur (2007; 1999) aponta a atividade mnemônica como anterior à representação historiográfica, pois a memória preocupa-se com o verossímil, com a

fidelidade da lembrança, mas a história busca representar o passado a partir da construção de um discurso que almeja a verdade, exigindo “outras perspectiva de reconhecimento e certamente outros critérios de confiança que não o da memória individual.” (NICOLAZZI, 2003, p.11). Os rastros, traços do passado utilizados como documentos de pesquisa pelo historiador objetivam cumprir esse papel de representância do passado. O problema reside justamente na falta de uma análise documental por parte de Xavier e Oliveira e no seu apelo a uma “lembrança material”, como se ele tivesse preservado algum “vestígio” desse tempo e que ele pudesse ter interpretado nesse objeto ou imagem todas aquelas emoções que “no passado andaram por este orgam que vive a bater em nosso peito.” Não é a memória que precede a representação historiográfica nesse caso, mas a imaginação.

O poder da imaginação posta em movimento (presente não apenas na “ocularidade” dos sujeitos) impulsiona seu saudosismo que rege sua escrita da história, e como, concordando com Ricoeur (1999, p.88), as modalidades de representação do ausente, seja essa ausência o “passado real” ou “irreal”, utilizam recursos narrativos comuns, como, por exemplo, uma temporalidade que orienta a seleção dos elementos que compõem a trama da narrativa – os lugares, os sujeitos e os acontecimentos – aspectos ficcionais e históricos mesclam-se em uma mesma narrativa. Tanto as narrativas de ficção como as de história são constituídas por esses elementos e só podem ser narradas na medida em que seu autor compartilha com sua comunidade uma relação de intersubjetividade expressada na e pela linguagem, o que torna o homem e a linguagem indissociáveis (FLORES, 2013, p.115). Portanto, esses devaneios marcados pela poesia embebida nos sentimentos “quentes” são compartilhados, são da sociedade, pois existem na e pela linguagem, que não é particular, mas coletiva. Como Monteiro (2006, p.140) destaca:

Uma escrita que, por meio de convenções da linguagem e normas disciplinares, expressa a interpretação realizada por um grupo social e um campo profissional sobre a memória coletiva, que é em sua origem plural, polifônica, fragmentária e complexa. Escritas que através de suas particularidades formais e disciplinares selecionam sujeitos, tempos, espaços e tecem tramas, urdindo os acontecimentos na busca de interpretá-los para o conjunto da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, a narrativa de Xavier e Oliveira pode ser tomada como uma interpretação de sentimentos, sonhos, objetivos e questões inquietantes que marcavam a “atmosfera” da época, o que levou o autor a buscar explicações que

alinham sua experiência enquanto intelectual/historiador e poeta. Ambas estão na órbita de uma consciência de si no tempo como resultado e herdeiro das ações dos antepassados (os sujeitos históricos da narrativa). O passado é fundamental para essa percepção, assume importância em virtude da transmissão e um legado a ser continuado, já o presente aparece como um entremeio, um momento de passagem para um futuro glorioso. Naquele universo comemorativo, a explicação histórica não bastava, era necessário dar continuidade a tais ações, abrindo um horizonte de expectativas positivo em torno do futuro de Passo Fundo, cidade destinada a grandes e heroicos feitos à semelhança daqueles realizados no passado.

Assim, o autor segue sua narrativa sobre a origem da cidade com a ação dos jesuítas: “phantasiamos uma viagem á busca do caminho que eles, os Padres referidos, sahindo das suas reduções do Paraguay, tinham trilhado para chegar a esta banda [...]” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.4). Considerando a trajetória da Companhia de Jesus do Paraguai até o Rio Grande do Sul como uma epopeia fundadora do “ministério civilizador”, o autor estabelece o acontecimento que origina o primeiro povoado “civilizado” da região (o lugar) em virtude da ação dos padres jesuítas (os sujeitos):

Assim acompanhamos nessa jornada através mais de 150 légoas de sertão bravio, sem duvida rompido a custa de enormes dificuldades, perigos e provações, assistimos a fundação das novas reduções, que eles ergueram na região a que pertence o nosso município. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.5).

A descrição aumenta o valor da ação civilizadora dos jesuítas. Depois o autor descreve a fundação dos *Sete Povos da Margem Oriental do Uruguay*, “acompanhando a vida e marcha dos mesmos, seus costumes, questões e luctas, e finalmente sua queda, o seu tombo definitivo” a partir da guerra que “Portugal e Espanha lhes levaram” de “1755 a 1756.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.5). Depois desses esclarecimentos, a narrativa retorna a Passo Fundo, buscando precisar a localização das reduções do Tape. Embora o autor indique que esteve situada no 4º distrito do município, seu local exato não pode ser precisado<sup>56</sup>. Finalizando esse primeiro momento, “foi que, entre os anos de

---

<sup>56</sup> Como Cezar (2003, p.196-197) aponta, essa busca por ruínas do passado é um tema que encontra raiz no romantismo e, ao referir-se sobre os indígenas, “formam a memória dos primeiros tempos de uma civilização; memória que quando arquivada deve ser integrada à história da nação.” Por isso é importante precisar a localização de possíveis ruínas jesuítas para Xavier e Oliveira, pois ao inserir Passo Fundo nesse “tempo primordial” da região, está inserindo a cidade na história da nação, como seu próprio apelo aos sentimentos patrióticos demonstra – é a partir do município que se cultua a pátria. E ao fazer isso,

1636 e 1638, passou a rajada destruidora formada pelos sertanistas de S. Paulo, ao mando do celebre Antonio Tavares Raposo.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.6-7). De acordo com Xavier e Oliveira, duas reduções se encontravam nessa região e foram completamente destruídas pelos bandeirantes, sem deixar rastros. Ao assumir que não existem inícios da localização, o autor assume a imaginação como o impulso da sua narrativa.

Falando em uma segunda fase da ocupação jesuítica, que, de acordo com o autor, ocorreu a partir de 1688, quando o território de Passo Fundo estava subordinado ao povoado de S. João Batista, aponta os índios guaranis como a grande nação a ocupar a região nesse período, embora considere um “ponto obscuro” o conhecimento de qual tribo povoava o “solo passo-fundense.” Mas destaca a ação dos “coroados”, descendentes dos “tupys”, dos quais os guaranis tinham “pavor”, e que eram “representantes da terrível nação que tanto sobressaltou os primeiros dias do povoamento de Passo Fundo pela corrente brasileira civilisada.” Com a queda das reduções do tape, explica o autor, o território “missioneiro foi transformado em domínio dos referidos índios coroados” e com “o exodo que assim se verificou, das ultimas populações guaranyes da nossa região, apagavam-se nella os derradeiros lampejos da obra dos Padres da Companhia.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.7-8). Depois da “epopeia” jesuítica, o autor chega até o início do século XIX. Apenas cita, brevemente, a passagem da independência até chegar à proclamação da república. Nesse ponto, ressurgem as evocações patrióticas do autor voltadas ao município, considerado como “altar quotidiano do culto sagrado da Patria”, entendido como a base da organização nacional:

Célula da vida do paiz, o município deve merecer o affeto mais carinhoso, o devotamento mais alto que lhe possamos dar. Feito isto, a somma de toda a vitalidade accumulada nas células, ha de inafflievelmente avolumar o expoente de energia vital do todo, concorrendo para que realise elle, de modo efficaz e brilhante, os seus altos destinos no seio da Humanidade. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.9).

Além de justificar sua atenção à história local pelo patriotismo, atribuindo um valor para suas contribuições históricas, também indica que, rendido o culto à altura da cidade, seu destino, seu prognóstico, será grandioso, alimentado pelo afeto e carinho de seus munícipes. Para Xavier e Oliveira, é “nas tradições da nossa raça e na história de

---

tornando essas ruínas, inicialmente, monumentos ao primeiro “surto civilizacional”, o historiador confere “sentido à história dos índios, e conseqüentemente à história brasileira.”

nosso paiz” que devemos buscar convicção inabalável e aptidão para o “progresso”, e na “esmeralda dos nossos campos bordado de flores se retrata a esperança vivaz do nosso futuro, coberto pelo céu de turqueza que serve de pallio a nossa actividade moral e material cada vez crescente.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.9-10). A linguagem lírica “antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em paisagem, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal de com/patriotas.” (CATROGA, 2007, p.22). Finalizando a *Conferencia historico-litteraria* com a eleição de um “valor eterno” e “intemporal” – o patriotismo como propulsor da história e dos prognósticos futuros, o autor passa a escrever sobre o período da fundação do povoado já no século XIX com o subtítulo *Arvores historicas*. A árvore é uma imagem poética central para a compreensão do sentido, da configuração que Xavier e Oliveira confere à sucessão de acontecimentos que compõem sua narrativa. Bachelard (1990, p.230) descreve a “raiz” dessa imagem, desse sentimento:

A imaginação captava então todas as forças da vida vegetal. Viver como uma árvore! Que crescimento! Que profundidade! Que retidão! Que verdade! No mesmo instante, dentro de nós, sentimos as raízes trabalharem, sentimos que o passado não está morto, que temos algo a fazer, hoje, em nossa vida obscura, em nossa vida subterrânea, em nossa vida solitária, em nossa vida aérea. A árvore está, em toda parte ao mesmo tempo. A velha raiz – na imaginação não existem raízes jovens – vai produzir uma flor nova. A imaginação é uma árvore. Tem as virtude integrantes da árvore. É raiz e remagem. Vive entre o céu e a terra. (BACHELARD, 1990, p.230).

“A árvore é um estabilizador, um modelo de retidão e firmeza” (BACHELARD, 1990, p.243), ao estabelecer suas raízes em um solo, as árvores constroem a estabilidade. Quanto mais fundo penetra na terra, maior é a árvore, mais antiga, assim como sua história, chegando aos recantos mais longínquos do passado. Porém, suas raízes fazem mais do que apenas “estabilizar” a história, vincular o homem na terra dos seus antepassados. Elas fazem a árvore crescer, atingir as alturas, nesse caso, a pátria, o país, entendido como uma grande comunidade que paira sobre os munícipes. Esse trecho, *Arvores historicas*, narra o estabelecimento do primeiro rancho fundado em Passo Fundo. Inicia sua narrativa descrevendo o trajeto do trem que vem de Santa Maria, passando por Pinheiro Machado, onde é possível contemplar, conforme sua descrição, próximo a um cemitério que data do início da ocupação da “gente brasileira civilizada”, um “grupo de arvores cuja disposição faz suppôr que sejam sobreviventes de moradia que o tempo extinguisse e de longa data já, porque de casas e bemfeitorias, si existiram, vestígios não apparecem lá.” Nesse local, em 1827, o “Alferes Rodrigo Felix

Martins [...] ergueu o estabelecimento da sua vasta estância obtida em 1824 por concessão do commando de S. Borja.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.11). A descrição da paisagem também exige o recurso da imaginação por parte do leitor que não conhece aquele espaço, bem como evoca, na memória do autor, a coloração conferida ao lugar, envolvido em uma nostalgia própria de sua visão sobre o passado, como demonstra sua caracterização da única edificação visível:

Com effeito é uma tapéra que ali se desenha, mas que das da redondeza se distingue pela grande razão de que, como se vai ver, no silencio que a envolve, só quebrado a espaços pelo cantico dos passarinhos que pousam nas suas encanecidas arvores, uma pagina importante da historia passo-fundense está encerrada. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.11).

O estabelecimento dessa primeira fazenda enfrentou a ira dos “índios coroados ou bugres”, que impediram o Alferes de tomar posse em 1824, o que só ocorreu em 1827. Em 1835, quando “sobrevieio a revolução”, o alferes se muda para Curitiba. Faleceu em 1851, deixando a terra para seus herdeiros. “Tal é a historica pagina que encerram as velhas arvores, quase centenárias, cuja contemplação inspirou estas linhas rememorativas.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.12). Tal passagem traz novamente a questão das relações entre memória, imaginário e história. A partir da observação de um lugar, mais precisamente das árvores desse espaço e de uma tapera, o autor “rememora” a fundação do primeiro rancho de Passo Fundo. Certamente não viveu na década de 1820<sup>57</sup>, porém, ao afirmar que suas considerações são frutos de uma rememoração, Xavier e Oliveira mostra a proximidade de seus escritos com suas próprias memórias. Em determinado momento de contemplação, de devaneio, de fantasia sobre aquele local, o autor conseguiu visualizar, a partir de sua imaginação, aquela tapera sob as árvores. Esse momento de contemplação, envolvido na atmosfera do imaginário, é que é rememorado pelo historiador e passa a entrar nas páginas da história local.

Após a descrição sobre a primeira fazenda e seu fundador, seguem dois textos sobre dois indivíduos que figuram, de acordo com o autor, entre os primeiros moradores, *Bernardo Paes de Proença* e *Alexandre da Motta*. No trecho *Subordinação*

---

<sup>57</sup> Uma das poucas fontes que Xavier e Oliveira apresenta é Francisco Xavier de Castro (seu avô) “que conhecia estas plagas desde 1822, nellas veiu residir em 1843 e falleceu, em 1908, com a avançada idade de 99 annos, na sua fazenda Tres Capões, situada no 1º districto.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.12). Tendo como referência a “narrativa” (expressão utilizada por Xavier e Oliveira) de um antigo morador, é possível afirmar que a memória está intimamente relacionada com tal descrição, seja pelas lembranças de Castro, que narrou tais acontecimentos, ou pelas lembranças do próprio historiador, que não menciona ter transcrito a narração de seu passado.



*da terra no passado*, Xavier e Oliveira cita as leis que determinaram a quais municípios pertenceu Passo Fundo desde 1809, até chegar em sete de agosto de 1857, data de sua emancipação. Depois dessas leis, na página 18, aparece uma foto da “Antiga Matriz de Passo Fundo” (ver Anexo IV). Essa foto é publicada novamente em *Rememorações do nosso passado*, em 1957, mas sem a legenda, que descreve sua localização (na atual praça Marechal Floriano) e o homem responsável por sua fundação, Joaquim Fagundes dos Reis, o “patriarca da terra.” Em *Arithmetica errada*, conta como a primeira missa realizada na capela quase foi atacada pelos “coroados”, que só não colocaram em prática o plano de atacar a povoação, pois as pessoas reunidas para a missa superavam em número seu grupo, o que salvou, como diz o narrador, a povoação de seu extermínio.

Depois desse acontecimento envolvendo a igreja matriz, Xavier e Oliveira volta a descrever alguns dos primeiros moradores. No trecho dedicado a (com o título) *Adão Schell*, o historiador narra seu nascimento na Alemanha, sua passagem por São Leopoldo em 1828, por “Tres Vendas, hoje pertencente ao município de Cachoeira”, até chegar em Passo Fundo e abrir uma casa comercial em 1834, negócio interrompido pela guerra, quando ele se mudou para Montevidéu com a família. No entanto, acabou voltando com o término do conflito, reabrindo sua venda. Finalizando sua breve biografia, recebe destaque seu papel como fundador da “loja maçônica Concordia III, hoje brilhantemente continuada pela sua co-irmã Concordia do Sul.” Outra fonte do autor também é mencionada nesse relato: “Devemos ao sr. Guilherme Morsch uma grande parte das informações em que se apóia este trabalho.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.21).

Depois de apresentar alguns dos primeiros e principais moradores, o autor escreve um texto sobre *O povoamento de Passo Fundo*. Inicia com seus “antecedentes históricos”, que remontam, conforme explica, a 1815, data da “primeira expedição brasileira” que passou pela região depois da ocupação “missioneira.” Fazia parte dessa expedição “Athanagildo Pinto Martins” que, “por ordem do governo de S. Paulo”, buscava uma nova via de ligação com o Rio Grande do Sul<sup>58</sup>. Indica esta versão como a

---

<sup>58</sup> *As Missões Orientaes e seus antigos domínios*, de Hemeterio José Velloso da Silveira (1909), aparece como referência sobre essa expedição. Essa obra, outra das poucas referências consultadas que aparecem nesse trabalho de Xavier e Oliveira, é constituída por quatro partes. Na terceira parte, é apresentado um histórico sobre as missões na região serrana, que é descrita como distinta das “savanas ou das pampas” do sul do estado, com “milhares de arroios”, “grandes rios” e uma abundante “mataria”, ou seja, o autor inicia com uma descrição geral da região serrana (lembra a distinção adotada no *Puchirão do Gé Picaço*) para depois comentar a relação de cada município com os povos missioneiros. Sobre Passo Fundo,

verdadeira, pois comenta as memórias escritas do “Conego Leme”, que falava sobre a passagem de um rico tropeiro de mulas, que foi contestada no trabalho de Hemeterio José Velloso da Silveira. Para o autor, já em 1822 “o território passo-fundense era trilhado pelos tropeiros de muares que vinham de S. Paulo ou para lá seguiam.” (XAVIER E OLIVEIRA, p.23). Sobre o começo do povoado, coleta informações a partir dos relatos de Francisco Xavier de Castro:

O subsídio mais importante que temos sobre este ponto é a informação do mesmo Francisco Xavier de Castro, que nos relatou que, depois de alguns anos de permanência nos herveas da Palmeira e em viagens que dos mesmos fizera a fronteira sul, onde ia vender a herva que fazia e com o producto respectivo comprar animaes, – indo de regresso para sua referida comarca de Curityba, ao passar pelo Jacuhysinho aquem de Pinheiro Machado, lá encontrou, recentemente erguido, o rancho do Alferes Rodrigo Felix Martins; e que, proseguindo na sua viagem, quando alcançou a Estância Nova, entre Carasinho e Pulador, na mesma se estava cobrindo o rancho de Alexandre da Motta; sendo que ahi teve sciência de que no Pecegueiro já estava arranchado Bernardo Paes. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.24).

Apesar da obra parecer estar dividida em capítulos, em trechos que podem ser lidos e compreendidos individualmente, eles também formam um conjunto, em que seus personagens, seus lugares e acontecimentos são retomados com frequência, formando uma narrativa dividida entre os primórdios da civilização (a epopeia “missioneira”), essa origem quase mítica e os antecedentes históricos do começo do povoado. Porém, mesmo esse “começo histórico” está baseado nas memórias de um morador, um interlocutor de Xavier e Oliveira e nas suas próprias lembranças. Esses sujeitos indicados como fundadores, como primeiros moradores, são estabelecidos a partir de um processo de seleção operado, em parte pelas leituras e pesquisas do historiador, mas também pelas suas próprias lembranças. Essa relação é solidificada pelo imaginário

---

Silveira (1909, p.372) cita o próprio Xavier e Oliveira como referência para o assunto: “seria um importante subsídio, um eloquente documento, a monografia, que acaba de publicar e divulgar, o Sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, neto do respeitavel ancião Francisco Xavier de Castro, unico sobrevivente d’entre os primeiros povoadores do territorio do Passo Fundo.” Silveira inclusive incorpora informações de Xavier e Oliveira ao seu relato histórico, como a responsabilidade do descobrimento da cidade ao alferes Athanagildo Pinto Martins em 1816 e o começo do povoado atribuído ao capitão Manuel José das Neves entre 1827-1828. Também na descrição do clima da cidade “os *Annaes, O Passo Fundo na Exposição Nacional*”, de Xavier e Oliveira são citados como referência por Silveira. Mas muitas informações são retiradas das obras do historiador passo-fundense, sobretudo as que dizem respeito ao comércio, indústria, instrução e renda pública. Em relação aos povos missioneiros, Silveira não entra em detalhes sobre sua localização ou descrição no município, mas é possível sustentar que a visão de Xavier e Oliveira sobre as missões como a primeira tentativa de ocupação “civilizada” da região vai ao encontro da leitura de Silveira, que entendia a ação dos jesuítas como proveitosa e benéfica para os jesuítas: “os bens dos indios eram administrados (como já foi demonstrado) em proveito dos proprios indios, com celeiros abundantes, alimento farto, vestuario decente e confortaveis habitações nas reduções.” (SILVEIRA, 1909, p.68-69).

presente nos “devaneios”, nas “fantasias” que envolvem sua descrição das paisagens e lugares que assinalam a origem e o começo do povoado. A datação, a construção de um tempo crônico é introduzida depois que um “tempo da lembrança” aparece na narrativa.

Como Catroga (2001b, p.46) indica, “toda a recordação tende a objectivar-se numa narrativa coerente que, em retrospectiva, domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos do real-passado quando este foi presente, actuando como se, no caminho, não existissem buracos negros deixados pelo esquecimento.” Tempo crônico, do encadeamento dos acontecimentos (a dimensão episódica), não pode, especialmente nesse caso, ser dissociado da memória. A memória e o imaginário assumem uma potencialidade configuradora da obra, não apenas por revelar seu sentido geral, por conferir um ritmo à leitura engendrado pelo seu regime de historicidade, mas ao próprio fazer historiográfico, ao momento de pesquisa, de leitura e interpretação de rastros anterior à escrita, e à própria escrita, na narrativa que tem início a partir das considerações do autor sobre a saudade dos tempos primordiais e o culto patriótico que devemos render ao município. E, embora memória e história guardem a semelhança de aspiração à “verdade” (uma pelos documentos e outra pela fidelidade do que se está lembrando), “se esta característica a distingue da imaginação, convém lembrar, porém, que ambas convocam um objeto ausente.” (CATROGA, 2001b, p.47). Para exemplificar o papel da memória e da imaginação, basta observar o início o trecho *Memórias de um Umbu*:

Á semelhança do vetusto pinheiro de Guarapuava, em cuja contemplação a mente imaginosa de Luiz Cleve pode reconstituir e vêr desfilarem magestosamente os grandes factos da historia daquela região, talvez o mais velho dos umbus da alta coxilha á margem direita do Pinheiro Torto, na estrada desta cidade ao Pulador, pudesse relembrar muita cousa importante do nosso passado, desde que fosse argúido pelo mesmo processo de evocação. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.28).

A contemplação da natureza esparrama a imaginação do autor pelo espaço observado, é a propulsão da narrativa. Os sentimentos patrióticos, expressados em uma linguagem “lírica, afetiva e maternal”, conduzem a uma “antropomorfização” do território, “transformando-o em paisagem.” (CATROGA, 2007, p.22). O recurso à imagem da árvore (que confere título à obra) que contempla a história é fruto dessa antropomorfização do território impulsionada pelo civismo. Para Bachelard (1990, p.230), “a árvore é um objeto integrante” associada à ideia de estabelecer “raiz” na terra. Por isso a ideia da terra como berço da pátria, como uma espécie de casa

primordial de seus habitantes, onde estão suas raízes – “a raiz é um eixo da profundidade”. Essa imagem poética funciona tanto como um recurso literário ficcional da narrativa, quanto um elemento indispensável para sua compreensão, que passa a exigir um esforço imaginativo por parte do leitor. “Embebido nesta idéia, nosso pensamento vôou para a referida coxilha, e lá, depois de adejar em torno á venerada arvore e saudala com justa emoção, dest’arte lhe falou:”

Velho umbú de minha terra: conta-me o teu passado, diz-me o que tens visto desta eminencia em que ha tantos anos te contemplo e, antes de mim, por deceníos te contemplaram outros. – Nasci ao sol dos primeiros dias da historia de Passo Fundo, no tempo em que uns homens de rijo aspecto e não menos sólido character, da comarca de Curityba uns, da fronteira sul outros, começaram a chegar a estes campos e a plantar nelles o seu dominio. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.28).

A imaginação está emendada com a história de uma forma natural. Essa ficcionalização da história leva o leitor a imaginar o desenrolar dos acontecimentos narrados sob a sombra das árvores, ou mesmo tomando o umbu como um sujeito histórico, como um morador que tece um relato sobre suas experiências passadas. Também revela, novamente, o saudosismo, a nostalgia que envolve a escrita da história de Xavier e Oliveira, sua vontade de observar e sua admiração sobre tempos remotos, que antecedem seu tempo vivido, tornando a comemoração da fundação do povoado “um culto nostálgico e regressivo”, mas por outro lado, “o passado é reinterpretado à luz da lição que se pretende dar ao presente e ao porvir.” (CATROGA, 2009, p.52). Segue assim a narrativa, como se o umbu estivesse contando aquilo que viu, desde viajantes levando carretas e bois, até os “desfiles” nas “guerras de 1852, contra Rosas; de 1864, contra o governo do Estado Oriental, e de 1865 a 1870, contra Lopes, de guardas nacionais.” Os conflitos civis também são observados pelo umbu: “mergulhando em funda tristeza, contemplei tambem nas guerras civis de 1835 a 1845; 1892 a 1895 e finalmente em 1923 – quinze anos de lutas fratricidas em 9 decennios.” Além das guerras, também é citada a construção da estrada de ferro, finalizada em 1898, “depois disso, vi, ainda, a construcção do telephone para Carasinho; a luz electrica na cidade; a passagem do primeiro automovel”, sem esquecer o primeiro aeroplano em 1920. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.30).

A partir desse dia, nada mais vi que me impressionasse; mas a minha contemplação subsiste, e espero que a infinita bondade de Deus, que me creou e tem me nutrido até hoje, me permitirá contemplar ainda largo trecho

da vida de Passo Fundo, caracterizado pela máxima felicidade e glória do seu povo. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.30)

A nostalgia é marcante no relato do umbu, chegando até 1920, quando nada mais interessante foi contemplado. Parte do relato da árvore pode ser atribuída à própria observação do autor, especialmente a partir do momento em que passa a descrever as transformações urbanas, como a instalação da estrada de ferro, a passagem do automóvel e do aeroplano, que já aparecem com datas específicas (dia, mês e ano – acontecimentos “objetivados” em um tempo crônico). Essa modernização desencadeada nas primeiras décadas do século XX, embora ateste o progresso municipal (que deve continuar a ser contemplado no futuro), está envolvida no saudosismo do passado. Resulta da ação dos sujeitos históricos e de seus feitos “gloriosos”. Pensar na origem do povoado, naqueles que figuram entre os primeiros a se estabelecerem, é uma maneira de “domesticar a aceleração do tempo presente e ancorá-lo num passado” (MONTEIRO, 2006, p.58). Huyssen (2014, p.91) caracteriza a nostalgia como uma “saudade de um passado perdido” que acabou se transformando em uma “doença” com a emergência de uma nova temporalidade a partir do século XVII:

É fácil explicar essa codificação predominantemente negativa da nostalgia na modernidade: a nostalgia se contrapõem às noções lineares de progresso, ou até as solapa, quer sejam elas dialeticamente emolduradas como filosofia da história, quer sejam sociológicas e economicamente vistas como modernização. (HUYSSSEN, 2014, p.91).

De fato, o olhar de Xavier e Oliveira é nostálgico, a historicidade que marca sua narrativa tem esse teor, porém não é carregada de negatividade, não se configura como uma “doença” (talvez uma melancolia). O historiador não abandona, nesse caso, a noção linear de progresso cara a sua formação no seio do PRR, especialmente porque muitas de suas ações enquanto político contribuíram para isso, como o relato do Umbu demonstra. Sua melancolia provém do seu próprio saudosismo em relação ao passado da cidade, que é mesclado ao de sua própria família. Como o historiador vai ancorar o presente no passado, a forma de filiação, depende do regime de historicidade em que seu trabalho se inscreve. Nesse caso, os vínculos entre presente e passado são tecidos sob um olhar nostálgico, mas que não envolve necessariamente uma reprovação, ou uma perda no presente, mas sim uma admiração da história que está sendo narrada que leva a um otimismo em relação ao futuro, entendendo o progresso como natural e inevitável para a sociedade. Esse olhar, que pode ser observado no “modelo de enredamento da

história” proposta por Xavier e Oliveira, não pode ser entendido como “uma espécie de falsa consciência, destinada a servir a propósitos estritamente funcionais”, como ideologias políticas que marcavam o momento, “mas como expressão de um imaginário, ele mesmo histórico”. (FERREIRA, 2002, p.24).

### **2.3 Francisco Antonino Xavier e Oliveira e a história municipal no centenário de Passo Fundo**

É importante pontuar que essa nostalgia está presente em outras obras de Xavier e Oliveira, como por exemplo, em *Seara Velha*, um livro publicado em 1931 que reúne escritos do autor que envolvem retrospectões históricas, poemas e lendas locais. No próprio título desse livro, já está explícito o tom saudosista que coordena o olhar para o passado. O primeiro capítulo, intitulado *A tapera de Chicuta*<sup>59</sup>, é uma clara manifestação dessa forma de filiação ao passado. A descrição inicia pela observação do autor sobre a tapera do coronel, que reflete um estado de espírito: “nela me detendo por minutos nessa atitude que é própria do observador que contempla ruínas que se entrelaçam com o seu passado e fazem reviver sua saudade.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1931, p.3). Continua a narrativa contando que restavam apenas algumas árvores secas (novamente a imagem da árvore) e quase mortas naquele local: “Talvez por isso e sentindo ali o hálito da morte, a minha lembrança ao envez de ser excitada pela contemplação do sítio, como que mergulhou em torpor...”. Esse trecho, além de ser um exemplo dessa nostalgia que marca sua escrita da história, é também uma tentativa do autor de explicar, ao racionalizar esse olhar:

É que as taperas como aquela, são como os túmulos: arrastam para a realidade acabrunhadora o espírito, que, vendo-as assim tão triste, tão desoladas, não póde coordenar a sua manifestação num raciocínio lúcido – automatiza-se, sentindo mas não podendo exprimir o que pensa. Também, depois que a História recolheu o sangue do martir que ali morou, por essa forma encerrando a fé de ofício que ele trouxera da guerra da Tríplice Aliança contra Solano Lopes, para que viver mais aquelas arvores, si eram, na sua decrepitude, arvores de um tumulo em cujo fundo a gloria de Chicuta não carecia de sombra para viver?! (XAVIER E OLIVEIRA, 1931, p.4).

---

<sup>59</sup> Referência ao coronel Francisco Marques Xavier Chicuta, que participou da guerra contra o Paraguai (1864-1870) e depois ocupou a chefia do Partido Republicano Rio-Grandense em Passo Fundo (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998, p.69).

Cabe destacar que essa obra, ao misturar lendas, tradições e personagens/acontecimentos históricos, também tem uma forte relação com a memória do autor e o imaginário, que figuram como características de sua narrativa. Porém, é na década de 1930 que outros trabalhos de Xavier e Oliveira começam a se aproximar de uma narrativa cada vez mais “histórica” que busca uma legitimidade na capacidade de representância do passado a partir de interpretações com base em rastros tornados documentos e em suas próprias memórias, mas, diferentemente de escritos anteriores, tratam-se de lembranças de experiências vividas pelo autor, passíveis de uma objetificação a partir de uma datação específica, inserindo-as no tempo do calendário (outro conector importante). Portanto, são escritos com características um pouco diferentes. Essa mudança narrativa assinala transformações em seu olhar nostálgico. Enquanto *Terra dos Pinheiraes* trazia essa nostalgia dos primórdios da história passo-fundense (saudade de um tempo que não viveu), cada vez mais esse olhar do autor se aproxima de uma nostalgia de tempos e experiências que ele realmente vivenciou, como no caso da tapera de Chicuta. O recurso a uma escrita que assume uma linguagem poética, lírica, não desaparece, mas convive com descrições concisas, atentas a números, datas, personagens e documentos. Embora seus trabalhos anteriores constituam uma referência bibliográfica importante para os escritos das décadas de 1930, 1940 e 1950, o uso de vestígios, as citações de trabalhos de outros autores, as informações estatísticas, entre outros elementos, passam a figurar como recursos narrativos portadores de inteligibilidade na medida em que sustentam suas explicações históricas.

Suas obras assumem características “historiográficas” (CERTEAU, 2011, p.100), pois passam a compreender “seu outro – a crônica, o arquivo, o documento”, isto é, um “saber do outro”, que leva em consideração um circuito de produções e busca se inserir nesse mesmo círculo, fazendo surgir uma “linguagem referencial” que “tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade.” (CERTEAU, 2011, p.101). Não é que seus trabalhos anteriores à década de 1930 não utilizavam esses recursos. Inclusive, as notas em *Terra dos Pinheiraes* têm a função de serem um suporte do texto escrito, mas não se diferenciam dele, com poucas exceções. As referências são utilizadas para explicar quem contou para ele alguma parte da história, suas próprias lembranças, informações concedidas pelo seu próprio avô, enfim, são notas que poderiam ser incluídas no texto, pois dizem respeito mais a suas próprias experiências e

rememorações que a uma linguagem referencial, que busca em outras pesquisas e documentos uma legitimidade para o texto.

Entre alguns trabalhos que exemplificam essa mudança narrativa na escrita de Xavier e Oliveira estão *Passo Fundo Físico em 1934* (1990a), *Passo Fundo Económico em 1934* (1990a) e *Passo Fundo na Revolução de 1835* (1944). Essas publicações são relacionadas, nos dois primeiros casos, ao poder político local (mandados imprimir pela prefeitura de Passo Fundo para serem distribuído na 2ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira Anexa, realizada em 1940) e, no terceiro, um artigo publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Isso significa que são trabalhos que passam pelo crivo de outras instituições (uma política e outra profissional), o que influenciou o fazer histórico e sua escrita. Também é necessário levar em consideração a intencionalidade das obras em questão. As duas primeiras obras objetivam estabelecer resumos sobre a geografia e a economia da região, portanto, assumem um estilo menos rebuscado e poético em prol de uma descrição ampla das características do município. Em relação a descrição física, embora o texto não abuse de notas de rodapé, os documentos, como atas, atos, relatórios, jornais, bem como outras referências consultadas, constam no corpo do texto. A conclusão dessa descrição consolida a ideia de uma disposição natural favorável para o progresso da região e contribui para solidificar o imaginário de um progresso futuro:

Dispondo de recursos naturais tão amplos e tendo, ainda, para recomendá-lo, a salubridade notável do seu clima e a pureza das suas águas, de certo que, com os trilhos de aço que o vinculam a grandes mercados e a grandes portos, permitindo a expansão do seu comércio apoiada na operosidade de sua lavoura e indústria, reúne ele todos os requisitos, todas as possibilidades para o esplendoroso porvir que lhe desejamos. (XAVIER E OLIVEIRA, 1990a, p.221).

Os elementos naturais, somados às vias de comunicação (viação férrea), são as condições do progresso local, de seu desenvolvimento agrícola e industrial. É importante notar, nesta passagem, que é uma conclusão, um parágrafo de encerramento do livro, que, diferentemente de *Terra dos Pinheiraes*, o autor não utiliza recursos poéticos para explicar sua visão da história. Considerar os elementos naturais, mais a estrada de ferro, como fatores preponderantes para o crescimento da cidade, constitui uma constatação a partir da observação de uma documentação e das características físicas de Passo Fundo, e não uma formulação onde a imaginação e a memória contribuem preponderantemente para a compreensão de suas ideias. Porém, elas ainda



estão presentes, especialmente a imaginação – a paisagem “antropomorfizada” a que Catroga (2007) se refere.

A obra *Passo Fundo Económico em 1934*, constitui uma série de artigos enviados, originalmente, ao *Diário de Notícias* de Porto Alegre, mas só um desses textos foi publicado, pois como o autor explica na introdução, outros foram “extraviados”, e ele não teve tempo de redigir novamente. Mas, em virtude da exposição de 1940, buscou as notas desses trabalhos e o refez, ficando pronto em 1939. Logo no início do livro, já aparece uma fotografia de Arthur Ferreira Filho (prefeito municipal entre 1938-1941) e quatro fotos (duas por página) de trechos da cidade. Uma da avenida Brasil, considerada “uma das mais importantes artérias da Cidade, com dois mil e quinhentos metros de comprimento” (XAVIER E OLIVEIRA, 1990a, p.229), com os canteiros em construção em destaque, bem como uma foto da rua General Neto, apresentando a remodelação dos canteiros, mostrando o embelezamento da cidade. Na página 230, aparece uma foto da avenida Mauá (atual avenida Presidente Vargas), com destaque para os moinhos, que se localizavam próximo aos trilhos. A outra foto, na mesma página, é da rua Independência, onde aparecem a praça Marechal Floriano e o prédio do Banco da Província.

Essas fotos, além de constituírem uma introdução ao texto, priorizam um aspecto urbano da cidade, dando destaque ao embelezamento das suas praças e avenidas e ao desenvolvimento industrial e comercial. As fotos nesse documento também devem ser consideradas na sua ambiguidade documento/monumento, pois além de monumentalizar certos espaços (que estarão presente na visualidade urbana em 1957), também servem como um atestado, como uma prova das conclusões do autor sobre a economia de Passo Fundo (um conector da narrativa). Sobre a escrita, também são apresentadas no corpo do texto referências a dados oficiais em algumas ocasiões. Embora não conste a localização e o nome desses documentos, são mencionados censos realizados pelo estado, que corroboram a conclusão do autor sobre a base da agricultura repousar na pequena propriedade (com economia agrícola marcada pela criação de gado e lavoura). Xavier e Oliveira faz um apelo em relação a uma atenção maior ao cultivo do trigo, incluindo um poema de sua autoria intitulado *Pelo Trigo* (que será reproduzido em 1957) para reivindicar a criação de um “posto técnico” para estudo do grão (o próprio inclui uma nota explicando que uma instalação nesse sentido já havia sido criada – a Estação Engenheiro Englert, no distrito de Sertão).

No artigo *Passo Fundo na Revolução de 1835* (1944), Xavier e Oliveira abusa das notas explicativas (o artigo tem 24 páginas e 124 notas de rodapé), onde indica referências a documentos, outras obras suas publicadas e de outros historiadores, bem como explicações adicionais sobre localizações, personagens e datas. Não obstante *Terra dos Pinheiraes* ser uma das obras mais citadas, a narrativa desse trabalho se desenrola de uma forma totalmente diferente ao se limitar a transcrever a passagem de personagens pela região e as batalhas que ocorreram, tendo como subsídio uma “linguagem referencial”, na definição de Certeau (2011). Essas considerações sobre as mudanças narrativas que se encontram nos trabalhos de Xavier e Oliveira são importantes para definir o estado em que se encontram as produções a serem divulgadas em 1957. Lembrando que são obras que foram redigidas na década de 1940, mas mandadas imprimir pela prefeitura na ocasião do centenário municipal – *Rememorações do Nosso Passado* (1957); *O Município de Passo Fundo Através do Tempo* (1957); *Passo Fundo na Viação Nacional* (1957); *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo* (1990b).

*Rememorações do Nosso Passado* é uma publicação de 56 páginas, com breves capítulos sobre variados temas, “rememorações” sobre a história da cidade realizada pelo autor. Os capítulos que compõem a obra são: *Passo Fundo na Abolição*; *A República em Passo Fundo*; *Passo Fundo de 1888*; *Serviço Judiciário*; *A Colonização do Município*; *O Trigo em Passo Fundo*. O tópico relativo à abolição da escravidão diz respeito à ação de uma elite política e econômica e não aborda o escravo, ou mesmo o negro liberto, como sujeito ativo na história, afirmando que o município já se encontrava livre da “mancha do cativo” antes mesmo da Lei Áurea. “Melhor que palavras, porém, falam os dentro da necrópole que é o passado, incitando o dia de hoje a análogos gestos e atitudes, os factos que entram a ser lembrados.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.9). Assumindo sua visão nostálgica da história, compreendendo o passado como uma “necrópole” que guarda os fatos a serem lembrados no presente, o historiador inicia sua narrativa sobre o movimento abolicionista passo-fundense. Dessa forma, são listados os sujeitos e os acontecimentos que livraram a cidade da escravidão, na visão do autor. Entre os primeiros “fatos”, está a sociedade fundada pelo dr. Cândido Lopes de Oliveira e o Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães em 13 de agosto de 1871 que visava à emancipação de crianças cativas do sexo feminino.

Alvorecer radiante de uma jornada que viria enobrecer o civismo da terra, pois que colocava acima do interesse particular o sentimento de humanidade e o desejo de concorrer para que a Pátria pudesse nivelar seus filhos, aperfeiçoando suas instituições pela igualdade deles, decerto que a bandeira, assim desfraldada, sacudida por uma propaganda tenaz pelos batalhadores que a sustentavam, não poderia deixar de constituir alicerce o mais sólido para um resultado condigno do patriotismo que nela se patenteava tão exuberante. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.9-10).

Mais uma vez, é perceptível que o passado encerra as glórias que devem alimentar os sentimentos de pertencimento, de filiação a uma história municipal comum, narrada pelo autor. Esses sujeitos e seus feitos devem servir como exemplos ao presente. No entanto, sua publicação em 1957 contribui para apresentar ao público (tanto munícipes quanto visitantes) as qualidades dos antepassados da sociedade política local, traçando raízes cívicas e patrióticas (os sentimentos quentes) que colocam o município como “altar da pátria”, desde a década de 1870. O capítulo *A República em Passo Fundo* também se inscreve nessa perspectiva de construção de um passado comum ao município, com seus próprios personagens e acontecimentos, vinculado à história do estado e do país, mas com suas particularidades que o tornam singular, que lhe conferem uma identidade própria na região. Sua publicação em 1957 também contribui para apresentar ao público o civismo de Passo Fundo, expresso na sua participação nesse evento político. Além disso, nesse capítulo, Xavier e Oliveira deixa claro que sua narração é baseada nas suas pesquisas, mas também na sua experiência com morador do município:

Por duas razões estaria eu a isso obrigado moralmente, sendo a primeira a de que, pesquisador antigo da história da circunscrição e não podendo, como tal, ter sido indiferente a assunto de tanta importância, como esse, a mim, mais que qualquer outro conterrâneo, caberia desenvolvê-lo em tão oportuna ocasião; mesmo porque – segunda razão – aqui morando desde 13 de Outubro de 1888, de certo que, embora menino ao tempo, deveria ter acompanhado a vida local e, neste caso, ser testemunha de algo do grande tema no período entre tal data e o momento em que vitoriosa, a República entregaria os destinos de Passo Fundo ao Partido propugnado a Monarquia. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.17).

Não é apenas um historiador que apresenta suas considerações a partir da leitura de documentos, de fontes, que servem como conectores com o passado. Xavier e Oliveira não está apenas inserindo o município e seus habitantes, a partir de determinados sujeitos e acontecimentos, em um calendário cívico amplo, que abrange o país inteiro, mas está se colocando como testemunha desse passado. O que possibilita legitimar na sua escrita uma representância histórica não apenas pela pesquisa, mas pela

ocularidade – ele pode dizer “eu estava lá”, “eu vi”, mesmo que fosse apenas um menino naquele ano, como o autor mesmo adverte. Isso ao mesmo tempo o coloca no panteão das grandes personalidades do município, pois suas observações o entrelaçam com os personagens da história, como o “patriarca” Joaquim Fagundes dos Reis (considerado o responsável pela emancipação de Passo Fundo)<sup>60</sup> ainda na Revolução de 1835. A Revolução Farroupilha aparece como um prelúdio da participação da cidade na proclamação da República, como se as ideias “republicanas” que moveram os farroupilhas entre 1835-1845 fossem as mesmas, ou ao menos uma continuidade das ideias republicanas na década de 1880.

Nessa “fase nova” do movimento em Passo Fundo, Xavier e Oliveira descreve os primeiros integrantes do grupo republicano (nomeia os sujeitos) como jovens e sem expressão política, ridicularizados pela sociedade, especialmente pela fraca iluminação da casa em que se reuniam, o que lhes rendeu o apelido de “Clube do Toco de Vela” (seleciona os lugares associados aos sujeitos dessa história). Depois de narrar as origens do republicanismo local nessas duas fases, o autor caracteriza a configuração partidária nos momentos derradeiros do Império e lista o nome dos integrantes das “fileiras republicanas” na cidade. Em 1888, aparece na história do republicanismo passo-fundense o major reformado Lucas José de Araújo, comerciante que promovia reuniões para debater as ideias republicanas e que assinava e difundia o jornal *A Federação*. É importante notar nesse momento como a história municipal se entrelaça com a própria trajetória do seu autor, com sua participação política (funcionando como elemento de legitimidade da narrativa) e com suas lembranças (um dos conectores essenciais com o passado narrado):

Foi através dessas palestras, que recorda com indelével saudade, que o autor do trabalho presente, sem que o percebesse então, reuniu grande parte das noções que não concorreram para seus labores históricos e também a este auxiliaram preciosamente. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.21).

Xavier e Oliveira indica que sua própria percepção da história brota do ideário republicano difundido no município a partir de um contato direto com membros e difusores do PRR em Passo Fundo. Isso confirma plenamente o regime de historicidade presente em sua obra, alinhado com uma compreensão de temporalidade que marcava

---

<sup>60</sup> De acordo com Nascimento e Dal Paz (1995, p.22) foram as qualidades morais e as relações de Joaquim Fagundes dos Reis que possibilitaram a Passo Fundo se desligar de Cruz Alta, com isso “tornou-se líder do povoado e o organizador da emancipação política de Passo Fundo. [...] Por isso foi escolhido como o PATRIARCA nascente da população passo-fundense.”

discursos de cunho histórico em âmbito regional, porém, transformado pela sua grande admiração e saudosismo em relação ao passado, o que acentua uma característica nostálgica na sua percepção, fazendo com que o passado seja admirado em uma glória que não pode ser comparada ao presente. O capítulo *Passo Fundo de 1888* é muito importante para o presente trabalho. Permite perceber a mudança de tom nessa escrita saudosista que marcar a história de Xavier e Oliveira, pois ao observar como a modernização, o progresso e o crescimento urbano modificaram a cidade, sua saudade não é mais de um tempo primordial, na aurora do povoamento, envolvendo uma descrição lírica de um passado apenas admirado pelo autor, mas não vivido por ele. Sua nostalgia é direcionada a um tempo em que ele viveu, onde suas lembranças corporificam e autorizam suas reflexões sobre a modernidade que invadiu e transformou sua casa. A partir de uma descrição dos limites urbanos, das ruas e edificações que existiam em 1888, a escrita da história, baseada provavelmente em pesquisas anteriores, presentes em obras como *Annaes do Município de Passo Fundo*, de 1908, e o já citado *Terra dos Pinheiraes*, de 1927, estimula sua memória, trazendo à tona lembranças, rememorações que passam a circular nas comemorações do centenário em 1957.

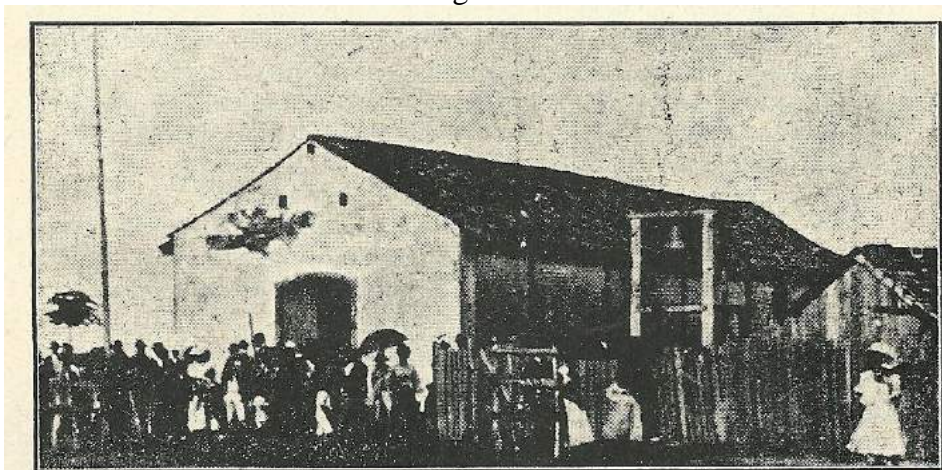
Xavier e Oliveira começa sua descrição circunscrevendo o núcleo urbano em 1888. Nessa descrição, demasiado longa, interessa notar as referências aos principais espaços que vão povoar o imaginário e a visualidade urbana da capital do planalto. Locais como a estação férrea, as ruas Paisandú e Uruguai, a avenida Brasil, a rua Quinze de Novembro e a rua Moron e o espaço onde encontra-se a praça Marechal Floriano, local onde, segundo o autor, havia sido construída a “velha Matriz da Vila”:

Era nessa campo que se erguia a velha Matriz da Vila, consagrada a N. S. da Conceição Aparecida e na qual, por espaço de mais de 70 anos, desde a sua construção, concluída a 23 de Agosto de 1832, as gerações que aqui vieram surgindo ou pela morte sendo levadas, receberam a água do baptismo ou foram aspergidas pela da encomendação, ministradas pela fé católica: razão pela qual a sua fotografia, tirada muito depois, quando em ruínas já se achava, e convertida em cliché, bem merecia o lugar que lhe dou à margem desta rememoração. Ficava o histórico templo no terreno em que está sendo levantada a futura catedral, ao sul desta, porém com a frente para nordeste, e, comquanto construída de tijolos, tinha as paredes alternadas com esteios de madeiras. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.28).

Espaço que caracteriza o coração da visualidade da capital do planalto, como demonstra a série fotográfica *O Município Ilustrado*, do guia comemorativo de 1957, a praça Marechal Floriano, onde a nova catedral estava sendo erguida naquele momento, concentra ao seu redor a vida comercial e social de Passo Fundo, nas imediações da

estação férrea, reunindo os principais hotéis, as casas comerciais e clubes, constituindo um ponto de encontro dos munícipes e espaço de festas e desfiles cívicos. Nesse sentido, a presença de uma única fotografia de edificações ser da “velha Matriz” assume uma função tanto documental, ao comprovar ao leitor as mudanças ocorridas na área central, quanto monumental, uma imagem capaz de evocar a lembrança do autor e daqueles que viveram a passagem do século XIX para o XX e estimular a imaginação dos leitores. Lembrando que a mesma fotografia marca presença na obra *Terra dos Pinheiraes*, de 1927 – espaço marcante entre dois centenários. Uma foto que, embora ateste as transformações urbanas que ocorreram, também implica a evocação da ausência daquele mundo, pois como diz Sontag (2004, p.26), “todas as fotos são *memento mori*. Tirar uma foto é participar da mortalidade, da vulnerabilidade e da mutabilidade de outra pessoa (ou coisa).”

Figura 1



“Antiga Matriz de Passo Fundo – Seu estado em 1908 mais ou menos” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.29)<sup>61</sup>

Ao mencionar a antiga igreja, Xavier e Oliveira faz menção às “gerações” que surgiram e foram levadas pela morte. Essa noção confere um cariz de legitimidade à escrita, pois refere-se aos passo-fundenses que construíram a cidade e frequentaram o antigo templo. Embora não exista uma caracterização dessa “geração” (quem eram e o que representavam), tal menção constitui um “conector” com o passado ao sugerir a existência de um grupo anterior que tem o mérito de ter participado dessa história como promotores do progresso que conduziu à atual configuração de Passo Fundo em 1957. A

<sup>61</sup> A publicação tem como dimensões: 23cm (vertical) por 15cm (horizontal). Essa imagem retangular aparece em uma página inteira, com 7cm (vertical) por 14cm (horizontal).

forma como essa “geração” aparece na escrita, envolvida em tom lírico, poético, contribui para a aura nostálgica que envolve o próprio autor no momento de sua reflexão, constituindo algo mais que simples recurso retórico. É por meio desse conector, que concilia gerações que vão nascendo e morrendo, que se torna perceptível a exaltação do passado, mas diferentemente dos escritos de 1927, a melancolia transparece nas entrelinhas, pois o olhar é direcionado a um passado vivido pelo historiador.

O autor segue comentando sobre os espaços que foram modificados em virtude do crescimento urbano, como o cemitério público, que ficava nas imediações da antiga matriz e foi removido para outra localidade, mais afastada do centro. Também comenta sobre a rua do Comércio, atual avenida Brasil, principal via da cidade, que remonta ao caminho percorrido pelas tropas de cavaleiros e muars, contendo irregularidades, moitas, macegas e gramados na frente das edificações em 1888, situação muito diferente daquela vivida em 1957, com exceção dos espaços mais afastados do centro urbano, que não aparecem nas fotografias que conferem a visualidade da capital do planalto no ano de seu centenário. Como não havia iluminação pública, e “em regra, os moradores não costumavam, senão raramente, iluminar os compartimentos da frente de suas casas”, ao cair da noite era preciso tomar cuidado ao andar nas ruas por causa do gado que circulava solto na vila. Acentuando a diferença entre passado e presente, o historiador ainda complementa um detalhe no cenário descrito: “em certas noites se ouvia na rua do Comércio o berrar solene dos touros que vinham de tais campos e a percorriam, dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.31). Mas a mudança mais importante, onde é possível identificar na narrativa do autor a temporalidade contemporânea contrastando com aquela vivida no século XIX, reside na sua reflexão sobre a falta de hotéis:

Outra coisa que não tinha a terra era hotel, aliás desnecessário mesmo, de vez que raros, muito raros eram os forasteiros que nela apareciam, vindos de outros pontos da Província; e os moradores do Município, que vinham a compras ou a outros negócios, em regra tornavam no mesmo dia para suas casas, e quando o não fizessem, se hospedavam com parentes ou amigos. Era isso a continuação de tradicional costume da campanha, onde, nas moradas, não deixava de haver quarto de hóspedes, sempre recebidos e tratados com cavalheirismo, embora o morador não fosse rico. Era esta, ao tempo, uma das faces mais belas dos costumes rurais do Município, e com a observação de que se o recém-chegado estava mal de cavalo, ou de outro obséquio que necessitava, não deixaria de ser atendido, às vezes espontaneamente, pelo seu hospedeiro. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.31).

Em virtude da estação férrea, instalada em 1898, como já indicado, vários hotéis foram inaugurados no entorno da praça Marechal Floriano, para atender ao constante fluxo de passageiros que desembarcavam a negócios na cidade, ou mesmo apenas paravam, pernoitando, para no outro dia seguir viagem. A estrada de ferro introduz novo ritmo a uma cidade que ainda encontrava-se em um estado de vila. Os visitantes já são tantos e chegam tão rápido que o “tradicional costume da campanha” acaba desaparecendo. Ao apontar a beleza desse costume, o saudosismo nostálgico, melancólico, frente à modernização urbana de Passo Fundo fica claro. No passado, vivido por Xavier e Oliveira, o município era de fato quase como sua casa, onde todos os visitantes eram bem recebidos, bem tratados, havia um tempo e um espaço mais amistosos e honestos. As pessoas viviam e projetavam nas coisas ao seu redor um outro ritmo temporal. A humildade e a simplicidade também marcam as décadas finais do XIX, como aparece em outro trecho da narrativa que versa sobre antigos costumes:

[...] e situada em uma zona pastoril, em que eram mantidos os tradicionais costumes gaúchos, de certo que Passo Fundo teria de primar então pela singeleza de viver, não abrigando luxo nem mesmo na classe mais abastada ou rica de sua população. Tanto que entre os homens, salvo poucas exceções, o trajar habitual se cifrava a fazenda de algodão; em lugar de colarinho e gravata, o lenço ao pescoço, de algodão ou de seda, e consistindo o calçado em chinelos ou tamancos, com e sem meias, conforme variação do tempo. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.34).

Depois dessa descrição sobre as vestimentas na década de 1880, Xavier e Oliveira (1957a, p.35) ainda comenta sobre as religiões naquele momento. A maioria da população era católica, e a minoria protestante. Em relação aos católicos, são citadas algumas festas religiosas realizadas na cidade, com destaque para a de São Miguel. Sobre os protestantes, embora não tivessem igreja, “dispunham de pequeno cemitério”, onde estava sepultado “Adão Schell, o velho, falecido a 24 de agosto de 1878, e pessoas de sua família.” A família Schell, de acordo com o historiador, foi a primeira de estrangeiros a se domiciliar em Passo Fundo (conforme consta na primeira página de *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo*). Ao lado dessa breve descrição das religiões e suas práticas, é citada a Câmara Municipal, a composição dos vereadores, bem como o poder judiciário, seus membros e funções exercidas. O capítulo é finalizado com as seguintes palavras:

Era, pois, bem diferente de hoje, Passo Fundo de 1888. Descrevendo-o, talvez minha memória claudicasse nalgum ponto. Si isso aconteceu, resta que



os contemporâneos o corrijam. Será serviço prestado à história da terra, que deve ter o nosso culto porque nela é que estão as nossas origens, talhadas pelas gerações que no seu espaço mergulharam no sono misterioso da morte. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.36).

Permanece na escrita do autor a percepção do município, do local, enquanto “altar da pátria” que estava presente em *Terra dos Pinheiraes*. Novamente transparece o apelo as “gerações” passadas, responsáveis pelas origens dos homens no presente, estabelecendo um elo entre o vivido e o passado. O uso desse conector em um capítulo destinado a ser, inicialmente, uma descrição de Passo Fundo em 1888, auxilia para o estabelecimento de uma narrativa que transpira uma nostalgia em relação àquilo que o lugar descrito foi. Em *Terra dos Pinheiraes* e *Seara Velha*, essa referência à morte dos antepassados já aparecia – o olhar de Xavier e Oliveira já observava as transformações pelas quais seu município, sua própria casa, passava, desde a inelutável perda de seus habitantes mais antigos, até as próprias mudanças no cenário urbano. Não existe, necessariamente, uma desaprovação do presente, apenas a saudade das gerações passadas, da sua luta para tornar sua “terra” um lugar melhor e da aura que envolvia a cidade e suas sociabilidades no passado. É preciso aprofundar um pouco mais a reflexão da repetição dessa metáfora sobre a passagem do tempo contida na observação da morte dos antepassados nas obras do historiador. Seguindo os passos de Bachelard, é possível entender essa observação de Xavier e Oliveira como uma espécie de “maravilhamento”:

Esse adorno, em seu elemento decisivo, não deve ser uma sobrecarga de belezas múltiplas: um maravilhamento pode, ao depois, tornar-se prolixo. No momento, porém, em que vive o seu espanto, o ser maravilhado faz abstração de todo um universo em proveito de um traço de fogo, de um movimento que canta. (BACHELARD, 2001, p.66).

Qual seria o elemento decisivo, a “beleza primeira” desse espanto, desse “maravilhamento” contido na observação do passado? O próprio passado, o “antigo”, maravilha Xavier e Oliveira. As gerações que penetraram no “sono misterioso” da morte, que passaram para o passado, que entraram para a história passam a conectar os vivos com esse mistério. Mas o espanto, o maravilhamento, reside no passado em si, esse é o elemento primeiro. A morte transmuta os homens do presente em sujeitos do passado, de certa forma, os homens não morrem, passam para as páginas da história suas experiências narradas pelos guardiões da memória e da história do município, tornam-se exemplo para o presente. A imaginação é essencial nesse momento da escrita, tanto para o autor, como para o leitor. É por meio dessa faculdade que Xavier e

Oliveira, articulando suas memórias com a história, expressa, no momento da escrita, sua percepção nostálgica do passado, figurada na analogia entre o sono e a morte. “A frase é uma ação, ou melhor, um modo de agir. A imaginação dinâmica é precisamente o museu dos comportamentos.” (BACHELARD, 2001, p.61-62) A nostalgia pode ser entendida como uma espécie de comportamento em relação ao passado. A imaginação coloca esse comportamento em ação por meio das palavras empregadas pelo autor.

Esse conjunto de imagens - a terra, a morte, o sono - está carregado de diferentes temporalidades que emergem em 1957. No momento em que aparecem, a experiência temporal que marcava o regime de historicidade tinha um caráter progressista, de aceleração do tempo que se desencontram dessas imagens literárias. Isso porque tais imagens assumem um natureza dialética - são imagens dialéticas (DIDI-HUBERMAN, 2010). Terra, sono, morte - constroem sentidos de estabilidade, de inércia. São imagens que aparecem nesse momento, carregando essas contradições, mas "é um erro acreditar que, uma vez *aparecida*, a coisa *está*, permanece, resiste, persiste tal qual no tempo, como nosso espírito que a descreve e a conhece." (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.9). São lampejos de uma compreensão do tempo de outra época que emergem nas figuras poéticas evocadas no texto de Xavier e Oliveira.

Mas o pensamento desorienta-se uma segunda vez realizando com a coisa *desaparecida* a mesma abstração que com a coisa *aparecida*. Também aqui terá que se ter em conta o que se segue, quer dizer, a maneira como essa coisa que *já não está* permanece, resiste, persiste tanto no tempo como na nossa imaginação que a rememora. Como falar da aparição de outro modo que não seja sob o prisma temporal da sua fragilidade, aí onde ela volta a mergulhar no obscuro? Mas como falar desta fragilidade de outra maneira que não seja sob o prisma de uma mais sutil tenacidade, que é força de assombração, de retorno, de sobrevivência? (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.9).

Essas imagens são sobrevivências de um passado vivido por Xavier e Oliveira, mas elas podem alcançar temporalidades ainda mais obscuras, mais remotas, como aquela vivida por seus antepassados. Elas irrompem em um presente "progressista", para em seguida desaparecer. Mas elas não desaparecem inteiramente. Seu ritmo permanece ecoando na sociedade, as obras do "pai da história" de Passo Fundo continuam evocando reminiscências de um passado ausente. O maravilhamento com o passado é também uma assombração. A capital do planalto tem suas raízes, tem seu passado que a puxa, que confere estabilidade, que envolve seus munícipes, os abraça em seu sono eterno.

Logo depois desse final marcante e nostálgico, segue o capítulo sobre o *Serviço Judiciário*, onde o autor descreve o processo de instalação do foro em Passo Fundo, iniciado em 1857 (um breve texto, ocupando apenas uma página no livro), passando para o tópico sobre *A colonização do Município*, onde Xavier e Oliveira (1957a, p.49) aponta que, em 1889, Tomás Canfield inaugurava a Colônia Canfield, com três famílias de agricultores italianos, mas que foi interrompida por duas condições: a falta de comunicações e de uma via para escoar a produção e a “guerra civil” em 1893. A partir de 1897, de acordo com o historiador, depois da pacificação no estado e do estabelecimento da estrada de ferro, foi possível o desenvolvimento de várias colônias na região, como as do distrito de Carazinho pela “firma Schmitt & Oppitz” que empreendeu a “colonização do Alto Jacuhy, com sede em Não me Toque, à qual seguiam-se a de Saldanha Marinho, iniciada em 1898 pela empresa Castro, Silva & Cia e a de Dona Ernestina, do coronel Ernesto Carneiro da Fontoura”. A estrada de ferro aparece como propulsora do progresso e da ocupação da região:

A partir daí, claro estava que a abertura do tráfego ferroviário, aqui verificada a 8 de fevereiro de 1898, accionaria poderosamente o fator em referência, não só pelo estabelecimento de novos núcleos, como ainda, por penetração avulsa de colonos que, atraídos pela fama de fertilidade das terras do Município, de outras colônias do Estado, como em vasta escala aconteceu, para cá se deslocassem. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.49).

Continuando, o autor ainda cita as colônias de Marau, Teixeira, Sertão, Sarandí, Santa Cecília, Nicolau Vergueiro, Varzinha, Erechim, Sete de Setembro, Boa Vista, Getúlio Vargas, Tamandaré, Selbach e Boa Esperança. Xavier e Oliveira finaliza suas lembranças com o capítulo *O Trigo em Passo Fundo*, cujo cultivo remonta a 1858, de acordo com dados da Câmara Municipal citados pelo autor. Trazendo como referência seu *Relatório da Propaganda Agrícola* de 1917, o historiador cita os dados do cultivo de 1875 e faz uma apologia ao seu plantio, indicado como “empreendimento de êxito seguro, constituindo uma das mais sólidas esperanças de nossa terra.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.54). Ainda cita um relatório da Câmara Municipal oferecido à Assembleia Legislativa em 1881, onde os poderes políticos locais queixam-se do fraco desenvolvimento do cultivo do trigo, dada a situação geográfica, distante dos mercados consumidores e do litoral, o que dificultava o transporte da produção agrícola. De acordo com o relatório:

Não ha esperança da agricultura corresponder á riqueza productiva, sem o melhoramento das vias de comunicação, abrindo-se boas estradas de rodagem, estabelecendo-se pontes nos arroios, e, sobretudo, depois disso, colonizar-se a região ubérrima do valle do Uruguay em sua margem esquerda acima da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Nonohay, e margem direita do rio Passo Fundo, tributário d'aquelle. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.54).

Percebe-se uma defesa contínua do melhoramento na comunicação, que representa uma facilidade na escoação da produção agrícola – mais e melhores estradas e a defesa aberta da produção de trigo como fator preponderante e histórico do desenvolvimento local. É importante notar a ideia de continuidade conferida ao problema do transporte e da produção do trigo, pois são duas questões que marcam a conjuntura política e econômica do município em 1957. É perceptível como a obra de Xavier e Oliveira, inserida em uma temporalidade saudosista, nostálgica, que prioriza a grandeza, o “maravilhamento” com o passado, diferindo radicalmente da percepção desenvolvimentista que marcava o discurso político na década de 1950, vai ao encontro dos anseios do presente (1957). Justifica-se dessa forma a escolha dessa obra como comemorativa do centenário da emancipação política. Embora articulando as categorias temporais – passado, presente e futuro – de uma forma diferente do regime desenvolvimentista, marcado por um “futurismo”, os temas vão ao encontro das necessidades do momento. Isso somado ao prestígio de Xavier e Oliveira e seu papel ativo na vida política do município tornam esse conjunto de obras selecionadas para reimpressão em 1957 perfeitas para a comemoração.

Em *O Município de Passo Fundo Através do Tempo*, outra de suas obras selecionadas e publicadas pelo executivo municipal para as comemorações do centenário de 1957, o papel da cidade como “altar da pátria” é reforçado, bem como sua posição como líder, como centro regional no norte do estado. Assim como *Rememorações do nosso passado*, não é uma publicação escrita em 1957, mas sim em 1937, para o aniversário municipal naquela década. Assim, também se trata de uma escrita comemorativa, mas reimpressa duas décadas depois de ser escrita, passando por diferentes estágios de seleção – a operação historiográfica (nesse caso, mesclada com a memória de Xavier e Oliveira), com a seleção dos personagens, dos acontecimentos e dos lugares importantes na sua percepção da história e a seleção da comissão organizadora e da prefeitura que patrocinam a publicação. Esse livro, de 31 páginas, dividido entre os tópicos *O Território, A População e Organização Política*

(priorizando claramente esse último, com 20 páginas), inicia com uma apologia à pátria, de forma semelhante àquela realizada em *Terra dos Pinheiraes*:

Recanto pátrio que nos deste o berço ou a morada, ambos capazes de gerar, nutrir e aprimorar, sublimizando-o até, o amor que mereces; terra fecunda que nos proporciona o pão e o espaço para a vida; panorama formoso que, para sempre gravado em nossa alma, lhe serves de pólo magnético, e, ao longe, a balsamizas na hora da saudade; ares lavados pela altitude e tonificados pelas essências de uma flora tão rica em variedades quanto em seiva; águas fartas e puras, em cujas restingas poéticas os pássaros orquestram o seu encanto pela beleza que os cerca e inspira; coxilhas que lembram tradições heroicas e conservam as lendas de idos tempos; solo, enfim, que és o ossário dos antepassados e entes caros nossos que a morte a levou, mas deixando viva, para estímulo do presente e do futuro, a lembrança dos feitos com que te honraram – recebe, nesta exígua revista aos teus 80 anos de vida municipal, o humilde culto filial que te rende o obscuro autor dela. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.2).

Esse pertencimento (sentimento quente, a força de proteção que a casa oferece ao seu habitante), também eleva, ou seja, o amor ao local, ao pequeno município, conduz a “ares lavados pela altitude”, impregnados pelas essências naturais que tornam a região rica. A saudade também está presente nesse sentimento pátrio, bem como a visão nostálgica dos feitos heroicos realizados pelos antepassados, pelas gerações anteriores ao presente, levados pela morte. Os mais altos valores patrióticos são alimentados pelas ações dos sujeitos que entraram para a história, pelos nossos “entes caros”, que ao morrerem são incorporados novamente à terra, ao município que é o pináculo de sustentação da pátria. Essas ações, esses feitos, devem ser o “estímulo” às ações do presente, para almejar um futuro tão glorioso quanto aquele dos heróis e das lendas que entram para a sua escrita. O próprio Xavier e Oliveira se coloca como “obscuro” e “humilde” frente aos oitenta anos que o município completava em 1937, o que ressalta sua admiração, seu “maravilhamento” com o passado de Passo Fundo. Embora a “pátria” apareça como algo “elevado”, pois paira acima, abraçando, protegendo seus filhos, e só é alcançado por uma conseqüente “elevação” (o maravilhamento é essa elevação), também está associada com a terra, com *O Território*, com uma espécie de “enraizamento” (BACHELARD, 1990, p.92), pois o sujeito “sobe”, sublima-se com esse sentimento, mas inevitavelmente retorna ao “ossario dos antepassados”. O alto da árvore, sua copa (a pátria) tem sua base nas raízes que encontram-se entranhadas na terra. Mais uma vez a terra, o sono, a morte realizam uma aparição nos escritos de Xavier e Oliveira:

A imagem, com efeito, fundamentalmente extravasa (*vagat*): erra à aventura, vai e vem, daqui e dali, espalha-se sem constrangimentos óbvios. Resumindo, a imagem borboleteia, como se diz. Isto não significa, de modo nenhum, que seja imprecisa, improvável ou inconsciente, mas que todo o conhecimento das imagens em geral deve construir-se como um conhecimento dos movimentos exploratórios de cada imagem em particular. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.15-16).

A imaginação (re)cria imagens - o "ossario dos antepassados" é uma nova figura que aparece na narrativa do historiador, mas com reminiscências de outros tempos, de outros escritos. Isso necessariamente não é inconsciente, pelo contrário. Esta nostalgia já havia assumido outras formas em outros momentos, como em 1927 e em 1948 (data em que a obra em questão é escrita). Seu estado nostálgico, nesse momento, associa-se a uma exaltação patriótica, que vai ao encontro de uma necessidade própria de uma data comemorativa. Mas estas aparições de imagens da morte, do sono, da terra que irrompem nesse contexto comemorativo guardam ambiguidades. Exaltam sentimentos patrióticos pelo município ao traçar suas raízes (os antepassados são raízes enterradas na terra, na memória), mas também consistem em uma crítica, uma advertência ao ritmo acelerado do progresso que invadia Passo Fundo e alterava suas características urbanas, os costumes antigos e os lugares de memória do autor.

Também é necessário destacar que a exaltação dos sentimentos pátrios (insuflados especialmente pelo passado, no caso da sua narrativa) vai ao encontro das intenções do poder político nos anos finais da década de 1950. As comemorações do centenário têm, entre outras funções, o objetivo de inserir a cidade em um plano nacional. Destacar seu valor para a pátria acompanha essa intenção. Depois dessa breve passagem, que aparece no livro como a epígrafe do capítulo inicial (*O Território*), o historiador emprega uma narrativa descritiva, citando a constituição geográfica do município desde 1857, as vilas que foram se emancipando em 1874 e 1875, exemplificando com dois mapas de sua autoria, um que mostra o território municipal no período de 1901 a 1918, apresentado na Exposição Nacional de 1908, e outro que mostra a extensão do município em 1929. Depois dos mapas seguem as descrições das emancipações ocorridas em 1890, 1891, 1903, 1918 e em 1931, concluindo com o seguinte parágrafo:

Resulta que a primitiva área do Município encerra hoje, além do remanescente dele, os de Soledade, Erechim e Carazinho; extensas partes dos de Cruz Alta, Guaporé e Iraí, e, ainda, os de Encantado e Jacuí, desdobrados de Soledade, e o de Getúlio Vargas, em parte maior do de Erechim. Foi, pois, madre fecunda de municípios, papel histórico em que a sua vastidão primitiva

se reduziu aos 7.456 quilômetros quadrados que ora tem, dos quais 4.290 em antigas florestas, já amplamente colonizadas, e o restante de campos. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.7).

Xavier e Oliveira não se limita a apenas descrever os desmembramentos territoriais que Passo Fundo sofreu ao longo de seus oitenta anos. Ele deixa claro o papel histórico que Passo Fundo assume como “madre” das cidades vizinhas. Esse argumento vai, evidentemente, ao encontro do imaginário de capital do planalto tanto difundido nos anos 1950. No tópico sobre *A População*, o historiador se baseia em diferentes censos realizados, desde 1858, quando contava a cidade com uma população de 8.208 habitantes. O principal objetivo do capítulo é mostrar o crescimento populacional, apesar das constantes emancipações e da conseqüente perda territorial. Destaca-se o censo de 1900, que apontava uma população de 21.254 habitantes, mas indicando um decréscimo no aumento populacional em comparação com dados de 1890. A explicação para isso, de acordo com o autor, “é que o decênio fôra profundamente abalado pela guerra civil de 1893 a 1895” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.8). Em 1920, a população indicada é de 65.528 habitantes, mostrando um crescimento acelerado, destaca o historiador, mesmo com Passo Fundo enfrentando a perda de Varzinha em 1903 e do “sertão do Uruguai (1918)”. Concluindo, “ao que parece, porém, o número de habitantes, que temos hoje, se já não é de 75.000, longe não estará de os completar, dado o desenvolvimento flagrante que tem tido o município.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.9).

Utilizando os dados censitários, Xavier e Oliveira busca comprovar a força do crescimento e do progresso que Passo Fundo assume na região, pois mesmo com uma diminuição considerável de seu território, continuou em franca expansão, encerrando a década de 1910 com aproximadamente quarenta mil habitantes, e chegando ao final de 1950 com mais de setenta mil. A “guerra civil” de 1893 mais uma vez aparece como um momento trágico de interrupção do progresso contínuo destinado para a cidade. Em relação à *Organização Política*, o historiador descreve as instituições, os cargos e funções dos poderes públicos municipais (Executivo, Legislativo e Judiciário), desde a década de 1820, até os dias atuais. Com base na Constituição do Império, de acordo com o autor, em “todas as cidades e vilas, existentes ou a surgirem, haveria câmaras para o governo municipal” que teriam “deveres importantíssimos, relacionados com o progresso moral e material dos municípios” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.12). Assim, descreve as funções atribuídas a essas câmaras, desde segurança, saúde,

educação, construções urbanas até o cuidado com as cadeias locais, entre outras atividades. Porém, “a organização assim resumida, não foi, na prática, interpretada como devia sê-lo tanto pelas câmaras, como pelos governos do centro e das províncias” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.14), pois estas estavam insatisfeitas com certos limites que tolham a autonomia local.

Ao relatar essa insatisfação dos poderes locais frente à constituição imperial, Xavier e Oliveira tece em sua narrativa uma defesa da autonomia municipal, proposta que vai ao encontro de sua concepção dos municípios como “altar da pátria”, como a pedra fundamental de algo maior, do próprio estado. Nesse sentido, sua defesa em relação à liberdade de ação dos poderes municipais é natural. Comentando sobre o Ato Adicional de 1834, o autor critica a “perda de largo terreno” em sua órbita de ação, pois houve muitas habilidades e competências transferidas para as assembleias legislativas provinciais. Depois dessa crítica à perda de autonomia e defesa da liberdade municipal, o autor segue descrevendo como ocorriam as eleições para as câmaras e para os cargos de juízes de paz, relacionando as funções atribuídas a cada vereador eleito a gestão dos recursos. Também cita os nomes que compunham as câmaras até 1886, a última antes da mudança do regime político. Antes de relatar as mudanças ocorridas com o advento da república, o autor pontua as características gerais da organização política durante o império:

Foram pois características centrais da organização do Município no regimen político imperial a) o governo colectivo, constituído pela Câmara Municipal; b) a acção administrativa limitada à aplicação das leis gerais e provinciais correspondentes, e execução das ordens do presidente da Província, com recursos para a Assembleia Legislativa e para o mesmo presidente, e por estes para o centro, quando a matéria fosse meramente económica e administrativa; c) elaboração das leis provinciais, relativas ao Município, sob dependência de propostas da Câmara, se se tratasse de policia ou economia, e dispensando, mas facultando-o desde que quisesse a Câmara, no concernente à fixação das despesas e dos impostos a estas necessários; d) nomeação e demissão dos empregados municipais pela Câmara, mas à referida Assembleia cabendo a criação e supressão dos cargos respectivos; e) finalmente, prestação de contas da receita e despesa do Município à mesma Assembleia. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.26).

Tal organização não podia prevalecer com a emergência do Partido Republicano, “dada a sua natureza contrária à aspiração autonomista” que essa agremiação “trouxera da preparação doutrinária para a realidade do povo.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.26). Manifestando a defesa dos ares “autonomistas” trazidos pelo PRR, o historiador encerra suas considerações sobre a organização política municipal nesses oitenta anos,



descrevendo as mudanças no “altar da pátria”, indicando a emergência da figura do Intendente e dos conselhos (que substituíram as câmaras imperiais), poderes responsáveis pela elaboração das leis orgânicas que passariam a regular a vida política e econômica, dentro daquilo que fosse competência dos municípios. Nas páginas 30 e 31, o autor lista os nomes que ocuparam a intendência e o conselho municipal de Passo Fundo. Para Catroga (2007, p.22):

Na modernidade, os vocábulos “pátria”, “nação” e “Estado” referenciam uma dada população e um dado território em que esta habita (ou a que, miticamente, está ligada, ou que reivindica), podendo os dois primeiros denotar, ou não, um ordenamento político concreto. Deste modo, as suas diferenças não tem tanto a ver com a completa ausência de qualquer um deles, mas dizem mais respeito à maneira como eles se articulam e hierarquizam entre si.

As referências à pátria nas obras de Xavier e Oliveira estão muito ligadas à imagem de ancestralidade, um lugar onde os grandes personagens da história repousam, pois, nesse caso em particular, “a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional” (CATROGA, 2007, p.22). A própria organização dos capítulos em *O Município de Passo Fundo Através do Tempo* (território, população, organização política) atesta certa hierarquização entre esses componentes. O território é o “recanto pátrio”, o berço dos seus filhos, que os nutre e protege, é uma espécie de casa primordial intimamente associada à memória da comunidade. Ao colocar a organização política por último, o historiador mostra que, independente da mudança de regime, o sentimento de pertencimento, de compartilhamento de algo em comum entre os habitantes do município, permanece o mesmo. Assim como a casa onírica descrita por Bachelard (1990), “no seu registro mais primitivo, o afeiçoamento pátrio está umbilicalmente ligado a um tempo e espaço concretos, a sua função de *enraizar, filiar e criar identidades*” (CATROGA, 2007, p.14). Esse sentimento está em constante construção, como outros ritos anamnésicos, e necessita de recursos como comemorações para manter sua chama acesa, para assimilar e/ou combater transformações nos componentes de sua imagem primordial – a terra como um berço, para os vivos e para os mortos. Nesse sentido, a obra *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo*, série de artigos publicados originalmente nas páginas de *O Nacional* em 1931, posteriormente publicadas em forma de livro em 1949 e depois em 1957, constituem uma homenagem a um grupo que encontrou repouso na terra, no berço que Passo Fundo representa para seus habitantes:

O exposto não obsta, porém, que se desçam os degraus do passado e, encontrado o primeiro marco da pesquisa, de lá, rompendo névoas em que cada passo se erguem visões enternecedoras para a alma passo-fundense do mineiro, se venha rastreando a marcha da gente de além-mar e assinalando no tempo e no espaço, a sua fixação na terra em que hoje a sua vastíssima descendência, entrelaçada com a dos curitibanos, paulistas e fronteiranos que antes, ao mesmo tempo ou depois, buscaram a terra e também nela se radicaram, está a viver e a trabalhar como parte integrante do nosso povo e da nossa nacionalidade. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957c, p.7).

Esse trecho confere destaque aos grupos responsáveis pelo povoamento e pelo progresso da cidade – os “estrangeiros”, ressaltando a imigração alemã, e os curitibanos, paulistas e fronteiranos, os luso-brasileiros. Essa associação levanta duas questões. Primeiro, a consideração de que os luso-brasileiros constituem, como já havia sido estabelecido em *Terra dos Pinheiraes*, os primeiros povoadores da região não são vistos, portanto, como “estrangeiros”, são os próprios “patrícios”; a segunda diz respeito à necessidade de associar, de entrelaçar esses grupos considerados estrangeiros com a histórias desses primeiros povoadores. A terra aparece mais uma vez como imagem integradora. O objetivo é mostrar que esses imigrantes, embora tenham vindo de “além-mar”, também têm raízes na terra e na história de Passo Fundo. Com o povoamento iniciado em 1827 pelo Capitão Manoel José das Neves, que “trouxe a família, escravos e gados” (uma das poucas referências aos cativos africanos), os grupos, os sujeitos são ligados ao acontecimento fundador da história. Depois Xavier e Oliveira descreve os lugares onde o “Cabo Neves” teria fundado seu rancho e o local da fundação da capela de Nossa Senhora da Aparecida (nas imediações da praça Marechal Floriano) em 1830.

Precisamente ao tempo dessa iniciativa, foi que aqui chegou, com procedência de Três Vendas, lugar situado, hoje, no município de Cachoeira do Sul, o casal alemão constituído por Adão Schell e d.Ana Christina Hein, naturais, respectivamente, do Grão Ducado de Oldenburgo e do Reino de Saxe; casal esse que, porém, devido à situação grave criada pela Revolução Farroupilha, explodida logo após, teve de emigrar para Montevideo, de onde só tornou alguns anos depois. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957c, p.8).

A partir desse ponto, Xavier e Oliveira descreve a trajetória do casal que iniciou a “corrente estrangeira em Passo Fundo”. Depois, em 1840, segue a “segunda corrente” com João Neckel, também alemão, vindo de Lajes. A trajetória de João Neckel envolve um encontro com os indígenas, que aparecem novamente como entrave para o progresso que esses grupos traziam para o povoado, pois sua “casa foi assaltada por um grande número de índios, selvagens ainda” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957c, p.11). A partir da

família Neckel, o historiador passa a citar a chegada de outras famílias entre o início de 1840 até a Guerra do Paraguai em 1865, que é mencionada como entrave para a entrada de estrangeiros (de acordo com os números do autor, teriam sido 39 entradas antes da guerra e 8 durante o período do conflito). Depois, “de 1880 a 1890 a entrada de estrangeiros na sede do Município se avoluma superando a mais alta proporcionalidade anual até aí verificada e dando ao elemento italiano, por primeira vez, predominância numérica.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957c, p.19). Suas considerações sobre a entrada de famílias na cidade vai até 1893, quando irrompe a “luta fratricida”, outro conflito que aparece como entrave. Depois o autor narra a entrada de estrangeiros na zona rural do município. Encerra suas reflexões sobre o tema com a chegada da estrada de ferro, que aparece como um divisor de águas entre o “antigo” e o “moderno” para a história passo-fundense:

Indo um pouco além, como fiz, creio ter atingido o limite mais característico entre a antiga e a moderna fases da vida passo-fundense, encarada no seu aspecto mais relevante, que é o econômico, si me detive no momento histórico em que o silvo da locomotiva se fez ouvir aqui anunciando a entrada do Progresso, a cuja influência decisiva o Município deveria tomar impulso antes o qual uma pesquisa desta natureza se tornaria quase irrealizável, dada a caudal de novos elementos que viriam a reforçar a sua população e multiplicar as suas energias no campo do Trabalho. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957c, p.26).

Essa divisão entre o antigo e o moderno ressalta essa mudança no regime de historicidade nostálgico que envolve a escrita de Xavier e Oliveira. A estrada de ferro não assinala apenas a chegada do trem, do desenvolvimento econômico e da urbanização, mas também a mudança nos costumes e tradições que caracterizavam a vida no município antes dessa “modernidade”. O trem, de importância decisiva para a economia municipal, trouxe uma série de novos “elementos” estrangeiros, o que, segundo o autor, impossibilita uma pesquisa apurada dos grupos que entraram em Passo Fundo na carona do “silvo da locomotiva”. Frente à importância dedicada não apenas à estrada de ferro como vetor do progresso, mas a todas as vias que possibilitem a comunicação e o escoamento da produção econômica, uma das obras publicadas em homenagem ao centenário da cidade é destinada ao tema. *Passo Fundo na Viação Nacional* é uma obra com 13 capítulos que procuram abordar a história da construção de estradas e vias de comunicação no município. O primeiro capítulo, *Jóia Antiga*, começa com o seguinte poema de mesmo título:

Consiste numa cruz feita de estradas  
a jóia que, por ser de grande preço,  
em rimas simples, mas de amor banhadas,  
pretendo enaltecer como adereço.

O tronco seu, de plagas afastadas  
vindo a estas e outras dos desertos  
campos das Reduções tão memoradas,  
aqui aos longos braços teve abertos:

Outro, a Rio Pardo heróico dirigido,  
buscando o rio em cuja fonte estava  
da cruz preciosa o tronco distendido.  
(XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.5).

O poema consiste em uma homenagem às estradas que ligam Passo Fundo a regiões históricas do Rio Grande do Sul. Esse primeiro capítulo diz respeito às rotas utilizadas pelos tropeiros, que buscavam rotas para transporte de muare. No estabelecimento desses primeiros caminhos, os indígenas aparecem novamente como obstrução ao progresso, como informa Xavier e Oliveira, recorrendo mais uma vez ao relato de seu avô para ressaltar esse perigo:

Tanto que em 1822 – o ano da Independência – atravessado por Francisco Xavier de Castro e seu pai Manoel Francisco Xavier, que vinham da comarca de Curitiba onde eram domiciliados, se conservava ainda infestado pelos mesmos selvícolas, cujo perigo era tal – narra o primeiro – que mesmo de dia e no campo, necessário se tornava rondá-los vigilantes, para evitar os seus terríveis assaltos e emboscadas. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.11).

Na região mencionada, onde habitavam os índios, de acordo com o autor, situavam-se trechos de alguns caminhos onde futuramente se originaram algumas cidades, como Lagoa Vermelha, Dois Irmãos e Santa Bárbara. Assim, Xavier e Oliveira descreve as funções dessas estradas (que passavam por Lagoa Vermelha, Botucará e Nonoai) – tropeirismo, exportação de erva-mate, couro, frutos da terra e importação de mercadorias de comércio, como sal. “A orientação mercantil assim talhada perdurou no Município até que, dotado da estrada de ferro e prolongada esta para o norte, veio a sofrer alteração” mas que “avolumou a influência de tais de comunicação na economia local” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.12), o que atesta a ideia de uma vocação natural da cidade para uma espécie de centro regional, que articula e possibilita o comércio entre os municípios do planalto médio rio-grandense. Tal tendência foi estimulada e afirmada pela estrada de ferro.

As estradas passam a ser testemunhas da “evolução pátria”, da “passagem da história nacional por estas plagas” no momento em que o autor começa a narrar alguns

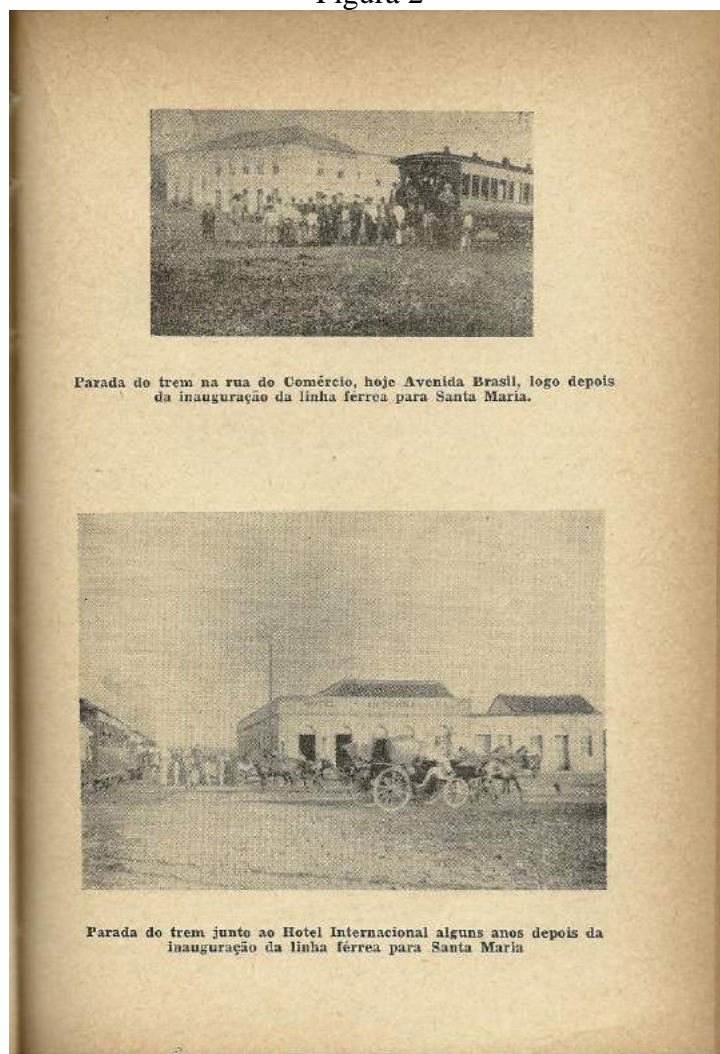
acontecimentos em que elas estiveram envolvidas, dando destaque “na cruz formada em Passo Fundo pelas três estradas, mãe e filhas” (referências às estradas citadas acima). (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.12). As estradas passam a ocupar o lugar de uma espécie de imagem poética, tanto quanto a árvore, e são também ligadas à terra, ao enraizamento no território e no passado. As vias são “antropomorfizadas”, tornando-se mais do que apenas elementos da paisagem, de lugares de memória da região, ao assumirem o papel quase de sujeitos da história. Assim, são descritos os acontecimentos da “revolução rio-grandense de 1835” na estrada do Botucaraí, a relevância estratégica da cruz durante a revolução de 1893 e de 1923, bem como acontecimentos citados, como o estabelecimento das linhas de correio e telégrafo. Os capítulos *Uma Velha Aspiração de Passo Fundo* e *Ainda a Estrada de Porto Alegre* tratam do anseio do município de estabelecer uma via de comunicação com a capital do estado.

O capítulo *A Exploração do Sertão do Uruguai* diz respeito a expedições para descortinar rotas fluviais na região. O capítulo seguinte, *Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande* inicia com os retratos dos homens que contribuíram para o estabelecimento desse ramal ferroviário – Dr. João Teixeira Soares, na página 37, Dr. Marcelino Ramos (mesmo retrato de *Terra dos Pinheiraes*), na página 39, Antonio Alves Ramos, na página 41 e, na página 43, duas fotografias que mostram o trem na cidade próximo aos hotéis construídos para acolher os viajantes, comerciantes e visitantes que passaram a frequentar Passo Fundo depois do “silvo da locomotiva”.

Estas fotografias assumem papel semelhante às utilizadas em *Terra dos Pinheiraes*, que é tanto documentar, no sentido de ser um registro, um vestígio, funcionando como um conector com o passado na narrativa, bem como monumentalizar não apenas aquele espaço, mas o próprio acontecimento que impulsionou o progresso do município, transformando o antigo cenário de uma vila quase rural, como descrito em *Rememorações do nosso passado*, em uma cidade moderna (seguindo a divisão estabelecida por Xavier e Oliveira). “A inauguração da linha em Passo Fundo constituiu acontecimento inolvidável, sendo motivo de grandes expansões de júbilo” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.48) para onde vieram visitantes e autoridades a fim de prestigiar o evento. Embora com dimensões modestas, como relata o autor, proporcionou modificações significativas no núcleo urbano, delimitando o espaço central da cidade com a remoção do velho cemitério que se localizava entre as ruas Independência, Coronel Chicuta, General Osório e General Neto. Essa área forma o centro de Passo Fundo ainda hoje e, nas publicações em homenagem ao centenário em 1957, constitui o

espaço mais fotografado, essencial para a construção da visualidade urbana nos anos 1950 e nas décadas seguintes.

Figura 2



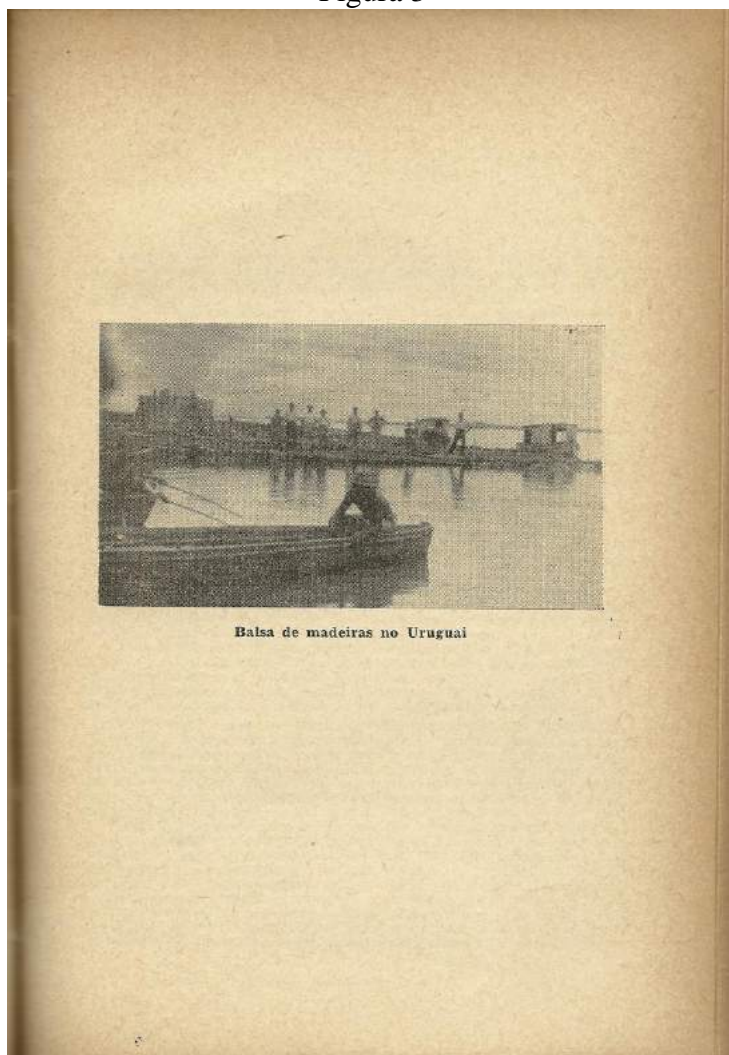
Duas fotografias da “Parada do trem”, na obra *Passo Fundo na Viação Nacional* (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.43)<sup>62</sup>

No capítulo *Passo Fundo no Plano Rodoviário do Estado*, Xavier e Oliveira (1957d, p.55) relata sua participação no “1º Congresso Missioneiro de Estradas de Rodagem, em Cruz Alta”. O capítulo *Do Goioen* trata do comércio de madeira realizado por balseiros que utilizam as cheias do rio para, com suas balsas, escoar tábuas para outras cidades, e até para a Argentina. O autor descreve em detalhes como os balseiros realizam suas atividades, como constroem as próprias balsas, como dispõem as pilhas de tábuas nas embarcações e como fazem a passagem nos trechos do rio. Essa breve

<sup>62</sup> A publicação tem como dimensões: 22cm (vertical) por 15cm (horizontal). A primeira foto, acima, tem 5cm (vertical) por 8cm (horizontal); a segunda tem 8cm (vertical) por 11cm (horizontal).

narração sobre o trabalho dos balseiros assume um tom pitoresco, especialmente se comparada com os capítulos anteriores, que descrevem meios de transportes característicos de uma sociedade que encontra sua modernização – a estrada de ferro e as rodovias. A fotografia, com a legenda “Balsa de madeiras no Uruguai”, funciona como um registro documental da permanência dessa via na economia local, mas também alimenta a aura saudosista que marca a escrita.

Figura 3



Fotografia de uma balsa, na obra *Passo Fundo na Viação Nacional* (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.63)<sup>63</sup>

O capítulo *Aviação* da obra *Passo Fundo na Viação Nacional* também inicial com uma fotografia do primeiro avião a pousar no município e, logo em seguida, com a retomada de um trecho de *Terra dos Pinheiraes*: “Das ‘Memórias’ do velho úmbu ao

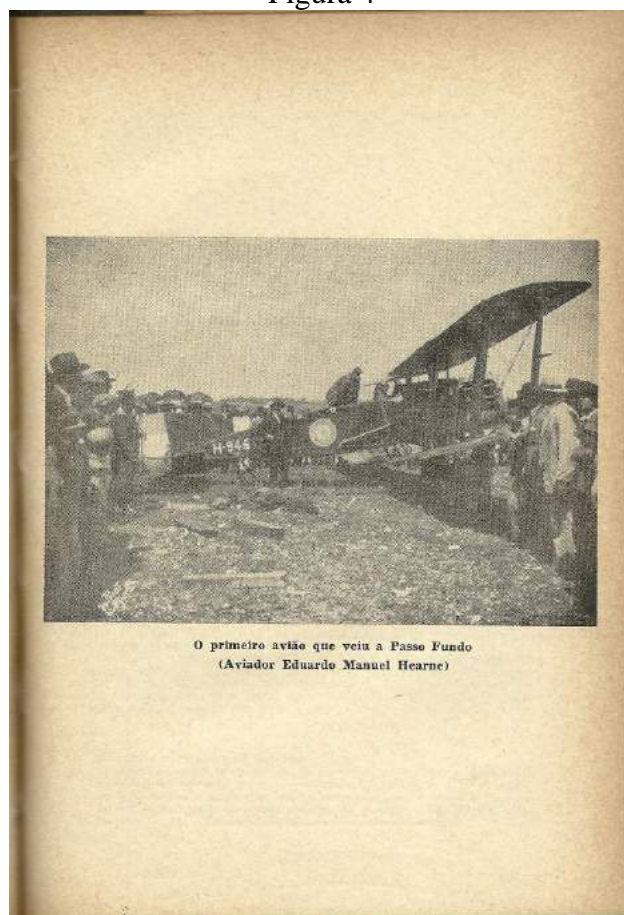
---

<sup>63</sup> A publicação tem como dimensões: 22cm (vertical) por 15cm (horizontal). Essa imagem tem 6cm (vertical) por 10,5cm (horizontal).



alto da coxilha à margem direita do Pinheiro Torto, na estrada de Passo Fundo a Carazinho, decorre que lá, em dezembro de 1920” se ouviu o “barulho estranho de alguma coisa que andasse pelo ar” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.71). A década de 1920 é o momento em que o “velho úmbu” nada mais viu de interessante. A chegada desses elementos que simbolizam o progresso naquele presente só tinha sentido se trouxesse o progresso no futuro, se comparada com os grandes acontecimentos passados que a árvore contemplou. As fotografias introduzidas nessa obra carregam uma dupla intencionalidade (documento/monumento), mas também constituem uma espécie de recurso, de auxílio mnemônico às lembranças do próprio autor que, agora, às portas da década de 1950, relembra esses acontecimentos, tanto a passagem do trem, a construção dos hotéis (que aparecem nas duas respectivas fotos), quanto o ofício dos balseiros e a descida do avião no território passo-fundese.

Figura 4



Fotografia primeiro voo, na obra *Passo Fundo na Viação Nacional* (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.68)<sup>64</sup>

<sup>64</sup> A publicação tem como dimensões: 22cm (vertical) por 15cm (horizontal). Essa imagem tem 9,5cm (vertical) por 13,5cm (horizontal).



Foi, pois, um grande acontecimento para Passo Fundo a passagem desse avião, na qual uma nota cómica surgiria para avolumar a recordação dela na memória dos que, por ocasião dos preparativos da decolagem do aparelho para continuação do raid o cercavam na coxilha em que aterrissara: o voo dos chapéus de todos eles, na ocasião em que, inesperadamente, a hélice do mesmo era posta em movimento. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.72).

Depois dessa nota, Xavier e Oliveira passa a descrever o estabelecimento das linhas aéreas e do Aero Clube na década de 1940. A descrição das companhias e das linhas assume, somada a outras vias, no âmbito das comemorações, tem uma utilidade prática para o poder político. Em um momento onde até o vice-presidente esteve presente, é importante mostrar a capacidade que a cidade possui para atrair investimentos, especialmente de estabelecimentos industriais, entendidos como motor do desenvolvimento. Assim, o historiador menciona que desde esse primeiro voo, levou tempo para que a “aviação” recebesse impulso no município, especialmente para a construção de um campo de pouso, o que ocorreu graças “à acção do governo federal, que mandou construir o referido campo, inaugurado a 29 de Outubro de 1940”, momento em que a Varig passou a incluir Passo Fundo na linha aérea Porto Alegre – Cruz Alta. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.72).

Após narrar os primeiros passos da aviação até a fundação do Aero Clube em 1940, Xavier e Oliveira destina três capítulos às comunicações – *Correio; Telégrafo; Telefone*. Sobre os correios, o autor remonta ao pedido do estabelecimento do serviço ao ano da emancipação, em 1857, que só em 1860 foi atendido. Além disso, cita como era prestado o serviço, onde era situada a agência e os jornais que vinham da capital. Já a construção do telégrafo data de 1889, foi interrompida pela Revolução Federalista, mas expandida posteriormente com o ramal ferroviário. O telefone chega à cidade já no século XX como serviço público. Das estradas, passando pelas vias fluviais, pela aviação e pelas comunicações, Passo Fundo se encaminhou na senda do progresso. Essa disposição indicaria uma mudança no encadeamento narrativo de Xavier e Oliveira, pois os próprios temas selecionados para falar da viação implicam um olhar do presente ao passado para abrir as portas do futuro. Presente e passado, nessa ordem, ordenam a sucessão de acontecimentos, a dimensão episódica da narrativa. Mas, contrariando esse sentido e retomando a nostalgia, o historiador finaliza seu livro com um capítulo intitulado *A Carreta*, que começa com a seguinte epígrafe: “Por não ser possível excluí-

la da história da viação em Passo Fundo, deve, apesar do estilo em que está estudada, ser incluída no presente trabalho.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.95).

Essa explicação sobre o estilo do capítulo é feita em virtude de ele ser narrado com uma linguagem lírica e afetiva, lembrando com carinho do meio de transporte e comunicação mais antigo entre os demais citados na obra. “Não se sabe de onde veio ela, porque toda gente já a conheceu aqui, incorporada ao costume da terra, fazendo o trânsito para o Sul e vice-versa, com o mesmo feitio de hoje, a mesma lentidão de sempre.” O autor levanta a hipótese de sua introdução no estado pelos colonos portugueses, embora não descarte a possibilidade de ter sido também introduzida por espanhóis devido à proximidade com a região do Prata. “Viesse daqui ou dali, porém, ela, a vetusta carreta, de tal modo aderiu aos nossos costumes e tradições, que ficou indelevelmente alistada entre os símbolos desse passado.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.95). Em seguida Xavier e Oliveira compara a carreta com a nossa própria vida, e o mundo com uma estrada a percorrer, mas o carreteiro não possibilita analogias:

Por outro lado, é o carreteiro de um conservantismo ultra-chinês. Não aguenta modificação na sua carreta, que é hoje o que foi há dois séculos, o que há de ser daqui a vinte; enquanto que nós outros, ao contrário, temos o vezo de tudo mudar e transformar, inclusive os costumes que herdamos do Passado. E é pena isto, porque antigamente primavam eles por feição que tanto condizia quer com o dilatado destas coxilhas, quer com a grandeza dalma que nelas se expandia e ainda se expande. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.96).

Assim, Xavier e Oliveira vai listando vários costumes que foram modificados com a chegada do progresso na região. “Enfim, é tanta modificação em nossos costumes, que nem vale a pena o assunto.” A única coisa que não muda, “indiferente a todas as novidades, a todas as transformações do Progresso” é a carreta (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.96). Porém, o historiador volta sua atenção aos antigos costumes dos carreteiros:

E as sesteadas e pousos das carretas, nesses velhos tempos que nunca, nunca mais volverão? [...] E quantas e quantas vezes a trela não se prolongaria a alta noite, quebrando aquele silêncio com o som da viola, dedilhada por dextas mãos, que fariam gemer e chorar enquanto o peito sensível do carreteiro, que a traria para reponte de velhas mágoas, se soltasse no ar profundo que o cercava, modulando as velhas cantigas da terra, em que se estampavam não só a veia lírica da raça, como, também, o valor que ela, retemperada por este ambiente de força e de glória, desenvolvera em séculos de luta, batalhando pela Pátria, ou, nos intervalos de uma para outra guerra, lutando consigo mesma, em pugnas fratricidas! (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.99).

Os costumes que desapareceram com o progresso foram justamente aqueles que conferiam uma aura gloriosa ao passado e sua gente, na figura dos carreteiros, que como habitantes da terra, da pátria, lutaram por ela nas guerras e conflitos ocorridos na região e cantados em suas cantigas durante a noite. “Hoje, quando a velha carreta aparece na Cidade, a gente moça a vê como um trambolho, uma caturrice que, amarrada ao Passado, embezerrasse em não se amoldar ao Presente.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957d, p.100). As lembranças são, nos trabalhos de Xavier e Oliveira, seu conector fundamental com o passado. A memória é um vestígio, um rastro do passado, é a faculdade que permite à percepção constatar a existência de estados de consciência, de sentimentos e de acontecimentos diferentes daqueles em que nos encontramos no presente. Suas rememorações estabelecem a conexão com momentos anteriores daquele vivido em 1957. *Terra dos Pinheiraes* já traz esse conector como marcante nas suas narrativas sobre o passado. Os relatos transmitidos por seu avô e outros moradores da cidade conferem a legitimidade e a capacidade de representância do passado para o autor e para seus leitores, particularmente as próprias elites letradas locais e regionais que o legitimaram como o “pai da história” de Passo Fundo.

#### **2.4 Gomercindo dos Reis – ressignificações na história e na memória**

Gomercindo dos Reis era advogado, escritor, colaborador do jornal *O Nacional*, membro da Academia Passo-Fundense de Letras e do Instituto Histórico de Passo Fundo. Estava inserido no circuito das elites letradas municipais, frequentava os mesmos espaços que os envolvidos na divulgação e organização das atividades e dos festejos do centenário em 1957, mesmo dissonando da tendência política que se encontrava no poder público. Seus escritos articulam considerações sobre a história, defesa de suas posições políticas e, principalmente, versos e poesias. Suas obras não almejam uma legitimidade histórica, como os trabalhos de Xavier e Oliveira, embora busquem uma espécie de representância em alguns trechos quando se refere a aspectos do passado, mas essa não é sua preocupação central. O principal objetivo é, justamente, homenagear a cidade. Sua contribuição para as comemorações estão em quatro livros publicados, em homenagem a Passo Fundo: *Nuvens e Rosas*, *Jardim de Urtigas*, *A Tragédia de Cruzinha* e *Canções do Rio Grande*. Até o presente momento da pesquisa,

foram encontradas apenas as duas primeiras obras. O próprio Reis (1957a, p.5) deixa claro o propósito dos livros publicados:

A encantadora cidade de Passo Fundo, cujo município vai comemorar o seu primeiro centenário de emancipação política no ano de 1957, embora de maneira singela, dedico este livro em que procuro enfeixar a minha admiração por ela e seu laborioso povo, ao mesmo tempo que simbolizando a minha mais sincera homenagem.

*Jardim de Urtigas*, uma obra de “versos humorísticos”, como o autor destaca, apresenta algumas de suas orientações políticas, expressadas a partir de ironias e críticas a algumas personalidades e defesa de certas posturas, como o apoio e homenagem prestada aos “maragatos”. O poema inicial, que leva o título do livro, já deixa clara a intenção de “alfinetar” sujeitos e grupos da sociedade – “Hoje eu abro os portões alviçoreiros/ Par em par, dando acesso ao meu ‘jardim’;/ Porém, não sentireis nos canteiros/ Um perfume de rosa ou jasmim.” (REIS, 1957b, p.6). Esse é um jardim de humores irônicos, de sátiras e deboches que queimam como a urtiga, especialmente para certos tipos, como demonstra outro verso: “Industriais, estadistas ou banqueiros,/ Que discutis finanças ou política,/ Se pisardes, enfim, nos seus canteiros,/ A vossa situação será bem crítica...”. (REIS, 1957b, p.6).

A obra é dividida em duas partes, a primeira de *Poesias Humorísticas* e a segunda de *Poesias Satíricas*, as referências propriamente ditas à história da cidade não são tantas. Reis menciona acontecimentos, grupos, sujeitos e espaços que obviamente fazem parte da história de Passo Fundo e do Rio Grande do Sul, porém, esse trabalho objetiva reunir críticas e versos de humor escritos pelo autor em diferentes momentos (alguns poemas datam da década de 1920), diferente da obra *Nuvens e Rosas*, onde as referências a acontecimentos e personagens intimamente vinculados ao contexto das comemorações do centenário constituem a essência do livro, influenciando a dimensão configurativa da narrativa. Mesmo assim, é necessário realizar algumas observações sobre *Jardim de Urtigas*, pois revela os posicionamentos políticos de Reis, mostrando que ele não estava plenamente alinhado com a trajetória do grupo que se encontrava no poder em 1957. O poema *Perigo à Vista*, escrito em 1955, que é acompanhado de um breve comentário do autor contextualizando o momento em que o escrevera, deixa claro sua crítica à situação política do país: “Como bem sabe o povo brasileiro, durante quinze anos de ditadura organizou-se em nosso país uma grande quadrilha de malfetores”, e com a queda do regime, em 1945, e o ressurgimento dos partidos

políticos, “essa quadrilha dividiu-se em três partes principais: Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrata e União Democrática Nacional.” (REIS, 1957b, p.31). Assumindo tom de autocrítica, o que de certa forma parece autorizar a ironia, Reis segue suas considerações:

Como todos os partidos possuem bons e maus elementos, sendo que destes últimos se organizaram as tais quadrilhas, o Partido Libertador, ao qual tenho a satisfação de pertencer, também para não fugir à regra, possui a sua quadrilha. Reconheço isso, pois não sou daqueles que pretendem “tapar o sol com a peneira”; mas a quadrilha que existe no seio da minha agremiação é muito menos nociva porque tem por norma operar somente em períodos de revolução. (REIS, 1957b, p.31).

Assim, conta o autor que quando “correu a notícia da aliança do PTB com o PSD nacionais, de apoio à candidatura dos srs. Juscelino Kubitschek de Oliveira e João Goulart, houve pânico na cidade.” (REIS, 1957b, p.31). Descrevendo os comentários “apavorados” das pessoas, ele dá destaque à frase “As quadrilhas estão unidas! Trancas de ferro, senhores!”, que dá o título ao poema que segue, *Trancas de Ferro*. Tal poema adverte: “Quando andar essa canalha/ De olhos piscos e sorrindo,/ Tereis a última muralha/ Nas trancas do Gomercindo!” (REIS, 1957b, p.32). Outro verso, intitulado *Melhores Dias*, escrito pelo autor em 1951, também recebe uma breve contextualização, em que transparecem suas críticas ao crescimento do PTB, onde comenta sobre a “crença” popular no Brasil de que se o vento vem do norte, traz chuva, mas, naquele ano, ocorriam ventanias vindas do norte, e não chovia: “O povo perguntava. Mas como? A natureza estará revoltada contra nós ou contra o PTB? Há mais de um mês que venta do norte e não chove... Apenas promete, ameaça e ‘neca’ de chuva...”. (REIS, 1957b, p.53). Este era o contexto da cidade, segundo a ironia de Reis, “quando fiz esta quadrinha: Nem mais o tempo regula,/ Ventou norte e não choveu.../ Parece os ‘melhores dias’/ Que o Getúlio prometeu...” (REIS, 1957b, p.53).

E esses eram os versos humorísticos, a primeira parte. A segunda, dos versos satíricos, apresentam críticas, como um desenho que mostra um sujeito com os braços e as pernas amarrados em quatro estacas pedindo água, e abaixo segue uma legenda onde Reis explica que esse era um castigo na revolução de 1893 contra aqueles que praticavam atos de selvageria. Assim o autor conclui: “Este processo das ‘quatro estacas’ deve ser reinstituído para castigo dos tubarões, salafrários e inimigos da pátria.” (REIS, 1957b, p.93). Esse descontentamento relativo aos “malandros” tem um fundo maior de crítica ao próprio crescimento da cidade, pois esse “egoísmo”, que leva a todo

mal, segundo concepção de Reis, é próprio das metrópoles. Embora seus poemas em *Jardins de Urtigas* contenham esse tom crítico, ele não deixa de se maravilhar com a modernização urbana e o desenvolvimento econômico, não abandona o caráter de homenagem a Passo Fundo, especialmente em *Nuvens e Rosas*.

Mas também são apresentadas homenagens, como no texto acompanhado de um poema, intitulado *O Rio Grande Heróico*, onde o autor comenta que “nos lugares denominados ‘Tope’ e ‘Três Passos’, ninguém pisa no ‘poncho’ de seus habitantes”, e os bailes nesses lugares sempre acabam em tragédias (REIS, 1957b, p.97). Para Reis, isso decorre por causa dos “fantasmas” dos mortos no combate dos Três Passos, durante a revolução federalistas de 1893. Seguem os versos que misturam humor e homenagem a esses lugares e à batalha:

Os combates dos Três Passos  
Os “maragatos” venceram,  
E penam ainda as almas  
Dos “píca-paus” que morreram.

No Rio Grande, à beira estrada,  
Quanta cruz se levantou!  
Quem não morreu de uma bala,  
Foi um raio que matou...

Nesse lendário Três Passos,  
Todo o crime que se der,  
Os motivos serão sempre:  
Honra, civismo e mulher!  
(REIS, 1957b, p.98).

Segue nessa linha o poema *Gomercindo Saraiva*, escrito em 1944, embora contendo mais elogios que sátiras, pois é dedicado “à memória do bravo e valoroso guerreiro sul-americano, no cinquentenário do seu falecimento.” Segue um dos seus versos – “Com heroísmo e com glória/ Este guerreiro viveu;/ Como é querido na história,/ Gomercindo não morreu!”. (REIS, 1957b, p.103). Também insere na publicação, logo em seguida, o poema *Ser Maragato* (escrito 1930) “em memória dos heróis federalistas que, na revolução de 1893, sacrificaram as suas vidas em prol de um Rio Grande livre, dorte e respeitado.” (REIS, 1957b, p.104). Reis busca afirmar sua descendência e de seu partido a uma tradição revolucionária, que se levanta contra a ordem instituída, se houver injustiça (na sua visão). Por isso tais homenagens entram para o *Jardim de Urtigas*, uma lembrança de que as falhas podem resultar em queimaduras graves – “Ser maragato é ser herói na guerra;/ É ser irresistível na batalha;/

É ser tenaz LIBERTADOR na terra!”. (REIS, 1957b, p.104). É importante considerar que estas obras são publicadas pela Imprensa Oficial do Estado e são amplamente divulgadas na imprensa, nos dois jornais da cidade. Embora seu autor não estivesse alinhado perfeitamente com o poder político naquele contexto, sua posição como advogado, como escritor, enfim, como um sujeito que circulava entre as elites letradas do município o torna um dos intelectuais que marcaram aquele momento. Suas obras, constituídas principalmente por poesias e versos, mas também trazendo considerações históricas sobre Passo Fundo, são importantes ao lançar um certo olhar pitoresco para o município naquele ambiente de comemorações.

*Nuvens e Rosas* é uma obra que aproxima ainda mais as considerações de Reis sobre a história de Passo Fundo. À semelhança de *Jardim de Urtigas*, é um conjunto de versos e poemas escritos pelo autor em diferentes épocas e reunidos para a publicação. Grande parte dos poemas refere-se ao bairro “Boqueirão”, caracterizado como a “parte velha da cidade”, pois foi por lá que começou o povoamento. Em diferentes momentos, também são prestadas homenagens e referências a Xavier e Oliveira, seja como historiador, ou como exemplo de munícipe. Outro aspecto importante são os comentários sobre as rainhas da cidade (de 1957 e de outros anos) e do centenário, eleitas durante acirrada campanha com ampla cobertura da imprensa local. Também é importante ressaltar que grande parte dos poemas dizem respeito a características da cidade, personagens e/ou acontecimentos da história local, do presente e do passado. O livro começa com uma foto do “busto do patriarca”, com a seguinte legenda: “Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, Patriarca de Passo Fundo e fundador da cidade. Este busto foi erigido na praça que recebeu seu nome, à avenida Brasil, no bairro tradicional do Boqueirão, e inaugurado em 7 de agosto de 1957, no 1º Centenário do Município de Passo Fundo.” (REIS, 1957a, p.3).

A seleção de Fagundes dos Reis como “patriarca” da cidade deve-se a Xavier e Oliveira, que já o havia destacado como responsável pela emancipação política de Passo Fundo em *Terra dos Pinheiraes*. Além das homenagens prestadas ao “pai da história”, Reis também o tem como uma referência para suas considerações históricas sobre o município. A própria percepção do passado como “poético” pode ser associada à leitura de suas obras, como demonstra o início da caracterização da cidade no capítulo inicial que leva o mesmo título do livro, *Nuvens e Rosas*: “A jovem e poética vilazinha era formada de pouco mais de cem casas, todas agrupadas no setor que hoje forma o lendário bairro do Boqueirão.” (REIS, 1957a, p.5). A partir dessa visão, o autor

estabelece uma diferenciação entre passado e presente semelhante àquela presente nas obras de Xavier e Oliveira:

A parte que hoje vemos mais povoada, para o lado do nascente, até bem pouco denominada “Cidade Nova” e onde está localizado o chamado centro, não passava de uma vasta área de terra coberta de pinheiros e frandosas árvores, com pequenas restingas e banhadais quase intransponíveis. (REIS, 1957a, p.5).

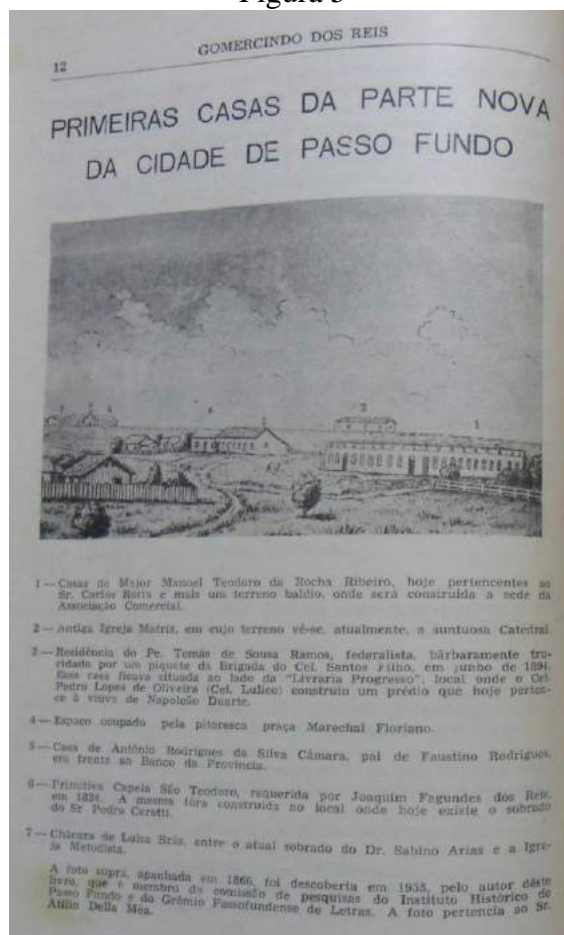
Essa sobreposição do centro da cidade em 1957 com uma imagem próxima à natureza selvagem não deixa de ser um olhar carregado de um “maravilhamento” em relação à história, que transformou aquele cenário insólito em um espaço urbanizado. Embora o autor tenha elencado o Boqueirão, a parte “antiga” da cidade, como lugar de sua nostalgia, seu olhar difere um pouco do de Xavier e Oliveira, uma vez que é o progresso do presente que o impressiona e move sua narrativa. Para caracterizar os “subúrbios da época”, Reis menciona uma fotografia “que constitui uma relíquia quase centenária”, onde “destaca-se nitidamente a primeira capelinha de São Teodoro, erigida por iniciativa do Juiz de Paz e fundador da cidade de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis” (REIS, 1957a, p.6). Essa “fotografia” parece, na realidade, um desenho de Passo Fundo da década de 1860.

Nas legendas da fotografia das “primeiras casas da parte nova da cidade de Passo Fundo”, além da referência a alguns personagens e acontecimentos históricos que não datam da década de 1860 (como a Revolução Federalista), o autor procura localizar o leitor a partir de referências ao presente, mostrando o que existia no presente, em 1957, na imagem, como a localização da “pitoresca praça Marechal Floriano” (espaço que constitui o coração do centro da cidade) e o local da “antiga Igreja Matriz”, onde se situa a catedral, bem como outros espaços, como o banco da Província e prédios que cercam a referida praça. Uma “foto” (ou desenho) que aparece como uma espécie de vestígio do passado (um conector da narrativa) é usada para situar e caracterizar uma visualidade do centro da cidade no presente. Ao mesmo tempo que esse vestígio conecta ao passado, também funciona como uma alavanca para o presente, ao levar o leitor a estabelecer uma comparação com aquilo que conhece a partir da própria localização de Reis sobre os prédios e lugares em 1957. Nesse sentido sua obra, no que tange à organização das categorias temporais, diferencia-se um pouco do olhar de Xavier e Oliveira, como demonstra esta passagem:



Em 1924 tive eu o ensejo de ver as ruínas da igrejazinha matriz. Pela fotografia e através de explicações de sobreviventes daquela época, pode-se ter uma idéia, ainda que pálida na sua descrição, mas bastante expressiva na sua realidade, do progresso desta encantadora e futura cidade de Passo Fundo. (REIS, 1957a, p.6).

Figura 5



“Fotografia” da “parte nova” (em 1866) da cidade de Passo Fundo, na publicação *Nuvens e Rosas*. Dimensões: 23cm (vertical) por 16cm (horizontal). A imagem tem 9cm (vertical) por 13,5cm (horizontal). (REIS, 1957a, p.12).

O presente não é ignorado no encadeamento das categorias temporais. Seu olhar busca no passado uma espécie de continuidade do progresso que assalta Passo Fundo em 1957 e garante um futuro tão grandioso como aquele do momento das comemorações do centenário. Enquanto Xavier e Oliveira detém seu olhar no passado, exprimindo uma nostalgia que impulsiona sua narrativa, inclusive a descrição de um tempo não vivido, não conhecido pelo historiador (como no caso de *Terra dos Pinheiraes*, em 1927) e depois para a saudade dos antigos costumes e dos aspectos mais pitorescos que marcaram suas experiências enquanto habitante da cidade, enquanto “filho da terra” (como nas obras de 1957), Reis tem o presente como sua grande

referência para articular passado e futuro. Evidente que todo historiador escreve a partir do presente, a partir de uma articulação entre um lugar de produção e procedimentos de pesquisa. Ao indicar que Reis tem o presente como referência, diferente de Xavier e Oliveira, não significa que este último esteja desvinculado de seu contexto. Trata-se, nos dois casos, de como a temporalidade influencia a organização de suas narrativas, de como os autores compreendiam o tempo a partir de um momento singular (comemorações centenárias) – a característica do regime de historicidade que determina uma experiência de viver e dizer (escrever) o tempo.

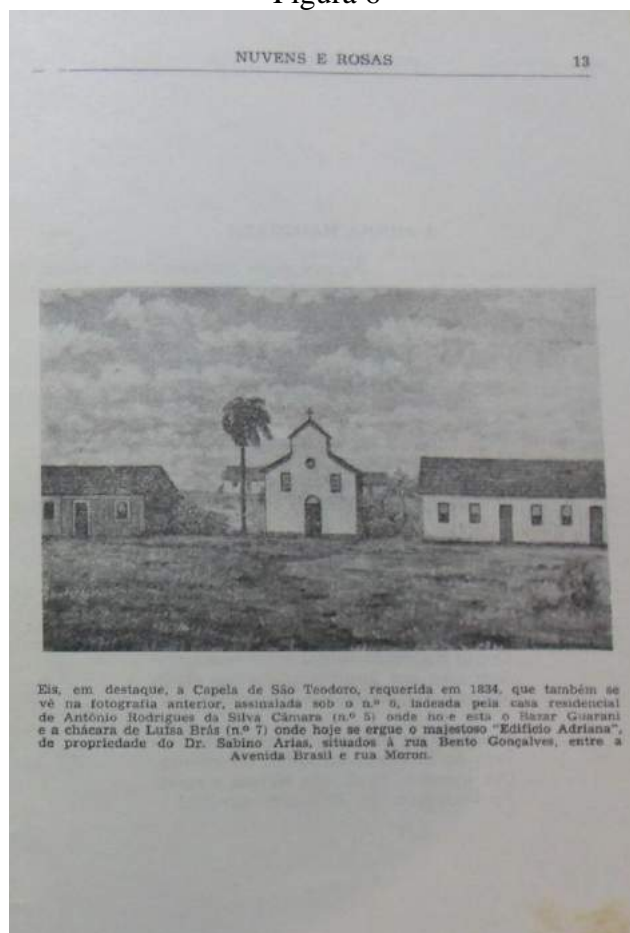
Mas também existem aproximações entre os dois. As “fotografias” presentes na obra de Reis lembram as narrativas de Xavier e Oliveira sobre o espaço urbano, corroboram sua visão sobre a cidade. A recorrência do espaço que envolve a Igreja Matriz está presente nas duas obras (*Rememorações do nosso passado* e *Nuvens e Rosas*), mas também é notável como a visualidade aproxima o olhar dos dois autores. Pensar na visualidade implica mais do que a simples recorrência de temas que configuram a esfera do visível, envolve reconhecer que os olhares estão envolvidos em uma memória que é tanto “mais eficaz *quanto não manifesta*.” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.40). Trata-se de uma força que impulsiona e direciona como esses autores olham para o passado e o “manifestam” no visível, seja em descrições, em narrativas históricas, imagens poéticas, ou mesmo utilizando fotografias. Xavier e Oliveira, após descrever a localização da Igreja Matriz, descreve a capela de São Teodoro:

A uns 150 metros na mesma direção de nordeste e a defrontá-la, ficava a capela de São Teodoro, construída de tijolos e tendo a ladeá-lo boas casas da mesma construção, sendo duas à direita, e uma, mais vasta que as outras, à esquerda respectiva; conjunto este que formava linha traçada mais ou menos de noroeste para sudeste, numa extensão de 100 metros. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.28).

Abaixo segue a “fotografia” de capela de São Teodoro, que, na obra *Nuvens e Rosas*, se localiza ao lado, na página seguinte daquela da imagem das *Primeiras casas da parte nova da cidade de Passo Fundo*. O que aproxima os dois olhares é o “movimento de empatia, o caráter profundamente mimético da própria operação histórica”, uma espécie de “verdadeira poética do passado” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.49). Embora Reis, mostrando seu interesse pelo espaço central da cidade (faz questão de mostrar a “parte nova” na década de 1860) que figura como principal elemento da visualidade urbana em 1957, sua caracterização desses espaços não abandona a

linguagem lírica (própria de uma comemoração) e poética, que busca as imagens “pitorescas” de um mundo antigo em contraposição ao contemporâneo. Reis mostra, utilizando as imagens, como era simples e singelo o centro de Passo Fundo com o rastro mais próximo de 1857 que conseguiu encontrar.

Figura 6



“Fotografia” da Capela São Teodoro na publicação *Nuvens e Rosas*: 23cm (vertical) por 16cm (horizontal). Dimensões: 10cm (vertical) por 15cm (horizontal). (REIS, 1957a, p.12).

Essa visualidade urbana de Passo Fundo é composta por inúmeros e diferentes elementos que se manifestam visivelmente e está relacionada a um trabalho de memória (POLLAK, 1992), ou como Didi-Huberman (2013, p.40-41) cita, “uma memória em processo – que em parte alguma foi inteiramente descrita, atestada ou posta em arquivos, porque sua matéria significativa foi antes de mais nada a imagem.” A compreensão dos “objetos visuais” e da visualidade de um contexto histórico implica perceber as múltiplas relações entre diferentes vestígios e suportes (as imagens poéticas de Xavier e Oliveira, suas descrições do espaço urbano, as “fotografias” lançadas por

Reis, a série de fotografias do *Guia Ilustrado* de 1957, cartões postais, entre outros elementos). Além da relação entre elementos de diferentes origens, também importa perceber as relações entre memória e tempo inerentes às imagens:

Como construção visual e mental, as imagens seriam, enfim, portadoras de um imaginário de sentido, marcado pela historicidade da sua produção através dos tempos e de seu consumo, atendendo ao horizonte de recepção de cada época. Uma vez chegada até nós, colocar-se-iam na nossa contemporaneidade, como uma porta de entrada para o passado e para o universo de razões e sensibilidades que mobilizavam a vida dos homens de um outro tempo. (PESAVENTO, 2008, p.106).

O imaginário pode ser identificado no visível, mas não está restrito aos objetos visuais, pois envolve todo um processo onde memória e imaginação estão presentes tanto na produção, circulação quanto no consumo das imagens. Elas estão submergidas em uma visualidade, que comporta uma forma de olhar, uma percepção sobre a cidade e as categorias temporais. Os usos dessas imagens nas publicações estão imersas na “percepção dos homens acerca da realidade em que viveram” (PESAVENTO, 2008, p.113). Percepção e memória estão intimamente relacionadas e, ao trazer essas imagens ao presente, à contemporaneidade, sejam descrições, fotografias ou desenhos, a imaginação entra em ação, impulsionando o estabelecimento de uma visualidade, calcada em objetos visuais que guardam um paradoxo temporal, pois ao mesmo tempo em que estão envolvidas no nostálgico olhar para o passado de Xavier e Oliveira, também servem para mostrar o progresso de Passo Fundo na obra de Reis. Ao indicar que os “subúrbios” da década de 1860 eram a “parte nova” da cidade, Reis dissocia também no presente, o espaço novo, moderno, que se tornou o centro no decorrer do século XX, do bairro Boqueirão, a “parte velha”, como fica evidente na sua narrativa:

Afastando-me agora dos subúrbios da época, procurarei descrever, em traços gerais, a zona mais habitada. Penetrarei nos patriarcais solares do Boqueirão, onde hoje ainda vivem algumas pessoas que foram contemporâneas de uma geração que há muito cerrou os olhos para a eternidade. Entretanto, ali vivem os seus descendentes e legítimos continuadores das históricas tradições da vilazinha, hoje importante cidade que fundaram. (REIS, 1957a, p.6).

O Boqueirão aparece associado aos “patriarcas”, espaço habitado por uma geração que penetrou na eternidade, no “sono misterioso da morte” (borboleteiam as imagens dos antepassados, da estabilidade da terra conferida pelas raízes dessas gerações passadas). No guia *Passo Fundo Centenário* de 1957, onde consta uma série

de fotografias, o Boqueirão praticamente não aparece, ficando restrito a algumas partes da avenida Brasil. Na imprensa, os elementos visíveis priorizados são aqueles que remetem ao centro urbano, à “parte nova” da cidade na década de 1860. O bairro associado a antigas tradições, local onde se originou a “vilazinha”, é onde estão localizadas as “antigas tradições” dos habitantes, dos fundadores, e não no centro, onde o progresso transformou a paisagem e o ritmo da vida cotidiana. Assim, Reis segue descrevendo o cotidiano do Boqueirão na década de 1860, as festas, bailes e músicas que aconteciam nos “velhos solares”, também menciona a simplicidade e a lealdade dos homens do passado. Nesse ponto também se aproxima da narrativa de Xavier e Oliveira, pois distingue os costumes do passado da ambição que marca o presente:

Os dias cruciantes e tenebrosos que vivemos na época atual obrigam-nos a uma recordação benfazeja, como essa da música suave, encantadora e romântica, dos realejos de outrora. Aqueles que tiveram a ventura de viver nos áureos tempos da verdadeira lealdade, do cavalheirismo, de tudo quanto de belo e digno se possa imaginar, tiveram a felicidade suprema de não presenciar o quadro verdadeiramente doloroso que hoje se depara aos nossos olhos. (REIS, 1957a, p.8).

A responsabilidade de tal quadro, segundo Reis, viria do materialismo, da ambição e do egoísmo, que “distanciam o homem de Deus”, embora o progresso “nas ciências, nas artes, nas indústrias, nos meios de comunicações, em todos os setores da atividade” tenha sido considerável, os homens desvirtuam esses benefícios (REIS, 1957a, p.8). Por isso que o autor considerava importante preservar “nosso patrimônio moral e espiritual”, para transmitir “as gerações porvindouras” os costumes e tradições que “recebemos dos nossos saudosos antepassados.” (REIS, 1957a, p.9). Não é o progresso que transforma, que apaga os costumes do passado, mas a ambição dos homens que cresceu a sua sombra. Reis busca no passado uma orientação para o presente, mas não enxerga o crescimento, o progresso, com a mesma nostalgia de Xavier e Oliveira:

É com invulgar satisfação que hoje vemos aquela inexpressiva vilazinha de outrora, transformada numa bela e progressista cidade, com muitos e importantes estabelecimentos de ensino, inclusive escolas superiores. No que tange ao seu progresso material, aqui cito, de passagem, as suas duas grandes represas que produzem energia elétrica em abundância, um parque industrial considerável, o seu sólido comércio, uma cidade que, segundo as estatísticas, está figurando entre as dez mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul. (REIS, 1957a, p.9)

Existe a clara preocupação de ressaltar o progresso da cidade no seu centenário. O passado serve para orientar os valores, para isso Reis (1957a, p.9) indica a todos que “leiam as valiosas obras do ilustre historiador passo-fundense, sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira” para conhecer a história de Passo Fundo, pois ele é considerado “um dos seus filhos mais ilustres.” A recomendação da leitura das obras do “pai da história” não ocorre apenas em função de seu valor histórico, mas também por ser ele um exemplo de munícipe. O encadeamento das categorias temporais não se enquadra simplesmente no esquema “conhecer o passado para compreender o presente e projetar o futuro”, o presente assume uma importância central e passado e futuro orbitam sua esfera. A história tem como função guiar os valores e costumes, pois o progresso material já é um fato, o conhecimento, a cultura e a economia já estão em pleno desenvolvimento na década de 1950. Além de moldar os costumes, também cumpre o papel de alimentar o presente com “recordações benfazejas”, que salientam o caráter pitoresco (o que destaca ainda mais o progresso no presente) e empático do autor em relação ao passado, como mostram seus poemas sobre o bairro mais antigo da cidade: “Essa deusa encantada dos meus sonhos nada mais significa que o meu velho Boqueirão. São as casas centenárias, os arcaicos ranchinhos do vilarejo de Joaquim Fagundes dos Reis!” (REIS, 1957a, p.10)

Com frequência Reis figura o Boqueirão como sua “namorada” – “A minha namorada, essa que às vezes me aparece em sonhos, sorridente, é o meu velho Boqueirão” (REIS, 1957a, p.11). A figura feminina sugere uma espécie de delicadeza, de carinho e cuidado para com a parte antiga da cidade que encaixa perfeitamente com a alegria e o lirismo que envolve a linguagem durante as comemorações – “A minha deusa, a minha namorada,/ Que vem de outrora e a vitória empalma,/ Nasceu da luz, dos raios da alvorada:/ É o Boqueirão, Boqueirão da minh’alma!”, ainda no mesmo poema, o autor dissocia novamente o velho do novo: “Foi de um berço florido e sorridente/ Que eu canto no meu verso, numa trova,/ De um povoado ainda novo e florescente/ Que vieram vilas e a ‘Cidade Nova’!” (REIS, 1957a, p.14-15). Embora Boqueirão seja uma palavra masculina, assim como bairro, percebe-se a “necessidade de colocar no feminino tudo o que há de envolvente e de suave para além dos termos simplesmente masculinos que designam nossos estados de alma.” (BACHELARD, 2006, p.27).

A presença das rainhas da cidade na obra confere uma beleza feminina ao bairro, pois como filhas da terra, elas vieram daquele “berço florido e sorridente”. Assim são incluídas as fotos de Lucila Vieira Schleder, 1ª Rainha da cidade em 1936,

acompanhada de um poema do autor do mesmo ano que tem como título “Lucila Schleder”: “Lá vem ela pela rua a fora,/ Uma deusa, sim, que vem à praça,/ Como a Vênus divinal de outrora,/ Invicta na perfeição, na graça!” (REIS, 1957a, p.31). Em seguida, aparece a foto da “Miss Passo Fundo” de 1957, “a gentil srta. Célia Ferreira” que “cumprirá seu feliz e encantador reinado como imperatriz da beleza, da cultura e da espiritualidade da mulher deste recanto do Rio Grande do Sul.” (REIS, 1957a, p.34) Também traz a fotografia de Aurea Gomes, 1ª Rainha do Clube Caixerai de 1938, que recebe um poema com seu nome: “Ó encantadora rainha/ De imaculada pureza,/ Nesse trono de beleza/ Sois uma santa no altar!” (REIS, 1957a, p.40), assim como a “Srta. Therezinha Ferreira, formanda da Escola Normal Oswaldo Cruz”, que embora não tenha o título de rainha, tem um poema dedicado a ela: “Há no porte e na beleza/ Dessa esbelta criatura,/ Toda a graça e formosura/ Das palmeiras do Brasil!”. (REIS, 1957a, p.53).

O poema Maria Augusta Corrêa, em homenagem à “Rainha do Carnaval de 1956, do Clube Comercial”, também foca na questão da beleza da jovem: “Venho saudar-vos, rainha,/ Nesse trono de beleza,/ De honra, glória e nobreza,/ Rainha do Comercial!” (REIS, 1957a, p.65). Logo depois aparece uma foto da “gentil soberana do Clube Passofundense, Srta. Marly Helena Lima”. O autor inclui, inclusive, retratos de suas três filhas, mas deixa a mais importante para as últimas páginas do livro, seus comentários, foto e uma poesia dedicada a Márcia Kozma, “Rainha do Centenário”. Reis comenta sobre a eleição, reforça repetidas vezes que o próprio prefeito, Wolmar Salton, anunciou no rádio e foi pessoalmente avisar a família da moça que ganhou a disputa para o “reinado”. Sua poesia em homenagem à rainha configura todas as outras que já haviam ocupado, ou estavam ocupando, o título de rainha, e mesmo das moças que receberam apenas uma referência: “À encantadora passo-fundense, Srta. Márcia Fontoura Kozma, Rainha do Centenário, com respeito e admiração dedico esta poesia.”

Márcia, sim, para Rainha,  
A esbelta e linda donzela!  
Rainha do Centenário!  
Como é sorridente e bela  
Imerso fico às vezes  
Admiro os encantos d’Ela!

Faço empenho de saudá-la,  
Ouvindo a voz da vitória!  
No seu trono soberana  
Terá honra e tanta glória!  
O povo, afinal se irmana,

Um anjo traz na memória,  
Registra o fato e delira,  
A Passo Fundo se ufana!

Kozma é linda de encantar,  
O seu riso é extraordinário!  
Zeloso o meu estro, agora,  
Me empolga e me faz saudar  
A Rainha do Centenário!  
(REIS, 1957a, p.113).

As “beldades” passo-fundenses contribuem para caracterizar a feminilidade conferida pelo autor ao bairro no momento em que o chama de “namorada”. Bachelard (2006, p.30) diz que os “grandes sonhos de feminilidade” não são garantidos apenas pela gramática, para o filósofo, é necessário sentir “a palavra feminilizada de ponta a ponta, investida de um feminino irrevogável.” Márcia Kozma corporifica essa feminilização de Passo Fundo como rainha do centenário, ela dá sequência à beleza das outras gerações de moças que figuraram como rainhas no passado, articulando presente e passado a partir de uma feminilidade que transcende gerações e, associada ao espaço urbano, deixa transparecer o singelo carinho do autor para com o Boqueirão e a cidade. O poema *Nuvens e Rosas*, ao remeter à saudade do bairro que Reis sentia, também mergulha nesse devaneio feminino:

Se eu tenho saudades dela,  
Tristezas no coração,  
Trago sempre na minh'alma  
Lembranças do Boqueirão

Lembranças da sua casa,  
Das janelas, de um portão...  
Minha vida e meus amôres  
Ficam lá no Boqueirão!  
(REIS, 1957, p.19).

O Boqueirão está na alma de Reis, é lá que seus amores residem, quando está longe, são as lembranças da cidade que aplacam sua tristeza. Essa é a mensagem. O bairro antigo encerra a história, o passado, que adquire também esse caráter feminino, de carinho para com a terra, o berço dos habitantes. Xavier e Oliveira, quando citava a terra, o berço pátrio, conferia uma aura solene, de contemplação e admiração com a grandiosidade, com a glória dos tempos de outrora, tanto daquele passado imemorial narrado em *Terra dos Pinheiraes* como daquele vivido, presente nas lembranças publicadas em 1957. Reis trata o passado com um carinho, olha para ele com uma leveza no olhar, o que confere ainda mais peso ao presente e ao futuro na sua percepção



do tempo. Seu poema *Passo Fundo de amanhã*, dedicado “A todos os habitantes da Comuna que ajudaram a construir e engrandecer Passo Fundo” (REIS, 1957a, p.37), é exemplar nesse sentido:

Para a frente, habitantes da Comuna,  
Que a vitória há de surgir,  
Límpida, cristalina e retumbante,  
No presente e no porvir!

Um povo em harmonia, unido e forte,  
Dando exemplo singular,  
Terá a força das varas misteriosas,  
Que ninguém pode quebrar!

Lutar pela grandeza da Comuna,  
Nos encanta e nos apraz;  
O egoísmo, qual a poeira das estradas,  
Deveis deixar pra trás!

Na cidade, nas vilas e nos campos,  
Vê-se a firme diretriz  
De um povo laborioso e progressista,  
Que a vitória nos prediz.

Se o trabalho nos honra e glorifica,  
Dedicaí-vos com afã,  
Que tereis paz, riquezas na Comuna,  
Para os dias de amanhã!

Olhai com simpatia os ruralistas  
Que, no inverno e no verão,  
São heróis nas florestas e nos campos,  
Nas lavouras do sertão!

Qual um facho de luz no céu da Pátria,  
Contemplai nossos aviões  
Que lá vão, através das nuvens brancas,  
Em diversas direções!

Na fábricas, nos campos e hospitais,  
Podeis observar também  
Milhares de operários e médicos,  
Que trabalham para o bem.

A gloriosa e lendária Passo Fundo  
Tem as graças do Senhor;  
Nos esportes, escolas e ginásios  
Canta a mocidade em flor.

Para a frente, habitantes da Comuna,  
Que a vitória há de surgir,  
Límpida, cristalina e retumbante,  
No presente e no porvir!  
(REIS, 1957a, p.37-38).

O presente e o futuro marcam o encadeamento das categorias temporais nesse poema. Tais tempos estão mais explícitos nesse trecho, mas marcam toda a sua obra. A harmonia, união e a luta pelo progresso devem afastar o egoísmo, entendido como todo o mal que cresce a sombra do desenvolvimento e dos benefícios da modernização. A menção à lavoura e aos ruralistas vai ao encontro da ênfase no trigo como uma das principais apostas da economia local e regional. Ao associar “a gloriosa e lendária Passo Fundo” com a “mocidade”, Reis deixa transparecer seu cuidado, o lado singelo, que está em “flor”, que está jovem, e vai despertar no amanhã. Enfim, todo o poema é dedicado ao “porvir”, que só será grandioso pelo labor de seus habitantes. O poema *O céu de Passo Fundo*, onde o autor compara o céu da cidade com o de outros estados que visitou, assim afirma que “Não há tempestades no céu ou na terra planaltina; há nuvens brancas de paz...” (REIS, 1957a, p.100). A elevação ao céu é um alcance e uma garantia de um futuro próspero, é a partir da constatação do progresso no presente que o alcance dos céus (do futuro) estará garantido:

Ergue o teu pensamento ao céu e pede ao Senhor, na efeméride do Primeiro Centenário de Passo Fundo, que abençoe os seus habitantes e faça cair dezenas de nuvens e milhares de rosas sobre esta lendária e histórica Capital do Planalto! Nuvens brancas de paz! Céu de Passo Fundo! O painel divino, desenhado pelas mãos mágicas do Criador de todos os mundos! (REIS, 1957a, p.101).

O maravilhamento de Reis é com o presente e a força que impulsiona o progresso de Passo Fundo para o “céu”, para cima, para o futuro. As nuvens e rosas, a paz e a beleza, assumem a feminilidade presente nos sentimentos do poeta em relação à cidade, corporificados no bairro Boqueirão, que preserva uma espécie de essência singela do passado frente às transformações que marcaram a “cidade nova”. O poema *Velho Boqueirão* exprime essa relação entre a preservação do singelo e do pitoresco e o progresso passo-fundense:

O povoado quer surgiu na história,  
Berço que nasceu da luz da aurora,  
O povo já o grava na memória,  
Quer amá-lo na existência a fora!

Um século de progresso e de glória,  
E ainda vê-se aquele povo, agora,  
Irmanado e sempre extraordinário!  
(REIS, 1957a, p.102).

As poesias de Reis assumem uma temporalidade diferente daquele de Xavier e Oliveira, estão mais próximas do regime de historicidade que marcava Passo Fundo e o Brasil na década de 1950. Mas, como Bachelard adverte, “o ato poético não tem passado”, o filósofo faz esta afirmação para ressaltar o caráter dinâmico da imagem poética. Encerrada em sua própria temporalidade, ela não resulta necessariamente de um impulso, não está submetida a uma relação de causa e efeito, pois “quando ela emerge na consciência”, na escrita, é como “um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade.” (BACHELARD, 2008, p.1-2). Nesse sentido, tais imagens não guardam uma relação temporal linear porque elas brotam do “coração”, dos sentimentos que os autores nutriam pela cidade. Existem semelhanças nesses sentimentos, que são aqueles de pertença, de habitar uma casa como uma espécie de berço, mas a cor que trazem ao texto têm matizes diferentes.

São esses sentimentos que guardam relações entre si. Xavier e Oliveira, considerado o “pai da história”, é o primeiro a escrever sobre o passado, sua admiração pela cidade o leva à elaboração da imagem da árvore, das raízes dos habitantes com a terra em que nasceram como elemento de culto patriótico. É com essa intenção que suas memórias narram os episódios e descrevem os espaços do passado. Para Reis, a beleza da cidade, na expressão máxima de seu desejo de nuvens e rosas para Passo Fundo, maravilha-se com o progresso, com o aéreo, com o céu, com o futuro. Bachelard busca estudar as imagens poéticas a partir de uma fenomenologia que prioriza o ato criador, a imaginação individual que leva à formulação de imagens poéticas primordiais (associada a elementos da natureza). Isso pode ser observado nas poesias dos autores analisados. Embora sejam obras de naturezas diferentes – Xavier e Oliveira almeja uma legitimidade como historiador, enquanto Reis, mesmo redigindo um texto inicial onde procura realizar algumas considerações históricas, se declara como poeta –, ambos buscam uma capacidade de representância do passado em seus trabalhos. Ambos apelam fortemente a suas próprias lembranças como recurso para isso. Essas lembranças partilham algo em comum, o que leva a considerar que as formulações dessas imagens poéticas guardam uma relação e não são puramente individuais. Explicar a relação entre a elaboração dessas imagens implica superar o problema no mesmo âmbito da relação entre a memória entendida, por um lado, como um fenômeno individual e, por outro, como partilhada em um quadro social. Ricoeur (2007, p.134) busca superar esse problema identificando “a região da linguagem onde os dois discursos podem ser entrecruzados.”

Nesse sentido, a possibilidade de suspensão da atribuição de quem lembra ou rememora no nível do discurso (da escrita) é um dos primeiros elementos que permite pensar na memória não apenas como fenômeno individual – “a memória é ao mesmo tempo um caso particular e um caso singular”, pois o fenômeno mnemônico é também psíquico, “fala-se deles como de afecções e ações” que sentimos ou realizamos, e isso pode ser estendido a qualquer indivíduo e compreendido “fora de toda atribuição explícita.” No momento que é possível descrever esses fenômenos que ocorrem internamente, individualmente, é possível também os atribuir aos outros, mas isso não ocorre posteriormente a nossa tomada de consciência do fenômeno, mas coextensivamente à atribuição a si. “Não se pode fazer um sem fazer o outro.” Mas isso permanece apenas uma conjectura, a solução para esse problema da atribuição de um fenômeno que ocorre internamente a outros sujeitos “repousa na compreensão e na interpretação das expressões verbais e não-verbais no plano do comportamento de outrem.” Essa compreensão é guiada pela “imaginação afetiva”, que “nos transporta para perto da experiência viva de outrem” (RICOEUR, 2007, p.136-137). Assim, a memória porta a marca de outros, especialmente em sua “fase declarativa”:

Em sua fase declarativa, a memória entra na região da linguagem: a lembrança dita, pronunciada, já é uma espécie de discurso que o sujeito trava consigo mesmo. Ora, o pronunciamento desse discurso costuma ocorrer na língua comum, a língua materna, da qual é preciso dizer que é a língua dos outros. (RICOEUR, 2007, p.138).

A imaginação criadora dos autores tem papel central e ativo na elaboração das imagens, mas quando elas aparecem, em sua “fase declarativa”, na escrita, entram em um mundo intersubjetivo, pois a própria linguagem é compartilhada, condição para existência da própria lembrança e/ou imagem poética que emerge nos textos. Nossas experiências não existem sem os outros, “acreditamos na existência de outrem porque agimos com ele e sobre ele e somos afetados por sua ação.” (RICOEUR, 2007, p.139). Xavier e Oliveira e Reis conheciam-se pessoalmente e intelectualmente, embora, concordando com Bachelard, a imaginação seja uma espécie de potência criadora individual, a produção de imagens poéticas está submersa em uma troca de experiências, uma vez que submersa na linguagem. Poderíamos dizer que o sentimento gerado por uma maravilamento, por uma contemplação profunda do passado experimentada pelos autores, jamais será partilhado, mas nas formulações conscientes, na fase declarativa desse “devaneio” na sua escrita, ocorre uma troca de experiências, de

subjetividades, onde a imaginação poética se entrecruza com o imaginário, com um conjunto de imagens compreendidas coletivamente em determinada conjuntura histórica que atribuem sentidos ao mundo.

No caso das obras e dos autores em questão, tais imagens orbitam em um mesmo imaginário – Passo Fundo como centro regional – e elas não cumprem um mero papel ilustrativo, como um ornamento, elas carregam a força do sentimento dos autores, o que influencia seu olhar, sua intencionalidade e a própria explicação sobre o sentido que o passado assume. Assim, além de alguns elementos considerados por Pollak (1992) como o “núcleo” da memória – as definições dos sujeitos (o patriarca Joaquim Fagundes dos Reis, o cabo Manoel José das Neves), dos lugares (especialmente a parte nova da cidade, o Boqueirão assume uma força maior na obra de Reis) e dos acontecimentos (a própria fundação e emancipação política, com maior intensidade na obra de Xavier e Oliveira) – o sentimento de encanto com a cidade, que leva ao afeto relativo ao pertencimento a uma casa, uma terra em comum, a uma espécie de irmandade, também é compartilhado. Sua entonação varia de acordo com as experiências vivenciadas por cada um desses autores, o que altera o regime de historicidade que suas obras aderem. É importante notar que esses regimes de historicidade não regulam esses historiadores-poetas, são formulações de suas experiências com o tempo que, na escrita, configuram suas narrativas.

As imagens poéticas participam das “ficcionalizações da história”, tornam-se elementos indispensáveis para o sentido, para a configuração da sucessão de acontecimentos que formam as narrativas. Mas elas também vão além. O caráter afetivo, especialmente nesses textos escritos e/ou selecionados para as comemorações, é inerente à compreensão do passado que se quer apresentar ao leitor. Essa afetividade não pode ser expressa por conceitos ou racionalizações em uma explicação coerente que encadeie os acontecimentos, personagens e lugares do passado. “O conceito, dando estabilidade à imagem, lhe asfixiaria a vida.” (BACHELARD, 2006, p.50). A impressionante contemplação do passado de Xavier e Oliveira nunca será alcançada, mas suas imagens poéticas conseguem caracterizar esse sentimento, que é partilhado com os leitores (mesmo aqueles de diferentes épocas) pela experiência intersubjetiva que se constitui na linguagem, bem como o maravilhamento de Reis com o progresso e a beleza. “Em sua simplicidade, a imagem não tem necessidade de um saber. Ela é a dádiva de uma consciência ingênua. Em sua expressão, é uma linguagem criança.” (BACHELARD, 2008, p.4).

### 3 Passo Fundo e a construção visual da capital do planalto

#### 3.1 A edição comemorativa de *O Nacional*

Duas publicações que merecem destaque e que circularam no ano do centenário de Passo Fundo são a edição comemorativa de *O Nacional* e o guia da cidade intitulado *Passo Fundo Centenário 1857-1957 Guia Turístico, Literário e Comercial* e uma série de cartões postais. A partir dessas publicações, é possível explorar a dimensão visual do imaginário capital do planalto, pois o uso de imagens, com fotografias e ilustrações do município, é marcante nessas edições. Os anúncios publicitários também possuem um forte apelo visual e aparecem em um número significativo nessas duas obras. Mas esse capítulo não se limita a analisar apenas as imagens, sem levar em consideração os textos presentes nessas publicações. Sem considerar a relação entre imagem e texto, a análise dessas fontes perderia profundidade e ficaria incompleta.

Por serem duas publicações distintas, com formatos e formas de circulação diferentes (embora estejam vinculadas à órbita do centenário, e alguns dos sujeitos envolvidos em sua produção tenham relações próximas), optou-se por realizar uma análise individual de cada uma e depois estabelecer uma comparação/relação entre ambas, especialmente no que tange à construção de uma visualidade urbana no centenário e em fins da década de 1950. A edição comemorativa de *O Nacional*, com 62 páginas, esteve disponível nas bancas e para os assinantes do periódico. Essa edição, voltada para as comemorações do centenário, reuniu artigos, homenagens, comentários dos cronistas, poemas e imagens da cidade.

Na primeira página, foi publicada uma homenagem da Associação Profissional dos Jornalistas de Passo Fundo. Essa nota inicia saudando o momento de retrospecto do passado vivido nos dias do centenário, história que era trazida à luz do presente "pelo ilustre varão e venerado conterrâneo Antonino Xavier e Oliveira", dedicado a elucidar a trajetória do município. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.1). Joaquim Fagundes dos Reis é mencionado em seguida, como o desbravador da terra, abrindo caminho para as famílias "tradicionais" se firmarem, como os Xavier, Vergueiro, Schell, entre outras. "A semente lançada pelos pioneiros, vicejou, criou pendão e cresce surpreendentemente - graças ao imenso e rico legado moral e material que recebemos dos nossos antepassados." (O NACIONAL, 07/08/1956, p.1). Assim eram caracterizados os "cem

anos de existência", marcados pela "nobreza, hospitalidade, trabalho e realização", virtudes que tornam Passo Fundo a "Capital do planalto." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.1). Mas é na página 2 que o município é saudado com entusiasmo por *O Nacional*.

Figura 7



Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.2). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).

Nessa página, são apresentados dados sobre a cidade e a administração pública de "patriótica orientação." Assim, é apresentado o prefeito, Wolmar Salton, que aparece na fotografia da página acima sob o título "Chefe do Executivo Municipal", na legenda, ele é caracterizado como "ativo e patriótico administrador que, antes de assumir a prefeitura, prestou relevantes serviços a Passo Fundo, como vereador, durante oito movimentados anos." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.2). No outro lado, consta a

fotografia da prefeitura e, logo abaixo, um dos pavilhões de exposição do centenário. É exaltada a administração que organizou e executou o programa de atividades das comemorações do centenário de Passo Fundo. Comemorar o aniversário do município, para o jornal, é celebrar a pátria, é mostrar o espírito patriótico dos passo-fundenses em sua admiração pela cidade:

O município de Passo Fundo é um dos mais importantes do Estado, sendo o mais destacado do norte do Rio Grande do Sul, tendo esta cidade conquistado, entre outros títulos, o de "centro econômico" mais influente de toda a região, e o distico de "Cidade da Cultura", contando já em funcionamento duas Faculdades - a de Direito e a de Filosofia - , em vias de tornar-se Cidade Universitaria. Verdadeiramente é a "capital do planalto." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.2).

Todo esse progresso estava relacionado, de acordo com o jornal, com a eficácia da administração municipal. O trabalho de calçamento é mencionado com destaque, pois "aumenta a zona urbana" e "ajuda a embelezar a cidade." A colocação de cordões nas ruas mais distantes do centro e a iluminação pública também eram citadas como setores em acelerado progresso no município, superando anos anteriores. Os pavilhões onde seriam realizadas a exposição agroindustrial e a Festa do Trigo (pavilhões da Indústria e do Trigo), em acabamento em agosto de 1957, conforme demonstra a fotografia, e os outros dois a serem construídos (o Cultural e Histórico e o de Festas) aparecem como grande realização em prol das comemorações do centenário. As atividades industriais também são mencionadas, dando atenção aos projetos de Wolmar Salton, quando este ainda vereador, de isenção de impostos para indústrias e sobre a localização de estabelecimentos industriais. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.2).

As fotografias da página 2 têm uma relação direta com o artigo. A imagem do prefeito, à esquerda de quem observa, e da prefeitura, à direita, demonstram o poder público municipal. O pavilhão da festa do trigo logo abaixo figura como uma realização fundamental desse poder, da administração municipal e configura, materializa o próprio centenário. Além dessas três imagens, ao longo dessa edição comemorativa, aparecem dezoito imagens da cidade sem relação direta com os textos presentes nas páginas em que estão veiculadas. Uma é um desenho de um prédio, quinze são fotografias de edifícios e/ou paisagens urbanas (contando com o desenho), duas são de barragens hidrelétricas, e uma é de Passo Fundo na revolução de 1923. Além dos anúncios publicitários, que trazem fotografias e ilustrações, mas que requerem uma análise diferente desse conjunto de fotos, algumas propagandas contêm fotos de prédios



comerciais ou em construção na cidade, mas sua lógica e função dentro da edição comemorativa é outra. Cabe estabelecer algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a análise das fotografias em publicações comemorativas, como as analisadas no presente trabalho.

Mirzoeff (1999), Monteiro (2013) e Possamai (2008a) chamam atenção para a relação da fotografia com a modernidade (enquanto experiência temporal) e a modernização de espaços urbanos. Desde fins do século XIX, era comum "as administrações municipais contratarem fotógrafos a fim de registrar bairros inteiros que sofreriam reformas urbanas." (POSSAMAI, 2008a, p.68). Além de documentar, a fotografia também era percebida como registro objetivo da realidade, um atestado, uma comprovação de que o objeto retratado de fato existia, mas ela não é simplesmente uma imitação do real, "as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos." (SONTAG, 2004, p.17). Monteiro (2008, p.148) entende a fotografia como uma "imagem técnica de natureza híbrida", produzida tanto por processos físicos e químicos como pelo homem. Uma foto resulta, portanto, de determinado nível tecnológico disponível no momento de sua produção e da concepção social, cultural do fotógrafo, que faz parte de uma sociedade, com opções técnicas e estéticas próprias, marcada por um regime de historicidade, por uma experiência temporal particular.

A fotografia é "um corte no fluxo do tempo, através do congelamento de um instante, separado da sucessão dos acontecimentos." (MONTEIRO, 2008, p.148). Machado Júnior (2009, p.33) percebe o campo fotográfico como um "recorte visual, repleto de subjetividade, representando detalhes de uma imaginada realidade correspondente, em alguns casos, aos interesses de quem a publicará." O uso das fotografias em publicações comemorativas busca apresentar ao público (munícipes, visitantes e investidores) uma visão da cidade, mas também cristaliza, monumentaliza (no espaço e no tempo) certos aspectos da paisagem urbana. Esse tipo de publicação (álbuns comemorativos, edições especiais, etc.) constitui "lembranças" daquele ano festivo, tal como seu suporte, esse tipo de foto acaba ganhando "significados com o passar do tempo" (MACHADO JÚNIOR, 2009, p.31), possibilita rememorar os recortes visuais do urbano, torna-se um dispositivo que ativa lembranças e é guardado pelas pessoas como objeto que possibilita rememorar as festas e a cidade.

Machado Júnior (2009, p.30) adverte que dependendo "das circunstâncias que são observadas", as fotografias podem adquirir significados distintos para o observador. Nesse caso em específico, a circunstância da observação é a comemoração do

centenário em 1957. Essas imagens eram inseridas nas publicações como um recorte visual daquilo que deveria ser celebrado como sinal de progresso e realização do município. Nesse sentido, as fotografias ajudam na afirmação e legitimação de um imaginário (a capital do planalto) e instauram "a memória coletiva da cidade." (POSSAMAI, 2005, p.13). A seleção das imagens adentra o campo do memorável, por isso trabalha também com o esquecimento, afirmando uma visualidade urbana que será rememorada, deixando de exibir outros espaços. Esse processo passa pela seleção/recorte dos fotógrafos, mas especialmente dos editores:

A apropriação da fotografia em seus diversos formatos pela imprensa periódica, mais reconhecidamente no caso brasileiro, tornou cada vez mais seletiva a escolha das imagens que abarcariam o circuito visual das cidades. Caracterizaram-se como espécie de mecanismos de controle e poder sobre o que deveria ser culturalmente aceito como objeto passível de recorrente visibilidade. (MACHADO JÚNIOR, 2009, p.44).

Esse mecanismo de poder que regula a esfera do ver nos periódicos está associado com o apelo comercial das imagens, seu potencial econômico dentro de sua disponibilidade tecnológica. O recorte visual do urbano "constrói uma cidade imaginada, excluindo da cena fotografada aqueles elementos que não favorecem a imagem de cidade a ser elaborada" (POSSAMAI, 2005, p.13), o que muitas vezes não pode ser feito diretamente no espaço urbano, embora no caso de Passo Fundo tenha sido elaborado um PDDU que ia ao encontro do imaginário urbano de centro regional. Monteiro (2007, p.164) indica que as fotografias, incorporadas em revistas ilustradas na década de 1950, proporcionam uma "educação do olhar e a elaboração de uma nova estética nesse processo de expansão horizontal e vertical urbana."

Meneses (2006, p.35) entende que para a história considerar "a dimensão visual presente no todo social", é importante organizar um quadro de "referências, informações, problemas e instrumentos conceituais e operacionais" relativos a três grandes feixes de questões: "o visual, o visível e a visão." Em relação ao visual, o autor se refere ao ambiente, ao sistema visual de uma sociedade, caracterizado por suportes institucionais como escolas, empresas, administração pública, museu, cinema, etc., sem deixar de perceber "as condições técnicas, sociais e culturais de produção, circulação, consumo e ação dos recursos e produtos visuais." (MENSES, 2006, p.35). Esse conjunto de elementos podemos caracterizar como a iconosfera, "isto é, o conjunto de imagens-

guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage." (MENESES, 2006, p.35).

Já o visível diz respeito ao "domínio do poder e do controle, o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver" - o problema da visibilidade/invisibilidade. (MENESES, 2006, p.36). Com isso, é possível afirmar a necessidade de pensar quem são os grupos que estão controlando os mecanismos de seleção e manipulação de imagens, bem como os meios de divulgação das mesmas. Também é importante considerar a "relação social entre pessoas mediadas por imagens" (MENESES, 2006, p.36), entre os grupos que contribuíram para a construção de uma visualidade urbana nas publicações comemorativas e a sociedade em que tais imagens circularam. A visão "compreende os instrumentos e técnicas de observação, o observador e seus papéis, os modelos e modalidades do olhar." (MENESES, 2006, p.38). Estaria, portanto, associada à questão da recepção:

A questão da recepção - associada ao valor atribuído à imagem pela sociedade que a produz mas também a recebe. Na medida em que esse valor está mais ou menos balizado pelos efeitos de realismo da imagem, ele apontará para a conformação histórica de certo regime de visualidade. Portanto, se a questão da relação da imagem com o seu referente e o grau de iconicidade dessa imagem é uma questão estética, seu julgamento (ou apropriação) tem a ver com as condições de recepção e de como, por meio dessa, atribuí-se valor à imagem: informativo, artístico, íntimo, etc. (MAUAD, 2005, p.135).

É importante, portanto, considerar o contexto histórico em que essas imagens circularam. Produzidas por fotógrafos locais, foram selecionadas dentro de um conjunto de possibilidades para integrarem publicações comemorativas da cidade. Estão inseridas na órbita, na atmosfera das comemorações e vinculadas ao imaginário de capital do planalto. Monteiro (2007, p.159) afirma que as revistas ilustradas da década de 1950 buscavam uma nova visualidade urbana através de fotorreportagens que construía a "imagem de um país em acelerado processo de urbanização." O *Passo Fundo Centenário* e a edição comemorativa de *O Nacional* não estão fora desse contexto, embora não constituam fotorreportagens e sejam publicações do interior do Rio Grande do Sul. Estão submergidas em um regime de visualidade particular daquela década, que procurava ressaltar aspectos da cidade que atestassem seu crescimento, sua verticalização e modernidade urbana.

Além desse período de aceleração da vida urbana e verticalização das edificações nos centros urbanos, que contribuía para estabelecer padrões fotográficos,

"o período foi marcado pela modernização da grande imprensa nos principais centros urbanos (especialmente nas capitais)" sob a égide de algumas famílias que monopolizavam jornais, rádios, enfim, o próprio setor de comunicação. (MONTEIRO, 2007, p.162). Os periódicos do interior, particularmente em Passo Fundo, tentavam seguir o padrão da imprensa dos centros urbanos, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, pois os jornais das capitais e as revistas ilustradas alcançam ampla circulação nacional. Os periódicos passo-fundenses não alcançavam a qualidade que algumas das revistas do período já estabeleciam, uma vez que estas dispunham de um investimento muito maior.

Como as publicações analisadas são alusivas ao centenário de Passo Fundo, são comemorativas, o padrão de sua elaboração foge ao corriqueiro, são edições especiais. Mesmo a edição de *O Nacional*, um periódico local, fugia da regra de suas tiragens diárias. Ao invés de trabalhar com o "imediate" (MONTEIRO, 2007, p.163), o que havia acontecido no dia anterior, abordava construções históricas sobre Passo Fundo, textos narrativos de cunho histórico-literário e trazia um conjunto de fotos da cidade para apresentar a capital do planalto aos leitores. O público leitor também foi ampliado. É possível inferir que essa edição tenha circulado em um espectro amplo, alcançando inclusive outros municípios interessados em noticiar a semana das comemorações na cidade.

Monteiro (2007, p.163) refere-se às revistas ilustradas como "meios híbridos", pois mesclavam uma série de assuntos, como política nacional/internacional, sociedade, esportes, publicidade, etc. Tentavam equilibrar informação, formação de opinião e entretenimento. As publicações comemorativas se aproximam dessa definição (especialmente o guia *Passo Fundo Centenário*). Traziam diversos temas veiculados, desde artigos históricos e literários, comentários sobre a situação política da cidade e do país, mensagens de homenagem ao município, tiras de humor, publicidade, poemas, etc. Além disso, traziam a fotografia, que "permitia congelar fragmentos de temporalidade e condensar a nova imagem da cidade em processo de mutação." (MONTEIRO, 2007, p.163-164). Passo Fundo vinha sofrendo um processo de mutação com certa intensidade desde fins da década de 1920 e início de 1930. O centenário permitiu a oportunidade de construir uma visualidade da cidade a partir de aspectos da paisagem urbana considerados inovadores, progressistas e modernos.

É importante tecer considerações sobre o nível técnico disponível para a produção de imagens fotográficas naquele contexto. Em sua investigação sobre

fotorreportagens, Monteiro (2007, p.165) indica que na década de 1950 "passou-se a utilizar câmeras mais leves (como a Zeiss Icon a Rolleiflex e a Leica), com filmes flexíveis e *flash*, que permitiam realizar várias tomadas em uma única saída a campo." No caso das edições comemorativas, muitas fotografias foram selecionadas a partir de estúdios fotográficos locais. Deoclides Czamanski, proprietário da Foto Moderna na década de 1950, fotógrafo, era sócio do Instituto Histórico de Passo Fundo e participava da Comissão de Estudos Geográficos; a série de cartões postais que circulou nas comemorações foi produzida pela Casa Tupi. Lech (2006), traçando breve biografia de Czamanski, afirma que "ele, literalmente, viu Passo Fundo crescer pelas lentes das suas Rolleyflex, Kodak, Nykon, e dezenas de outras máquinas que tão bem soube manusear."<sup>65</sup> Com duas casas fotográficas, adaptadas aos padrões de produção correntes no estado (usando câmeras como Rolleyflex, por exemplo)<sup>66</sup>, a inserção da fotografia nas publicações comemorativas não poderia faltar, sua introdução era, por si só, sinônimo de modernidade:

A fotografia, que reduzira consideravelmente o tempo de produção das imagens, que aumentara a sua velocidade de circulação, que moldara essas imagens às condições e aos valores da indústria e do mercado, e que como impressão beneficia-se de um grande poder de atração, é uma imagem eminentemente moderna. (ROUILLÉ, 1998, p.303).

Além de ser fruto da modernidade, ela representou o progresso nas comemorações do centenário. Elas contribuíram para a afirmação de uma visualidade urbana vinculada ao imaginário de capital do planalto enquanto também era resultado do progresso tecnológico e industrial. Rouillé (1998) destaca que "enquanto imagem tecnológica", de produção fácil e rápida, "enquanto imagem-impressão (presumivelmente exata e verdadeira: a própria realidade)", tinha função de atestar,

---

<sup>65</sup> A Casa Tupi era uma loja de quadros, molduras, bomboniere, entre outros produtos, além de fotografias, esteve presente em Passo Fundo desde a década de 1940, conforme informações que constam em HEXSEL; GÁRATE, 2002. A Photo Moderna iniciou suas atividades na década de 1920, passou para a família Czamanski em 1937 e foi adquirida por Deoclides Czamanski em 1952, permanecendo em sua posse até 2005, quando faleceu. (CZAMANSKI, 2011).

<sup>66</sup> De acordo com Coelho (2006, p.85) "A Rolleiflex usava filmes 120 de 12 chapas, que produziam os negativos 6 x 6 cm e permitem grandes ampliações com boa definição da imagem. Era uma câmera reflex de duas objetivas, sendo que uma capta a imagem que vai sensibilizar o filme e outra reflete a imagem em um vidro despolido quadriculado que é o visor [...]", produzia fotografias quadradas de boa qualidade. Outra câmera que circulava no Brasil na década de 1950 era a Leica, é possível que também tenha sido utilizada pelas casas fotográficas locais. "A Leica usava filmes do 'recém criado cinematógrafo', com negativos de 16 mm e permitia a exposição de 36 chapas. Era uma câmera mais rápida, silenciosa e discreta que a Rolleiflex. Tinha corpo horizontal e lentes que permitiam uma definição excelente e seu manejo era simples.

comprovar o crescimento da cidade, "enquanto imagem reproduzível e de baixo custo", adequada à lógica industrial e comercial, "a fotografia é concebida como um fator de progresso industrial e científico [...]. Ela é percebida como um instrumento de domínio do mundo." ( ROUILLE, 1998, p.303). Vilches (1997, p.19) também indica que a foto na imprensa aparece "con una tremenda fuerza de objetividad", como se fosse "el testimonio fidedigno y transparente del acontecimiento o del gesto de un personaje público." O valor atribuído a essas fotografias era de informação, de objetividade e de veracidade em relação ao crescimento urbano e está relacionado com sua recepção (MAUAD, 2005). O imaginário da capital do planalto envolve a produção, seleção e recepção dessas imagens.

A presunção da verdade e de objetividade das fotos é concebida como um "preconceito" (um conceito prévio) em fotografias de reportagens por Soulages (2010). Para este autor, essa posição de veracidade do documento fotográfico é a base de seu "pretensão valor" jornalístico e comercial. Isso possibilitaria o poder de estar em outros lugares e outros tempos que não aquele em que nos encontramos, "mas que aconteceram, que 'verdadeiramente' existiram." (SOULAGES, 2010, p.22). Porém, esse poder quase mágico atribuído à fotografia é uma ilusão: "Mais de uma vez as fotos de reportagem foram adulteradas por razões políticas, ideológicas, comerciais ou financeiras." (SOULAGES, 2010, p.25).

Em relação às publicações comemorativas, é possível destacar o papel de seleção realizado por seus editores, o que constitui uma manipulação. Embora não se trate de uma fotorreportagem, a inserção de fotografias nessas publicações aspira valor semelhante ao de veracidade. Sua intenção é atestar o crescimento e o progresso de Passo Fundo. Mas tais imagens também aspiram o futuro - constituem lembranças do momento em que a cidade completou cem anos. Entretanto, essa aspiração ao futuro também objetiva carregar essa aura de veracidade, mostrar como era Passo Fundo em 1957 para as gerações futuras. Ao passar por um duplo processo seletivo (as lentes dos fotógrafos e o olhar dos editores)<sup>67</sup>, tais imagens contribuem para selecionar lugares de memória (NORA, 1993) da capital do planalto que, em conjunto, caracterizam sua visualidade urbana.

---

<sup>67</sup> Conforme Czamanski (2011) indica, o passatempo de Deoclides Czamanski era fotografar a cidade, prática que o levou a construir um rico acervo de imagens do município. Uma parte dessa coleção está disponível no MHR, onde é possível constatar fotografias da década de 1950 que acabam não sendo incluídas nessas publicações comemorativas, como transformações urbanas nos arrabaldes e vilas de Passo Fundo. (KNACK; PULGA, 2014). Isso demonstra que uma série de possibilidades foram deixadas de lado em função de outras que passaram a constituir a visualidade urbana da capital do planalto.

As edificações verticais e modernas, o espaço em torno da praça Marechal Floriano, centro comercial da cidade, a Avenida Brasil, que começou a receber com intensidade investimentos da construção civil a partir de 1920-30, e os pavilhões expositivos do centenário caracterizam os principais elementos da composição visual da capital do planalto nessas publicações. A ênfase na modernização e transformação urbana não era característica particular de Passo Fundo. Baitz (2003) indica que a abordagem das revistas ilustradas brasileiras entre 1954-64 sobre o país em processo de urbanização era amplamente difundida. "O país era reportado com o entusiasmo típico da época." (BAITZ, 2003, p.56). A industrialização e seus benefícios para a vida urbana eram constantes nessas publicações.

Passo Fundo não fugia a esse contexto. As publicações comemorativas do centenário vão ao encontro de um padrão visual recorrente no período e ao imaginário capital do planalto, que também está relacionado a esse momento vivido no país na década de 1950, mas com raízes locais no início do século XX. Como Lima e Carvalho (1997, p.15) apontam, "as imagens assumem funções legitimadoras, reguladoras, compensatórias, propulsoras e pedagógicas, entendidas como indispensáveis na organização e reprodução da vida social." Como documentos de ampla circulação, essas edições comemorativas sinalizavam o progresso, estabeleciam uma relação entre o imaginário de cidade alimentado pelos grupos à frente da organização das comemorações do centenário e o sujeito (observador) que as consumia.

Lima e Carvalho (1997, p.31) buscam esclarecer a construção de sentidos nas imagens fotográficas que não se encerram apenas na seleção de temas que figuram nos suportes analisados, mas se estendem "ao modo de apresentação e arranjo dos temas nos álbuns." É importante observar a recorrência dos temas, mas não é suficiente abordar apenas para esclarecer a formação de uma visualidade urbana. Nesse sentido, Lima e Carvalho (1997, p.32) estabelecem uma abordagem das fontes baseada em dois instrumentos: os descritores icônicos que registram elementos figurativos e espaciais, e os descritores formais que identificam o tratamento plástico dispensado aos motivos selecionados do contexto urbano, relacionado à composição fotográfica.

Os descritores icônicos referem-se aos elementos figurativos e espaciais da paisagem urbana, como arquitetura, estruturas, localização geográfica, elementos móveis e atividades urbanas. "O controle da abrangência espacial fornece informações sobre o grau de articulação com que se pretende apresentar fotograficamente a cidade", resumindo, "qual o grau de extensão da noção de cidade." (LIMA; CARVALHO, 1997,

p.32). Os descritores formais estão associados a questões de enquadramento da foto, ao arranjo e estrutura fotográfica dos elementos que aparecem e aos efeitos utilizados na imagem. Os descritores propostos por Lima e Carvalho ajudam a compreender as relações sociais e históricas que se estabelecem entre os fotógrafos e editores (no caso, especialmente os editores), o imaginário capital do planalto, e os receptores, o público, munícipes e visitantes que estiveram em Passo Fundo durante a Festa Nacional do Trigo.

Em relação aos descritores icônicos, que dizem respeito à tipologia urbana que predomina nas imagens selecionadas, encontram-se: sete fotografias de *edifícios*, que ocupam praticamente toda a imagem (semelhante ao prédio da prefeitura municipal e do pavilhão nacional do trigo na figura 7); duas fotografias de *ruas*; uma fotografia com *múltiplos prédios*; seis fotografias de *vistas aéreas*, divididas entre geral e parcial, uma fotografia de um *acontecimento* (antigo), e um *desenho*, também de um prédio, mas que estava em vias de construção na praça Marechal Floriano. Basicamente, a proposta de Lima e Carvalho (1997) é observar padrões visuais, "baseados nos atributos presentes nas fotografias, devido a suas recorrências." (ETCHEVERRY, 2007, p.44). A principal preocupação do presente trabalho é perceber como as fotografias, inseridas em publicações comemorativas, estão articuladas com a construção de uma memória e de um imaginário de Passo Fundo. A recorrência de temas e seu tratamento plástico caracterizam uma visualidade urbana na década de 1950 que vai ao encontro da afirmação e legitimação da cidade como capital do planalto.

Como as fotografias não estão colocadas em sequência, é complicado determinar uma narrativa visual do urbano, articulando textos e imagens (materiais e legendas das fotos). Elas aparecem desconexas, sem relação direta com os artigos ou reportagens nas páginas em que estão inseridas. Também é necessário levar em consideração que elas são imagens pequenas em relação ao tamanho da página do periódico, porém isso não diminui sua importância enquanto elemento visual que circulou na órbita das comemorações do centenário. Entretanto, seu tamanho possibilita concluir que o periódico não concedeu um espaço privilegiado para fotografias, seguindo um padrão de suas publicações, que não utilizava imagens muito grandes, possivelmente devido à qualidade de sua impressão e/ou o custo de sua inserção.

As imagens da edição comemorativa de *O Nacional* foram dispostas no Anexo V do presente trabalho. Ao invés de recortar as imagens da página do jornal, optou-se por anexar toda a página em que as imagens estão inseridas, para dar uma ideia do



tamanho das fotos em relação à dimensão do periódico na década de 1950. Entre as fotografias de *edifícios*, estão as figuras 1, 3, 4, 7, 11, 15 e 16 do Anexo V. O *desenho* também tem como tema um edifício, conforme a figura 12 do Anexo V demonstra. Portanto, de dezoito imagens, oito são de edifícios da cidade, o que mostra a predominância desse tema.

A predominância de edifícios demonstra a intenção da publicação em apresentar os prédios que possuem destaque por sua arquitetura (seis são considerados modernos) ou por sua história (duas fotos: a igreja matriz e um chafariz apresentado como curiosidade). Dessa forma, construções que apresentam traços arquitetônicos modernos se destacam em relação aos outros. Além desse tema (que caracteriza um descritor icônico), a composição das imagens dessas edificações segue um tratamento estético semelhante. Com exceção do *desenho* (figura 12 do Anexo V) e do prédio do Hospital São José, da vila de Sertão (figura 3 do Anexo V), a tendência da composição das fotografias segue um padrão, revelando descritores formais semelhantes.

Conforme Vilches (1997) indica, não existem espaços neutros ou vazios em uma fotografia. Sobre o tratamento do espaço entre os componentes visuais, nas fotos dos edifícios, eles ou são inexistentes (o prédio ocupa praticamente toda a imagem), ou existe um espaço na frente do prédio, que conduz o olhar do observador ao prédio, que ocupa o elemento visual central. Para facilitar a compreensão da interpretação das imagens, optou-se por demarcar com linhas coloridas alguns traços da composição formal das imagens, seguindo o exemplo do trabalho de Etcheverry (2007).

A figura 8 (abaixo), inserida na página 3 da edição comemorativa de *O Nacional*, exemplifica a tendência seguida pelas outras. O edifício de "linhas modernas impecáveis", construído pela firma Maggi De César & Irmãos (descendente de João De César, aquele homenageado no *Album do Municipio de Passo Fundo* de 1931, abordado no capítulo 1), é o elemento central dessa fotografia. Seu destaque é conferido em função do espaço vazio da rua e do céu (destacados pelas linhas verdes). A própria legenda, que destaca as linhas do prédio, sugere ao observador os contornos retos da construção, desde a estrutura até as janelas e portas. Essa relação entre forma e fundo é definida por Vilches (1997, p.25) da seguinte maneira: "la 'figura' posee forma, contorno y organización en tanto que el 'fondo' es amorfo e indefinido." O prédio, com suas linhas retas, é exemplo de organização e ordem espacial que está associado ao contexto histórico daquele momento. Dessa forma:

Debemos concluir, en consecuencia, que las relaciones de figura y fondo no son estáticas sino dinámicas y dependen del contexto que vincula a ambos. Las formas visuales no son mecánicas sino dinámicas. No están aisladas sino que están organizadas como en un mosaico. Por ello, las formas visuales no son estímulos independientes ni locales sino un conjunto global que afecta tanto a los objetos como al sujeto observador. (VILCHES, 1997, p.27).

Figura 8



Imagem recortada da figura 1 do Anexo V

Os espaços destacados a partir das linhas verdes conferem significativo destaque ao edifício (destacado pelas linhas vermelhas) no centro da imagem. Não são neutros ou vazios, compõem a fotografia como "em um mosaico". Esse primeiro descritor formal (relação entre forma e fundo) caracteriza as oito imagens de edifícios nessa publicação, mesmo o prédio do Hospital São José (figura 3 do Anexo V). Outra característica de composição da imagem, presente na figura 8, é a existência de um campo de tensões (entendido como um descritor formal): "la línea de su horizonte virtual tiene dos terminales." (VILCHES, 1997, p.33).

Como as linhas vermelhas demonstram, a imagem obriga o observador a realizar um movimento de rotação do olhar, pois ele não consegue observar plenamente ambos aspectos do edifício olhando fixamente para o centro da foto. "El lector está obligado a mirar primero hacia un extremo y después hacia el otro, moviendo los ojos o la cabeza y pasando a través del ángulo de la esquina [...]" (VILCHES, 1997, p.33). Esse efeito de rotação permite contemplar de maneira mais eficiente os detalhes arquitetônicos da edificação. Caso a foto tivesse sido tirada de frente, ao invés da esquina, uma das

fachadas não teria sido contemplada, caso que ocorre com a fotografia presente na figura 3 do Anexo V:



A fotografia do Hospital de Sertão é composta de forma semelhante à figura 8, com o edifício no centro (destacado pelas linhas vermelhas) entre o espaço da terra e o do céu (destacados pelas linhas verdes), mas sem o efeito de rotação que contempla duas fachadas. No caso da figura 9, o prédio é fotografado de frente, eliminando o efeito de rotação que faz o olhar do observador percorrer as linhas do prédio. De qualquer forma, a composição da imagem, na relação entre a forma do edifício e os fundos, também destaca a composição moderna, com o traçado retilíneo das linhas que constroem as janelas e as colunas da entrada do hospital. A outra imagem que foge à descrição formal das outras seis é o desenho do *Cine-Hotel Consórcio* (figura 12 do Anexo V), que estava sendo construído em 1957.

A construção do hotel é representada no desenho com os traçados que assumiria posteriormente em sua fachada. Segue o padrão icônico dos outros edifícios modernos apresentados na publicação: linhas retas e estrutura quadrada. O desenho apresenta o adicional da verticalidade. A verticalização do centro urbano estava em construção, era o futuro que deixaria de ser apenas uma imagem em um desenho para assumir seus contornos no espaço urbano, em frente à praça Marechal Floriano, no centro urbano e

comercial de Passo Fundo. A ordem e a organização das composições fotográficas era uma característica da visualidade urbana da capital do planalto em 1957.

As duas fotografias de edificações que fogem ao tema da modernidade (a da igreja e a do chafariz) apresentam composição semelhante à da figura 8. A fotografia da igreja matriz (figura 4 do Anexo V) também é composta por uma relação entre forma e fundo. Porém, nesse caso, o fundo envolve o edifício, que ocupa o centro da imagem, e o efeito de contraste não é tão marcante quanto na figura 9 (contraste entre o escuro da terra e o branco-acinzentado do céu, que também está presente na figura 8, mas em menor intensidade), mas com efeito de rotação do olhar do observador presente. Essa fotografia da igreja é importante, pois é uma das poucas que traz a assinatura do estúdio fotográfico que a forneceu para publicação, a Foto Moderna, propriedade do fotógrafo Deoclides Czamanski, em 1957.

A fotografia do chafariz (figura 11 do Anexo V) apresenta um caos em sua composição que não está presente nas outras imagens. O chafariz é fotografado com pessoas no interior de sua edificação, provavelmente buscando água em suas fontes (a baixa nitidez devido à qualidade da impressão impossibilita observar com precisão o que se passa). A relação entre forma e fundo também é mais complexa, pois o fundo também é composto por outros elementos visuais, como árvores e uma casa e apenas um fragmento de calçado visualizado. O efeito de rotação também permanece, pois não é possível observar plenamente a estrutura que comporta o chafariz, focando o olhar no centro da imagem. É importante notar que essa profusão de elementos e a qualidade gráfica menor em relação às outras imagens está presente nessa foto que retrata uma "curiosidade", uma estrutura e uma cena remanescente de um passado urbano que só é digno de se observar pelo exotismo, por sua peculiaridade frente a uma cidade que se moderniza.

A fotografia que engloba *múltiplos prédios* (figura 6 do Anexo V) também tem como motivo um conjunto de prédios antigos, mas sua presença não é definida por curiosidade. As três construções situadas no centro da imagem, ressaltadas pela relação de suas formas com o espaço ocupado pela rua e pelo céu (semelhante a figura 9), são os prédios da prefeitura, da câmara de vereadores e do Grêmio de Letras, onde funcionava também a biblioteca pública. Existe nessa imagem uma sobreposição de planos interessante. Em primeiro plano, um canteiro da Avenida Brasil aparece ressaltado por uma pequena árvore, o que permite ressaltar o grande tamanho da avenida principal da cidade. Os prédios aparecem em um segundo plano. A disposição do

"Palacio Prefeitoral", como primeira edificação disposta à esquerda do observador, indica a importância maior atribuída a esse elemento no conjunto visual. Seu tamanho em relação aos outros é destacado e o jogo visual que se trama na foto, levando o olhar da esquerda para a direita, também confere maior importância para a prefeitura, pois como Vilches (1997, p.22) indica, estamos acostumados a ler nessa direção, o que facilita ao observador situar primeiro elementos visuais que seguem essa tendência.

O conjunto de prédios que aparece na publicação demarca, portanto, uma recorrência de edificações com características arquitetônicas modernas, abrindo espaço para uma foto de uma igreja e do poder público, sem esquecer uma curiosidade do passado. Em relação às fotos das *ruas*, em uma fotografia é apresentado um aspecto que destoa das características modernas que predominaram em relação aos *edifícios*. No entanto, a fotografia da avenida Capitão Jovino (figura 5 do Anexo V) demonstrava uma das áreas de crescimento recente da cidade, em direção ao rio Passo Fundo. Embora as casas que contribuem para formar o mosaico de elementos visuais da foto apresentem uma arquitetura diferente daquela moderna dos edifícios individuais, trata-se de uma ocupação que se desenvolveu a partir do século XX.

Figura 10

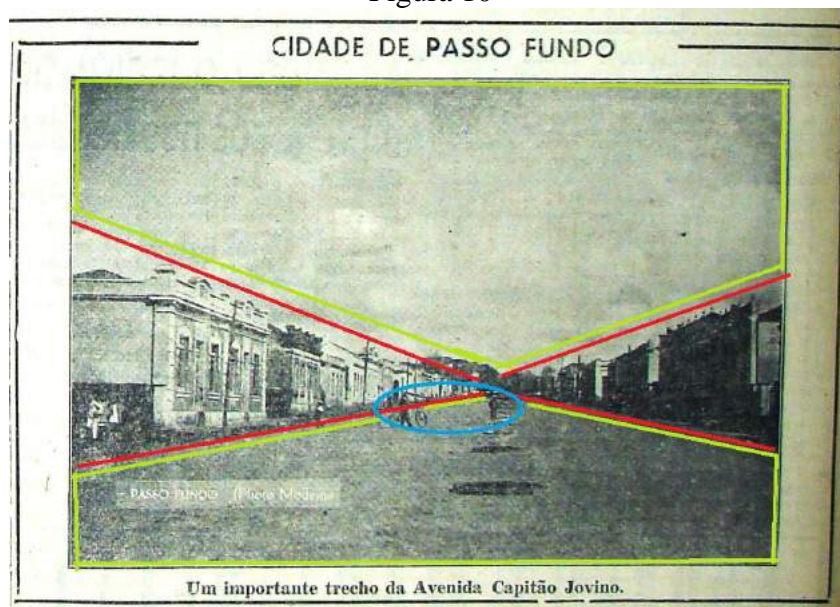


Imagem recortada da figura 5 do Anexo V

Para compreender claramente a composição formal dessa imagem, é importante levar em consideração a constatação de Vilches (1997, p.34): "Toda fotografia es un recorte de nuestro entorno espacial." Mas o espaço é concebido e representado pela



imaginação que possibilita um efeito de profundidade concebido no Renascimento chamado perspectiva. A fotografia 10 é composta por um jogo entre os espaços da rua e do céu (marcados pelas linhas verdes), dos prédios (marcados pelas linhas vermelhas) e duas pessoas, uma no meio da rua e outra um pouco mais à esquerda do observador portando uma bicicleta. É possível concluir que o fotógrafo estava posicionado praticamente no meio da rua quando essa foto foi tirada, o que possibilitou a profundidade da imagem. As linhas de prédios do lado esquerdo e direito puxam o observador para dentro da imagem, possibilitando seguir a rua com o olhar. Cabe destacar que essa é uma foto que também é assinada pela Foto Moderna. A fotografia da rua Moron (figura 13 do Anexo V) também apresenta esse efeito de profundidade.

Figura 11



Imagem recortada da figura 13 do Anexo V

A figura 11 também constrói um efeito de profundidade. A linha vermelha demarca como o olhar percorre, descendo do maior prédio ao menor, trazendo o observador para dentro da imagem. Mesmo o vazio entre o maior edifício, que está no meio da sequência, e o menor ao fundo não interrompe a linha vermelha. O espaço vazio do céu também assume uma forma triangular, auxiliando no efeito de perspectiva. O pequeno espaço da rua também assume levemente um contorno direcional para o ponto azul no final. Ao contrário da avenida Capitão Jovino na figura 10, a rua Moron apresenta prédios de aspectos modernos, adequados à visualidade urbana da capital do planalto. Ao mostrar alguns munícipes circulando pela rua, um carro estacionado, essa

foto também contribui para apresentar o movimento do centro de Passo Fundo, pois como Possamai (2008, p.265) indica, a presença de pessoas, "ao lado dos meios de transporte, são elementos móveis captados pelas lentes do fotógrafo que criam sentidos de mobilidade e dinamicidade."

Uma das fotografias de *vistas aéreas* também apresenta um conjunto de elementos visuais que sugerem o movimento do centro da cidade. A figura 9 do Anexo 5, embora priorize, visualmente e na sua legenda, o edifício Scussel, outro prédio de linhas modernas e vertical, valorizando esses temas, mostra pessoas caminhando entre a rua Moron e a praça, bem como um pequeno ônibus aguardando passageiros entrarem. Outras duas fotos das *vistas aéreas* dessa publicação também contemplam ruas que circundam a praça Marechal Floriano. Essas três fotos foram tiradas, provavelmente, do alto da catedral ou de algum prédio próximo. Assim, a figura 8 do Anexo 5 contempla a maior parte da praça, com suas árvores, ocupando praticamente toda a composição fotográfica, mas em segundo plano aparecem edifícios de atividades bancárias e comerciais, caracterizando o espaço como centro comercial e financeiro. A figura 10 do Anexo V apresenta um aspecto da rua Independência, com alguns carros, dois estacionados e um em posição de curva, indo na direção da catedral, que por ser o ponto do fotógrafo acaba não aparecendo nesse conjunto de imagens aéreas.

Além dessas vistas aéreas parciais de ângulos da praça Marechal Floriano, a figura 13 do Anexo V traz duas fotos das represas de Ernestina e do Capingui. Embora sejam imagens pequenas, com uma qualidade ruim devido ao seu tamanho, a sua presença na edição comemorativa sinaliza a importância de deixar claro o potencial energético do município, propício para receber investimentos industriais e arcar com o crescimento populacional e urbano. A qualidade da imagem não é muito boa, mas sua composição mostra apenas um jogo entre dois espaços, a terra e a água cortada por uma tênue linha de concreto. A outra vista aérea é uma foto parcial da área central de Passo Fundo, tirada a partir da direção do rio para o Boqueirão (figura 2 do Anexo V). O que orienta a composição dessa fotografia é a linha da avenida Brasil, que faz o olhar de quem observa percorrer seu traçado até seu final na imagem.

Finalizando o conjunto dessas imagens, está a fotografia da revolução de 1923 (figura 14 do Anexo V) que apresenta um grupo de soldados andando pela avenida Brasil. Sua movimentação, com alguns a pé e outros montados em cavalos, cria um efeito de movimento ao longo do traçado da avenida. Ao aparecerem fotos que retratam acontecimentos antigos, cenas pitorescas e edifícios históricos, esse conjunto de

imagens objetiva trazer ao leitor provas do passado passo-fundense, mas não estabelece necessariamente uma relação entre esse passado, o presente e o futuro (que está representado no desenho de um hotel que viria a ser construído), a não ser em sua propriedade de tornaram-se lembranças das comemorações de 1957. Como são imagens espalhadas pela publicação, sem uma relação direta com os textos, uma narrativa visual de teor cronológico não pode ser estabelecida.

Essas fotos antigas (da igreja, do chafariz e da revolução de 1923) estabelecem um jogo de contrastes com as outras imagens, onde aparecem edifícios com linhas modernas, vistas aéreas que contemplam o centro comercial e as barragens hidrelétricas, que produzem energia que movimenta as indústrias e a urbanização. Os temas se relacionam por sua diferença, pelo seu contraste. A composição das fotografias, ao menos dos edifícios, segue uma tendência que possibilita a observação do traçado arquitetônico dos temas apresentados. É possível concluir que tanto a seleção dos temas como a composição das fotografias revelam uma cidade ordenada, sem problemas urbanos que afetassem seu crescimento futuro.

O desenvolvimento econômico seria garantido pelos investimentos na agricultura e em uma indústria de insumos agrícolas. Criar uma estrutura para o desenvolvimento dessas atividades era imprescindível. A construção da estrada do trigo era mencionada na publicação comemorativa como uma obra que iria alavancar a agroindústria da região. O trecho que essa estrada de ferro iria percorrer foi visitado por técnicos da Viação Férrea, que viajaram de carro "durante quatro dias" e "percorreram toda a extensão da futura ferrovia, desde Montenegro à Capital do Planalto." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.3). Na mesma edição comemorativa, a importância dessa estrada para escoar a produção ganha relevo, pois é publicado um artigo que destaca a precariedade das rodovias do Rio Grande do Sul. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.23). A expectativa do trigo como força da economia municipal era um atrativo das comemorações. *O Nacional* transcreve uma nota do *Diário de Notícias* sobre a Festa do Trigo:

Com o transcurso êste ano do seu primeiro Centenário, Passo Fundo, estão sendo tomadas uma série de providências por parte do poder público municipal e o Comissariado pró-festejos do Centenário, a fim de que a "Capital do Planalto", veja coroado de pleno êxito as festividades já programadas para a semana da data magna e no mês de outubro próximo, pois, a realização da Exposição Agro-Industrial e a Festa Nacional do Trigo foi transferida para o mês de outubro, época da colheita do cereal-ouro. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.58).



Ainda destaca a notícia que o prefeito Wolmar Salton havia determinado que os canteiros da avenida Brasil fossem semeados como "cereal-ouro, para contribuir com a ornamentação da cidade", e duas fotos fornecidas pela Foto Moderna ilustram a matéria, apresentando "semeadoras mecanizadas, gentilmente cedidas por triticultores" em pleno trabalho. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.58). A organização urbana apresentada pelas imagens, mostrando uma cidade progressista e com potencial para crescer ainda mais, está associada ao desenvolvimento econômico baseado na agroindústria. Ao apresentar essa visualidade urbana, ao lançar argumentos para justificar a ênfase da economia municipal na triticultura, os organizadores da publicação (que interagem com o Instituto Histórico e com o poder executivo) contribuem para legitimar o imaginário de capital do planalto.

A edição comemorativa de *O Nacional* também trazia notícias das atividades sociais de Passo Fundo vinculadas às comemorações do centenário, como festas nos clubes e Centros de Tradições locais. Além desses encontros, trazia também as "Belezas Passofundenses", breves comentários e descrições de algumas jovens, como Iara Süssenbach (filha de Arthur Süssenbach), que completaria 15 anos no mês do aniversário de Passo Fundo e ofereceria uma festa para celebrar ambas as datas. Ao lado de Iara, "a encantadora srta. Marcia Kozma [...] uma das mais cotadas candidatas ao honroso título de rainha do Centenário de Passo Fundo." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.5). Fotos dessas jovens, acompanhadas com legendas as enaltecendo, estavam espalhadas ao longo das páginas, por exemplo, na página 13, aparecia a foto da "Srta. Marly Flores da Silva, da sociedade local. Uma beleza caracteristicamente da Capital do Planalto." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.13). Na página 16, a fotografia de Célia Ferreira, Miss Passo Fundo de 1957. Essa menções às belezas passo-fundenses tinham uma função de coluna social na publicação, apresentando as jovens e suas respectivas famílias como exemplos da sociedade do município.

*O Nacional* também apresentava um conjunto de mensagens de instituições públicas, municípios e entidades, saudando o centenário de Passo Fundo. Entre as primeiras da edição, está a mensagem do prefeito, Wolmar Salton, que lembra a importância e o esforço dos antepassados, em particular do "patriarca Joaquim Fagundes dos Reis", para servir de exemplo, para continuar o "esforço ininterrupto" das gerações passadas e tornar a cidade uma "célula cada vez mais viva e mais importante na grande coletividade Nacional." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.6). A saudação da

câmara de vereadores vem em seguida, com o mesmo sentido da mensagem do prefeito: continuar o legado das gerações passadas. Além dos poderes locais, também foram recebidas saudações do legislativo estadual e de Cruz Alta.

Os sujeitos e acontecimentos da história de Passo Fundo também eram abordados. O "Patriarca Joaquim Fagundes dos Reis" era apresentado como fundador de Passo Fundo, destacando que em 1857, quando foi "alcançada a emancipação deste município, foi ele um dos vereadores mais votados, prestando, ainda nessas funções, relevantes serviços á comunidade local." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.9). Assim, era noticiada a construção e a inauguração do "Busto do Patriarca", localizado em uma praça na avenida Brasil que levaria seu nome. Logo ao lado da notícia e da foto do busto, a edição apresentava o "Nosso Brazão", ressaltando a importância da administração de Wolmar Salton para sua confecção, bem como a contribuição do Instituto Histórico de Passo Fundo. A edição comemorativa também comentava sobre o "Movimento Literário Passofundense" em torno das comemorações do centenário:

De fato, nossos grêmios literários e culturais sofrem a influência (sofrimento bom, aliás) da movimentação geral e disso muita coisa resulta. Do que se notou de notável no particular destaca-se o prêmio conferido pelo Instituto Histórico de Passo Fundo, muito justamente, ao ilustre historiógrafo conterrâneo, Sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Oxalá, outras entidades secundem essa agremiação, incentivando, desta forma, os literatos de nossa Terra, que já têm seus nomes projetados além-fronteiras. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.58).

O Instituto Histórico contribui para a divulgação das obras de Xavier e Oliveira, além de o transformar, com homenagens, em um dos sujeitos da história municipal. Referência como historiador e como personagem histórico, o pai da história de Passo Fundo se torna um exemplo de passo-fundense, juntamente com Cabo Neves, Joaquim Fagundes dos Reis, entre outros mencionados em suas próprias obras. A educação comemorativa ainda divulgava as obras que estavam circulando nas livrarias e bancas da cidade e do estado, contendo uma breve síntese de cada uma. Entre essas obras são citadas *Passo Fundo na Viação Nacional*, *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo*, *Rememorações do nosso passado* e *O Município de Passo Fundo através do Tempo*, os quatro livros de Xavier e Oliveira; *Tempo de Musa*, de Bercil Garay (jornalista e escritor, colaborador de *O Nacional* e um dos produtores/escritor do guia *Passo Fundo Centenário*, publicação analisada a seguir); *Irapuã*, romance de Jorge Cafruni e, por último, o guia *Passo Fundo Centenário*:

Passo Fundo Centenário! - de colaboradores diversos, exclusivamente passofundenses, editado em 1957, nesta cidade. Trata-se do Guia Turístico, Literário e Comercial comemorativo ao primeiro centenário do Município. Gigantesco volume de 17x27 cm. com mais de 150 páginas, profusamente ilustradas, com capas em policromia. Trabalho primoroso de pesquisa histórica, com farta documentação fotográfica, espelho fiel do progresso municipal. O melhor trabalho, no gênero, que já se fez em Passo Fundo. Preço Cr\$ 100,00. (O NACIONAL, 07/08/1957, p.58).

Figura 12



Capa da publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Importante observar que a documentação fotográfica autorizava o guia comemorativo a ser chamado de "espelho fiel do progresso municipal", ao lado da "pesquisa histórica". A fotografia é entendida como evidência, mas como já foi

assinalado, esse caráter de veracidade atribuído à imagem fotográfica é ilusório. O mesmo, nesse caso, pode ser dito da história, que era aquela legitimada pelo mesmo círculo de intelectuais locais que transitavam entre o Instituto Histórico, Grêmio de Letras, *O Nacional* e o poder público municipal. As imagens e os discursos históricos passaram por seleções prévias. A edição comemorativa de *O Nacional* promovia a divulgação de outras obras produzidas por esse grupo. O imaginário urbano de Passo Fundo era movimentado, legitimado por esses elementos, ao mesmo tempo em que era inelutavelmente transformado por eles, como um motor, impulsionando projetos políticos e econômicos dos grupos no poder naquela década.

### **3.2 Passo Fundo Centenário**

A publicação *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* é organizada em três partes. A primeira, com o título *Passo Fundo Histórico e Descritivo*, inicia com tópicos sobre a história municipal, informações turísticas e dados estatísticos do município, além de descrições sobre agricultura, indústria, comércio e agremiações culturais e religiosas. A segunda, com o título *Literatura*, contém textos de Xavier e Oliveira, Jorge Cafruni e Gomercindo dos Reis, entre outros. A última parte, intitulada *Sociedade, Passatempos e Humorismo*, apresentava as *Beldades de Passo Fundo* da década de 1950, uma espécie de coluna social, também traz *O Município Ilustrado*, subtítulo contendo uma série fotográfica da cidade e passatempos, como palavras cruzadas, um conjunto de piadas e um anexo, com um indicador profissional, informando número de telefone e endereço de empresas, casas comerciais e profissionais da cidade, como médicos, advogados, etc.

Enquanto produto cultural, a publicação *Passo Fundo Centenário* assume um papel de mediador "entre a busca curiosa de conhecimento e o passado" (MENESES, 2004, p.23). Ocorre um encontro de temporalidades no momento em que essa publicação circula, saindo das mãos de seus editores e passando para munícipes interessados nas festividades e turistas que visitaram a cidade durante seus festejos. Há o tempo daqueles que organizaram, escreveram e publicaram o guia, submersos, impulsionados pelo imaginário de capital do planalto, e há o tempo do turismo, dos "produtos midiáticos", que "são construídos para serem consumidos de forma rápida." (MENESES, 2004, p.26).

Ao agir como mediador entre essas diferentes experiências temporais, o guia objetiva contextualizar seu leitor dentro do regime de historicidade (HARTOG, 2013) que assinalava as comemorações do centenário e as seleções operadas na história, na memória e na visualidade urbana da capital do planalto. O guia fornecia um "modelo de interpretação do passado" (MENESES, 2004, p.25) e do imaginário almejado pelos grupos envolvidos na organização do centenário (que colaboram na sua confecção). Ele faz parte desse imaginário enquanto suporte da atmosfera das comemorações, mas também se configura em um instrumento para sua leitura. A visão sobre o passado da região é baseada em Xavier e Oliveira

Estamos certos de não cometer despautérios ao laborarmos o seguinte silogismo: Heródoto está para a História Antiga assim como Francisco Antonino Xavier e Oliveira está para a História Passofundense. O trabalho desse homem ilustre e sua dedicação a esse mister são admiráveis. Em seus livros, fomos encontrar subsídios para a compilação desta apagada resenha de nossos fatos. (OLIVEIRA, 1957, p.11).

São mencionados todos os livros produzidos pelo historiador, destacando aqueles produzidos em homenagem ao centenário, ainda à venda nas livrarias da cidade e do estado. Embora embebido em uma historicidade saudosista, certos elementos das obras de Xavier e Oliveira vão ao encontro da temporalidade progressista defendida em 1957. Os indígenas são considerados selvagens e bestiais como animais das selvas (OLIVEIRA, 1957, p.9), a "civilização", homens brancos, luso-brasileiros, chega apenas no início do XIX com os tropeiros. Cabo Neves e Fagundes dos Reis são mencionados como primeiros sujeitos da história passo-fundense. "Pouco depois do cabo Neves chegava Joaquim Fagundes dos Reis - o patriarca de Passo Fundo." (OLIVEIRA, 1957, p.11). Não há menção aos escravos e caboclos, elementos excluídos ou marginalizados nas páginas da história municipal. A percepção sobre o passado, o presente e o futuro da cidade está presente no brasão do município, que aparece na capa da publicação (figura 12). Na contracapa está a lei n.720 de 1º de dezembro de 1956, que o institui:

Artigo 1.º É adotado como símbolo do Município de Passo Fundo o brasão caracterizado como segue: Escudo português, quadripartido, em secções, verde, amarelo, azul e laranja. Em chefe, campo subdividido em dois retângulos, verde e amarelo, representando o desenvolvimento econômico do passado (pinho), do presente (trigo), e atravessado por banda de gole azul, centrada pelo nome do Município em letras brancas. Em campo de sinople, em laranja e azul, desenvolvimento econômico do presente e futuro (indústria), repousante no potencial hidrelétrico. Ao pé do escudo, banda de gole (vermelho), com letras brancas, do trinômio sobre o qual repousa:

TRABALHO FRATERNIDADE PROGRESSO. Tudo encimado da coroa mural de quatro tóres, amarelo, ostentando na parte média superior a Cruz de Cristo, em branco, concentrada de vermelho em elipse amarela. (OLIVEIRA, 1957).

O pinho alimentou a indústria madeireira que se beneficiou da estrada de ferro para acelerar o desmatamento do planalto, abrindo espaço para a lavoura capitalizada, último golpe contra a cultura de indígenas e caboclos que ainda dependiam de matas públicas e de uma agricultura de subsistência. Ao excluir os caboclos desse passado e considerar os indígenas tão selvagens quanto uma onça, a tragédia ocorrida com esses grupos não enfrenta necessidade de ser justificada, e a "fraternidade" pode figurar como palavra-chave do brasão municipal. O trigo e a indústria, representados como elementos do progresso econômico do presente e futuro, com o lastro fornecido pela energia das hidrelétricas, caracterizam a capital do planalto. O futuro da cidade era percebido como muito próximo, em vias de se concretizar, ou mesmo já realizado:

Lá por fora esta cidade é conhecida como "Capital do Planalto". Aqui por dentro também, mas, talvez por modéstia, os passofundenses referem muito pouco essa honraria onomástica. [...] Mas pela sua situação topográfica privilegiada, como centro de uma grande zona; pelo seu desenvolvimento, quer intelectual, comercial ou urbanístico, Passo Fundo é, cada vez mais, a "Capital do Planalto". (OLIVEIRA, 1957, p.15).

Tal visão ia ao encontro de um ofício escrito pelo prefeito Wolmar Salton dirigido ao sr. Dr. Adil Moraes, secretário do estado do Rio Grande do Sul, sobre a situação econômica do município para projetar futuros investimentos. A base da economia, de acordo com o prefeito, estava assentada sobre a produção agrícola, destacando a triticultura e a suinocultura. Embora o trabalho rural fosse descrito como predominantemente manual, o uso de tratores e outros maquinários (especialmente na lavoura de trigo) e a adubação química acompanhavam "o processo de mecanização da lavoura." (OLIVEIRA, 1957, p.21). Seguiu o ofício: "dadas as possibilidades de energia elétrica existentes, e em perspectiva, com fundamento na produção agrícola e animal, vêm se desenvolvendo na sede da Comuna uma série de indústrias em franco e relativo progresso." (OLIVEIRA, 1957, p.21).

A mecanização da lavoura e as possibilidades de indústrias em torno desse processo era o presente e o futuro da economia municipal, conforme destacado no brasão e no próprio imaginário da capital do planalto. O ofício destacava a fundação de uma fábrica de adubos e outra de sacos com fios de juntas como exemplos desse

progresso alcançado. As usinas hidrelétricas, somadas à posição geográfica, "centro de uma vasta região, com uma população superior a um milhão de habitantes", indicavam "uma tendência de industrialização baseada no aproveitamento da limitada produção agrícola e animal." (OLIVEIRA, 1957, p.22). Embora a produção agrícola não tivesse atingido as cifras esperadas, o progresso municipal era delineado a partir dessa atividade, e o horizonte de expectativa era o fortalecimento da industrialização.

O ofício do prefeito respondia a algumas questões formuladas pela secretaria do estado. Uma delas era "qual o empreendimento industrial que considera mais urgente e mais atraente, no momento, nesse município ou nessa região?" (OLIVEIRA, 1957, p.24). Como resposta foram elencados sete empreendimentos considerados importantes, na seguinte ordem: produtos da agricultura (trigo e milho especialmente); fábrica de calçados e artefatos de couro; tecelagens; confecções de roupas; implementos agrários; indústria hotelaria; artefatos de cimento e de materiais de construção. Em virtude de dificuldades em relação ao transporte de mercadorias, o prefeito considerava fundamental o estabelecimento de indústrias alimentícias para suprir o mercado consumidor local com menos despesas para os munícipes.

Em relação às fábricas de calçados e couro, o fornecimento de matéria prima era destacado como vantagem para a atividade. A fabricação de implementos agrários e a expansão do ramo de hotelaria eram justificados pelo desenvolvimento econômico e pelo crescimento populacional. "A fabricação de artefatos de cimento e de materiais de construção é justificável pelo desenvolvimento acelerado da cidade e amplas possibilidades de exportação para tôda uma vasta zona." (OLIVEIRA, 1957, p.25). Acrescentava ainda a isenção de impostos para instalação de indústrias com atividades sem similar no município, gesto promovido em função das comemorações do centenário. Além do relatório, os organizadores da publicação, no subitem *Indústria e Comércio*, destacavam os elementos que contribuía para industrialização municipal:

Passo Fundo conta com indústria florescente, protegida, agora, pode-se dizer, por abundante energia elétrica, provinda das usinas de Capinguí e Ernestina. Lei municipal ampara, por outro lado, a instalação de indústrias em nosso Município, "isentando do pagamento de Impôsto Municipal tôdas aquelas que se instalarem e que não tiverem similares". (OLIVEIRA, 1957, p.31).

Eram apontadas 286 indústrias em atividade no município. Frigoríficos, fábricas de sacos, de adubos, de pregos, moinhos, cervejaria, fábricas de calçados e madeireiras. As casas comerciais atingiam, de acordo com a publicação, o número de 450

estabelecimentos. Em relação à agricultura, à triticultura, seu potencial de desenvolvimento industrial era destacado. O prognóstico do prefeito era baseado em seu espaço de experiência. A divulgação desses números (reais ou não) de estabelecimentos industriais e comerciais era envolvido pela atmosfera progressista que pairava em Passo Fundo, alimentada ainda mais pelo clima de aceleração e urbanização vivido em todo país em fins da década de 1950. Passo Fundo só poderia ser afirmado como capital do planalto se sua economia fosse solidificada em torno da agricultura, do trigo e de uma indústria de insumos e de abastecimento do consumo interno do município e de sua região de abrangência. Além do brasão municipal, o hino do centenário (letra de Arthur Süssenbach) também expressa esse ritmo que impulsionava as lideranças políticas, econômicas e culturais:

Passo Fundo, meu torrão alcandorado,  
 Simbolizas o progresso em teu perfil!  
 Há cem anos foste tu emancipada.  
 Para sêres o celeiro do Brasil!

Berço nobre de guerreiros,  
 Tua história para mim é um relicário!  
 Pertencer aos teus obreiros,  
 É uma glória em teu primeiro centenário.

1.º Estribilho:

Tuas plagas verdejantes  
 Teus auri-verdes trigais,  
 Tuas quedas borbulhantes,  
 Teus frondosos pinheirais,  
 Tudo indica: avante! avante!  
 Trabalhem sempre mais!

Passo Fundo, solo fértil e querido,  
 És orgulho do meu Rio Grande do Sul!  
 Se Fagundes vivo fôsse, embevecido,  
 Mil louvores renderia ao céu azul!

Meu planalto abençoado,  
 Como é puro dos teus filhos o amor!  
 Se tens sido idolatrado,  
 No futuro inda serás com mais fervor!

2.º Estribilho:

Tua indústria florescente,  
 Teu rebanho, teus ervais,  
 Tua culta e brava gente,  
 Teu passado, teus anais,  
 Tudo indica: para frente!  
 Trabalhem sempre mais!  
 (OLIVEIRA, 1957, p.51).



O hino do centenário congrega os mesmos elementos presentes no brasão municipal. Os pinheirais, o trigo e a indústria estabelecem uma relação entre passado, presente e futuro. Trabalho e progresso assinalam o otimismo envolvendo a afirmação da cidade como capital do planalto. O poema de Bercil Garay, *Retrato da Cidade*, faz referência às transformações urbanas, outro elemento central desse imaginário, ao lado da agricultura e da indústria: "Imobilizo-me e escuto./ Balança-se no ar palpitação/ de um ser que vive e vibra em movimento:/ a cidade. Foi banido o silêncio./ Máquinas cruzam-se em tropel barulhento/ cantam sereias hinos de aflição/ e os sinos ditam hora para a fé." (OLIVEIRA, 1957, p.66). Referência ao ritmo acelerado da construção civil que transformava o cenário urbano do município, o poema descreve características que estavam em mudança. O som dos sinos se referia à construção da catedral no centro da cidade: "Praça Marechal Floriano./ A catedral aponta para os céus." (OLIVEIRA, 1957, p.68). Não eram apenas as torres da catedral que impressionavam:

Levai convosco os tímidos rabiscos  
que tracei da cidade onde nasci.  
A terra gira e a cidade muda.  
Mandam os homens e a cidade cresce  
no oceano de verdura vasta olha  
abrem-se os céus às construções audazes  
e submissa afasta-se a coxilha.  
(Porém se duvidardes do que digo  
resta-me convidar-vos desde já  
para a festa dos próximos cem anos.  
Aí vereis se cometi enganos.)  
(OLIVEIRA, 1957, p.68).

A verticalização também impressionava e se afirmava como outra característica marcante da capital do planalto em 1957. Existia a certeza do progresso contínuo, tanto por parte do poder público, como demonstra o ofício de Wolmar Salton, como por parte dos historiadores, jornalistas e escritores locais, como demonstram suas crônicas e poemas. O conjunto de fotografias de *O Município Ilustrado* constitui uma série de imagens que vai ao encontro desse imaginário de centro da região. Configuram, juntamente com as fotos de outras publicações, como a edição comemorativa de *O Nacional*, a visualidade urbana de Passo Fundo selecionada, divulgada e legitimada em 1957.

Meneses (2003, p.27) esclarece a importância de se trabalhar com séries de imagens, mas adverte que elas "não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e

transformação de uma sociedade." Composto por dezenove fotografias, *O Município Ilustrado* revela um processo de seleção e construção de uma narrativa visual que contribui para a formação de uma imagem específica, um recorte do mundo urbano, atribuindo sentido e orientando o olhar sobre a cidade.

Entre as fotografias, constam 6 de *edifícios*, 5 de *ruas*, 4 de *vistas aéreas*, 3 da *praça* e uma de *construção* de um prédio, o pavilhão do centenário (consultar o Anexo VI). Nesse caso, alguns desses descritores se cruzam, por exemplo, uma das fotos de edifício e duas vistas aéreas englobam parte da praça Marechal Floriano. A composição das fotografias dos edifícios não apresenta o efeito de rotação como na edição comemorativa de *O Nacional*, contudo sua função dentro da narrativa visual não objetiva contemplar características arquitetônicas, mas destacar aquilo que representam, como o poder público municipal, a brigada, o quartel e as igrejas (e estas ainda assumem relação dentro da narrativa além de apenas representarem os templos).

Figura 13



Imagem recortada da figura 1 do Anexo VI

A imagem da igreja matriz, por exemplo, apresenta apenas a fachada do prédio, diferente daquela inserida em *O Nacional* (figura 4 do Anexo V). Sua qualidade, por ter o tamanho reduzido, também prejudica sua composição e resolução (seu tamanho na página tem a dimensão de 6cm na vertical e 3,8cm na horizontal). Essa é a primeira foto

da série. Na mesma página, abaixo dela, está a foto da catedral (figura 1 do Anexo VI). Nessa fotografia, em primeiro plano, aparece uma parte da praça Marechal Floriano, ao fundo, situada um pouco à direita de quem observa, a catedral em construção se destaca dos outros edifícios e é descrita na legenda como "o mais grandioso templo da cidade." (OLIVEIRA, 1957, p.110).

Figura 14

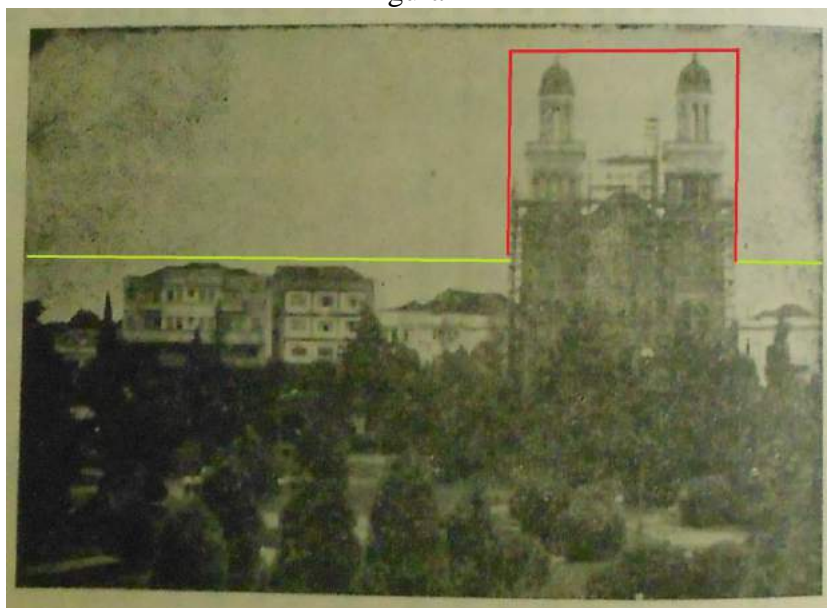


Imagem recortada da figura 1 do Anexo VI

A composição da fotografia da catedral, conforme demonstra a figura 14 (que ocupa um tamanho consideravelmente maior na página: 8cm vertical e 11,5cm na horizontal), estabelece uma linha (em verde) que divide o espaço ocupado pelos prédios e pela praça que aparece em primeiro plano e o céu, com as torres da igreja rompendo esse padrão, ressaltando o aspecto monumental do edifício frente à monotonia dos outros prédios. Além da composição e da legenda que destacam a catedral por sua grandiosidade, o próprio tamanho das duas imagens revela a opção dos editores de conferir espaço maior ao templo situado na praça Marechal Floriano, uma construção recente, uma novidade no coração do centro de Passo Fundo. Assim, "a velha e histórica Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, à Praça Tamandaré, a mais antiga de Passo Fundo" (OLIVEIRA, 1957, p.110), tem atenção diminuída.

O novo supera o passado, abrindo os horizontes do futuro. O desenho do Cine-Hotel Consórcio (figura 12 do Anexo V) na edição de *O Nacional*, em construção na praça Marechal Floriano, está situado praticamente em frente à catedral. Duas

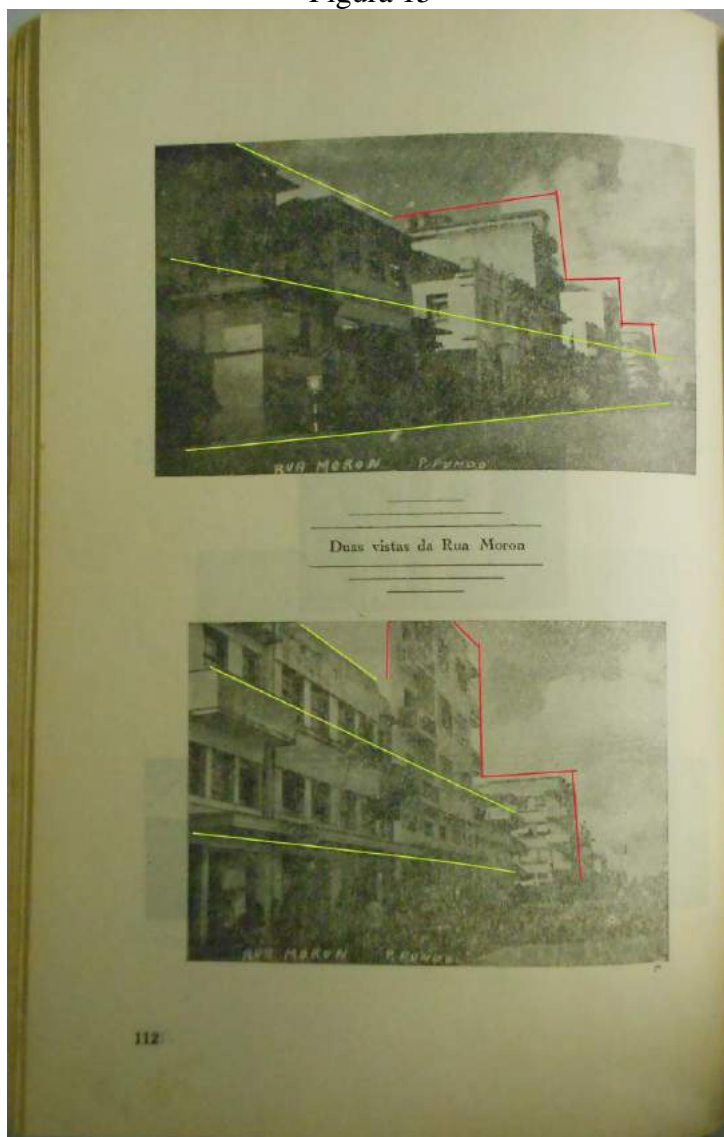
construções que singravam os céus da capital do planalto, assinalando a verticalização como característica desse imaginário em sua face urbana. A página seguinte (figura 2 do Anexo VI) apresenta fotografias do poder público, dos prédios do exército e da brigada militar. Quatro imagens reduzidas, com a prefeitura no topo, logo abaixo, a câmara de vereadores e as fotos dos quartéis, uma ao lado da outra. As fotos da prefeitura e câmara seguem a composição da igreja matriz, concentrando o foco apenas na fachada dos prédios, e as fotos dos quartéis apresentam um padrão semelhante ao da figura 9 (o Hospital de Sertão). Essa página demarca a presença do poder público no progresso que transformava Passo Fundo efetivamente em um centro da região do planalto rio-grandense.

Em seguida, a página 112 apresenta duas fotografias da rua Moron (figura 3 do Anexo VI). A foto abaixo é a mesma da edição de *O Nacional* (figura 11), e a fotografia acima segue o mesmo padrão de composição, com as linhas da rua criando um efeito de perspectiva, de profundidade que conduz o olhar do observador para dentro da imagem. Além desse efeito, essas fotografias destacam os prédios verticais, pois tecem uma linha central, que segue o traçado dos edifícios, a partir de suas lajes, marquises e janelas que ressaltam a altura das edificações que destoam do padrão, sem prejudicar o efeito de profundidade proporcionado pela perspectiva. Como exemplo, na figura 15, foram destacados o que poderia ser chamado de linha mestra, uma espécie de estrutura central da composição fotográfica, e as linhas vermelhas ressaltam a verticalidade dos prédios. As linhas verdes também delimitam a relação entre os espaços das ruas, do pico dos edifícios e do céu.

A página 113 (figura 4 do Anexo VI) apresenta duas fotografias de vistas aéreas da praça Marechal Floriano, dando continuidade ao tema representado na página 112 (a rua Moron é uma das ruas que circundam a praça) e na 111, onde a maior foto da página é dedicada à catedral e à praça. A primeira fotografia, na parte de cima da página, apresenta o traçado das ruas em um formato de X, com a quadra da praça um pouco à direita da imagem. As ruas dividem e destacam a composição da imagem, ocupada pela massa das quadras. Além da praça, como indica a legenda, podem ser visualizados os prédios da catedral e do cinema que ocupava um edifício ao lado da igreja. A outra fotografia daquela página tem como tema a apresentação de um equilibrista, que cruzou a praça em um cabo de aço em primeiro plano, e em segundo a rua, com um aglomerado de pessoas observando a atividade.

A página 144 (figura 5 do Anexo VI) também apresenta as mesmas fotos da edição de *O Nacional* (figura 13 do Anexo V), das barragens hidrelétricas do município. Essas duas fotos promovem uma espécie de pausa ou de ápice da narrativa visual que se estabelecia desde a primeira fotografia da antiga igreja da praça Tamandaré. Sua presença indica a importância do fornecimento de energia (presente no brasão municipal) para o desenvolvimento urbano e para a industrialização. É essa produção de energia que alimenta a cidade, que fornece o lastro para o progresso. Realização amplamente divulgada pelo poder público, pois era considerada estímulo e elemento indispensável para investimentos futuros na região.

Figura 15



Página 112 da publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957). (vertical 27cm, horizontal 17cm).  
(Disponível no MHR).

Depois das fotos das barragens, aparecem outras duas fotos da avenida Brasil (figura 6 do Anexo VI). As fotos da avenida apresentam composição semelhante àquela da avenida Capitão Jovino, de *O Nacional* (figura 5 do Anexo V), mas com uma inclinação diferente. Enquanto a foto da Capitão Jovino conduz o olhar em um sentido ascensional, visto que ela é tirada de costas para o rio e em direção ao centro, as fotografias da avenida Brasil são tiradas em um plano descensional. Possivelmente o fotógrafo tenha se apoiado em algo, nos canteiros centrais, no momento em que fotografou. Assim, o efeito de profundidade proporciona ao observador uma percepção de descida do olhar, como se estivesse descendo a avenida e percorrendo seus jardins, conforme demonstra a figura 16.

Figura 16

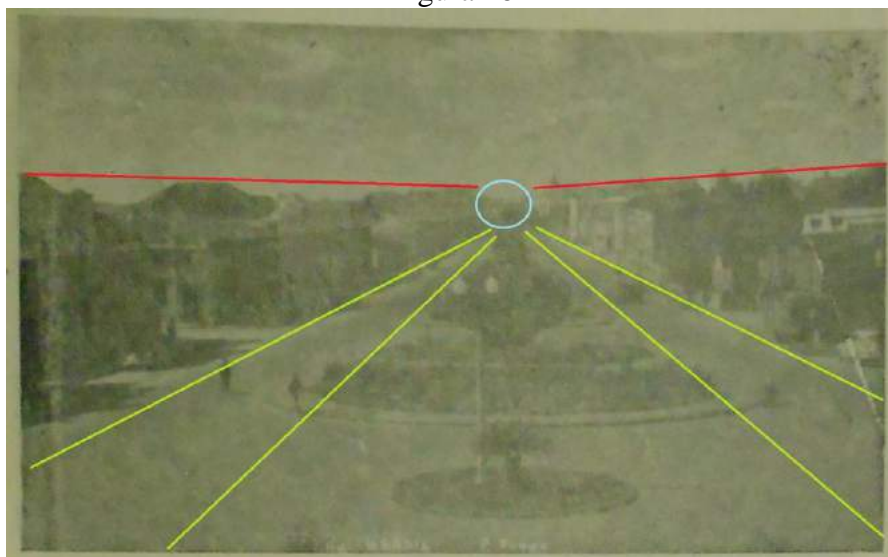


Imagem recortada da figura 6 do Anexo VI

A composição das imagens da avenida Brasil, embora com um efeito de perspectiva semelhante àquela da avenida Capitão Jovino, diferem desta no sentido descensional. Porém, a composição das linhas segue o mesmo padrão. Essas fotos da avenida apresentam uma profusão maior de elementos na composição, com os canteiros preenchendo espaços da avenida, o que não ocorre naquela de *O Nacional*, isso porque a intenção é conferir um destaque aos jardins, que foram especialmente embelezados para as comemorações do centenário. A página 116 (figura 7 do Anexo VI), retorna com imagens de ruas que contornam a praça Marechal Floriano. Uma fotografia da Rua Bento Gonçalves à frente da praça (com composição semelhante da foto da figura 15), e

uma da avenida General Neto, mas com foco maior nos caminhos que levam ao interior da praça.

Na página 117 (figura 8 do Anexo VI), o interior da praça é explorado. Na primeira fotografia, as árvores preenchem quase toda sua composição. No centro, estão dois canteiros, circundados pelo traçado dos caminhos, e ao fundo uma caixa da água. A outra foto apresenta claramente as linhas do calçamento interno da praça. Com linhas em curva, guia o olhar até o canteiro central, conduzindo a dois grandes prédios ao fundo que se alinham com o tamanho das árvores da praça.

Finalizando a série, aparece a única fotografia que ocupa uma página inteira, um dos pavilhões da exposição do centenário (figura 9 do Anexo VI), mesma imagem que aparece na edição de *O Nacional* (figura 7). Essa foto mostra apenas a estrutura, o esqueleto do pavilhão, em primeiro plano, aparece um carro, localizado à direita do observador. A presença do veículo possibilita ter uma ideia das dimensões do pavilhão, que ocupa quase toda imagem. A foto não é tirada à frente da estrutura, mas um pouco de lado, com a entrada situada à esquerda. A forma como o pavilhão está retratado, possibilita um efeito de profundidade, dando a impressão ilusória de que o outro lado da edificação é menor do que a entrada. Essa foto encerra uma narrativa visual que começa no espaço onde a cidade foi fundada, passando pela presença do poder público, a constituição da praça como espaço central, o potencial energético que move a urbanização, retornando para a praça e encerrando com um símbolo das comemorações do centenário.

A publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário* congrega diferentes elementos que orbitam o centro progressista do imaginário capital do planalto; a construção da história e da memória, elencando os personagens e acontecimentos que passaram pelo crivo do Instituto Histórico de Passo Fundo e Grêmio de Letras, abrindo espaço para o discurso político com ênfase em um projeto de desenvolvimento econômico centrado no trigo e na agroindústria; também divulgou um repertório simbólico, como o brasão, o hino, poemas e homenagens da cidade em função de seu aniversário. A narrativa visual estabelecida por essa publicação revela a construção de uma forma de olhar a cidade que, como os outros elementos, ao mesmo tempo em que resulta desse imaginário, também o molda e o transforma.

A composição das imagens apresenta linhas que destacam o ordenamento urbano, uma espécie de racionalidade que poderia ser excluída se as imagens selecionadas e divulgadas apresentassem uma profusão maior de elementos em seu

interior. O traçado das ruas, com o efeito de profundidade, convida o observador a passear pelas ruas, a quase exclusão de transeuntes e automóveis cria uma atmosfera pacífica, sem grande contraste ou tensões internas nas fotos. Ao ressaltar a verticalização dos edifícios, seleciona um elemento importante. Símbolo da construção civil, uma das atividades industriais mais importantes, de acordo com o ofício de Wolmar Salton, as edificações verticais conduzem o olhar dos observadores para o alto, para o futuro. As fotografias selecionadas caracterizam um olhar de ordem e crescimento do espaço urbano da cidade. Seus temas excluíram bairros e arrabaldes que não condiziam com a visão de Passo Fundo como centro regional do planalto médio.

### **3.3 Imagem e publicidade nas edições comemorativas**

Uma dimensão que está intimamente relacionado com o imaginário é o discurso publicitário, pois "instala a correspondência entre a realidade e o desejo" (CASTRO, 2004, p.65). Os anúncios publicitários procuram tornar um objeto mais desejado e valorizado o transformando em único e indispensável para o consumo. "O grande milagre da publicidade é saber jogar com o prosaico e o poético" (CASTRO, 2004, p.66), construindo uma aura imaginária em torno daquilo que é vendido que está vinculada ao contexto histórico em que o discurso circula. No entanto, alguns anúncios publicitários das publicações analisadas ainda apresentam uma simplicidade discursiva e visual, revelando que seu objetivo era apenas informar do objeto ou serviço a ser vendido/prestado. De qualquer forma, era importante marcar presença nessas edições comemorativas, pois inseria o estabelecimento e os respectivos produtos/serviços na história centenária da cidade. Era um meio de os industriais e comerciantes mostrarem que faziam parte daquele ambiente progressista e da modernização urbana que marcava a década de 1950.

A inserção na comunidade da qual faz parte e na qual deseja inserir seu produto é essencial para o discurso publicitário, pois "ao pretender comunicar-se com seu público, termina por falar a linguagem da comunidade, baseada no sentido comum e formada pela necessidade prática da vida." (CASTRO, 2004, p.67). Os estabelecimentos que anunciavam nas publicações jogavam com o imaginário legitimado pelas comemorações do centenário, demonstrando a necessidade (construída pelo discurso publicitário) de seus produtos naquele contexto. Ocorre, no interior desse tipo de



discurso, a construção de uma necessidade de consumo, um convencimento "sobre a utilidade das coisas, de certos hábitos e condutas e vende-se um oásis de sonhos, de euforia e de perfeição" (CASTRO, 2004, p.68) que, no caso de Passo Fundo, orbitavam o imaginário de capital do planalto.

Os objetos vendidos pelos anúncios publicitários "expõem uma utopia", transformando o comércio em uma "literatura imaginária" (CERTEAU, 2012, p.45). O discurso da publicidade, em sua dimensão imaginária, fragmenta os sonhos de uma comunidade em diversos objetos (produtos) e reduz sua distância da vida cotidiana. Anunciar e consumir os objetos presentes nos discursos publicitários das edições comemorativas era alcançar o imaginário de capital do planalto, o pegar nas mãos, traduzindo "o desejo de atingir um aquém das representações." (CERTEAU, 2012, p.49). Desejo e necessidade de estar inserido em uma sociedade urbana, de usufruir das promessas oferecidas pela publicidade.

Mas a realização desse desejo é ilusória, tanto como a noção de veracidade na fotografia de reportagem criticada por Soulages (2010). As palavras da publicidade "nomeiam exatamente aquilo que não dão. Elas soletram as ausências, ao separar realidades." (CERTEAU, 2012, p.50). Ocorre um jogo entre felicidade ausente (que pretensamente será realizada no ato de consumo) e objeto, produto a ser consumido. Esse jogo é um círculo vicioso, pois, ao consumir, a felicidade não é plenamente atingida e o desejo não é dissipado, ao contrário, se transmuta, levando o sujeito a desejar, sonhar com outros objetos, e assim por diante.

Em relação às imagens publicitárias, Soulages (2010, p.24) afirma que "têm por função provar-nos que o que é fotografado é real, logo, existe verdadeiramente", no entanto, "a imagem publicitária, como a imagem religiosa, é mais eficaz que o real de que se faz a propaganda porque o real não faz sonhar." É uma imagem feita para iludir, não apenas para informar que o produto existe, mas para o tornar mais necessário que na realidade é. Essa ilusão, esse sonho, está articulada com o contexto, com os imaginários que circulam em uma determinada sociedade, bem como com o nível técnico disponível para sua inserção nas publicações e edição, pois "as imagens são tributárias não apenas de determinadas formas de percepção e de recepção culturais, mas, também, de condições técnicas específicas a cada época e a cada cultura." (SANT'ANNA, 1997, p.90).

As publicações comemorativas reservaram amplo espaço para publicidade. Ou seja, as comemorações do centenário proporcionaram lucro para seus

editores/organizadores, além do valor pago para adquirir as publicações pelos leitores. Também proporcionaram lucro às empresas que anunciaram, embora o presente trabalho não apresente dados concretos sobre o lucro dos estabelecimentos, é possível afirmar que anunciar nessas edições era participar de centenário, das comemorações e marcar presença no cenário urbano do município, além de ter a possibilidade de circulação de seus produtos para outras regiões do estado, pelas mãos de autoridades locais, estaduais e nacionais.

Sant'Anna (1997, p.95) demonstra que entre as década de 1920 e 1960, a publicidade em revistas ilustradas é marcada por uma busca de inserção dos produtos em uma sociedade moderna, de embarcar no progresso econômico, fazer parte da aceleração das transformações pelas quais o país passava, tais como a industrialização e a urbanização. Essa modernização retratada em anúncios publicitários de periódicos constrói a imagem de uma sociedade urbana moderna, higiênica e confortável. Cabe advertir que "a arte publicitária encontra-se subordinada à arte de vender, por isso o público assume o caráter da maior importância" (CASTRO, 2004, p;69). Ao retratar o público alvo de seus produtos, a publicidade contribui para estabelecer, afirmar um público imaginário, adequado para consumir os objetos de desejo.

Cada imagem funciona expondo e também silenciando, construindo e, igualmente, destruindo: espaços, temporalidades, corpos, objetos e práticas são incessantemente desenhados, fotografados, filmados, e, ao mesmo tempo, vendidos, impostos, comprados ou conquistados. Esse universo de produção, circulação e consumo de imagens funciona tanto por adição quanto por redução de informações sobre um mesmo acontecimento ou produto. Pois toda imagem carrega este paradoxo, para quem quiser ver, de ser ao mesmo tempo eloqüente e reticente. (SANT'ANNA, 1997, p.98).

Na medida em que os anúncios publicitários constroem um público alvo, encantam seus produtos, deixam outras imagens na penumbra. Essas publicações comemorativas, ao inserir a publicidade em suas páginas, também operaram com seleções entre o visível e o invisível, entre o poder de dar a ver um objeto e deixar de ver outros (mediado pelo poder econômico das empresas para comprar o espaço dos anúncios). Adicionou objetos que passaram a orbitar as comemorações do centenário em detrimento daqueles que não anunciaram. A publicidade utiliza os meios de comunicação para divulgação de produtos e empresas e se afirmar "no espaço social como suportes visíveis das representações de identidade." (CASTRO, 2004, p.71). Muitos anunciantes se repetem entre a edição de *O Nacional* e o *Passo Fundo*

*Centenário* (e às vezes os anúncios se repetem na mesma publicação), demarcando sua presença no mercado consumidor local e regional. Como Machado Júnior explicita (2009, p.88), a publicidade pode demonstrar aspectos da urbanidade de uma cidade.

A recorrência de determinado tipo de atividade nos anúncios também indica uma delimitação de seu espaço ocupado no imaginário social da comunidade e de atividades urbanas. A demarcação dessa presença é balizada pelo poder econômico e/ou relações sociais e políticas com os editores/organizadores das publicações. De qualquer forma, afirmam sua presença em relação à ausência de outros produtos/estabelecimentos. Atividades ligadas ao comércio, somando 128 anúncios (111 de casas locais e 17 de casas de outras localidades, ou simplesmente produtos genéricos), constituem a maioria da edição comemorativa de *O Nacional*. Em seguida, com 42 anúncios (28 de outras localidades e 19 locais), as indústrias marcaram presença. Com 27 anúncios (26 locais e 1 exterior), a prestação de serviços também contribuiu para a edição.

Os anúncios de estabelecimentos comerciais de *O Nacional* eram variados. Hotéis, cinemas, restaurantes, roupas, oficinas (peças, pneus, maquinário agrícola), armarinhos, fotografia, farmácia, lojas de material de construção, eletrodomésticos, concessionárias de veículos (urbanos e agrícolas - tratores) e bancos figuram entre a maioria dos anúncios. Entre as indústrias que anunciaram encontram-se moinhos, engenhos de arroz, cervejarias, frigoríficos, madeireiras, construção civil, maquinário agrícola, sacos e caixas. A prestação de serviços era constituída por anúncios de médicos, advogados e escolas, em grande parte. Castro (2004, p.80) explica que alguns anúncios utilizam justificativas racionais para o consumo dos produtos, enquanto outros "evocam funções mágicas, transformando o produto num objeto de desejo e realização pessoal."

As duas publicações apresentam esses dois tipos de anúncios. Alguns trazem apenas informações básicas sobre os objetos de consumo ou serviços prestados. Cabe ressaltar que "a publicidade que apenas informa sobre o produto" seria o "primeiro estágio do processo da persuasão, porque divulga mensagens motivadoras sobre a existência e a qualificação do produto", de forma didática e simples. (CASTRO, 2004, p.80). Na edição de *O Nacional* e no *Passo Fundo Centenário*, estão presentes diferentes estágios desse processo de persuasão publicitária. O anúncio da empresa Ermosa S.A (figura 17) apresenta características mais avançadas que apenas informações sobre seu produto. Conforme indica o anúncio, esse empresa oferecia maquinários agrícolas para colheita de milho. Aproveitando o centenário, o anúncio

oferece uma homenagem ao colono, que aparece no centro da imagem, com uma grande espiga de milho ao fundo.

Figura 17



Imagem recortada da figura 1 do Anexo V

Além de apresentar o "colono" como uma figura heroica, de cabeça erguida, mangas arregaçadas, pronto para o trabalho, o anúncio também estabelece uma relação temporal entre o passado, representado pelo quadro de "ontem" (a qualidade da imagem não possibilita um observar com precisão o que está nesse quadro), e pelo de "hoje", onde é possível identificar uma colheitadeira sofisticada em pleno funcionamento. Esse anúncio não é apenas informativo, constrói uma visão do colono, do trabalhador rural como herói. Cabe refletir sobre se o agricultor que tem possibilidades de comprar uma colheitadeira em 1950 é o mesmo "colono" representado na imagem, com mangas arregaçadas para colher o milho. O anúncio também ressalta a modernidade das máquinas da empresa, que deixaram antigas formas de colheita no passado. Adquirir seu produto significava entrar na modernidade da agroindústria, essa é a intenção desse discurso publicitário.

Embora não seja possível estabelecer se foi intencional ou não, cabe destacar que esse anúncio está localizado ao lado da matéria sobre a estrada do trigo que, segundo o subtítulo, beneficiaria mais de 42 municípios, além de afirmar Passo Fundo

como a capital do planalto. Como os anúncios publicitários estão espalhados pela publicação, esse tipo de relação não pode ser indicada como intencional, não obstante, nesse caso, uma relação direta entre o anúncio e a reportagem que destaca mais uma importante rota de escoamento da produção agrícola na região pode ser estabelecida.

Alguns anúncios de página inteira apelavam de forma mais direta ao centenário de Passo Fundo, como é o caso da empresa Sulbra (figura do Anexo VII). No centro do anúncio escrita, com letras em negrito e maiores que as outras informações: "Salve o Centenário de P. Fundo! Sulbra S.A". Além desse apelo direto, o anúncio também incorpora um elemento central da construção da memória e da história da cidade, o patriarca "Joaquim Fagundes dos Reis, o inolvidável fundador de Passo Fundo." (O NACIONAL 07/08/1957, p.4). O anúncio dos Cinemas Rossi Ltda. (figura 2 do Anexo VII) também tece uma homenagem ao centenário, como forma de prestigiar a cidade e inserir seu produto na órbita das comemorações municipais.

A empresa Fritz & Cia. Ltda. (figura 3 do Anexo VII) também homenageia o centenário passo-fundense em seu anúncio de maquinários agrícolas, além de apresentar imagens de alguns implementos, que recebiam destaque quer pelo acabamento, quer pela "necessidade primária em uma plantação", concorriam com "qualquer máquina do gênero, seja de fabricação nacional ou estrangeira." A modernidade das máquinas também constituía apelo direto ao "sr. Triticultor". (O NACIONAL, 07/08/1957, p.24). A agroindústria investia em anúncios publicitários que ressaltavam a modernidade e necessidade da introdução de tecnologias nas lavouras. Inserir seus produtos nessas publicações que circularam nas comemorações de um centenário que tinha uma exposição agroindustrial e uma festa nacional do trigo como principais atividades era uma boa iniciativa para esse ramo. A "Companhia RioGrandense de Adubos" também saudou o centenário, mas seu anúncio é apenas informativo, marcando presença nas comemorações com a seguinte frase: "Retorna à terra a riqueza que ela lhe dá com ADUBOS da C.R.A." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.52).

Também estavam presentes anúncios que não realizavam homenagem direta ao centenário de Passo Fundo, mas marcavam presença pelo tamanho e pelas imagens, que, articuladas ao texto, caracterizavam um público alvo imaginário, afirmando comportamentos e hábitos de uma sociedade urbana, como o anúncio da Companhia Cervejaria Brahma (figura 4 do Anexo VII). A "roda de amigos" ilustrada pelo desenho destaca formas de comportamentos sociais claras, desde a forma de se vestir, interagir e hábitos como fumar, afirmados como adequados e compatíveis com o consumo do

chopp Brahma. Já o guaraná parece ser destinado especificamente ao consumo da família, como o retrato de uma mulher que aparece portando um copo em primeiro plano exemplifica, e, ao fundo, com desenhos feitos apenas com traços, uma família em um almoço ou piquenique no pátio da casa, com uma criança com uma garrafa, e a mulher servindo um prato de comida, enquanto dois homens estão sentados conversando.

Outro anúncio que reforçava hábitos de uma sociedade urbana é o da Casa Floriani (figura 4 do Anexo VII). Além das imagens de uma mulher e um homem, vestindo roupas de suas confecções, ou daquelas as quais revendiam, destacavam que estavam de acordo com as últimas novidades do Rio e de São Paulo. Os gestos e poses demonstram formas apropriadas de se portar ao trajar "confecções finíssimas" vindas dos estados que apresentavam maior índice de desenvolvimento urbano do Brasil. Complementava ainda: "O grande estabelecimento da METRÓPOLE SERRANA que conquistou o público." (O NACIONAL, 07/08/1957, p.49). É importante notar que muitos anunciantes são de empresas que já anunciavam em *O Nacional*, de contribuintes mensais ou mesmo anuais. A maioria dos anúncios também tem um caráter mais informativo, especialmente aqueles de prestação de serviços.

Quanto aos anúncios da publicação *Passo Fundo Centenário*, 136 são de estabelecimentos do comércio (132 locais e 4 de outras localidades), 47 de indústrias (43 locais e 4 exteriores) e 10 de prestação de serviços (8 locais e 2 exteriores). Muitos anunciantes estão presentes nas duas publicações, como revendedoras de veículos e maquinários, casas comerciais de roupas, casas fotográficas, armarinhos, oficinas, indústrias como moinhos, madeireiras, engenhos de arroz, móveis e construção civil, entre outras. Nessa publicação, os anúncios também estão espalhados ao longo das páginas, não há um espaço específico para eles, embora nas páginas finais tenham haja apenas publicidade (figura 5 do Anexo VII). Em virtude do tamanho reduzido, anúncios de página inteira de apenas uma empresa são praticamente inexistentes. Aparecem muitas páginas congregando três ou quatro empresas diferentes, com anúncios mais informativos, apenas indicando nome, endereço e telefone dos estabelecimentos.

Além dos anúncios, a proposta do guia *Passo Fundo Centenário* também incluía um *Indicador Profissional*, trazendo uma lista, ao final da publicação, de lojas, indústrias e serviços da cidade, como açougues, advogados, médicos, ensino, alfaiataria, automóveis, móveis, engenhos de arroz, moinhos, construção civil, etc. É possível constatar que o comércio local, pela presença numérica de anunciantes, contribuiu mais

com a elaboração dessas publicações, mas as indústrias apresentaram anúncios mais elaborados e atrativos, com imagens e mesmo fotografias de seus prédios e produtos. Mas mesmo médicos, advogados e agrimensores procuraram anunciar, indicando a presença de seus negócios na cidade centenária, na capital do planalto.

### **3.4 O limiar de uma iconosfera da capital do planalto**

É importante tecer algumas considerações sobre as imagens presentes nesses diferentes suportes que circularam nas comemorações do centenário. Porém, antes de estabelecer algumas relações, cabe mencionar um outro tipo de publicação, os cartões-postais. O surgimento desse tipo de suporte possibilitou um tipo de comunicação simples, direto e democrático de imagens, que "deslocou a paisagem como cenário dos limites das telas das obras de arte e de um público seletivo e aristocrático para realidade da multiplicação das imagens em papel, disponível para um público muito mais amplo e diverso." (FRANCO, 2006, p.26). Essa ideia de divulgar imagens como mensagens teria surgido por volta de 1870, com espantosa aceitação pelo mundo inteiro, inicialmente impressas com gravuras, e posteriormente com fotografias. Tal inovação enfrentou certa resistência das "classes dominantes que consideravam absurdas a ideia de se escreverem informações privadas em cartões abertos, expostas à curiosidade de carteiro e da criadagem." (FRANCO, 2006, p.27).

Franco (2006, p.30) indica que o apogeu da prática de compra e envio dos cartões-postais no Brasil foi o período entre 1900 e 1930, com uma redução drástica do colecionismo, no entanto, "o período é marcado por grande evolução na tecnologia gráfica que beneficia a produção de postais." O turismo contribuiu para a difusão e divulgação dos postais, bem como para o próprio desenvolvimento da fotografia (SONTAG, 2004, p.19), e as comemorações do centenário também eram um acontecimento turístico. Além da fotografia, o cartão-postal também "é visto como um importante elemento de documentação da história da atividade turística, do destino turístico, e dos hábitos e das práticas associadas ao turismo." (FRANCO, 2006, p.34). Os postais do centenário de Passo Fundo também foram elementos produzidos em virtude de eventos que iriam atrair turistas para o município. Constituíam uma forma de preservar e aprofundar essa experiência das festividades e visitas aos locais indicados

nas imagens. Assim como o guia *Passo Fundo Centenário*, os postais forneciam uma orientação sobre o que ver, fazer e visitar na cidade.

O contexto de produção e circulação dos postais de Passo Fundo com o selo comemorativo do centenário e da Casa Tupi (o que atestava o crivo da comissão organizadora dos festejos e do poder executivo municipal sobre uma produção local) é estimulado pelo desenvolvimento tecnológico do período, que possibilita sua impressão. Embora não seja o momento caracterizado como "era de ouro" dos cartões-postais, estes se constituem importante vestígio da iconosfera (MENESES, 2006) local na década de 1950. Uma história da recepção, que busque entender o que levou o consumidor a comprar esse cartão ao invés do outro, é muito difícil de ser abordada, e nem é o objetivo da análise no presente trabalho. É necessário considerar que "os cartões-postais não falam de forma direta aos pesquisadores" (FRANCO, 2006, p.36), assim como nenhuma outra imagem. É nesse sentido que eles devem ser associados ao imaginário de capital do planalto. Eles adquirem sentido em sua relação com as outras imagens produzidas e divulgadas nos outros suportes que circularam durante as comemorações do centenário, constituindo um conjunto de imagens-guia daquela sociedade naquele contexto específico.

Ao associar esse conjunto de imagens com as outras que circularam em 1957, é possível estabelecer não só um grupo de imagens que por sua força de recorrência marcou publicações em que os organizadores das festividades estiveram envolvidos, mas como elas interagiram com a afirmação do imaginário da cidade. Outra possibilidade que emerge dessa relação entre as fotos contidas nos diferentes suportes (mas que circularam em espaços relacionados, articulados pelas comemorações) é abordar um certo comportamento no olhar para a cidade, dos fotógrafos e da comunidade em geral, uma espécie de modelo ou modalidade do olhar (MENESES, 2003, p.31). Esse olhar está intimamente associado ao "registro de uma história urbana", especialmente àquele presente nos cartões-postais (FRANCO, 2006, p.39).

Essa relação com o imaginário também possibilita refletir "acerca do que permitiu a sobrevivência de uma imagem do passado no caminho por ela percorrido até o presente até chegar ao museu ou em nossas mãos." (MONTEIRO, 2006a, p.19). Como um conjunto de imagens atuou na legitimação de um certo imaginário urbano, sua reminiscência, enquanto objeto memorial, foi protegida pelas mesmas instituições que as produziram (ou selecionaram), no caso, o poder público, associações como Instituto Histórico e Grêmio de Letras. Mas sua sobrevivência não se deve apenas a uma



proteção material, física dos objetos. Os fotógrafos locais, juntamente com os editores e organizadores dos festejos, ao elencar temas e estabelecer um padrão visual para o olhar sobre o urbano, que passaram a ser recorrentes, atribuíram valor excessivo a determinadas imagens, que passaram a adquirir importância para a comunidade, além da experiência pessoal que vinculava esses sujeitos a esses objetos que orbitaram as comemorações do centenário.

Os postais também podem estar vinculados aos projetos políticos e econômicos da sociedade em que foram produzidos. Nalin (2007, p.40-41), partindo das considerações de Carvalho (1990) e Le Goff (1994), relaciona os postais com a construção de imaginários e questões socioeconômicas de Nova York no contexto pós-crise de 1929. Para esse autor, as imagens dos cartões-postais nesse cenário representaram o ressurgimento do empreendedorismo dos Estados Unidos. A arquitetura vertical dessa cidade emergiu como sinal da recuperação da confiança no potencial econômico do país e da concretização de "homens empreendedores, visionários e ao mesmo tempo da visão político-econômica liberal capitalista keynesiana." (NALIN, 2007, p.49). Essa afirmação de um imaginário, do qual os postais fazem parte, que legitima um projeto político e econômico, está vinculada à dimensão espacial de uma cidade, que ao ser consumida por turistas, impressiona pela monumentalização dos arranha-céus e reforça sensibilidades e experiências dos munícipes em relação ao seu espaço de experiência do cotidiano.

Além do seu possível papel como representação de um imaginário que legitima uma visão política e um projeto econômico, as imagens também revelam uma perspectiva temporal, "onde o cartão-postal pode perfeitamente servir como elo de ligação não apenas entre origem e destino, mas entre passado e presente." (MABILDE, 2007, p.9). Ao se tornar uma lembrança de um acontecimento, como um aniversário municipal ou uma festa, o cartão-postal estabelece uma relação entre a memória do sujeito e o presente, eles se tornam "evocadores de memória". (FERREIRA, 2008, p.25). Memória e imaginário estão articulados nos postais. Eles não evocam apenas uma lembrança de experiências turísticas, mas o recorte de imagens de um cenário urbano, constituem uma seleção daquilo que foi considerado importante a ponto de se tornar objeto de rememoração futura. O "cartão-postal é um fragmento da realidade, assim como a fotografia." (MABILDE, 2007, p.15). Assim como as próprias lembranças também são um recorte de nossas experiências. Como afirma Ferreira (2008, p.26):

[...] se esses vestígios materiais carregam em si conteúdos de tempo e espacialidade, esse tempo e espaço não é apenas aquele do passado, reminiscências de algo que evocam por não mais existir. Como objetos memoriais, são recontextualizados e atualizados no presente.

A produção de cartões-postais está submergida em uma complexa cadeia temporal. Enquanto vestígios, objetos memoriais, almejam o futuro, são produzidos para serem consumidos por alguém. Os seus compradores os adquirem para lembrar de alguma experiência, os guardam (para o futuro) para relembrar essa lembrança, que ao ser evocada, é atualizada, reconfigurada em função do presente. "A fotografia tornou-se um dos principais expedientes para experimentar alguma coisa, para dar uma aparência de participação." (SONTAG, 2004, p.21). Os postais também cumprem essa função de demonstrar, apresentar uma cidade ou evento conhecido que o sujeito visitou ou de que participou. São adquiridos para potencializar essa experiência, a fim de torná-la mais colorida no futuro. Essa experiência temporal que envolve os objetos memoriais está ancorada nos sujeitos que interagem com essa dimensão material da memória. No presente capítulo, o objetivo é situar esses postais no contexto em que o imaginário de Passo Fundo como capital do planalto encontrou seu ápice, entre símbolos, práticas e discursos que o legitimaram para a comunidade local e exterior (outros municípios do estado e do país).

Entre os cartões-postais encontrados no MHR, AHR e adquiridos de colecionadores, alguns estão avulsos (figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Anexo VIII) e outros inseridos em um suporte, como é o caso do *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957), (figuras 7, 9 e 10 do Anexo VIII). Ao utilizar esses postais em uma publicação oficial que visava a apresentar e justificar os gastos e intenções da administração do executivo para o legislativo, torna-se evidente que a circulação, consumo e o propósito dos postais adquire outro significado, mesmo sem sair da órbita das comemorações e do imaginário de capital do planalto. Mas são postais que também circularam com seu propósito de objetos memoriais e turísticos. Eles participam de uma série de fotografias produzidas em função das comemorações do centenário. Seu uso em publicações oficiais demonstra o valor atribuído pela prefeitura a esse conjunto de imagens, bem como seu papel na divulgação delas.

Dessa forma, o conjunto de postais analisados constituem treze imagens da cidade (6 avulsos e 7 no *Relatório* de Wolmar Salton). Dessa série, nove são do *Parque de Exposições* do Centenário (que só aparece nas outras séries com um pavilhão em

construção, pois foram editadas e publicadas antes de outubro de 1957, quando o parque ainda não estava pronto), duas são de *ruas* (rua General Neto, em ângulos diferentes, e em ambas a catedral aparece), uma *vista aérea* (aspecto da praça Marechal Floriano) e uma de um *prédio* (do Instituto Educacional). Diferente das imagens da edição de *O Nacional* e do guia *Passo Fundo Centenário*, os postais das *ruas* mostram o movimento da cidade, com pessoas caminhando pelas calçadas e carros estacionados.

Figura 18



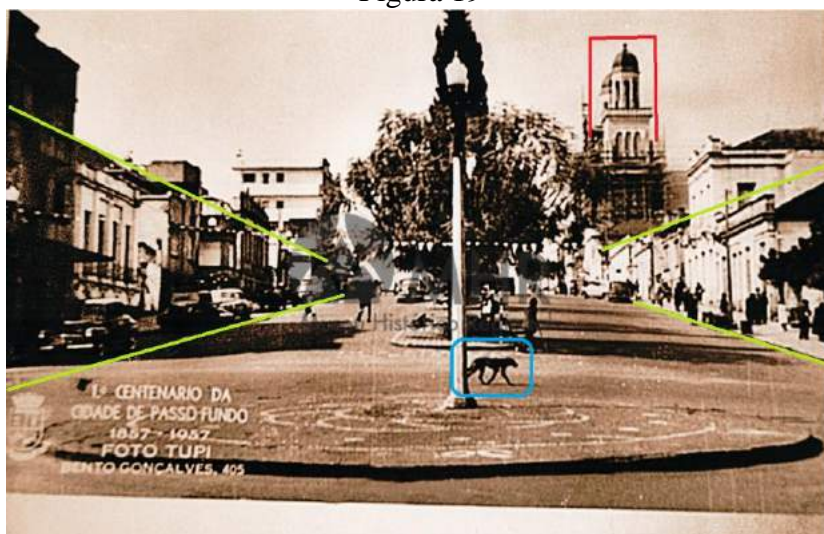
Cartão-Postal com a Catedral e rua General Neto (vertical 9cm horizontal 14cm).  
(Disponível no MHR).

A figura 18 (figura 1 do Anexo VIII) segue o padrão de profundidade usado nas ruas e avenidas das publicações comemorativas, como demonstram as duas linhas verdes, uma no centro dos prédios e outra entre a calçada a rua. O ângulo da foto também favorece a verticalidade das torres da catedral, como demonstram as linhas vermelhas. Ao retratar o cotidiano da rua General Neto, uma das ruas do entorno da Praça Marechal Floriano, esse postal traz temporalidades conflitantes entre dois elementos que fazem parte de sua composição, destacados pelas linhas azuis. Embora o postal tenha como tema uma das ruas mais movimentadas do centro comercial, com destaque para a obra do maior templo religioso do município, com um número considerável de pessoas se movimentando pelas suas calçadas, uma carroça de madeira contrasta com o carro estacionado embaixo da árvore.

Em uma cidade que almejava se afirmar como capital do planalto, ressaltando seu potencial para o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento urbano como sinônimos da modernidade que afastava resquícios do século XIX da paisagem

(especialmente nas publicações comemorativas), a carroça destoa completamente desse imaginário. Como Carvalho indica (2007, p.423), "Passo Fundo é uma cidade que se vergou a força simbólica do automóvel", e durante as comemorações, foi apresentado à população o primeiro automóvel produzido no município: "o artesão João Derly Cogo foi o responsável pela engenhosidade de construir um Jipe que lhe rendeu, naquelas comemorações, uma medalha de honra ao mérito." (CARVALHO, 2007, p.422).

Figura 19



Cartão-Postal com a rua General Neto (vertical 20cm horizontal 30cm - esta imagem é uma reprodução da fotografia). (Disponível no MHR)

A figura 19 (figura 2 do Anexo VIII) também apresenta essas temporalidades divergentes. Como já ressaltado, a rua General Neto é uma via movimentada, especialmente em seu encontro com a avenida Brasil. A composição também segue o padrão das outras ruas fotografadas, produzindo um efeito de profundidade ascensional, nesse caso, construído pelas linhas verdes, que percorrem, na parte junto à rua, os carros estacionados e o cordão da calçada, e, acima, a linha da fachada dos prédios. Ao fundo, destacadas em vermelho estão as torres da catedral. Ao retratar a cidade em pleno movimento, com pessoas andando pelas calçadas, com os carros, que mesmo parados evocam ação, aparece um cachorro andando tranquilamente no meio da principal avenida do centro urbano. A intensidade do ritmo da urbe é aplacada pelo tranquilo passeio de um cão. A carroça e o cachorro abrem a imagem para um tempo que não é aquele de aceleração da vida urbana.

As figuras 18 e 19 poderiam ser abordadas a partir das noções de *studium* e *punctum* de Barthes (2012). O *studium* revela as intenções do fotógrafo, as convenções

culturais possíveis de serem observadas e reconhecidas em uma imagem, uma espécie de educação, de saber partilhado que concilia o *operator* (o fotógrafo) e o *spectator* (o observador, consumidor da fotografia). As duas imagens partilham com as outras (das publicações comemorativas, dos postais) de um *studium*, uma cultura comum, desde a presença de um tema recorrente nas fotografias da década de 1950 (a rua General Neto, a catedral e o entorno da praça Marechal Floriano) à composição fotográfica, que buscava apresentar a profundidade das ruas e a verticalização da cidade.

Esses elementos pertencem ao *studium*. O espectador dessas imagens na década de 1950 poderia julgar, interpretar essas fotos a partir de um conjunto de referências partilhado pela comunidade. Já "o *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me *punge* (mas também me mortifica, me fere)." (BARTHES, 2012, p.33). O *punctum* seria, portanto, um detalhe que escapa ao controle de convenções fotográficas que assinalam a composição de uma fotografia. Como Barthes adverte, não são todas as fotos que comportam um *punctum*, e esses pequenos detalhes não são nem mesmo identificados a partir de um método científico de observação, são subjetivos. Para Mirzoeff (1999, p.74), Barthes oferece duas versões sobre o *punctum*: "one is the casual, everyday notion of irrational preference for a particular detail in a photograph." Além de uma simples preferência entre esse ou aquele detalhe, "there is also the sense in which the *punctum* is a wound." (MIRZOEFF, 1999, p.74).

No photographer could set out to create an image with such multiple meanings. They are brought to the image by the viewer for whom the *punctum* creates the means to connect memory with the subconscious drives for pleasure and death. Through the unknowable *punctum*, photography becomes sublime. The most important and yet most unknowable singularity of photography is this power to open a *punctum* to the realm of the dead. (MIRZOEFF, 1999, p.74-75).

É o observador que encontra essa brecha, essa fenda para uma outra dimensão que desencadeia uma série de sentimentos, lembranças e outras imagens. É importante notar a semelhança do *punctum* com a noção de fissura de Bergson (1990), desenvolvida por Proust (2010). São fendas que levam o observador a um outro estado, a um outro tempo. No entanto, no presente trabalho, essa relação entre esses dois pequenos detalhes (carroça e cachorro) e seu *studium* é reforçada pela recorrência de temas e padrões de composição que excluem tais rompantes nas outras imagens. Nas fotos que abordam as ruas e avenidas, praças e edifícios, não existem detalhes semelhantes, a não ser carros e pessoas que não descaracterizam uma visualidade

urbana progressista. O que não significa que outros observadores não encontrem outros *punctuns* nas outras fotos, dado sua subjetividade.

A carroça e o cachorro, ao indicar uma outra temporalidade que sobrevivia no cotidiano do centro urbano da cidade, como Mirzoeff sugeriu, abre a fotografia para o reino da morte. São suspiros de uma vida pacata que estava submergindo no ritmo da modernidade, dos automóveis e da intensa circulação urbana. Os edifícios, as torres de Passo Fundo alcançavam os céus, afirmando a faceta urbana da capital do planalto, mas em suas ruas sobreviviam práticas e cenas que eram resquícios de uma urbe que um dia foi uma pequena vila. Nenhum fotógrafo capta um *punctum* intencionalmente, ele é atribuído à imagem pelo observador, no caso, o autor do presente do trabalho. Tal observação é necessária para demonstrar a compreensão da subjetividade dessa análise, mas essa relação entre a carroça e o cachorro, quebrando um *studium*, os padrões estabelecidos pelo conjunto de imagens legitimado nas outras publicações analisadas, justifica sua inclusão. O moderno regime de historicidade (HARTOG, 2013) afirmado pela visualidade urbana construída em 1957 é desestabilizado pela presença da carroça e pelo pacato passeio de um cachorro na avenida Brasil.

Outro elemento importante na construção visual da capital do planalto, mas que vai ao encontro da visualidade legitimada no centenário, que aparece em algumas imagens (figuras 11, 14, 15, 18 e 19), é o céu e sua relação com as torres. Esse espaço não é simplesmente um vazio na imagem: "Ele não é *visível* no sentido de um objeto exibido ou delimitado; mas tampouco é invisível, já que impressiona nosso olho e faz inclusive bem mais que isso. Ele é matéria." (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.24). Essa massa branca visual preenche o fundo das fotografias e ressalta a verticalidade dos edifícios. É possível notar a diferença das imagens que apresentam apenas um prédio inteiro em sua composição (figura 7, com a fachada do prédio da prefeitura, ou mesmo a foto do pavilhão das festas; na figura 8, embora o céu seja perceptível, o efeito de tensão domina a imagem; a figura 13 também apresenta um céu ao fundo, mas seu tamanho diminuto na página e a falta de edificações vizinhas descaracterizam o efeito vertical, o mesmo ocorre com a figura 4 do Anexo VIII, que pelo seu isolamento o efeito de verticalidade não ocorre com a intensidade das outras imagens; a figura 2 do Anexo VI também apresenta ou só as fachadas, ou prédios isolados, o que corta esse efeito; a figura 15 do Anexo V, no quadro *Cidade de Passo Fundo*, apresenta um edifício com proporções que só podem ser medidas pelas linhas que dividem a construção).

Nas fotos das ruas (figuras 10 e 16; figura 6 do Anexo VI), o céu é fundamental para o efeito de perspectiva, pois estabelece uma linha horizontal (um pouco ascensional ou descensional), compondo o mosaico da imagem, mostrando a profundidade das avenidas. Mas na figura 11, por exemplo, o céu compõe a escala. É essa massa esbranquiçada que permite, que ressalta a verticalidade dos edifícios. Na figura 14, o céu propõe a relação entre o tamanho da catedral e das edificações vizinhas. A figura 18 é exemplar nesse sentido, pois as torres da catedral se destacam em relação ao céu, como se atravessassem a monotonia de seu espaço. Os altos prédios, como as altas torres da igreja, despontavam futura característica do centro urbano de Passo Fundo, a verticalização. Esse anseio não é recente, como Souza (2003, p.72) menciona, desde o século XVIII, foram construídos grandes edifícios de habitações coletivas que substituíram o sonho da burguesia de morar em palácios, tal como os aristocratas. A relação céu e torres, nessas fotografias, indica esse encontro de temporalidades, de aspirações antigas e futuras que transcendem a história do município.

A figura 3 do Anexo VIII, com a vista aérea parcial da praça Marechal Floriano, reforça as noções de ordem do centro da cidade. Os caminhos do interior da praça aparecem bem delineados, especialmente no centro, no entorno de seu canteiro principal. Ao fundo, a rua Bento Gonçalves, com os carros estacionados e uma fileira de prédios (bancos, clubes, hotéis) legitimam aquele espaço como a área central de Passo Fundo. A figura 4 do Anexo VIII, que aparece apenas nesse cartão-postal (dentro do conjunto de imagens analisadas), é o prédio da escola metodista, o Instituto Educacional. Essa fotografia procura proporcionar um efeito de tensão, a exemplo da figura 8, para melhor apresentar o estilo arquitetônico do prédio, mas devido ao tamanho e à proporção retangular do prédio, não consegue obter plenamente a tensão necessária para repartir a imagem e obrigar o olhar a percorrer um lado e depois o outro. Mesmo assim, devido ao ângulo da foto, a tendência é começar a observar pelo lado esquerdo, indo das colunas (que conferem o destaque e a monumentalidade, atraindo o observador), percorrendo sua fachada até o lado do prédio.

O prédio do Instituto Educacional, de 1922, chamado de Prédio Texas, em homenagem à universidade norte-americana que patrocinou sua construção (KRAMER; WAIHRICH, 2007, p.47), situado no bairro Boqueirão, é um dos poucos prédios antigos a aparecer nas publicações comemorativas (juntamente com a igreja matriz, na praça Tamandaré). Seu aspecto monumental, com as quatro colunas centrais na entrada do edifício confere um ar de grandiosidade que vai ao encontro da visualidade urbana

afirmada no centenário. As imagens do parque de exposições do centenário também contribuíam para construir uma atmosfera de monumentalidade em torno das construções da cidade.

A figura 5 do Anexo VIII, com o pórtico de entrada e o pavilhão das festas, é tirada de dentro do parque, em direção à sua entrada, mas é a figura 6 do Anexo VIII que melhor indica o caráter monumental dos pavilhões do centenário. Um fotografia noturna que apresenta um espetáculo luminoso. Com carros estacionados e pessoas na entrada, é possível ter uma ideia do tamanho do pórtico construído especialmente para as comemorações. Além disso, apresentar esta imagem em um cartão-postal reforçava o potencial energético do município, com energia elétrica disponível para atrair novos investimentos em sua região de abrangência. A figura 7 do Anexo VIII, anexadas no *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957), contém três fotografias do parque de exposições. As duas primeiras completam a representação dos quatro pavilhões construídos para abrigarem a feira e as exposições, que tinham os seguintes nomes: "Agroindustrial, Trigo, Cultural e Festas." (DAMIAN, 2007, p.281). A foto do meio é o pavilhão que aparece em construção na figura 7 da edição de *O Nacional* e figura 9 do Anexo VI, neste pavilhão foi estampado, logo acima da porta de entrada, o brasão municipal. A última foto dessa página do *Relatório* é outro postal com uma fotografia noturna do pórtico iluminado (é possível notar que são postais diferentes pelo ângulo das fotos).

A figura 9 do Anexo VIII também apresenta três fotos em uma página do *Relatório*. A primeira foto é uma das únicas (dentro do conjunto analisado) que apresenta o interior de um dos pavilhões (o Agroindustrial). A foto do meio é a mesma da figura 5 do Anexo VIII. A última foto apresenta os três pavilhões (Agroindustrial, Trigo e Cultural) lado a lado. A figura 10 do Anexo VIII apresenta mais uma foto noturna, mostrando os três pavilhões iluminados. É plausível afirmar que a série de cartões-postais comemorativas do primeiro centenário do município teve uma preferência temática pelo parque de exposições do centenário em função de que, além de ser o ápice das festividades, as publicações anteriores não apresentaram imagens dele, pois estava sendo construído (com apenas uma exceção, do pavilhão Agroindustrial em obras). Em relação às imagens da cidade, o enfoque incidu sobre espaços amplamente representados nas outras duas publicações: a praça Marechal Floriano e seu entorno (salvo a foto do Instituto Educacional).



Somando todas as séries de imagens analisadas (embora de suportes diferentes, todas circularam no ano de 1957), 16 fotos são da praça Marechal Floriano e de ruas do seu entorno. Prédios somam 16, embora alguns se repitam entre as publicações, como os prédios da prefeitura, da câmara de vereadores e da igreja matriz. O parque de exposições teve 11 fotos (contando as duas do pavilhão em construção), com sua maioria nos cartões-postais. Vistas aéreas somaram 5 (excetuadas aquelas da praça, que já estão entre as 16), com as fotos das barragens se repetindo entre *O Nacional* e o *Passo Fundo Centenário*. A avenida Brasil teve 3 fotos. De uma forma geral, as fotografias da praça Marechal Floriano apresentaram o centro da cidade, ordenado e vertical, com o foco na construção da catedral com suas altas torres.

Os edifícios mostravam o poder público e igrejas (tanto catedral como a matriz), com efeitos de tensão especialmente nos prédios considerados modernos, favorecendo uma observação mais apurada de diferentes ângulos de suas fachadas. Como já assinalado, em algumas fotos das ruas, a verticalidade das edificações foram ressaltadas, mostrando uma cidade que alcançava os céus. As fotografias do parque de exposições ressaltavam a grandiosidade das comemorações do centenário e as características modernas de seu pórtico de entrada, com fotos noturnas do parque iluminado, lembrando o valor e a potencialidade da energia elétrica abundante da região, além de ressaltar a beleza dos edifícios. As fotografias das ruas e avenidas, convidando o observador a mergulhar em sua profundidade, contribuíam para ampliar os espaços da cidade e mostrar seu crescimento.

De uma forma geral, os lugares e edificações selecionados procuraram apresentar uma cidade organizada, moderna e propícia para o crescimento. Espaços e sociabilidades que não condiziam com essa noção de "ordem e progresso" não foram incluídos dentro dessa visualidade urbana que caracterizou o imaginário da capital do planalto em 1957. Conforme Tedesco, *et. al.* (2007, p.348) aponta, a população de Passo Fundo em 1940 era de 80.138 habitantes, com 20.584 urbanos e 59.554 rurais; em 1950 somava 101.887, com 31.229 urbanos e 70.658 rurais. Em 10 anos, a população cresceu em mais de 20.000 habitantes, divididos entre população urbana e rural. A maioria dos habitantes morarem na zona rural demonstra a importância da agroindústria para a economia da região e indica espaços de trabalho, de moradia e de sociabilidades que permaneceram na invisibilidade das comemorações do centenário. Apenas produtos (maquinários e trigo) foram exibidos, bem como visões idealizadas do trabalhador rural como demonstra a figura 13 do Anexo VIII. Em 1960, devido a emancipações de alguns

municípios, Passo Fundo perde território e população, contando com um total de 93.179, mas com o crescimento significativo dos habitantes urbanos, que somavam 50.559, e um decréscimo dos habitantes rurais, com 42.620.

Quase 20.000 habitantes migraram para a zona urbana, praticamente o dobro dos números das décadas anteriores. Esse intenso crescimento urbano já era sentido nos anos finais da década de 1950. As periferias da cidade iniciavam um processo de inchaço devido ao intenso afluxo de migrantes para a cidade. Os bairros de trabalhadores das indústrias começavam a se formar em zonas periféricas, estimulados pela especulação imobiliária. Agentes da iniciativa privada, apoiados pelos jornais da época e pelo poder público, iniciavam um limpeza das edificações mais pobres, que não condiziam com a feição desejada para a capital do planalto e que ainda eram localizadas nas áreas próximas ao centro, impedindo a crescente valorização de imóveis e terrenos. Esses eram espaços que também não figuraram na visualidade e no imaginário da cidade em 1957. Diversos problemas oriundos desse acelerado crescimento populacional também não apareceram nas publicações comemorativas, mas uma análise detalhada das propostas contidas no PDDU e em editoriais e artigos da imprensa local revela uma feição da cidade que permaneceu na invisibilidade.

## 4 A construção urbana da capital do planalto

### 4.1 Passo Fundo e a urbanização nas páginas da imprensa na década de 1950

O presente capítulo, dedicado à análise das relações entre o imaginário capital do planalto e a conformação urbana de Passo Fundo não objetiva acompanhar sua evolução através do tempo ou tomar o urbanismo "como objeto de estudo em sua configuração acabada" (BRESCIANI, 2002, p. 19). Não é intenção naturalizar a "questão urbana", simplesmente relatando, descrevendo situações e intervenções ou pensar a cidade "como um *a priori*, válida universalmente" (MONTEIRO, 2012, p. 103). O urbano e a cidade são construídos historicamente, não são categorias imutáveis, pelo contrário, "tanto a palavra cidade, como a própria cidade têm existência social e a relação entre elas está longe de responder a uma necessidade natural." (PEREIRA, 2001, p. 263). Como Park (1967, p. 29) afirma:

Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a êsses costumes transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Essa abordagem de Park permite pensar o "espaço como um lugar produzido pelos próprios habitantes e passadores do local, que o classificam fundamentalmente por sua forma de utilização." (GIOVANAZ, 2000, p.40). As cidades onde vivemos têm uma historicidade marcada por relações que mudam com o passar dos anos, da mesma forma que as idealizações, os planos e projetos, as sociabilidades e o pensamento sobre a cidade também mudam. Por isso, é importante conhecer alguns problemas daquele ano e como foram abordados pela comunidade local, as discussões, os debates que emergiram na imprensa local para analisar o papel do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) que começou a ser elaborado em 1953 e foi aprovado em 1957. O plano diretor é o instrumento de intervenção que deveria estabelecer o caminho para afirmar, concretamente, não apenas nos discursos, o município como a capital e o centro da região norte do estado.

Essa linha de raciocínio - observar os problemas e depois analisar o instrumento de intervenção dedicado a solver as questões que dificultavam o desenvolvimento urbano para afirmar a cidade como capital do planalto (mostrando a importância desse imaginário progressista para a elaboração de políticas públicas em âmbito municipal) - parte do seguinte pressuposto: "na cidade, *a história se constrói no espaço e no edifício público*; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo." (BRESCIANI, 2002, p. 30). Fuão (2003, p. 10) afirma que "pensar um espaço como existente, significa pensar em si próprio." Isso leva a perceber o espaço arquitetônico e urbano como uma "situação em constante mudança", como a natureza humana, e não uma realidade objetiva, concreta e rígida." O sentido do espaço só existe a partir da experiência do 'eu' [...]" (FUÃO, 2003, p.12), depende das experiências, da vivência dos diferentes grupos e indivíduos que nele habitam, atuam e circulam. Está ligado à memória e ao imaginário, pois não pode ser dissociado de vontades e expressões dos sujeitos que o pensam e o imaginam.

Ao trabalhar com a imprensa local, é possível perceber diferentes atores, grupos sociais agindo nos espaços da cidade e o choque que ocorre entre eles e a própria aceleração das transformações urbanas. Os dois periódicos pesquisados (os jornais *O Nacional* e o *Diário da Manhã*) estão associados a diferentes tendências políticas que observam o mundo urbano com interesses que em algumas questões se alinham e em outras se distanciam. Concordando com Souza (2003, p.75):

Os espaços não são neutros. Eles vão interferir de forma significativa na felicidade ou infelicidade das pessoas, oferecendo facilidades ou dificuldades, como uma melhoria significativa no trânsito, nos serviços, na segurança ou desconforto na falta dos mesmos, o embelezamento dos lugares e até mesmo a valorização do cidadão.

Passo Fundo via-se às voltas com diferentes problemas que resultavam de duas décadas de intenso crescimento populacional. Os problemas, a apropriação e a transformação dos espaços da cidade que encontravam-se em curso não eram acontecimentos naturais da urbanização. Como Villaça aponta (2011, p.37), "o espaço social - no nosso caso, o espaço urbano - é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano." O espaço enquanto construção não é neutro, não é natural e é marcado pela ação dos grupos que compõem a sociedade, pelo próprio homem. Souza (2003) esclarece que embora as

transformações no espaço, sozinhas, não tenham a capacidade de operar amplas transformações na sociedade, elas interferem no cotidiano, produzindo experiências para os indivíduos em sua vida na cidade. Villaça (2011) parte do princípio da desigualdade social em suas investigações, afirmando que nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro pode ser estudado sem levar em consideração a segregação espacial.

São duas visões distintas sobre as transformações urbanas, uma que prioriza o aspecto subjetivo, as experiências e sensibilidades dos indivíduos em relação aos espaços e outra que explora a desigualdade social marcante na urbanização brasileira, especialmente nas grandes metrópoles. São percepções diferentes, mas que convergem na medida em que entendem o espaço urbano como socialmente construído e em constante transformação. Em Passo Fundo, no período analisado, é possível observar novas sociabilidades emergindo (novas no contexto local), possibilitando novas experiências urbanas (novas sensibilidades próprias de uma cidade em crescimento), assim aparece a segregação urbana, que traz à tona a questão da desigualdade social. O imaginário de capital do planalto faz parte dessa nova faceta urbana do município. Contribui para legitimar transformações que envolviam características da segregação que já ocorria nas grandes cidades brasileiras e ao mesmo tempo proporcionavam novas experiências sentidas e percebidas de forma diferente pelos diversos grupos sociais.

Ferretto (2012, p. 63) entende que o período entre o final do século XIX até 1950 é aquele em que ocorre a formação do centro e dos primeiros bairros residenciais de Passo Fundo. A década do centenário é o momento de consolidação da conformação urbana da cidade. A experiência cotidiana de viver em um município em plena urbanização ensejava as discussões sobre a orientação, organização e controle desse processo. Assim, é elaborado um Plano Diretor em 1953, com "diretrizes de zoneamento", propondo a criação de locais específicos para certas atividades, como centro cívico, estádio e mercado municipal, porém, acaba ficando, em grande parte, em um plano ideal, pois sua "repercussão espacial é praticamente nula na cidade" (FERRETTO, 2012, p. 68). Contudo, tal constatação não diminui a importância desse documento para o presente trabalho, pois transparecem nele aspectos característicos do imaginário de capital do planalto, associados a perspectivas do urbanismo correntes no estado naquela década. O PDDU de 1953 constrói e apresenta uma imagem de cidade a ser estabelecida em um futuro próximo.

Apesar de não causar grande impacto na organização urbana, o PDDU da década de 1950 apresenta uma visão sobre a cidade que vai ao encontro do imaginário que

marcou a atmosfera das comemorações do centenário. Enquanto o poder público procurava orientar a urbanização da cidade a partir de uma visão imaginada para o município, o crescimento urbano se intensificava com a criação de inúmeros loteamentos em bairros periféricos em relação ao centro. Também tem início o processo de verticalização, elemento já destacado na construção visual da capital do planalto. Esses dois elementos, loteamentos periféricos e verticalização demonstram que "a terra urbana é assumida definitivamente como mercadoria" (FERRETTO, 2012, p. 70):

[...] sendo no primeiro caso destinada à população de baixa renda que vai ocupar a periferia e, no segundo caso, às classes de média e alta renda, que embora já ocupassem o centro da cidade, passam a residir também em edifícios de apartamentos. Isso não quer dizer que nas primeiras décadas do século não houvesse um mercado de terras estruturado a partir de interesses econômicos privados, no entanto, a partir de 1950 essa lógica de produção da cidade se intensifica, caracterizando a emergência de um novo período. (FERRETTO, 2012, p. 70).

Isso exemplifica o processo de segregação urbana daquele momento. Mas como Villaça lembra (2011), a segregação do espaço da cidade não é definida apenas na relação entre centro-bairro. Essa dominação da cidade por um grupo privilegiado economicamente e com maior influência política não ocorre apenas nesse sentido. O estabelecimento de um estilo de vida urbana, adequado aos espaços centrais que caracterizavam o imaginário defendido por esses grupos, começa a ser afirmado e delimita, diferencia os habitantes do município. Ferretto (2012) e Villaça (2011) demonstram que a segregação ocorre em toda região urbana, não apenas no estabelecimento de zonas nas cidades, eles ultrapassam estudos centrados na segregação puramente residencial. Augé (2010, p.31) comenta sobre "o par cidade/subúrbios" caracteriza descrições do mundo urbano, pois "é nas 'periferias' da cidade que se situam todos os problemas", tais como "pobreza, desemprego, sub-habitação, delinquência, violência." Mas a palavra periferia, como destaca o antropólogo, só tem sentido em relação ao centro. Falar em periferias, no plural, é falar em todo o tecido urbano, como se "a circunferência estivesse por todo o lado e o centro em nenhuma parte." (AUGÉ, 2010, p. 32). Assim:

As próprias periferias são zonas em torno da cidade que estão em oposição ou em rivalidade umas com as outras, à distância das outras, tão distanciadas umas das outras quanto do centro imaginário da cidade em relação ao qual elas se definem como "periféricas". (AUGÉ, 2010, p. 32).

Perceber como o imaginário exerce influência na conformação da cidade vai ao encontro de uma perspectiva de estudos que não reduz o mundo urbano a dicotomias polarizadas ou o coloca sob o ângulo de visões técnicas da arquitetura e urbanismo. O imaginário faz parte da vida humana, é um elemento crucial para compreender a existência social em um determinado momento histórico. As cidades são imaginadas por diferentes grupos que nela convivem e se relacionam. A relação centro/periferia é uma imagem que fraciona o todo. Ao projetar e definir o "centro tradicional" em Passo Fundo, esse espaço torna-se peça central na visualidade urbana da capital do planalto. Os problemas das periferias não estão restritos à determinada zona, são questões que dizem respeito à forma como se estabeleceu a conformação urbana de uma cidade. São problemas de todo o mundo urbano.

O espaço não existe por si só, depende da subjetividade, das experiências e dos valores atribuídos a ele pelos sujeitos. Ao imaginar uma cidade, projetada, divulgada durante as comemorações do centenário, determinados grupos lançaram sua própria percepção de existência no espaço urbano. Cada indivíduo experimenta o espaço de forma diferenciada, como Monteiro (2012, p.101) destaca, é o habitante que "confere significados e sentidos às suas práticas no espaço urbano." Legitimar um imaginário de cidade para procurar afirmar e interferir no espaço urbano significa construir uma cidade à semelhança da percepção (das experiências) dos sujeitos pertencentes, ou que se identificam com os grupos à frente desse processo. Isso também é uma forma de segregação, "de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial", e para explicar esse processo é preciso "articulá-lo à totalidade social (os aspectos econômico, político e ideológico da sociedade) e a seus movimentos." (VILLAÇA, 2011, p. 40-41).

A história urbana não deve se limitar a abordar questões econômicas, políticas e sociais que ocorrem na cidade, ela "é parte integrante dos processos de disputa e formação de consenso social, bem como na construção de representações e do imaginário social." (MONTEIRO, 2012, p.107). Ao compreender a cidade como um espaço de múltiplas vivência, disputas e conflitos, onde se encontram diferentes sujeitos, a afirmação de um imaginário pode constituir uma forma de segregação, que não está separada da totalidade social. Monteiro (2012, p. 104) define a cidade a partir da seguinte perspectiva:

A cidade é uma realidade plural e polifônica, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam desse espaço, o experienciam e produzem representações (memórias e um imaginário) sobre ele, que visam a explicar a dinâmica própria desses grupos sociais se constituírem na cidade. Os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela.

Diferentes autores percebem a cidade como dinâmica, em constante construção, na medida em que a apropriação do espaço proporciona novas experiências, gerando memórias, lembranças das vivências que atribuem significado, sentido à vida urbana. Essas mesmas experiências também implicam diferentes imagens da cidade, imaginários múltiplos. Ao tornar oficial um imaginário que passa a representar Passo Fundo nas comemorações do seu centenário, emerge uma forma de segregação, espacial e social. Sociabilidades, sensibilidades e práticas sociais tipicamente urbanas começam a tomar forma, a aparecer na cidade, inclusive novos meios de exploração econômica que iam ao encontro do imaginário de capital do planalto, incorporados dos discursos de modernidade e progresso. O processo de urbanização na década de 1950 impulsiona, portanto, formas econômicas de apropriação, com a valorização imobiliária do espaço, no início da verticalização que se acentuaria nas décadas seguintes, e com a construção de lotes residenciais periféricos. Esse crescimento era noticiado com entusiasmo pela imprensa local, como demonstra o *Diário da Manhã* em reportagem intitulada "Passo Fundo - cidade que cresce", apresentando dados sobre a construção civil fornecidos pela Secretária de Obras e Viação municipal:

Construção no perímetro urbano e suburbano da cidade: média por dia útil - 2 casas; média por dia - mais de uma construção e meia. Sobrados (alvenaria) - 20; Terreos (alvenaria) - 94; Reformas (alvenaria) - 5; Construções madeira - 455; Construções mistas - 4; Reforma construções madeira - 45. Total construções - 573. Dados comparativos: 1955 - 300 construções; praticamente dobraram as construções no último ano, média anual; 1954, 242 construções; quase triplicaram as construções de 54 para 56. (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/02/1957).

Seguindo a reportagem, o jornal ainda afirma que a média mais alta havia sido em 1950, apresentando 365 construções. Esses índices alcançam números altos especialmente em função da construção dos novos loteamentos abertos, ou mesmo expansão de alguns bairros já existentes. Não se levava em conta as condições de habitação desses espaços. Documentos da Secretária de Obras e Viação do Município sobre a aprovação da construção de novos loteamentos mostram que, embora fossem



aprovados, não apresentavam infraestrutura adequadas. Segue trecho do pedido de aprovação da abertura de um loteamento:

A vila Vera Cruz no trecho que faz limite com o vilamento do Sr. Polidoro Albuquerque Martins não tem ligação por meio de ruas. Esta situação é admissível pois até nosso plano Diretor (grandemente adiantado em questões urbanísticas) prevê quarteirões de até 360m de extensão, é bem verdade que exige cruzamentos para pedestres, mas considerando que êle não se encontra aprovado, e que Passo Fundo não esta se guiando por êle, penso que devemos aceita-la. (DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO MUNICIPAL, 02/01/1957).

Os loteamentos eram concedidos sem serem abertas as ruas, tamanho era o ritmo de expansão da cidade. O PDDU, embora não aprovado ainda, já figurava nos pareceres como uma orientação ao menos. Embora sem grande efeito prático em 1957, já era levado em consideração para algumas decisões. *O Nacional* fazia propaganda para a aquisição de terrenos em novos loteamentos, como no Bairro São José:

Bairro São José. Na melhor localização, o maior Bairro de Passo Fundo:  
 1 - Estrada Federal Passo Fundo-Vacaria-Porto Alegre-DNER-Aeroporto Federal.  
 2 - Nova Estrada Estadual Passo Fundo-Erechim-DAER-Instituto Pinheiros.  
 3 - Estrada Municipal para Butiá Grande-Estrada do Trigo.  
 4 - Próximo à nova estação Ferroviária em construção-DNEF.  
 5 - Próximo ao local onde será construído o Silo para Trigo, com capacidade para 10.000 toneladas - Governo Federal.  
 6 - Junto à área adquirida pelo Instituto Pinheiros de São Paulo, para a instalação do Departamento de Sôros e Laboratórios.  
 Lotes populares a prestação, sem entrada em sinal de negócio, nem juros.  
 (O NACIONAL, 07/08/1957, p. 3).

Destacavam-se as conexões, as estradas que cruzavam o bairro, mostrando que não estaria isolado no município. Os investimentos externos, como silos e o Instituto Pinheiro, também eram apresentados como ponto positivo para aquisição de terrenos no loteamento, pois mostravam perspectivas de desenvolvimento para o local. A cidade estava em pleno crescimento desde fins da década de 1940, processo que foi acentuado no decorrer dos anos de 1950. A formação de novos bairros<sup>68</sup>, o aquecimento do mercado imobiliário, o comércio aumentando suas atividades, as novas estruturas para

<sup>68</sup> O *Diário da Manhã* (21/05/1957) também informa o início da construção da Vila Militar do 3º RC da Brigada no ano de 1957 em entrevista com o Tenente Coronel Aristides Monteiro: "revelou-nos das providências que vem tomando para a construção da Vila Militar, a ser levantada no terreno onde estava o antigo quartel daquela corporação, afirmando: 'ainda no corrente ano, como homenagem ao Centenário de Passo Fundo, será lançada a pedra fundamental da Vila Militar que contará com blocos residenciais para oficiais, sub-tenentes e sargentos, indo de encontro as necessidades impostas pelo ritmo acentuado de progresso da cidade.'"

suportar a atrair mais investimentos proporcionavam novas experiências aos indivíduos em relação ao espaço. A sociedade tornava-se cada vez mais urbana. Ainda em 1946, tiveram início as obras para a criação do aeroporto municipal (DEL RÉ, 2010, p. 23), inaugurado no ano do centenário. O *Diário da Manhã* apresentava, entusiasticamente, no início de 1957, uma reportagem sobre o crescimento da construção civil e da industrialização em Passo Fundo:

Este jornal no permanente afã de batalhar pelos interesses de Passo Fundo resolveu mostrar a todos os seus leitores a grandeza e prosperidade desta cidade, fazendo uma série de reportagens sobre os mais diversos aspectos, tanto urbano, como social, cultural, comercial e industrial. E como apresentação vamos publicar, abaixo, alguns dados a nós fornecidos pela Agência Municipal de Estatísticas, referentes ao ano de 1955. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/01/1957).

Assim, a reportagem começa informando alguns dados físicos, como a área do município, altitude, índice de chuva, população (informando o número de 101.887 habitantes) com uma densidade demográfica de 21 hab./km<sup>2</sup>. A base econômica é definida pelo trigo, milho e pecuária. A produção agrícola é indicada pelo número de 9.244,800 kg e um valor de Cr\$ 257,248,195,00. Em relação à produção industrial, é indicado o número de 286 estabelecimentos com 1806 operários e um valor de Cr\$ 456,088,769,00. Embora a agricultura figure como a base, a produção industrial, segundo os dados fornecidos pela reportagem, superou em valor a produção agrícola. Ainda eram apontados 7 cooperativas, 5 hospitais, 10 associações de caridade e 8 sindicatos. Cabe ressaltar que são dados referentes à região de abrangência do município, contando seus distritos. O fortalecimento da atividade industrial está associado às transformações urbanas que alteravam a vida na cidade. Seguindo com a reportagem, o *Diário da Manhã* apresenta uma entrevista com o sócio de uma firma do ramo da construção civil:

Foi incansável, o nosso entrevistado, no reconhecimento ao esforço despendido por todos aqueles que trabalham em setores ligados ao seu ramo, esforço esse de sempre melhorar os seus artigos através de uma melhor técnica executiva que redundasse numa melhor qualidade e preço do produto. Salientou-nos o dr. Lenine da necessidade premente de nossa cidade na aquisição de um arquiteto que viesse sanar o atraso arquitetônico e urbanístico de Passo Fundo [...]. Maravilhou-nos a organização e desenvolvimento imprimido por seus três sócios a firma Pelita, Baron & Cia Ltda., por quanto, apesar dos seus seis meses de existência têm a seu encargo diversas e importantes obras tais como: Catedral Metropolitana; Justifício Passofundense Ltda. (fabrica de sacos); Adubos Sul Brasil Ltda. (fabrica de

adubos); o bloco residencial de 16 apartamentos de propriedade do sr. Italo Benvegnú. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25/01/1957).

Embora seja mencionado um atraso na arquitetura da cidade, a reportagem empenha-se em consolidar uma visão positiva sobre o crescimento urbano, mencionando os empreendimentos da firma citada. De fato, o setor da construção civil estava aquecido, em plena expansão, e iria crescer ainda mais nas décadas seguintes. A instalação de novas indústrias, aumento no número de trabalhadores (operários, comerciantes, prestadores de serviços, entre outros) assinalavam uma alteração das relações sociais, econômicas e culturais no espaço urbano. A inauguração do aeroporto, por exemplo, representa não apenas crescimento econômico e status político para o município, mas novas e diferentes experiências do meio urbano:

Será inaugurado amanhã o novo aeroporto. Deverá ter lugar amanhã o ato inaugural do novo aeroporto, obra de grande significação para o progresso de nossa cidade. Ao mesmo tempo será lançada a pedra fundamental com exposição de plantas, da moderna estação de passageiros que irá ser construída através da Secretaria de Obras Públicas que vem dando assim cumprimento ao seu desiderato de dotar todos os municípios gaúchos de aeroportos. (DIÁRIO DA MANHÃ, 14/06/1957).

O aeroporto foi inaugurado contando com autoridades representando o governo do estado, como o Secretário de Obras Públicas, deputados ligados à base do governador Ildo Meneghetti. Também estiveram presentes o prefeito, Wolmar Salton, e o deputado Daniel Dipp. Convergiram para inauguração, portanto, grupos políticos rivais. Um acontecimento tão importante para a economia da região não poderia passar despercebido pelas lideranças partidárias. (DIÁRIO DA MANHÃ, 15/06/1957). O *Diário da Manhã* confere destaque maior aos partidários do governador (do PSD), mas evidenciam que todos os presentes consideravam fundamental o aeroporto, concebido como "uma alavanca a impulsionar o progresso dessa terra":

Salientou o Secretário de Obras Públicas os esforços dispendidos pela administração estadual para a realização daquele empreendimento, dizendo que a pista ora entregue ao tráfego aéreo permite a operação de todos os aparelhos que remendam o interior gaúcho, tendo em seu projeto fundamental características para ser ampliado quando as circunstâncias assim o exigirem. Disse S. Excia. do desejo do atual govêrno do Estado de realizar o maior numero de obras em nossa cidade numa homenagem especial ao 1º Centenário, salientando a construção da Escola Normal Oswaldo Cruz, o Serviço de Esgotos na cidade e o aeroporto que ali se inaugurava [...]. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/06/1957).

O município em obras, apresentando amplo crescimento. Os partidos políticos disputavam o louro desse progresso. Importante para o presente trabalho é perceber que os discursos progressistas, que associavam industrialização e expansão das atividades econômicas com modernização, circulavam entre os diferentes grupos. Apareciam nos discursos do poder local, ligado ao PTB, e no estadual, ligado ao PSD. Não obstante as disputas políticas, esses novos espaços seguiam transformando e expandindo a área urbana do município. A construção civil, base energética, facilidade de acesso e transportes eram elementos centrais para continuar avançando o processo de urbanização e o desenvolvimento da economia nos moldes pretendidos pelo poder público local, alinhando agricultura e indústrias, especialmente o setor de agroindústrias e insumos agrícolas.

Mas Passo Fundo enfrentava problemas que poderiam ameaçar não só o bom andamento das comemorações, como atrapalhar os planos de atrair investimentos industriais para o município. Em 1955, era discutido o problema da energia elétrica em Passo Fundo a partir da seguinte questão: "dar ou não dar o acervo elétrico do município á Comissão Estadual de Energia Elétrica; ou ficar sem energia alguma" ou "comprar energia elétrica de que necessitamos á citada comissão, sem venda do acervo municipal." (O NACIONAL, 15/03/1954, p. 3)<sup>69</sup>. Os grupos políticos encontravam-se divididos em relação ao acerto da gerência de distribuição de energia elétrica na região de abrangência do município. Aqueles que defendiam a encampação pela comissão argumentavam que o quadro energético municipal não era suficiente e apontavam Passo Fundo como o "primo pobre" (O NACIONAL, 15/03/1954, p. 4) em relação a outros municípios do norte do estado.

Os críticos à encampação das usinas hidroelétricas da cidade pela Comissão acusavam o governo local de estarem alinhados aos mesmos interesses político-partidários do governo estadual e nacional. Para esses, Passo Fundo encontrava-se na situação de "primo rico" da região, muito bem servido, acusavam a autarquia de construir um quadro de possível falta de energia que não iria ocorrer, pois "Passo Fundo é ponto estratégico; centralização rodoviária: Passo Fundo é a cidade do futuro" (O NACIONAL, 17/03/1954, p. 4), é a capital do planalto. Alguns setores defendiam que o

---

<sup>69</sup> A Comissão Estadual de Energia Elétrica foi criada em 1º de fevereiro de 1943, vinculada à Secretária de Estado dos Negócios e Obras Públicas "com a finalidade de prever e sistematizar, em plano geral para todo o Estado", o aproveitamento de recursos energéticos, bem como concentrar esforços "para eletrificação dos municípios gaúchos [...]". (BRINGMANN, 2009, p.9-10). Justamente em 1957, inicia-se uma fase de encampação de patrimônio pela Comissão, transformada em autarquia em 1950.

município deveria ser o único administrador de seu potencial energético, podendo inclusive agir como locatário para o estado e outras cidades (O NACIONAL 18/03/1954, p. 4). Embora existissem tais posições mais extremas, isso não implicava recusa total ao projeto de encampação, mas o que transparece é que a oposição exigia uma negociação mais dura para cobrar melhores condições, um favorecimento maior para Passo Fundo frente a outras cidades, potenciais rivais no fornecimento de energia. *O Nacional* situava o dilema:

Das discussões que se efetuam atualmente, em torno do problema da energia elétrica em Passo Fundo, resulta agora, no pé em que estão as coisas, saber apenas isso: Passo Fundo está em condições boas quanto ao problema, ou não/ se está na posição do primo rico, como quer o Dr. Frederico Morsch, ou na do primo pobre, como quer o Dr. Verdi De Cesaro... (O NACIONAL, 18/03/1954, p. 3).

Para *O Nacional* (25/03/1954, p. 4), "a opinião dominante é pela entrega do parque elétrico de P. Fundo ao Estado". Começariam a funcionar duas usinas hidroelétricas no município, o que acirrava os debates em torno da questão. Os favoráveis à encampação argumentavam que a cidade não tinha condições de expandir as instalações, ou mesmo administrar. Essa era a posição do governo municipal, tendo como prefeito na época Daniel Dipp, do PTB. *O Nacional* demonstrava apoio à administração local e noticiava a visita do diretor da Comissão: "dentro de poucos dias estará o Dr. Noé Freitas, Diretor Geral da Comissão Estadual de Energia Elétrica", que iria discutir a questão do "fornecimento de energia elétrica a esta cidade pelas usinas do Capingui e Ernestina." (O NACIONAL, 05/04/1954, p. 4). De acordo com a notícia, os prognósticos eram favoráveis à negociação com o diretor.

O município exigia vantagens para aceitar a encampação, como melhoramentos técnicos, preços baixos e iluminação pública gratuita (27/04/1957, p. 3). A inauguração de mais uma barragem parecia por fim ao problema do fornecimento de energia para a cidade. As usinas acabaram sendo encampadas pela Comissão, mas o fornecimento de energia para toda a região norte passa a ser um problema para a CEEE e para Passo Fundo. Nos primeiros meses de 1957, os problemas advindos da falta de fornecimento de energia elétrica estavam a perturbar o progresso local e ameaçavam o andamento das comemorações do centenário. *O Nacional* (07/01/1957, p. 1) noticiava em janeiro protestos contra o racionamento de energia e impactos como "acabar os anuncios a gás-neon", o que motivou "verdadeira onda de protestos em Passo Fundo, não só da

industria e do comércio, como da população em geral". A atenção particular conferida ao gás neon mostra preocupação com um elemento associado à modernidade e que seria importante assegurar, especialmente no ano do centenário.

Em vista desta situação anormal do fornecimento de energia elétrica para a cidade, a reportagem tomou conhecimento, em várias firmas, de que seriam cancelados os contratos já feitos para anúncios a gás neon, e que haviam feito atendendo aos apelos do Prefeito do Wolmar Salton e da imprensa. Como vemos, a medida da Comissão Estadual de Energia Elétrica veio prejudicar em cheio as comemorações do Centenário Municipal, inclusive as suas perspectivas de desenvolvimento, com atração de indústrias novas a esta cidade. (O NACIONAL, 07/01/1957, p. 1)

Os anúncios de neon trazem à tona um problema maior, o racionamento de energia. Na mesma edição, informa-se ainda acerca de um telegrama da Associação dos Proprietários de Imóveis enviado à CEEE contra o "Black Out que a comissão está impondo a cidade":

[...] porque a dita Comissão, sem haver ainda garantido a continuidade do fornecimento de energia e luz para Passo Fundo, estando apenas a funcionar a usina da Barragem do Capingui, que apenas daria para atender às necessidades locais, já se atendeu as ligações para outras localidades, desde Marcelino Ramos até Guaporé. (O NACIONAL, 07/01/1957, p. 1).

Essa reclamação também mostra preocupação com a capacidade de fornecimento de energia para o município, que comemorava seu centenário naquele ano. Se tal problema não fosse solucionado, haveria dificuldades em afirmar a imagem de uma cidade capaz de suportar um crescimento industrial ou mesmo populacional. A reclamação da Associação dos Proprietários de Imóveis, noticiada pela imprensa local, apoiava-se especialmente no desvio de energia fornecido pela barragem do Capingui para outros municípios da região, solicitando "o cumprimento do convenio com a municipalidade, suprindo em primeiro plano, integralmente Passo Fundo" (O NACIONAL, 08/01/1957, p. 1), conforme trecho transcrito do telegrama publicado nas páginas do jornal. A Associação do Círculo Operário também enviou telegrama ao governador em nome dos "trabalhadores de Passo Fundo" para protestar "contra a cessão de força e luz a outras localidades" (O NACIONAL, 09/01/1957, p. 4). *O Nacional* destaca, a partir da reprodução desses telegramas, a necessidade de energia para a cidade central do planalto médio rio-grandense. Nas páginas do jornal *Diário da*

*Manhã*, também eram realizadas duras críticas ao desvio de energia das barragens de Passo Fundo para outras localidades:

Estamos seguramente informados, por pessoa credenciada, que dentro de 15 dias será feita a ligação da rede de Getulio Vargas. A se realizar mais essa "falsita" aos interesses deste município, nossa cidade irá, fatalmente, para o racionamento, voltando àquelas noites de escuridão, de indesejável memória. A indústria, por sua vez, já tão sobrecarregada, sob todos os aspectos, acumulará, em seu passivo, mais uma soma de prejuízos incalculáveis. (DIÁRIO DA MANHÃ, 01/01/1957, p. 2).

O *Diário da Manhã*, adotando um tom mais crítico, especialmente em relação à administração municipal afirmava que Passo Fundo "dormiu na hora", pois estava à mercê de uma política de energia que desviava recursos já escassos para outros municípios: "das nossas represas consomem potencial Guaporé, Serafina Corrêa, Casca, Marau e Estação Getulio Vargas." (DIÁRIO DA MANHÃ, 01/01/1957, p. 2). Em oito de janeiro de 1957, o Prefeito Wolmar Salton, acompanhado do presidente da Câmara de Vereadores, Aquelino Translati, viajam para Porto Alegre buscando soluções para o problema (O NACIONAL, 08/01/1957, p. 4). No dia dez, *O Nacional* noticia a suspensão do racionamento de energia em função da viagem do prefeito e do presidente da câmara:

Esse é o resultado da ida a Porto Alegre do Prefeito Wolmar e do Dr. Aquelino Translati, presidente da Câmara de Vereadores, que foram entender-se pessoalmente com o Governador Ildo Menegheti, buscando esclarecer a situação e demonstrando que Passo Fundo, ao entrar no seu Ano do Centenário, quando mais deve ser assistida, não podia apresentar um aspecto de cidade assolada pela escuridão. (O NACIONAL, 10/01/1957, p. 3)

O centenário também foi usado como barganha ou justificativa para a solução de problemas que afetavam o município. Seja a partir da imprensa ou mesmo do próprio poder político local, as comemorações dos cem anos de Passo Fundo serviu não apenas como propaganda, mas como um trunfo a mais no jogo político estadual. Como informa *O Nacional* (10/01/1957, p. 3), o prefeito e o presidente da câmara aproveitaram para convidar oficialmente o governador Ildo Menegheti para visitar a cidade em um evento organizado especialmente para recebê-lo. No dia onze, é noticiado o fim do racionamento de energia e luz (O NACIONAL, 11/01/1957, p. 1). Outro problema que atrapalhava as perspectivas e projetos econômicos do poder local foi a omissão de Passo

Fundo do plano de construção de silos do governo estadual. *O Nacional* reproduz uma carta enviada ao governador pelo deputado federal Daniel Dipp, do PTB:

Causou profunda estranheza e geral decepção nas classes produtoras locais a não inclusão deste município no plano de construção de silos, recentemente anunciado pelo Governo do Estado. Vossa Excia. não deve ignorar que, sendo pioneiro da lavoura mecanizada gaucha, Passo Fundo é grande produtor e centro natural de escoamento da maior região tritícola do Estado. (O NACIONAL, 18/01/1957, p. 1).

A cultura do trigo, fundamental aposta da municipalidade para o desenvolvimento da agricultura e da indústria. Inúmeros grupos se beneficiaram dessa cultura, pequenos agricultores, "caboclos e descendentes de imigrantes europeus, como também médios e grandes proprietários, identificados regionalmente como 'granjeiros', ou seja, produtores modernizado" (TEDESCO, 2015, p. 73), integrados ao sistema financeiro brasileiro da época. Os granjeiros constituíam um grupo economicamente dinâmico na região. Estão entre os responsáveis por articular a agricultura com o mundo urbano, utilizando incentivos estaduais e nacionais para modernizar a lavoura e investir na agroindústria. É dentro desse contexto que o poder local, articulado com o deputado federal, sente o impacto da não inserção de Passo Fundo em um plano de construção de silos para armazenagem de grãos.

Além de ficar fora de mais uma oportunidade de investimentos, representava também que o governo não estava reconhecendo a importância da cidade como centro regional dessas atividades. A triticultura, "desde as primeiras décadas do século XX, foi uma marca do centro-norte do Rio Grande do Sul" (TEDESCO, 2015, p. 78). Figurar nesse plano, para as cidades do planalto médio rio-grandense, tinha uma importância econômica fundamental, mas também era uma necessidade simbólica, representava estar em meio aos principais municípios dedicados à produção agroindustrial. Entre 1940 e 1950, a região do centro-norte do estado, "tendo Passo Fundo, Cruz Alta e Erechim como epicentros, foram territórios expoentes de uma agricultura de base nacional (trigo/milho)" (TEDESCO, 2015, p. 79). Ficar de fora do plano significa perder importância frente a outros municípios da região e frente ao país, uma vez que essa produção tinha um peso significativo na economia nacional naquelas décadas.

Em 1952, é fundada pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) para auxiliar na estocagem, armazenamento e conservação de produtos agrícolas. Foram instalados silos, armazéns e frigoríficos em



diversas localidades, prestando um serviço público e auxiliando cooperativas estaduais. Geralmente eram construídos próximos a rotas de escoação da produção, como portos e terminais rodoviários e/ou ferroviários. A partir de 1956, passa a vigorar o "Plano Fundamental de Silos" e, em 1957, são assinados os primeiros contratos para as construções com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) "que coincidem com o período de mandato do Presidente Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas" (TATTO, 1987, p. 41). É nesse período que vão ser construídos silos em Passo Fundo, mas apenas depois de 1957 (entre 1959-1966). As primeiras unidades construídas já em 1952 continham cidades vizinhas, como Erechim, Carazinho, Getúlio Vargas e Cruz Alta. (TATTO, 1987, p. 69-71).

Esses dois problemas, o "black out" e o caso dos silos, dizem respeito a ações políticas que objetivavam consolidar uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento urbano e industrial de Passo Fundo. Também implicavam uma afirmação da cidade em relação aos outros municípios, que apareciam como concorrentes na captação de recursos e investimentos públicos e privados e, quando saíam na frente, passavam a ser empecilhos para legitimar o imaginário de capital do planalto, centro da região norte do estado. O título de capital não era uma conquista fácil. Erechim, por exemplo, durante as comemorações de seu cinquentenário em 1968 também iria usar essa expressão: "hoje o esplendoroso município de Erechim, encastorado no centro da Região Alto Uruguai, é, sem êrro chamado de Capital da Região Serrana." (COSTA, 1968, p. 16).

Outros municípios utilizavam títulos semelhantes para se afirmarem como cidades progressistas, como é o caso de Ijuí que, em 1940, em seu cinquentenário, teve nas publicações comemorativas o imaginário progressista de "colméia do trabalho" sustentado, inclusive fazendo parte de seu brasão municipal. Isso porque era um município constituído por pessoas com um "espírito fortemente disciplinado, um braço rijo e dinâmico e uma vontade inquebrantável de trabalhar, de produzir, de enriquecer" (COMISSARIADO DA GRANDE EXPOSIÇÃO, 1940, p. 3), o que lhe valia também ser comparado com cidades européias, pois foi considerado a "Suíça do Brasil". Esses imaginários progressistas também funcionavam como capital simbólico para afirmação das cidades como lideranças regionais e serviam como elemento de barganha para captação de investimentos<sup>70</sup>. Mas para atração de recursos não bastava se afirmar frente

---

<sup>70</sup> No artigo *Cidades em álbuns comemorativos: história, memória e visualidade*, é apresentada uma breve análise das comemorações do centenário de Passo Fundo, do cinquentenário de Erechim e Ijuí e um

aos vizinhos, era necessário colocar a casa em ordem, solver problemas urbanos que assinalavam, de uma forma geral, as cidades brasileiras de médio porte que enfrentaram um rápido crescimento populacional na década de 1950.

Na coluna *O povo reclama*, do jornal *O Nacional*, aparecem problemas relativos à intensa urbanização sofrida ao longo do século XX, como "o descaso com que é feito o serviço de remessa de correspondência por parte dos Correios e Telégrafos Nacionais", que, de acordo com o reclame, levava mais de um mês para receber cartas. O outro refere-se ao "despejo de água servida na rua 15 de Novembro", que em dias de sol provocava horrível mau cheiro: "os despejos são de águas servidas nas residências e dos tanques de lavar roupa" (O NACIONAL, 27/07/1957, p. 3). Também era assinalada a existência de ruas "em péssimo estado", pois, de acordo com a reportagem, "o número de novas ruas cresce diariamente na proporção que a cidade se expande", e algumas dessas "artérias" acabavam no esquecimento, como o caso da rua Independência na zona do Boqueirão, onde nunca havia sido "feito um melhoramento ou reparo condizente com as demais ruas", que apresentavam valas, buracos, muitos feitos pela prefeitura para escoar água nos dias mais chuvosos:

Se não pode assentar cordões, que repare ao menos o leito da rua, para que não se diga que em Passo Fundo, no ano que comemorar seu centenário; há passofundenses que para irem ao trabalho em dias chuvosos, têm que bancar "macaco", saltando em todas as direções para escapulirem do perigo que representam a maioria de suas artérias. (O NACIONAL, 20/08/1957, p. 4).

O abandono das ruas, durante e após algumas obras, figurava como um transtorno, uma consequência das transformações urbanas da cidade, como indica a coluna *O povo reclama* de setembro de 1957, comentando sobre o "abandono em que se encontra a rua Capitão Eleutério, na quadra entre a avenida Brasil e a rua Paisandú" onde haviam sido instalados canos de esgoto, "deixando enormes montões de terra espalhados em toda extensão da quadra, dificultando o trânsito e dando um aspecto de desleixo e abandono aquele logradouro" (O NACIONAL, 06/09/1957, p. 5). Essas reclamações continuaram, com comentários sobre o serviço feito com muita irregularidade, "causando péssima impressão" nas ruas Saldanha Marinho, Paisandú, Capitão Jovino, Fagundes dos Reis, Silva Jardim (O NACIONAL, 04/11/1957, p.4). Os "montões de terra" também perturbavam a rua 7 de Agosto, situada no bairro

Boqueirão, também em virtude de obras, nesse caso de calçamento, de onde haviam sido removidas grandes quantidades de terra que não foram recolhidas (O NACIONAL, 07/11/1957, p. 3).

Mesmo buscando afirmar a cidade como capital do planalto, alguns problemas não eram ignorados pela população e pelos leitores. Aqueles espaços que não estavam nos limites do atual centro urbano naquele momento apresentavam características que não iam ao encontro do imaginário de cidade mostrado pelos organizadores das comemorações do centenário. Ruas esburacadas, alagadas em dias de chuva, falta de esgotos, o que levava os habitantes a despejar detritos na rua, evidentemente não apareceram na imagem que se desejava legitimar para Passo Fundo em 1957<sup>71</sup>. Exemplo são as reclamações do crescimento de um matagal na rua Mauricio Cardoso, "nas proximidades da viação férrea", dificultando o trânsito dos moradores (O NACIONAL, 04/11/1957, p. 4). Postes apodrecidos também chamavam atenção dos colunistas de *O Nacional*, localizados nas imediações do Boqueirão, em frente ao Colégio Notre Dame e ao Instituto Educacional, colocavam em risco a vida de estudantes e outros cidadãos (O NACIONAL, 21/11/1957, p. 4). Com o objetivo de ordenar a cidade, e devido ao crescimento da área central, alguns espaços e sociabilidades entravam em choque, como demonstra a coluna de o *Diário da Manhã* sobre a remoção da zona do meretrício do centro:

Assunto, sem dúvida, mais importante no momento, é o do deslocamento do meretrício do coração da cidade. [...] Em virtude da determinação das autoridades policiais, já se verifica em grande escala, não só que se efetiva o deslocamento como também retiram-se da cidade, em grande número, as meretrizes das ruas 15 de Novembro, da Moron, Independência e suas adjacências. (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/02/1957, p. 2)

Havia um debate, segundo noticia o *Diário da Manhã* na mesma reportagem, do deslocamento dessa zona para o bairro Petrópolis, mas alguns vereadores discordavam dessa proposta. São citadas outras municipalidades, como Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, que removeram do "miolo da cidade" os estabelecimentos vinculados à prática do meretrício. De acordo com a reportagem, no caso de Passo Fundo, tal situação era agravada por esta zona ser próxima a uma escola, o Colégio Notre Dame, o

---

<sup>71</sup> Algumas ruas, porém, eram privilegiadas, como *O Nacional* destaca em notícia de agosto de 1957 com a manchete: "acelerado o serviço de calçamentos das ruas da cidade" com o calçamento da Moron e da Paisandú. "Registro especial vem merecendo atividade do Prefeito Wolmar Salton que, além de intensificar os serviços de todos os setores administrativos, vem ampliando magnificamente o serviço de calçamento da cidade." (O NACIONAL, 29/08/1957, p. 1).

que obrigava seus alunos a presenciar cenas não recomendáveis para sua idade. De qualquer forma, era consenso o fato de que se tratava de um atentado às famílias passo-fundenses e que o principal objetivo seria "simplesmente a sua deslocação da sala de visitas do centenario de Passo Fundo." (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/02/1957, p. 2)

De acordo com o *Diário da Manhã*, a deslocação dos meretrícios gerava debates desde 1949<sup>72</sup>, pois era entendida como um dos fatores que entravava o desenvolvimento da cidade, por criar mal estar para "os visitantes que, em grande número, aqui acorrem, atraídos pelas imensas facilidades economicas que oferece, dada sua industria e seu progresso sempre crescente." Tratado como assunto de polícia, a remoção foi executada a partir do constrangimento dos frequentadores do local, o que levou as "meretrizes, em parte impelidas pela necessidade e em parte compreendendo a situação" a abandonar a rua 15 de Novembro. *O Nacional* também se dedicava a essa campanha, com maior intensidade a partir de 1954, em virtude da aproximação do centenário, considerando aquele lugar um entrave para o crescimento urbano:

Numa de nossas edições da semana passada, focalizamos a necessidade de transferir a zona do meretricio para um local distante da cidade, tendo em vista, notadamente, que a referida zona vem estrangulando o crescimento natural da nossa "urbs", enquanto as residencias familiares e outras, notadamente comerciais e industriais, vão sendo obrigadas a se instalarem cada vez mais distantes do centro, alcançando a periferia da cidade, ou seja nos varios bairros existentes. (O NACIONAL, 15/04/1954, p. 5)

Assim, noticiava *O Nacional* os acontecimentos violentos sobre aquele espaço, ressaltando a necessidade de harmonizar a vizinhança nas proximidades da "zona do meretrício": "Tragédia na 'zona do Meretricio!' Uma mulher teria posto têrmo á existencia, utilizando-se do revolver de um cabo da brigada militar." (O NACIONAL, 13/01/1955, p. 1). Manchete de primeira página, a morte de Zulma Corrêa que havia dado um tiro no próprio peito com o revolver de um policial causava impacto e abria mais um ano de campanha contra a localização da boemia da cidade, chamada pela imprensa de "zona do meretricio". Em outra reportagem, também é destacada a violência e o mau comportamento que pairava naquela parte do centro, de acordo com o olhar da imprensa: "Nova cêna de sangue na 'Zona!' Uma meretriz golpeou outra com

---

<sup>72</sup> De acordo com *O Nacional* (17/02/1955, p. 4) no ano de 1949 havia iniciado, nas suas páginas, uma campanha de "extinção da atual zona do meretricio." Em outra reportagem, *O Nacional* (18/02/1955, p. 8) reproduziu artigo publicado em 1949, que, segundo os editores, teria sido o primeiro, intitulado "Uma verruga no nariz da cidade".

lamina de gilete, causando-lhe graves ferimentos no rosto." (O NACIONAL, 11/02/1955, p. 1)

Nascimento (2003, p. 41), em sua dissertação de mestrado (dedicada à análise da zona de meretrício de Passo Fundo entre 1939-1945) já havia notado o impacto do centenário na campanha da imprensa pela remoção desses grupos dos espaços próximos ao centro, em particular dos localizados na rua 15 de Novembro. O centenário passa a ser um elemento adicional no combate àquele espaço. As bandeiras da moralidade, dos bons costumes e da higienização são levantadas, mas não era esquecido o interesse da especulação imobiliária. Construir edificações em uma zona de casas noturnas e bordéis desvalorizava os investimentos, e o centro já começava a alcançar aquela região. Segue *O Nacional* com sua campanha: "Aplausos à campanha do Delegado de Polícia, em prol da moralidade. Necessária a mudança da zona do meretrício, em vista da proximidade das festas do Centenário." (O NACIONAL, 04/02/1955, p. 4). Essa manchete era relativa ao fechamento de duas casas noturnas, "dancings", por sua "imoralidade" extremada:

A imoralidade campeava ali de maneira a mais estremada e infrene, chegando ao ponto de os citados "dancings", não satisfeitos com a frequência das meretrizes, mandarem vir elementos da escoria porto-alegrense, dados ao homossexualismo, para melhor satisfazerem aos apetites dos enfermos sexuais e tarados de toda espécie, transformando ditas casas em antros nauseabundos e infames. [...] Somos da opinião que a zona do meretrício deve sair da parte central da cidade, onde se localiza atualmente, isso tendo em vista a aproximação das festas do Centenario do Municipio, a fim de que tal nódoa não impressione mal a cidade, justamente quando todos os passofundenses procurarão causar a melhor impressão aos milhares de forasteiros que virão atraídos pelos festejos. (O NACIONAL, 04/02/1955, p. 4)

Constrangimento aos frequentadores dos locais foi uma estratégia utilizada, inclusive pela polícia. A aproximação do centenário tornava aquela situação mais crítica, aos olhos da imprensa. Abria-se a oportunidade para utilizar os festejos para remoção de elementos indesejáveis nas habitações centrais e nas próprias comemorações a serem realizadas em 1957. "Impõem-se a extinção da atual 'zona do meretrício'. Reclamações constantes das famílias - uma verdadeira chaga nas festas do Centenário que se aproximam." (O NACIONAL, 05/02/1955, p. 4). Campanha incessante que levou a imprensa a envolver demais cidadãos "ilustres" a comentar e apoiar a iniciativa, como Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Aquelino Translati, entre outros que faziam parte das organizações pró-centenário. (O NACIONAL, 02/07/1955, p. 4)

Extirpação do tumor maligno! Repetimos aqui que não descansaremos enquanto não for extirpado esse tumor maligno, que constitue uma fonte perene de escandalos, que entrava o progresso de Passo Fundo, formando um quisto, erguendo barreira intransponível para o crescimento da cidade, pois vemos que as famílias são obrigadas a fixar residência em pontos cada vez mais afastados, enquanto o meretrício se encrava no centro e ostenta fóros de cidade... (O NACIONAL, 08/02/1955, p. 4).

Seguia a reportagem: "certamente, as autoridades locais hão de avocar a grande honra de terem sido as pioneiras do saneamento moral da 'Capital do Planalto'." (O NACIONAL, 08/02/1955, p. 4). Arthur Süssenbach, integrante das comissões pró-festejos do centenário, também se manifesta nas páginas de *O Nacional* (09/02/1955, p. 3) para "Acabar com a atual zona do meretrício", mas não defende sua extinção, apenas a remoção dos estabelecimentos da área central, pois "desde épocas as mais remotas que existem os chamados bordéis ou casas de meretrizes, por isso querer acabar com elas, seria o maior absurdo." Também lembrava a proximidade do centenário como elemento adicional para livrar o centro das casas de prostituição. Quando o delegado, em 1955, tentou proibir o funcionamento dos "dancings" ameaçando não renovar os alvarás dos estabelecimentos, alguns advogados entraram com uma ação contra tal medida, considerada arbitrária. *O Nacional* alertava a população para essa situação:

Fomos informados de que seriam impetrados mandados de segurança contra uma possível decisão do sr. Delegado de Polícia, determinando o fechamento das casas que exploram o lenocínio, na chamada "noza da perdição", ou "Rua do Pecado", tão célebre já no Estado que constitue uma afronta á cidade e á efeméride cívica em que comemoramos o advento da Republica. É um direito, porque sempre há um artigo da lei para justificar, inclusive, as coisas mais absurdas. (O NACIONAL, 12/03/1955, p. 3).

*O Nacional*, segundo editorial, queria alertar os passo-fundenses para o fato de que, apesar da boa fé dos advogados "nem sempre a boa intenção nos leva aos Céus" e de que o interesse em expulsar os "exploradores do lenocio" do centro poderia não ser legal, mas era justo, segundo o jornal, batalhar para a expulsão desses estabelecimentos e de seus habitantes, pois além de estarem associados a práticas imorais, constituíam um entrave para a urbanização. Esses espaços que compreendiam os "meretrícios", parte da zona boêmia de Passo Fundo, sofreram com o processo de urbanização acelerado da primeira metade do século XX. Porém, não estava na pauta a expulsão desses estabelecimentos, apenas seu deslocamento, e o próprio poder público já pesquisava o novo local que deveria ter

[...] condições adaptáveis humanas para a efetivação da localização do meretrício, comincou-nos que já foi encontrada, pela comissão referida, um local por assim dizer ideal, apropriado, distante de casas familiares. Os proprietários dos terrenos, consultados, não só se prontificaram a colaborar na tarefa, como, ainda, vendê-los muito mais baratos dos que os já lotados nas proximidades, facilitando ao mesmo tempo outras particularidades que possam surgir quanto ao acesso de pagamentos, etc... (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/02/1957, p. 1).

Não era condizente com a imagem de uma cidade progressista, de capital do planalto médio rio-grandense, uma "zona de meretrício" em pleno centro da cidade. Como Souza (2003, p. 72) adverte, "a transformação dos espaços" pode provocar alterações nas sensibilidades e/ou mudanças no comportamento, mas isso não significa que uma "transformação estrutural na sociedade" está em curso. A ofensa que representavam as prostitutas e as propostas de remoção não implicavam uma transformação moral, ou mesmo urbana, de amplo alcance. Evitava-se apenas mostrar um aspecto da cidade considerado desagradável, impróprio para um centro regional. De acordo com Nascimento (2003, p.43), "a cidade deu, de fato, espaço geográfico e físico aos prostíbulos, que usufruíam de um local delimitado e passaram a ter condições morais para existir." Quando passou a interferir no imaginário progressista, que legitimava um projeto político e econômico para o município, aquele espaço deixou de ser "moral".

Os clientes desses locais passam a ser constrangidos com frequência para pressionar os proprietários desses estabelecimentos a aceitarem a proposta de mudança. Se instalando em um local afastado, não iriam incomodar o andamento do comércio, dos negócios e a "boa vizinhança". Ocorria uma tentativa de harmonizar a vizinhança, especialmente no centro, mas também em alguns bairros, tornando aquelas ruas próprias para a habitação de determinados grupos, que não eram aqueles vinculados à boemia e à prostituição:

Nada justifica mais a permanência de casas suspeitas dentro de zonas residenciais. Afora êsse caso, e para conhecimento das autoridades, devemos registrar também que em outras zonas de núcleos familiares, como no Boqueirão e na Vila Exposição, ainda existem casas de tolerância, causando generalizado mal estar no seio dos moradores daqueles bairros. Já é tempo de buscar-se uma providência definitiva sobre o assunto, impedindo o funcionamento dessas casas em meio a residências familiares. (DIÁRIO DA MANHÃ, 23/11/1957, p. 2)

Marins (2006, p.136) mostra que houve, por parte do poder público no Brasil, em diferentes capitais, tentativas de harmonizar vizinhanças, pois isso facilitava o conhecimento da "fisiologia urbana", das "clivagens sociais altamente tensionadas" nessas cidades depois de uma grande concentração populacional ocorrida ainda nas primeiras décadas do período republicano. Tentativas de homogeneizar estavam associadas ao controle, ao ordenamento do espaço urbano, o que também favorecia a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. Park (1967, p. 34-35) entende o contato entre vizinhos como a base "para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina".

Essa organização da vizinhança, que passa a influir inclusive nas decisões políticas, ocorre em muitos casos sem uma formalidade. Um "sentimento normal de vizinhança" (PARK, 1967) acaba se formando entre moradores de uma localidade. Dessa forma, a questão da remoção da zona do meretrício deixa transparecer sentimentos de vizinhança distintos que estavam em choque. De um lado, as meretrizes e todo um conjunto de trabalhadores das casas noturnas que conviveram, como vizinhos, durante um bom tempo. Por outro lado, a cidade, ao avançar sobre aquele espaço, começou a formar outros grupos, uma vizinhança que não estava envolvida nas atividades da diversão noturna. Ambos elementos devem ser considerados nesse caso, tanto a formação de vizinhanças conflitantes, o que revela as "clivagens sociais", como os interesses da especulação imobiliária.

Além da busca de harmonizar vizinhanças, é possível considerar a existência de interesses do mercado imobiliário em ocupar aquelas áreas, pois esse setor da economia estava aquecido naquele ano<sup>73</sup>. Em 1955, *O Nacional* (10/02/1955, p. 3) rebatia em editorial os entraves para a mudança daqueles estabelecimentos: "a principal objeção á extinção dessa zona é a de que as casas de lenocínio, caso efetivada a medida, se espraiarão pela cidade, enxameando os bairros e inclusive o centro, introduzindo-se nas áreas residenciais." Citava como exemplo dessa ocorrência o Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Paulo e Porto Alegre, mas afirmava que isso não iria acontecer em Passo Fundo por ser uma cidade pequena, onde todos estavam vigilantes. Para superar esse

---

<sup>73</sup> Alguns empreendimentos noturnos não eram criticados. De acordo com o *Diário da Manhã*, Passo Fundo era uma cidade com intensa vida noturna, "no entanto, há muito que se vem fazendo sentir a falta de uma 'boite', de um ambiente verdadeiramente familiar", assim noticiavam sobre a inauguração de uma casa noturna, afirmando que "no ano de seu Centenário, um estabelecimento 'chic' e a altura de nossa cidade será um presente aos festejos de nosso Centenário." (DIÁRIO DA MANHÃ, 05/06/1957). Obviamente, não se tratava de uma casa de prostituição, mas de um espaço para sociedade e atividades aceitáveis para a imagem da cidade no seu centenário.



entruve e continuar crescendo, para afirmar-se como capital do planalto, era imprescindível remover aqueles habitantes da área central, em processo de crescente valorização imobiliária:

Qualquer local que esteja afastado do centro é julgado bom, desde que esteja distante de igrejas, escolas, clubes, etc. Não pode é ficar no centro da cidade, como agora. O desenvolvimento da cidade impõem que seja extinta a atual zona, mormente agora que vamos comemorar, festivamente, o primeiro Centenario do nosso Municipio. (O NACIONAL, 17/02/1955, p. 3).

A mudança dos estabelecimentos não agradava moradores de bairros mais afastados do centro, como demonstra *O Nacional* ao publicar a carta de um membro da associação dos amigos do Boqueirão na reportagem (19/02/1955, p. 4) intitulada: "Temerosa a população do Boqueirão! Entretanto, não há motivo para isso, visto que a localização será feita em ponto excuso." Preocupava os habitantes do bairro mais antigo da cidade, agora cada vez mais afastado do centro comercial e expandindo suas fronteiras cada vez mais longe, que a "zona do meretrício" fosse instalada em suas proximidades. Porém, alertava o jornal que não havia motivos para temer, pois não seriam estabelecidas as casas noturnas em espaços habitados. *O Nacional* defendia de qualquer forma o afastamento das "casas de tolerância" do centro de qualquer forma, por isso procurava acalmar os ânimos dos moradores de bairros tradicionais de Passo Fundo. A solução seria oferecer terrenos nos loteamentos mais afastados, mas isso também não agradava aos proprietários:

Surtem outros obstaculos: os proprietarios de terras, nos arredores da cidade, que antes estavam demonstrando boa vontade em ceder lote para a localização do meretricio, já se negam a fazê-lo, refletindo que isso importaria em desvalorização de suas terras. (O NACIONAL, 23/02/1955, p. 1).

*O Nacional* afirmava que sua campanha não ia esmorecer, pois se as terras dos arrabaldes não podiam ser desvalorizadas, muito menos poderiam ser os terrenos e prédios da rua 15 de Novembro, que estavam no coração da cidade. A construção civil tinha interesse tanto no centro quanto nos novos loteamentos que estavam em processo de nascimento no município. Valorizar alguns espaços em detrimento de outros era complicado. De qualquer forma, prevaleceram os interesses no centro, e paulatinamente a região da rua 15 de Novembro foi perdendo sua aura de boemia. Conforme Nascimento aponta (2003, p. 47), existia ainda outra forma de segregação nesse

processo de remoção da zona de meretrício, pois a imprensa se referia, de forma geral, à "baixa prostituição, ou seja, àquela que não envolvia prostituição de luxo, permitida às pessoas com posses financeiras superiores às da grande população." Os estabelecimentos de luxo não apareciam nas reportagens dos jornais locais, possivelmente em função de sua seleta clientela. De qualquer forma, o intenso processo de verticalização, iniciado na década de 1950, mostrou-se extremamente lucrativo, multiplicando o valor dos terrenos para construção de prédios de moradia e/ou comerciais com vários andares. A concentração de casas de prostituição na rua 15 de Novembro não conseguiu resistir à força da especulação imobiliária. Mas enquanto a cidade se tornava um verdadeiro canteiro de obras por causa do ritmo dos empreendimentos imobiliários, outros problemas surgiam.

Havia problemas diretamente vinculados ao crescimento da construção civil: "nas construções, inclusive na zona central, as calçadas estão todas tomadas pelos andaimes e materiais de construção." (O NACIONAL, 16/11/1957, p. 1). Essa situação provocava, segundo o jornal, diversos acidentes para os pedestres devido à falta de leis e regulamentos para acabar com "tais abusos". A aceleração da construção civil e a verticalização modificavam a paisagem urbana. Exemplo de obras promovidas em virtude do aquecimento do mercado imobiliário, do incremento das atividades comerciais e urbanas e da verticalização no município foi a construção do Cine-Hotel Consórcio em Passo Fundo. Além de ser um novo hotel, inaugurava um cinema. Como demonstra *O Nacional* (16/01/1957, p. 4): "está prosseguindo a obra de construção do alterado edifício do Cine-Hotel Consorcio de Passo Fundo, que deverá estar concluído neste ano do Centenario Municipal." Era celebrado como um magnífico empreendimento que iria abrilhantar as comemorações de centenário. Apesar dos problemas gerados pela intensidade de construções e reformas, a verticalização e empreendimentos considerados modernos não deixavam de ser celebrados. As obras na Catedral, por exemplo, também eram motivo de entusiasmados elogios:

Dia a dia nota-se o progresso que vem alcançando o trabalho de construção final das obras da Catedral de Nossa Senhora Aparecida. As torres estão recebendo o acabamento final, despontando já magníficas e portentosas ensejando prever que será magestosa e imponente Catedral de Passo Fundo. A Comissão Pró-construção da Catedral não vem poupando esforços no sentido de apresiar o andamento da obra, buscando ver concluída ao menos as torres e a parte frontal para os festejos do centenário. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17/04/1957).

As obras de modernização e embelezamento, somadas à construção e valorização imobiliária de edificações verticalizadas, apesar de causarem transtornos, com canteiros de trabalhos, buracos, etc., eram vistas como sinal de progresso a ser celebrado durante o centenário. Mesmo assim, o crescimento populacional e as transformações no espaços urbano traziam novos problemas para o debate público. Dentre essas reclamações, algumas indicavam situações de uma cidade que, de fato, encontrou rápido crescimento de sua população urbana, como demonstra *O Nacional* em outra coluna de *O povo reclama*, intitulada "A infernaria das descargas abertas":

Temos recebido, nesta redação, inúmeras reclamações contra as descargas abertas dos caminhões, onibus e motocicletas em transito pela cidade, não só durante o dia, ensurdecendo e interrompendo diálogos e conversas, discursos e comemorações varias, senão também durante a noite, quando aquela prática condenável vem perturbar o sossego público. (O NACIONAL, 26/08/1957, p. 4).

Os problemas no trânsito continuavam afetando o cotidiano dos passo-fundenses, situação própria de uma cidade que expandia suas atividades urbanas e comerciais e que lidava com problemas para suportar esse crescimento. Também havia "queixas contra os enormes caminhões de madeira, de gasolina, de outra carga qualquer que estacionam em frente as residências, no centro da cidade, impedindo o estacionamento de automóveis dos proprietários das mesmas", o que ainda conferia um "aspecto feio a cidade". (O NACIONAL, 26/08/1957, p. 4)<sup>74</sup>. Além de alterar o andamento da vida pública, esse era um transtorno no aspecto plástico que incomodava os munícipes<sup>75</sup>. Mas esses não eram os piores problemas causados pela intensificação do trânsito no município:

A morte tomou conta das ruas de Passo Fundo. Ninguém mais está seguro no transitar pelas nossas vias públicas. Veiculos de todos os tipos, e os mesmos pedestres, não escapam á fatalidade. Ao que parece, ninguém tem cuidado, em Passo Fundo. Anda-se pelas ruas com um espirito de domínio absoluto,

---

<sup>74</sup> Essa reclamação persiste, aparecendo novamente na coluna *O que o povo reclama* em novembro de 1957. "A reportagem vem recebendo, desde ontem, como já noticiamos, reclamações contra a barulheira dos motociclos com descargas abertas, os quais, em verdade, já estão constituindo um verdadeiro problema." (O NACIONAL, 12/11/1957, p.4). Em dezembro, são mencionados "novas e mais veementes reclamações" do barulho das descargas de caminhões nas ruas da cidade. (O NACIONAL, 03/12/1957, p. 4).

<sup>75</sup> O *Diário da Manhã* mencionava o problema do estacionamento nas proximidades da Catedral, que foi proibido, "somente poderão estacionar junto à Praça Mal. Floriano, no sistema oblíquo, conforme já vinha sendo feito. Essa medida realmente vem beneficiar a população, posto que, o estacionamento, como vinha sendo feito, trazia graves inconvenientes, principalmente nos dias de grande movimento." (DIÁRIO DA MANHÃ, 23/08/1957).

como se as ruas fossem propriedade de cada passante. As corridas, os ziguezagues, os "fininhos" campeia infrenes. E o registro dos acidentes dolorosos cresce todas as semanas. (O NACIONAL, 14/11/1957, p. 3).

Logo depois dessas palavras que alertam para as consequências mais perigosas do trânsito, é noticiada a morte de um ciclista de 16 anos na avenida Brasil. Alertando para o perigo que correm os ciclistas, a reportagem afirma que "o motorista, de um modo geral, detesta o ciclista, pelo menos aqui, em Passo Fundo", por portarem veículos mais lentos e atrapalharem o andamento dos automóveis e caminhões, pois "os motoristas, nestas cidades, se julgam donos das ruas, provocando toda sorte de atropelos, salvo honrosas exceções." (O NACIONAL, 14/11/1957, p. 3). Uma semana depois da notícia da morte desse jovem, outro ciclista morre em um acidente no trânsito, levando a redação de *O Nacional* a considerar que "decididamente, Passo Fundo está se tornando perigosa para o trânsito, de um modo geral, pois que as ruas são agora terra de ninguém, sucedendo-se os acidentes de uma maneira incrível." (O NACIONAL, 18/11/1957, p. 1). Além de ciclistas e pedestres, também sofriam servidores públicos, como um policial atropelado por um caminhão quando intervinha justamente em outro acidente de trânsito:

Queremos aqui mencionar que um fiscal da Guarda Noturna, sr. Isidoro, foi vítima de morte, quando pretendia intervir num caso de transgressão do regulamento do tráfego, havendo os transgressores feito passar o seu caminhão por sobre o corpo do zeloso e infeliz policial. (O NACIONAL, 28/11/1957, p. 3)

Outra reclamação que também é própria de uma urbe que se moderniza está ligada à educação "de certos malandrões" que importunavam as pessoas nos cinemas, falando durante as exibições, ou mesmo fazendo piadas de outros e deixando o ambiente muito sujo (O NACIONAL, 02/09/1957, p. 4). Relativo a comportamentos, são mencionados os estudantes, chamados ironicamente de "mocinhos bonitos", ou de "filinhos de papai", que estavam se "embebedando e fazendo gritarias e algazaras na quadra do Hotel Excelsior, perturbando o sossego público as 2 horas da madrugada, não deixando ninguém conciliar o sono" (O NACIONAL, 12/12/1957, p. 4). Ainda sobre os cinemas da cidade, *O Nacional* publica uma matéria que sugere a construção de salas cinematográficas para os bairros mais distantes do centro:

Temos, aos sueste, as vilas Rodrigues, Cruzeiro, Langaro, Santa Maria, conglomerados esses que comportam um cinema. Seria de interesse que ali

fosse construído, numa dessas vilas, um cinema que servisse às demais, dada a sua contiguidade. (O NACIONAL, 12/11/1957, p. 3)

Também é sugerida, em um futuro próximo, a construção de um cinema no Boqueirão, para atender também outros bairros mais distantes. A iniciativa do jornal em apoiar a construção de novos cinemas, clamando pela iniciativa privada, assistida por investimentos públicos, pode ser relacionada à solução do problema da alta lotação das salas ao redor da Praça Marechal Floriano. Também sinaliza o intenso crescimento de bairros periféricos, que impressionavam pela expansão rápida ocorrida em poucas décadas. Outro reclame que perturbava a ordem pública dizia respeito à prática de reutilizar as coroas de flores do cemitério por parte de alguns moradores, que, próximo ao dia de finados, buscavam as coroas e as levavam para casa de ônibus para pintá-las novamente. Isso gerava protestos dos outros passageiros, que se incomodavam por estar próximos a restos de utensílios do cemitério e pela falta de higiene de tal prática (O NACIONAL, 29/10/1957, p. 4).

É possível notar que algumas das reclamações que aparecem na coluna *O que o povo reclama* revelam aspectos, ou mesmo práticas, típicas de uma cidade do interior e o choque dessas com a modernização do espaço urbano. A reutilização das coroas de flores é apenas uma. *O Nacional* chamava atenção para um problema de moradores que ainda fluíam pelo conturbado trânsito em suas carroças, mas não deixando de enfrentar dificuldades. Exemplo é a comissão de carroceiros que procurou a redação do jornal para reclamar dos animais que se acidentavam ao atravessar os trilhos da estrada de ferro nas proximidades da avenida Brasil, que já se constituía como a principal na década de 1950:

Conforme já registramos noutra oportunidade, ocorreram já dois acidentes com carroça, naquela passagem dos trilhos, em virtude de os animais ficarem com as patas entaladas entre os mesmos trilhos, devido à profundidade dos vãos, determinando a perda de um animal e o ferimento em outro, com estragos nas carroças. (O NACIONAL, 22/11/1957, p. 4).

Nesses problemas transparecem elementos do cotidiano dos munícipes que fazem parte de práticas que sobrevivem, que remetem a um outro tempo, a uma outra experiência temporal que não é aquela tipicamente moderna, marcada por um presentismo e por uma aceleração da vida na cidade. No caso em questão, os carroceiros ainda realizavam transporte de mercadorias para importantes indústrias municipais, como o Frigorífico Zé de Costi, conforme notícia *O Nacional* reportando outro acidente

ocorrido com um animal que "teve sua pata trazeira direita" entalada no vão dos trilhos, "ficando estropeado e deixando muito sangue." (O NACIONAL, 27/12/1957, p. 2). Uma cidade que enfrentava problemas com o intenso trânsito de caminhões, também convivia com transporte de produtos industriais realizado por carroças<sup>76</sup>. Mesma situação ocorreu com uma charrete que trazia produtos da granja do Hospital da Caridade, o que levou a população (ou a imprensa, falando em nome da cidade) a apelidar aquele trecho da avenida Brasil:

A passagem dos trilhos, na avenida Brasil, tão desastrosa aos animais de tração, acaba de receber um nome de parte dos passofundenses. Efetivamente, o povo acaba de denominar aquela passagem de Mata burros porque, na verdade, alguns animais até foram sacrificados, depois de terem ficado inutilizados, no passarem o cruzamento fatídico. (O NACIONAL, 30/12/1957, p. 1).

Outro exemplo é a permanência, ou insistência dos "moleques" em jogarem bola nas vias calçadas pela prefeitura, o que já estava "se tornando verdadeira praga", porque não temiam praticar seu jogo inclusive em espaços movimentados e centrais, como nas proximidades do Hotel Internacional, "em plena Avenida Brasil" (O NACIONAL, 30/11/1957, p. 2). Mas novas práticas que iam surgindo em virtude do crescimento também perturbavam a imagem de uma cidade progressista e ordenada construída nas publicações comemorativas em homenagem ao centenário, conforme indica o *Diário da Manhã*. Comentando sobre a situação da Praça Ernesto Tochetto e suas ruas adjacentes, um dos espaços que delimitavam parte do centro de Passo Fundo, que recentemente havia passado por processo de arborização e embelezamento, de acordo com a reportagem, estava sofrendo com a falta de cuidado, especialmente por causa de novas atividades desenvolvidas no local:

Está hoje a Praça Professor Tochetto transformada em verdadeiro mercadinho. Primeiro a tenda da Prefeitura. Depois as feiras. Até ai nada de mal, pois são fatos naturais do desenvolvimento da cidade, embora pudesse ter sido escolhido outro local. Não está certo, isso sim, aquelas bancas improvisadas, de vendedores ditos ambulantes, mas que já estão criando raízes naquele local. As mercadorias são expostas no chão ou sôbre mesas numa concorrência desleal aos comerciantes legalmente estabelecidos e o que

---

<sup>76</sup> Também aconteciam acidentes com carros nos trilhos que cortavam a Avenida Brasil. Com o crescimento da cidade, aquela região passou a ser incorporada ao centro da cidade, concentrando atividades comerciais e com alta circulação de pessoas. De acordo com o *Diário da Manhã* (10/04/1957), "acidente de certa gravidade ocorreu ontem á noite, quando o automóvel em que viajava o sr. Carlos Danilo Quadros foi colhido por uma locomotiva, na passagem dos trilhos á Avenida Brasil, resultando sairem feridos todos os ocupantes do carro em número de cinco."

é pior, dando um aspecto feio ao local. (DIÁRIO DA MANHÃ, 12/03/1957, p. 2).

As principais preocupações demonstradas pelo jornal eram com o aspecto visual da praça e com os outros comerciantes, devidamente estabelecidos nas casas comerciais da região central. Trata-se de uma nova atividade que está atrelada ao crescimento populacional e urbano, mas que não condizia com a visualidade urbana legitimada durante o ano do centenário. Essas práticas e sociabilidades, algumas que sobreviviam à modernização da cidade, como os carroceiros e as brincadeiras nas ruas (mesmo nas mais movimentadas), e outras novas, como os vendedores ambulantes, não serviam para caracterizar o imaginário de capital do planalto. Outro problema derivava do aumento de coletivos urbanos. Os ônibus que transportavam os moradores dos bairros até o centro necessitavam de um espaço para construir suas paradas, o que gerava críticas, dirigidas à prefeitura, por parte da redação de o *Diário da Manhã*, que publicava uma matéria com a manchete "Está sendo mutilada a Praça Marechal Floriano":

De uns tempos para cá, com a localização das paradas de ônibus, notamos o quanto vem sofrendo os canteiros da Praça Mal. Floriano. A grama, nas proximidades da parada de ônibus já está encascalhada. A sujeira, então nem é bom falar. Em dias de grande movimento, principalmente aos domingos, à tarde, aquele recanto fica coberto por cascas de frutas, papeis, etc. causando péssima impressão. (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/07/1957, p. 1).

Essa é outra situação gerada pela intensificação das atividades urbanas. Os transportes coletivos, necessários para manter a circulação de pessoas para trabalho e lazer, descaracterizava um dos espaços do centro, elemento central para a construção visual da capital do planalto. A praça Marechal Floriano, coração de Passo Fundo, começava a enfrentar problemas de uma cidade em pleno processo de transformação urbana. O *Diário da Manhã* seguia com suas críticas: "diversas pessoas condenam a iniciativa prefetural - o abrigo é útil e necessário porém mal localizado." (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/07/1957, p. 1). As paradas de ônibus estavam sendo construídas na praça, ao longo da rua Moron. A reclamação do jornal é que não apenas ia estragar um dos cartões postais do município, uma área verde para lazer, como ia atrair outros problemas:

As paradas de ônibus atraem ainda as conhecidas carrocinhas dos vendedores de pipoca, cachorro-quente, amendoim e os vendedores ambulantes de frutas, etc. Tudo isto contribui para ficar naquela esquina um aglomerado de

peças, com os inconvenientes do tráfego, tanto nas ruas como nos próprios passeios. (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/07/1957, p. 1)

Novamente, o temor era a emergência do caos que os ambulantes poderiam provocar na praça central. Comércio informal era uma atividade que iria atrair práticas comerciais e pessoas com formas de sociabilidades que também não eram vistas como adequadas ao centro passo-fundense. Embora concordando com o progresso como meta para a região (o que envolvia crescimento urbano e industrialização), algumas características da cidade anteriores a esse crescimento eram observadas por alguns com saudosismo: "a opinião geral é de que a praça deve ser conservada com seu aspecto primitivo e até mais ainda, sem aquele transformador arcaico que não devia estar ali, enfeitando aquele logradouro" (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/07/1957, p. 1). O jornal defendia preservar aspectos "originais" da praça, incluindo a defesa da remoção de um transformador de energia elétrica que havia sido instalado ali em décadas anteriores. Argumentava ainda o seguinte:

Não desconhecemos que os ônibus existem para transportar os trabalhadores, após um dia de lutas e de trabalhos incessantes, para seus lares, a maioria nos bairros. Mas isto não justifica, ainda, a localização das paradas na Praça. Ou será que todos os trabalhadores dos bairros trabalham exatamente ali? Não. Para os funcionários da Brahma, por exemplo, será mais interessante ali perto do Altar da Pátria. Para os ferroviários será ali defronte a SAVAG. Para os da fábrica de pregos será onde está. Cada trabalhador tem sua conveniência pessoal. (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/07/1957)

O transporte de trabalhadores era intenso, muitas das fábricas estavam instaladas nos arredores do centro (faziam parte da área central), como as citadas acima. Isso gerava um fluxo intenso de pessoas na área central, especialmente nas paradas de ônibus. A aglomeração de pessoas prejudicava a preservação da praça, era o que apontava o jornal. A alternativa proposta, estabelecer paradas em diferentes ruas, próximo aos respectivos estabelecimentos, visava a diminuir a circulação de pessoas e evitar os vendedores ambulantes. Personagens indesejados, porém inevitáveis, nas principais ruas da capital do planalto. *O Nacional*, porém, não percebia a construção dos abrigos na praça como algo negativo:

Novidade importante é o início da construção e montagem, á Praça Marechal Floriano, sobre a calçada, de um novo e moderno abrigo para as pessoas que se utilizam dos transportes coletivos. É modelo novo, igual aos existentes nas capitais brasileiras. (O NACIONAL, 18/07/1957, p. 1)



Ainda comentava os detalhes, informando que o abrigo teria onze metros e protegeria as pessoas, tratando-se "de uma novidade interessante, pelo que nos congratulamos com o sr. Prefeito Municipal e com a população de Passo Fundo." (O NACIONAL, 18/07/1957, p. 1).<sup>77</sup> A discordância entre os dois periódicos locais pode estar relacionada ao fato de um apoiar a oposição, e outro, o governo local. Essa questão política também representa diferentes visões sobre algo que aparentemente pode parecer trivial, mas assinala uma característica do processo de modernização urbana de Passo Fundo. Essas visões conflitantes revelam percepções diferentes sobre a aceleração do tempo que invadia a vida dos munícipes. São diferenças importantes nas disputas pelo controle da cidade.

Como Villaça (2001, p.239) assinala, os grupos dominantes econômica e socialmente não abrem mão da "possibilidade de controle do tempo de deslocamento" na medida em que a aglomeração urbana aumenta. Além disso, desde o século XIX: "o pobre é uma ameaça pelo potencial destrutivo quando se apresenta na forma coletiva, fora do ambiente de trabalho, ou seja, sem a supervisão direta da autoridade disciplinar; é ainda uma ameaça à sua própria saúde e à dos outros habitantes da cidade." (BRESCIANI, 2002, p.27). Aglomerações de trabalhadores, somadas aos vendedores ambulantes, levaria à desordem destruidora do espaço público próprio das camadas médias urbanas, poderia interferir no andamento do comércio regularizado das casas e edifícios. O mesmo vale para o caso da remoção das prostitutas dos espaços centrais da cidade. Os meretrícios são compostos, em grande parte, por mulheres e homens pobres, sua aglomeração, mesmo fora do ambiente do trabalho, perturbava a sociedade pela falta de disciplina e mau comportamento.

As soluções propostas para esses problemas, pela imprensa ou mesmo pelo poder público a partir da elaboração do PDDU, não são baseadas apenas em dados quantitativos mensuráveis, ou cálculos a partir de aspectos positivos e negativos para a cidade. "A intenção de naturalizar os problemas da cidade, ou seja, de reduzi-los a questões técnicas, portanto disciplinares, cai por terra ao ser confrontada com o caráter produtor de cultura das soluções propostas" (BRESCIANI, 2002, p. 30). A cidade é um

---

<sup>77</sup> *O Nacional* (07/02/1957, p. 4) chamava atenção para irregularidades nas linhas de ônibus, que demoravam para trazer os trabalhadores até o centro: "o onibus que fez a linha às 7,10 horas, mais ou menos, foi até o fim da linha; na segunda jornada, já foi até a Vila Cruzeiro, enquanto no fim da linha, isto é, na Vila Santa Maria, estavam á espera e ali ficaram a ver navios nada menos de 8 a 10 pessoas [...]. Sabe-se que muitas dessas pessoas eram empregados, que precisavam estar no serviço em horário certo." Um problema relativo ao tempo de deslocamento nos espaços da cidade, característicos de cidades grandes e de médio porte ou, como no caso, em crescimento acelerado.

espaço de tensão entre os grupos, um espaço politizado. As propostas (e os problemas) não são meramente fruto de questões técnicas, como o crescimento urbano acelerado, nascem também do próprio imaginário progressista configurado na expressão capital do planalto. As prostitutas morando próximas ao centro e os operários se aglomerando nas paradas da praça só constituem um problema em função de uma imagem de cidade, que está atrelada aos ideários progressistas e modernistas da época. As soluções apresentadas também estão vinculadas a essas ideias, imagens e imaginários de progresso e modernização.

Não é surpreendente, portanto, a opção por um "modelo urbanístico baseado no racionalismo funcional, trazido pela escola de Le Corbusier" (XAVIER, 2002, p. 285). Além de ser a forma de planejamento que prevaleceu nas principais cidades brasileiras naquela época, era percebido como um elemento central para afirmação da cidade como progressista. Essa visão funcionalista de organização do espaço urbano, de uma forma geral, previa uma divisão da cidade em compartimentos orientada pelos usos (habitar/circular/trabalhar/recrear). Quando começou a ser elaborado o plano diretor de Porto Alegre (sob a coordenação de Edvaldo Pereira Paiva), a cidade passou a ser pensada "através do zoneamento das funções urbanas (habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular), além de terem proposto extensas áreas verdes nas quais estariam instalados os principais equipamentos culturais" (VIEIRA, 2010, p. 3). Adotar tais ideias como norteadoras para a urbanização em Passo Fundo significava alinhar o município com o pensamento "moderno" em vigor no estado e no Brasil. Significava também elaborar um instrumento que permitisse o melhor controle dos espaços, produzindo uma segmentação urbana.

Mas como Souza (2003, p. 74) lembra: "não se consegue, apenas através da alteração do espaço, mudanças sociais, ou seja, o espaço não resolve problemas da estrutura social (ou familiar)." Exercer o controle dos espaços, do tempo de deslocamento dos fluxos urbanos, não é a mesma coisa que controlar os grupos sociais, suas experiências e necessidades. Esse é um dos motivos da importância em realizar um investimento pesado na manutenção e afirmação de um imaginário. Isso poderia conferir a adesão dos grupos sociais a uma ideia de cidade visualizada pelo poder público, que deu aval à elaboração de um instrumento de intervenção urbana apropriado para ordenar, controlar e segmentar o município a partir do estabelecimento de zoneamentos. Isso promoveu uma segregação urbana, mas não apenas no sentido centro-periferia. A necessidade de construir uma capital do planalto debatida,

visualizada, imaginada também contribui para segregar espaços de circulação, de uso, trabalho e lazer, no centro e nos bairros.

## **4.2 O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**

Inicialmente, cabe debater as diferenças que Villaça (1999) pontua em relação aos termos "plano" e "projeto". Como ambos são utilizados no presente trabalho, é importante justificar seu uso. É possível definir uma prática ou discurso do Estado como plano quanto mais "forte e simultaneamente estiverem presentes os seguintes componentes ou características" (VILLAÇA, 1999, p. 174): abrangência de todo o espaço urbano e "seus vários elementos constitutivos no tocante aos objetivos [...], mas não necessariamente no tocante ao diagnóstico feito para fundamentar a intervenção"; continuidade, execução, revisões e atualizações; interferência da ação sobre grandes contingentes populacionais; papel ativo dos organismos políticos municipais. Partindo dessa concepção, de fato, trata-se de um plano diretor aprovado em 1957 para o município.

Embora os urbanistas responsáveis pela sua elaboração formulem um diagnóstico inicial que justifica sua intervenção e trabalhem com zoneamentos, elementos que Villaça exclui da definição de plano, o PDDU de 1953 não se resume a isso. Outra questão importante levantada por Villaça (1999, p. 177) é que o planejamento urbano de fato só vai existir no Brasil a partir de 1950, pois é o momento em que se desenvolve "no Brasil um discurso que passa a pregar a necessidade de integração de vários objetivos (e ações para atingi-los) dos planos urbanos", e não apenas propostas sanitaristas, de melhoramentos ou mesmo apenas a definição de zonas. O centro desse discurso passou a ser a figura do plano diretor. Mas a palavra projeto, empregada no presente trabalho, inclusive para se referir, em alguns casos, ao plano diretor, não incorre em erro em relação à definição urbanista. Não significa atribuir o mesmo sentido, mas levar em consideração que o plano diretor foi um dos elementos, uma representação de um projeto político e econômico que o imaginário capital do planalto procurava legitimar. Delimitada as fronteiras dos conceitos, é importante pensar em uma historicidade do planejamento urbano no Brasil:

Desde a década de 1930, vem-se desenvolvendo no Brasil uma visão do mundo urbano segundo a qual os problemas que crescentemente se manifestam nas cidades são causados pelo seu crescimento caótico - sem planejamento -, e que um planejamento "integrado" ou de "conjunto", segundo técnicas e métodos bem-definidos, seria indispensável para solucioná-los. (VILLAÇA, 1999, p. 183)

Esse imaginário relativo aos planos e ao planejamento ainda perdura em propostas contemporâneas. Os principais problemas derivados desse quadro, segundo seus elaboradores e os grupos políticos e econômicos dominantes, seriam a habitação, os transportes, saneamento e meio ambiente - o planejamento urbano deveria sanar essas questões. O plano diretor é difundido como principal instrumento para solver esses problemas a partir de 1940, "mas foi substituído por outros nomes a partir da década de 1960" (VILLAÇA, 1999, p. 187). Na década de 1950, o planejamento urbano e plano diretor poderiam ser definidos da seguinte maneira:

[...] o planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia - o diagnóstico técnico - que revelaria e fundamentaria os "problemas urbanos" e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seriam objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocaria a um órgão central e coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões. (VILLAÇA, 1999, p. 187-188)

Para Villaça (1999, p. 199), essa concepção de planejamento está vinculada a uma noção de "cidade eficiente". Da época dos "melhoramentos urbanos" e do "sanitarismo", que pregavam uma "cidade bela", limpa e higiênica, uma cidade de consumo, passa-se para a "cidade da produção", mas em ambas o interesse imobiliário esteve sempre presente, ou seja, não foram só as propostas de urbanização que definiram a organização do espaço urbano. Mas essa noção de "beleza" não foi completamente subtraída do discurso urbanista. No Brasil, a palavra "planejamento" associada ao urbano é mais recente que "urbanismo" e "sempre teve uma conotação associada à ordem, à racionalidade e à eficiência, enquanto urbanismo ainda guardava resquícios do 'embelezamento' e sempre foi associado à arquitetura e à arte urbanas" (VILLAÇA, 1999, p. 205). Por isso, segundo Villaça, o ensino do urbanismo no Brasil esteve associado com o ensino de arquitetura. Essa associação, urbanismo (ou problemas urbanos) e aspecto plástico, está presente no plano diretor de Passo Fundo, que não foge a esse quadro geral da década de 1950.

O PDDU consiste no instrumento elaborado pelos arquitetos e urbanistas, juntamente com poder público municipal, para intervir no desenvolvimento urbano e transformar Passo Fundo na capital do planalto médio rio-grandense. Mais que um instrumento regulador, era um plano com objetivo de orientar o crescimento urbano esperado para os próximos anos, de alterar a conformação da cidade. Apresentava uma imagem do futuro da cidade. Nygaard (2005, p. 18) aponta para a existência de algumas recorrências nos planos diretores elaborados entre 1950 e 1970, como a ênfase em zoneamentos e a falta de discussão sobre se sua necessidade para determinadas cidades era de fato real ou conveniente - "se discutia exaustivamente, isto sim, como fazer este zoneamento, isto é, como dividir a cidade em zonas e em quantas zonas", definindo espaços entre residências, comércio, indústrias, áreas verdes, entre outros.

Também não se discutia se a distribuição dessas zonas iria de fato concretizar promessas de bem-estar social e melhorar as condições de vida da população, essas eram premissas que os urbanistas da época acreditavam ser o resultado natural caso seus planos fossem seguidos, "o que se discutia era como fazer essa oferta, como distribuí-la no território da cidade, qual o volume de recursos necessários, quais as etapas de execução, etc" (NYGAARD, 2005, p. 19). De uma forma geral, os próprios planos desse contexto histórico continham elementos que iam ao encontro de um imaginário progressista do momento:

Destes fatos podemos deduzir que aqueles planos partiam, por assim dizer, de um conjunto de "verdades", de pressupostos julgados indiscutíveis, de idéias prontas, nos quais depositavam absoluta fé, e através dos quais acreditavam, pia e honestamente, poder transformar um mundo urbano, que viam caótico e confuso, em outro mundo, um mundo urbano bem organizado e ordenado, o qual acreditavam traria felicidade e bem-estar para todos. (NYGAARD, 2005, p.19).

Embora embebidos no imaginário progressista, alimentado por ideias de industrialização e modernização, esses planos eram limitados e não encontraram muito sucesso na realização de suas propostas, como no caso de Passo Fundo. Para Nygaard (2005, p. 20), alguns elementos contribuíram para esse quadro, como a restrita visão, centrada em aspectos locais, municipais; a mínima ou nula participação da população e da administração municipal na elaboração desses planos; os interesses/desinteresses dos políticos locais em sua execução (ou não); a estrutura de poder formal e informal e problemas de organização administrativos, que emperravam sua aplicação prática; finalizando, as disputas partidárias que também dificultavam tanto a elaboração das

propostas quanto sua execução posterior. Muitos desses elementos de entrave na execução dos planos podem ser observados no que diz respeito ao plano de Passo Fundo. Sua elaboração não levou em consideração a participação da população, a administração acompanhou sua elaboração, mas foram urbanistas de fora da cidade que realizaram o planejamento e suas diretrizes. Mesmo assim, a elaboração do plano foi importante para o município:

O Plano Diretor de 1953 foi o primeiro grande marco do processo de planejamento de Passo Fundo, pois ao transformar-se na lei nº 744 de 12 de junho de 1957, condicionou a ocupação do solo urbano até o advento do II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, elaborado em 1979. (TEDESCO, et. al., 2007, p. 361)

Além de constituir um marco legal na organização da ocupação urbana, sua proposição ia ao encontro do imaginário de capital almejado pelo poder político no momento. Concordando com Souza (1997, p. 108), o urbanismo não pode ser entendido e/ou analisado apenas por um viés técnico, pois ele é a "representação dos interesses coletivos, expressos pelo poder, pela classe dominante ou ainda pelas crenças e mitos, enfim, pela própria sociedade." Partindo dessa afirmação, objetiva-se no presente trabalho realizar uma descrição de como o plano foi elaborado, considerando sua teoria urbanística subjacente, mas focando, fundamentalmente, em seu papel como instrumento de um grupo político e econômico e sua contribuição para afirmação do imaginário de capital do planalto. "Na leitura urbanística, é necessário não só perceber a forma, entender seu conteúdo, como associar e desvendar as formas de pensamento que estão por trás de suas representações." (SOUZA, 1997, p. 109). De uma forma geral, entre os autores do PDDU de 1953, estavam nomes que contribuíram para estabelecer o ensino de arquitetura no estado e para afirmar "os valores da modernidade" desde a década de 1940, tais como Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Edgar Graeff:

Demétrio, diplomado em Montevideu, e Graeff, diplomado no Rio de Janeiro, dariam contribuição decisiva ao estreitamento dos laços entre estudantes e profissionais gaúchos com o Uruguai e o centro do país. Paiva, que também realizou estudos em Montevideu, impulsionou o debate sobre o urbanismo, tendo participado da elaboração de planos diretores para Uruguiana (1945), Lajeado (1949), Florianópolis (1951), Passo Fundo (1953) e Porto Alegre (1959). (ROVATI, 2007, p. 495)

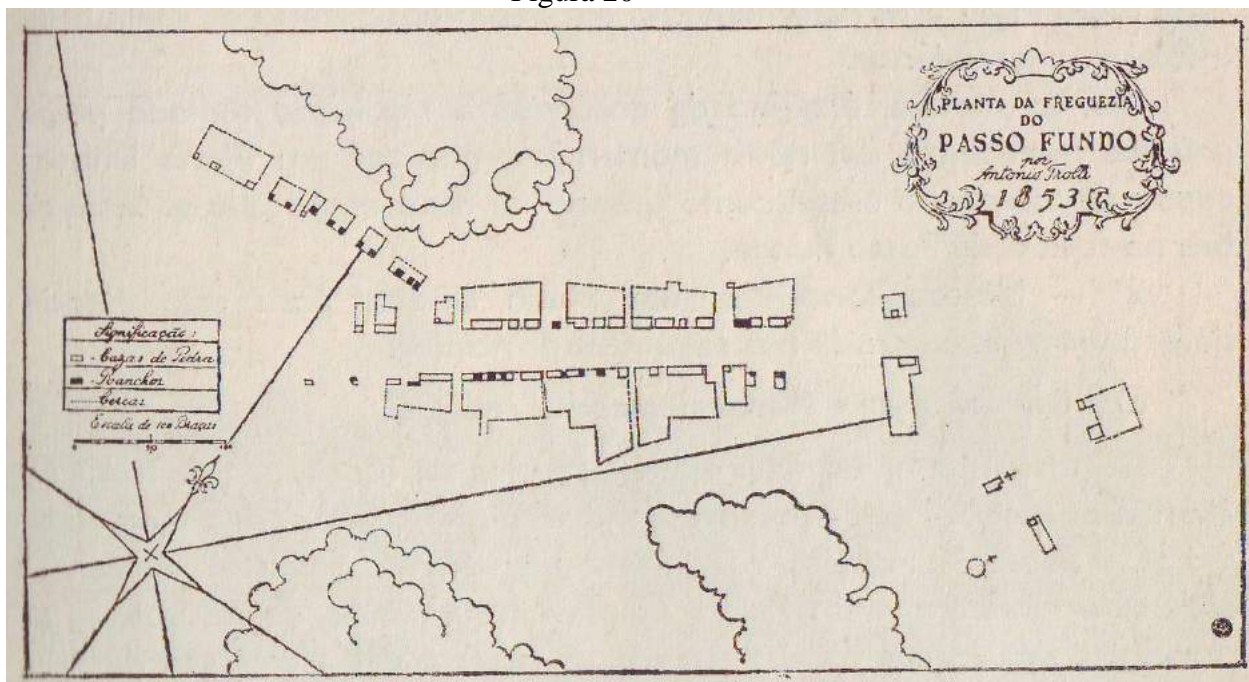
Arquitetos e urbanistas pioneiros no ensino e na difusão de uma nova visão de urbanismo no Rio Grande do Sul participaram de diferentes projetos que difundiram as

ideais do urbanismo moderno. O PDDU, elaborado em 1953, aprovado e apresentado à população em 1957, dividido em quatro partes, com 95 páginas, é um desses exemplos de uma nova ideia de urbanismo. Essa visão que orientou a elaboração do plano acabou trazendo elementos da história e política local, como demonstra uma leitura desse documento. A primeira parte, intitulada "Análise", traz informações históricas sobre a cidade que servem como justificativa e orientação para o plano. Porém, a visão sobre a história local presente nesse item tem origem nas interpretações de Xavier e Oliveira e vai ao encontro da ideia de afirmar a cidade como centro regional, objetivo almejado pelas lideranças políticas locais. Assim, por exemplo, destaca a origem do povoado a partir da atividade tropeira:

Nesta época, habitavam na região tribus indígenas hostis, que atacavam as tropas de mulas, principalmente no lugar denominado "Mato Castelhana". Por esse motivo, os tropeiros preferiam cruzar de dia essa zona, acampando antes do chamado "passo fundo", em um lugar alto - o "Boqueirão" - de onde se dominava a região e se dispunha de boa aguada. Essa foi a origem da cidade. (PAIVA, et. al., 1953, p. 7)

Além de reproduzir a percepção de que os índios constituíram um entrave ao progresso, eram "hostis", atacavam as tropas e dificultavam o estabelecimento do povoado, também vai ao encontro dos escritos de Reis, que apontam o bairro Boqueirão como a origem da cidade. Segue o plano descrevendo o desenvolvimento a partir da fundação desse caminho inicial, tendo a inauguração de uma capela nas proximidades demarcado o crescimento do casario. O PDDU apresenta a imagem de um mapa (desenhado por Antonio Trola) para caracterizar o início do povoado em 1853, o que marcaria uma primeira fase da urbanização do município. É importante notar que os mapas devem ser vistos "como um modo de produzir as cidades, participando, assim, da criação dos imaginários sociais que constituem o que chamamos de realidade urbana, num determinado momento histórico" (FIALHO, 2015, p. 77). Os mapas e croquis do plano poderiam ser objeto de um estudo à parte, em virtude de sua complexidade enquanto documento. Cabe, no momento, indicar que sua presença não é meramente ilustrativa. Seu uso no plano demonstra e ressalta relações de poder, de dominação técnica e social de determinados grupos sobre outros.

Figura 20



Mapa do povoado de Passo Fundo em 1853 do PDDU de 1953, desenhado por Antonio Trola (PAIVA, et. al., 1953, p. 7)

O uso de um mapa de 1853 também evidencia o encontro de duas temporalidades relacionadas ao aspecto visual do plano. Esse mapa manuscrito (FIALHO, 2015, p. 82), que abre o tópico sobre histórico, desenhado a mão, tem uma historicidade diferente dos croquis, que embora também tenham sido feitos a mão, têm um caráter mais técnico, cumprindo objetivos específicos dentro da lógica do plano. Esse mapa não deve ser dissociado de um regime de historicidade próprio da década de 1850, de uma pequena vila que não enfrentava grandes alterações urbanas, um regime longe da historicidade que envolvia a cidade na década de 1950. Enfim, a "cartografia da cidade cria efetivamente uma paisagem urbana" que não trabalha apenas para à "descrição das realidades físicas e humanas da cidade, mas também para a construção de um imaginário do 'lugar', ou seja, para a construção do território das idealidades coletivas" (FIALHO, 2015, p. 77-78).

O encontro desse pequeno mapa (como está representado na publicação - pequeno, em comparação aos outros, no início do tópico sobre a história municipal) com os croquis da análise, evidencia indícios dos pontos de encontro (e desencontro) dos imaginários sobre a cidade. Enquanto o autor do mapa observava essa fase inicial da ocupação do território, o PDDU utilizava seus mapas para lançar o olhar do leitor a uma cidade a ser realizada, concretizada no futuro, quando Passo Fundo assumiria, sem



sombra de dúvida, seu posto como capital do planalto. O mapa de Antonio Trola indica e confere destaque à estrada das tropas. Embora não demarque essa via, as edificações deixam claro o entorno da estrada. Consiste, na forma como foi usada no plano, de uma forma de visualizar essa fase inicial da ocupação urbana. A estrada de ferro assinala, de acordo com o PDDU, uma segunda fase na urbanização municipal. Tal estrada é considerada um "novo elemento, de vital importância para o núcleo", que passa "a exercer um influente papel na determinação de sua forma e ritmo de crescimento" (PAIVA, et. al., 1953, p. 7).

O PDDU ainda indica que, no início de 1950, a cidade crescia ao longo da via férrea, se distanciando de seu traçado inicial, mas previa que a ligação rodoviária entre Passo Fundo e Porto Alegre iria acelerar o crescimento e modificar a ordem da expansão urbana e consolidar "a posição da cidade como centro de uma região rica e transformando-a em ponto obrigatório de embarque inicial de mercadorias" (PAIVA, et. al., 1953, p. 8). Portanto, o PDDU partia da concepção de que a cidade assumia o papel de centro regional, de capital do planalto. Pretendia tornar-se um instrumento capaz de orientar e ordenar o crescimento populacional e urbano que a afirmação desse imaginário traria ao município:

O novo ritmo de desenvolvimento de Passo Fundo, que sobrevirá com os eventos previstos, elevará a economia da região e, por conseguinte, a da cidade, a um nível mais alto, com naturais e benéficos reflexos sobre a vida da população. Em tal situação, um Plano Diretor, cuja finalidade última é o bem estar do povo, poderá exercer um importante papel na criação de um novo ambiente urbano. (PAIVA, et. al., 1953, p. 8)

A proposta consistia não apenas em estabelecer regulamentos e normas para expansão urbana prevista, mas criar um novo ambiente urbano, transformar a cidade, a partir de uma percepção sobre o que consistia ser urbanização. Essa concepção que orientou os urbanistas alinhava-se com o imaginário de capital do planalto, pois além de ser carregada por uma mentalidade progressista, que via na industrialização um dos principais meios de transformação dos ambientes urbanos, não alterava a característica historicamente construída da cidade como uma rota de comunicação e transportes "natural" da região, na realidade contava com isso como elemento para crescimento futuro. O urbanismo modernista, ou progressistas, que caracterizava algumas das principais ideias desse plano pode ser associado a uma "ideologia progressista",

conforme indica Nygaard (2005, p. 67). Essa concepção difundiu-se no Rio Grande do Sul na década de 1940:

Com o fim da Guerra, houve uma intensificação dos debates em torno do urbanismo e com a "descoberta" da Carta de Atenas, em 1947, e sua divulgação nos meios de comunicação de massa, as concepções comteanas foram enriquecidas e ampliadas, dando lugar ao que foi denominado de "urbanismo modernista". (WEIMER, 2004, p. 196)

As preocupações do "urbanismo sanitaria", voltadas para eliminar, fundamentalmente, os problemas de saúde observados pelas autoridades nas cidades a partir de questões/soluções de engenharia, passam a incorporar uma percepção mais ampla e renovada do espaço urbano. Essa visão progressista que influenciava os urbanistas modernos percebia a indústria com um papel cada vez preponderante, em detrimento das atividades artesanais, e as necessidades de "massas" como requeredoras de soluções de massa. O ambiente urbano seria capaz de ser um agente de transformação social, e as cidades mudariam, tornando-se mais justas e equilibradas a partir do planejamento racional do espaço (NYGAARD, 2005, p. 67). Demétrio Ribeiro, um dos elaboradores do PDDU de 1953 de Passo Fundo, escreve que "a base de um plano diretor, conforme a idéia então proposta, é a concepção do que a cidade considerada deverá ser dentro de um período de 15 a 25 anos." (RIBEIRO, 1992, p. 137).

Essa ideia preliminar se materializava em um "pré-plano", considerado o "instrumento precioso de comunicação e de propaganda da idéia de planejamento para um futuro melhor" (RIBEIRO, 1992, p. 137). Bittencourt (2005, p. 214) destaca que Demétrio Ribeiro compreendia a arquitetura como "revolucionária", capaz de traduzir o "gosto e o sentimento do povo", contribuindo para o "progresso cultural das massas e a própria transformação da sociedade." Com a projeção de uma imagem inicial da cidade, baseada em dados empíricos sobre a conformação urbana de um dado município, o plano era organizado, visando à transformação urbana no futuro.

A partir dessa imagem espacial da cidade futura, da meta a atingir, o plano é o conjunto de normas legais capaz de levar as iniciativas privadas, por um lado, e as obras públicas, por outro, a marcharem na direção adequada, a fim de que com o tempo a cidade vá sempre se aproximando da concepção espacial adotada. (RIBEIRO, 1992, p. 138)

A concepção de cidade ideal presente no plano servia como uma "imagem-guia" entregue ao poder executivo local. Essa imagem era forjada a partir da noção de ordem, organização, almejando cidades industrializadas, mas também "industriosas" (CHOAY, 2007, p. 22), voltadas para o trabalho e o progresso. Essa concepção vai ao encontro do urbanismo modernista, que compreendia as cidades tradicionais como incoerentes, desordenadas, extensas demais e com edifícios precários incapazes de suportar uma longa duração. As cidades, "na forma como se encontravam, eram caóticas e a desordem à qual estavam submetidas teria de ser corrigida por medidas racionais, com base científica" (WEIMER, 2004, p. 196). Para realizar tal propósito, os urbanistas modernistas deveriam se preocupar com o ambiente geográfico que circundava a cidade, sua história e seu desenvolvimento econômico. Esses elementos serviriam de base para o planejamento futuro. A atenção desse urbanismo não era voltada apenas a questões técnicas e de engenharia civil. Não tinha como função essencial apenas ordenar o espaço, fazia isso buscando um objetivo maior, que era o bem-estar do cidadão. Dessa utopia urbanística, nasceram propostas simplistas, como por exemplo os zoneamentos.

Essa perspectiva objetivava transformar completamente o mundo urbano, empreendendo demolições se necessário, assumindo uma visão crítica tanto em relação à forma das cidades - as ruas com duas calçadas sufocadas entre casas antigas, com periferias improvisadas e desordenadas - quanto ao seu conteúdo - falta de espaços para os novos meios de transportes, antigas tradições arquitetônicas e hábitos urbanos (NYGAARD, 2005, p. 73). "A idéia-chave que subentende o urbanismo progressista é a idéia de modernidade" (CHOAY, 2007, p. 20). Essa modernidade estava associada à industrialização. A Revolução Industrial, para urbanistas como Le Corbusier, foi uma ruptura histórica, significou a emergência de uma nova sociedade urbana e de um novo conceito de cidade. A indústria, portanto, marca o imaginário de uma urbanização moderna e de uma nova imagem de cidade:

Mais uma vez se construía uma utopia partindo de novas formas, em busca de uma sociedade melhor. Uma cidade limpa, organizada e com uma nova estética. Num espaço novo, com novos referenciais, a sociedade se adaptaria melhor e, conseqüentemente, seria mais feliz, *usufruindo dos benefícios da indústria e das vantagens da industrialização.* (SOUZA, 1997, p. 116)

A indústria era peça-chave no planejamento. A partir da industrialização é que os problemas das cidades, as demandas habitacionais e a definição dos espaços eram pensados. Os chamados "arquitetos racionalistas" percebiam seus planos como

instrumentos de ordem frente ao caos urbano que se instalava nas cidades no transcorrer do século XX. O crescimento populacional constante nas médias e grandes cidades devido ao incremento das atividades industriais, questões de mobilidade urbana, moradia, periferização eram problemas a serem resolvidos pelo planejamento.

A idéia de ordem dos arquitetos racionalistas, que se opõe à ordem existente, é uma nova ordem que requer para sua implantação o rompimento com a história, a demolição da "desordem" existente, repleta de velhos conteúdos que a arquitetura moderna tratava de superar. (NYGAARD, 2005, p. 76)

Nesse sentido, o PDDU de Passo Fundo inicia com considerações sobre a história local justamente para superá-la. O objetivo era não realizar um planejamento aleatório, mas organizar a cidade a partir de seus pontos fortes, reconhecer suas principais características e problemas para ordenar sua urbanização. Esse ordenamento do território ocupado pela cidade seguia uma lógica para os urbanistas modernos. Inicialmente era imprescindível classificar e distribuir as populações, "que Le Corbusier reduziu a três tipos: os urbanos, que trabalham e residem na cidade; os suburbanos, que trabalham na periferia e residem nas cidades-jardins e os mistos, que trabalham no centro mas vivem nas cidades-jardins" (NYGAARD, 2005, p. 76)<sup>78</sup>. Dentre outros pontos que caracterizavam a concepção da cidade desses urbanistas estavam a redução do número de ruas, concebidas como máquinas de circulação, e a criação de espaços e zonas verdes com boa luz solar. Com essas premissas em mente, a cidade poderia ser transformada a partir de um planejamento racional:

Mesmo idealizando a cidade como uma unidade, os arquitetos analisaram com rigor os elementos que compõem e as várias funções sobrepostas na vida da cidade. Como que tentando "clarear" a confusão que julgava existir na cidade tradicional, Le Corbusier classificou as funções urbanas em habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular. Justapôs as mesmas no espaço e buscou para cada uma sua individualidade arquitetônica. (NYGAARD, 2005, p. 77)

Le Corbusier destinou uma estrutura espacial própria para cada atividade que caracterizava a vida na cidade. Dessa concepção nasce a divisão das cidades em zonas, presente no planejamento urbano brasileiro da década de 1950, e em particular no PDDU de Passo Fundo. "A proposição é de separação espacial das atividades poluidoras

---

<sup>78</sup> Choay (2007, p. 21) mostra que essa "imagem do homem-tipo" era percebida como universal e estava ligada às quatro funções que serviam de norte para o planejamento urbano: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Existia uma independência em relação ao local, a fórmula deveria ser aplicada em um "espaço planetário homogêneo".

da indústria, da tranquilidade das zonas de moradias, também separando o trânsito de pedestres do de veículos e criando zonas específicas de lazer" (SOUZA, 1997, p. 115). Le Corbusier (1984, p. 65) buscava fornecer com o planejamento urbano "ferramentas" ou "equipamentos" para "facilitar as condições de existência, realizar a saúde moral e física dos habitantes". Para isso criou unidades de habitação, com a morada da família como cerne, observando seus prolongamentos - abastecimento, serviços, manutenção, escolas, creches, etc. As unidades de trabalho, onde se realizam atividades fabris, administrativas, comerciais e agrícolas (cada atividade demandando um espaço próprio). As unidades de circulação, divididas entre horizontais, para ordenar a movimentação humana, e mecânica, e as verticais, que nada mais são que a verticalização das edificações, maximizando a ocupação do espaços. E por fim as unidades de paisagem, levando em conta a intervenção da natureza na função de habitar, desempenhando "papel importante na função de cultivar o corpo e o espírito (locais e paisagens)" (LE CORBUSIER, 1984, p. 90).

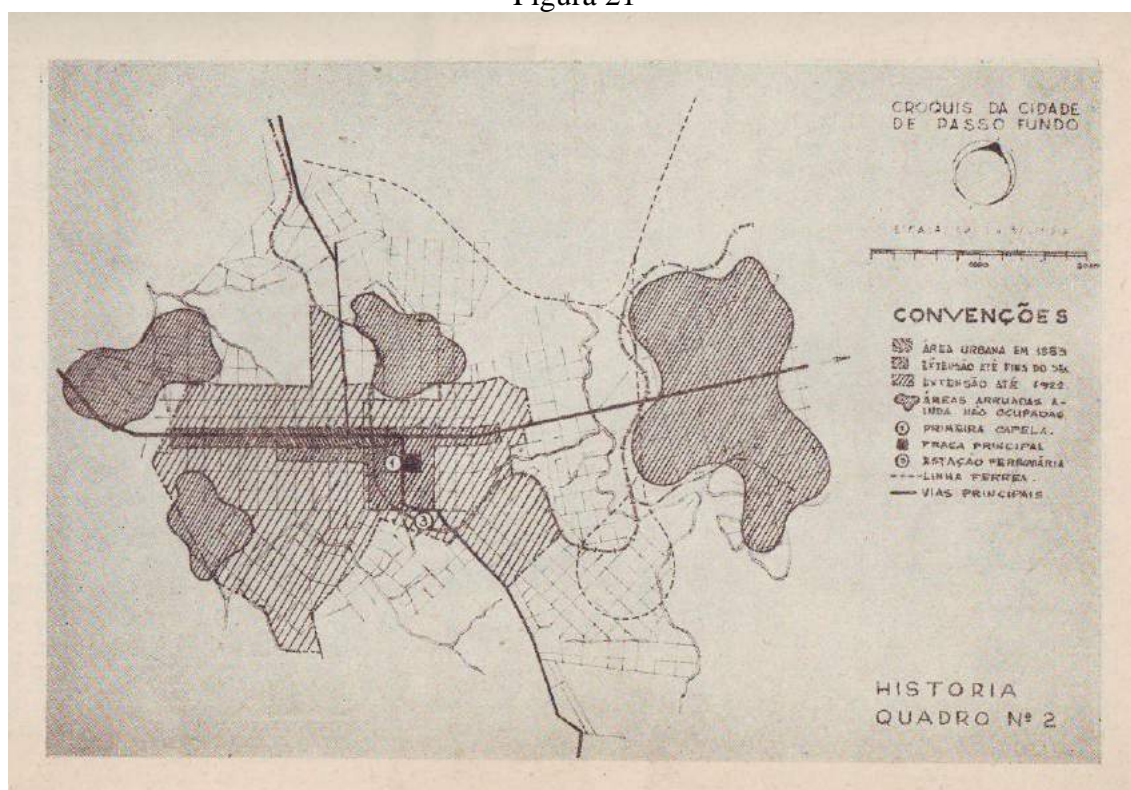
De uma forma geral, essas ideias sobre urbanização orientam o plano de 1953 e podem ser observadas nas suas páginas, como será demonstrado. Nesse sentido, o PDDU propunha ser "um plano verdadeiramente realista", adaptado às "condições existentes em nosso País e às previsíveis condições futuras", e fornecer aos "cidadãos progressistas de Passo Fundo uma arma eficiente" para transformar sua cidade (PAIVA, et. al., 1953, p. 8). Outro objetivo do plano era "oferecer aos poderes públicos municipais uma orientação segura, que possa ser posta em prática de forma paulatina" (PAIVA, et. al., 1953, p. 8). Esses eram os princípios que deveriam orientar o estudo entregue ao município. Com esses propósitos, a análise inicial do plano segue com algumas considerações sobre a história municipal, identificando as principais atividades econômicas do município e sua localização no espaço urbano:

Inicialmente, a economia era baseada na exploração da herva mate. Em 1902 começou a exploração da madeira, de grande repercussão sobre o crescimento do núcleo. Em 1910 entrou em cena a exploração de produtos suínos e, posteriormente, a plantação de trigo. Já em princípios do século, o surgimento da ferrovia veio criar novas condições para o desenvolvimento da cidade, transformando-se em seu elemento mais importante. No mapa n.º 2, são apresentadas, em forma esquemática, as diversas etapas da evolução histórica da cidade. (PAIVA, et. al., 1953, p. 12)

Segue a afirmação de que o povoado se localizou próximo a uma vertente de água distante dos indígenas hostis à ocupação. Assim, o povoado se desenvolvia entre a

estrada das tropas, proximidade da água e da capela, mas indo em direção ao "passo", o rio que acabou dando nome à cidade. "O sentido do desenvolvimento da vila era a conquista do 'passo' - êste era um imã atraindo a aglomeração" (PAIVA, et. al., 1953, p. 12). Esse cenário caracterizou a fase econômica centrada na exploração da erva-mate e da atividade tropeira. A estrada de ferro é indicada como um corte nessa economia, pois possibilitou a exploração da madeira, que expandiu a economia local e abriu caminho para explorar outros produtos agrícolas. Não apenas estimulou outras atividades, como redirecionou, segundo o plano, o desenvolvimento urbano ao longo dos trilhos e da estação.

Figura 21



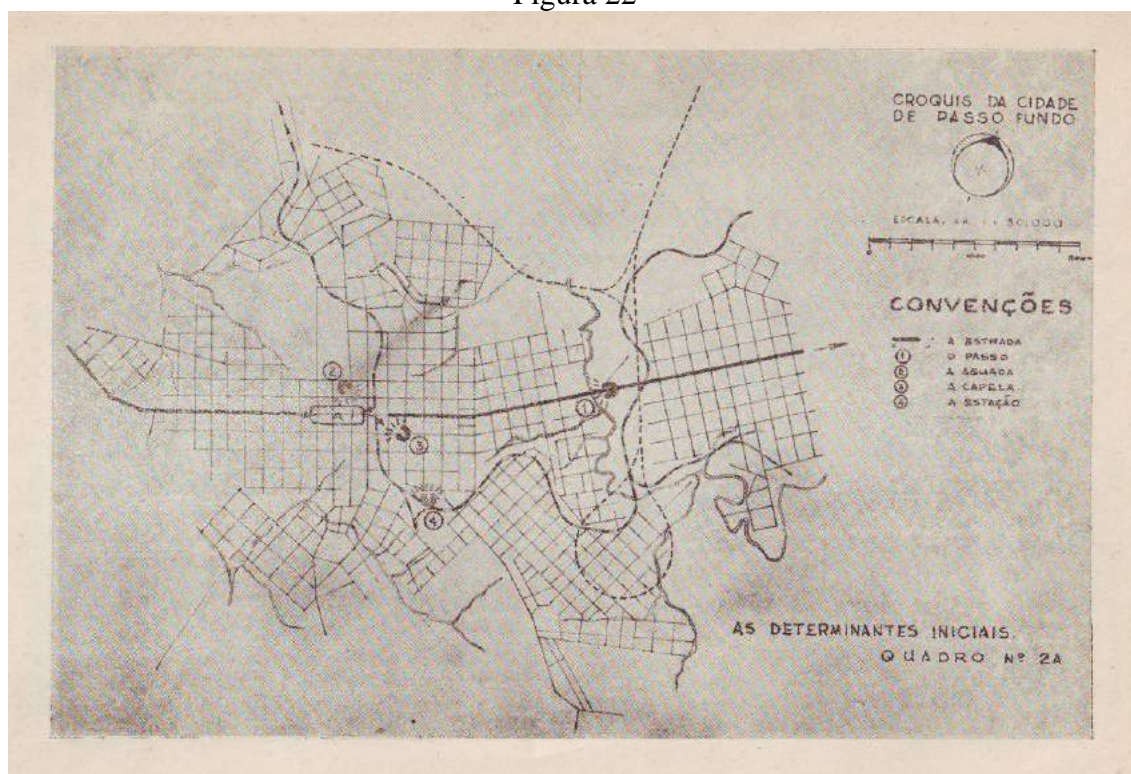
Mapa nº2 do PDDU de 1953, apresentando as etapas da evolução histórica da cidade (PAIVA, et. al., 1953, p. 13).

O mapa acima apresenta as etapas do crescimento urbano, vinculadas aos contextos econômicos respectivos. A área listrada no centro, mais escura, corresponde à ocupação até 1853, seguida de uma pequena área listrada mais clara, que representa a expansão da cidade até a primeira capela, sinalizada pelo círculo branco com o número 1, ao lado de um quadrado negro que é a praça principal (Marechal Floriano). Essa etapa do desenvolvimento urbano corresponde ao tropeirismo e à extração de erva-mate,



atividades eminentemente agrícolas, próprias de uma pequena vila. O círculo branco com o número 3 corresponde à estação férrea, e a área listrada maior, um pouco mais clara, que envolve esse primeiro núcleo, é a expansão até 1922, onde já podem ser identificados os efeitos da passagem do trem. Os bolsões listrados mais escuros, nas bordas do mapa, são as áreas arruadas ainda não ocupadas. É perceptível, a partir dos mapas, o zoneamento não só como um instrumento de organização e transformação urbana, mas como compreensão histórica. De forma incipiente, está presente uma perspectiva de centro-periferia nessa compreensão da evolução histórica da cidade a partir dos mapas, mesmo que isso não fosse identificado no passado, pois o núcleo era pequeno demais para estabelecer essa relação.

Figura 22



Mapa nº 2a do PDDU de 1953, mostrando as determinantes iniciais da expansão urbana (PAIVA, et. al., 1953, p. 14).

O mapa nº 2a do plano com as "determinantes" do crescimento urbano de Passo Fundo, consiste nos elementos que direcionaram o crescimento da cidade. A estrada das tropas, cortando o município, como primeira "determinante". O "passo", figurando no círculo branco de número 1, mais à direita no mapa, representa uma das direções do crescimento. Logo depois, com os círculos 2 e 3, estão a capela e a aguada (a vertente do Boqueirão, distante dos indígenas) e, um pouco mais afastada, a estação férrea, com

o círculo número 4. A linha do trem emerge como divisor de águas para o plano. De acordo com seus elaboradores, veio a definir a cidade tal como se encontrava no início da década de 1950:

Em determinado momento, aparece outro e importante elemento de atração - a linha férrea [...]. Esta exerce um tal poder, que a colina próxima passa a ocupar a posição mais importante - ali se densifica o casario e se instala definitivamente o centro tradicional da cidade. A Estação foi, assim, o fator decisivo para localização do comércio atacadista na encosta Sul da coxilha grande e para a consolidação do Centro no topo da mesma [...]. O antigo centro genético nada mais significa para a cidade - nem como fato material e nem como reminiscência cultural. (PAIVA, et. al., 1953, p. 12-15)

A necessidade de superação de uma cidade "antiga", "tradicional", a partir da justificativa da estação férrea como fator determinante da expansão urbana, vai ao encontro do urbanismo modernista que embasa a elaboração do plano. "Ao longo da linha férrea foram se localizando serrarias e, principalmente, depósitos de madeira, ligados à mais importante indústria da região" (PAIVA, et. al., 1953, p. 15). A via férrea concentrava as atividades econômicas, porém as distribuía de forma desorganizada dentro do espaço. Mesmo assim, foi considerado o condutor do progresso, superando os espaços antigos da cidade, ligados a antigas e ultrapassadas atividades econômicas.

Essa era a lógica apresentada pelo plano, que considerava a parte "antiga" da cidade, constituída em grande medida pelo bairro Boqueirão, sem nenhuma utilidade, nem cultural, para a cidade e os munícipes. Isso entra em contradição com os escritos de Gomercindo dos Reis, por exemplo, que enaltece o antigo bairro em seus poemas. Esse valor histórico, afetivo, atribuído por habitantes que de fato residem nos espaços da cidade, foi ignorado pelos urbanistas, ou mesmo considerado defasado, um empecilho para a ordenação urbana. A estrada de ferro, juntamente com as ligações rodoviárias, trouxe o progresso e direcionou o crescimento urbano, o que levou os urbanistas a desconsiderar os espaços que não estavam diretamente conectados a essas novas atividades, portanto não influíam no progresso.

Os depósitos e a indústria madeireira mudaram-se para a beira da linha férrea, à Leste da Coxilha grande, mais próximo do quadro de manobras e da rodovia para Porto Alegre. Esta estrada, de boas condições técnicas e ligando à Marau e municípios ricos da colônia italiana e alemã, reforçou o sentido de atração da indústria madeireira. Como resultante, surgiu, do dia para a noite, o núcleo residencial operário denominado "Vila Rodrigues". A implantação da Cervejaria e de metalurgias e fábricas de carrocerias, junto com a manutenção de alguns dos antigos depósitos e serrarias, determinaram a formação de uma zona de habitantes proletários, em terrenos de má qualidade



e baixo preço, ao pé da encosta Norte da coxilha grande. (PAIVA, et. al., 1953, p. 15)

A industrialização significava a transformação do mundo urbano. Essa lógica do urbanismo modernista orientou a interpretação da história pelos elaboradores do PDDU. Ao que parece, a partir da indústria, de forma quase automática, emergem os bairros, as "zonas" de habitação operária. Esse processo, evidentemente, não ocorre "do dia para a noite" e existem outros elementos que devem ser levados em consideração. O crescimento populacional, por exemplo, que possibilitou um contingente de trabalhadores disponíveis para empreendimentos e atividades industriais. A formação desse contingente está relacionada à estrada de ferro e à indústria madeireira. A facilidade do transporte possibilitou a extração de madeira das florestas até então não exploradas. Grupos de caboclos e famílias de agricultores que viviam da subsistência ou explorando ervais públicos foram desalojados, migrando para as cidades. A derrubada das matas abriu espaço para a agricultura, intensificando a criação de animais e posteriormente a plantação de grãos, como trigo. No transcorrer das primeiras décadas do século XX as lavouras vão se modernizando, expurgando cada vez mais grandes lavas de migrantes do campo para as cidades. Passo Fundo experimenta intenso crescimento populacional nas primeiras décadas do século XX.

Como é possível perceber, a formação desses bairros não ocorreu automaticamente a partir da instalação de indústrias, muito menos do "dia para a noite". Isso não significa que as indústrias não tenham contribuído para a atração de pessoas para Passo Fundo e aglomerado esses operários no seu entorno. Isso não ocorreu de forma automática, como uma relação causa-consequência, como apresenta o histórico do plano diretor. A intenção não é diminuir a importância da estação férrea, mas indicar outros elementos tão importantes para a conformação urbana do município. A afirmação de que Passo Fundo teve suas atividades econômicas eminentemente vinculadas ao transporte tem origem nas considerações de Xavier e Oliveira sobre a história local.

O histórico traçado no plano vai ao encontro de alguns pontos de sua obra, mas se distancia do saudosismo, da nostalgia, características dos trabalhos desse historiador. Também é possível estabelecer relação com um conjunto de ideias que circularam nas comemorações do centenário e que, de acordo com o plano, estão relacionadas à questão dos transportes - a própria afirmação da cidade como centro regional. Da mesma forma que os discursos políticos locais, a argumentação do plano oscila entre

considerar a cidade já como uma capital, ou em vias de se afirmar como centro da região em um futuro próximo:

Passo Fundo teve sua origem e tôda sua vida intimamente relacionadas com o transporte. Como vimos, anteriormente, a cidade nasceu à sombra do "Mato do Barão", como "pouso" dos tropeiros que procuravam os caminhos de São Paulo. Viveu e cresceu vegetativamente por muitos decênios até que estabelecimento do tráfego ferroviário, em 1910, permitiu-lhe notável surto econômico. Mas a mesma estrada que lhe trouxe alento e dinamismo, desferiu-lhe fundo golpe, criando condições para o desmembramento de dois ricos distritos: Erechim (1918) e Carazinho (1932). Depois de quasi vinte anos de visível paralização, acorda novamente ao ouvir o estrepitar das máquinas rodoviárias que, a partir de Passo Fundo, estabeleciam a ligação Norte do Estado com a Capital (1940). Passo Fundo, como centro rodoviário regional, reage e vai disputar com Erechim e Carazinho a liderança econômica do Norte do Estado. (PAIVA, et. al., 1953, p. 18-21)

De acordo com o plano, Passo Fundo teve seu primeiro impulso de desenvolvimento econômico e urbano com a estrada de ferro, mas também seu primeiro revés com as emancipações que decorreram do mesmo impulso. O título de liderança econômica da região estava em disputa entre esses municípios. Embora, como veremos, em outros trechos do plano, a afirmação da cidade como centro da região não apareça como algo futuro, mas presente. Para o plano, o que conduziu o crescimento urbano municipal foram fatores externos (como as estradas, os transportes), mas a cidade estava "procurando uma nova geratriz em seu próprio seio", compondo "um círculo, cujo centro se encontra na praça Mal. Floriano e cujo raio pode ser medido até o passo, a extremidade da Vila Rodrigues ou a saída do Boqueirão" (PAIVA, et. al., 1953, p. 22). O crescimento retornava em função do desenvolvimento da área central e de atividades propriamente urbanas, que nasceram do impulso industrial oriundo dos transportes.

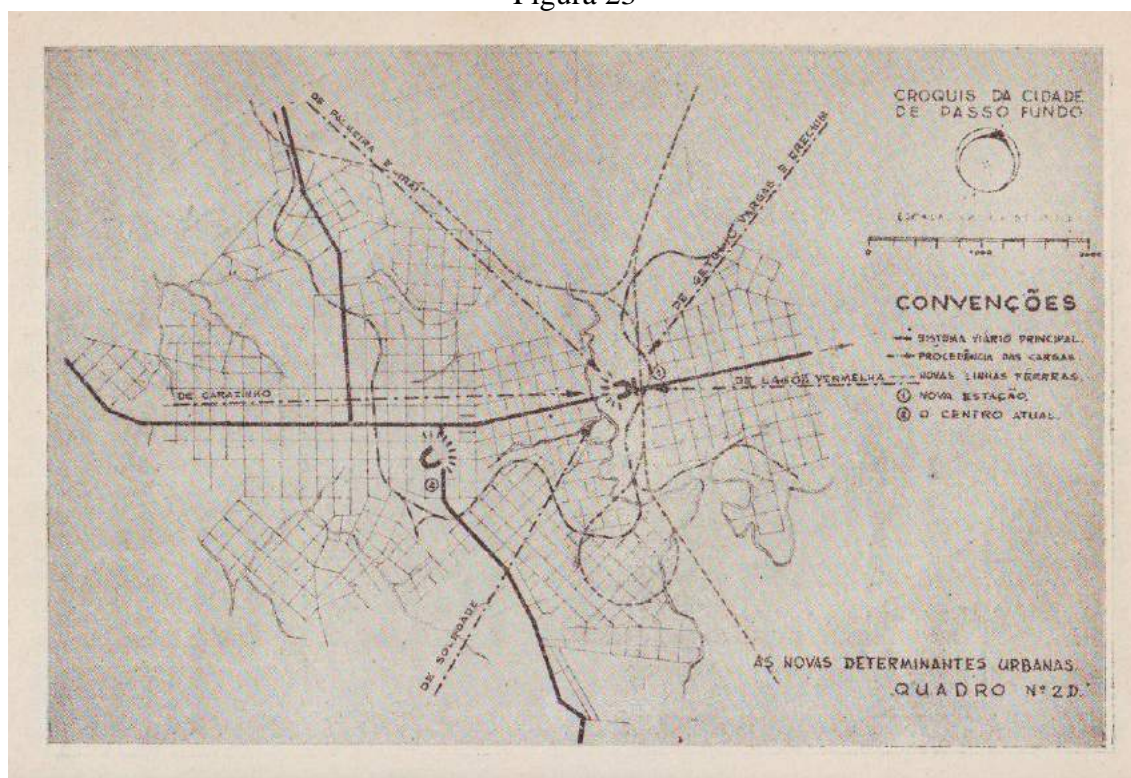
Para o plano, "a cidade procura nova forma em função de outras razões de existir: concentrando-se indica que pretende viver de suas próprias forças internas" (PAIVA, et. al., 1953, p. 22). Mas isso, de acordo com os urbanistas, era um equívoco, e não traria benefícios ao município em longo prazo. A aposta era no desenvolvimento de novas ligações, superando as antigas rotas, para definitivamente afirmar Passo Fundo como a capital do planalto:

O que se tem manifestado até aqui, atuando cegamente sôbre a cidade, constitui somente uma parte da realidade. A realidade profunda é que esta cidade **é o centro regional do Norte do Estado**. Quando a via férrea, em 1910, pendeu inopinadamente para Oeste, abandonando a direção de Pôrto Alegre, a cidade teve confirmada definitivamente aquela função. A ligação ferroviária Passo Fundo-Pôrto Alegre transformou-se, então, em necessidade

adiável, mas rigorosamente inalienável. Os altos e baixos da história da cidade nos últimos quarenta anos, os sucessos alviçareiros que se frustam em pouco tempo, pouco significam diante da nova realidade. Se a cidade se enclausura, se julga que seu futuro está em suas próprias entranhas, comete um equívoco. (PAIVA, et. al., 1953, p. 22)

A razão de Passo Fundo ser o centro regional eram as conexões exteriores, e para continuar a manter essa posição frente aos outros municípios, deveria continuar a apostar nesse caminho. O plano apostava em um novo ramal ferroviário ligando a cidade a Porto Alegre como propulsor da economia e da urbanização. Devido aos seus desmembramentos, à perda de territórios por causa da emancipação de outros municípios, o plano calculava uma produção econômica (somando a agrícola e a industrial) inferior a alguns vizinhos, como Erechim e Lagoa Vermelha. Outros municípios apresentavam uma produção agrícola elevada, como Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Soledade, mas ao estabelecer Passo Fundo como entroncamento rodoviário, essas cidades dependeriam de Passo Fundo para escoar sua produção.

Figura 23



Mapa nº 2d do PDDU de 1953, apresentando as novas determinantes da expansão urbana. (PAIVA, et. al., 1953, p. 24)

O plano previa uma concentração do crescimento entre uma nova estação ferroviária, localizada próximo ao rio, e o centro da cidade, como exemplifica o mapa

apresentando as novas determinantes da expansão urbana. "Este conjunto de fatos permite que se pense em Passo Fundo do futuro não simplesmente como **entroncamento ferroviário**, à semelhança de Santa Maria" (PAIVA, et. al., 1953, p. 25). A hipótese propostas para o futuro era Passo Fundo assumir uma posição de entreposto comercial, dando suporte para outros municípios. O PDDU de 1953 buscava superar ciclos econômicos do passado, mas apostando na mesma lógica histórica que originou a cidade, de acordo com suas considerações sobre a história municipal - uma terra de passagem, de suporte ao transporte de mercadorias. A partir desse elemento-chave, viria o progresso:

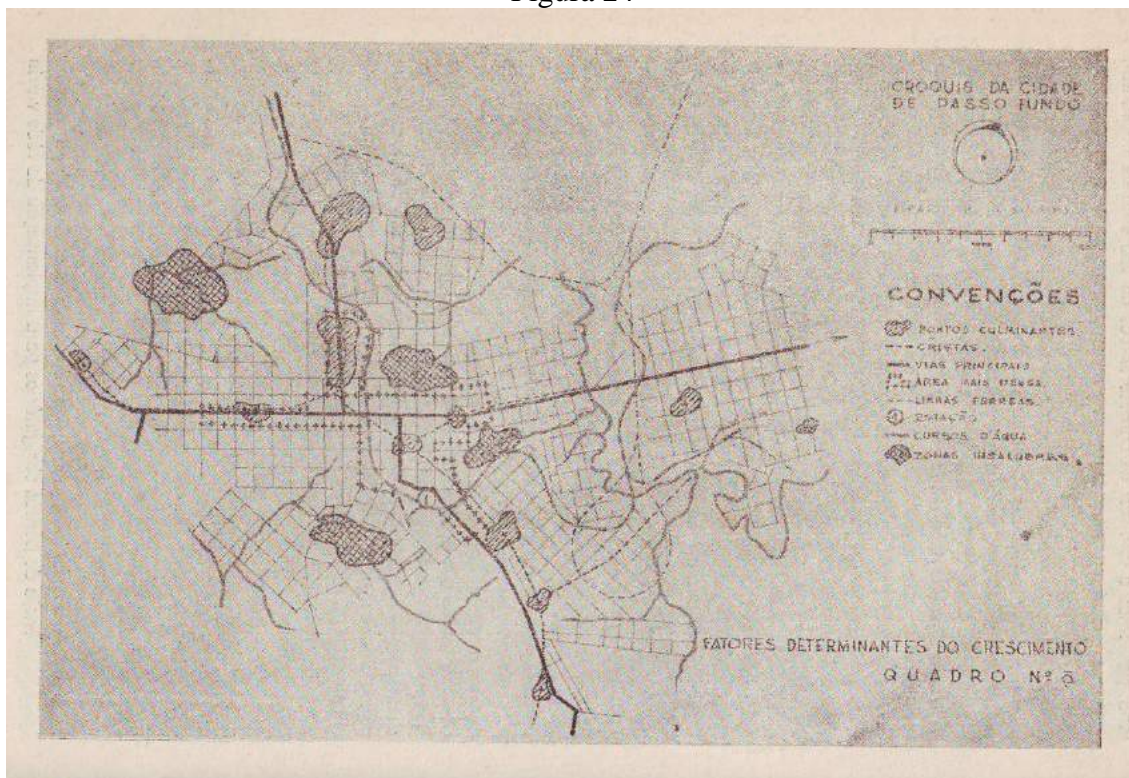
Nas previsões relativas ao futuro da cidade não se pode deixar de considerar a possibilidade do desenvolvimento de um parque industrial local. Parece fora de dúvida que as condições hoje vigorantes não são suficientes para o desenvolvimento industrial. [...] Embora a cidade de Passo Fundo não disponha hoje de base para o desenvolvimento industrial, nunca é demais lembrar que a grande cidade, como reserva de mão de obra e como possuidora de recursos inexistentes nos pequenos centros, atrai a fábrica. Como centro regional de uma população de 700 mil habitantes e apoiada em sua qualidade de entreposto comercial, ela poderá criar um parque industrial vigoroso e sólido. (PAIVA, et. al., 1953, p. 26)

A industrialização é entendida como a chave para o progresso e o desenvolvimento urbano. Essa perspectiva, comum ao urbanismo modernista, vai ao encontro da visão do poder político local, que entendia a indústria, ao lado ou alinhada ao setor agrícola, como peça crucial para afirmar Passo Fundo como capital do planalto. Caso as estradas fossem concluídas, os urbanistas esperavam um intenso e imediato crescimento, o que de fato se verificou, com a população urbana aumentando cada vez mais a cada década que passava. Portanto, o plano deveria ser "encarado sob as diretrizes de uma teoria elástica" para se tornar um "fator atuante, capaz de conduzir o desenvolvimento da cidade segundo uma dinâmica conveniente e orgânica" (PAIVA, et. al., 1953, p. 26). Em seguida, os urbanistas apresentam uma análise topográfica, que, de acordo com suas considerações, também influenciou na formação da cidade:

A topografia de Passo Fundo explica a sua conformação urbana e, de certo modo, a forma do seu crescimento. É a típica aglomeração desenvolvida ao longo de caminhos. A estrada primitiva - seguindo a crista que se desenvolve na direção Leste-Oeste - é ainda o eixo mais importante da cidade (avenida Brasil), e tudo faz prever que essa situação será mantida e mais fortemente acentuada no referente ao trecho entre o centro tradicional e o "passo". No mapa nº3, estão marcadas essas cristas e as alturas dominantes, uma das quais serve de assento à praça principal, um chapadão na cota de 709 metros. (PAIVA, et. al., 1953, p. 27).



Figura 24



Mapa nº 3 do PDDU de 1953, apresentando os fatores determinantes do crescimento e as zonas insalubres. (PAIVA, et. al., 1953, p. 28)

A tese dos transportes funde-se inclusive com a topografia do terreno que se constitui a cidade para os urbanistas. Embora buscando superar um antigo ciclo econômico e o bairro tradicional, que deu origem ao município, o plano prevê o crescimento em torno da avenida Brasil, antiga estrada das tropas, mas com a praça Marechal Floriano como um dos polos de atração. A principal via e o centro estavam definidos historicamente e no planejamento. Localizado em espaço elevado, o trecho da avenida Brasil que ia da estrada de ferro até a altura da praça constituía a área central, tendo a estação férrea como limite. Esse espaço foi definido pelas considerações históricas de Xavier e Oliveira e Reis, pela construção visual nas comemorações do centenário e pelo próprio plano diretor. Era o coração da capital do planalto. Outras áreas, distantes do centro, começam a ser ocupadas, apesar das dificuldades impostas pela topografia:

Na zona de extensão além do "passo", existem alturas adequadas para a extensão urbana. O mesmo se dá ao Norte e ao Sul do Centro. O sistema hidrográfico, também marcado na planta citada, define as barreiras existentes ao crescimento urbano na direção das baixadas. Ali se encontram zonas pantanosas e insalubres e o centro urbano atual está cercado de áreas desse

tipo, que somente poderão ser recuperadas através da canalização dos cursos d'água. (PAIVA, et. al., 1953, p. 27)

As zonas insalubres estão marcadas no mapa número 3 do PDDU. Era uma preocupação dos urbanistas eliminar essas zonas, especialmente aquelas em torno do centro, que não eram desabitadas. Muitos desses espaços eram habitados por grupos mais pobres, trabalhadores e operários de fábricas das imediações. Isso também era um entrave para o mercado imobiliário, pois os imóveis na proximidade acabavam desvalorizando, semelhante ao que ocorria com a zona de prostituição. Esses eram espaços, habitantes e sociabilidades, que não apareciam na construção visual da capital do planalto, muito menos nas publicações históricas que circularam em 1957. Com a expansão do centro urbano, seus moradores eram empurrados para fora dos espaços que conheciam valorização imobiliária crescente. Não resistiam ao aumento dos preços dos terrenos e à pressão das lideranças políticas e econômicas, que tinham interesses alinhados nessa questão.

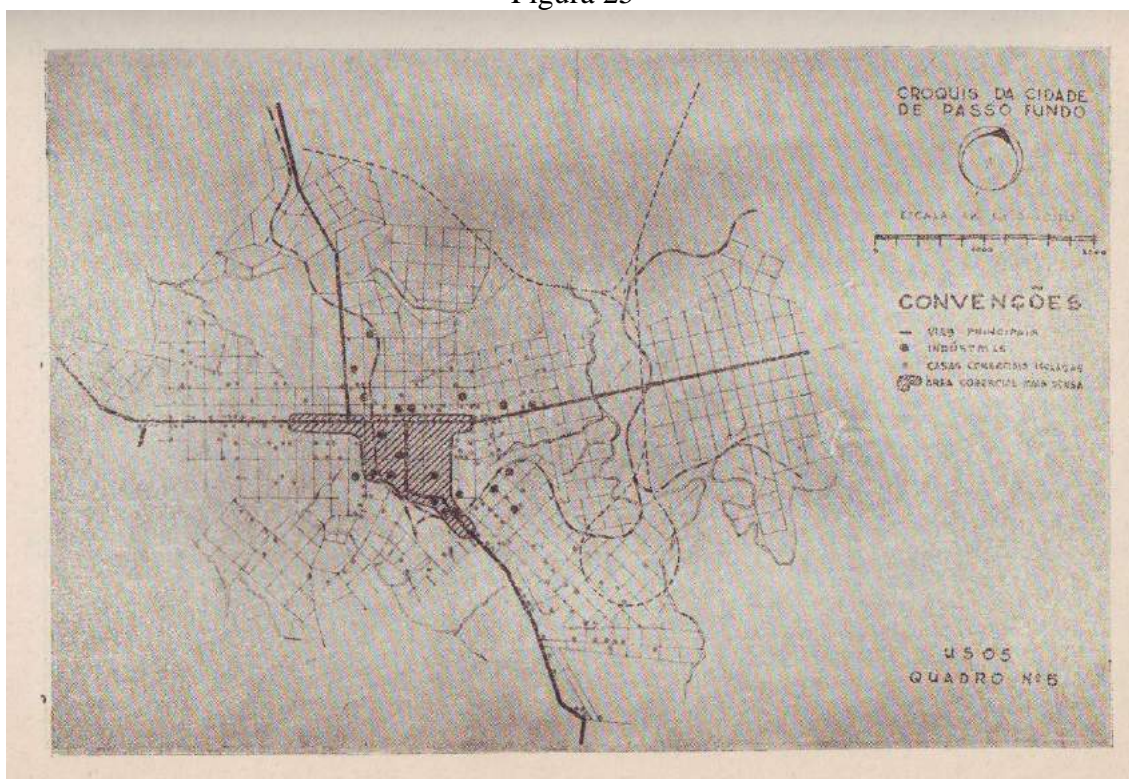
Como o próprio plano destaca, a cidade se expandiu em torno das principais vias, que cortavam a direção em leste-oeste e norte-sul. Posteriormente, com a estação férrea, se desenvolveu outra avenida (avenida Mauá, depois chamada de avenida Presidente Vargas), por onde se expandiu o crescimento urbano. Com o constante aumento populacional, o incremento de trabalhadores e operários, novos loteamentos foram surgindo afastados dessas vias. Era intenção dos grupos envolvidos na organização do centenário que moradores das zonas insalubres nas proximidades das principais vias de transportes (os espaços mais valorizados) se retirassem para esses espaços mais novos e mais distantes do centro "tradicional". Nesse sentido, o plano acaba indo ao encontro desses interesses especulativos locais, embora elaborado por urbanistas de outros municípios, como Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro.

O PDDU destaca a formação e o traçado urbano de Passo Fundo a partir dos "primitivos caminhos", por onde foi "implantado um típico traçado em xadrês, com quarteirões quadrados e ruas de largura padronizada" (PAIVA, et. al., 1953, p. 30). A avenida Brasil é mencionada como a principal das "vias geratrizes", não apenas por seu crescente valor imobiliário, mas por sua importância histórica para os municípios:

A avenida Brasil, além de constituir uma das geratrizes do traçado, assumiu, através dos tempos, marcante importância no acervo material e, principalmente, sentimental dos passo-fundenses. Ela é o sinal mais característico da cidade, está ligada ao seu desenvolvimento. Seu perfil, seu

traçado, suas casas e calçadas, sua conformação enfim, lembra Passo Fundo a todos os que a visitam e conhecem. É via definidora da cidade. (PAIVA, et. al., 1953, p. 30)

Figura 25



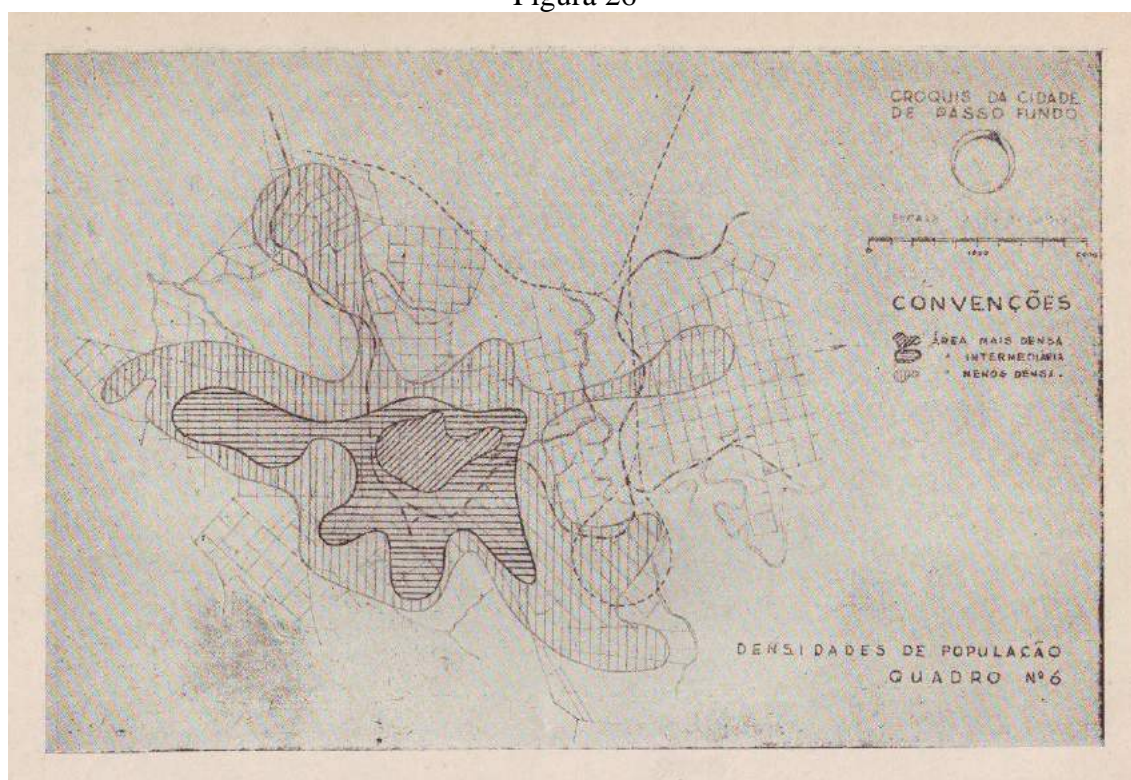
Mapa nº 5 do PDDU de 1953, destacando o centro, as indústrias e as casas comerciais. (PAIVA, et. al., 1953, p. 31)

A avenida Brasil, juntamente com os espaços que circundavam a Praça Marechal Floriano e a estação férrea, caracterizavam o centro. O traçado listrado no centro do mapa é o centro "tradicional", os pontos escuros maiores são as indústrias, e os pequenos pontos mais claros são as casas comerciais. É possível notar que não existe um zoneamento na constituição urbana do município. Várias indústrias estavam instaladas dentro da área central e nas proximidades. Cabe destacar que a definição de indústria usada no plano incluía armazéns utilizados por empresas para estocar produtos a serem transportados via linha férrea. Mas tal miscigenação do espaço urbano, mesclando indústrias, casas comerciais e de serviços, habitações e outras atividades, não era vista como apropriada para uma cidade ordenada. Era um cenário caótico que se apresentava aos urbanistas e demandava uma solução. Embora fosse consenso que esse cenário não havia causado grandes problemas para os habitantes, mas a expansão não poderia continuar de forma aleatória ao longo das vias.



A densidade populacional acompanhava a conformação do centro urbano e de suas proximidades. O centro era o espaço com maior número de habitantes, conforme informa o mapa acima. Os arredores do centro e o Boqueirão constituíam a segunda área mais ocupada. É importante notar que a ocupação populacional se esparramava pela área urbana do centro para as periferias. O centro era densamente ocupado, concentrando atividades comerciais e industriais, contendo habitações de camadas médias e altas economicamente, mas em alguns espaços (especialmente na segunda área de densidade populacional), havia moradias de trabalhadores e operários. Eram áreas concorridas, que atraíam os moradores. Como já eram densamente ocupadas, e altamente valorizadas, o crescimento populacional era direcionado para as áreas periféricas, assentando as novas habitações dos grupos que migravam do centro e arredores para a periferia.

Figura 26



Mapa nº 6 do PDDU de 1953, com a densidade da população. (PAIVA, et. al., 1953, p. 32)

Miranda (2013, p. 42) descreve os efeitos que a industrialização provoca nas cidades. A redução da taxa de mortalidade, o desequilíbrio populacional entre cidade e campo devido à oferta de trabalho, transformou as cidades em palco de tensões econômicas e sociais. As cidades que experimentam rápido crescimento sofrem com



problemas de moradias, especialmente os operários, que acabam alojados nos espaços vazios e sem estrutura adequada devido à especulação imobiliária, mais interessada no lucro que na qualidade de vida dos trabalhadores. Passo Fundo experimenta esse crescimento e essas tensões, na primeira metade do século XX. Segue a descrição do plano sobre a ocupação e sua relação com as atividades econômicas municipais que chamavam atenção dos urbanistas:

As atividades industriais e comerciais tiveram sua localização determinada principalmente pela proximidade das vias de acesso, em primeiro lugar a ferrovia e a Estação. A indústria existente, em sua quase totalidade de beneficiamento de produtos da região próxima e longínqua (madeiras, moinhos de trigo, etc.), procurou se implantar ao longo da linha férrea, de preferência em terrenos de nível mais alto do que esta. O comércio atacadista localizou-se nas proximidades da Estação. O comércio varejista está espalhado principalmente no centro tradicional, a avenida Brasil e a Estação, na rua Moron e no trecho da própria avenida entre a Gal. Neto e os trilhos. Os edifícios públicos, as escolas, as diversões e as principais residências localizam-se, também, na avenida ou suas proximidades e no centro tradicional. As residências médias e proletárias se colocaram nas proximidades dos centros ativos: estação, linha férrea, indústrias e depósitos, quartéis, grandes ginásios, etc. Mesmo as baixadas insalubres ultimamente estão sendo ocupadas por este tipo de vivendas. (PAIVA, et. al., 1953, p. 33)

Conforme Choay (2007, p. 22) indica, "os urbanistas progressistas separam cuidadosamente as zonas de trabalho das zonas de habitat, e estas dos centros cívicos ou dos locais de lazer." Passo Fundo apresentava um quadro caótico em relação à definição de zonas e suas respectivas funções. Naquele momento seria praticamente impossível obrigar estabelecimentos a se mudarem para uma zona industrial. Essa proposta encontraria resistência por parte dos proprietários e dos trabalhadores. Eram indústrias localizadas nas proximidades da estrada de ferro, ou das avenidas que conduziam às rotas de escoamento. O deslocamento dos trabalhadores também seria afetado, o que geraria protestos por parte desse grupo. A solução era delimitar uma zona para os futuros estabelecimentos, proposta que aparece no plano, mas não foi efetivamente colocada em prática.

Nesse sentido, o contexto histórico local impedia uma ruptura com o passado de "modo agressivo", ao gosto dos urbanistas progressistas (CHOAY, 2007, p. 25). É dentro dessa perspectiva que o urbanismo "não escapa totalmente à dimensão imaginária" (CHOAY, 2007, p. 18), pois esses novos planos, como exemplifica o de Passo Fundo, se depararam com diferentes problemas que entravaram sua realização plena. Choay (2007, p. 18) observou esses problemas na formulação de um quadro geral

e sintético sobre o urbanismo progressista: condições econômicas desfavoráveis, o choque com o "poder de estruturas econômicas e administrativas herdadas do século XIX." Embora a situação econômica, de acordo com o poder executivo local, fosse de entusiasmo, grandes alterações urbanas enfrentavam dificuldades (a campanha da remoção da zona do meretrício, um entrave para a especulação imobiliária, por exemplo, levou quase dez anos). A conformação urbana da década de 1950 era herança do século XIX, pois os espaços haviam sido organizados em torno do comércio ao longo da estrada das tropas. A ferrovia, que alterou esse traçado, foi inaugurada em 1898 e seguiu o mesmo caminho, com os estabelecimentos se instalando ao longo de seu caminho, desde hotéis a fábricas e armazéns.

O plano reconhecia: "nas áreas mais densas existe um entremesclamento de atividades com residência, fato, aliás, sem maiores prejuízos para a coletividade, dado o atual nível de desenvolvimento atingido pela cidade" (PAIVA, et. al., 1953, p. 33). O fato de as zonas não estarem definidas, com diferentes funções se mesclando, não atrapalhava apenas pelo nível de desenvolvimento. Mas como as previsões eram de intenso crescimento, seria necessário um planejamento adequado e um devido zoneamento. Também eram listados os "centros de interesse" que contribuía para uma concentração populacional, como as indústrias, a estação férrea e os quartéis. "Existem cerca de 600 ferroviários, 1.200 soldados e 1.800 operários, que formam, com suas famílias, o grosso da população passo-fundense" (PAIVA, et. al., 1953, p. 34). O papel de centro estudantil também era listado como uma atividade crescente, atraindo alunos de toda região norte do estado para o município. Em relação às habitações, o plano estabelecia o seguinte:

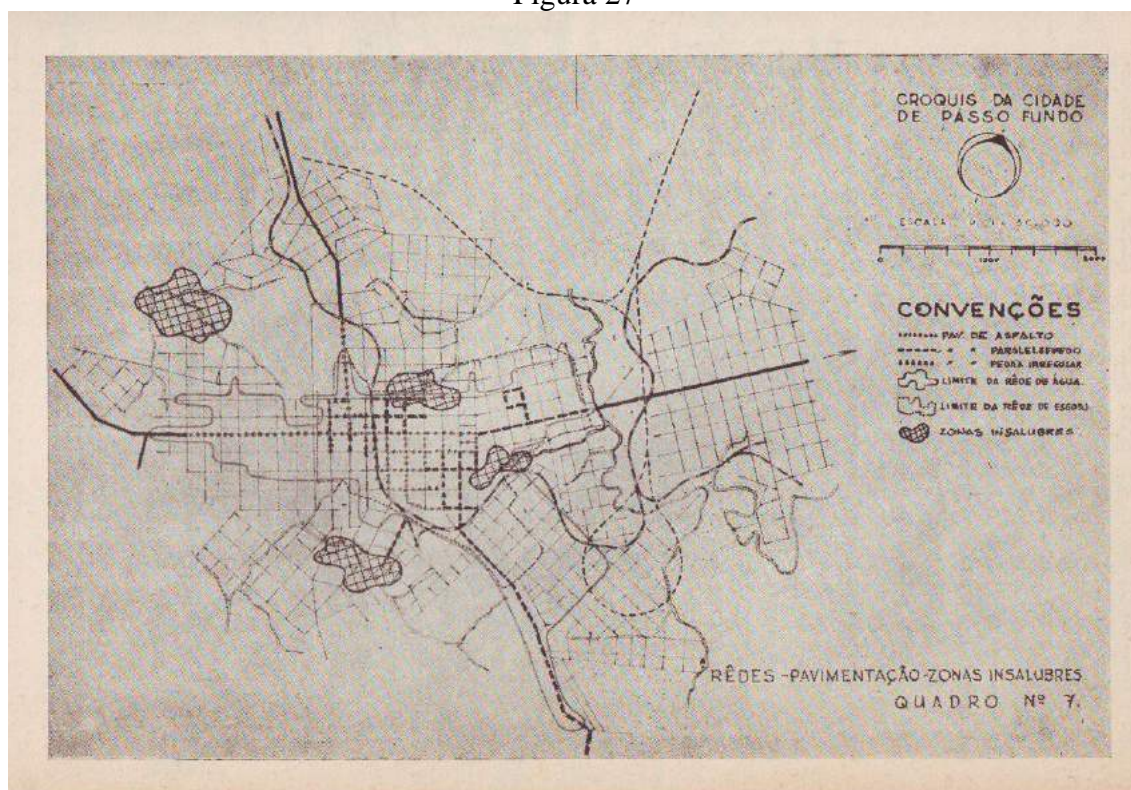
A população de Passo Fundo se aloja, em sua maioria, em más condições. Mantém-se grande número de vivendas obsoletas, principalmente ao longo da avenida (em maior quantidade desde o Boqueirão até a linha férrea - parte mais antiga da cidade). São imóveis antiquíssimos, em mau estado de conservação, habitados por famílias de classe média (e mesmo os de pior estado, por elementos ainda mais pobres), os quais imprimem um aspecto de decadência à várias partes da cidade. As casas de madeira predominam em todas as zonas exteriores ao centro tradicional ou à avenida Brasil. (PAIVA, et. al., 1953, p. 34)

Cabe lembrar que a parte mais antiga da cidade não mereceu atenção na construção visual da capital do planalto. As imagens divulgadas e que circularam na imprensa e nas publicações comemorativas não levaram em consideração as habitações populares "em más condições". O Boqueirão, como visto, figura em poemas

(especialmente de Gomercindo dos Reis) que constroem uma imagem daquele bairro envolta em um carinho nostálgico, quase separado do resto da cidade, como se a partir da linha férrea, subindo a avenida, o pedestre (leitor) entrasse em um outro mundo, uma outra época. Mas não é apenas naquele bairro que as habitações insalubres e em péssimo estado se localizam. Eram apontadas no plano 270 habitações em péssimas condições, ocupadas, como ressaltado, por uma "classe média", ou mesmo "elementos ainda mais pobres". Tais espaços, mesmo aqueles nas proximidades da área central, não aparecem nas publicações comemorativas do centenário. A localização dos prédios considerados insalubres eram:

- Vila Luiza, na parte Sul da cidade;
  - Parte da rua Uruguay, nas proximidades da fábrica Brahma, três ou quatro quarteirões inundáveis (permanente humidade);
  - Parte da rua Eduardo de Brito, situada no Boqueirão;
  - O perímetro compreendido entre as ruas Capitão Eleutério, Independência e Gal Canabarro.
- (PAIVA, et. al., 1953, p. 34)

Figura 27



Mapa nº 7 do PDDU de 1953, com zonas insalubres. (PAIVA, et. al., 1953, p. 35)

As proximidades da fábrica Brahma estavam localizadas praticamente no centro. Muitas habitações do seu entorno eram de operários daquela indústria. O espaço entre as

ruas Capitão Eleutério, Independência e General Canabarro, também se localizava próximo ao centro. Nesse momento, ainda existiam trabalhadores, da classe média, ou mesmo mais pobres, de acordo com o PDDU, residindo em espaços que começavam a se tornar valorizados. Esses grupos habitavam edificações que não condiziam com o imaginário de capital do planalto, não apareceram efetivamente nas publicações comemorativas de 1957 e acabaram, paulatinamente, empurrados para outras áreas da cidade. Ainda sobre as zonas insalubres, concluía o PDDU:

O aspecto plástico da cidade é, assim, relativamente pobre, tendo como características: regularidade, monotonia e grande amplidão de espaços (baixa densidade de construção e ruas excessivamente largas com edificações de um piso em maioria). (PAIVA, et. al., 1953, p. 34)

A conclusão do plano sobre o aspecto (e a visualidade) da cidade se distanciava daquela construída pela imprensa e pelas publicações comemorativas. É possível identificar, a partir do mapa e das conclusões do PDDU, que existiam grupos, com suas respectivas habitações/edificações e espaços de sociabilidade que não aparecem na construção visual e no imaginário de capital do planalto. Os urbanistas, embora identificando Passo Fundo como um centro regional, viam no futuro sua efetivação como capital da região norte do estado. Como já observado, suas considerações sobre a história local mostram influência dos estudos de Xavier e Oliveira, e de uma forma geral o histórico traçado vai ao encontro do imaginário que impregnava o poder público local. Mas suas considerações relativas ao aspecto visual e sobre as residências de populações desfavorecidas economicamente permitem identificar a existência desses grupos na constituição urbana do município, o que permite afirmar sua exclusão de uma visualidade urbana que priorizou o ordenamento, a verticalidade, prédios modernos e o embelezamento das praças. O mapa que apresenta as zonas insalubres pode ser entendido como "uma construção imaginária que tem o poder não só de orientar e dirigir o olhar e a percepção (do real), como também de inventar a paisagem urbana que representa"(FIALHO, 2007, p. 2).

Essas zonas insalubres e as habitações consideradas inadequadas, seja pelo aspecto visual ou pela baixa qualidade, são, inicialmente, uma imagem formulada pelo plano. Os mapas e croquis são produzidos a partir de registros da memória, do imaginário e por narrativas históricas. O que é possível ler em um mapa nasce, portanto, tanto da imaginação de seus autores como da forma urbana existente em Passo Fundo.

Os urbanistas aplicam regras cartográficas específicas de sua escola arquitetônica, mas não é só a técnica o fator decisivo na elaboração do mapa. A partir da leitura dos capítulos do PDDU, é possível identificar pontos de encontro com o imaginário de capital do planalto. Esses pontos também estão presentes na formulação desses mapas. Resolver o problema dessas zonas insalubres, alterar o aspecto plástico pobre e de ar decadente de certas edificações, remover habitações de operários (e de outros grupos) de áreas valorizadas no centro e proximidades não são objetivos apenas do urbanismo moderno e progressista, são necessidades dos grupos que estavam à frente da organização dos festejos do centenário.

"Ainda dentro da feição plástica da cidade, há a considerar o processo funcional do surgimento das principais praças, dentro do mais primitivo traçado xadrez a cobre" (PAIVA, et. al., 1953, p. 36). O PDDU considerava as primeiras praças, que surgiram seguindo o traçado original da cidade, como espaços verdes que tinham a função de sanidade urbana e que haviam sido criados em função de um futuro próximo. Destacava então as principais, como a praça central da igreja (a praça Marechal Floriano), a praça da República (hoje praça Ernesto Tochetto), e a praça em frente ao Hospital da Caridade. "Embora descontínuos (o que na época nenhum prejuízo poderia trazer à vida urbana) os elementos do traçado tinham uma função. O mesmo não se pode dizer dos que surgiram depois" (PAIVA, et. al., 1953, p. 36). De acordo com os urbanistas, cada um dos quarteirões organizados a partir do traçado xadrez reserva um espaço para uma praça. Assim, consideravam as principais como importantes para o funcionamento da cidade, mas não viam motivo para a manutenção de outras. Essa perspectiva não ia ao encontro do urbanismo progressista defendido pelos autores. "O plano deverá organizar esses verdes e harmonizá-los com aqueles que, historicamente, tiveram uma razão de ser, constituindo, ainda hoje, centros de interesse para a vida coletiva" (PAIVA, et. al., 1953, p. 36).

Assim termina a "análise" do plano, que tem um caráter introdutório, para identificar os principais pontos a serem observados na elaboração de um plano com diretrizes gerais para o crescimento urbano. O "pré-plano", que de acordo com Ribeiro (1992, p. 137) era o instrumento de comunicação com a esfera local, tinha, segundo seus autores, "a orientação eminentemente realista que foi dada ao seu estudo" (PAIVA, et. al., 1953, p. 38). Ressaltava que a realidade social e econômica afetava a organização e a possibilidade de colocar em prática suas propostas. O plano só teria possibilidade de concretizar-se "na medida que a vida econômica da região e da própria cidade evolui de

acôrdo com as previsões que serviram de base ao seu estudo urbanístico" (PAIVA, et. al., 1953, p. 38). O futuro constituía peça-chave para o planejamento urbano de Passo Fundo. É importante observar que se trata de um documento técnico que está associado com um projeto político e econômico da cidade, levado a cabo pelo grupo politicamente dominante. Tornar Passo Fundo uma cidade industrial, sem esquecer a relação da indústria com a agricultura, constituía um objetivo central para as visões futuras da capital do planalto. O PDDU trazia uma visão de futuro do mundo urbano dessa cidade imaginada.

Considerando o problema de estabelecer com certeza absoluta uma previsão para economia local e as dificuldades dos municípios brasileiros em reservar recursos para elaboração de grandes obras públicas, "a aplicação feita, no presente plano, das teorias modernas do urbanismo obedeceu às considerações acima e **nesse aspecto está o traço fundamental do trabalho em tôdas as suas etapas**" (PAIVA, et., al., 1953, p.39). O zoneamento da cidade era ponto chave nessa elaboração, seguindo os pressupostos do urbanismo progressista. Mas o plano procurou ser flexível, no sentido de manter os estabelecimentos já instalados ao longo das principais vias. Assim, a solução proposta não limitava inicialmente uma área para estabelecimentos industriais, permitindo "desvios ferroviários e as faixas industriais" para que "as armazenarias cresçam indefinidamente na proporção das solicitações da economia da cidade e da região" (PAIVA, et. al., 1953, p. 40). Também limitava nessa faixa a extensão destinada a essa função, permitindo o estabelecimento de habitações próximas, facilitando o deslocamento de trabalhadores.

Emergia uma espécie de zona industrial alinhada ao trajeto da via férrea. Naquele momento, o entorno da linha férrea nas proximidades do centro já era ocupado. Essa orientação visava a instalar esses armazéns ao longo dos trilhos e de vias de acesso, para afastar edificações com funções industriais ou relacionadas a essa atividade (armazéns, indústrias e habitações operárias) da área central. "A zona central será objeto de uma legislação que permitirá tôdas as atividades excetuadas as industriais" (PAIVA, et. al., 1953, p. 40). Essa proposta, adequada à tendência urbanista que serviu de base para o PDDU, ia ao encontro do crescente mercado imobiliário que emergia com força em Passo Fundo na década de 1950. Construir indústrias próximas à área central tenderia a desvalorizar certas áreas, bem como a ocupar espaços imensos, impossibilitando a exploração vertical, que multiplicaria o valor das construções. Assim, era prevista uma zona residencial, ou zonas, próximas às vias de maior

circulação. O comércio, que já era observado nessas ruas e avenidas, seria mantido para possibilitar uma integração entre residências, vias de circulação e atividades comerciais. Mas havia indicação de que as residências fossem localizadas em travessas, próximas às principais vias, reservadas às casas comerciais.

Assim, de forma geral, surgia a delimitação "das zonas da cidade: industrial por um lado, e residencial-comercial, por outro lado" (PAIVA, et. al., 1953, p. 42). Além desse estabelecimento de duas grandes e flexíveis zonas que orientariam o crescimento urbano, o plano previa a manutenção e ampliação das vias de circulação existentes. Em síntese, cumpririam o mesmo papel, atravessando e ligando os espaços periféricos ao centro. Também foram definidos os espaços dos "órgãos principais" que obedeceram aos critérios de "acessibilidade" e à "existência de áreas que pudessem ser utilizadas para sua construção" (PAIVA, et. al., 1953, p. 42). Esses órgãos eram o centro cívico, a universidade e o centro esportivo, este último deveria ter caráter monumental, e por isso foi escolhida uma área maior. O plano também levava em conta as zonas verdes, que deveriam cumprir três funções principais: a função higiênica, de renovação do ar, uma função de compor espaços da cidade, de servir de ponto de encontro para os munícipes, e uma função estética, onde era prevista a ligação das zonas por avenidas e a instalação de prédios públicos nessas áreas. O terceiro tópico do PDDU, intitulado "plano", tem a função essencial de estabelecer o ordenamento das zonas da cidade:

O estudo do plano final constituiu, de um lado, na caracterização e delimitação mais exatas das zonas de uso, altura e grau de ocupação dos lotes e, de outro, na organização dos arruamentos nas zonas de extensão da cidade e nas áreas exteriores ao centro tradicional. (PAIVA, et. al., 1953, p. 52)

A zona norte da cidade havia sido delimitada para depósitos e indústrias, porém os urbanistas chegaram à conclusão de que as condições "topográficas no lugar adotado não eram favoráveis para essa função" (PAIVA, et. al., 1953, p. 52). Assim, a zona de uma área industrial ficaria para ser indicada "futuramente". O plano indicava a criação de quatro zonas: a zona A, que compreendia todas as ruas residenciais, onde seria permitida a construção de edificações para habitação; a zona B, ruas escolhidas para a função comercial, servindo diretamente as ruas residenciais; zona C, o centro tradicional, a área mais densa, onde seriam permitidos todos os usos, menos industrial e de depósito; zona D, que abrangia uma parte do centro tradicional, que mantinha os usos desse espaço delimitados na zona C, mas seria permitida a instalação de indústrias

e depósitos; zona E, reservada apenas para a função industrial e localizada ao longo das principais linhas férreas. Em relação ao estabelecimento de novos arruamentos, o PDDU indicava que pouca coisa seria alterada no centro tradicional. As maiores mudanças ocorreriam em loteamentos mais afastados, que deveria se aproximar das vias geratrizes. Porém, algumas alterações traziam certos problemas:

Ao sul do centro tradicional, nas proximidades do futuro Centro Cívico e em zona que foi previsto o saneamento, através da canalização dos cursos d'água, existe atualmente um traçado desordenado e um caserio de baixo valor, ocupado por sectores proletários, principalmente trabalhadores da V.F.R.G.S. A mudança da Estação e das oficinas para novo local provocará a emigração desses habitantes para as novas zonas de habitação operária. O saneamento previsto provocará a valorização da zona sul. (PAIVA, et. al., 1953, p. 53-54)

Mais uma vez são mencionados os "proletários", com habitações próximas ao centro que não aparecem na construção visual durante as comemorações do centenário. A reordenação do arruamento implicaria a remoção desses grupos para áreas mais afastadas. A previsão da construção de um centro cívico no local e seu respectivo saneamento valorizaram aquela área. Outra porta aberta para especulação imobiliária que transformou a paisagem urbana de Passo Fundo. Para essa região do centro, o plano previa grandes alterações, fechando ruas e abrindo novas, dividindo quarteirões considerados de tamanho excessivo, criando novos loteamentos habitáveis. "É lógico que o grande parque previsto será o elemento mais importante do bairro" (PAIVA, et. al., 1953, p. 54). Esse parque teria ligação por uma avenida com o centro cívico, produzindo um efeito "de grande valor paisagístico e plástico, reunindo assim esses dois elementos importantes" (PAIVA, et. al., 1953, p. 54).

Embora a estação férrea não tenha sido removida plenamente, sobrando um pavilhão e os muros que circundavam a entrada, bem como apenas algumas casas de operários<sup>79</sup>, essa proposta do plano foi executada em parte. Aquela área passou a abrigar um parque (o Parque da Gare). Embora a proposta idealizada não tenha sido colocada plenamente em prática, de acordo com os moldes indicados no PDDU, aquele espaço foi completamente transformado nas décadas seguintes. O Boqueirão não sofreu grandes alterações, continuou sendo uma área residencial. Apenas foi previsto o saneamento e o tratamento, ou embelezamento, da avenida Brasil no trecho daquele bairro. Já para zona norte, havia sido prevista a criação de um estádio municipal nas

---

<sup>79</sup> Para maiores referências sobre a Estação Férrea de Passo Fundo e seu processo de tombamento como patrimônio histórico, consultar: KNACK, 2007.



proximidades, projeto que não foi efetivado. A zona leste, afastada do centro tradicional, próxima à nova estação ferroviária, havia sido definida pelo plano "como zona de habitação operária". Não foi levado adiante, naquele espaço da cidade, nenhum projeto dedicado exclusivamente para habitação operária. Parte daquela área, a partir da década de 1970, passou a abrigar o poder executivo e legislativo municipal.

Em relação às avenidas, as principais vias de acesso da cidade, o plano manteve seu trajeto, não indicando alterações de grande impacto. A avenida Brasil foi a única via que mereceu uma consideração especial. São apresentadas explicações para a largura excessiva e a diferença de tamanho dessa avenida nos seus diferentes trechos. A parte chamada de "mato do Barão", que, na primeira fase de ocupação recebia uma concentração de carretas, carros de transporte e muares (PAIVA, et. al., 1953, p. 57) proporcionou seu trecho mais largo. "Continuando em direção ao Passo, há uma redução de largura. Os alinhamentos se aproximam, à medida que descem para o rio" (PAIVA, et. al., 1953, p. 57). Esse espaço naquele momento inicial de ocupação e formação do território urbano nunca foi densamente ocupado, apresentando inclusive grandes trechos de mata nativa.

Portanto, o que pode para alguns parecer absurdo - a variação de largura da avenida Brasil ao longo de seu percurso realmente não o é. Teve sua razão de ser, a sua significação e atendeu a uma função que era a mais importante, porque garantia a existência do aglomerado como tal. Tem importância como valor histórico e continua sendo uma das peculiaridades mais características; a mais modeladora, talvez da feição de Passo Fundo como traçado urbano. Sua conservação com as mesmas larguras, isto é, com aquelas que nos foram trazidas pela história da cidade, representa a defesa de um elemento tradicional. (PAIVA, et. al., 1953, p. 57)

Era prevista a divisão da avenida em três trechos, com funções distintas para a cidade. O trecho A, caracterizado como zona residencial, ficaria entre a "extremidade ocidental até a incidência da rua Teixeira Soares", tendo canteiros centrais como "eixo plástico fundamental", destinado a diversas atividades de lazer; para o trecho B, identificado entre "a incidência da rua Teixeira Soares até a Praça da República", era prevista "uma valorização de tratamento do eixo plástico fundamental", ou seja, os canteiros centrais; o trecho C, entre "a Praça da República até a nova linha férrea", localizado em uma zona onde a previsão era de tráfego intenso, previa a utilização de vegetação vertical, por ter a largura dos canteiros diminuída. (PAIVA, et. al., 1953, p. 62-63). Dessa forma, não foi proposta nenhuma alteração estrutural dessa via, apenas indicações de ordem estética, referentes ao paisagismo e embelezamento de seus

canteiros. Após essas considerações sobre as avenidas e ruas principais, são estabelecidas as indicações para os "órgãos": o centro cívico, o estádio e o mercado. Sobre o primeiro, o plano considerava o seguinte:

Passo Fundo, fugindo à regra das cidades brasileiras, não reuniu em tórno da "praça tradicional" os órgãos dos poderes civil e religioso. A Prefeitura está localizada na avenida Brasil; a mais antiga igreja, na Praça Tamandaré; a nova Catedral, em construção, na Praça Mal. Floriano; o Fôro encontra-se, em edifício adaptado, na av. General Neto. Nessas condições, a criação de um Centro Cívico em local inteiramente novo não representa violência contra qualquer outro local escolhido pela tradição. (PAIVA, et. al., 1953, p. 64)

A ideia da criação de um centro cívico, reunindo os prédios da administração pública e da justiça visava a facilitar o acesso dos cidadãos a esses espaços. Seria uma espécie de zona dos poderes dentro da cidade, sem descuidar do aspecto paisagístico que o local deveria ter. Porém, "além de correção funcional, caráter e beleza é preciso que o conjunto dos edifícios de propriedade comunal cumpram uma finalidade expressiva bem determinada" (PAIVA, et. al., 1953, p. 65). Os urbanistas compreendiam a criação de um centro cívico como uma espécie de coração da cidade, capaz de estimular o sentimento de pertencimento e valorização coletiva dos bens públicos e do município. Esse órgão era um elemento importante dessa visão futura de Passo Fundo:

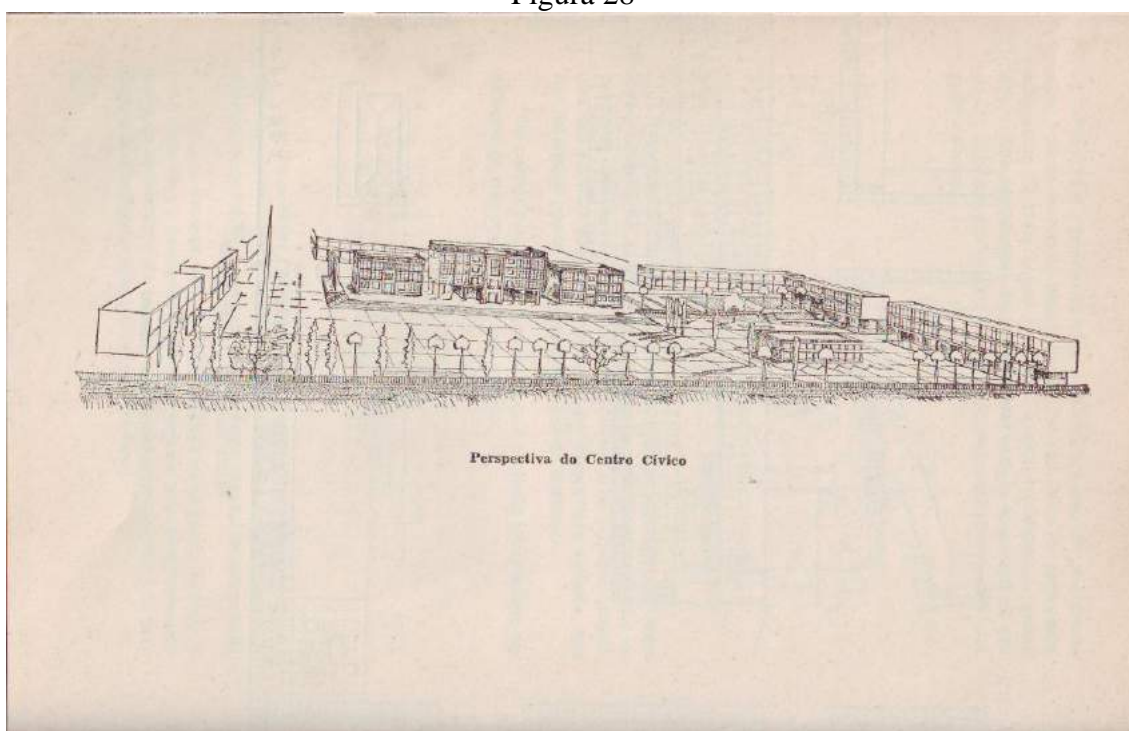
Quando o regime é democrático, o povo pode desenvolver um acentuado senso da sua propriedade sôbre as obras de caráter público. A bela praça, a Prefeitura imponente, as ruas bem cuidadas etc. constituem motivos de orgulho para a população de um município. O cidadão vê nessas obras não uma simples iniciativa partidária, de grupo ou de classe, mas o resultado do seu trabalho somado ao trabalho dos seus concidadãos. Êste sentimento positivo, êste justo orgulho pelas realizações do município - que leva, em geral, à emulação com os municípios vizinhos - deve ser acentuado e conduzido no sentido da educação cívica e política. As obras arquitetônicas, mais do que outras quaisquer, podem cumprir esta função nobre e progressista. (PAIVA, et. al., 1953, p. 65)

Cidade e cidadão são noções indissociáveis. A palavra cidade se refere também ao ambiente construído, não apenas às formas arquitetônicas que compõem sua configuração urbana. Esse ambiente é a existência social do mundo urbano, que é histórica e se transforma continuamente. Pereira (2001, p. 264) indica que para o dimensionamento político da palavra cidade é fundamental "a associação dos cognatos cidadão, cidadão e cidadania, utilizados respectivamente desde os séculos XIII, XVI e XX." Essas palavras referem-se ao "ambiente construído" e têm sua origem na palavra

cidade. Weber (1967, p. 89) também reconhecia "o caráter de associação da cidade e o conceito de cidadão" em oposição ao mundo rural, ao rústico. Os urbanistas entendiam que o elemento principal do espírito cívico de uma cidade emanava da esfera política. A arquitetura poderia assumir o papel de vetor desse orgulho do habitante da cidade.

Quando os edifícios constituem um conjunto monumental, composto de maneira a expressar dignidade e equilíbrio; e suas formas e elementos são familiares e acessíveis a compreensão estética do povo, reúne-se aos valores anteriormente citados (utilidade, caráter e beleza) o valor artístico, o mais rico valor arquitetônico. A obra de arquitetura, então, cumpre sua finalidade cívico-política. (PAIVA, et. al., 1953, p. 65)

Figura 28



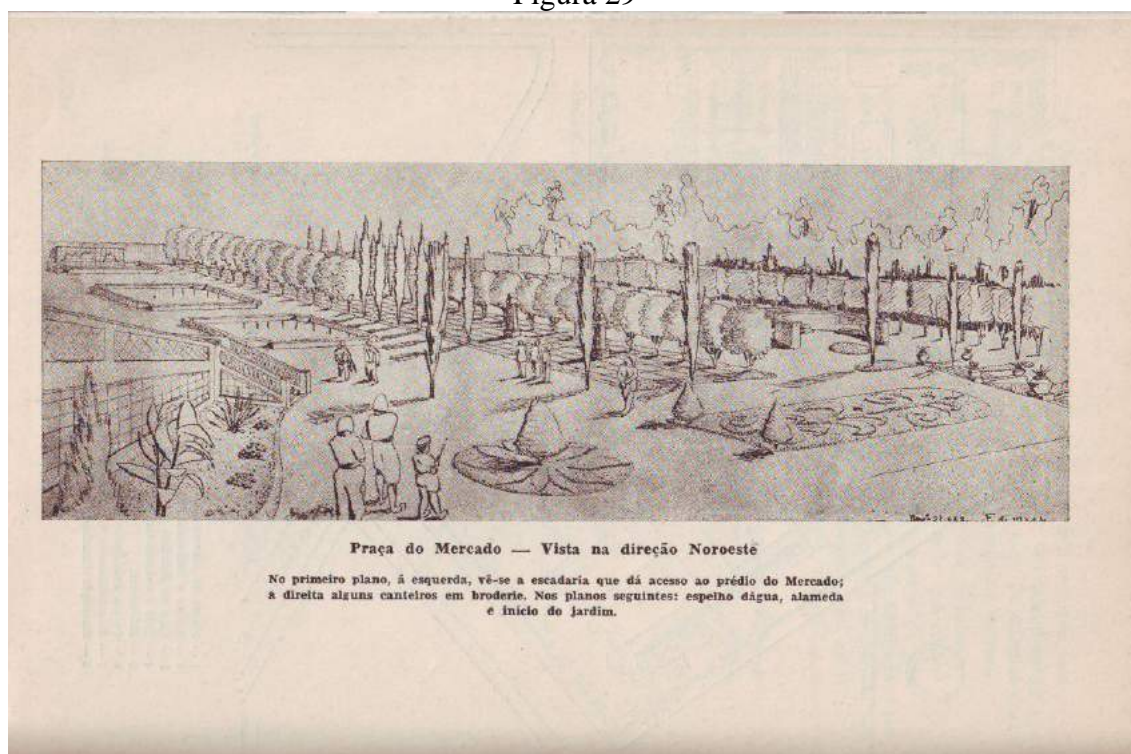
Perspectiva do Centro Cívico (PAIVA, et. al., 1953, p. 68).

O centro cívico deveria compreender a Prefeitura, o Fórum, a Biblioteca Municipal, a Estação Rodoviária (atrás e abaixo dos três maiores prédios que aparecem no centro do desenho - o terreno onde seria localizado apresenta um declive), espaço para prédios comerciais e monumentos. Localizado ao fim da rua General Neto, passando a Praça Marechal Floriano e a estação férrea, estaria ao lado do "centro tradicional". Constituiria um eixo comercial e político da cidade. Essa proposta alteraria o traçado urbano e o cotidiano dos munícipes. Uma feição imaginada pelos urbanistas para a capital do planalto. Essa imagem, contida no projeto urbano, deveria estar de acordo com "valores plásticos que façam parte do patrimônio da nossa cultura nacional;

que, pelas linhas dominantes da composição, os edifícios expressem nobreza e altivez" (PAIVA, et. al., 1953, p. 69).

Para o outro órgão referido pelo plano, o Estádio Municipal, são realizadas apenas algumas considerações sobre o lugar selecionado para sua construção. Deveria ser em um ponto de fácil acesso para a zona leste e o centro. Era previsto um intenso crescimento populacional na zona leste, e o centro poderia servir como ponto de acesso até o estádio para os munícipes de outros bairros. Em relação ao Mercado Público, foi prevista a construção de uma praça nas imediações da rua General Canabarro, Fagundes dos Reis, Benjamins Constant e os trilhos da estrada de ferro, que daria beleza e acesso ao mercado. Era prevista a construção de jardins, alamedas, avenidas, zonas de jogos. Esses projetos, como dispostos no PDDU de 1953, não foram executados. Permanecem como um conjunto de imagens de um futuro imaginado para Passo Fundo na década de 1950.

Figura 29



Perspectiva da Praça do Mercado (PAIVA, et. al., 1953, p.76).

O quarto item do PDDU, que versa sobre a aplicação do plano, procura estabelecer diretrizes iniciais para as normas do zoneamento, abertura de novas ruas, recuos de alinhamento, aquisição de áreas para os verdes coletivos e para a localização dos órgãos funcionais. Como eram previstas algumas alterações, também constava

regras para indenização dos proprietários que poderiam ter parte de seus terrenos reduzidos ou afetados de alguma maneira, especialmente a partir de desapropriações. Também apresenta detalhes sobre os zoneamentos, retificando as atividades específicas de cada zona. Além dessas determinações, estabelece as diretrizes dos loteamentos, da "contribuição de melhorias", uma espécie de imposto sobre imóveis que tenham sido beneficiados pelas melhorias desencadeadas pela execução do plano, e, concluindo, ainda estabelece regras para os arruamentos.

Este era o instrumento que deveria dar forma a uma cidade que aspirava se afirmar como centro regional. A influência do imaginário capital do planalto está presente na elaboração de políticas públicas em Passo Fundo. Nesse caso, não é possível analisar, pensar o desenvolvimento urbano municipal sem levar em consideração a dimensão e o papel que o imaginário assume na vida em sociedade; ou, de forma mais precisa, as tênues, mas importantes, relações entre a memória e o imaginário. Existe uma confluência de elementos que formam a constelação de um imaginário progressista, presente no PDDU. Esses elementos faziam parte de um contexto histórico e social mais amplo que um município do interior do Rio Grande do Sul, porém se entrelaçaram com características singulares do local, como a vontade de tornar a cidade uma capital, também fruto de um sonho progressista, mas que tem sua raiz no início do século XX. O plano propunha uma cidade aos moldes do urbanismo, que, "de inspiração fordista, seria tão disciplinada e ordeira que cada atividade do dia-a-dia teria o seu lugar predeterminado." (KIEFER, 2006, p. 408)

Assim como na visualidade urbana desenhada durante as comemorações do centenário, o projeto e a previsão para o crescimento urbano deveria ser ordeira. Ordem era imprescindível para o crescimento. A imagem da capital do planalto, presente (nas publicações comemorativas) e futura (na projeção do plano), alinhava ordem e progresso. O zoneamento, proposta dos urbanistas modernos, ia perfeitamente ao encontro do ideal projetado para Passo Fundo. Determinar e distribuir funções fariam funcionar a "urbs". Mesmo que para isso fosse necessário apropriação, remoção de determinados grupos, como os operários que não estavam situados no lugar correto, próximos demais ao centro comercial e financeiro. Também eram previstas demolições, uma vez que o aspecto "plástico", especialmente das camadas mais pobres da sociedade, conferia um aspecto decadente ao município.

Essas tendências urbanísticas não eram novidade no Brasil, pois "a associação entre a idéia de progresso e movimento moderno, principalmente com a priorização do

que é novo, vai se entranhar de tal modo na cultura brasileira que até hoje vivemos seus efeitos" (KIEFER, 2006, p. 409). Expressão máxima dessa ideia de progresso é a construção de Brasília, que consolidou "a idéia de que a modernidade é progresso e de que o *país do futuro* poderia viver seu futuro desde que ressetasse sua história" (KIEFER, 2006, p. 411). Essa visão não é particular do Brasil, é compartilhada, de uma forma geral, nos processos de modernização na América Latina, como destaca Reguillo (2005, p. 204):

Um denominador comum no processo de modernização latino-americana, é o da configuração de um projeto "nacional" que se armou sob três processos fundamentais: o aniquilamento, a exclusão e a redução do outro "arcaico", do outro primitivo, do outro degredado, o que se traduziu na prática na negação histórica e, abstratamente, em processos e práticas culturais que, concretamente, estavam vinculados a certas categorias identitárias, quer dizer, a grupos que sob esta perspectiva, foram pensados como lastros que impediam o salto à modernidade promovida pelas elites políticas e intelectuais de cada país.

Embora o PDDU de 1953 não indicasse amplas demolições, mostrando certa flexibilidade no estabelecimento de algumas zonas, era uma proposta que visava a mudar a feição de uma cidade que resguardava traços, arquitetônicos e urbanísticos, de uma cidade do século XIX. De fato, os problemas de uma cidade que começava a crescer em ritmo acelerado apareciam na imprensa local. Era necessário tomar providências, e o plano foi a proposta pensada pelas elites políticas. As determinações do plano, como já argumentado, seguem as tendências do urbanismo modernista e, dentro desse parâmetro, foi produzido um documento importante para regular a urbanização de Passo Fundo. Seus elaboradores visavam, de acordo com suas ideias, a uma cidade melhor. Mas tais transformações não fugiam de um quadro que estava se alastrando pelo país. Ocorriam certas práticas, como registrado na imprensa local, que excluía indesejados do centro, espaço mais valorizado (o caso das meretrizes), e o plano previa realocação de operários de áreas centrais, que, ao que tudo indicava, teriam valorização crescente (o que a especulação imobiliária confirmou ao longo das décadas).

O plano procurava solver alguns dos problemas apresentados, como as questões relativas ao trânsito, regular e ordenar as atividades industriais, dentre outras melhorias propostas. Mas assim como na construção da memória, da história e da visualidade urbana, determinados grupos acabaram ficando à margem dessa nova e futura imagem de Passo Fundo. A sugestão do deslocamento de trabalhadores, de cuidados estéticos

para com habitações insalubres e casebres são exemplos, ou indícios, da exclusão de certas características que formavam a cidade naquele contexto. São grupos que acabaram (não necessariamente por causa do plano, mas também por outras forças, como a especulação imobiliária, as tentativas de harmonizar as vizinhanças, etc.) empurrados para regiões periféricas em relação ao centro imaginado e legitimado pelos urbanistas e pelas elites políticas e econômicas.

### **4.3 As fotografias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**

O uso da fotografia na arquitetura e urbanismo merece considerações particulares. Obviamente, não é possível dissociar as imagens dos textos em um documento como um plano diretor. Não obstante sua relação complementar, que será explicitada neste item, as fotografias podem ser utilizadas com diferentes objetivos e produzir efeitos distintos dentro do documento. O PDDU de 1953 apresenta 36 fotos da cidade de Passo Fundo, com diferentes tamanhos e em diferentes itens no transcorrer do plano. Seu caráter não é meramente ilustrativo, embora o uso dessas fotos contribua, entre outras funções, para caracterizar visualmente a cidade e determinados espaços a serem mantidos e/ou remodelados a partir das propostas estabelecidas pelos urbanistas. Como esse plano foi tornado lei em 1957, suas imagens também fazem parte da dimensão visual das comemorações do centenário.

Inicialmente, é importante considerar que a fotografia pode ser utilizada, com diferentes finalidades, em uma série de publicações. Nesse caso, trata-se de um documento específico, de caráter técnico - um plano diretor. Para Vieira (2012, p. 39), a fotografia na arquitetura "pode ser classificada pela sua intenção de ser uma expressão artística de seu autor ou pela intenção de servir como uma ferramenta de representação da arquitetura", ressaltando que ambas funções podem ser identificadas em uma mesma foto. Fotografias de edificações ou de espaços urbanos podem conter atributos artísticos, mas não é esse seu objetivo primário. As fotografias de representação arquitetônica<sup>80</sup> objetivam informar algo sobre o objeto retratado, geralmente estão, ou devem estar,

---

<sup>80</sup> Para Vieira (2012, p.68), "as funções da representação em arquitetura são apresentar, comunicar, documentar", relacionadas ainda com a intenção comunicativa de seu autor. De uma forma geral, "a representação em arquitetura tem como objetivo primordial permitir a materialização de uma realidade imaginada, fruto de uma concepção autoral" (VIEIRA, 2012, p. 216). A fotografia é um meio de representar a arquitetura, entre tantos outros, como maquetes, mapas, desenhos, protótipos, etc.

seguindo orientações técnicas, são menos subjetivas que uma fotografia com outra finalidade, se aproximando da fotografia-documento descrita por Rouillé (2009, p. 62):

[...]a fotografia-documento refere-se inteiramente a alguma coisa palpável, material, preexistente, a uma realidade desconhecida, em que se fixa com a finalidade de registrar as pistas e reproduzir fielmente a aparência. Essa metafísica da representação, que se baseia tanto nas capacidades analógicas do sistema ótico quanto na lógica de impressão do dispositivo químico, leva a uma ética da exatidão e a uma estética da transparência.

Porém, mesmo estas imagens "são portadoras daqueles elementos que se aproximam mais do sonho, da imaginação e das sensibilidades" (POSSAMAI, 2008, p. 254). As fotografias utilizadas no plano fazem parte de um imaginário, também possuem uma "aura"<sup>81</sup> artística. A própria busca por uma objetividade ao retratar espaços específicos também é subjetiva. Cabe lembrar que o espaço retratado é sempre uma construção, independente da finalidade que o autor atribui à foto ou ao seu uso posterior.

No caso das vistas urbanas, a imagem fotográfica permite observar as transformações ocorridas num determinado espaço através do tempo. O espaço é construído pelo olhar fotográfico através do enquadramento, que seleciona os limites contidos em um espaço maior existente. (POSSAMAI, 2008, p. 255)

As 36 fotos do plano possuem enquadramentos, temas, funções e tamanhos diferentes. Como Vieira (2012, p. 40) destaca, a "fotografia técnica está comprometida com o lugar/objeto que se deseja fotografar", em ser um registro fiel ao que se fotografou, sem deixar margens para diferentes interpretações. "Há, neste caso, uma intenção: a busca de uma apresentação/representação capaz de recriar, no imaginário do receptor, aquilo que estava lá, o mais precisamente possível" (VIEIRA, 2012, p. 40). Desde o século XIX, "a fotografia foi revestida de um caráter documental, sendo chamada a dar conta das profundas e rápidas transformações pelas quais passavam as grandes cidades (POSSAMAI, 2008a, p. 68). Essa perspectiva de "registro objetivo", de

---

<sup>81</sup> Referência ao conceito de Benjamin (1975), a aura seria o significado atribuído, relacionado à autenticidade de uma obra de arte. Na era da reprodutibilidade técnica, as fotografias não poderiam ser definidas por sua autenticidade, seu valor de culto, com exceção de fotos de entes queridos falecidos, que estariam dentro de um culto de recordação, "mas, desde que o homem está ausente da fotografia, o valor de exibição sobrepõe-se decididamente ao valor de culto" (BENJAMIN, 1975, p. 19). Fotografias da cidade, vistas urbanas, como nos trabalhos de Eugène Atget, citado por Benjamin, adquirem uma aura ao serem exibidas ao público, sua exposição leva o observador a um estado de contemplação sobre a cidade a partir do olhar do fotógrafo, não importa se aquela imagem é uma reprodução, não é sua autenticidade que define a fotografia e/ou essa relação entre observador e objeto observado.



"fidelidade incontestável" da realidade está presente em diversas imagens arquitetônicas, o que condiciona determinado padrão para essas fotografias. O responsável pelas representações fotográficas do plano era Nestor Nadruz, fotógrafo e urbanista que trabalhou com Edvaldo Pereira Paiva em diversos projetos:

Nestor Ibrahim Nadruz (1928) iniciou sua vida profissional como fotógrafo em 1948. Foi fotógrafo da revista *O Globo* e trabalhou como *free-lancer* para arquitetos como Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Pereira Paiva e Carlos Maximiliano Fayet. Incentivado por Demétrio Ribeiro e Moacyr Moojen Marques a estudar arquitetura, diplomou-se em 1957. Ainda estudante, em 1956, a convite de Paiva, começou a trabalhar na Prefeitura de Porto Alegre como fotógrafo e desenhista, sendo mais tarde efetivado como arquiteto e urbanista. Integrou a equipe chefiada por Paiva na Divisão de Urbanismo da Secretaria de Obras, onde funcionava, sob sua gerência, um laboratório fotográfico. Ainda quando estudante colaborou para os Planos de Caxias do Sul, Passo Fundo e Florianópolis. (BARRETO, 2010, p. 4)

A série de 36 fotografias contidas no plano não foi, portanto, elaborada por um fotógrafo que desconhecia a arquitetura e urbanismo enquanto disciplina acadêmica. Além de ter formação na área, também era um fotógrafo profissional. Nadruz conseguiu unir as duas carreiras e com uma Rolleyflex produziu as fotografias utilizadas no PDDU. Como Vieira (2012, p. 58) adverte, é impossível "fazer um registro que englobe a totalidade do objeto arquitetônico", pois cada indivíduo experiencia o lugar com seu conjunto de valores, com suas memórias e sua imaginação. Para Fuão (2000, p. 12), os arquitetos têm mostrado "a eterna perpetuação da ausência da figura humana na representação arquitetônica, seja por fotos, seja por projeções." A busca em retratar um objeto, como um edifício, uma rua, uma praça, da forma mais objetiva possível para um uso técnico e científico é, na verdade, parte da subjetividade do indivíduo que fotografa.

Para fotógrafos e arquitetos, persiste até hoje o mito de que capturar a presença de um sorriso, a expressão de satisfação ou de tristeza de alguém se constitui numa linguagem fotográfica não científica e não aplicável à arquitetura; nada mais errôneo que a idéia de que a arquitetura e a cidade devem falar por si mesmas, sem a intromissão de seus moradores. Retirar a figura humana da fotografia de arquitetura é retirar a alma da cidade e da própria arquitetura, é ver nelas somente a beleza e o caráter objetivo. (FUÃO, 2000, p. 12)

A ausência dos seres humanos de uma fotografia remove as relações sociais do espaço urbano, representando-o despido de sua existência social e de sua historicidade. Crer que uma fotografia, ou mesmo uma edificação, pode falar por si mesma, e que isso caracteriza a busca pela objetividade nesse tipo de foto, é cair em uma armadilha dessa

pretensa cientificidade. Tanto a foto como o edifício só existem a partir da linguagem, da memória e da imaginação dos homens. Foto e edifício são construídos por códigos, por escolhas técnicas e subjetivas de seus autores/construtores, pois "a fotografia de arquitetura é uma atividade que transita entre a precisão científica e a arte" (VIEIRA, 2012, p. 227).

Nadruz segue essa tendência de capturar um registro fidedigno de cenas da cidade, de buscar a objetividade na fotografia de arquitetura, o que não exclui o caráter estético, ou mesmo artístico, de suas produções, mas "a utilidade prevaleceria sobre a estética, e a beleza seria somente um acessório facultativo" (ROUILLÉ, 2009, p. 61). Embora algumas de suas fotos no PDDU de Passo Fundo apresentem pessoas andando nas praças e ruas, não é possível observar com clareza formas de sociabilidade nesses espaços. Isso seria um elemento importante, pois poderia revelar hábitos do cotidiano urbano, as formas como a comunidade se relacionava com os espaços da cidade, a partir (e pelo filtro) do olhar do fotógrafo. Mas esse uso implicaria um outro olhar sobre a fotografia, que a percebesse como sujeito, capaz de produzir sentido ao ser um recorte de uma imagem mais ampla, enfim, perceber a subjetividade que existe no ato fotográfico. Tal mentalidade não era difundida naquele contexto histórico e naquele meio profissional na década de 1950.

A visão moderna se forma a partir da utilização deste instrumento que permite ampliar a capacidade da visão humana sedimentando os conceitos estéticos baseados na higiene visual, ou seja, baseados no conceito de visibilidade (luminosidade) e de visualização dos objetos (distanciamento). (VIEIRA, 2012, p. 226)

Para Fuão (2000, p. 12), fotógrafos e arquitetos não deveriam usar "a pretensa virtude do isolamento" para tornar o objeto fotografado algo objetivo. Por trás dessa intenção está o objetivo de mostrar como a arquitetura pode ser copiada, inspirar outros profissionais, para isso "ela deve possuir clareza e legibilidade suficientes para a compreensão do espaço tal como é" (FUÃO, 2000, p. 13). As fotografias de Nadruz não apresentam as obras executadas pelo plano. Elas têm um caráter, uma função documental dentro do PDDU. O conjunto procura dar a ideia ao leitor/observador de como Passo Fundo estava configurada, e, em certos casos, servir como evidência para justificar aquilo que deveria ser alterado. Mesmo assim, suas fotos apresentam essas características da "visão moderna" - luminosidade, para uma melhor visibilidade, e distanciamento, para proporcionar uma legibilidade clara do objeto fotografado. A foto

da capa do PDDU apresenta a reprodução de uma "imagem guia" de Passo Fundo, que marcou a visualidade urbana durante o centenário, a Praça Marechal Floriano.

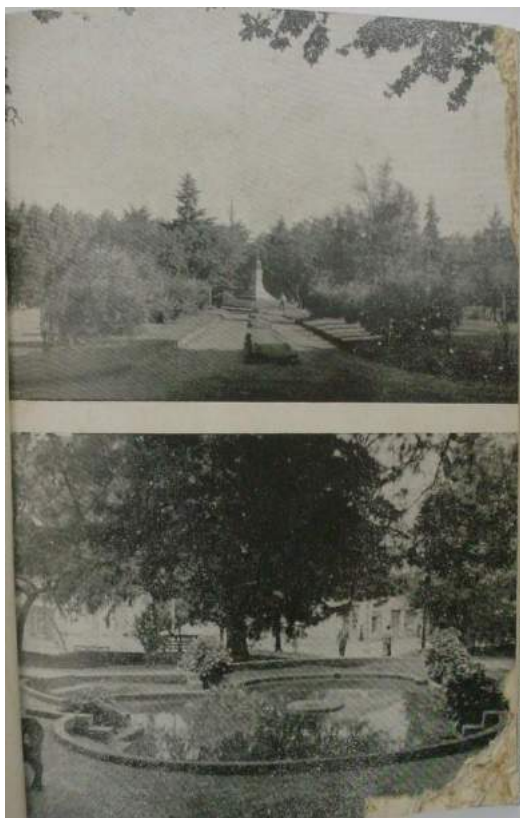
Figura 30



Capa do PDDU de 1953 (PAIVA, et. al., 1953).

Fuão (2000, p. 14) critica o "uso tradicional" da fotografia por urbanistas e arquitetos, que retratam uma cidade vazia "achando que o que se vê nas revistas e nas fotos é exatamente aquilo que há 'lá fora', e não conseguem perceber que esses edifícios, que essas fotografias, fazem parte de uma cidade imaginária." Embora a imagem na capa do plano produza um efeito dinâmico, mostrando quatro pessoas em uma caminhada pela avenida, possivelmente indo até seus carros estacionados, não é possível definir se essa foi a intenção do fotógrafo. O objeto fotografado é um recorte do coração da cidade, do "centro tradicional" onde funcionam as principais e essenciais atividades comerciais e financeiras de Passo Fundo. Ou esta foto foi tirada logo no início da manhã, ou em um domingo ou feriado. Não há trânsito de veículos ou pessoas nas imediações. Esta cidade quase deserta é aquela que seria invadida pela marcha do progresso. As próximas fotos do plano, que também mostram duas praças da cidade, também as apresentam quase desabitadas, "fantasmagóricas".

Figura 31



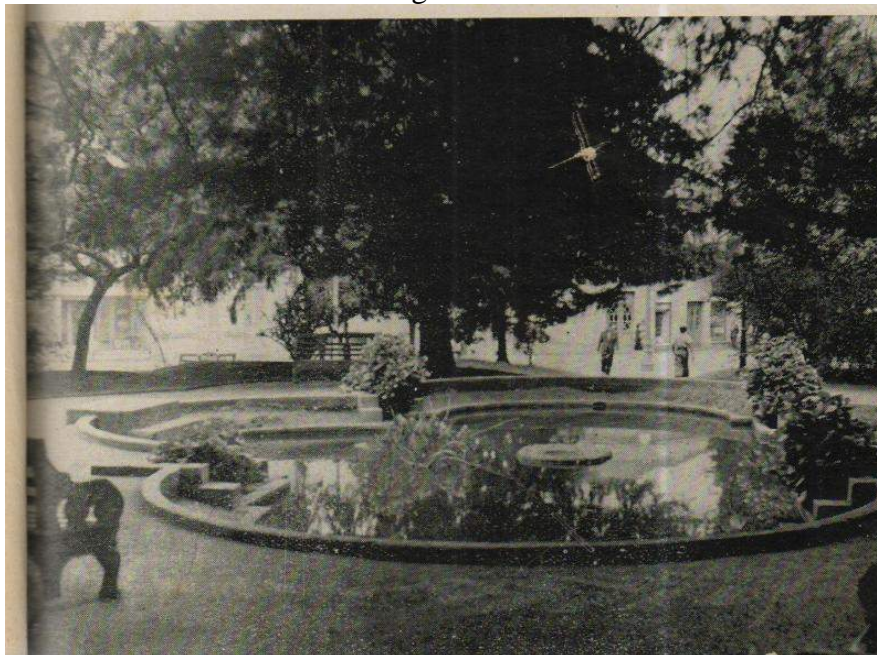
Praça Tamandaré (acima) e detalhe do lago da Praça Marechal Floriano. (PAIVA, et. al., 1953, p. 9)

Figura 32



Praça Tamandaré (imagem ampliada). (PAIVA, et. al., 1953, p. 9)

Figura 33



Detalhe do lago da Praça Marechal Floriano (imagem ampliada). (PAIVA, et. al., 1953, p. 9)

É importante ressaltar que essas duas fotos aparecem logo depois do trecho em que os arquitetos e urbanistas afirmam que o plano deveria ser "verdadeiramente realista". Impressiona observar a imagem de praças que deveriam ser ocupadas por transeuntes, por pessoas sentadas nos bancos, passeando, praticamente vazias. É possível afirmar que essas duas fotografias seguiram o traçado dos caminhos das praças como orientação para sua composição. Em ambas, seguindo as linhas que formam os caminhos de seus interiores, o olhar é levado ao fundo da fotografia, onde aparecem algumas pessoas. Talvez tenha sido proposital esses desconhecidos (por serem quase borrões) aparecerem na foto para dar uma ideia de escala, de dimensão geométrica. Geometricamente, essas fotos são praticamente perfeitas, sua composição consegue captar o traçado desses espaços, os sujeitos que aparecem possibilitam perceber a dimensão do monumento e do lago.

De qualquer forma, as pessoas são quase espectros em cenários praticamente vazios de relações sociais, humanas. Trata-se de "uma cidade fantasma, onde não mora ninguém, totalmente oposta à cidade real" (FUÃO, 2000, p. 14). Vieira (2015) também chama atenção para as "cidades fantasmas" nas fotografias de arquitetura sem nenhuma pessoa representada. Essas imagens, incluídas em um documento técnico, jogam com a realidade, mostrando formas urbanas despojadas de sua sociabilidade. Pertencem ao domínio da imaginação, que possibilita esvaziar o conteúdo da forma geométrica. É



dentro dessa dimensão que "a cidade imaginária, espectral que representamos hoje pode ser o modelo metafórico da cidade do amanhã" (FUÃO, 2000, p. 14). É no âmbito do imaginário que a fantasmagoria da cidade vazia pode se tornar a imagem do amanhã, do futuro. As fotografias do plano não podem ser dissociadas da temporalidade futurista que engloba sua escrita, seu projeto, sua idealização.

Figura 34



Praça Marechal Floriano (PAIVA, et. al., 1953, p. 10).

Novamente, a praça apresenta duas pessoas, desta vez vindo em direção, ao encontro do olhar do observador pelo caminho bem delineado na imagem. A composição fotográfica também conduz o olhar, inicialmente, para as duas pessoas próximas ao canteiro no centro da foto, caminhando entre as linhas e contornos do calçamento. Luminosidade e visibilidade se associam à composição e ao cuidado geométrico para produzir uma imagem clara da praça. Cabe ressaltar que esse código visual, associado à característica de isolamento dos edifícios e espaços nesse tipo de fotografia arquitetônica, vai ao encontro da definição de arquitetura moderna, que, de acordo com Weimer (1987, p. 185), usa "superfícies planas, fachadas lisas e a estrutura como forma de expressão. O volume passa a ter valor em si, pela simplicidade e por sua delimitação como massa construída reduzida a essência."

Visão fotográfica e visão arquitetônica se entrelaçam nas páginas do PDDU de 1953, especialmente se levada em consideração a formação profissional de seu fotógrafo, bem como o uso dessas imagens dentro do plano. Sua função essencial é apresentar e documentar a cidade. Essa "fotografia-documento" produz um "encontro

entre a ordem das coisas e a ordem das imagens", o que pode resultar "na ficção da transparência da imagem e, até mesmo, na indiscernibilidade das diferenças entre a coisa e a imagem" (ROUILLÉ, 2009, p. 68). As praças, especialmente a Marechal Floriano, figuram como ponto de partida da construção imaginária de uma cidade do amanhã. A ordem geométrica das fotos, expressa nas linhas e no traçado das praças, também deveria se traduzir em uma ordem urbana.

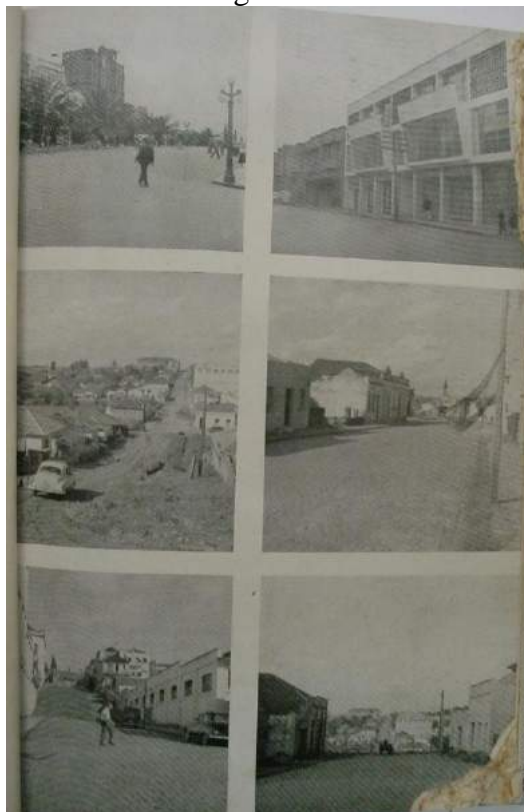
As páginas 19 e 20 do plano mostram oito fotografias de vistas urbanas do município. A primeira página contém seis imagens reduzidas em quadros pequenos de aspectos da urbanização de Passo Fundo, a segunda mostra duas casas antigas. Essas fotografias, no item "análise", o primeiro do PDDU, estão associadas às reflexões sobre a história do fenômeno urbano na cidade. Os autores advertiam que um plano de urbanismo não deveria se apoiar em uma "simples análise formal", pois seria idealista. O planejamento deveria se apoiar na compreensão e conhecimento da realidade atual. (PAIVA, et. al., 1953, p. 18). A fotografia, dentro de sua pretensa dimensão/função documental, cumpria um papel de evidência para apoiar, justificar o planejamento proposto. As fotografias da página 19, articuladas com as da página seguinte, por exemplo, estabelecem uma narrativa temporal e visual retrospectiva e que vai do centro aos bairros:

De acordo com a legenda, as duas fotografias da parte de cima representam "construções modernas no centro urbano". A primeira, à esquerda, mostra um aspecto da rua General Neto tendo a catedral ao fundo. Na direita, a imagem de uma construção com feições modernistas, linhas retas com amplas janelas de vidro. Embora a catedral, de feição gótica, fosse um templo religioso, foi uma construção importante para afirmar, definitivamente, a praça como coração da área central e para a valorização imobiliária do entorno. Já o prédio de feições modernas é da empresa Maggi De Cesaro & Cia. Ltda., que trabalhava com materiais de construção<sup>82</sup>. Cabe lembrar a crítica de Weimer (1992, p. 119) sobre esse período de significativa elaboração de planos urbanos no Rio Grande do Sul e seu conseqüente impulso para a construção civil no estado: "a substância histórica não foi totalmente demolida e os prédios novos, edificados numa escala completamente diferente, entraram em franco conflito plástico com os preexistentes."

---

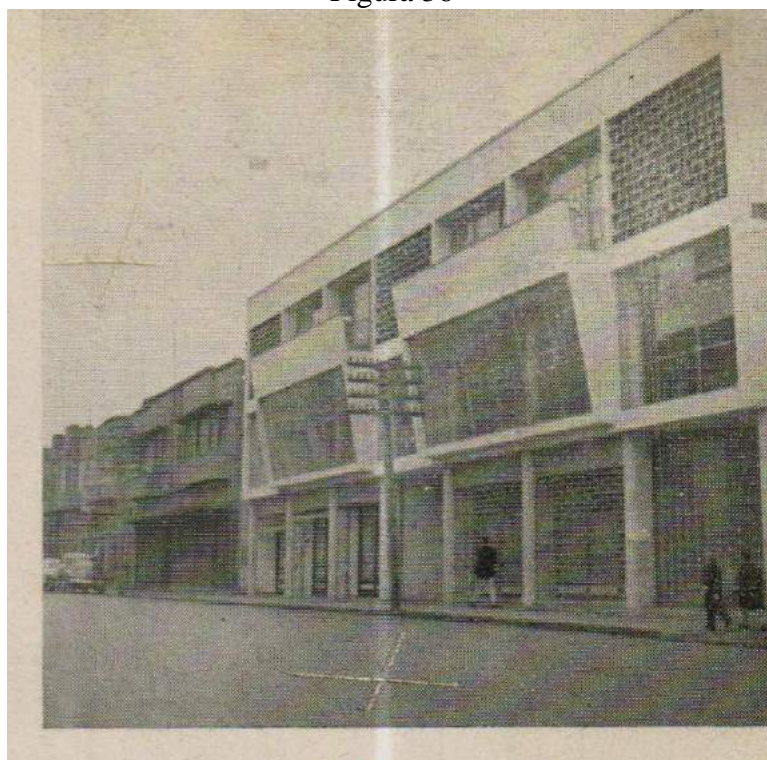
<sup>82</sup> Informações sobre o prédio e a empresa Maggi De Cesaro foram retiradas de: HEXSEL; GÁRATE, 2002, p. 198-199. E do site: <http://www.projetopassofundo.com.br/>, acessado em 06/02/2016 às 18:24.

Figura 35



Quadro de fotografias da página 19 (PAIVA, et. al., 1953, p. 19).

Figura 36



Fotografia ampliada do quadro da página 19 (imagem da direita e acima) (PAIVA, et. al., 1953, p. 19).



Um dos prédios considerados modernos pelo plano abrigava uma empresa do ramo da construção civil. Um sinal do processo de modernização que se iniciava na cidade. O prédio de aspecto moderno contrastava com outras edificações, como as que aparecem no quadro de imagens da página 19. Trata-se de um exemplo claro da arquitetura e da visão modernista que deveria prevalecer na cidade. Nas palavras de Vargas (2005, p. 255): "era chegada a hora da seriedade, da vitória da técnica sobre a improvisação, do fim dos excessos, dos ornamentos, dos lambrequins e balaustradas decoradas", a racionalidade e a utilidade, sinônimos do progresso em matéria de arquitetura, deveriam prevalecer sobre "a futilidade, a frivolidade e a alienação aristocrática" remanescentes de épocas passadas. A visão fotográfica e arquitetônica estavam mergulhadas em um imaginário progressista que, entre outros elementos, caracteriza a capital do planalto. Era uma nova cidade que emergia no Brasil com o urbanismo moderno.

Para Vargas (2005, p. 255), "tínhamos, então, uma cidade em franca expansão, com o capitalismo industrial consolidando-se como ideologia dominante e tornando-se cada vez mais responsável pela construção do imaginário coletivo das cidades." As construções modernas, exemplares dessa visão do urbanismo pertenciam ao futuro. As casas consideradas antigas ao passado. Hartog (2013, p. 13) esclarece que o regime de historicidade pode ser percebido através da arquitetura. As imagens visuais do plano (tanto os mapas quanto as fotos) deixam transparecer essa temporalidade, que enxerga o passado como obsoleto, como incapaz de realizar plenamente a existência urbana dos municípios, e a indústria e a ordenação, o zoneamento, como futuro.

As duas fotografias que estão no centro do quadro de imagens da página 19 são das "zonas novas", a da esquerda, da rua Payssandu, mostrando a dificuldade de transitar pelas ruas sem calçamento, mesmo com um carro parecia difícil enfrentar a descida. A fotografia da direita, da rua Uruguai, embora com calçamento, parece desabitada (o isolamento necessário para visibilidade e objetividade na fotografia-documento). A rua conduz o olhar do leitor para dentro da imagem, percorrendo os antigos edifícios, possivelmente as "vivendas obsoletas" mencionadas no plano.<sup>83</sup> As novas áreas demandam uma organização. A foto da rua Payssandu deixa aparecer a desorganização dos espaços que foram surgindo com o crescimento urbano. A foto da

---

<sup>83</sup> Informações sobre o nome das ruas representadas nas fotografias foram retiradas de: [http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con\\_codigo=24846&tipo=texto&cat\\_codigo=20](http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=24846&tipo=texto&cat_codigo=20), acessado em 06/02/2016, às 18:50.

rua Uruguai enfoca edificações que se assemelham com as casas antigas que são mostradas na página 20. O planejamento urbano é o instrumento capaz de alterar esse quadro de desorganização e defasagem plástica da cidade.

As imagens produzidas a partir da visão moderna, priorizando um ordenamento geométrico (deixando claro as linhas do traçado urbano como regra de composição), o distanciamento e a luminosidade, permitem visualizar uma cidade imaginada. Mesmo nas zonas novas, em uma rua sem calçamento, de estrada de chão, o olhar do fotógrafo procura ordenar a imagem, mostrando a possibilidade de um traçado (uma rua) reto. As dificuldades enfrentadas pelo veículo andando por buracos ou pelo barro contrasta com essa busca de ordenamento. Vieira (2015) mostra como a "fotogenia" (a capacidade de parecer "melhor" nas fotos) aplicada à arquitetura tem o potencial de interferir nas formas urbanas.

Essa perspectiva vai ao encontro do presente trabalho, que defende o imaginário como elemento central para compreender a conformação urbana de Passo Fundo. O olhar fotográfico pode interferir na projeção de edificações e espaços urbanos e revela uma compreensão histórica da urbanização. O enquadramento, a seleção dos componentes da fotografia, estão entrelaçados com a memória e a imaginação dos fotógrafos. No caso em questão, um fotógrafo e urbanista que participa na elaboração do PDDU. É importante ressaltar que "as ferramentas de representação da arquitetura e urbanismo são baseadas em *vistas ortogonais monoculares*" (VIEIRA, 2015, p. 83), ou seja, estão próximas de regras de composição da fotografia. Assim, Vieira (2015, p. 84) refere-se a uma possível "cidade fotografada":

Esta cidade seria uma urbe projetada por meios baseados na lógica da visualidade fotográfica e, por isso, estaria respondendo, prioritariamente, as demandas da fotografia - luz, distância e ordenamento resultando assim em uma cidade fotogênica de múltiplas "miradas intensas", mas sem necessariamente satisfazer seu usuário em suas necessidades fundamentais.

A escolha das praças para apresentar a cidade, usadas na capa e nas fotografias iniciais, revela a busca por espaços fotogênicos, de acordo com a visão do fotógrafo e dos autores do plano. As fotografias abaixo, no quadro de imagens da página 19, mostram "ruas típicas" da cidade. À esquerda, uma foto da rua General Neto, próximo às instalações da cervejaria, à direita, outro trecho da rua Payssandu, mas com calçamento e com um veículo (é difícil dizer se um trator, carro ou carroça), ao fundo, vindo na direção do fotógrafo. São consideradas típicas as ruas que abrigam uma

indústria e com bom calçamento, próprias para a circulação de veículos. É possível que os carros tenham aparecido sem a intenção inicial do fotógrafo. Porém, o efeito visual que produzem é interessante. O trecho novo da rua, sem calçamento, onde o automóvel enfrenta dificuldades, comparado com o trecho "típico", onde a impressão é que logo o veículo vai alcançar o primeiro plano da imagem, possibilita refletir sobre a necessidade de pavimentação das vias da cidade. As fotografias da página 20 contrastam com as fotos do quadro de imagens da página 19.

As construções "antigas" assinalam um claro contraste com a "moderna". Essa feição urbana do século XIX deveria ceder lugar à seriedade das linhas de concreto e vidro da arquitetura modernista. Os antigos casarões representam as reminiscências de um mundo anterior e nostálgico, próprio das construções historiográficas e memorialísticas de Xavier e Oliveira e Reis. Inclusive, a carroça que aparece na imagem abaixo no quadro assinala um outro ritmo para uma cidade que começava a enfrentar problemas devido ao crescimento populacional e urbano (nesta direção, que segue o carroceiro, é que os cavalos sofriam para passar a linha férrea). A fotografia acima segue a tendência de isolamento da visão moderna de fotografia, conferindo destaque, especialmente na fotografia da parte de cima, ao aspecto colonial do edifício. É importante observar que essas fotos possibilitam aos urbanistas tanto apresentar quanto documentar a cidade. Enquanto documentos, atestam objetivos do plano de urbanismo, como a manutenção e embelezamento das vias públicas e a necessidade de uma mudança no aspecto plástico, visual de Passo Fundo.

As próximas fotografias aparecem no segundo item do PDDU, o pré-plano, logo após a página que trata sobre a delimitação das zonas industrial e residencial e dos espaços verdes. Segue o mesmo padrão do quadro anterior, com seis imagens na página 43 e seis na página 44. O primeiro quadro apresenta as "construções industriais", seguindo mesmo padrão de isolamento, o que confere uma aura fantasmagórica aos grandes edifícios industriais. Fábricas que parecem abandonadas sem os trabalhadores a percorrer seus espaços e exercer suas atividades próprias do trabalho fabril. Apenas uma das fotos apresenta duas mulheres caminhando em uma rua deserta, sem calçamento, com apenas algumas casas ao redor.

Figura 37



Construções antigas de Passo Fundo (PAIVA, et. al., 1953, p. 20).

Figura 38



Quadro de imagens da página 43 (PAIVA, et. al., 1953, p. 43).

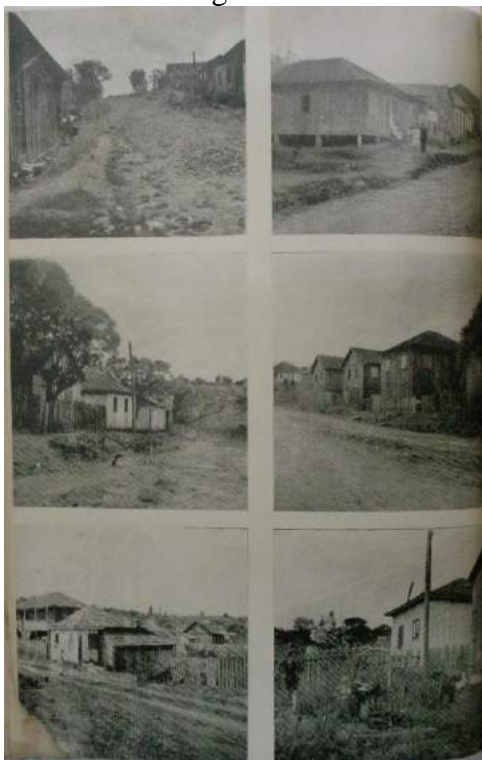
As edificações que representam as construções industriais demonstram uma arquitetura própria da primeira metade do século XX. Não são edificações modernas, suas principais características estão de acordo com muitas das fábricas instaladas no Rio Grande do Sul depois da Primeira Guerra Mundial, com "pouco desenvolvimento técnico construtivo" e "uma considerável simplificação na composição dos edifícios industriais, tanto nas estruturas como em suas fachadas" (MIRANDA, 2003, p. 49). Segundo Costa (2013, p. 4), desde a "década de 1920, fábricas gaúchas assumiam feições ecléticas ou já buscavam uma simplificação da linguagem arquitetônica." Além desse aspecto plástico simplificado<sup>84</sup>, mas distante da seriedade linear das construções da arquitetura modernista, as industriais também se encontravam espalhadas pela cidade, como demonstra o plano diretor. As fotografias corroboram a necessidade de uma organização da zona industrial. O olhar fotográfico, marcado pelo isolamento, distanciamento e busca da composição geométrica, é a busca de uma ordem para o espaço industrial da cidade. Na página 44, são representadas as moradias típicas na zona periférica.

As periferias estão distantes da caracterização do centro e das construções modernas. Ruas sem calçamento, mato crescendo entre as casas ou nas próprias vias, casas de madeira. Possivelmente, habitações de muitos dos operários das fábricas mostradas na página anterior. Uma realidade distante das habitações do centro e das imediações, dos serviços, do comércio e das praças que constituíram a visualidade urbana da capital do planalto. Centro e periferia devem ser pensados em conjunto, mas as fotografias do plano ressaltam a distância e a pouca estrutura dos bairros mais afastados do centro imaginado. O planejamento deveria servir para resolver essa situação da periferia, mas pouco versa sobre habitação e moradia. Essa dicotomia é realçada na página 58, onde o quadro de imagens traz vistas da avenida Brasil, seguido pelas igrejas, hospitais e escolas na página 59.

---

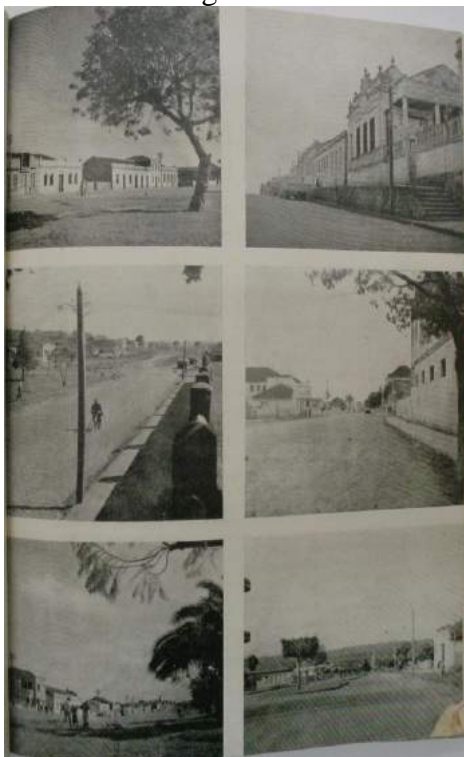
<sup>84</sup> Costa (2003) indica que o estilo predominante nas construções industriais a partir da Primeira Guerra Mundial era uma simplificação do *Art Decó*, pela flexibilidade e fusão entre técnicas construtivas tradicionais e modernas. Após 1930, esse quadro começa a mudar, iniciando a construção de edificações industriais com linhas retas e geométricas com estrutura de concreto armado.

Figura 39



Quadro de imagens da página 44 (PAIVA, et. al., 1953, p. 44).

Figura 40



Quadro de imagens da página 59 (PAIVA, et. al., 1953, p. 59).

Na avenida Brasil, o olhar fotográfico reencontra a ordem geométrica que, embora tenha tentado, não conseguiu efetivamente aparecer nas fotografias das habitações da zona periférica. A quantidade de elementos como pedras, árvores, mato, ruas desniveladas, dificultou a ordenação dos espaços. A avenida possibilita linhas e contornos fotogênicos, que participam da composição das imagens. As construções não remetem à arquitetura moderna, com casas que remontam ao início do século XX. São edifícios que contrastam com o aspecto plástico de construções modernistas que começavam a figurar no centro e eram consideradas sinônimos de progresso e da modernidade, presente e futura, que alcançava Passo Fundo.

Figura 41



Quadro de imagens da página 60 (PAIVA, et. al., 1953, p. 60).

Finalizando, nas fotografias, são apresentados as igrejas, hospitais e escolas de Passo Fundo. São edificações que, mesmo não sendo construções modernas, dão destaque a potencialidades do município. O plano já mencionava a possibilidade do desenvolvimento de um centro educacional, pelas escolas e faculdades já instaladas. Os hospitais também figuravam como elemento central da economia local. Tanto a educação como a saúde são áreas que se desenvolveram e figuram entre as principais atividades econômicas da cidade. Templos religiosos, juntamente com escolas e

hospitais constituem referências espaciais em qualquer cidade. Assim, representar esses espaços no plano a partir de fotografias serve, entre outros usos, para apresentar o município e legitimar o planejamento proposto, que vai ao encontro do imaginário de capital do planalto.

#### **4.4 Desdobramentos da capital do planalto**

Durante o presente trabalho foi possível perceber como alguns grupos sociais de Passo Fundo que constituíram as comissões pró-festejos do centenário afirmaram o imaginário da cidade como capital do planalto, que estava vinculado a um determinado projeto político e econômico agroindustrial para a região. Esse imaginário influenciou a elaboração de políticas públicas e interferiu diretamente na conformação do núcleo urbano do município. Os grupos envolvidos no processo de legitimação desse imaginário e do projeto subjacente a ele partilhavam de um determinado quadro social de memória. As seleções operadas na história dessa visão de cidade estavam relacionadas com as memórias desses indivíduos. "No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos [...]." (HALBWACHS, 2006, p.51).

A formação de um grupo que pode ser considerado como agente, ou guardião da memória da cidade legitimou suas experiências e percepções como pertencentes a toda a coletividade. Assim foram selecionados os heróis, como o patriarca da cidade, o "pai da história", que não apenas embasou a narrativa histórica da cidade, como se tornou um personagem central, e foram deixados de lado os sujeitos que não combinavam com essa visão legitimada, como indígenas, caboclos, escravos e operários. "Normalmente um grupo mantém relações com outros grupos. Muitos acontecimentos e também muitas idéias resultam de semelhantes contatos." (HALBWACHS, 2006, p.52).

Embora autores como Halbwachs (2006) e Nora (1993) indiquem uma cisão entre memória (considerada dinâmica, viva) e história (estática, sem dinamismo, pois não é vivida), Catroga (2001; 2009) afirma que em determinados momentos essa distinção é reduzida, e as fronteiras entre uma e outra se tornam flexíveis, pois certas lembranças adquirem um caráter histórico, são aceitas e legitimadas como história, e a produção historiográfica também pode sofrer processo semelhante, adquirindo



características de uma memória histórica. "Por fim, a história pode passar a ser um objeto memorial assim como a memória se pode tornar um objeto histórico." (CANDAUI, 2005, p.76). As comemorações do centenário de Passo Fundo constituem um desses momentos.

Muitos eventos narrados e selecionados por Xavier e Oliveira e por Reis, assentados em suas experiências e memória individuais, foram legitimados como parte da história municipal. Suas obras passaram pelo crivo de instituições centrais na organização das comemorações do centenário, como o Instituto Histórico de Passo Fundo, o Grêmio Passo-fundense de Letras e o próprio poder público municipal, que também estava envolvido diretamente com essas entidades. Como afirma Halbwachs (2006, p.72), "para evocar o próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade." Há certos pontos de referência que passam a ser comuns. Embora a interpretação dos indivíduos sobre eles seja dinâmica, variável de acordo com a experiência de cada um, e não completamente determinada pela sociedade, como sugere Halbwachs, elementos das obras desses autores passaram a figurar como referência para evocação do passado, quer seja pela história ou pela memória dos munícipes.

Uma guerra, um tumulto, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo modo de locomoção - as obras que transformam as ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vista diferentes. São fatos singulares em seu gênero, que modificam a existência do grupo. Entretanto, por outro lado, esses fatos se transformam em uma série de imagens que trespassam as consciências individuais. (HALBWACHS, 2006, p.79).

O imaginário mergulha na memória dos grupos que o legitimam, auxilia na interpretação dessas lembranças dentro dos próprios quadros sociais partilhados pelos sujeitos que organizaram as comemorações, mas também se expande para outros quadros, outros grupos. A memória que é exteriorizada para fora dos grupos sociais, a metamemória (representação da memória individual) (CANDAUI, 2005, p.99), é que compõe, e é composta, pelo imaginário coletivo. Não foram só acontecimentos e personagens legitimados como história de Passo Fundo pelo imaginário capital do planalto. Os lugares são uma referência importante para visualizar uma cidade. A praça Marechal Floriano, lugar de memória (NORA, 1993) onde se construiu, se solidificou e se legitimou o centro da cidade, está intimamente relacionada com a produção histórica,

memorial e visual de Passo Fundo durante seu centenário em 1957. Cabe mencionar sua relação com o Xavier e Oliveira, o "pai da história" passo-fundense. Foi a partir de sua ação como político que aquele espaço foi destinado para a construção de uma praça, conforme relata Nascimento (1992, p.41-42):

[...] situada no coração da cidade, nas proximidades da Catedral Nossa Senhora Aparecida, foi uma iniciativa do escritor passo-fundense Francisco A. Xavier e Oliveira, que destinou a área de terra. Em 1910 a área foi cercada e em 1920 era enjardinada, nela sendo colocados bancos de cimento. Em 1926 seus passeios foram calçados, bem como as ruas que circundam a praça.

Concordando com Ory (1997), o imaginário comemorativo está longe de se limitar ou se restringir aos seus suportes efêmeros. "Par fonction, elle tend au monumental." (ORY, 1997, p.471). A praça Marechal Floriano, bem como as ruas em seu entorno assumiam o caráter monumental nas comemorações. Mas sua monumentalidade estava associada ao progresso, ao crescimento e à verticalização urbana. Formava-se um lugar de memória, mas baseado na aceleração do ritmo de vida, no progresso e na construção de uma urbe moderna. Como Nora (1993, p.8) assinala, "se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares." Uma comemoração centenária, como já demonstrado, implica rever a memória e a história de uma comunidade, optar e selecionar o que será lembrado e o que será esquecido. Ao enfatizar o progresso, a modernização, como elementos centrais do imaginário urbano que circulou nas comemorações, as experiências que contribuíram para transformar a cidade em um centro regional foram legitimadas. Aspectos da cidade considerados modernos e progressistas foram afirmados como lugares dessa memória. No caso da praça, enquanto monumento, lugar de memória, ela oscilava entre o passado e o futuro.

Nesse sentido, a praça e seu entorno não comportaram apenas monumentos e patrimônios coletivos. Além de um lugar de memória, na expressão de Nora, aquela área configurou-se como um "lugar antropológico", "que se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores." (AUGÉ, 2012, p.73). Augé usa como exemplo a pequena cidade de Combray, do romance *Em busca do tempo perdido*, de Proust (2010), para caracterizar um lugar antropológico: compartilham o lugar todos aqueles que conhecem seu "território retórico", que compreendem seu vocabulário, seus aforismos e tipos de argumentação.

Esse (re)conhecimento do lugar envolve a memória e a atmosfera imaginária, que se vive e se respira.

A praça Marechal Floriano, que nasceu da iniciativa do PRR, especificamente de Xavier e Oliveira, configurou o progresso local. Nessa área, estabeleceram-se o comércio, bancos, cinemas, clubes e cafés. Foi em seu entorno que algumas das principais atividades dos festejos do centenário foram organizadas e executadas. Além de constituir um lugar de memória, também figurou como principal tema da construção visual da capital do planalto. Como Koolhaas (2010, p.34) coloca, a mera presença ilusória (ou imaginária) de um centro "nega legitimidade ao resto da cidade." A afirmação de um espaço central, legitimado pelo poder público e pelos interesses econômicos do mercado imobiliário estabeleceu essa relação entre o lugar do centro e da periferia. Essa relação imaginária tem impacto real na organização urbana, pois significa que "o centro tem que ser constantemente *mantido*, quer dizer, modernizado." (KOOLHAAS, 2010, p.34).

Ao consagrar a praça elemento essencial para memória e para visualidade urbana, ela se constituía em um monumento que não remetia apenas ao passado, mas às possibilidades de realizações futuras, com a plena afirmação de Passo Fundo como centro da região norte do estado. Ao afirmar a praça como lugar de memória, os grupos à frente da organização das comemorações do centenário o faziam não necessariamente apenas por não poder mais habitar/encontrar suas lembranças, como menciona Nora, mas por suas expectativas de futuro também. A feição da área central, especialmente o núcleo que compreendia a praça, deveria ser afirmado como monumento ao progresso presente e futuro (mas sem esquecer de seu passado, que passa pelas mãos do "pai da história"). "Como 'lugar mais importante' paradoxalmente tem que ser, ao mesmo tempo, o mais velho e o mais novo, o mais fixo e o mais dinâmico." (KOOLHAAS, 2010, p.34). Essa era a encruzilhada daquele lugar, considerado o centro do centro da região.

O imaginário de progresso que envolvia a cidade em seu centenário não incidiu apenas nas operações seletivas da história, da memória e da visualidade urbana. Também está relacionado intimamente com o primeiro PDDU de Passo Fundo. Obviamente, esse plano não resulta apenas das construções imaginárias dos grupos que estavam organizando os festejos. Mas sua atmosfera, sua aura, somada às concepções urbanísticas de seus elaboradores, interferiu na organização urbana do município. Sua proposta partia da concepção de que a cidade era um centro regional. O

desenvolvimento da agroindústria era esperado, havia uma expectativa em torno desse elemento, especialmente em relação à cultura do trigo como motor da economia, estimulando os outros setores, especialmente o industrial. Muitas propostas do PDDU acabaram ficando no plano ideal, sem um grande impacto prático na organização urbana, mas a afirmação de Passo Fundo como capital do planalto foi elemento central para elaboração desse documento. O *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* apresentava as seguintes despesas:

Durante o Ano do Centenário, a Prefeitura construiu e ajardinou a Praça Fagundes dos Reis (Boqueirão), e, igualmente, construiu o pedestal para o Busto de Fagundes dos Reis, sendo que este foi dado pela Sociedade Amigos do Boqueirão. Construiu, também, um moderno abrigo à Praça Marechal Floriano, à semelhança dos que foram adquiridos da Firma Febernatti, S.A, coberto de alumínio, sendo montado naquele logradouro público por operários especializados da referida firma. Finalmente, foi a Praça Marechal Floriano, nosso principal logradouro, dotada de bancos funcionais, com base de cimento e pintados a óleo. (SALTON, 1958, p.6).

O Boqueirão, com o busto de Fagundes dos Reis, o patriarca, também se tornava um lugar de memória, tanto nas crônicas de Reis como em seu monumento a um dos personagens centrais da história local. Mas a praça Marechal Floriano recebeu mais atenção do poder público, pois era considerada o "principal logradouro". Outro lugar essencial para afirmar a cidade como capital do planalto foi o parque de exposições do centenário. O relatório de Wolmar Salton destacava a realização das festividades do centenário em duas fases, a primeira entre 1 a 11 de agosto, e a segunda de 20 de outubro a 19 de novembro, "quando foi efetivada a grande Exposição do Centenário, montada em magnífica área da Municipalidade, e que ficou denominada de PARQUE DO CENTENÁRIO." (SALTON, 1958, p.7). Mesmo desfeita após esse período, naquele contexto, a construção de quatro pavilhões era uma advertência sobre o futuro progressista que os passo-fundenses alcançariam, com o pavilhão das indústrias, estampando em sua frente o brasão municipal. O discurso proferido pelo prefeito municipal no banquete oferecido às autoridades nacionais e estaduais em 20 de outubro, no pavilhão de Festas do parque, caracteriza os lugares de memória afirmados em 1957:

O nosso Centenário é, em substância, uma festa do trabalho e da produção. Não somos uma cidade ou uma região de repouso ou de expectativa. Não somos também, um desvão invio na geografia da Pátria, mas uma ampla colméia de trabalho, aberta a todos os quadrantes.(SALTON, 1958, p.12).

Os pavilhões do parque de exposições do centenário representavam o futuro, a industrialização e a inserção da cidade como líder regional. Sua construção não significava apenas erguer paredes e estruturas para abrigar uma fase das festas. Era a própria construção do futuro do município como capital do planalto. Erguer um pavilhão que seria denominado do Trigo era exemplar do projeto assumido pelo poder público: "Ocorre o nosso Centenário no momento em que as fôrças produtoras de todo o Estado e mesmo do Sul do País estão com a sua atenção voltada para a Batalha do Trigo." (SALTON, 1958, p.13). O parque era um lugar para exaltar a agroindústria, assentada na produção do trigo como base da economia local, que deslançaria os outros setores. Passo Fundo, em seu centenário, titubeava entre se conceber como um centro regional no presente e/ou conquistar tal posição em um futuro próximo.

Esse imaginário, como já esboçado no primeiro capítulo do presente trabalho, não teve origem em 1957. Foi nas primeiras décadas do século XX, energizado pela noção de progresso republicana, que se originou. O centenário foi o seu ápice, mas não seu momento final. Ao longo das décadas seguintes, tal imaginário continuou sendo afirmado e perseguido por políticos e intelectuais locais. Algumas práticas inauguradas pelo centenário foram perpetuadas e reproduzidas, como a produção de álbuns comemorativos. A partir da década de 1960, Wilson Garay, que fazia parte da equipe que elaborou o guia *Passo Fundo Centenário*, advogado com carreira política, eleito vereador pelo PTB em 1955 e 1959 (RIBAS, 2007; DAMIAN, 2010), passou a editar e publicar álbuns comemorativos nos aniversários municipais.

Seu álbum de 1965, com o título *Histórico, Informativo, Comercial Passo Fundo 108 Anos*, trazia na capa uma montagem, com a foto do edifício Planalto em destaque, e abaixo uma foto da rua General Neto, entre a catedral e a praça Marechal Floriano (fotos de Deoclides Czamanski). A verticalização era assumida como símbolo da capital do planalto. O discurso histórico reproduzia as seleções operadas por Xavier e Oliveira, Reis e o *Passo Fundo Centenário*. No histórico eram mencionados o Cabo Manoel José das Neves e o patriarca Joaquim Fagundes dos Reis, eram reproduzidos textos e crônicas de Xavier e Oliveira, Berecil Garay, havia informações sobre o comércio, indústrias e ensino no município. A página 69 trazia os pontos turísticos, apresentava três fotos da praça Marechal Floriano, com a catedral, o Turis Hotel (que estava em construção em 1957) e a cuia (monumento construído depois do centenário).

O *Album do Município Comemorativo ao 111º. aniversário* (GARAY, 1968) celebrava o aniversário da "Capital do Planalto". Em relação aos textos sobre a história

municipal, praticamente repetia a publicação anterior. O diferencial dessa edição é ressaltar algumas modificações no imaginário da cidade. De acordo com o álbum, "Passo Fundo, em sua data magna, apresenta-se qual jovem otimista, consciente de que não envelhecerá jamais, trazendo-lhe o passar dos anos apenas maiores experiências." (GARAY, 1968, p.3). O espírito progressista não abandonava a cidade, continuava impregnando o imaginário urbano, apenas redirecionando alguns dos elementos que orbitavam seu centro. A partir de 1968, "a Universidade e a criação das Faculdades, de Medicina, de Engenharia, Farmácia, etc." (GARAY, 1968, p.3) é incorporada como representação da capital do planalto. Ressaltava também a necessidade de construção de um novo prédio para abrigar a prefeitura, pois aquele era considerado antiquado. Novos lugares emergiam, ou eram almeçados para a cidade, deixando para trás aquilo que era velho:

No Bairro Boqueirão, bêrço da cidade, também chamado Cidade Velha, foi erigido, por ocasião do primeiro centenário, numa pracinha no centro da Avenida Brasil, um busto em bronze de Joaquim Fagundes dos Reis, o Patriarca de Passo Fundo. (GARAY, 1968, p.7).

A cidade velha praticamente desaparece da visualidade urbana da cidade desde o centenário em 1957. É apenas lembrada como berço da cidade, pela construção do monumento do patriarca, mas não é visualizada nessas edições comemorativas. A praça Marechal Floriano continuou figurando como aspecto central da memória e do imaginário de Passo Fundo, agregando a "cidade universitária" em seu escopo. As edificações e espaços que não eram adequados foram paulatinamente excluídos não apenas da área central, mas da imagem desse município progressista. O passado era abordado a partir da visão de Xavier e Oliveira, mas eliminando o saudosismo que marcava sua narrativa. O "Tempo Antigo", do "felídeo chamado onça, era a selva só. Depois apareceram outras criaturas astuciosas, valentes e igualmente selvagens - os bugres." (GARAY, 1972, p.3).<sup>85</sup> A legitimação dessa perspectiva de história também foi reproduzida ao longo dos anos, como demonstra o *I Festival Gaúcho do Cimo da Serra*, organizado por integrantes do Instituto Histórico de Passo Fundo.

---

<sup>85</sup> Uma análise mais aprofundada das publicações comemorativas das décadas de 1960-1970 pode ser encontrada em KNACK, 2015.

É interessante observar um panfleto comemorativo do I Festival Gaúcho do Cimo da Serra<sup>86</sup>, que descreve a cidade da seguinte forma: "Cognominada a 'Capital do Planalto', Passo Fundo é a mais importante cidade do planalto médio gaúcho." (I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971). Depois de destacar que a cidade já havia passado por quatro ciclos econômicos, da erva-mate, das pastagens e "invernadas", da indústria da madeira, finalmente chegou em 1948, quando o trigo e a soja dominaram sua paisagem: "Hoje os trigais do planalto impõem-se aos olhos da Nação." (I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971). Esse panfleto, distribuído pela SETUR (Serviço Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul), afirma ser Passo Fundo a capital do planalto, terra dos trigais. O imaginário da cidade centro regional, com a economia baseada na agroindústria, se solidificou, legitimado por um órgão do governo do estado em uma propaganda oficial.

O histórico da cidade desenvolvido por uma Revista Informativa desse festival, escrito pelo Instituto Histórico de Passo Fundo (não é indicado autor específico), também reproduz concepções de uma memória histórica legitimada durante 1957. Os jesuítas continuaram como a origem da civilização no município, o Cabo Neves é selecionado como o fundador do povoado e construtor da capela Nossa Senhora da Conceição (espaço em que se estabelece a praça Marechal Floriano), Joaquim Fagundes dos Reis é mencionado como juiz de paz (embora não apareça com a referência de "patriarca") e são mencionadas as guerras (Farroupilha, do Paraguai e a Revolução de 1893). Novamente, índios, caboclos e operários não são mencionados como sujeitos dessa história. Os escravos africanos aparecem quando a revista passou a dissertar sobre as lendas do município e com uma visão estereotipada:

Uma mãe-Preta gorda, com tôdas as características do tipo africano, vestida de branco, chorando a ausência do filho do qual nunca mais teve notícias; as suas lágrimas foram tão abundantes que através do tempo deram origem ao arroio denominado "CHAFARIZ". (I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971b).

Mas o imaginário capital do planalto não se limitou às publicações comemorativas ou a festivais de centro de tradições gauchescas. Foi incorporado em

---

<sup>86</sup> Foi um festival organizado por integrantes do Instituto Histórico e do Grêmio de Letras de Passo Fundo, contava com diversas atividades, como invernadas, desfiles nas ruas de Passo Fundo, concursos de laço, gineteada, trova, gaita e chula, com jantares e almoços entre os participantes. De acordo com Convite endereçado a autoridades, seria realizado "nos dias 21 a 24 de janeiro de 1971, na CAPITAL DO PLANALTO, cuja programação vai anexa." (I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971a).

pesquisas oficiais sobre o município, como o estudo geográfico do município conduzido por Fagundes (1962), encomendado pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Na apresentação da obra, escrita por Osman Velasquez Filho, chefe da "Secção de Geografia do IGRA", a cidade já é mencionada como centro regional: "Entregando êste trabalho ao culto povo passofundense estamos rendendo homenagem ao grande município cuja sede é com justiça cognominada Rainha do Planalto." (FAGUNDES, 1962, p.2). Além da apresentação, esse estudo naturaliza a questão geográfica ao entender que Passo Fundo está situado no centro do planalto médio, e que por isso foi "cortado pelos troncos de comunicações, como consequência do crescimento populacional irradiante do núcleo inicial." (FAGUNDES, 1962, p.6).

Em função dessa posição privilegiada, de centro da região, é que "surge o grande tronco ferroviário" que conduziu "o município ao ritmo do progresso do sul do País." (FAGUNDES, 1962, p.6). A fundação do povoado também é indicada como responsabilidade do Cabo Manoel José das Neves, e a razão de seu estabelecimento próximo a uma coxilha grande foi em função de um "repouso seguro contra a hostilidade do selvagem habitante do território", no local que daria origem ao bairro Boqueirão. (FAGUNDES, 1962, p.14-15). Suas considerações sobre a história, os indígenas e caboclos também não têm um espaço considerável, especialmente no que tange ao trabalho e ao desenvolvimento urbano. O crescimento e progresso da cidade estão atrelados à noção de "posição natural", à "predestinação geográfica", e os homens só aproveitaram esse fator para ocupar a região: "A eleição natural da posição da cidade, condensando fatores essenciais á vida humana como elemento de formação e pelos quais fica assegurado o domínio da região, como fator de progresso" foi o que possibilitou do desenvolvimento do núcleo e a irradiação para o restante do planalto. (FAGUNDES, 1962, p.16).

O estudo de Fagundes (1962), reconhece a preponderância da estrada de ferro para o desenvolvimento do município e atribui papel fundamental aos "trabalhadores da ferrovia e da indústria madeireira", ao lado da "colonização teuta e italiana" (FAGUNDES, 1962, p.19). Embora esses operários sejam mencionados de maneira breve e genérica, seu reconhecimento é um adendo em relação ao imaginário difundido em 1957. Mas sua menção também está atrelada à "circunstância de centro coletor de tãda a vasta extensão do Planalto" (FAGUNDES, 1962, p.20), o que relativiza o empenho do homem em geral no processo histórico. Por essa razão natural, de acordo com o autor, seria possível afirmar que Passo Fundo seria "efetivada em definitivo na



condição de capital do Planalto, como grande centro rodoviário e ferroviário de toda zona norte do Rio Grande. (FAGUNDES, 1962, p.20). Cabe mencionar que nas bibliografias consultadas por Fagundes constam várias obras de Xavier e Oliveira, inclusive todas aquelas publicadas em 1957 em homenagem ao centenário.

Outro estudo importante sobre Passo Fundo e região que aborda a situação econômica e social do município tendo o imaginário de capital do planalto como parâmetro é o *Projeto Passo Fundo Ano 2000*, iniciativa que resultou em um *Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento* em 1989. Essa ideia surgiu "a partir da visita realizada pelo então Secretário de Planejamento do Estado, Dr. Cláudio Accurso, que proferiu palestra aos professores da UPF" (SEMINÁRIO, 1989, p.17) sobre os problemas que diversas cidades rio-grandenses iriam enfrentar em função de seu crescimento acelerado. Assim, o projeto e o seminário organizados pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Associação do Comércio, Indústria, Serviços, Agropecuária de Passo Fundo (ACISA), Prefeitura e Câmara municipal tinha os seguintes objetivos: conhecer a natureza do crescimento do município e suas transformações; identificar os problemas potenciais do crescimento econômico e suas consequências; buscar soluções para esses problemas; conscientizar as lideranças locais sobre esses problemas; elaborar os anais do seminário. (SEMINÁRIO, 1989, p.12).

Entre as atividades previstas, estavam conferências e painéis de debates. A conferência de abertura ficou ao encargo de José Antônio Fialho Alonso, economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com o título *Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo - RS: 1939-87*, Alonso afirmava um intenso crescimento econômico no país e no estado que resultou em algumas consequências problemáticas, como o "excesso de concentração espacial do crescimento em alguns pontos do território." (SEMINÁRIO, 1989, p.37). Em contrapartida, indicava o autor outras áreas permaneciam estagnadas economicamente, o que tornava a situação preocupante em uma escala regional e nacional. Sua fala para o presente trabalho é importante por indicar a afirmação do imaginário capital do planalto e as consequências desse processo de legitimação de um projeto político e econômico:

Esse é o caso de Passo Fundo, importante cidade localizada no Planalto do Rio Grande do Sul, que há várias décadas vem desempenhando, inegavelmente, o papel de uma **capital regional**, situação cujos atributos positivos - crescimento e potencial econômico - são encarados com orgulho. Já o outro lado dessa situação - a pobreza e a descontinuidade social - é visto

com apreensão por alguns segmentos da comunidade. (SEMINÁRIO, 1989, p.37).

Alonso fundamentava o "conceito" de "capital regional" como definição de uma cidade que cresceu "em termos econômicos e demográficos, a taxas mais elevadas do que as demais cidades do seu entorno, e que é supridora, em grande medida, de bens e serviços a esse âmbito territorial." (SEMINÁRIO, 1989, p.37). A concepção de Passo Fundo como centro regional, legitimada em 1957, repercutiu no estado. Em relação à região norte, o autor indica que o parcelamento do território deu origem a um grande número de municípios, "onde se destacam apenas dois centros de expressão regional (Erechim e Passo Fundo), em especial este último." (SEMINÁRIO, 1989, p.42). Além de indicar um concorrente na região (embora ressalte que a economia de Passo Fundo era superior a de Erechim), a tabela apresentada pelo autor relativa às taxas de crescimento anuais do estado, de Passo Fundo e da sua área de influência, aponta uma superioridade da cidade em relação a sua área apenas nos setores de serviços e comércio. Em relação ao crescimento industrial, Passo Fundo só supera sua região de abrangência entre 1975-80, e embora a agropecuária sempre tenha demonstrado leve aumento de produtividade em relação aos outros dois indicadores, em 1975-80, ela é inferior. (SEMINÁRIO, 1989, p.43).

O crescimento da produção do comércio e dos serviços pode ser relacionado com o incremento na população que vinha ocorrendo desde a década de 1950 no cenário urbano, o que, para Alonso, caracteriza Passo Fundo como capital regional. (SEMINÁRIO, 1989, p.45). Mesmo assim, a explicação construída pelo autor indica que foi a agroindústria que estimulou e potencializou seu papel centro de sua área de influência. "O crescimento econômico, associado ao crescimento demográfico, produz significativos efeitos sobre o meio urbano, particularmente em uma cidade que, como Passo Fundo, ganhou contornos de capital regional." (SEMINÁRIO, 1989, p.50). Entre os efeitos positivos descritos, estava o "ar de progresso", que proporcionou ao núcleo urbano e seu entorno melhorias como calçamento, iluminação, abastecimento de água, saneamento, rede escolar, rede médica-hospitalar, etc. O problema é que esses benefícios foram "insuficientes para atender ao aumento da demanda por tais serviços na cidade." (SEMINÁRIO, 1989, p.50).

Conforme Godinho (2010, p.65) aponta, "no final da década de 1960, começam a ser construídos conjuntos habitacionais em Passo Fundo, financiados pela Cooperativa Habitacional do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS)." Esses empreendimentos

foram localizados na periferia da cidade, concentrando uma "expansão das moradias dos grupos sociais de baixa renda", originando vários bairros como "Lucas Araújo, Planaltina, Edmundo Trein (popularmente conhecido como COHAB I), Secchi (popularmente conhecido como COHAB II) e José Alexandre Zachia." (GODINHO, 2010, p.65). Esses bairros de habitação destinados a uma população com baixa renda foram se constituindo entre as décadas de 1960 e 1980. O planejamento urbano do município, em conjunto com o capital privado (construção civil), a especulação imobiliária, com anuência do poder público municipal, harmonizou o centro e as áreas em seu entorno, reservando a aquisição de terrenos e imóveis a grupos com alta renda, enquanto os constantes fluxos migratórios recebidos pelo município acabaram encontrando nos bairros periféricos uma alternativa de moradia.

De acordo com Alonso, ocorria uma ampliação da periferia urbana, com uma infraestrutura inferior àquela que supria o núcleo central, espaço ocupado por habitantes que são "parcial ou totalmente excluídos dos processos econômicos." (SEMINÁRIO, 1989, p.51). Mas esse quadro de aumento das periferias e de exclusão social era entendido como uma característica comum dos centros urbanos brasileiros, justamente por isso era necessário considerar "que essa periferia, com a dimensão e complexidade que apresenta hoje na capital do planalto rio-grandense, veio para ficar." (SEMINÁRIO, 1989, p.52). Essa reflexão visava a afirmar, ou a reforçar, a conclusão de que esse quadro de periferização urbana resultava de transformações nas relações do país, e que não era "uma especificidade de Passo Fundo e sim uma manifestação, nessa cidade, de um problema nacional." (SEMINÁRIO, 1989, p.53). A cidade havia se transformado em capital regional de forma natural, argumento que se aproxima daquele defendido por Fagundes (1962). Portanto, a formação de periferias urbanas também era consequência da natureza de sua posição alcançada.

Entre as soluções apontadas estavam, em primeiro lugar, a ordenação do crescimento futuro da cidade, o aprimoramento da máquina fiscal para incrementar a arrecadação e o estabelecimento de um programa de atração de investimentos privados, particularmente no setor industrial. (SEMINÁRIO, 1989, p.54-55). De acordo com a análise do economista, Passo Fundo havia se afirmado como centro regional, mas seu intenso crescimento populacional havia acarretado problemas (embora fossem justificados, ou isentados de responsabilidade municipal, por um quadro nacional) urbanos que não poderiam ser revertidos, apenas amenizados. A harmonização do espaço central da cidade (do centro e de bairros em seu entorno), que concentrou os

benefícios do desenvolvimento urbano e econômico, foi legitimada pelo imaginário da capital do planalto, que afastou os grupos que não possuíam potencial econômico para permanecer naquela área e manter suas propriedades. Condição que era entendida como uma realidade e não poderia ser revertida.

*O II Seminário sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo e do Projeto Passo Fundo Ano 2000*, promovido pelas mesmas entidades do primeiro, teve sua primeira etapa iniciada em 1992, que decidiu criar o Conselho de Desenvolvimento de Passo Fundo, oficialmente instituído em 1993, composto por representantes das instituições que o organizaram. O Conselho promoveu a segunda etapa do seminário a partir da organização de 14 Câmaras Setoriais, dentre elas: Desenvolvimento Agrário; Indústria e Comércio; Saúde; Meio Ambiente; Saneamento Básico; Segurança Pública e Defesa Civil; Desporto, Turismo e Cultura; Educação; Transportes; Serviços Públicos; Criança, Adolescente e Idoso; Ciência e Tecnologia; MERCOSUL; Habitação e Urbanismo - Desenvolvimento Integrado. (SEMINÁRIO, 1994, p.5).

Os resultados dos trabalhos dessas Câmaras foram apresentados em uma assembleia pelos coordenadores dos grupos. Alguns desses resultados demonstram consequências devido ao acelerado crescimento populacional e urbano. A Câmara Setorial de Saneamento apontava a necessidade de infraestrutura adequada em todas as zonas habitacionais para tratamento de esgoto e preservação dos mananciais de água do município, bem como uma "proposta de prevenção de boa qualidade das águas contra a contaminação por resíduos de superfície" e "programas de reflorestamento naturais atuando como filtros de retenção de resíduos contaminantes e de assorimentos." (SEMINÁRIO, 1994, p.17). O grupo dedicado a debater a questão dos transportes apontava a necessidade de "racionalizar o tráfego urbano", com problema na fluidez de veículos e na segurança dos pedestres. (SEMINÁRIO, 1994, p.28).

As propostas da Câmara de Habitação e Urbanismo envolviam a "extensão da infra-estrutura e dos serviços ao morador da área rural" e disponibilização "de acesso à terra e à habitação, para população carente." (SEMINÁRIO, 1994, p.36). O acesso à habitação era a questão central em relação ao desenvolvimento de políticas públicas municipais, juntamente com a proposta de "densificar os vazios urbanos", a "interligação de bairros" e o "asfaltamento do sistema viário central." (SEMINÁRIO, 1994, p.36). O problema da habitação nas periferias persistia, ou mesmo se expandia desde 1989, devido ao acelerado crescimento urbano e inchaço populacional. A falta de asfalto, habitação e formação de vazios demonstrava a incapacidade, ou mesmo

impossibilidade, do poder público de atender uma crescente demanda de serviços urbanos. A necessidade de preservação de mananciais de água e de reflorestamento indicava outro impacto de décadas de aumento da população e do incremento no ritmo da vida urbana.

O *Projeto Passo Fundo - ano 2020*, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento de Passo Fundo, ou seja, pelas mesmas entidades (prefeitura, câmara de vereadores, UPF, ACISA), mas com uma participação mais ampla, envolvendo a associação de moradores e sindicatos locais, partia da seguinte premissa: "A dimensão econômica e populacional que apresenta o município de Passo Fundo na região, o tornam um pólo de desenvolvimento regional e, portanto, determinante do perfil de desenvolvimento econômico da região." (PROJETO, 2010, p.18). A noção de que o município assumiu uma posição de centro da região devido a suas características naturais tornou-se corrente nas análises desse conselho:

Esse statu de pólo regional está associado a alguns aspectos regionais, como: a) a localização geográfica onde se encontram os principais entroncamentos rodoviários que o ligam a diversas regiões gaúchas, a importantes estados brasileiros, tais como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, e os principais países do Mercosul; b) aos microclimas da região, que permitem a produção de culturas e atividades pecuárias para a indústria e serviços que, em conjunto, dinamizam o agronegócio; c) a um povo empreendedor com uma força inovadora, que visualizou, há décadas, a necessidade de qualificar o capital humano em todas as áreas do conhecimento pela criação da primeira universidade comunitária do país (a UPF); d) à implementação e consolidação do atacado, varejo e prestação de serviços em geral na região norte do Rio Grande do Sul. (PROJETO, 2010, p.18).

De acordo com o projeto, essas características viabilizaram um indústria processadora de alimentos, de maquinário e implementos agrícolas, estimularam a construção civil e transformaram Passo Fundo em referência nacional na área da saúde. A universidade passa a figurar como uma atividade fundamental da cidade a partir da década de 1960 (e já impregnava o imaginário urbano em 1957). Essa construção da vocação natural da cidade para a liderança da região deve-se às comemorações do centenário, que constituíram o ápice da afirmação do município como capital do planalto. Porém, o projeto político econômico que envolvia os grupos que participaram da organização dos festejos foi sofrendo alterações. Conforme indica o projeto, o desenvolvimento econômico de Passo Fundo adquiriu uma nova dinâmica no transcorrer do período de 1939-2006. A contribuição do setor agropecuário na economia local teve sua participação paulatinamente diminuída, passando de 35,16% para 2,38%.

A indústria apresentou crescimento, de 17,97% para 32,00%, mas foi o setor de serviços que apresentou crescimento significativo, passando de 46,88% para 66,00%. (PROJETO, 2010, p.18).

"Fica evidente, portanto, que a economia do município de Passo Fundo em 2006 foi gerada, praticamente em sua integridade, no setor urbano" (PROJETO, 2010, p.18), com os serviços e a indústria como principais atividades econômicas. De acordo com esse estudo, a cidade apresentava, em fins da década de 2010, uma dinâmica nova de crescimento econômico, baseada na produção e consumo de um mercado interno. Nesse período, o crescimento populacional atingiu o número de 185.147 mil habitantes (PROJETO, 2010, p.17), demonstrando que a expansão urbana continuou crescente entre fins de 1980 até o ano 2000. Embora a atividade indústria tenha número significativo na produção econômica municipal, o estudo entendia que entre as dificuldades do desenvolvimento industrial estavam a falta de capacidade de trazer grandes indústrias, a ausência de projetos nesse sentido e as normas ambientais que atrapalhavam o crescimento do setor.

Entre as ameaças que a indústria enfrentava no século XXI, estavam cidades da região com o mesmo potencial e infraestrutura melhor, mais agressivos em relação à captação de novos investimentos, à emergência de novos polos no interior que retiravam mão-de-obra qualificada local e a "industrialização de municípios da região em ritmo mais rápido que em Passo Fundo." (PROJETO, 2010, p.22). Em relação a infraestrutura oferecida, a abundância de água e energia continuavam sendo consideradas como fator positivo, mas as rotas de escoamento eram consideradas precárias, com estradas defasadas, um aeroporto em péssimas condições e falta de ferrovias para o transporte, em suma: "falta de melhor logística para escoamento da produção." (PROJETO, 2010, p.22-23). As rotas de escoamento, um dos elementos que constituíram peça central para afirmação da cidade como capital do planalto, encontravam-se em estado precário, dificultando o crescimento industrial.

Em face desses problemas, a afirmação de que a conquista da posição de liderança regional foi um processo natural poderia ser colocada em xeque, entretanto, a força desse imaginário não permite tal questionamento. Não se trata de dizer o contrário, que Passo Fundo não se tornou ou não é um centro do norte do estado, mas reconhecer que isso não ocorreu devido a causas "naturais", tais como posição, facilidade de acesso, clima, etc. Esse status foi almejado e legitimado no transcorrer do século XX, e nada impede que outros municípios da região busquem o mesmo objetivo,

superando a economia passo-fundense no futuro. Também é essencial perceber que esse crescimento, constantemente buscado pelas lideranças políticas e econômicas locais, não foi acompanhado por uma oferta de serviços e condições sociais adequadas para uma população que aumentou significativamente após a década de 1950 (em sessenta anos apresentou um crescimento de mais de 80 mil habitantes).<sup>87</sup>

Muitos problemas que marcavam o ritmo urbano da cidade desde a década de 1950 foram se agravando, tais como: o tráfego urbano, trânsito problemático e transporte coletivo; a "área pública (administração)" apresentando "dificuldades em prever problemas no trânsito, habitação e urbanização"; o crescimento espalhado (desordenado) do núcleo urbano; existência de vazios urbanos; baixa infraestrutura nos distritos. (PROJETO, 2010, p.22-23). A área de Assistência Social do Projeto apontava como fraqueza e ameaça o desemprego, a desigualdade social e a falta de áreas de lazer adequadas para melhorar a qualidade de vida da população. (PROJETO, 2010, p.24).

Outra contradição do crescimento acelerado legitimado pelo imaginário capital do planalto foi a desconstrução/descharacterização dos lugares de memória que o representaram nas comemorações do centenário até o século XXI.<sup>88</sup> O entorno da praça Marechal Floriano foi completamente descharacterizado por um processo de verticalização conduzido pela especulação imobiliária que beneficiou a indústria da construção civil no município. Aliado a esse processo de perda do patrimônio histórico-arquitetônico, é a partir da década de 1950 que começam a emergir os "não-lugares", que podem ser classificados como hotéis, aeroportos, rodoviárias, bem como as vias aéreas, ferroviárias, rodovias e suas estações. (AUGÉ, 2012, p.74-75). Essa busca incessante pelo progresso, pelo crescimento econômico e urbano, estabeleceu uma relação entre esses dois polos: "o lugar e o não lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente." (AUGÉ, 2012, p.74).

---

<sup>87</sup> "O salto no incremento urbano foi dado na década de 1970, passando dos 20,81% registrados pelo Censo de 1970 para índices superiores a 40% em 1980." (KALIL, et. al, 1998, p.59-60). Em 1970, Passo Fundo registrava uma população total de 93.850 e uma população urbana de 70.869, em 1980 um total de 121.156 de habitantes e 105.468 urbanos, em 1991 uma população de 147.239, sendo 137.216 urbanos. (KALIL, et. al., 1998, p.61).

<sup>88</sup> Em KNACK, 2007, foram investigadas as relações entre modernização do espaço urbano e patrimônio histórico em Passo Fundo, com foco nos bens tombados entre 1990-2000. Em KNACK, 2011, foi demonstrado que muitos patrimoniais de Passo Fundo enfrentam descaso e abandono, inclusive o próprio patrimônio histórico-arquitetônico que remete às experiências das elites políticas locais, como o caso da derrubada da Casa Gabriel Bastos (prócer do PRR passo-fundense), edificação que era indicada para ser tombada como patrimônio municipal, para dar lugar a mais um arranha-céu.

Os lugares que marcaram a memória e a visualidade da cidade no centenário não se apagaram, ainda estão presentes, embora descaracterizados, pois mesmo a consagração de lugares de memória (monumentos, patrimônios) depende das relações dos sujeitos, de sua atribuição de valor, mas a luta pelo progresso, legitimada por um imaginário que teve seu ápice em 1957, implicou a emergência dos não-lugares. Ao batalhar para legitimar o progresso, ele foi alcançado e mergulhou os munícipes em sua onda, no trânsito, nas estações, nas habitações periféricas, nas moradias temporárias, enfim, em lugares que nunca se realizam plenamente, diferente daquele lugar onde as raízes do "velho umbu" alcançam a profundidade da terra. Foi a própria onda progressista que descaracterizou, que ameaçou, e ainda ameaça, a perda da história e da memória desses grupos que afirmaram Passo Fundo como capital do planalto. A verticalização, a industrialização são elementos de um imaginário que não dá atenção ao passado, está sempre buscando uma realização no presente, visando ao crescimento, à expansão e ao lucro.

Da mesma forma que o imaginário progressista se despojou daquilo que não foi considerado importante para sua legitimação frente aos munícipes e cidades vizinhas durante a primeira metade do século XX (índios, caboclos, escravos, operários, a "zona do meretrício", excluídos das páginas da história), a partir de 1950, e especialmente no século XXI, a história e a memória materializadas em edificações, em sociabilidades, em lugares, de memória e antropológicos, dos promotores do desenvolvimento local, não mais interessam na constante obsessão pela realização no presente. O crescimento, portanto, trouxe alguns custos que estão presentes na configuração urbana da cidade até hoje. Custos como expansão das periferias, que foram crescendo desordenadamente, sem uma infraestrutura adequada (calçamento das ruas, áreas de lazer, deficiência de transporte público, entre outros) e perda do patrimônio histórico frente à verticalização desenfreada que assolou Passo Fundo nos últimos anos.

Concluindo, é importante ressaltar que o presente trabalho buscou elucidar quais foram os grupos que organizaram as comemorações do centenário de Passo Fundo e legitimaram o imaginário de capital do planalto; por que esses grupos fizeram isso, esclarecendo o interesse em assentar o crescimento econômico e urbano da cidade a partir do desenvolvimento da agroindústria; como esses grupos levaram adiante esse projeto, o que consideraram importante para sua legitimação e as operações de seleção inerentes a esse processo; por último, quais as influências e consequências desse imaginário na configuração urbana do município, ou seja, como esse imaginário afetou



a urbanização e a economia local. No entanto, algumas questões permanecem em aberto, exigindo uma análise mais apurada.

Emerge a necessidade de uma pesquisa detalhada do documentário elaborado durante o centenário, pois sua análise exige um referencial teórico e metodológico além daquele utilizado até o momento, e a presente pesquisa incidiu sobre documentos produzidos pelos grupos que participaram da organização das comemorações (que transitavam entre o Instituto Histórico, Grêmio de Letras, *O Nacional*, e as comissões pró-festejos); a realização de um trabalho de história oral com integrantes dos grupos que não estavam à frente das comemorações (operários, moradores das periferias, etc.), que não aparecem com ênfase nas publicações oficiais, constituindo aquilo que Traverso (2012) chama de memórias fracas, possibilitando revelar os discursos ocultos mencionados por Scott (2013); ou mesmo uma investigação sobre as lembranças do público que participou das festividades, suas impressões e sensibilidades a respeito das festas. Essas questões, entre outras possibilidades, abrem as portas para próximas pesquisas sobre as comemorações do centenário, e a presente tese pode servir como base, ou ponto de partida para futuros trabalhos.

## Conclusão

Passo Fundo era percebida como um capital do planalto muito antes de 1957. Importantes lideranças políticas da região, como indicam os relatórios da intendência municipal das primeiras décadas do século XX já defendiam a cidade como centro da região norte do estado. Esse imaginário estava associado a um projeto político e econômico que foi se afirmando como tendência principal para o desenvolvimento municipal, especialmente em 1950, momento em que se desenrolam as comemorações do centenário. Os desfiles, as exposições, os bailes, a produção histórica, cultural e turística orbitaram as comemorações.

Todos esses elementos, ao mesmo tempo em que representavam essa aspiração ao progresso, cerne dos ideais progressistas que circulavam pela cidade desde décadas anteriores, também sustentam a capital do planalto, são produzidos pelo mesmo imaginário. As elites políticas e econômicas do município em 1957 se encontram com esses elementos, se apropriam da capital do planalto e de suas representações, bem como são apropriadas por eles, por imagens e discursos que saíram das páginas da história e da memória compartilhada e legitimada nos círculos políticos e intelectuais da cidade.

É possível perceber a existência de uma memória social compartilhada pelos integrantes dos grupos envolvidos na organização das comemorações do centenário. Esse sujeitos eram cruzados por quadros sociais, formados tanto por relações familiares, profissionais, políticas e intelectuais. Dentro desse contexto, existia uma memória sobre o passado da cidade (baseada em lembranças que esses sujeitos compartilhavam entre si, moldando percepções sobre acontecimentos, lugares e indivíduos, bem como nas obras históricas de Xavier e Oliveira, que conferiam e autorizavam discursos considerados históricos) e um imaginário em relação ao presente e ao futuro, um horizonte de expectativas onde Passo Fundo seria a capital do planalto, uma liderança econômica baseada no desenvolvimento da agricultura e da indústria de insumos agrícolas, somada ao crescimento urbano como sinônimo de progresso.

Os integrantes das comissões pró-festejos compartilhavam essa memória e esse imaginário, particularmente aqueles que fundaram o centro de estudos pró-centenário, como Jorge Cafruni, e outros membros que participaram ativamente das organizações dos festejos e/ou produziram representações, discursos, obras literárias/históricas, poemas em homenagem a cidade, como Gomercindo dos Reis e Arthur Süssembach, ou

mesmo lideranças políticas, como Daniel Dipp e Wolmar Salton, que transitavam entre os círculos políticos e intelectuais do município na década de 1950. Embora esses grupos tenham tomado as decisões sobre como deveriam se desenrolar as comemorações, momento que afirmaram o imaginário de Passo Fundo como capital do planalto, esse processo de legitimação não pode ser percebido meramente como algo instrumental.

Além dessas imagens e representações da capital do planalto circularem, como apontado no capítulo um, ao longo da primeira metade do século XX, o que indica uma historicidade particular e uma potencialidade desses elementos como agentes históricos, capazes de produzir efeitos sociais, muitas percepções, discursos e imagens não iam plenamente ao encontro da visão dos organizadores, embebidos em ideais progressistas fundamentados em um regime de historicidade marcado pela aceleração temporal. As imagens poéticas e literárias nas obras de Xavier e Oliveira, por exemplo, não pode ser caracterizadas como símbolos do progresso, pelo contrário. Mesmo assim, esse historiador é um dos principais personagens históricos que emergem durante o centenário, juntamente com nomes como o do próprio fundador da cidade, Joaquim Fagundes dos Reis.

Isso significa que os sujeitos à frente das comemorações necessitava estabelecer os personagens da história da capital do planalto, e, no caso de Xavier e Oliveira assume diferentes sentidos e valores. Inicialmente, era uma referência em relação aos estudos históricos da região, figuravam com um erudito, autodidata, um homem das letras. Suas obras, publicados ao longo da primeira metade do século XX, constituíram uma referência, fontes de informação sobre a história passo-fundense durante o centenário. Jorge Cafruni, Gomercindo dos Reis, Wolmar Salton, entre outros, rendem homenagens ao historiador. Os elogios a sua trajetória devem-se, primeiramente, aos seus estudos, mas também ao seu papel desempenhado enquanto agente político, que trabalhou em prol do progresso municipal. Também é necessário levar em consideração que o teor saudosista de suas obras, que em muitos momentos tecem uma crítica à modernidade que invadia Passo Fundo na década de 1950, figuravam como antítese dos discursos progressistas das lideranças políticas, porém, não podiam ser ignorados, pois Xavier e Oliveira não podia ser ignorado, sua presença no centenário era imprescindível devido ao valor atribuído a sua figura ao longo dos anos, por sua atuação política e profissional (professor, historiador, advogado).

Também é importante ressaltar as relações existentes entre o centro de estudos pró-centenário, que daria origem ao Instituto Histórico de Passo Fundo (destacando que muitos de seus membros pertenciam a outra agremiação cultural da cidade, o Grêmio Passo-Fundense de Letras), com a edição do jornal *O Nacional*. O papel da imprensa na organização das comemorações é fundamental. Desde o início da década de 1950 publicavam artigos e editoriais com referência ao centenário, pressionando para estabelecer um grupo ou comissões dirigentes dos festejos. Não é por acaso que seu editor, que também era historiador e escritor, é um dos promotores e fundadores do centro que origina o grupo de organizadores do centenário.

A imprensa atua não apenas como um dos elementos organizadores das comemorações do centenário, no caso de *O Nacional*, como também exerce uma função fundamental na divulgação das festividades. As constantes notas pressionando o poder público sobre os festejos, apelando para uma maior mobilização da sociedade de uma forma geral, cria uma espécie de narrativa sobre o tema, que começa com os artigos de início de 1950 e só atinge seu desenlace em 1957. Os apelos para que fossem realizadas melhorias na cidade, tanto ao poder público quanto aos municípios de uma forma geral contribuía para manter o centenário no horizonte e valorizar a data em questão. Desde os melhoramento urbanos, como calçamento, embelezamento de praças e edifícios (lembrando a necessidade prédios modernos, condizentes com uma cidade progressistas) eram noticiados com entusiasmo.

Além do apelo ao embelezamento urbano, especialmente em relação à obras que contribuiriam para tornar Passo Fundo apresentável como um município moderno e progressista, como a construção de edifícios verticais e hotéis modernos, a imprensa local também noticiou diferentes atividades relativas ao centenário, como a escolha do hino e da rainha do centenário, do brasão municipal, a construção dos pavilhões comemorativos, as festas e exposições, as obras históricas de Xavier e Oliveira e Gomercindo dos Reis, documentos reunidos pelo Instituto Histórico, os bailes que ocorriam nos clubes, bem como conferências e palestras de intelectuais locais e do estado que proferidas na cidade. A imprensa não assumiu, portanto, papel passivo em relação ao centenário. Em grande medida, foi auxiliar de uma "memória forte", vinculada as produções literárias e históricas das elites letradas do município.

Tanto a imprensa como a produção histórica e literária foi influenciada pela aceleração do tempo que transformava o ritmo da cidade. O crescimento populacional, as obras de modernização urbana, intensificação do tráfego de veículos, são facetas

dessa experiência temporal que proporcionava uma nova experiência temporal para os passo-fundenses. As elites letradas interpretavam essa nova relação com o tempo, que aparecia como um aspecto positivo, uma representação da capital do planalto, especialmente nos discursos políticos e na imprensa, e com um tom mais crítico nas obras de Xavier e Oliveira, carregadas de um saudosismo em relação ao passado, e nas obras de Gomercindo dos Reis, com um tom ambíguo, que ora destacava as glórias do passado, e em outros momentos saudava as virtudes do presente permeadas pelas expectativas futuras de uma Passo Fundo definitivamente assumindo seu papel como centro regional.

Importante notar que o fazer histórico e as instituições que legitimavam a prática e o trabalho do historiador na cidade eram, especialmente, o Grêmio Passo-Fundense de Letras e o recém criado Instituto Histórico de Passo Fundo. Como já ressaltado, estas instituições eram marcadas pela presença não apenas de intelectuais, mas de importantes atores políticos da região. Suas lideranças estavam envolvidas com a organização das comemorações do centenário e com o poder público local e regional. Foram esses sujeitos que estabeleceram as cadeias de filiação identitárias com determinados aspectos do passado legitimados como a história municipal. Essa história, que tinha como principal referência as obras de Xavier e Oliveira, estava intimamente relacionada com uma memória coletiva, mergulhada em um quadro social específico. O pai da história passo-fundense utilizava como referência para descortinar o passado do município sua obra *Terra dos Pinheiraes*, que trazia, entre outros documentos, os relatos de seu próprio avô como base para a construção da narrativa histórica.

As obras de Xavier e Oliveira publicadas ocasião do centenário municipal (mas que foram escritas originalmente na década de 1940), *Rememorações do Nosso Passado*; *O Município de Passo Fundo Através do Tempo*; *Passo Fundo na Viação Nacional*; *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo* tem como referência, entre outros elementos, uma memória familiar estabelecida como história da cidade. Essa memória não é apenas de uma família, mas de um quadro social que envolvia outras famílias apontadas pelo historiador como responsáveis pela colonização do povoado. Partindo dessas considerações, as imagens poéticas e literárias do historiador são fundamentais para esclarecer sua experiência com o tempo, o regime de historicidade que transparece em sua concepção sobre a história. Imagens como da árvore, das raízes e das ruínas tornam explícito o saudosismo do autor. Essa nostalgia não é fruto apenas do maravilhamento com o passado, dos devaneios poéticos que

marcam sua narrativa, mas da compreensão que a história de Passo Fundo está entrelaçada com a história de sua família, de seus antepassados.

Gomercindo dos Reis também apresenta essa característica da fusão entre a memória da família e a cidade. O patriarca do município, Joaquim Fagundes dos Reis, era seu antepassado. Nas páginas de suas obras dedicadas a Passo Fundo, *Nuvens e Rosas* e *Jardim de Urtigas*, a narrativa envolve o leitor nos lugares, sujeitos e acontecimentos que dão corpo a história da vila que se tornaria capital do planalto. Xavier e Oliveira também é homenageado, como exemplo de munícipe, por seu trabalho, dedicação e patriotismo. Por um lado, Gomercindo dá continuidade ao discurso saudosista e nostálgico que está presente nas narrativas do pai da história passo-fundense, mas por outro sua narrativa se distancia, na medida em que identifica uma distinção entre a parte velha (o bairro Boqueirão) e nova (o entorno da praça Marechal Floriano) da cidade. Em suas obras existe o reconhecimento do destino ao qual Passo Fundo estava fadada, se tornar um centro regional do norte do estado. O amanhã, o futuro está presente nas suas narrativas, lançando o olhar do leitor para um estado que só poderia ser vislumbrado pela imaginação, para uma cidade que existe no imaginário, embora essa visão esteja baseada no progresso que inundava o presente, o cotidiano da urbe em 1957.

A história e a memória, apresentando suas fronteiras fluídas nesse ambiente comemorativo, constituem elementos do imaginário de Passo Fundo como uma capital do planalto. Essa expressão foi usada por diferentes sujeitos em diferentes suportes (livros, álbuns, crônicas), enquanto representação de um imaginário, ela evoca lembranças, imagens de um passado e de um futuro no presente. Remete a projetos políticos e econômicos, estabelecendo um senso de continuidade em relação ao progresso que marcava o ritmo do município desde as primeiras décadas do século XX. Assim, as obras de Xavier e Oliveira, mesmo carregadas de uma nostalgia, corporificam as raízes de uma cidade, na mesma medida que as árvores em sua obra constituem imagens poéticas de genealogias que lançam ao solo profundo gerações que impulsionaram seu crescimento. Falar em uma capital do planalto era falar uma cidade com uma história, um passado sólido tal como aquele narrado pelo pai da história. Mas esse passado é articulado com o presente e abre-se para o futuro nas páginas de Gomercindo dos Reis. Ambos os historiadores e escritores com vínculos sólidos com a terra, com antepassados que passaram para as páginas da história (escrita por eles

próprios). Não são apenas narradores do passado (e do futuro), mas personagens, sujeitos que entrelaçam suas memórias com a história da cidade.

Comemorar cem anos significa olhar para trás, escrever e ler uma história, para estabelecer balanços e alicerçar projetos futuros. É nesse movimento que o imaginário da cidade como centro da região se entrelaça com a história e a memória legitimada durante as comemorações do centenário. O passado é vislumbrado em função dos anseios e objetivos do presente, tanto nas narrativas históricas, que respondem aos problemas da conjuntura em que são elaboradas, escritas, quanto às rememorações, que estão atreladas ao que ocorre no presente. E em 1957 os organizadores das comemorações do centenário se empenharam em difundir, compartilhar e legitimar a afirmação de Passo Fundo como uma capital em pleno crescimento, o que afetou a escrita da história e o re-memorar naquele contexto. É dentro desta perspectiva que é fundamental observar como as obras de Xavier e Oliveira e Reis foram construídas, legitimadas e difundidas, pois elas emergiram em função das comemorações, marcadas por um imaginário progressista que aflorou com uma intensidade maior naquele ano.

As imagens da cidade que circularam nas publicações comemorativas são fundamentais para o presente o trabalho, pois elas também são produzidas, selecionadas e/ou editadas em função da atmosfera que englobava Passo Fundo na década de 1950. As duas publicações que circularam em 1957 foram a edição comemorativa de *O Nacional* e o *Passo Fundo Centenário 1857-1957 Guia Turístico, Literário e Comercial*. O conjunto de imagens apresentadas nesses suportes apresenta uma construção visual da cidade naquele contexto. A visualidade urbana legitimada em publicações oficiais, produzidas por indivíduos que estavam envolvidos nas comissões organizadoras dos festejos configura a imagem da capital do planalto. Nessas publicações, além das imagens, também foram veiculados artigos, crônicas e poemas que difundiam os ideais progressistas que impulsionaram as comemorações. A produção agrícola, especialmente o trigo e suas articulações com a industrialização (produção de implementos agrícolas), juntamente com a modernização urbana, são os elementos centrais desse imaginário. Dessa forma, a construção visual da cidade em 1957 só pode ser compreendida em sua relação com os textos, que reforçavam e difundiam esse projeto político e econômico que, em linhas gerais, era transformar Passo Fundo em uma capital do planalto, um centro agroindustrial e plenamente urbanizado (verticalizado).

As imagens publicadas apresentam a capital do planalto, reforçam temas e espaços considerados importantes para figurar em suas páginas. O poder público, encarnado nas fotografias do "palácio municipal" e do "chefe do executivo", o prefeito naquela ocasião, bem como a construção dos pavilhões onde foram realizadas exposições e a VII Festa Nacional do Trigo aparecem no início das duas publicações mencionadas, deixando claro o principal articulador das comemorações e sua principal realização para os festejos. As principais ruas, como Avenida Brasil, General Neto, Morom e as praças também constituíram a visualidade urbana de Passo Fundo naquele momento, especialmente a praça Marechal Floriano, que havia se tornado o centro comercial do município desde o início do século XX com a instalação da estrada de ferro. Existia a preocupação em apresentar uma cidade ordenada, verticalizada e bela. Os edifícios considerados modernos também apareciam como um atrativo nas comemorações. As sugestões de jornalistas e cronistas de *O Nacional* e a ênfase no crescimento urbano destacada em o *Diário da Manhã*, muitas vezes articuladas diretamente com o centenário demonstravam a preocupação em modernizar o espaço urbano. Alguns poemas publicados nesses periódicos reforçavam a dicotomia entre os novos edifícios e o antigo casario do Boqueirão (quase inexistente nessa construção visual).

Mas a análise da visualidade urbana não visa observar apenas os espaços selecionados para caracterizar Passo Fundo em seu centenário. Também é importante perceber a composição de um olhar característico daquela década. Os temas recortados do mundo urbano e a forma de olhar para esses elementos também estão relacionados com o presente, assim como a memória e a história. Certas imagens, possibilitadas ou limitadas pelos dispositivos técnicos disponíveis naquele momento e a compreensão do que era e do papel da fotografia pelos fotógrafos e editores das publicações estão atreladas ao nível de tecnologia e conhecimento sobre a produção fotográfica daquela década. Isso somado aos interesses políticos e comerciais que envolviam a construção de uma visualidade urbana durante o centenário. Essas questões não podem ser desvinculadas da produção de imagens sobre Passo Fundo veiculadas nas publicações analisadas. O imaginário que envolvia os organizadores dos festejos, os editores, escritores e fotógrafos (que circulavam e partilhavam experiências em um circuito cultural que compreendia o Instituto Histórico, o Grêmio de Letras e *O Nacional*) não pode ser dissociado do processo de seleção das imagens que aparecem durante as comemorações do centenário.



As discussões e debates originados em torno das comemorações do centenário são discursos que representam os problemas e questões vivenciados pelos envolvidos direta e indiretamente na organização dos festejos. O imaginário capital do planalto, que era uma configuração, uma síntese de um projeto de desenvolvimento econômico centrado na agroindústria e no crescimento urbano impulsionava os projetos e políticas e públicas naquele contexto. As evocações da história, da memória e das imagens estão atreladas às pulsações do presente. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, embora elaborado por uma equipe de urbanistas de Porto Alegre incorporava esse imaginário de cidade centro-regional para lançar diretrizes norteadoras para o futuro da urbanização municipal.

Esse instrumento pretendia sanar problemas enfrentados pela municipalidade e dar um norte para o crescimento da cidade. É importante observar quais eram os problemas que figuravam nas páginas da imprensa, pois eles demonstram uma busca por uma harmonização de espaços que foram valorizados pela especulação imobiliária que foi se intensificando a partir dos anos finais da década de 1950. Excluir grupos indesejáveis que frequentavam os bordéis e casas noturnas em áreas que o centro urbano acabou englobando em sua expansão. Outros problemas revelavam aspectos do encontro da modernização com formas de sociabilidade próprias de uma vila, como os acidentes de trânsito envolvendo os animais que puxavam carroças, ou mesmo a criançada jogando futebol em algumas das principais avenidas da cidade.

Um PDDU era considerado de fundamental importância para sanar esses e demais problemas enfrentados pelo aumento populacional. Sua função também era direcionar, ordenar o crescimento urbano e transformar o aspecto da cidade. É observando os croquis do plano que alguns grupos e seus espaços de sociabilidade, que praticamente desaparecem das lembranças, das páginas da história e da visualidade legitimada nas comemorações do centenário podem ser encontrados. Habitações consideradas insalubres, habitadas por pobres, em espaços próximos a instalações fabris eram considerados um entrave para a plena realização do planejamento urbano futuro. É importante considerar a proposta de zoneamento, característica do pensamento dos urbanistas que elaboraram o documento, mas é necessário notar também que esses grupos já não apareciam nas visões oficiais da história e da memória local. O zoneamento proposto estava vinculado, portanto, ao perfil urbanístico adotado por seus autores, mas ia ao encontro de forças e dinâmicas locais, tanto culturais como econômicas, pois também satisfazia necessidades do mercado imobiliário.

Alguns autores pontuados no capítulo 4 apontam que o PDDU elaborado em 1953 e aprovado em 1957 não teve grande impacto na configuração urbana, pois muitas de suas propostas não foram plenamente executadas. De fato, a construção de um mercado público, de um centro esportivo, de um centro do poder público (concentrando os poderes executivo, legislativo e judiciário) não foram executadas pelas administrações municipais. Mas o anseio pelo crescimento, pela remodelação urbana, pelas melhorias no aspecto plástico e a própria proposta de ordenamento de um crescimento que era esperado no futuro traduziam expectativas em relação ao futuro que estão associadas com o imaginário de capital do planalto. A presença desse instrumento balizou discussões no poder público e apresentou, como um diagnóstico de especialistas conhecidas e renomados no estado, a possibilidade concreta de efetivar Passo Fundo como centro regional.

Dentro dessa perspectiva, o presente trabalho procurou analisar três elementos considerados fundamentais para entender como um imaginário fluiu em um ambiente comemorativo, interferindo em políticas públicas elaboradas para nortear o crescimento esperado pelos poderes municipais. Separar a análise da história/memória, da visualidade e do planejamento urbano atendeu critérios metodológicos, mas esses elementos só podem ser entendidos em função das transformações que ocorriam na atmosfera comemorativa que marcou a década de 1950. Nesse sentido o primeiro capítulo procurou não apenas elucidar os sujeitos e grupos envolvidos na organização dos festejos, mas abordar o que era discutido na imprensa para caracterizar o ambiente comemorativo. Também por esse motivo foram apresentados problemas e debates em torno de questões relativas ao desenvolvimento econômico e urbano do município no quarto capítulo, apontando seus desdobramentos em décadas posteriores. Como Certeau (2012) assinala, a escrita da história tende a dissociar o presente (o momento em que o historiador escreve a história) do passado que se está pesquisando. Mas este processo de diferenciação é ilusório em vários sentidos. Só foi possível escrever sobre o imaginário de capital do planalto porque ele se encontra no presente, no cotidiano passo-fundense. Assim, seu estudo de forma alguma pode ser considerado encerrado ou concluído com o presente trabalho. São várias as direções que ainda podem e devem ser descortinadas, tanto no passado, como no presente. Ao finalizar essa etapa da pesquisa, permanece o desejo de dar continuidade aos estudos da história, da memória e do imaginário progressistas em Passo Fundo.

## Lista de Fontes

ANNES, Gervásio Lucas. *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal. Passo Fundo: O Gaúcho, 1909. (AHR)

ANNES, Gervásio Lucas. *Mensagem* apresentada ao Conselho Municipal. Passo Fundo: O Gaúcho, 1911. (AHR)

ANNES, Armando Araujo. *Relatorio apresentado ao conselho municipal pelo intendente Armando Araujo Annes em 20 de novembro de 1926*. Passo Fundo: A Nacional, 1927. (AHR)

ANNES, Armando Araujo. *Relatorio apresentado ao conselho municipal pelo intendente Armando Araujo Annes em 1º de novembro de 1927*. Passo Fundo: A Nacional, 1928. (AHR)

ANNES, Armando Araujo. *Relatorio apresentado ao conselho municipal pelo intendente Armando Araujo Annes em 1º de novembro de 1928*. Passo Fundo: A Nacional, 1929. (AHR)

DIÁRIO DA MANHÃ, 1957.

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO MUNICIPAL, 02/01/1957. (AHR)

DIPP, Daniel. *Relatório apresentado à Câmara Municipal de Vereadores pelo Prefeito Dr. Daniel Dipp sobre os exercícios de 1952 a 1954*. Passo Fundo: Tip. Elite, 1954. (AHR)

DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. *Relação dos sócios fundadores do Instituto Histórico de Passo Fundo*, 1954. (AHR)

DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. *Relatório dos trabalhos do Instituto Histórico de Passo Fundo*, 1958. (AHR)

FAGUNDES, Mário Calvet. *Passo Fundo Estudo Geográfico do Município*. Porto Alegre: Oficinas Graficas da SIPA, 1962. (AHR)

FONTOURA, Tulio. *Album do Municipio de Passo Fundo*. Passo Fundo: A Luta, 1931.

GARAY, Wilson. *Histórico, Informativo, Comercial Passo Fundo 108 Anos*. Passo Fundo: Destaque Ltda., 1965. (MHR)

GARAY, Wilson. *Album do Município Comemorativo ao 111º aniversário*. Passo Fundo: Destaque Ltda., 1968. (MHR)

GARAY, Wilson. *Álbun Comemorativo ao 115º Aniversário do Município*. Passo Fundo: Destaque Ltda., 1972. (MHR)

I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971. Panfleto comemorativo e de propaganda. (AHR)

I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971a. Convite. (AHR)

I FESTIVAL GAÚCHO DO CIMO DA SERRA, 1971b. Revista Informativa. (AHR)

LIVRO DE ATAS, ATA nº1. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº2. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº3. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº4. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº5. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº6. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº7. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº8. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº9. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº10. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1955. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº11. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1957. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº13. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1957. (AHR).

LIVRO DE ATAS, ATA nº14. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1957. (AHR).

O NACIONAL, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957. (AHR)

OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal na reunião ordinária de 1916*. Passo Fundo: Livraria Minerva, 1916. (AHR)

OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Regulamento do Asseio Publico*. Actos ns. 238 de 8 de Janeiro de 1915 e 326 de 29 de Maio de 1919. Passo Fundo: O Gaúcho, 1919. (AHR)

OLIVEIRA, Pedro Lopes. *Relatorio apresentado ao conselho municipal pelo intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira em 1º de novembro de 1918*. Porto Alegre: Oficinas graphicas de A Federação, 1919. (AHR)

OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo Centenário* Guia Turístico, Literário e Comercial. Passo Fundo: Instituto P. Berthier, 1957. (MHR)

PAIVA, Edvaldo; MACEDO, Francisco; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Passo Fundo* Plano Diretor. Porto Alegre: Imp. Oficial do Est. do Rio Grande do Sul, 1953.

PROJETO Passo Fundo - ano 2020. *Planejamento Estratégico para Passo Fundo, 2010/2020*. Passo Fundo: Conselho de Desenvolvimento de Passo Fundo, 2010.

REIS, Gomercindo dos. *Nuvens e Rosas* Versos Líricos. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957a. (AHR)

REIS, Gomercindo dos. *Jardim de Urtigas* Versos Humorísticos. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957b. (AHR)

SALTON, Wolmar. *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957*. Prefeitura Municipal de Passo Fundo: Passo Fundo, 1958. (AHR)

SEMINÁRIO Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo. *Projeto Passo Fundo Ano 2000* Anais do I Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 1989.

SEMINÁRIO Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo. *Projeto Passo Fundo Ano 2000* Anais do II Seminário Sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 1994.

SIMÃO, Julio. *O Puchirão do Gé Picaço* (Poemeto Serrano). Passo Fundo: Livraria Nacional, 1925. (AHR)

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Terra dos Pinheiraes*. Passo Fundo: Livraria Nacional, 1927.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Seara Velha*. Passo Fundo: Tipografia Independencia, 1931.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. Passo Fundo na Revolução de 1835. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Rememorações do nosso passado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957a.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *O Município de Passo Fundo Através do Tempo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957b.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957c.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Passo Fundo na Viação Nacional*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957d.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do município de Passo Fundo Aspecto Geográfico*. v. I. Passo Fundo: UPF, 1990a.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do município de Passo Fundo Aspecto Histórico*. v. II. Passo Fundo: UPF, 1990b.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do município de Passo Fundo Aspecto Cultural*. v. III. Passo Fundo: UPF, 1990c.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970. In: LUSTOSA, Isabel. (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas* Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Picacho-Ajusco: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANKERSMIT, F.R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

ARMANI, Carlos Henrique. Problemas de historicidade na história das ideias. In: PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo. (orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9.ed. Campinas: Papirus, 2012.

AVILA, Ney Eduardo Possapp d'. *Passo Fundo Terra de Passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

AVILA, Ney Eduardo Possapp d'. *Campestre Tênis Clube Cem Anos de História*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001.

AYRES, Odilon Garcez. *O caboclo serrano em O puchirão do Gé Picaço nas revoluções de 1923, 30 e 32*. Passo Fundo: Méritos, 2008.

BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales* memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)*. São Paulo: Humanitas/História Social-USP, 2003.

BARRERA, José Carlos Bermejo. Hacer Historia, Hablar Sobre Historia. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v.21, 2000.

BARRETO, Thaís Menna. Pioneiros do uso da fotografia para o urbanismo no Rio Grande do Sul - acervos Ubatuba de Faria e Nestor Nadruz. In: *X Encontro Estadual de História*. Santa Maria, UFSM/UNIFRA/ANPUHRS, 2010.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BATISTELLA, Alessandro. *Movimento operário em Passo Fundo - RS (1920-1964)*. Passo Fundo: Méritos, 2008.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 5ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. 2ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória ensaio da relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livr., 1989.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comete. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOYER, M. Christine. *The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments*. Cambridge: The Mit Press, 1996.



BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. Polêmica dos anos 50-60 no Rio Grande do Sul: uma arquitetura para o povo ou uma arquitetura para as classes dominantes?. In: KIEFER, Flávio; LIMA; Raquel Rodrigues; MAGLIA, Viviane Villas Boas. (orgs.). *Crítica na Arquitetura V Encontro de Teoria e História da Arquitetura*. v.3. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRINGMANN, Alisson Roberto. *O programa luz para todos na CEEE: uma análise com enfoque no jogo de poder*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. Passo Fundo do centenário ao sesquicentenário: que significados?. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CASTRO, Maria Helena Steffens de. *O literário como sedução: a publicidade na Revista do Globo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. (orgs.). *História da história em Portugal séculos XIX - XX*. Da historiografia à memória histórica. Coimbra: Temas e Debates, 1998.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. In: *VII Jornada Setecentista, CEDOPE*. Curitiba, 2007.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7.ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. In: *História em Revista*. Pelotas, v.6, 2000.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.11, 2010.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- COELHO, Maria Beatriz R. de V. O campo da fotografia profissional no Brasil. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, v.22, n.35, 2006.
- COMISSARIADO DA GRANDE EXPOSIÇÃO. *Album Comemorativo do Cincoentenário da Fundação de Ijuí*. Ijuí: Livraria Serrana, 1940.
- CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.32, 2003.
- CORREA, Silvio Marcos de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006
- COSTA, Ana Elísia. A fábrica e a modernidade brasileira. In: *VII Encontro de Teoria e História da Arquitetura do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, 2003.
- COSTA, Ana Elísia. A poética dos tijolos aparentes e o caráter industrial - MAESA (1945). In: *IV Seminário DOCOMOMO Sul*. Porto Alegre, 2013.
- COSTA, Israel José da. *Album oficial: cinquentenário de Erechim*. Porto Alegre: Metropole, 1968.

CZAMANSKI, Ronaldo. Dados Históricos de Photo Moderna. In: [www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br) (Acessado em 21/05/2016, às 16:17), 2011.

DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; MAINARDI, Elisa; BALDO, Roberta; REVERS, Valesca. Espaço urbano e escola na periferia um processo em construção. In: DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. (orgs.). *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DAMIAN, Marco Antonio. Primeiro Centenário de Passo Fundo. In: LECH, Osvandré. (org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DEL RÉ, Mateus Cavalheiro. *Jornalismo de bombacha: a introdução e a consolidação do tradicionalismo em Passo Fundo pelas páginas do jornal O Nacional na década de 1950*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Geroges. *O que vemos, o que nos olha*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Geroges. *Falenas*. Ensaios sobre a aparição, 2. Lisboa: KKYM, 2015.

DIEHL, Astor Antônio; DALBOSCO, Vera Lúcia; KUJAWA, Henrique. *Visões de história do planalto rio-grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

DOSSE, François. Paul Ricoeur Revoluciona a História. In: *Ciências & Letras*. Porto Alegre, n.18, 1997.

DOSSE, François. Os três mastros entre dois recifes. A história entre vigilância e ficção. In: FERREIRA, Marieta de Moares. (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DURAND, Gilbert. Exploração do imaginário. In: PITTA, Danielle Perin. (org.). *O imaginário e a simbologia da passagem*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

ESPIG, Márcia Janet. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história. In: *Textura*. Canoas, v.5, n.9, 2003.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. *Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Objetos, lugares de memória. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira. (orgs.). *Fotografia e memória*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2008.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. In: *Historiae*. Rio Grande, v.3, 2012.

FERREIRA, Mariluci Melo. *A trajetória política de Prestes Guimarães*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERRETTO, Diego. *Passo Fundo*. Estruturação urbana de uma cidade média gaúcha. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2012.

FIALHO, Daniela Marzola. Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Coloquios, 2007.

FIALHO, Daniela Marzola. Cartografia e história cultural da cidade no limiar do século XXI. In: LEENHARDT, Jacques; FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Charles; DIMAS, Antonio. (orgs.). *História cultural da cidade: homenagem à Sandra Jatahy Pesavento*. Porto Alegre: Marcavisual/PROPUR, 2015.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Imigração italiana em Passo Fundo. In: LECH, Osvandré. (org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa & Debates*. Departamento de Economia da PUCSP, São Paulo, v. 15, n.2, 2004.

FRANCO, Patrícia dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul, v.5, n.9, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processo de formação e evolução de uma comunidade ítalo brasileira*. 2.ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FUÃO, Fernando Freitas. Cidades fantasmas. In: *Arqtexto*. Porto Alegre, n.2, 2000.

FUÃO, Fernando Freitas. O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido?. In: *Arqtexto*. Porto Alegre, n.3-4, 2003.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. v.1. Passo Fundo: Multigraf, 1978.

GIOVANAZ, Marlise. *Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da história cultural*. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n.14, 2000.

GODINHO, Paula. Usos da memória e práticas do património: alguns trilhos e muitas perplexidades. In: GODINHO, Paula (Coord.). *Usos da memória e práticas do património*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2012.

GODINHO, Paula. A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social. In: GODINHO, Paula. (org.). *Antropologia e Performance - Agir, Actuar, Exibir*. Castro Verde: 100Luz, 2014.

GODINHO, Paula. Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas. In: LOFF, Manuel; SOUTELO, Luciana; PIEDADE, Filipe. (coord.). *Ditaduras e Revolução*. Democracia e políticas da memória. Coimbra: Edições Almedina, 2015.

GODINHO, Volmar Ferreira. Luta por moradia e reconhecimento comunitário em Passo Fundo: o caso do bairro José Alexandre Zachia. In: TEDESCO, João Carlos; MENDES, Jeferson dos Santos. (orgs.). *Cidadania e transformações sociais: temas em sociologia*. Passo Fundo: Méritos, 2010.

GOLIN, Tau. Passo Fundo do território caingangue. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula. (org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. In: *História Social*. Campinas, nº3, 1996.

HARTOG, François. A fábrica da história: do “acontecimento” à escrita da história as primeiras escolhas gregas. In: *História em Revista*. Pelotas, v.6, 2000.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: *Revista de História*. São Paulo, n.148, 2003.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003b.

HARTOG, François. O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v.7, n.12, 2006.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERRLEIN JR., Ronaldo; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coord.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar*. v.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEXSEL, Conrado Augusto; GÁRATE, Héctor Eduardo. *Comércio Século XX Passo Fundo*. Passo Fundo: SINCOMÉRCIO/Gráfica e Editora Berthier, 2002.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

JACOMELLI, Jussara. *Políticas públicas e rede de transportes no norte rio-grandense (1889-1955)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos; DAL MORO, Selina Maria; DALSOTO, Adelar Carlos; MAINARDI, Elisa; REVERS, Valesca. Migração e urbanização o caso da região de Passo Fundo. In: DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. (orgs.). *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. In: *ArtCultura*. Uberlândia, v.12, n.21, 2010.

KIEFER, Flávio. Cidade prescindível. In: SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter. (orgs.). *Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2006.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico*: Passo Fundo/RS. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2007.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico cultural: considerações sobre o centenário de Passo Fundo (1957). In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007a.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico e transformações sociais em Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002. In: *Mouseion*. Canoas, n. 14, 2013.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Cidades em álbuns comemorativos: história, memória e visualidade. In: *Revista Latino-Americana de História*. v.2.n7, 2013a.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Elite política de Passo Fundo/RS entre 1945 e 1964: do local ao regional. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v.8, n.15, 2014.

KNACKA, Eduardo Roberto Jordão; PULGA, Priscila Carla Batistel. Museu Histórico Regional: conservação, organização e pesquisa do seu acervo iconográfico. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia. (orgs.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. História, memória e visualidade em publicações comemorativas de Passo Fundo. In: MEYRER, Marlise Regina; NEUMANN, Rosane Marcia. (orgs.). *História, imagem e representações: possibilidades de leitura*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

KUJAWA, Henrique Ancieto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: : DIEHL, Astor Antônio. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

- LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LECH, Osvandré. Deoclides Czamanski "viu" Passo Fundo Crescer. In: [www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br) (Acessado em 21/05/2016, às 15:41), 2006.
- LEDUC, Jean. *Les historiens et le temps* Conceptions, problématiques, écritures. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- LEGROS, Patrick; MONNEYRON, Frédéric; RENARD, Jean-Bruno; TACUSSEL, Patrick. *Sociologia do imaginário*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1997.
- LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- MABILDE, Adriano Ballejos. O cartão-postal como memória da cidade de Porto Alegre. In: FLORES, Moacyr. (org.). *Cartões postais: imagens e história cultural*. Porto Alegre: Ediplat, 2007.
- MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. *Imagens da Sociedade Porto-Alegrense: vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 1930)*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira. (orgs.). *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. v.2. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010a.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade? In: *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n.15, 2001.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARTINI, Maria Luiza. Tatu, caboclo, gaúcho a pé. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (dir.). *Império*. v.2. Passo Fundo: Méritos, 2006.



MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional.* (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2010.

MARTINS, Rui Cunha. Simultaneidade e historicidade: sobre os processamentos contemporâneos da mudança. In: PAREDES, Marçal de Menezes, ARMANI, Carlos Henrique, AREND, Hugo. (orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. In: *Tempo.* Rio de Janeiro, v.1. n.2, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. In: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. v.13, n.1. 2005.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultural visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.23, n.45, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma "História Visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornleia; NOVAES, Sylvia Ciuby. (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais.* Bauru: EDUSC, 2006.

MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957).* (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2008.

MIRANDA, Adriana Eckert. *A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950.* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MIRANDA, Adriana Eckert. *Planos e projetos de Expansão Urbana Industriais e Operários em Porto Alegre (1935-1961).* (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MIRANDA, Fernando B. Severo de. Memória e "memoricídio": dois grupos políticos discutem o nome Presidente Vargas para uma avenida em Passo Fundo. In: *Semina.* Passo Fundo, v.1, n.3, 2003.

MIRANDA, Fernando B. Severo de.; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória.* Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

MIRZOEFF, Nicholas. *An introduction to visual culture.* London: Routledge, 1999.

MONTEIRO, Charles. Duas leituras sobre as transformações da cultura urbana de Porto Alegre nos anos 1970: entre memória e ficção. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v.XXX, n°2, 2004.

MONTEIRO, Charles. A Porto Alegre de Erico Veríssimo. In: *Ciências & Letras*. Porto Alegre, n.38, 2005.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul, v.5, n.9, 2006.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n°53, 2007.

MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asteriscos, 2008.

MONTEIRO, Charles. Políticas da memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita. (org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. In: *Oficina do historiador*. Porto Alegre, v.5, n.1, 2012.

MONTEIRO, Charles. Pensando sobre História, Imagem e Cultura Visual. In: *Patrimônio e Memória*. São Paulo, v.9, n.2, 2013.

MONTEIRO, Paulo. O Puchirão do Gé Picaço – Poemeto Serrano – Resposta Literária a Antonio Chimango – Poemeto Campestre. In: [www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br) (Acessado em 18/10/2013, às 15:57), 2010b.

MORETTO, Cleide Fátima. A história econômica do município de Passo Fundo: evidências à luz do seu desenvolvimento socioeconômico. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

MURARI, Luciana. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v.17, n.32, 2010.

NALIN, Jaime Antônio. Nova York: o espírito do renascimento do capitalismo pós- crise de 1929. In: FLORES, Moacyr. (org.). *Cartões postais: imagens e história cultural*. Porto Alegre: Ediplat, 2007.

NAMER, Gérard. La confiscation sociopolitique du besoin de commémorer. In: DOUGIER, Henry (org.). *Travail de mémoire 1914-1998 Une nécessité dans un siècle de violence*. Paris: Éditions Autrement, 1999.

NASCIMENTO, Márcia do. *Prazer marginal e política alternativa: a zona de meretrício em Passo Fundo (1939-1945)*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2003.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

NASCIMENTO, Welci. Centro de estudos históricos. In: <http://www.projetopassofundo.com.br/> (Acessado em 16/03/2016, às 16:56), 2014.

NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. In: *História em Revista*. Pelotas, v.9, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.53, 2010.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. (Coord.). *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, 1993.

NYGAARD, Paul Dieter. *Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ORTIZ, Helen Scorsatto. Passo Fundo ao tempo das sesmarias e da Lei de Terras de 1850. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

ORY, Pascal. Le centenaire de la Révolution française. In: NORA, Pierre. (dir.). *Les Lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PICCOLO, Helga I.L. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

PEREIRA, Miguel Baptista. Filosofia e memória nos caminhos do milênio. In: *Revista Filosófica de Coimbra*. Coimbra, n. 16, 1999.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Cidade: sobre a importância de novos meios de falar e de pensar as cidades. In: BRESCIANI, Maria Stella. (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.29, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção diálogos da história com a literatura. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 21, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cartografias do tempo: palimpsesto na escrita da história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v.13, n.23/24, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asteriscos, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asteriscos, 2008a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Na contramão da vida: de onde a imprensa faz, da história, um folhetim. In: LUSTOSA, Isabel. (org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n.34, 2012.

- PIEDADE, Ana Felisbela A. No trilho dos pequenos deuses Aprendizagens da Memória. In: *Arquivos da Memória*. Lisboa, n.1, 1996.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n°10, 1992.
- POMAR, Júlio. *Da cegueira dos pintores* Parte escrita II. Lisboa: Atelier-Museu Júlio Pomar; Sistema Solar, 2014.
- POSSAMAI, Zita Rosane. *Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos - Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. v.1. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. In: *História*. São Paulo, n.27, v.2, 2008.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e cidade. In: *ArtCultura*. Uberlândia, v.10, n.16, 2008a.
- PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. São Paulo: Abril, 2010.
- RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (dir.). *Império*. v.2. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- REGUILLO, Rossana. Utopias e heterotopias urbanas. A disputa pela cidade possível. In: SERRA, Monica Allende. (org). *Diversidade cultural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- RIBAS, João Vicente. *A representação gauchesca do município de Passo Fundo*. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2007.
- RIBEIRO, Demétrio. O planejamento urbano no Rio Grande do Sul (um depoimento sobre as vicissitudes da idéia do plano diretor, de 1945 até hoje). In: WEIMER, Günter. (org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.
- RIBEIRO, Lucas Cabral; WINTER, Murillo Dias. Páginas de Bronze: a campanha de Francisco Antonino Xavier e Oliveira em defesa do Hospital de Caridade (1919). In: *Semina*. Passo Fundo, v.10, 2011.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 3). Campinas: Papirus, 1997.
- RICOEUR, Paul. Quelques réflexions sur l'intitulé du séminaire. In: DOUGIER, Henry (org.). *Travail de mémoire 1914-1998 Une nécessité dans un siècle de violence*. Paris: Éditions Autrement, 1999.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROMANELLO, Jorge Luiz. Uma história da revista O Cruzeiro 1930-1960. In: GAWRYSEWSKI, Alberto. (org.) *O Cruzeiro: uma revista (muito) ilustrada*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/LEDI, 2009.

ROSSINI, Miriam de Souza. As imagens técnicas e os regimes de olhar na contemporaneidade. In: ROSSINI, Miriam de Souza; JÚNIOR, Cláudio de Sá Machado; SANTOS, Nádia Weber. (orgs.). *Representações e visibilidades na história cultural: imagens, imaginários, memórias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ROUILLÉ, André. Da arte dos fotógrafos à fotografia dos artistas. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.27, 1998.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

ROVATI, João Farias. Arquitetura. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (dir.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. In: *Projeto História*. São Paulo, v.14, 1997.

SCHILLING, Voltaire. Ensaístas Gaúchos. In: *Cadernos de História*. Memorial do Rio Grande do Sul, n°25, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v.XXXII, 2006.

SCOTT, James C. *A dominação e arte da resistência* Discursos Ocultos. Lisboa: LetraLivre, 2013.

SILVA, Adriana Fraga; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A "Terra de Ninguém" índios e bugres nos campos de cima da serra. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (dir.). *Povos Indígenas*. v.5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Convenio Andres Bello, 2001.

SILVA, Geraldo Cogrossi. *Passo Fundo nome próprio feminino*. Passo Fundo: Titto's Artes Gráficas Ltda, 2001a.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.44, 2002.

SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1909.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul - do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coord.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar*. v.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOULAGES, Françoise. *Estética da fotografia: perda e permanência*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SOUZA, Célia Ferraz de. A cidade-jardim: entre o discurso e a imagem - uma reflexão sobre o urbanismo de Porto Alegre. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n.14, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000a.

SOUZA, Célia Ferraz de. O espaço e a sensibilidade dos cidadãos. In: *Arqtexto*. Porto Alegre, n.3-4, 2003.

TATTO, Luiz. *A formação de estratégias em empresas estatais - a análise de um caso: a CESA*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1987.

TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Edições texto & grafia, 2010.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEDESCO, João Carlos; KALIL, Rosa Maria Locatelli; GOSCH, Luiz Roberto Medeiros; GELPI, Adriana; CORAZZA, Jaqueline. Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução à uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.

TEDESCO, João Carlos. "Os trigais do boqueirão" A indústria moageira e a triticultura em Passo Fundo. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo. (orgs.). *Momento Patrimônio*: volume III. Erechim: Graffoluz, 2015.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

UMBELINO, Luís António. Espaço e narrativa em P. Ricoeur. In: *Revista Filosófica de Coimbra*. Coimbra, n. 39, 2011.

VARGAS, Júlio Celso Borello. Utopias, ideologias e urbanismo: as propostas de Edvaldo Pereira Paiva e Ubatuba de Faria para Porto Alegre. In: KIEFER, Flávio; LIMA; Raquel Rodrigues; MAGLIA, Viviane Villas Boas. (orgs.). *Crítica na Arquitetura V Encontro de Teoria e História da Arquitetura*. v.3. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2005.

VERZELETTI, Santo Claudino. *A contribuição e a importância das correntes imigratórias no desenvolvimento de Passo Fundo*. Passo Fundo: Imperial, 1999.

VIEIRA, Carolina Freitas. Imagens modernistas no urbanismo de Porto Alegre 1950-1960. In: *Seminário de história da cidade e do urbanismo*. v.11, n.5, 2010.

VIEIRA, César Bastos de Mattos. *A fotografia na percepção da arquitetura*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

VIEIRA, César Bastos de Mattos. A cidade fotográfica. In: *Mouseion*. Canoas, n.20, 2015.

VILCHES, Lorenzo. *Teoría de la imagen periodística*. 3.ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1997.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: *Estudos avançados*. São Paulo, v.25, n.71, 2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VOIGT, André Fabiano. Imaginação e história: um diálogo com Gaston Bachelard. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v.16, n.30, 2009.



VOIGT, André Fabiano. Imaginação e história em Bachelard: entre o olho e mão. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino. (orgs.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009a.

XAVIER, Hélia Nacif. Gestão urbana das cidades brasileiras: impasses e alternativas. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

WEIMER, Günter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: WEIMER, Günter. (org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

WEIMER, Günter. *A arquitetura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WENTZ, Liliane Irma Mttje. *Os caminhos da madeira: região Norte do Rio Grande do Sul: (1902-1950)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (dir.). *Império*. v.2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

## **ANEXOS**

## Anexo I

## OS QUE COOPERARAM PARA O CONHECIMENTO DA TERRA E SEU PASSADO



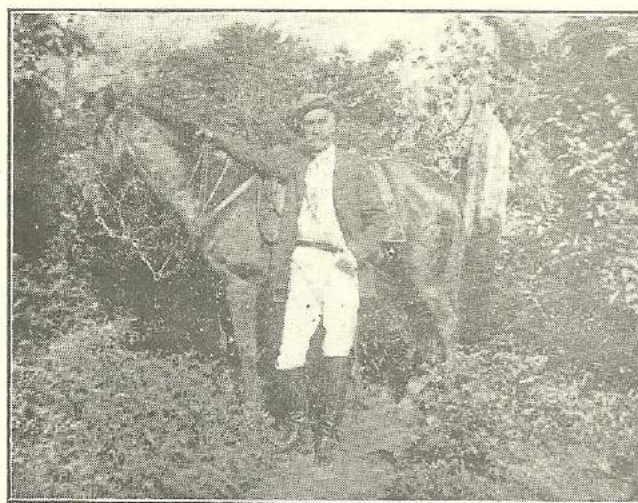
**Evaristo Afonso de Castro**  
Autor da *Notícia Descritiva*  
da *Região Misioneira* e do  
*Gigante Misioneiro*.



**Augusto Cesar**  
Explorador do sertão  
do Uruguai.



**Maximiliano Beschoren**  
Autor de importantes  
trabalhos sobre altitudes,  
latitudes e longitudes.



**DR. MARCELINO RAMOS DA SILVA** — Engenheiro chefe da comissão  
de estudos definitivos da estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande.

Dirigiu a organização do primeiro mapa do Município, no escritório da mesma  
comissão, ofertando-o à Intendência Municipal que, em sinal de reconhecimento,  
deu o seu nome a uma das ruas de Passo Fundo.

Os retratos de Evaristo Afonso de Castro, Augusto Cesar e Maximiliano Beschoren possuem as seguintes dimensões: 5 cm (vertical) X 3 cm (horizontal).

A fotografia de Marcelino Ramos da Silva possui as seguintes dimensões: 8 cm (vertical) X 11 cm (horizontal).

## Anexo II



Os retratos de Armando Araujo Annes e Nicolau de Araujo Vergueiro possuem as seguintes dimensões: 8,5 cm (vertical) X 5 cm (horizontal).

A fotografia sob o título *Outro aspecto da beleza da terra* possui as seguintes dimensões: 9 cm (vertical) X 14 cm (horizontal).

## Anexo III




Os retratos de Gervasio Lucas Annes e Frederico Guilherme Kurtz possuem as seguintes dimensões: 4,5 cm (vertical) X 3 cm (horizontal).  
O retrato de Pedro Lopes de Oliveira possui as seguintes dimensões: 13 cm (vertical) X 9,5 (horizontal).



**JUSTIÇA DA TERRA**


Dr. Benedicto Marques da  
Silva Acauan  
Juiz Municipal



Dr. Candido Lopes de  
Oliveira  
Primeiro Promotor Publico

**Dr. James de Oliveira Franco e Souza**  
Primeiro Juiz de Direito da comarca (1875—1878)

Dr. Pedro Delduque de  
Macedo  
Juiz Districtal  
(Em licença)



Dr. João Bigois  
Promotor Publico  
(Actual)

**Dr. Homero Martins Baptista**  
Actual Juiz de Comarca

Tenente João Baptista Curio de Carvalho  
1.º supplente, actualmente exercendo o cargo de Juiz Districtal

O retrato de Jmaes de Oliveira Franco e Souza possui as seguintes dimensões: 5,5 cm (vertical) X 3,5 cm (horizontal).

O retrato de Homero Martins Baptista possui as seguintes dimensões: 8 cm (vertical) X 5 cm (horizontal).

## Anexo IV



Antiga Matriz de Passo Fundo, consagrada a N. S. da Conceição Aparecida. Era situada no terreno em que está sendo levantada a igreja de N. S. das Dores, na actual praça Marechal Floriano, mas obedecendo a alinhamento diverso, com frente mais ou menos para o nordeste. Occupava o mesmo logar da primitiva capella, a que substituiu, terminada em 1835 e cuja erecção fôra requerida á autoridade ecclesiastica de Porto Alegre, no anno anterior, por Joaquim Fagundes dos Reis — o patriarcha da terra, e mais 8 ou 10 moradores, que seriam naturalmente a totalidade dos que a esse tempo existiam na hoje cidade e suas immediações.

A fotografia da Antiga Matriz de Passo Fundo possui as seguintes dimensões: 7 cm (vertical) X 14 cm (horizontal).







Figura 2

Edição especial — 130 Aniversário de O NACIONAL — ANO DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 1 de agosto de 1957

# Indústrias Reunidas Planaltina S.A.



Matadouro - Frigorífico -  
Curtume

---

Fabricante dos Produtos  
**ORQUÍDEA**  
os mais saborosos

\*\*\*\*\*

Endereço Telefônico e Fonográfico: **PLANALTINA**

Cx. Postal, 235 - Telefone, 225  
- PASSO FUNDO -  
Rio Grande do Sul

### A Câmara de Cruz Alta saudou o povo de Passo Fundo

Passo Fundo, que comemora, dia 7 de agosto próximo, o primeiro centenário de sua emancipação, depois de pertencer ao município de Cruz Alta, tem agora a satisfação de receber a saudação do Poder Legislativo cruzaltense, congratulando-se com o nosso povo. A este propósito, O NACIONAL acaba de receber o seguinte ofício de saudação:

Ilmo. Sr. Diretor de O NACIONAL  
Passo Fundo

A Câmara Municipal de Cruz Alta, interpretando os anseios do povo deste município, dirige, nesta data, por intermédio, por Poderes Executivo, Legislativo e pela Imprensa escrita, uma saudação ao nobre povo do Município de Passo Fundo, sentença avançada e vigilante do nosso legendário Rio Grande do Sul pela passagem de seu Primeiro Centenário de sua fundação.

### Voltou a funcionar reator atômico suíço

Voltou a funcionar no Centro de Pesquisas Nucleares da Suíça, em Würenlingen, nas proximidades de Baden, o reator de piscina construído pelos Estados Unidos para a Conferência Internacional sobre Usos Pacíficos da Energia Atômica, realizada em 1955, em Genebra.

O aparelho servirá de protótipo para as fábricas suíças construir seus próprios reatores de água pesada, permitindo, igualmente, que cientistas realizem programas de pesquisas, podendo ser utilizado, também, como centro de treinamento para jovens físicos suíços.

Durante a cerimônia da inauguração, o ministro do Exterior da Suíça, sr. Max Petit-Pierre, declarou: «O

### Os EE. UU. e a Austrália assinam pacto de informação atômica

WASHINGTON, 6 (IPS) — Foi firmado um convênio entre a Austrália e os Estados Unidos mediante o qual ambos os países se comprometem a trocar informações sobre energia atômica consideradas necessárias ao desenvolvimento dos planos de defesa.

O acordo não pode qualquer intercâmbio de armas atômicas ou materiais nucleares.

### Deverá estar concluída até 1960 a rodovia Rio de Janeiro - Lima

LIMA, 6 (IPS) — Anunciou-se que deverá estar concluída até 1960 a estrada de rodagem entre o Rio de Janeiro e Lima.

O Embaixador do Brasil no Perú, sr. Orlando Ribeiro, declarou que o Brasil deseja concluir a seção da rodovia que se dirige para o noroeste, do Rio para Cruz Alta do Sul, a 150 km da fronteira peruana.

A distância da fronteira até Fucallpa, onde termina a estrada, no Perú, é também de 150 km.

### CIDADE DE PASSO FUNDO



UMA IMPOSANTE VISTA AÉREA DE UMA PARTE DA CIDADE DE PASSO FUNDO.

### Homenagem a Passo Fundo

Temos a satisfação de publicar em nossas colunas, em homenagem ao centenário da cidade de Passo Fundo, em versos maravilhosamente compostos pelo sr. Léo Py.

**HOMENAGEM**

I

Velha. Centenária...  
Porém remozada e atraente,  
vaidosa do seu passado,  
orgulhosa do seu presente,  
com ares de mocidade  
e de encantadora renovação,  
cê-la bonita e esplendente!

Entre as comunas gaúchas  
de exuberante modernismo,  
dece a liaura do asfalto  
aos belos prédios atômicos,  
a antiga pouxada de tropeiros  
é hoje a Capital do Planalto!

II

Suas ruas são folhas mágicas  
duma história de amor e trabalho,  
onde desfilam obreiros do progresso,  
na cultura e demais atributos  
dos seus habitantes indômitos.

Suas indústrias e escolas  
constituem o celeiro fecundo,  
donda a produção e a inteligência  
levam, ao Rio Grande e ao Mundo,  
muitas riquezas do Brasil,  
com o brasão de Passo Fundo!

Léo Py

## AUTO AGRICOLA PASSO FUNDO S.A.

INDUSTRIA E COMERCIO  
SUCESSORES DE VAZ DA SILVA & CIA. LTDA.



Concessionários dos veículos:

**Caminhões: «Scania Vabis-Diesel»**  
DE 150 HP E 10 TONELADAS

**Caminhões e Caminhonetes: «Studebaker» e «DKW»**

**Linha Agrícola: «Massey Harris» e «Ferguson»**

TRATORES

Arados — Automotrizes —  
Grudes — Semeadeiras —  
Adubadeiras, etc. etc.

VULCANIZAÇÃO E RECAUCHUTAGEM DE TODAS AS BOLTAS DE PNEUS.

Rua Bento Gonçalves, esq. Gen. Canabarro — 1031/41 — Fone 220 — P. FUNDO.  
Conheça nosso novo plano de vendas, com financiamento!

Edição comemorativa de O Nacional (07/08/1957, p.7). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 3

## SPRINGER

agora é uma pluma...

porque desliza sobre qualquer piso

com *Rollover*



dispositivo adaptado ao piso de qualquer apartamento, cozinha ou lavanderia sobre qualquer piso, sem qualquer ruído, fiação ou mudança de local. Prático e econômico sistema de freio para evitar os choques e vibrações. É agora a mais avançada das refrigeradoras modernas - E, além deste novo dispositivo, tem outras vantagens (verifique) SPRINGER apresenta ainda:

- 7,5 pés cúbicos
- interior em aço inoxidável
- porta ajustável
- novo tipo de aquecimento
- 2 níveis de gavetas
- preço bem baixo em conta

### Refrigeradores « SPRINGER »

## JOÃO CARLOS BURLAMAQUE

Concessionário da General Motors do Brasil S. A.

AUTOMÓVEIS:

### PONTIAC - BUICK

Caminhões G. M. C.  
(De 5 até 24 toneladas)

### Caminhões BEDFORD - Camionetas "OPEL"

Cofres e Móveis de Aço

### Motonetas « LAMBRETA »

Vendas à Vista e a Prazo

Oficina Mecânica Aparelhada com Mecânicos Especializados

Avenida Brasil, 336 - PASSO FUNDO - Rio Grande do Sul - Brasil  
Caixa Postal, 303 - Telefone, 139 - Endereço Telegráfico: «BURLAMAQUE»

PEÇAS — PNEUS — ACESSÓRIOS — ÓLEOS

---

### Professor William Richard Schisler

Amanhã, 8 de Agosto comemora-se mais um aniversário da chegada do Professor William Richard Schisler ao Brasil.

Chegou a 8 de Agosto de 1921, prestando de então para cá, os mais relevantes serviços à causa da cultura brasileira, notadamente, o ensino do ensino primário e secundário, as aulas, fundações de todas as demais disciplinas.

Desde 1921, o illustre educacionista vem difundindo a instrução no Brasil, indo a Rio Grande do Sul, tendo atuado, inicialmente, no magistério de Uruguaiana e outras cidades gaúchas, vindo depois a Passo Fundo, aqui se radicando, servindo eficientemente ao ensino primário e secundário desta cidade.

Por este motivo, ao transcurso, amanhã, de mais um

modelo estabelecimento de ensino primário e secundário desta cidade.

Por este motivo, ao transcurso, amanhã, de mais um

ano da chegada do Professor Schisler a Brasil, aproveitamos a sua senhora as expressões das nossas efusivas congratulações.



### Um pouco de astronomia

A UMA DISTÂNCIA média de um bilhão quatrocentos e doze milhões e duzentas mil quilômetros do Sol, com uma variação de cem milhões de quilômetros, desvia o eixo da Terra de sua órbita. Saturno leva 29,5 anos a fazer a volta em torno deste astro, de sorte que a sua posição aparente no céu, muda pouco, durante o ano.

XXX

OS ESPINHOS de alguns castos podem ser usados como agulhas de gramofone.

XXX

EM JANEIRO de 1835, na presidência de Andrew Jackson, nos Estados Unidos, este país pela primeira vez na sua história, não assumiu dívida. Esse fato foi comemorado com um banquete.

XXX

A CAPITAL da Islândia Reykjavik muito lucrou

---

### Refugiados Húngaros em MUNICH

BASE AEREA DE NEUBERG, Alemanha, 6 (IPS) — Foi terminada nesta localidade uma segunda base para os refugiados húngaros.

O segundo transporte de refugiados húngaros para os Estados Unidos conduziu 4.610 pessoas, em 85 véses realizadas desta.

Este segundo refúgio foi

### Vila de Sertão



UMA A VISÃO DO SOBERBO HOSPITAL SÃO JOSÉ

---

BEBAM PRODUTOS

\*\*\*\*\* « SERRAMALTE » \*\*\*\*\*

## Pilsen - Biruta - Elefante

Edição comemorativa de O Nacional (07/08/1957, p.8). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 4

Edição Especial — MANEJAMENTO DA O NACIONAL, 4 ANO DO 3º ANIVERSÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de Setembro de 1957

# CASA SONORA

de  
**ELEODORO ANTUNES FERNANDES**

A mais completa linha de produtos para as **SENHORAS DONAS DE CASA**, tais como:

Refrigeradores **BRASTEMP** — Refrigeradores **CLIMAX** — Toda a série de produtos **WALITA** — Eletrolas — Rádios — Discos — Máquinas de Costura **OLÍMPIA** — Material Elétrico em Geral —

Distribuidores exclusivos dos afamados Fogões **LIQUIGÁS** Símbolo de Economia e Asseio

Oficina mecânica de consertos, contando com os mais **COMPETENTES PROFISSIONAIS**

\*\*\*\*\*

**CASA SONORA**, agora com filial em **Pôrto Alegre**, à Rua dos Andradas, esquina Vig. José Inácio

\*\*\*\*\*

**CASA SONORA** garante o que vende, porque só vende o que é bom

End. Telegr.: **ANTUNES** — Telefone, 325 **PASSO FUNDO** - Rio Grande do Sul



Fabricante dos já afamados Refrigeradores **FRIGELAN**

**A Sociedade de Esclerose** estuda relatório sobre o descoberto de um germo causador da moléstia **NOVA YORK, 6 (IPS)** — A «National Multiple Sclerosis Society» lançou estudos destinados a confirmar a notícia de que um bacteriologista descobriu a causa da esclerose.

Recentemente, a dra. Rose Johnson, de Filadélfia, anunciou ter isolado e cultivado o germo (um espiroqueta) do fluido espinal de vários doentes de esclerose.

Se a notícia de Filadélfia se confirmar, a Sociedade se empenhará numa estatística em grande escala.

**O Canadá terá o mais aperfeiçoado reator atômico do mundo** — **OTTAWA, 6 (IPS)** — O Canadá se prepara para por em funcionamento um novo reator atômico de pesquisa. Esse novo reator, que foi descrito pelos cientistas canadenses como o mais aperfeiçoado do mundo, e custará 50 milhões de dólares, aumentará, sensivelmente, a produção canadense de cobalto-60, permitindo ao país desenvolver suas unidades rádio-terápicas, nas quais o cobalto-60 é a fonte dos raios-gama, empregados no tratamento de os tumores cancerosos.

**Satisfatório o índice de empregados nos EE. UU.** — **WASHINGTON, 6 (IPS)** — Os Departamentos do Comércio e Trabalho anunciaram, em conjunto, que havia 60.113.000 pessoas empregadas nos Estados Unidos, em maio do corrente ano.

Este é, praticamente, o mesmo total de empregados verificado no ano passado, quando se estabeleceu um recorde no país.

O desemprego foi de 2.715.000, ligeiramente inferior ao total de desempregados registrado em abril.

dem ser responsabilizadas pelas variações das condições atmosféricas, o cientista acrescenta que há uma diferença fundamental entre a energia liberada pelas explosões nucleares e a concentrada nas frentes meteorológicas.

**Cientista declara que não há relação entre os testes nucleares e as condições do TEMPO** — **ROMA, 6 (IPS)** — Não há qualquer ligação entre os testes termo-nucleares e as condições atmosféricas — declarou o cientista italiano Enrico Medi.

Depois de afirmar que as explosões atômicas não po-

**Oficiais latino-americanos na Escola do Exército dos Estados Unidos** — **FORT GULB, Zona do Canal do Panamá, 6 (IPS)** — Trezentos e vinte e oito oficiais latino-americanos receberam seus diplomas, após concluírem os cursos de aperfeiçoamento da Escola do Exército dos Estados Unidos nas Antilhas, oficialmente conhecida pelo nome de «Sancrodo».

A escola é a única instituição militar norteamericana exclusivamente dedicada ao treinamento de oficiais latino-americanos. Para realizar sua missão, esse estabelecimento militar de pronto dispõe de um corpo docente bilíngue (espanhol e inglês).

EDUARDO MARTINELLI

ENGENHEIRO CIVIL

(Professor do Instituto Municipal de Belas Artes)

\*\*\*\*\*

CONSTRUÇÕES EM GERAL

Cálculos de concreto armado - Levantamentos topográficos - Fiscalização e administração de obras - Projetos de qualquer natureza - Todo e qualquer serviço de engenharia

Rua Bento Gonçalves, 427 - Edifício FLORISBELO— Apto. 2

PASSO FUNDO - Rio Grande do Sul



Um aspecto da tradicional Igreja Matriz (Nossa Senhora da Conceição), situada à Praça Tamandaré.

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.11). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 5

Revista Especial - 25 Aniversário de O Nacional - Ano do 1º Centenário de Passo Fundo - 1 de agosto de 1967



**Temos Para Pronta Entrega**  
**«JEEP WILLYS»**  
**«O veículo mais útil do mundo»**

# AGROMAQUINAS

LTDA.

**Avenida Capitão Jovino, 133 - PASSO FUNDO**

**A Linha de Máquinas Agrícolas mais Completa do Mundo**  
**John Deere - Caterpillar -**  
**L a n z**

Revendedores exclusivos para este Município  
**ESTOQUE PERMANENTE DE PEÇAS GENUINAS**  
 Endereço Tele-Fono: AGROMAQUINAS — PASSO FUNDO — Rio Grande do Sul



**O crescimento econômico soviético é feito à custa do povo**

WASHINGTON, 6 (IPS) — Um estudo realizado pelo Congresso dos Estados Unidos acerca do crescimento econômico da União Soviética, durante o período de 1928 a 1955, dado hoje à publicidade, demonstra que a industrialização forçada daquele país, produziu um melhoramento relativamente escasso no nível de vida do povo, mesmo assim à custa de privações da população. O relatório foi preparado pela Biblioteca do Congresso para a Sub-Comissão Conjunta Econômica sobre Política Econômica Estrangeira.

«A julgar pelo histórico referente à forma de proceder dos russos — dia e noite —, a meta do sistema comunista não consiste principalmente em elevar os níveis de vida do povo, mas sim em aumentar o poder do Estado. O povo consumidor poderá receber maiores benefícios, apenas quando os governantes acreditarem em que uma abundância de artigos de consumo e menos horas de trabalho aumentariam a produção e manteriam a inquietação dentro de limites prudentes... O crescimento econômico soviético foi conseguido com o sacrifício de outros objetivos e mediante grandes investidas em projetos industriais; enviando-se os operários, das campos para as fábricas; imitando sistemas de outros países e fazendo o público consumidor aceitar uma rotunda quantidade de artigos muito vezes de infima qualidade, a altos

preços; bem como à custa forçada, de repressão política e de altos níveis de um sistema de trabalho vida contínuo...»

**Ajudará a construir a nova Capital do Brasil**

WASHINGTON, 6 (IPS) — O jornal «Advertiser», de Huntington West Virginia, anunciou que o general Benjamin B. Talley, reformado, ex-membro do Corpo de Engenharia do Exército dos Estados Unidos, se comprometerá a projetar e construir a nova capital brasileira.

O general Talley supervisionará o contrato de trabalho da «Raymond Concrete Pipe Company of New York City», que foi incumbida da construção dos alcaçofes e da estrutura metálica de 16 edifícios de 10 andares. A firma também construirá em Brasília, uma represa e uma usina hidro-elétrica de 25.000 kw. O Embaixador do Brasil em Washington, sr. Ernani de Amaral Pezoto, reuniu-se, recentemente, com o general Talley e com o Presidente da «Raymond Concrete», sr. George Ferris, discutindo com eles os planos finais para a participação daquela firma norte-americana na construção da nova capital brasileira.

**CIDADE DE PASSO FUNDO**



Um importante trecho da Avenida Capitão Jovino.

**PARA O SEU PEQUENO OU GRANDE ALMOÇO, AI ESTA SEMPRE - O SEU DISPOR O Bar e Restaurante**

**Maracanã**

**O MAIOR BAR-RESTAURANTE DA CIDADE, SEMPRE APRESENTANDO UM «BOM PRATO»**

Alportres — Vinhos finos — Refrigerantes em geral — Cervejas — Chopp — Sorvetaria — Chocolates — Bombonedeiros — Confeitaria de sobremesas variadas — Laboratório de dietas de frutas.

**SERVICIO A LA MINUTE**  
 Propriedade e direção de GURZENNE W. FEHRESEN  
 Rua Manoel 316 - (ao lado do cinema «Estrela») - PASSO FUNDO

**Rapidez e Segurança...**

**TRANSPORTADORA AURORA LTDA.**

Matriz: Mal. Floriano, 1107 - Fone 609 - Caxias do Sul

FILIAIS EM: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Blumenau, Cachoeira do Sul, Concedido, Curitiba, Dom Pedrito, Erachim, Getúlio Vargas, Lages, Livramento, Pelotas, Porto Alegre, Quaraí, Rio de Janeiro, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, São Gabriel, São Paulo, União da Vitória, Uruguaiana, Vacaria e Xoxocó

Filial em PASSO FUNDO: Avenida Presidente Vargas 53 A - Caixa Postal 194 - Tel. 305 - End. Tel. TRANSPAURORA

Edição comemorativa de O Nacional (07/08/1957, p.12). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 6

Edição especial — 33. aniversário de O NACIONAL e ANO DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1957

**Aumentará o consumo norte-americano de café**  
 NOVA YORK, 6 (IPS) — De acordo com um inquérito realizado pela revista "Vision", o consumo de café nos Estados Unidos em 1960 deverá ser de 28 milhões de sacas, o que significará mais 500 milhões de dólares de poder aquisitivo.

Como se sabe, os países produtores de café compõem atualmente cerca de 87 por cento de todas as exportações dos Estados Unidos para a América Latina.

**Tipografia ELITE**  
 de  
**Luiz Marchiori**

**IMPRESSOS EM GERAL**  
 Perfeição no Serviço Executado

Trabalho perfeito, com técnica e esmero, sob a supervisão do proprietário

**AV. BRASIL, 149 - PASSO FUNDO**  
**RIO GRANDE DO SUL**

**Beleza Passofundense**



Srta. Marly Flores da Silva, da sociedade local. Uma beleza caracteristicamente da Capital do Planalto.



**pioneira nos céus do Brasil**

**VARIG**

A SERVIÇO DE PASSO FUNDO HÁ QUASE 20 ANOS  
 AGENCIA LOCAL: Rua Mirim 123, Fone 107.

**Os teleguiados não substituirão os porta-aviões da Marinha Norte-Americana**

WASHINGTON, 6 (IPS) — O Secretário da Marinha Thomas Gates Jr. declarou em sua primeira entrevista à imprensa após ocupar o posto da Marinha a primeira do corrente, que os foguetes teleguiados «são

um fator importante de desenvolvimento das agressões» ao poderio da Esquadra, mas que os aviões pilotados e os porta-aviões continuarão sendo as principais forças de impacto da Marinha «durante muitos anos».

Gates declarou não prever grandes modificações nesse sentido para os próximos anos, no arsenal básico da Esquadra.

«Não prevê a substituição dos porta-aviões por teleguiados durante os próximos cinco anos. Os teleguiados e os aviões pilotados se completarão mutuamente durante muito tempo».

**Gigantesca bomba de cobalto para combate ao câncer**

WASHINGTON, 6 (IPS) — A Administração de Veículos dos Estados Unidos pôs em funcionamento uma gigantesca «bomba» de cobalto radio-ativo, para tratamento de tumores cancerosos e profundos.

A máquina pesa 16 toneladas e está instalada numa sala sub-terránea com a altura de dois pavimentos. Nesta sala o paciente é colocado dentro de um anel de metal contendo cobalto radio-ativo, um produto produzido em um reator nuclear. O anel gira num círculo completo à volta do paciente, o que permite que uma quantidade máxima de radiação seja destinada ao tecido canceroso.

A radioatividade do aparelho vem de duas «pelas» contendo 10 peças de cobalto radio-ativo. Cada peça tem o tamanho aproximado de um botão e foi colocada num reator nuclear na usina da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, em Oak Ridge, Tennessee. As peças de cobalto despojam a mesma quantidade de raios gama, destrutores do câncer, quanto uma fonte de Ra-226 com uma potência de 3.000.000 de volts.

**LAVANDERIA POLAR**

«A Primeira na Preferência Popular»

Limpeza a Sêco, Pelo Processo «Dry Cleaning»

**SERVIÇO RÁPIDO E ESMERADO**

Avenida Brasil, 29 — Fone, 317  
**PASSO FUNDO**

**LABORATÓRIO WIDAL**

Direção dos Drs. Oswaldo Rodrigues de Lara e Paulo Loureiro de Azambuja

Culturas — Provas biológicas — Testes para sensibilidade microbiana aos anti-bióticos e sulfas — Testes para atividade reumática — Testes para o diagnóstico da alegria — Metabolismo basal.

Urina — Coprologia — Bacteriologia — Hematologia — Sêro-diagnósticos — Bioquímica do Sangue — Líquor — Tempo de protrombina — Provas funcionais hepáticas — Provas funcionais renais — Provas funcionais do pâncreas — Quimismo gástrico.

Rua Bento Gonçalves, 438 — Fones 145 e 200  
**PASSO FUNDO — R.G.S.**

**Erradicação da malária nas Américas**

GENEIRA, 6 (Associação) — Na 10ª Assembleia Mundial de Saúde, aqui recentemente encerrada, os Estados membros foram instados a aumentar suas contribuições voluntárias ao Fundo Mundial da Malária, criado na reunião realizada no México, em 1955. O Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde, dr. Marcolino Gomes Candau do Brasil anunciou que 2.500.000 dólares já haviam sido doados ou prometidos ao Fundo Especial da Malária da repartição Sanitária Pan-Americana, escritório regional da OMS, para a erradicação da malária nas Américas.

Revelou-se que a erradicação está realizada em dez países ou territórios do mundo, encontra-se em andamento em quinze e se acha iniciada ou planejada em 35. A população total desses sessenta e três países malariços ou que anteriormente o foram montou a 1.211.000.000 de pessoas.

**Cidade de Passo Fundo**



Vê-se acima o Palácio Prefeitural, na Avenida Brasil, e mais os prédios da Câmara de Vereadores, da Biblioteca Pública (Grêmio de Letras), o do Bar Quintandinha (modificado), e o da Família Rocca.

**OFICINA 1º. CENTENÁRIO DE GOBBI & RODRIGUES**

Chapeamento e Pintura de Automóveis em geral  
 Serviço Rápido e Esmerado, Atendido pelos Proprietários e Profissionais Competentes — **PREÇOS MODÍCOS** —  
 Av. Cap. Jovino, 36 - PASSO FUNDO

Edição comemorativa de O Nacional (07/08/1957, p.13). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 7

Edição especial — 150 ANIVERSÁRIO DE O NACIONAL — ANO DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1957

☆☆ **PASSO FUNDO** ☆☆



Eis o edifício dos Correios e Telégrafos, situado na rua Moran, esquina da rua Coronel Chicuta, um dos mais modernos edifícios públicos da cidade.

### O Comandante do Corpo de Fuzileiros dos EE. UU. tem os marinheiros do Brasil em "alta estima"

WASHINGTON, 6 (IPS) — O Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, general Douglas MacLean Pate, manifestou a sua "alta estima" pelos marinheiros do Brasil e a sua "profunda e sincera admiração" pelo povo brasileiro, ao responder ao ato de citação e entrega de uma medalha das Forças Navais Brasileiras, que lhe foi feita, no dia 5, pelo general Pate, quando este se dirigiu ao quartel de um fuzileiro naval brasileiro, à sua família.

O Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, vice-almirante Rui Costa de Magalhães Borejo, fez a citação e conferiu ao general Pate o Grau de Mérito Naval, ao grau de Grande Oficial.

A citação diz, em parte: — "É esta uma das condecorações com que as Forças Navais Brasileiras reconhecem os seus membros e, as virtudes e as personalidades estrangeiras que lhes prestaram relevantes serviços continuados. Ela não se destina a reconhecer um ato isolado ou separado de relevante serviço, mas sim um relevante serviço, mas sim

### Dezoito Educadores Brasileiros Adestraram-se na Universidade de Indiana

BLOOMINGTON, 6 (IPS) — Dezoito educadores brasileiros adestraram-se na Universidade de Indiana, atendendo às suas necessidades particulares. O grupo está trabalhando no campo de adiestramento de professores da educação elementar, e após um ano de estudos naquela universidade regressarão ao Brasil para ajudar a formar o corpo docente do Instituto de Educação de Belo Horizonte, que foi recentemente organizado como um programa cooperativo entre o Ministério da Educação do Brasil e o Estado de Indiana. A nova escola é uma Escola Normal "piloto" para o treinamento de professores de candidatos ao magistério elementar, nos moldes das práticas e padrões dos Estados Unidos.

Cada integrante do grupo estudou o idioma inglês no ginásio ou científico. Muitos dos visitantes manifestaram o seu agrado ao constatarem que os Estados Unidos são muito diferentes do que lhes mostrava o cinema. Estão confortados com essa constatação e surpresos com o regime intensivo de trabalho dos estudantes norte-americanos.

O grupo visitante foi alojado, extra-oficialmente, pelos cidadãos de Brasil Indiana, onde existe grande interesse e orgulho sobre tudo o que se relaciona com o Brasil.

### Seguem para a Argentina dois grandes geradores

BALTIMORE, 6 (IPS) — Seguem para Buenos Aires, a bordo do cargueiro "Moroccan", os primeiros embarques destinados à Argentina e feitos mediante recente empréstimo de 50 milhões de dólares autorizado pelo Banco de Exportação e Importação.

Os embarques consistem de dois geradores elétricos de 20.000 kw., fabricados pela "Westinghouse Electric Company", os quais serão utilizados na construção de uma fundição, a 200 km. de Buenos Aires, no rio de San Nicolas.

Os geradores, que pesam 86 toneladas cada, são parte de um pedido autorizado em 14 milhões de dólares feito à "Westinghouse" para a construção de uma fundição e uma usina elétrica.

### Reformadora de Pneus TYRESOLES PASSOFUNDENSE LTDA.

Reforma-se qualquer tipo de pneus: carros de passeio, camionetes, caminhões, tratores, máquinas agrícolas e de terraplanagem.

Garantia absoluta - Perfeição no serviço executado

Serviço feito por técnicos especializados, com longos anos de experiência.

RODAGEM TYRESOLADA — QUILOMETRAGEM DOBRADA!

Permanecendo às ordens, dia e noite, de todos os motoristas.

à Av. Presidente Vargas, (ex-Av. Mauá), n° 113. PASSO FUNDO — R. G. DO SUL

### LEITOR AMIGO!

Assista à VII. Festa Nacional do Trigo e Exposição Agro-Pecuária e Industrial, a realizar-se em outubro próximo e estará prestigiando os festejos do 1º Centenário de Passo Fundo!

É este um conselho da FARMÁCIA FONTOURA, de Antônio P. da Fontoura, o estabelecimento que mantém o seu conceito na voz do povo.

A única farmácia em Passo Fundo — talvez das poucas no Rio Grande do Sul e no Brasil — que mantém a tradição de três gerações a serviço da farmácia e da humanidade.

Salve a Capital do Planalto e seu 1º Centenário, em 1957

E quando vier a Passo Fundo, venha sem receio, porque aqui encontrará a FARMÁCIA FONTOURA zelando pelo seu bem estar e pela sua saúde!

**Farmácia FONTOURA**  
Av. Brasil, 724 — Passo Fundo — Rio Grande do Sul.

### MISTURAS E FÓRMULAS DE ADUBOS PARA QUALQUER CULTURA



# ADUBAL

Importadores de adubos de fama mundial e das melhores qualidades, oferecendo fórmulas compostas e granuladas especialmente indicadas para a cultura mecanizada do trigo, não empedrando e deslisando facilmente pelos canos da semeadeira-adubadeira.

## INDUSTRIAL ADUBOS SUL BRASIL LTDA.

**(ADUBAL)**

<p><b>MATRIZ:</b> Ed. Fieri, 2º Andar Cont., 301 — Fone 12 Caixa Postal, 166 Telegr. ADUBAL PASSO FUNDO</p>	<p><b>Depósito e Fábrica:</b> Avenida Rio Grande, 2300 PASSO FUNDO</p>	<p><b>Departamento Técnico e de Importações:</b> Av. Farrapos, 35 A Fone 6097 PORTO ALEGRE</p>
---	--	--

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.15). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 8

EDIÇÃO ESPECIAL — 30 ANIVERSÁRIO DO NACIONAL e ANO DO 3º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1957

---

**Para uma boa fotografia, procure**

# DALILA

Rua 7 de Setembro, 310  
PASSO FUNDO

---

## Soviet Supremo aprova por 1347 votos a zero um vasto plano econômico

NOVA YORK, 6 (IPS) — O Soviet Supremo cumprirá todas as condições protocolares necessárias para aprovar por unanimidade um vasto plano de reforma governamental que trata de uma série de medidas para combater a deficiência da maquinaria burocrática russa.

O corpo parlamentar soviético votou em favor desta reforma da seguinte maneira: 1347 votos a favor e nenhum contra. Segundo a opinião de alguns observadores, trata-se da reorganização econômica mais radical que se viu na União Soviética nos últimos 30 anos, ou seja, desde a época em que Stalin começou a desenvolver os seus planos quinquenais.

Entre os pontos básicos da reforma figuram a liquidação de quase todos os Ministérios centrais de Moscou e o estabelecimento de 92 distritos econômicos regionais que servirão para exercer um controle mais direto sobre a produção industrial. Acredita-se que por meio das unidades regionais se promoverá a eficiência administrativa de que tanto necessita a União Soviética, sendo para isso imperativo suprimir a ineficiência paralisadora da burocracia moscovita.

Ao mesmo tempo, conti-

nuando um controle estrito sobre todos os aspectos da economia soviética. Isso se conseguirá por meio de oito Ministérios centrais que continuarão funcionando em Moscou, e por meio de uma junta de planificação regional com mais facilidades.

Embora o plano seja tão complicado que requer cuidadosa elaboração de numerosos detalhes legais, esses aspectos técnicos foram obviados por meio da nomeação de uma comissão composta de 50 comunistas favor do plano era esperada desde que se formou a comissão. Uma vez terminada a tarefa confiada ao Soviet Supremo, este deve votar o plano em reunião.

---

### JACOB J. HELBLING

Casa especializada em material elétrico para instalações.

Preços especiais para os srs. revendedores

Distribuidores exclusivos dos famosos aparelhos domésticos

---

### ARNO

---

**MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL**

Rua Moron, 1903 — Fone: 349 — Caixa Postal 376 — End. Telegr.: «HELBLING»  
PASSO FUNDO — R. G. S.

## A CIDADE DE PASSO FUNDO



UMA VISTA DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO, COM SUAS BELAS E FRONDOSAS ARVORES ORNAMENTAIS.

---

## A maioria da população europeia favorece a unificação da EUROPA

NOVA YORK, 6 (IPS) — Sessenta e cinco por cento da população dos países da Europa Ocidental são a favor da unificação europeia — declarou Daniel P. Doffina, Presidente do Movimento Federalista Europeu para a zona de Paris.

Doffina, que dirige a delegação conjunta de cidadãos franceses e alemães, chegou a esta cidade para conferenciar com funcionários do Departamento de Estado, membros do Congresso e líderes sindicais em Washington.

## FARMÁCIAS INDIANA CENTRAL

DE QUINTO GIONGO

GIONGO & PRETTO LTDA.

Drogas e Especialidades Farmacêuticas  
Perfumarias das melhores procedências  
Avenida Brasil, nos. 111 e 115  
PASSO FUNDO

Manipulação esmerada — Preços módicos  
Grande e variado sortimento de DROGAS e Perfumaria — nacionais e estrangeiras  
Avenida Brasil, Telefone nº. 54  
PASSO FUNDO

## POPULAR LTDA.

Farmacêutico Químico Responsável: DR. PAULO GIONGO

Drogas, Perfumes, Especialidades Farmacêuticas em Geral — Serviço Noturno Permanente —

Av. Brasil, 282 — Telefone, 129 — PASSO FUNDO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS sob a direção dos Drs. Paulo Giongo e Ruy Tocchetto

---



GOELZER & ALVES LTDA.  
Av. Brasil, 98 — Fone 57 — Caixa Postal, 112  
PASSO FUNDO — R. G. S. 1  
Inscrita nº 2099

## A casa que tem tudo que Va. Sa. DESEJA R... da Batatinha ao Caviar!...

---

## Sociedade Passofundense de Mate Ltda.

(INSCRITA NO INSTITUTO NACIONAL DO MATE)

### Compra qualquer quantidade de erva mate cancheada, pagando os melhores preços

Tele-Fonogramas: «LEX» - Caixa Postal, 41 - Rua General Osório (Esquina Coronel Chicuta) - PASSO FUNDO — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.18). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).











Figura 11

Edição especial — 23ª aniversário da O NACIONAL — ANO DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 1 de agosto de 1957

# FRIGORÍFICO SÃO PAULO S. A.

## Banha RAINHA

## Embutidos IMPERADOR

SÃO, INDISCUTIVELMENTE, OS MELHORES

TAPEJARA — Rio Grande do Sul

### Em dúvida as credenciais dos delegados húngaros à Conferência da OIT

GENEVA, 6 (IPS) — Os empregadores e a confederação do Trabalho Deleções de empregados (OIT) tiveram em dúvida a validade das credenciais da delegação húngara.

A declaração de dúvida se aplica aos três tipos de delegados enviados pelo regime de Kádár — empregadores, trabalhadores e governo.

A objeção aos delegados dos empregadores foi acompanhada por um relato detalhado da supressão do levante húngaro do outono passado e dos crimes do regime de Kádár.

A objeção à delegação governamental foi apresentada por delegados dos empregadores dos Estados Unidos, Reino Unido, França e México. Entre os que duvidaram da validade das credenciais da delegação governamental húngara encontra-se um delegado da Índia.

A Confederação Internacional de Sindicatos Livres e a Federação Internacional de Sindicatos Cristãos sugeriram o envio de delegados dos trabalhadores húngaros de representar ou declarar-se representante dos trabalhadores da Hungria.

### O Tradicionalismo em Passo Fundo



No centro, o deputado Mécio de Castro, quando era o patrão do CTG; à esquerda, o Capitão Laureano Medeiros, patrão do Clube Parroquial, de Hui; e à direita, o sr. Miguel Goelzer Lima, quando era patrão do CTG de Soledade.

**PADARIA E CONFEITARIA**

## CRUZEIRO

de BRUNO JUSTI

Secção de Panificação -  
Confeitaria -  
Bolachas -

**SERVIÇO ATENCIOSO**

Rua Paizandú, 660 - PASSO FUNDO

**Professora de inglês dos diplomatas brasileiros nos EE. UU. agraciada com a Ordem do Cruzeiro do Sul**

WASHINGTON, 6 (IPS) — Uma professora particular que tem ensinado a língua inglesa aos funcionários brasileiros nesta Capital durante mais de 15 anos recebeu a Ordem do Cruzeiro do Sul (grau de Cavaleiro) do Embaixador do Brasil.

O embaixador Ernan do Amaral Páez foi a seguinte citação: — O governo brasileiro confere a Ordem do Cruzeiro do Sul à sra. Virginia Bernard Roser por seu serviço meritório como professora e por seus esforços em prol da disseminação de informação sobre a cultura brasileira, com o elemento de maior compreensão entre os dois povos.

Durante mais de 15 anos a sra. Roser tem ensinado inglês a muitas personalidades brasileiras que serviram em Washington. Sua habilidade e ternura cultivaram os corações dos que a conheceram. Esta condecoração representa, portanto, não apenas o reconhecimento oficial por seus serviços, mas também uma expressão muito especial de seus alunos do presente e do passado.

A sra. Roser é natural de Houston, Texas.

## «Profetora»

Companhia de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho

Matriz: Porto Alegre - Agências em todas as cidades do Rio Grande do Sul e principais praças do país.

\*\*\*

**OPERA NOS RAMOS: Incêndio - Acidentes do Trabalho - Transportes**

A única Companhia que mantém nesta cidade um Ambulatório médico para melhor assistência aos seus segurados

Agente no município de Passo Fundo:

## ERWIN CRUSIUS

Praça Tamandaré, 1718

### Curiosidades de Passo Fundo



Um aspecto do Chafariz, existente à rua Independência, ao nascente da cidade, proximidades da SULINA.

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.51). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 12

Edição especial — 50 ANIVERSÁRIO DE O NACIONAL 40 ANOS DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1957

### O Brasil na exposição Internacional de Arquitetura de Berlim

**Foguetes da Marinha exploram os ventos estratosféricos**

WASHINGTON, 6 (AP) — Foguetes da Marinha estão explorando os ventos estratosféricos que remetem a mais de 30 km. acima da superfície da Terra. Essas foguetes, lançados de um canhão naval comve-

BERLIM, 6 (AP) — O Presidente Theodor Heuss inaugurará a Exposição Internacional de Arquitetura, da qual participaram 15 países. Esta foi a maior exposição realizada em Berlim desde a Feira Comercial de 1896.

O coração da «Internau» como é chamada popularmente a exposição, é o bairro de Hansa, uma área predominantemente edificada durante a guerra mundial passada e agora reconstruída em estilo moderno. O bairro está situado no extremo ocidental do Parque Central de Tiergarten, a algumas centenas de metros, do Portal de Brandenburgo, na fronteira com o setor soviético da cidade.

A reconstrução do Bairro de Hansa foi um projeto comum de mais de 50 renomados arquitetos alemães e estrangeiros, inclusive os conhecidos artistas da arte de construção Walter Gropius, dos Estados Unidos, Alvar Aalto, da Finlândia, Otto H. Serré, da Suíça, Pierre Vago, da França, F.H.S. York, do Reino Unido, Erik Janssén, da Suécia, Luciano Baldassarri, da Itália, Alexander Klein, de Israel, Oscar Niemeyer, do Brasil.

Os prédios nessa área vão desde uma simples casa familiar até um edifício de apartamentos de 17 andares, com 1.150 unidades de habitação, que acomodarão de 3.000 a 4.000 pessoas. Os edifícios públicos incluem uma escola, uma biblioteca, um cinema e um restaurante.

## Cidade de Passo Fundo



Planta arquitetônica do Cine-Hotel Consórcio S.A., que está sendo construído à Praça Marechal Floriano, em pleno coração da cidade.

★ BELEZA PASSOFUNDENSE ★



A jovem SARITA PARGENDLER, fino ornamento da sociedade local, filha do casal sr. Paulo Pargendler-d. Ceilina Pargendler.

### BAR ORIENTE

DE  
Frederico Smaniotto

O melhor sorvete da cidade - Aperitivos - Frutas - Bombons - Especialidades em geral

**LOTERIAS**  
A Esquina das Sortes Grandes! - Não esqueça! Sortes Grandes só no

### BAR ORIENTE

Rua Moion, 1391 - PASSO FUNDO

À passagem do CENTENÁRIO deste próspero Município, o

## BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO, S/A

saúda seu laborioso povo, através de todas as suas classes, orgulhando-se de vir contribuindo, há 42 anos, para o progresso da comuna, estimulado pela confiança geral.



# Instituto Educacional

## HERANÇA IMPERECÍVEL

Uma Educação Perfeita e Completa no

### INSTITUTO EDUCACIONAL DE PASSO FUNDO

(Fundado em 1919)

Escola Primária Santos Dumont — Escola Técnica de Comércio

**Colégio José Bonifácio: Ginásio e Curso Científico**

Educação do Corpo, da Mente e do Espírito







Figura 14

# Clube Comercial - o Clube da gente «bem» de P. Fundo!

Entidade que congrega a fina flor da sociedade passo-fundense - A sua diretoria, sob a esclarecida presidência do sr. Arthur Langaro - Distinção, cavalheirismo e urbanidade - 4 maravilhosa noitada de ontem, comemorativa à passagem do 1.º Centenário de Passo Fundo - Presença de miss Rio Grande do Sul, srta. Sandra Hervé

Passo Fundo é uma cidade que se vem desenvolvendo em todos os sentidos - econômica, cultural e socialmente. Entre os seus clubes recreativos, destaca-se o Clube Comercial, que já conquistou uma tradição na cidade.

«...» Não é sem razão que se diz que o Clube Comercial é o cartão de visita da cidade de Passo Fundo.

A entidade comercialista muito tem colaborado em prol da embelezamento e do desenvolvimento social e cultural da cidade de Passo Fundo. Suas notitadas maravilhosas, com programas selecionados, fizesse que, bem espelham a clarividente atuação da sua esclarecida diretoria, que tem à frente essa figura de



Sr. Arthur Langaro

«...» A Diretoria do Comercial, assim constituída: Presidente, sr. Arthur Langaro - Vice-Presidente, sr. Hilário Ribeiro - 1.º Secretário, sr. Leandro M. Missel - 2.º Secretário, sr.

João Palm Brites - 1.º Tesoureiro, sr. Elói Prates Klipp - 2.º Tesoureiro, sr. Domingos Netto - Consultor Jurídico, dr. Murilo Coutinho Amos - Orador, dr. Rômulo Carlos Takizina. Conselho Fiscal: sr. Hélio Morach, Carlos Rotta e Victor Leão Benicá.

gracia nos esforços de sua Diretoria. É não é demais ressaltar a importância dessas festas, que sempre ganharam fama e repercussão.

de modo especial pela data que hoje comemoramos, imbuídos pelo mesmo ideal de bem alto nível e bom gosto, econômico, cultural e social, de Passo Fundo, data em que festejamos o 1.º Centenário de emancipação política do nosso Município, para apresentarmos as nossas congratulações ao Clube Comercial, à sua digníssima Diretoria, por tudo o que tem feito em prol do brilhantismo da sociedade local, nunca poupando esforços nem sacrifícios, no desejo de representar cada vez melhor, os forjes de urbanidade e de cavalheirismo de «Capital do Planalto», apontando lótas as boas iniciativas e buscando o maior crédito e renome à nossa comunidade. Idêntica da «Capital do Planalto».

## Movimento Literário Passofundense

Com o movimento que se nota em todos os setores e culminará com a Festa do Centenário do Município, em outubro já se pode falar também em movimento literário cidadão.

Passofundenses que se encontram no preço, é com prazer que percorremos nossas livrarias e lá encontramos os seguintes livros, de escritores passo-fundenses:

no Povoamento do Passo Fundo - Do mesmo autor. Pequeno volume, também impresso em Porto Alegre (Imprensa Oficial), conteúdo o histórico dos primeiros povoadores estrangeiros do nosso município, através de 28 páginas ilustradas. Preço Cr\$ 15,00.

ótima apresentação gráfica, que nos dá conta da exuberante floração poética de um filho do nosso Terra. Divide-se em duas partes: uma lírica, outra épica, tendo, nesta, o autor entusiasmado poemas em louvor a Passo Fundo. Volume com 80 páginas, preço Cr\$ 25,00.

## Não foi recebida ainda a resposta da União Soviética

WASHINGTON, 6 (IPS) - O Departamento de Estado, anunciou que os Estados Unidos não receberam ainda qualquer resposta da União Soviética no plano de intercâmbio de programas de rádio e televisão sem cen-

sura prévia que lhe foi proposta. Lúncula White, chefe do Serviço de Imprensa do Departamento de Estado, declarou que o «Pravda», órgão oficial soviético, criticou o plano, a cerca do qual se esperava uma resposta.

Tempo de Massa - de Derrell Garay. Impresso em 1957, na Livraria do Globo de Porto Alegre. Livro de

150 páginas, profusamente ilustradas, com capas em policromia. Trabalho primoroso de pesquisa histórica, com farta documentação fotográfica, espelho fiel do progresso municipal. O melhor trabalho, no gênero, que já se fez em Passo Fundo. Preço Cr\$ 100,00. P. S.

## Passo Fundo prepara-se para a Festa Nacional do Trigo

Passo Fundo Centenário - de colaboradas diversas, exclusivamente passo-fundenses, editado em 1957, nesta cidade. Trata-se do Guia Turístico, Literário e Comercial comemorativo ao primeiro centenário do Município. Gigantesco volume de 17x27 cm. com mais de 150 páginas, profusamente ilustradas, com capas em policromia. Trabalho primoroso de pesquisa histórica, com farta documentação fotográfica, espelho fiel do progresso municipal. O melhor trabalho, no gênero, que já se fez em Passo Fundo. Preço Cr\$ 100,00. P. S.



## Passo Fundo na revolução de 1923



Parada do 6o. Corpo Provisório, pela avenida Brasil

PASSO FUNDO, 6 (Por Carlos De Danilo Quadros, diretor da sucursal do «Diário de Notícias», na região serrana) - Com o transcurso este ano do seu primeiro Centenário, Passo Fundo, estão sendo tomadas uma série de providências por parte do poder público municipal e o Comissariado pro-festejos do Centenário à fim de que a «Capital do Planalto», veja coroado de pleno êxito as festividades já programadas para a semana da data magna e no mês de outubro próximo, pois, a realização da Exposição Agro-Industrial e a Festa Nacional do Trigo foi transferida para o mês de outubro, época de colheita do cereal-ouro. Como já informamos o Presidente Juscelino, em companhia de Ministros, virão a Passo Fundo por ocasião da inauguração do Governador Hilo Meneghetti, em companhia do Secretário de seu Governo, virão nessa época à Capital do Planalto.







Figura 16

Revista Especial — 32º aniversário de O NACIONAL e ANO DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — F. de agosto de 1957

## Arthur Süssenhach

Dentre os assíduos colaboradores de O NACIONAL, desempenha atuação saliente nas colunas deste vespertino o sr. Arthur Süssenhach, conhecido intelectual arribado auler da letra do Hino do Centenário de Passo Fundo.

Arthur Süssenhach, que é tesoureiro da filial do Banco da Província do Rio Grande do Sul, nesta cidade, vem tendo ação destacada no mundo literário local, sendo figura exponencial do Grémio Passofundense de Letras e do Instituto Histórico do Passo Fundo.

Seguidamente está presente nas páginas de O NACIONAL, ora apresentando apreciados trabalhos em prosa, outras vezes lançando a lume um poema, com seu estilo esmerado e seu português castiço.

Mas, a atividade de Süssenhach não se situa estritamente à produção literária; como homem dinâmico, estende também o seu trabalho ao setor publicitário deste vespertino, tanto que a maior parte da matéria de publicidade desta edição, ele planejou e executou, realizando uma digressão pelos circuitos industriais e comerciais de nossa terra, visitando ainda numerosas entidades.

E, por assim dizer, o sonhador de nossos dias — que sonha e executa; que pensa e age, numa demonstração daquilo que a mente impulsiona à concretização plena de um trabalho perseverante e construtivo.

O NACIONAL, inserindo a fotografia de Arthur Süssenhach, presta uma singela homenagem a um denodado elaborador, culto, inteligente, idealista e lutador.

## “CERVEJARIA e MALTARIA da SERRA” — Legítimo orgulho da zona da serra

A reportagem de O NACIONAL, teve a oportunidade de visitar as modernas e confortáveis instalações de uma indústria que é um orgulho legítimo e incontestável da zona serrana a “CERVEJARIA E MALTARIA DA BERRIA LTDA.”, produtora dos já creditados e preferidos produtos “BERRAMALTES”.

Gratificante atenção pelos seus Diretores, srs. Pálido Sausel e Romão Denack, e na companhia deste último, percorremos detalhadamente as modernas instalações da “SERRA-MALTE”, maravilhosas com a vasta e capacidade empreendedora dos homens que levaram ao final aquela obra gigantesca.

Ali verificamos que tanto o “malte”, como a força eletromotriz são próprias, pois a grande indústria possui a malteria própria e também uma usina própria. Notamos que a obra — que já há mais de dois anos em construção — foi projetada e construída com os olhos voltados para o futuro pois tudo está preparado de tal maneira que daqui há 50 anos não haverá qualquer problema de espaço, capacidade de pipas, porões de resfriamento, laboratórios de análises, etc. etc.

Ficamos sabendo, também, que dentro de aproxi-

madamente 60 dias, será lançado no mercado o “CLOPP BERRAMALTE”, em latas, um produto de excelente fabricação e que certamente conquistará a preferência dos bons apreciadores.

Durante a demorada visita, recebemos preciosas informações de sr. Romão Denack, que não podemos absolutamente reproduzir aqui, pela falta de espaço.

Porém, ficamos a grata impressão de tudo o que vimos e ouvimos, ao percorrermos os diversos pavilhões da “CERVEJARIA E MALTARIA DA BERRIA LTDA.”, de Getúlio Vargas, obra que, sem a menor dúvida, deve substituir um orgulho dos seus idealizadores e propulsores e que já se enfileira entre as indústrias mais florescentes e promissoras do Rio Grande do Sul.

## Rainha da Beleza Gaúcha

SRA. SANDRA HERVÉ

O Rio Grande do Sul é uma unidade da federação onde proliferam as mulheres belas. Não sabemos se admirar o tipo de beleza da fronteira com países do Rio da Prata, se vamos apreciar a beleza da região missioneira, da zona serrana, do território colonial, ou se voltamos nosso olhar aos encantos da mulher do litoral.

O certo, porém, é que todos os portes da beleza gaúcha demonstram seus encantos. Tanto a garota de origem lusa, com um miolo charrúo ou caboclo, aquela que lembra as moças andaluzas, ou a outra que indica a acentuada origem itálica ou, ainda, a que demonstra, na sua maneira de ser, a procedência teuta ou polonesa, com suas raízes avoengas no além-mar.

Diz-se que não possuímos um padrão racial absoluto. E tal ocorre, porque estamos mesmo caminhando para uma total formação étnica, dado esse entrosamento racial que se processa nos estados meridionais da Pátria. Realmente, até agora, o único tipo brasileiro reside no norte distante, e somente ele atesta a origem do habitat — o índio, numa mistura de luso com o negro. Nos demais recantos o caldeamento se processa com maior índice, influido as condições climáticas que atraem as levas migratórias.

Mas, no sentimento, no alma, nas expressões e emoções, todos são brasileiros — quer as faces de cor bronzeadas ou os rostos rosados...

N X X

DEPOIS destas considerações sobre a raça, vamos acentuar a beleza enlevante de SANDRA HERVÉ, a encantadora representante da mulher gaúcha. Eleita Miss Porto Alegre, depois Miss Rio Grande do Sul, a bela gaúcha soube honrar o título que conquistou em inquestionáveis certames elegantes, que marcaram época nos anais do mundanismo riograndense.

A rainha da beleza, da graça, da espiritualidade e da cultura dos pampas, soube descumbrar-se da missão que lhe coube, como embaixatriz de sua terra, no empolgante desfile do Quintandinha. Sandra Hervé, cuja fotografia O NACIONAL está divulgando, concorreu com brilho invulgar na grande parada de beleza havida em junho, no Rio de Janeiro. Mereceu de seu porte, graça juvenil, desenvoltura social e outros atributos que encantam, situou-se entre as 5 finalistas, destacando-se na platéia de beladões do Brasil.

Ela empunhará o cetro e envolverá a faixa de soberania da beleza gaúcha até 1958. Que seu reinado seja feliz, bonita Sandra! HOSANAS A MISS RIO GRANDE DO SUL!

## Cidade de Passo Fundo

Éis um dos muitos edifícios de feição e estilo modernista. Pertence ao sr. Nilo Salton. Acha-se situado na Vila Rodrigues.

## Ordenada a redução das forças armadas norte-americanas

WASHINGTON, 6 (N) — O Secretário da Defesa, Charles E. Wilson, ordenou uma redução de 100.000 homens nas forças armadas dos Estados Unidos.

Em nota dirigida ao Secretário do Exército, Marinha e Força Aérea o Secretário da Defesa anunciou esta redução e disse que tal redução foi aprovada pelo Presidente Eisenhower.

O Exército recebeu ordens no sentido de desligar 44.770 soldados e 5.539 oficiais, e que totalize 50.000 homens, ou seja a metade da redução ordenada para as forças armadas do país. Com esta redução, o Exer-

cito terá em suas fileiras menos de 1 milhão de homens.

As outras reduções ordenadas foram: Força Aérea — 21.500 soldados e 3.800 oficiais; Marinha — 13.305 marinheiros e 1.635 oficiais; Corpo de Fuzileiros Navais — 9.100 soldados e 900 oficiais.

## A Universidade de Turim homenageia o Dr. SALK

GENOVA, 6 (N) — A Universidade de Turim concedeu um título honorífico ao dr. Jonas Salk, descobridor da famosa vacina contra a paralisia infantil.

O notável cientista norte-americano, foi a Turim receber o diploma, depois de participar do Congresso Internacional de Poliomielite, realizado nesta cidade.

## Avicultores brasileiros visitam Arkansas

FAYETTEVILLE, Arkansas, 6 (N) — Vinte e cinco inventores brasileiros e seu líder técnico estão aqui fazendo estudos sobre práticas de avicultura na Estação Agrícola Experimental da Universidade de Arkansas.

Os brasileiros vão, como os seus colegas de Arkansas melhoram as suas criações e aprendendo seus processos de alimentação, cria, abrigo, direção e venda, bem como a organização de cooperativas avícolas.

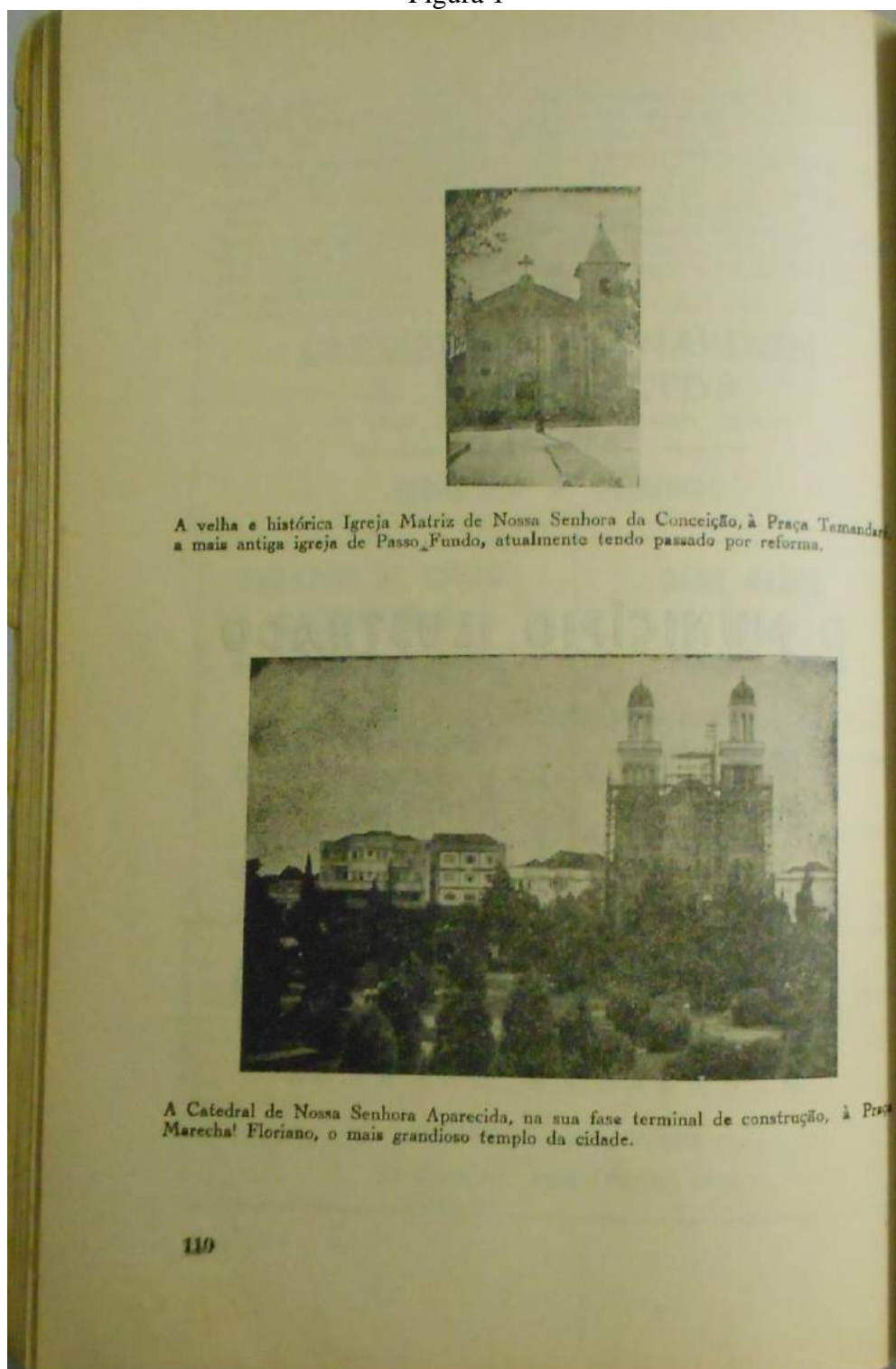
Conferências e discussões sobre a situação da avicultura em Arkansas farão parte do programa de orientação na Universidade.

Várias organizações avícolas de Arkansas serviram de co-anfitriões dos visitantes brasileiros.

Edição comemorativa de O Nacional (07/08/1957, p.60). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).

## ANEXO VI

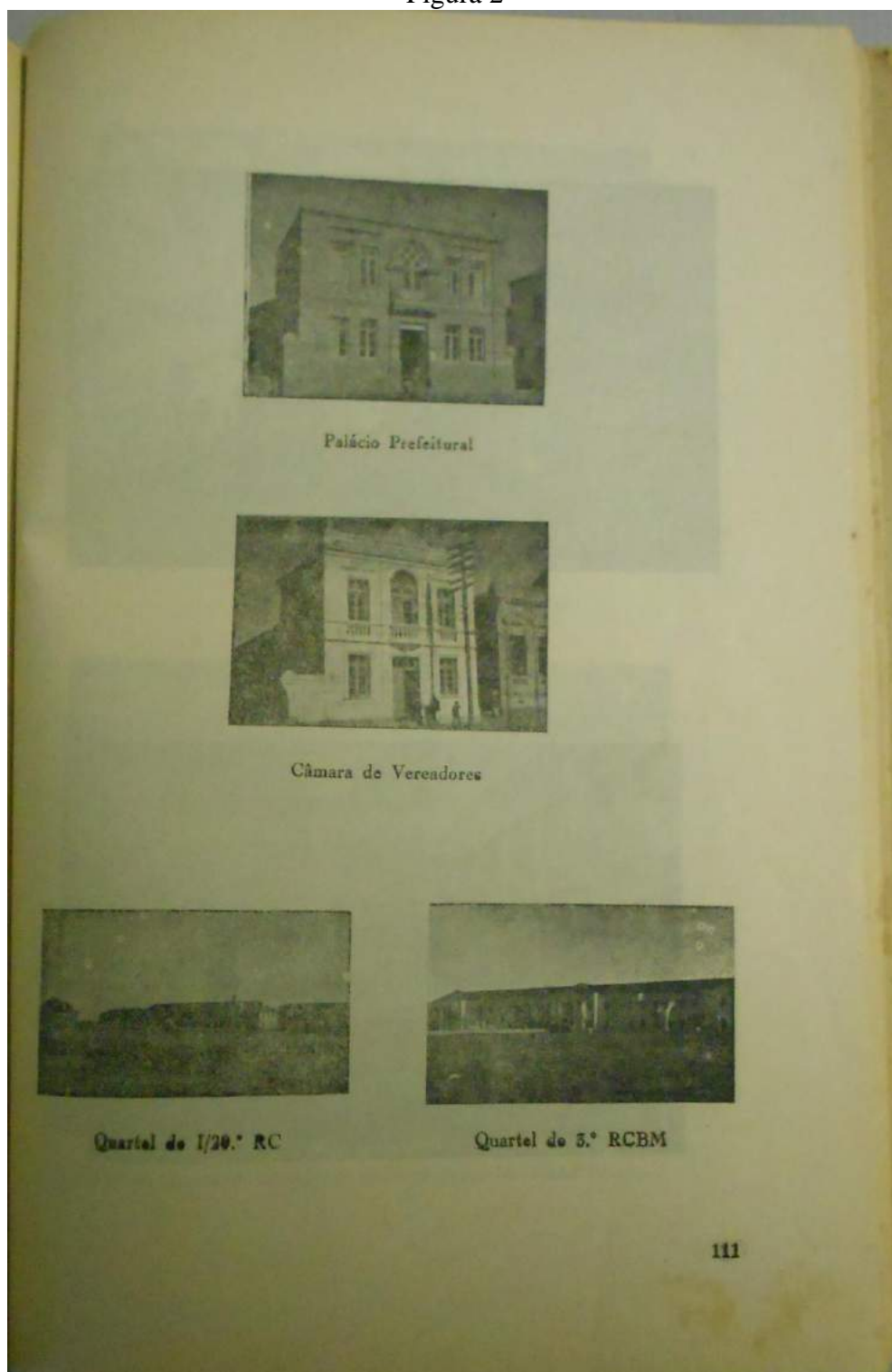
Figura 1



Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.110). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

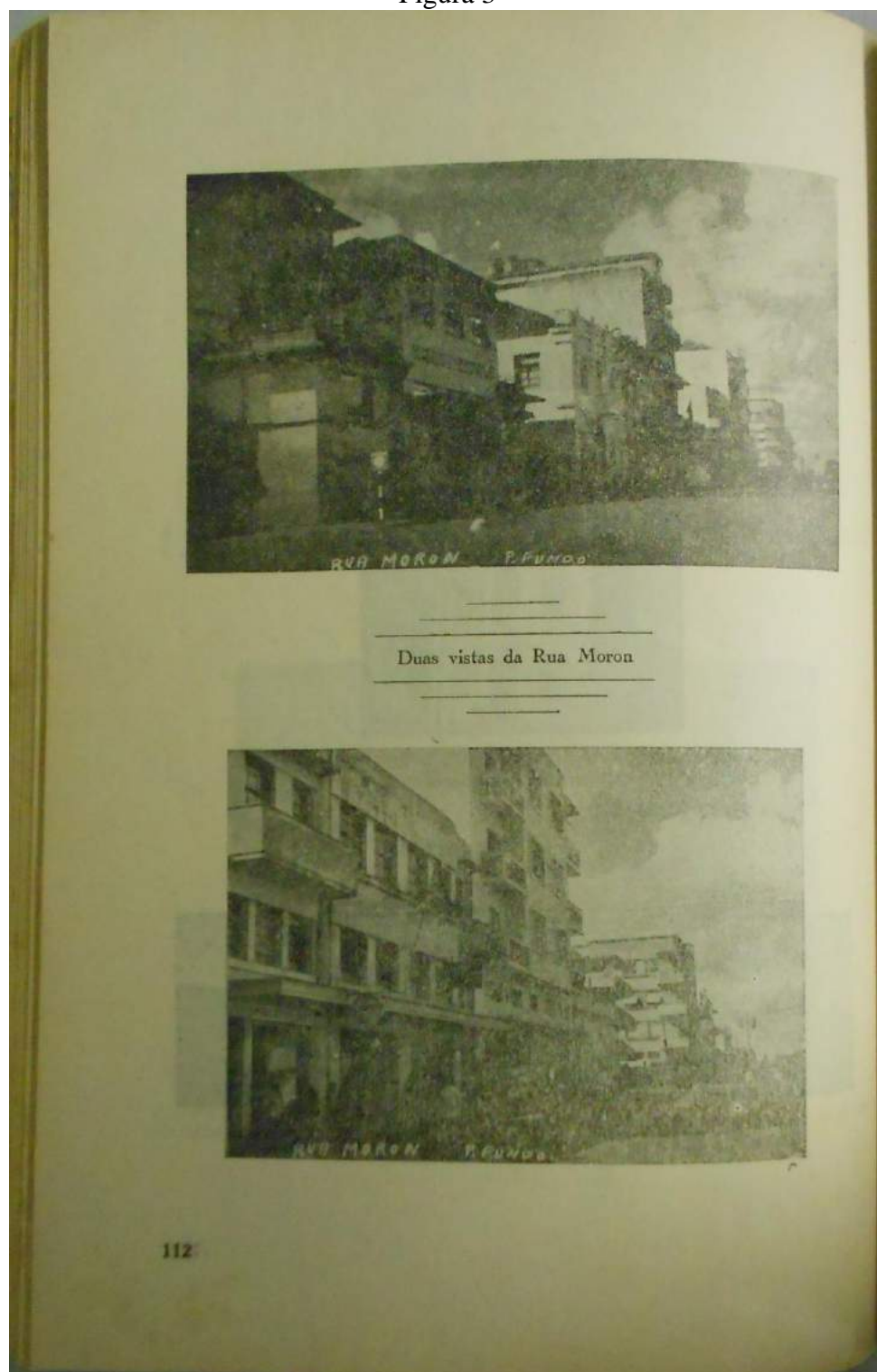


Figura 2



Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.111). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Figura 3

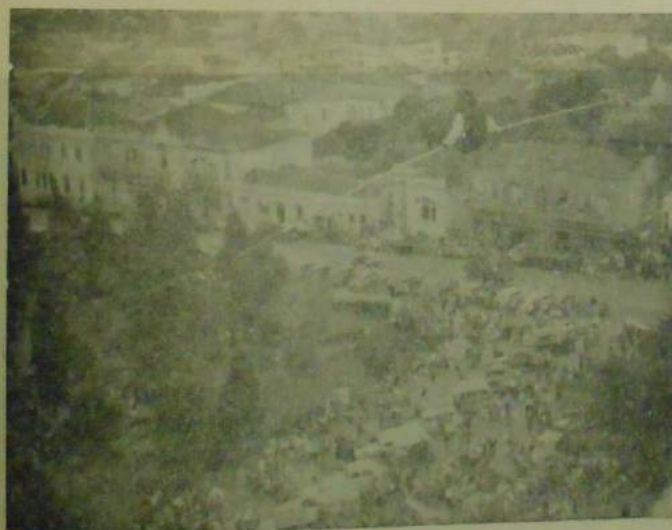


Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.112). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Figura 4



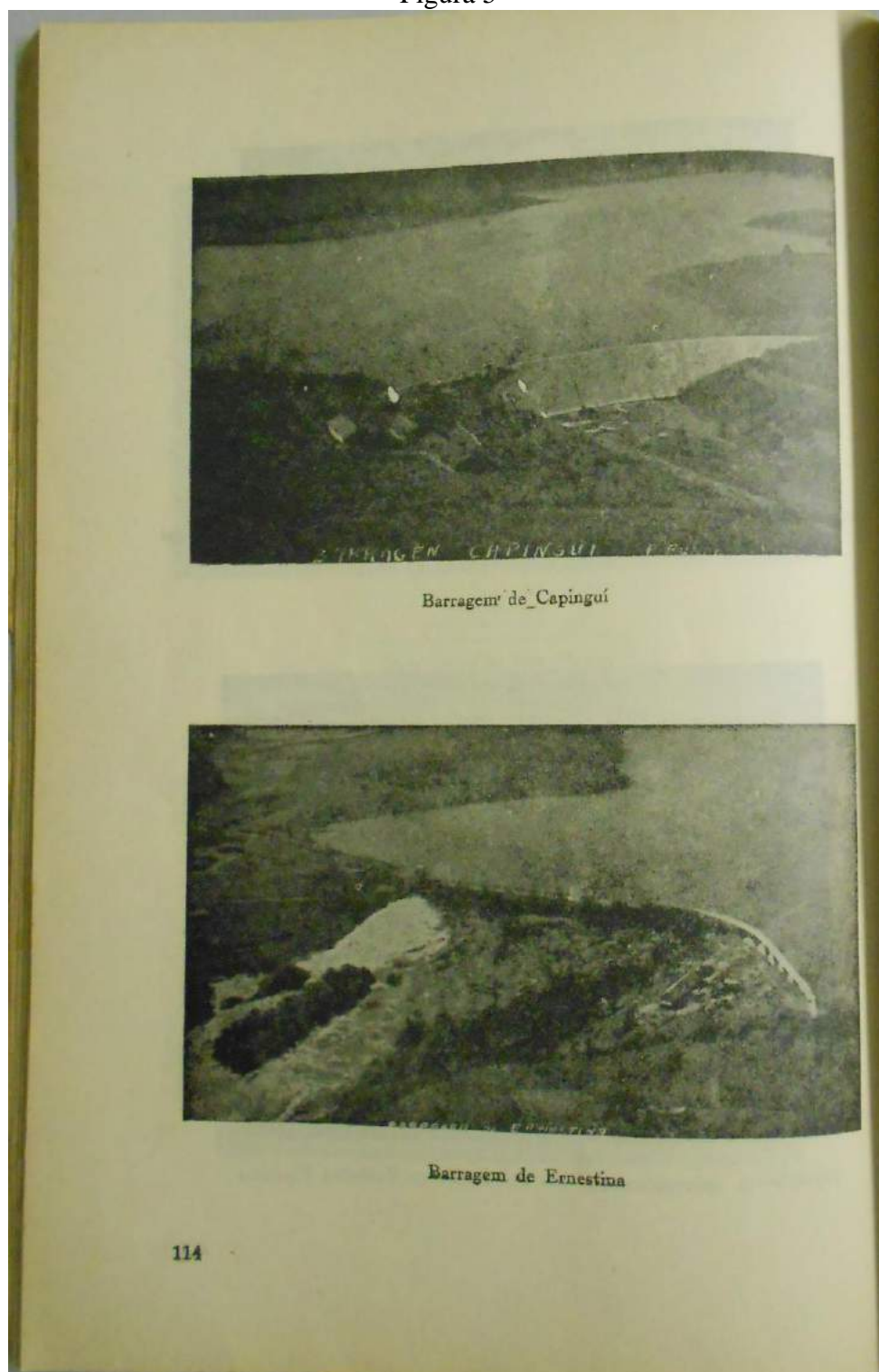
Vista aérea da Praça Marechal Floriano, vendo-se ao fundo a Catedral e Cinemas



Equilibrista apresentando-se por sobre a Praça Marechal Floriano

Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.113). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Figura 5



Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.114). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).



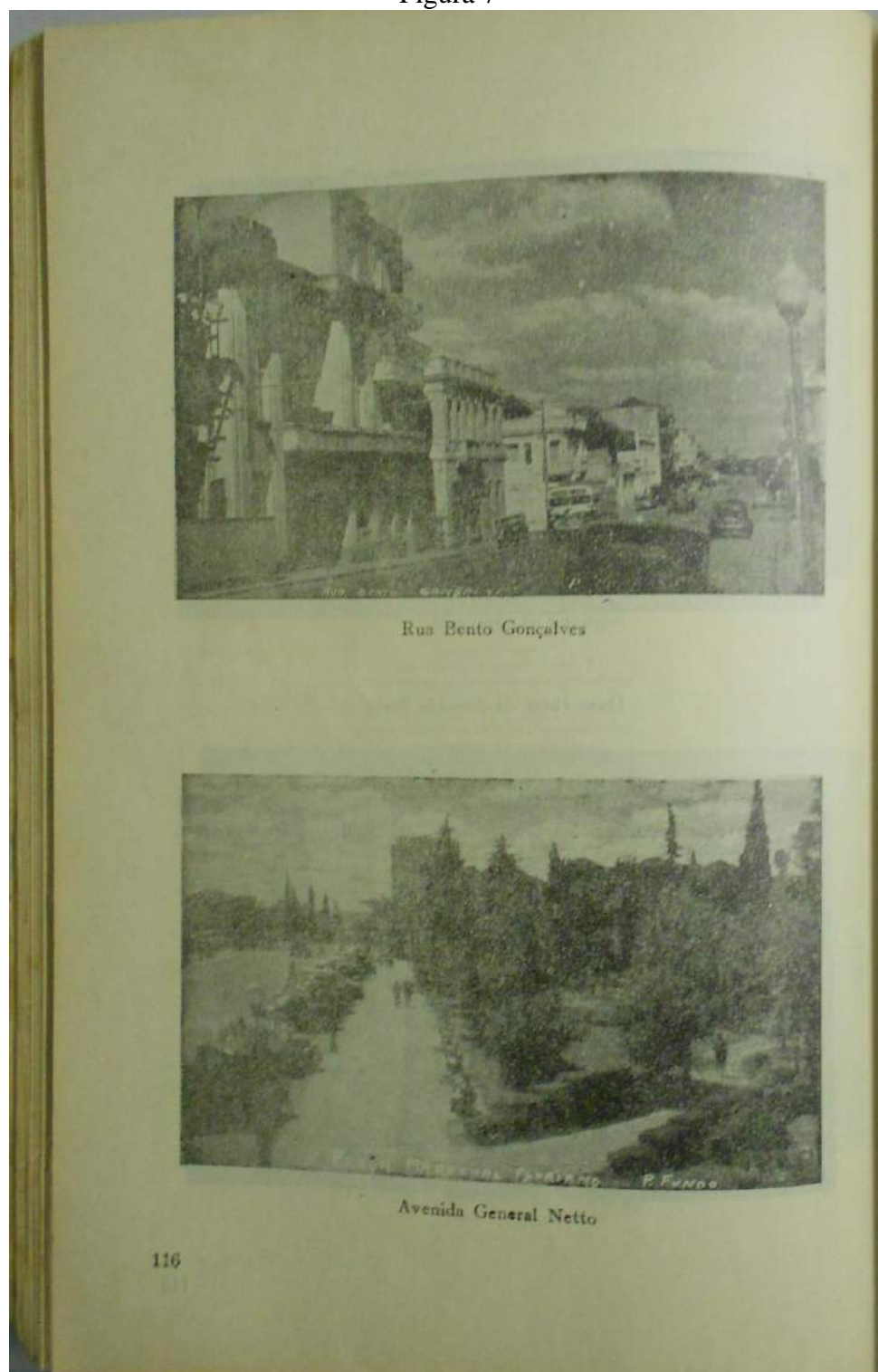
Figura 6



Duas vistas da Avenida Brasil

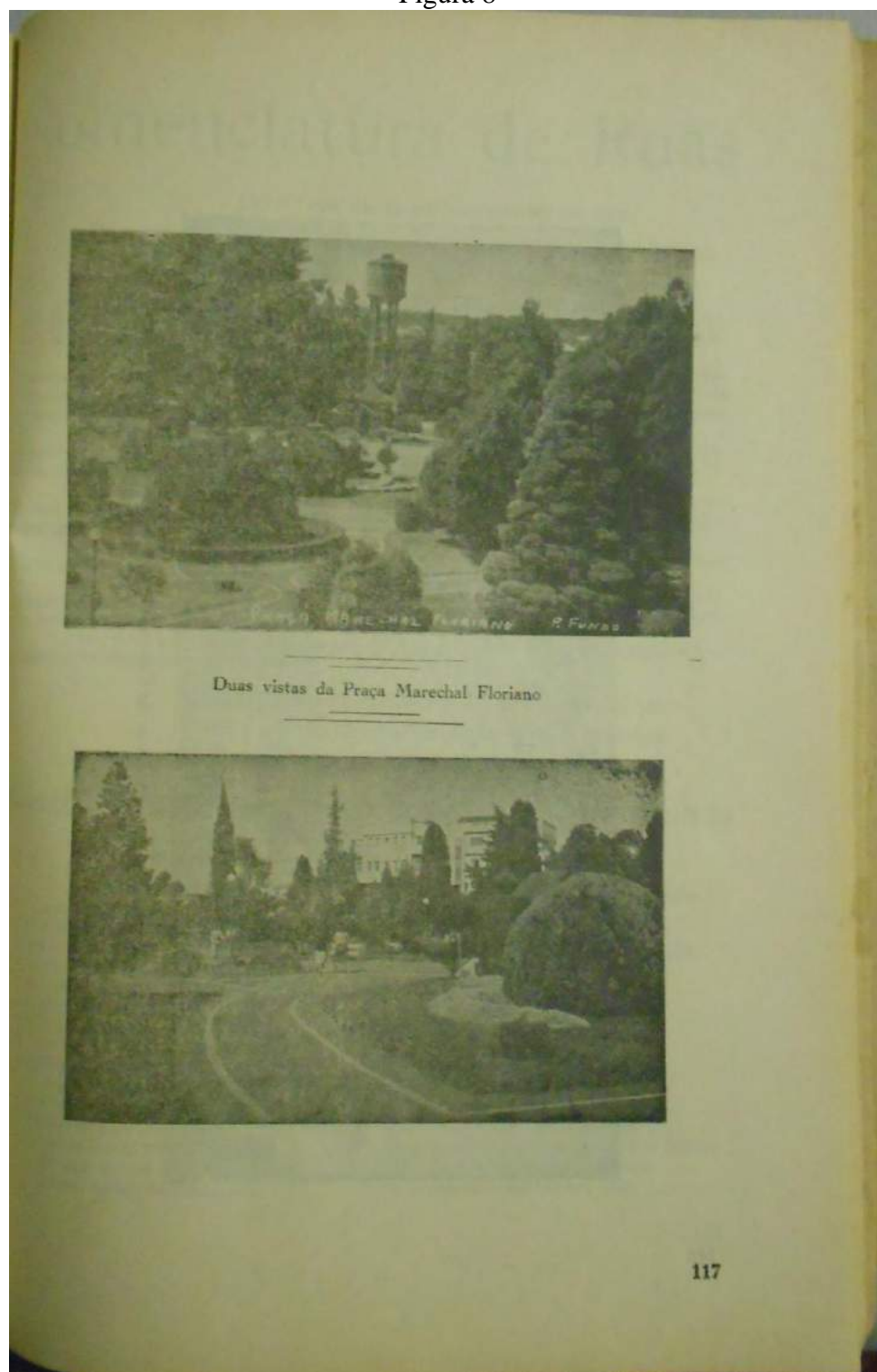
Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.115). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Figura 7



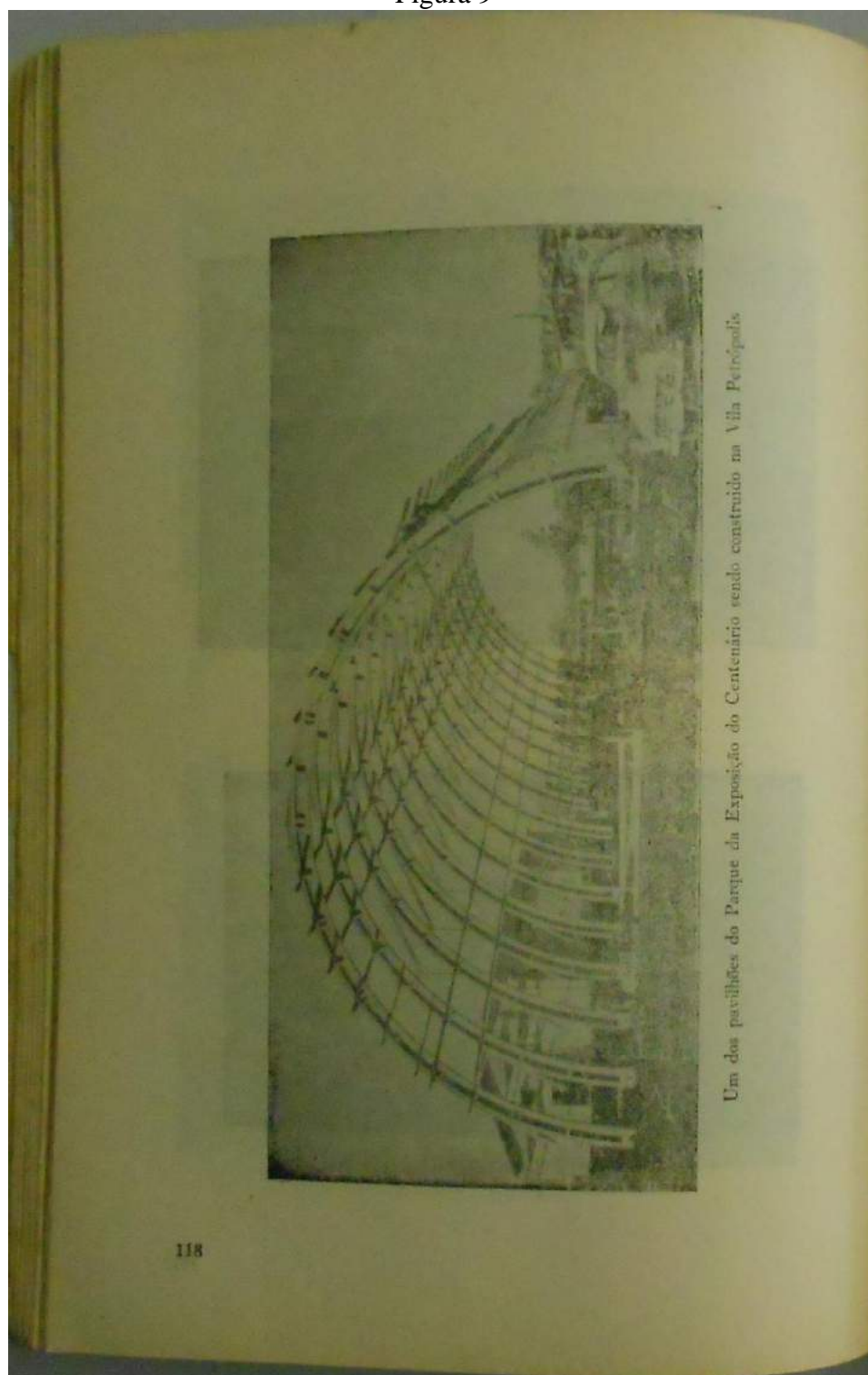
Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.116). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Figura 8



Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.117). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).

Figura 9



Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.118). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).



## ANEXO VII

Figura 1

Edição especial — 100 ANOS DA O NACIONAL — ANO DO 1.º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1957

**Todos os caminhos levam ao PARQUE SULBRA**

**EM SANTA MARIA**

Planejado e construído para prestar Serviços à Lavoura e aos Transportes.



**409 CLIENTES** diariamente, em média, são atendidos no PARQUE SULBRA

- 1 - Exposição permanente de tratores, caminhões e motores.
- 2 - Grande estoque de peças e acessórios.
- 3 - Serviços DIESEL e oficinas equipadas com maquinaria ultra moderna.
- 4 - Pósto de Abastecimento e completo sortimento de lubrificantes.
- 5 - Hotel, Bar e Restaurante funcionando dia e noite.

**Salve o Centenário de P. Fundo!**

\*\*\*\*\*

**SULBRA S. A.**

SENTE-SE ORGULHOSA EM ENVIAR UMA CALOROSA SAUDAÇÃO À NOBRE POPULAÇÃO PASSOFUNDENSE, CUMPRIMENTANDO-A EFUSIVAMENTE PELO TRANSCURSO DA DATA MÁXIMA DESTA VALOROSA COMUNA, CUJO PROGRESSO, QUE SE EXPRESSA EM SUAS ADMIRÁVEIS REALIZAÇÕES, MUITO TEM CONCORRIDO PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE E DO BRASIL.

\*\*\*\*\*

LUTANDO JÁ HA LONGOS ANOS COM O POVO DESTA DADIVOSA TERRA,

**SULBRA**

REJUBILAM-SE EM TER OFERECIDO A SUA COLABORAÇÃO PARA ACIONAR OS GRANDES EMPREENDIMENTOS NO COMÉRCIO, NA INDÚSTRIA E NA AGRICULTURA — PROPORCIONANDO A TODOS, VEÍCULOS POTENTES E DE AFAMADAS MARCAS, (AUTOMÓVEIS, JEEPS, CAMINHÕES), ASSIM COMO POSSANTES MÁQUINAS AGRÁRIAS QUE TEM IMPULSIONADO, SOBREMODO, A MONUMENTAL TAREFA DE CULTIVAR O SOLO, DELE EXTRAINDO, ANO A ANO, UMA AVANTAJADA PRODUÇÃO DE CEREAIS, QUE TEM PESADO NA BALANÇA ECONÔMICA DO ESTADO, REPLETINDO O LABOR INTENSO DE UM POVO QUE ASPIRA DIAS DE RIQUEZA, FORTUNA E BONDANÇA, CONCORRENDO PARA O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO, PARTICULARMENTE DA GENTE RIO-GRANDENSE.

—————  
—————  
—————

JÁ NO LIMAR DE UMA NOVA ETAPA, NA SENDA DO PORVIR, EM QUE PASSO FUNDO, PELAS SUAS LIDIMAS EXPRESSES, EM TODOS OS ÂMBITOS DO TRABALHO, DEMONSTRA A MÁXIMA DISPOSIÇÃO DE PROSEGUIR NESSE LABOR FECUNDO.

**SULBRA**

SENTE-SE UFANA EM REAFIRMAR A SEGURANÇA DE SUA AÇÃO, NO COMÉRCIO, NA INDÚSTRIA E NA AGRICULTURA, PARA BEM-SERVI-AS POPULAÇÕES DE UMA VASTA REGIÃO GAÚCHA, DIGNIFICANDO O TRABALHO GIGANTESCO DAQUELES BANDEIRANTES QUE HA UM SÉCULO INICIARAM A GRANDE CAMINHADA PARA UM FUTURO PROMISSOR, SONHADO POR FAGUNDES DOS REIS, E CONCRETISADO PELOS SEUS SUCESSORES NA IMENSA OBRA DE CONSTRUIR UMA COMUNA!



**JOAQUIM FAGUNDES DOS REIS,** o insubstituível fundador de Passo Fundo.

**SULBRA S. A.**

<b>PORTO ALEGRE</b> <small>Avenida Farrapos, 5627 Fone 2-47-20</small>	<b>SANTA MARIA</b> <small>Rua Acompanamento, 667/713 Fones: 827 — 821</small>	<b>PASSO FUNDO</b> <small>Rua Maron, 1458 Fone 240</small>	<b>SANTO ANGELO</b> <small>Rua Marquês do Herval (Edifício Nascimento)</small>
---	--	---	---

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.4). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 2

1857 1957

**CINEMAS ROSSI LTDA.**

**REAL - IMPERIAL**

têm a máxima satisfação de manifestar suas efusivas congratulações à laboriosa população de PASSO FUNDO  
PELO TRANSCURSO DO

**1.º CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO!**

NO ENSEJO EM QUE TODA A GENTE DESTA GLORIOSA TERRA VIERA, COM A ALMA EXULTANTE DE CIVISMO, PELA PASSAGEM DO ANO DE 1857, REVERENCIAMOS A MEMÓRIA DAQUELES BRAVOS QUE, HA 100 ANOS PASSADOS, GRAVARAM O MARCO MAGNÍFICO NO CHÃO QUE SERIA, MAIS TARDE, UMA DAS MAIORES COMUNAS DO RIO GRANDE DO SUL, FORMANDO EM PRIMEIRA LINHA NO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS QUE, PELA CULTURA, PUJANÇA ECONÔMICA E LATENTE PROGRESSO, CONSTITUEM ADMIRÁVEL ALICERCE DA PÁTRIA BRASILEIRA!

\*\*\*\*\*

**Cinemas Rossi Ltda.**

SENTEM-SE ORGULHOSOS DE LUTAR OMBRO A OMBRO COM OS PASSOFUNDENSES, E COM TODOS QUANTOS HABITAM ESTA TERRA MAGESTOSA, LEGADO ADMIRÁVEL DAQUELES BANDEIRANTES DE OUTORA, LIDERADOS PELO ESPÍRITO VARONIL DE FAGUNDES DOS REIS.

Nossos Cumprimentos às Dignas Autoridades — Civis, Militares e Religiosas — que, interpretando os sentimentos e as aspirações populares, têm batalhado pelo progresso e bem-estar de todos, fazendo de PASSO FUNDO legítimo orgulho de seus filhos, honra ao Rio Grande e glória do Brasil.

Com estas manifestações dos **CINEMAS ROSSI LTDA.** ficam as expressões da disposição do **REAL e IMPERIAL**

EM COLABORAR COM O POVO PASSOFUNDENSE, PROCURANDO SEMPRE BEM SERVI-LO, PROPORCIONANDO-LHE AS MAIS SELECIONADAS PRODUÇÕES QUE A MODERNA CINEMATOGRAFIA VEM LANÇANDO NO MERCADO MUNDIAL

1857 1957

---

**ESTRADA DO MINÉRIO**

RIO, 6 (Argus-Press) — O Prof. Sílvio Barbosa, consultor técnico da USIMINAS, vem defendendo a tese de que se deve ligar os destinos da siderurgia mineira a uma estrada de ferro para exportação de minérios, como fundamento econômico. Essa estrada é indispensável para obtenção de recursos necessários ao fôto da siderurgia, pedida em nosso meio.

O Prof. Sílvio Barbosa fundamenta, bastante em seus pontos de vista, citando os preços atuais do carvão e do minério de ferro de alto teor; aqueles a vinte dólares a tonelada, notando no Brasil, e esse a quatorze dólares a tonelada, embarcado. Tendo em vista as poucas reservas de minério, pode-se impulsionar a siderurgia mineira ligando a pórtico com a importação de minério a exportação de minério-carvão.

**42 milhões de dólares no Brasil**

NOVA YORK, 6 (IPS) — A "International Advertising Association", uma organização de agências de publicidade comercial dos Estados Unidos, informou que firmas norte-americanas investiram grandes somas na América Latina. Aquelas firmas investiram no Brasil 42 milhões de dólares.

**Comerciantes desonestos presos pela Delegacia de Economia Popular**

RIO, 6 (Argus-Press) — Oito indivíduos que traficavam a boa fé do público com o uso de balanças fraudadas em preços máximos, foram presos em flagrante por investigadores da Delegacia de Economia Popular. Concluídas aquelas espedalizações, foram todos trancafiados no cadeia depois de identificados e autuados.

**OPATRIARCA DA CIDADE**

O território passofundense começou a ser povoado em 1827 e, no ano de 1828, estabeleceram-se os primeiros moradores, formando o núcleo que seria depois a vila e mais tarde cidade de Passo Fundo.

Foi fundador da cidade o Patriarca Joaquim Fagundes dos Reis, então inspetor do quartelão de Passo Fundo, que era o quarto da jurisdição de São Borja, autoridade principal de um núcleo populacional incipiente.

Em 1834, quando se deu a instalação da paróquia de Nossa Senhora da Aparecida, e com a instalação do Município de Cruz Alta, abrangendo também o território passofundense, foi eleito Juiz de Paz, do então 4.º distrito de Passo Fundo, com sede nesta futura cidade de Passo Fundo.

Alcançada a emancipação deste município, em 1857, foi ele um dos vereadores mais votados, prestando, ainda nessas funções, relevantes serviços à comunidade local.

Durante a conflagração farroupilha, sendo ele do Partido Liberal, foi perseguido, preso e enviado às masmorras do Rio de Janeiro, de onde veio tempos depois, ainda em meio do período revolucionário.

Faleceu em 22 de junho de 1863, cercado de respeito. E, na lápide do grês que lhe foi posta à tumba, foram colocados os seguintes dizeres, que ainda se encontram à sepultura no pequeno cemitério existente, nas proximidades da Fazenda da Brigada Militar, estrada Passo Fundo-Lagoa Vermelha:

"22 de junho de 1863 — Descansa eternamente — Homagem de gratidão e saudades — Ao Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, o fundador desta Vila — Nasceu a 17 agosto de 1785 e faleceu a 22 de junho de 1863 — Seus amigos que choram — Requiescat in pace."



O Patriarca FAGUNDES DOS REIS

---

**SENHORES TRITICULTORES!**

Para as suas lavouras preferam os produtos **AGRO-LAR**

Para desinfecção de sementes..... **ABAVIT-NOVO**

Contra o carunchão..... **HEXAPURO 60**

Para matar ratos..... **WARFEX**

Contra a lagarta..... **HEXADRIN 300**

**PEDIDOS PARA AGRO-LAR**

Av. Jélio do Castilhos, 642 — Caixa Postal, 813

**PÓRTO ALEGRE - Rio Grande do Sul**

**Importantes inversões de capitais na América Latina**

WASHINGTON, 6 (IPS) — A W. R. Grace and Company, conhecida empresa norte-americana, com grandes interesses na América Latina, anunciou que tem vista de planejar investir até 70 milhões de dólares, num programa de expansão que se entenderá até fins de 1957.

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.9). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 3

Edição especial - 100 anos do O NACIONAL - ANO DO 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO - 7 de agosto de 1957

# FRITZ & CIA. LTDA.

## Carazinho — Rio Grande do Sul

**saúdam o Município de Passo Fundo, na expressiva data em que se comemora o seu PRIMEIRO CENTENÁRIO!**



### Arado de Cinco Discos

Mod. ARA 1023 - 1025

Amigo trilhante: quando necessitar de um arado para lavar sua terra, procure o que de melhor existe no ramo, e ao mesmo tempo apóie a indústria brasileira. Compre seu arado, Modelo ARA, com 3-4 ou 5 discos por sua fabricação e verá que estará bem servido, pois as máquinas de nossa fabricação, são confeccionadas, com material especial, e com perfeito acabamento.

Facilmente manobrável, é o arado de nossa fabricação, modelo ARA, de manuseio automático, sendo que para as operações o tratorista não necessita abandonar o seu posto.

Os discos podem ser de 26 ou 28 polegadas, conforme a vontade do freguês e rodam em rolamentos S.K.F.



### GLOBE com 26 Discos

Das máquinas de necessidade primária em uma plantação, faz parte a grade de disco, tipo GLOBE.

A Globe, de nossa fabricação exclusiva, está concebida, com toda, e qualquer máquina no gênero, seja de fabricação nacional ou estrangeira.

Serve esta máquina para desmanchar as terras da terra recém lavrada, o que é necessário sempre que se deseja plantar no colar.

Esta máquina, conforme foto, é feita, composta de dois corpos, com disco de 24 ou 26 polegadas, dispostos em sentido oposto um do outro, permitindo facilmente lavar a terra, deixando completamente entruzada, e com as terras completamente desmanchadas.

Fabricamos globos de 14 até 26 discos.

Os discos rodam em rolamentos S.K.F.



### SUBSOLADOR

Uma das modernas máquinas que o Sr. Trilhante deverá possuir em sua fazenda, é o Subsolador.

Subsolador, de nossa exclusiva fabricação, é uma máquina extremamente necessária em sua plantação. Poderá estar, por ocasião das sementes, que vossem plantas murchas, ou por ocasião das chuvas, que haja então, em vossa lavoura, pois afeta a terra com suas navilhas, que penetram até lá, facilitando a penetração da água, no solo.

Construído todo de ferro, tem refregão, o subsolador pode ter 1, 2 ou 3 navilhas, dependendo isto da máquina destinada a puchá-lo.

### Serra Petiça Sistema «TEICHERT»

**Ótima máquina para o desdobre de pranchas**  
**Construção robusta e acabamento apurado**

<p><b>Dimensões :</b></p> <p><b>BASE INFERIOR</b> 110 x 125 cms.</p> <p><b>ALTURA TOTAL</b> 2,50 metros</p> <p><b>ENTRADA DOS ROLOS</b> 35 x 35 cms.</p> <p><b>PÊSO</b> Cerca - 2.600 Kgs.</p>		<p><b>Característicos :</b></p> <p><b>CURSO</b> 34 cms.</p> <p><b>ROTAÇÕES</b> cêrca de 260 a 280 rpm.</p> <p><b>FÓRÇA NECES-SÁRIA</b> 9 a 10 Hp.</p> <p><b>QUANTIDADE MÁ-XIMA DE SERRAS:</b> 12</p> <p><b>CAMBÃO EM ROLA-MENTO S.K.F.</b></p>
--	--	--

ESTA MÁQUINA É CONSTRUÍDA PARA TRABALHO FORÇADO E CONTINUADO. ESTAMOS TAMBÉM APARELHADOS PARA FORNECIMENTO DE TODA E QUALQUER MÁQUINA PARA INDÚSTRIA MADEIREIRA.

## 1927 - Fritz & Cia. Ltda. - 1957

Fundição — Fábrica de Máquinas — Consertos de máquinas em geral

Av. Flores da Cunha n.º 2.909 — CARAZINHO — Rio Grande do Sul - BRASIL

**Solicitem detalhes, informações e orçamentos sem compromisso**

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.24). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).



Figura 4

Edição especial — 23 de novembro de O NACIONAL PARA O 1º CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1967

# Companhia Cervejaria

# BRAHMA



**...o senhor tem razão!  
Brahma Chopp  
é o melhor da festa!**

É sempre assim! Numa roda de amigos, Brahma Chopp é o maior motivo de variedade! Sem cada copo de Brahma Chopp, há a mesma qualidade inconfundível que possui o líquido mais aromático... do melhor malte exigente... do fermento mais puro! É e por isso que todos apreciam, cada vez mais, o rico sabor... a pura leveza... o aroma tentador do super-delicioso Brahma Chopp!

**BRAHMA  
Chopp**  
- não pode haver melhor!

PRODUTO DA COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA



**“Assim, sim...  
é guaraná  
de verdade!”**

Feito à base do guaraná nativo das nossas selvas amazônicas, o

**Guaraná  
BRAHMA**

é mais saudável...  
e muito mais saboroso!

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA

Sim, o Guaraná Brahma é guaraná mesmo! Como sabem? Logo ao primeiro gole, você sente que o inconfundível Guaraná Brahma foi preparado com o verdadeiro fruto do guaraná, que cresce nas selvas da Amazônia! Leve, puro, refrescante... o Guaraná Brahma é a bebida que todos apreciam a qualquer instante!

**RIO DE JANEIRO**

---

**SÃO PAULO**

---

**CURITIBA**

---

**PÓRTO ALEGRE**

---

**PASSO FUNDO**



Figura 4

Edição especial — 131ª aniversário da O NACIONAL — ANO DO II CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO — 7 de agosto de 1957

## O Presidente Eisenhower elogia a livre divulgação das notícias mundiais

NOVA YORK, 6 (EPA) — O Presidente Eisenhower elogia os esforços desenvolvidos voluntariamente por organizações dos Estados Unidos na sentida de fazer frente ao crescimento liberosso do povo norte-americano pelas informações relacionadas com os assuntos mundiais.

Em mensagem lida por Andrew H. Berding, Sub-Secretário de Estado para Assuntos Públicos, ante 200 representantes de organizações nacionais dos Estados Unidos e das Nações Unidas, incluído a Missão dos Estados Unidos na ONU, por ocasião da inauguração de um novo Centro de Assuntos Mundiais, o Presidente Eisenhower declarou: «Posto que o curso de nossa política depende da vontade e da compreensão

do povo, a responsabilidade principal da nação é levar a cabo o máximo de informações possíveis do povo. Dávo muitas felicitações às organizações voluntárias de nome para as quais procuram fortalecer as bases da nação, despertando o interesse do povo pelos fatos e pela realidade que os mesmos exigem».

O Sub-Secretário Berding disse por que os russos não permitem o estabelecimento, em Moscou, de um Centro de Assuntos Mundiais, baseado nos mesmos ideais que alentaram a criação do Centro de Nova York.

Acreditando o Sub-Secretário: «É um Centro como este fosse criado na capital soviética, consagrado ao ideal de promover o veredicto dos assuntos estrangeiros e a real situação do mundo, creio que isto seria um dos mais importantes

## Deixam Camp Kilmer os últimos refugiados húngaros

CAMP KILMER, Nova Jersey, 6 (EPA) — O último grupo de 33 refugiados húngaros deixou este grande acampamento. Com a saída desses refugiados, ficou terminada a lista, durante a revolução húngara, que foi em novembro do ano passado, a fim de reduzir o terror da dominação soviética dos refugiados húngaros.

O acampamento foi abandonado em novembro do ano passado, a fim de reduzir o terror da dominação soviética dos refugiados húngaros.

### Beleza passofundense



A Srta. TEREZINHA MISSEL, formosa e prendada expoente da sociedade passofundense, MISS PASSO FUNDO-1956.



**CASA FLORIANI**  
e Sua FILIAL

**“Casa do Garoto”**  
A Rua Bento Gonçalves, 750

\*\*\*

O grande estabelecimento da METRÓPOLE SERRANA que conquistou o público, apresentou:

Seções Especializadas para Senhoras, Senhoras, Cavalheiros e Crianças

Condições Finíssimas

As últimas novidades recebidas do RIO e SAO PAULO

### HOTEL AVENIDA

DE

Vva. Leonida Scheibe Matte

Estabelecimento de 1ª ordem — Acomodações para Viajantes e exmas. famílias

AVENIDA BRASIL, 410 — PASSO FUNDO



**Imperiaf**  
Extra

— a roupa anatómica, para o homem moderno

É prática... é econômica... é durável.

— é roupa bem feita:

- Fabricada com tecidos e materiais de superior qualidade, perfeitamente adaptados ao clima, com conforto.
- Criação original.
- Confeccionada em quatro tipos (costas, costas largas, costas largas e em 23 metros, segundo o tamanho).
- Garantida por um endereço especializado de 100 220 avens, no caso de voltar.

TECIDOS E ARTIFAIOS  
Rua Paris, 304 • 200 Rio de Janeiro

Distribuidor nesta CIDADE  
**CASA FLORIANI**  
Rua Marcon, 1421

### HOTEL BRASIL

de OSVALDO KLAUS

Prédio Novo—Luz diurna—Água encanada em todos os quartos—Comod. Patente—Banhos quentes e frios

ACOMODACÕES PARA OS SENHORES VIAJANTES E EXMAS. FAMILIAS

COZINHA BRASILEIRA E ITALIANA

RUA GENERAL OSÓRIO No. 887

Fone No. 136 — PASSO FUNDO — R/ G. Sul

### Clínica do Dr. César Santos

Bexões deviam ser examinados para diagnóstico e tratamento dos

Tuberculose e doenças da aparelho respiratório. Doenças do coração e dos vasos.

CANCER

NUTRIÇÃO

Em seus funcionamento: Raio X (Câmera Aprimorada), Eletrocardiograma (Diversos aparelhos), Metabolismo, Urologia, Pneumologia, etc.

ARRHEGRAFIA (10 x 12 Centims.)

RADIOTERAPIA PROFUNDA E SUPERFICIAL

RADIOTERAPIA POR CONTACTO

RADIUM (agulhas, tubos e placas)

RUA BENTO GONCALVES, 215 — PASSO FUNDO

Edição comemorativa de *O Nacional* (07/08/1957, p.49). (vertical 53,5 cm, horizontal 38 cm). (Disponível no AHR).

Figura 5

<p><b>FABRICA DE MÓVEIS</b> <b>SÃO JOSÉ</b> de Irmãos Arnold</p>  <p>AV. PRES. VARGAS, 438 — PASSO FUNDO — R. G. S.</p>	<p><b>CASA ESPORTE</b> de JORGE LENGIER BAZAR DE ARTIGOS DE BORRACHA, BRINQUETOS, ETC. AVENIDA BRASIL, 199 — PASSO FUNDO</p>
<p><b>IRMÃOS TAGLIARI &amp; CIA.</b> CONCESSIONARIOS "CHEVROLET" E "FRIGIDAIRE"</p> <p>MAQUINAS DE LAVAR ROUPAS "PRIMA" — PEÇAS — ACES. SERBIOS EM GERAL — OFICINA MECANICA Rua Bento Gonçalves, 303 — Fone 82 — End. Teleg. "DALVA" PASSO FUNDO — RIO GRANDE DO SUL</p>	<p><b>CASA POLETO</b> de JULIANO F. POLETO MANTEM SEMPRE AS ÚLTIMAS NOVIDADES EM CALÇADOS FINOS AVENIDA BRASIL, 164 — PASSO FUNDO</p>
<p><b>AZEVEDO, BENTO S/A</b> COMERCIO E INDUSTRIA — Porto Alegre</p> <p>CASA FUNDADA EM 1855 — End. Teleg.: "AZB"</p> <p>Importação: Sal e Açúcar em larga escala — Seguros — Representações — Filiais em Pelotas e Rio Grande — Viajantes e representantes em todo o Estado — Distribuidores há mais de meio século da refinado sal MOSSORÓ GENUINO — Para ter gosto forte, grosso e salino: SAL GENUÍ- NO — SAL GENUÍNO MOSSORÓ, sem rival, 30 quilos garantidos — Grosso — Flocado — Triturado e moído — Embalagens de 1 e 2 qui- los, fino para mesa; 30 e 90 quilos, para tudo e para todos. LUZ DE LIMA MORSCH — salsão que os municípios de P. Fundo, Marau, Tapajara, Getúlio Vargas e parte de Erechim</p>	<p><b>BAR ORIENTE</b> de FREDERICO SMANOTTO "A ESQUINA DA SORTE" — APRESENTA TAMBÉM OS ME- LHORES SORVETES, DOCEIS, ETC. RUA MORON, 1391 — PASSO FUNDO</p>
<p><b>ENGENHO DE ARROZ</b> "GAÚCHO"</p> <p>VVA. OLIVIO GIARARINA &amp; CIA.</p> <p>Exportadores de arroz — Moído de farinha de mandioca RUA GENERAL OSÓRIO, 133 — PASSO FUNDO</p>	<p><b>JOCKEY CLUB BAR</b> "PERFERTAMENTI" — Este é o melhor bar do círculo da cidade! O MELHOR CHOPP E DRINKS APERITIVOS PROPRIETARIOS: BORTOLINI &amp; PANIZZI LTDA. Av. General Netto, 458 — Fone 217 — PASSO FUNDO</p>
	<p><b>TAMAGNONE</b> de VIRGILIO TAMAGNONE EM PASSO FUNDO: Avenida Brasil, 892 e EM NOVO HAMBURGO: ALTOS DA CAIXA ECONÔMICA.</p>
	<p><b>HOTEL CARIOCA</b> de AFFONSO ELLWANGER Atendido pelos proprietários — Cozinha de primeira ordem RUA MORON, 1427 — PASSO FUNDO</p>
	<p><b>CAFÉ SONORA</b> de VIACELLI &amp; IRMÃOS LTDA. V. S. que se servem de artigos de bar e café — Procure o CAFÉ SONORA! Praça Marechal Floriano, 545 — Telef. 276 — PASSO FUNDO</p>
	<p><b>ALFAIATARIA</b> de NESTOR TEIXEIRA DA LUZ RUA BENTO GONÇALVES, 823 — PASSO FUNDO</p>
	<p><b>CAMISARIA YORK</b> de DAVID LITVIN O MAIOR EMPÓRIO DE CONFECÇÕES DA CIDADE</p>

Publicação comemorativa *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* (OLIVEIRA, 1957, p.158-159). (vertical 27cm, horizontal 17cm). (Disponível no MHR).



## ANEXO VIII

Figura 1



Cartão-Postal com a Catedral e rua General Neto (vertical 9cm horizontal 14cm).  
(Disponível no MHR).

Figura 2



Cartão-Postal com a rua General Neto (vertical 20cm horizontal 30cm - esta imagem é  
uma reprodução da fotografia). (Disponível no MHR)

Figura 3



Cartão-Postal com uma vista aérea da praça Marechal Floriano (vertical 9cm horizontal 14cm). (Acervo do autor).

Figura 4



Cartão-Postal com o Instituto Educacional (vertical 9cm horizontal 14cm). (Disponível no MHR).



Figura 5



1957 - Pavilhão de Festas, hoje Câmara de Vereadores, Portão de Entrada e aspecto frontal do Parque de Exposições do 1º Centenário de Passo Fundo, hoje atual Prefeitura Municipal.

Cartão-Postal com a frente do Parque de Exposições do 1º Centenário (esta imagem é uma reprodução da fotografia). (Disponível no MHR).

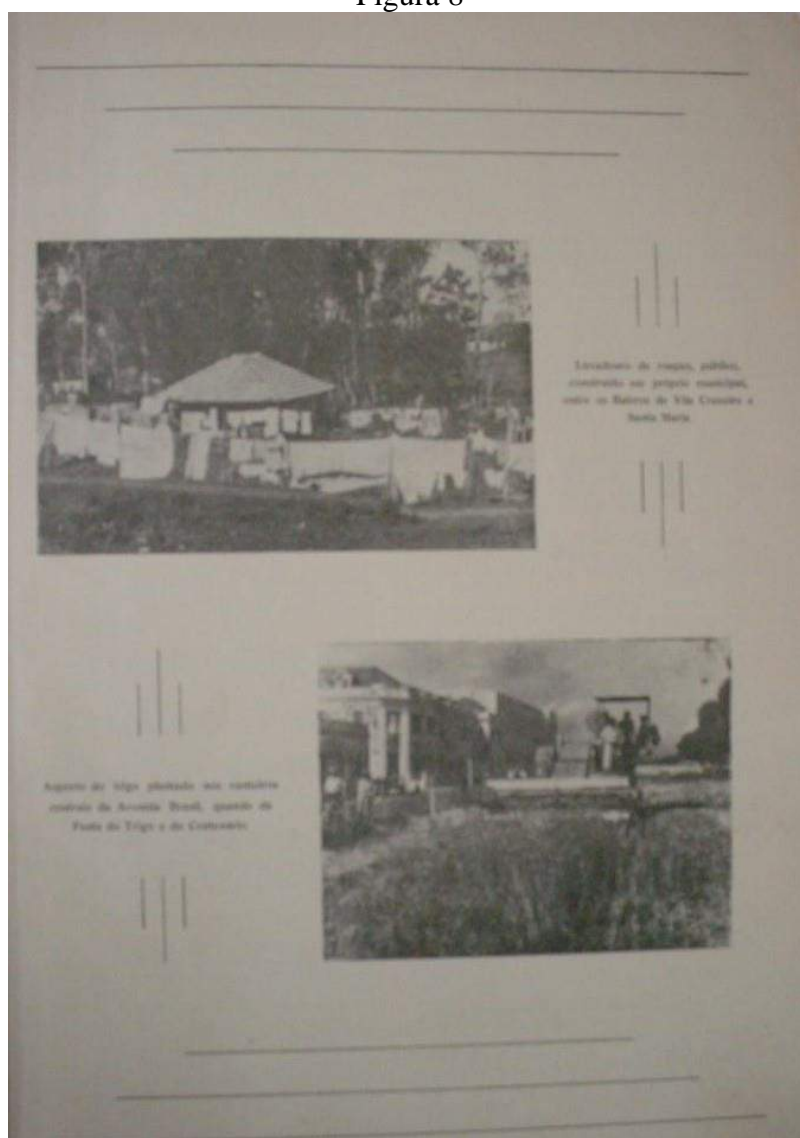
Figura 6



Cartão-Postal com a frente do Parque de Exposições do 1º Centenário. (vertical 9cm horizontal 14cm). (Disponível no AHR).

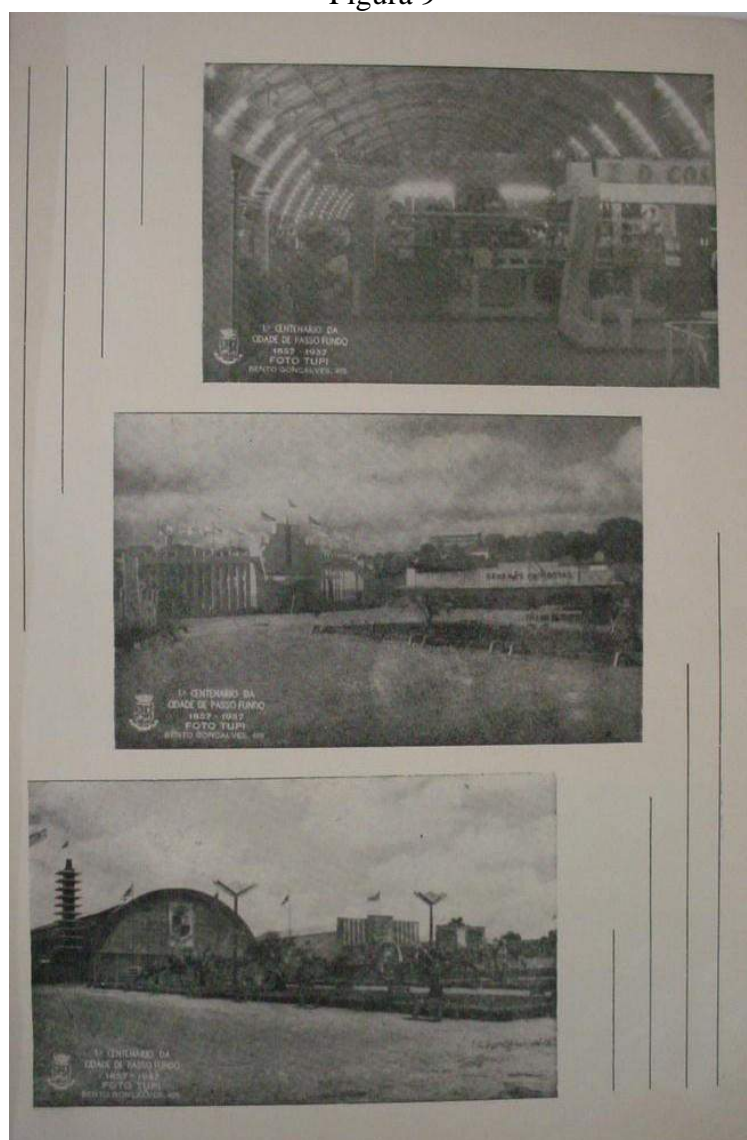


Figura 8



do *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957). Entre as páginas 8 e 9. (Disponível no AHR).

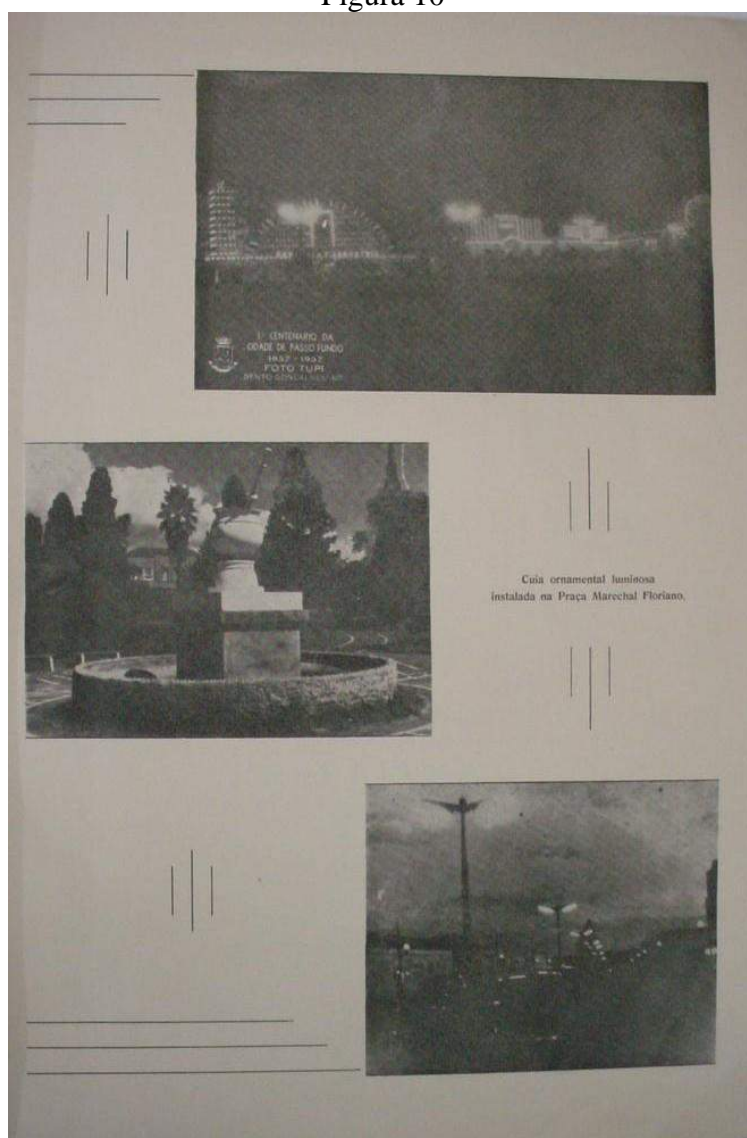
Figura 9



Anexo do *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957). Entre as páginas 16 e 17. (Disponível no AHR).

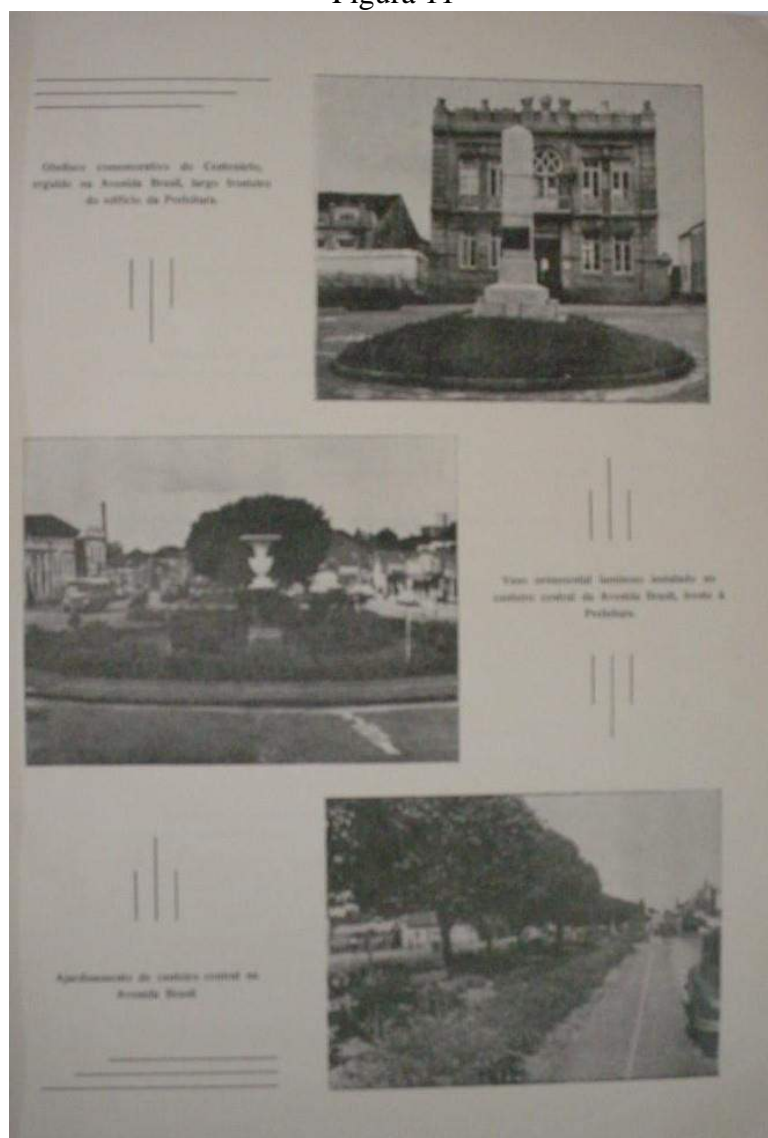


Figura 10



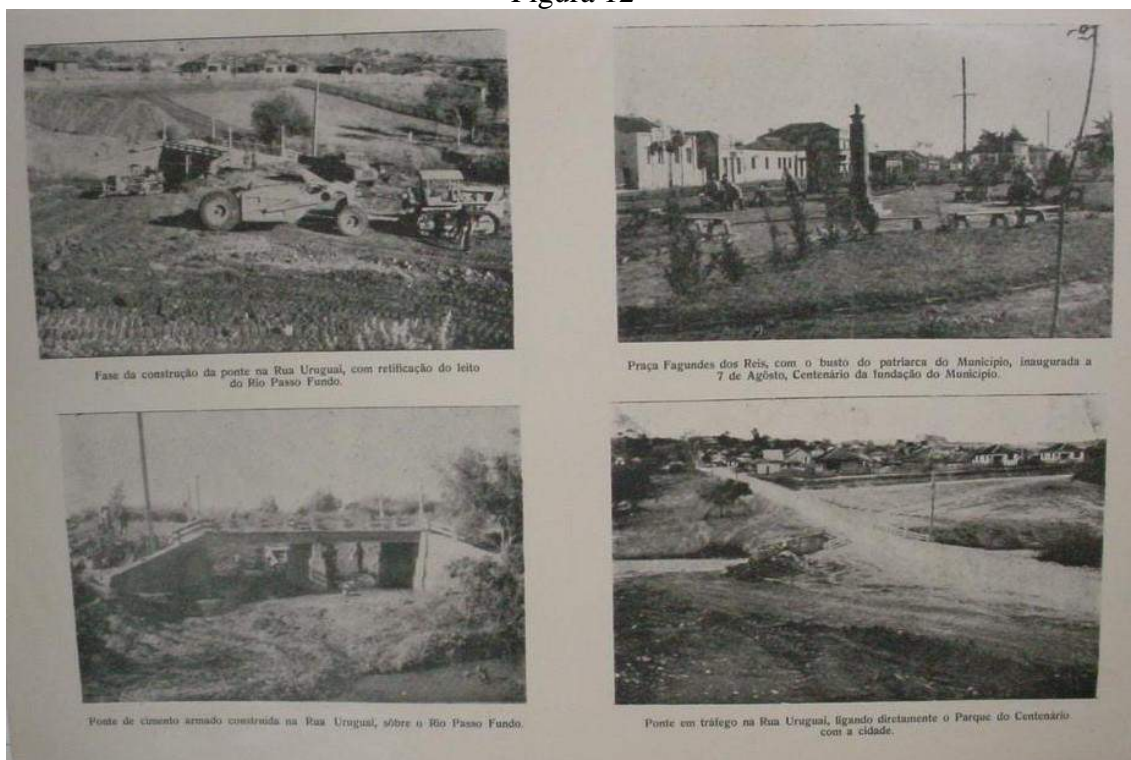
Anexo do *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957). Entre as páginas 16 e 17. (Disponível no AHR).

Figura 11



Anexo do *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957). Entre as páginas 16 e 17. (Disponível no AHR).

Figura 12



Anexo do *Relatório da administração Wolmar Salton referente ao exercício de 1957* (SALTON, 1957). Entre as páginas 32 e 33. (Disponível no AHR).



Figura 13



Cartão-Postal da C.P.R.S., Homenagem da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio a 7ª Festa Nacional do Trigo - Passo Fundo - RS 20/10/1957. (9cm horizontal e 13,5cm vertical). (Acervo do autor).